

BOLETIM MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI
**CIÊNCIAS
HUMANAS**

v. 17 n. 2 maio/agosto de 2022

Sujeitos e seus saberes

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi

Ciências Humanas



v. 17, n. 2

Publicação contínua

maio-agosto 2022



IMAGEM DA CAPA
Torra de farinha de
mandioca em forno à lenha
no Quilombo Mocambo,
em Ourém, Pará. A casa de
farinha é espaço de produção
e troca de saberes, base de
economia tradicional.
Foto: Carlos Valério A.
Gomes, 2019

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI CIÊNCIAS HUMANAS (ISSN 2178-2547)

O Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia foi criado por Emílio Goeldi e o primeiro fascículo surgiu em 1894. O atual Boletim é sucedâneo daquele. *The Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia was created by Emílio Goeldi, and the first number was issued in 1894. The present one is the successor to this publication.*

EDITORA CIENTÍFICA

Jimena Felipe Beltrão

EDITORES ASSOCIADOS

Ana Vilacy Galúcio - Museu Paraense Emílio Goeldi - Linguística
Claudia López - Museu Paraense Emílio Goeldi - Antropologia
Cristiana Barreto - Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo - Arqueologia
Fernando Ozório de Almeida - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Arqueologia
Flávia de Castro Alves - Universidade de Brasília - Linguística
Henry Salgado Ruiz - Pontificia Universidad Javeriana - Sociologia
Hein van der Voort - Museu Paraense Emílio Goeldi - Linguística
Jorge Eremites de Oliveira - Universidade Federal de Pelotas - Antropologia
Laure Empereire - Institut de recherche pour le développement - Etnobotânica
Lúcia Hussak van Velthem - Museu Paraense Emílio Goeldi - Antropologia
Márcio Couto Henrique - Universidade Federal do Pará - História
Marília Xavier Cury - Universidade de São Paulo - Museologia
Márlia Coelho Ferreira - Museu Paraense Emílio Goeldi - Etnobotânica
Martijn van den Bel - Universiteit Leiden - Arqueologia
Mily Crevels - Universiteit Leiden - Linguística
Pedro Glécio Costa Lima - Museu Paraense Emílio Goeldi - Etnobotânica
Priscila Faulhaber Barbosa - Museu de Astronomia e Ciências Afins - Antropologia
Richard Pace - Middle Tennessee State University - Antropologia

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Ângela Domingues - Instituto de Investigação Científica Tropical - Lisboa - Portugal
Bruna Franchetto - Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Brasil
Eduardo Brondizio - Indiana University - Bloomington - USA
Eduardo Góes Neves - Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil
Gustavo Politis - Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires - Tandil - Argentina
Janet Marion Chernela - University of Maryland - Maryland - USA
Klaus Zimmermann - Universidade de Bremen - Bremen - Alemanha
Marcos Chor Maio - Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ - Rio de Janeiro - Brasil
Maria Filomena Spatti Sândalo - Universidade Estadual de Campinas - Campinas - Brasil
Michael J Heckenberger - University of Florida - Gainesville - USA
Michael Kraus - Universidade de Bonn - Bonn - Alemanha
Neil Safier - The John Carter Brown Library - Providence - USA
Rui Sérgio S Murrieta - Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil
Tânia Andrade Lima - Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Brasil
Walter Neves - Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil
William Balée - Tulane University - Louisiana - USA

NÚCLEO EDITORIAL

Normatização - Rafaela Lima e Taise da Cruz Silva
Revisão ortográfica - Rafaela Lima e Fernanda Menezes
Tratamento de figuras - Vivian Monteiro
Editoração, versão eletrônica e capa deste número - Talita do Vale

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
Museu Paraense Emílio Goeldi

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi

Ciências Humanas



ISSN 2178-2547

Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi	Cienc. Hum.	Belém	v. 17	n. 2	Publicação contínua maio-agosto 2022

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Museu Paraense Emílio Goeldi
Núcleo Editorial - Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi
Av Perimetral, 1901
Terra Firme – CEP 66077-830
Belém - PA - Brasil
Telefone: 55-3221-6486
E-mail: boletim.humanas@museu-goeldi.br

ACESSO EM:

<http://editora.museu-goeldi.br/humanas>
<http://www.scielo.br/bgoeldi>
http://issuu.com/bgoeldi_ch

SUBMISSÃO DE TRABALHOS:

<https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo>

AQUISIÇÃO:

Permuta: mgdoc@museu-goeldi.br
Venda: livraria@museu-goeldi.br

INDEXADORES

AIO - Anthropological Index Online
Anthropological Literature
CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades
DOAJ - Directory of Open Access Journals
IBSS - International Bibliography of the Social Sciences
LATINDEX - Sistema Regional de Información en Línea para
Redalyc - Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe,
España y Portugal
SciELO - Scientific Electronic Library Online
SCOPUS

Não é permitida a reprodução parcial ou total de artigos ou notas publicadas, sob nenhuma forma ou técnica, sem a prévia autorização do editor. Ficam isentas as cópias para uso pessoal e interno, desde que não destinadas a fins promocionais ou comerciais. As opiniões e considerações emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, e não refletem necessariamente a posição dos editores ou da instituição responsável pela publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação CIP

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 2022. – Belém: MPEG, 2022. v. 17 n. 2, v. il.

Semestral: 1984-2002

Interrompida: 2003-2004

Quadrimestral a partir do v. 1, 2005.

Títulos Anteriores: Boletim Museu Paraense de História Natural e Ethnographia 1894-98; Boletim Museu Paraense de História Natural e Ethnographia (Museu Goeldi) 1902; Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense) de História Natural e Ethnographia 1906-1914; Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi de História Natural e Etnografia 1933; Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropologia 1949-2002; Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Ciências Humanas, em 2005. A partir de 2006, Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas.

ISSN 2178-2547

1. Antropologia. 2. Arqueologia. 3. Linguística. 4. Museologia. 5. Patrimônio. I. Museu Paraense Emílio Goeldi.

CDD-21ª.ed. 500

© Direitos de Cópia/Copyright 2022 por/by MCTI/Museu Goeldi



ARTIGOS ARTICLES

As arqueologias afetivas na produção discente da Universidade Federal do Vale do São Francisco: desdobramentos históricos e interfaces teóricas na construção da Arqueologia no Sudeste e Sudoeste do Piauí

The affective archaeologies of the undergraduate production of *Universidade Federal do Vale do São Francisco*: historical developments and theoretical interfaces in the construction of Archaeology in the Southeast and Southwestern of Piauí

Leandro Elias Mageste | Alencar de Miranda Amaral

Produção e transmissão de conhecimentos em coletivos kaingang

Knowledge production and transmission in kaingang collectives

Sergio Baptista da Silva

Como as grandes corporações de base extrativista lidam com os povos por elas impactados? Uma revisão da bibliografia internacional

How do extractive-based corporations deal with people they impact?

A review of the international bibliography

Ana Carneiro | Adriano Cruz Duarte

A meteorologia popular e seu uso em atividades produtivas na comunidade quilombola Mocambo, em Ourém, Pará, Brasil

Popular meteorology and its use in productive activities in the Mocambo *quilombola* community in Ourém, Pará, Brazil

Lene da Silva Andrade | Josiane Santos da Silva | Carlos Valério Aguiar Gomes | Andrey Mendonça de Souza

Prácticas mortuorias y manipulación de los cuerpos. Primer análisis tafonómico del sitio Los Tres Cerros 1 (Entre Ríos, Argentina)

Mortuary practices and body manipulation. First taphonomic analysis of the Los Tres Cerros 1 site (Entre Ríos province, Argentina)

Clara Scabuzzo | María Agustina Ramos van Raap | Bianca Micaela Di Lorenzo | Daniela Selan | María del Pilar Ríos

História e memória da pesquisa e acervo arqueológico da Usina Hidrelétrica de Balbina

History and memory of the research and archaeological collection of the Balbina Hydroelectric Power Plant

Rhuan Carlos dos Santos Lopes | Juliana Rossato Santi | Anna Barbara Cardoso da Silva | Taciane Silveira Souza | Amauri Assis Matos | Wagner Fernando Veiga | Guilherme Viana

Etnocentrismos incômodos: saberes, ontologias e cosmocentrismo ameríndio
Disturbing ethnocentrism: knowledge, ontologies and Amerindian cosmocentrism

Guilherme Galhegos Felipe

Shaping attitudes about indigenous languages and cultures: the exhibition project
“Os Caxinauás – autonomia e contato” in Belém, State of Pará, Brazil
Moldando novas posturas em relação à culturas e línguas indígenas: o projeto de exposição “Os Caxinauás – autonomia e contato” em Belém, estado do Pará, Brasil

Sabine Reiter | Eliane Camargo

Circulación de objetos, personas y saberes técnicos en el
humedal del río Salado Bonaerense, Argentina
Circulation of objects, people, and technical knowledge in the
Salado River Wetland, Argentina

María Magdalena Frere | María Isabel González | Rodrigo Costa Angrizani

Estratigrafia e zooarqueologia de cerritos de Santa Vitória do Palmar,
Rio Grande do Sul. Novos dados sobre o sítio RS-158: Alberto Talayer
Stratigraphic and zooarchaeology of cerritos from Santa Vitória do Palmar, Rio Grande
do Sul. New data on the site RS-158: Alberto Talayer

Diego Dias Pavei | Marcos César Pereira Santos | Vitor Hugo Rosa Biffi | Carla Bica | Marlon Borges Pestana |
Juliano Bitencourt Campos

A revised reconstruction of the Proto-Tupian vowel system
O sistema vocálico do Proto-Tupi: uma nova proposta reconstitutiva

Andrey Nikulin | Fernando Carvalho

Revisiting postverbal standard negation in the Jê languages
Revisitando a negação padrão pós-verbal nas línguas Jê

Johan van der Auwera | Olga Krasnoukhova

A ‘civilização material’ nos museus regionais do Serviço do Patrimônio Histórico e
Artístico Nacional: confluências entre a criação do Museu do Diamante e a imaginação
museal de Juscelino Kubitschek

The ‘material civilization’ in the National Historical and Artistic Heritage Service
regional museums: confluences between the creation of the Diamond Museum and
Juscelino Kubitschek’s museological imagination

Clovis Carvalho Britto

NOTA DE PESQUISA
SHORT COMMUNICATION

Registros rupestres na região central do estado de São Paulo: o Abrigo do Alvo, Analândia, São Paulo, Brasil

Rock art in the central region of the state of São Paulo: the Alvo Rockshelter, Analândia, São Paulo, Brazil

Marília Perazzo Valadares Amaral | Daniela Cisneiros | Astolfo Gomes de Mello Araujo

DEBATE
DEBATE

A autoria coletiva e a autoetnografia: experiências em antropologia com as parentas Karipuna do Amapá

Collective authorship and autoethnography: experiences in anthropology with Karipuna of Amapá relatives

Ana Manoela Primo dos Santos Soares



ARTIGOS CIENTÍFICOS

As arqueologias afetivas na produção discente da Universidade Federal do Vale do São Francisco: desdobramentos históricos e interfaces teóricas na construção da Arqueologia no Sudeste e Sudoeste do Piauí

The affective archaeologies of the undergraduate production of Universidade Federal do Vale do São Francisco: historical developments and theoretical interfaces in the construction of Archaeology in the Southeast and Southwestern of Piauí

Leandro Elias Mageste¹  | Alencar de Miranda Amaral¹ 

¹Universidade Federal do Vale do São Francisco. São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil

Resumo: No presente artigo, analisamos a construção da Arqueologia no sudeste e sudoeste do Piauí, no intuito de explicitar as condições e os desdobramentos que têm configurado um conjunto de práticas arqueológicas assentadas na interface entre ciência e afeto. Tratam-se das 'arqueologias afetivas', que podem ser identificadas em processos socialmente engajados de produção de conhecimento, catalisadas nos contextos dinâmicos de interações que foram constituídos no semiárido. Para concretização desse propósito, consideramos desde o início dos trabalhos arqueológicos que culminaram na criação do Parque Nacional Serra da Capivara, na década de 1970, até os eventos mais recentes, representados pela inserção da Arqueologia na expansão do ensino superior, com a criação do curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial, na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), em São Raimundo Nonato, a partir de 2004. Nesse exercício, verificamos algumas sobreposições de cenários e, ao mesmo tempo, explicitamos as transversalidades com posicionamentos teóricos, metodológicos e políticos que se projetam a partir da realidade latino-americana.

Palavras-chave: Ensino de Arqueologia. História da Arqueologia. Afeto. Piauí.

Abstract: In this article, we analyze the construction of archeology in the Southeast and Southwest of Piauí, in order to explain the conditions and developments that have configured a set of archaeological practices based on the interface between science and affection. These are 'affective archeologies', which can be identified in socially engaged processes of knowledge production, catalyzed in the dynamic contexts of interactions constituted in the semi-arid. To achieve this purpose, we have considered from the beginning of the archaeological works that culminated in the creation of Parque Nacional Serra da Capivara, in the 1970s, until the most recent events, represented by the insertion of archeology in the expansion of higher education, with the creation of Archeology and Heritage Preservation graduate course, at the *Universidade Federal do Vale do São Francisco* (UNIVASF), in São Raimundo Nonato, starting in 2004. In this exercise, we verified some overlapping of scenarios and, at the same time, we explained the transversalities with theoretical, methodological, and political positions projected from the Latin American reality.

Keywords: Teaching Archeology. History of Archeology. Affection. Piauí.

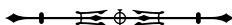
Mageste, L. E., & Amaral, A. M. (2022). As arqueologias afetivas na produção discente da Universidade Federal do Vale do São Francisco: desdobramentos históricos e interfaces teóricas na construção da Arqueologia no Sudeste e Sudoeste do Piauí. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 17(2), e20200115. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0115

Autor para correspondência: Leandro Elias Mageste. Universidade Federal do Vale do São Francisco, Rua João Ferreira dos Santos, Bairro Campestre, São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil. CEP 64770-000 (leandromageste@gmail.com).

Recebido em 25/09/2020

Aprovado em 26/09/2021

Responsabilidade editorial: Fernando Ozório de Almeida



INTRODUÇÃO

Neste artigo, analisamos a construção da Arqueologia no sudeste e sudoeste do Piauí. Temporalmente, consideramos desde a chegada das(os) pesquisadoras(es) na região a partir da década de 1970, com os processos que culminaram na criação do Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC), até as repercussões da instalação, em 2004, do curso de bacharelado em Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), na cidade de São Raimundo Nonato – intitulada de ‘capital da Arqueologia do Piauí’¹. No exercício, partimos de uma posição diferenciada de observação e ação, que é nossa atuação como docentes da graduação. Desse modo, estamos envolvidos diretamente na formação de arqueólogas(os), participando ativamente em alguns dos direcionamentos que serão expostos na ocasião. No âmbito de nossas próprias experiências, nas relações cotidianas com as(os) discentes e colegas, em conversas de corredores ou em propostas de pesquisa, extensão e trabalhos de conclusão de curso (TCC), ou ainda nos trânsitos pela cidade, por instituições e comunidades, começamos a registrar que categorias como ‘arqueologia’, ‘patrimônio’ e ‘arqueólogas(os)’ fizeram parte das vivências que se organizaram nas últimas décadas, sempre com um sentido muito pessoal para cada um.

Nessa conjuntura, nosso argumento é de que, sob tais condições, fermentaram-se outras orientações para as práticas arqueológicas, apoiadas em uma interface entre conhecimento científico e afeto. Assim, buscamos refletir sobre as conexões estabelecidas entre ciência, sociedade e Arqueologia, avaliando, principalmente, os desdobramentos relacionados com um projeto nacional de interiorização do ensino superior e suas consequências no contexto local. Para organização de nossas ideias, inicialmente refletimos sobre o lugar das afetividades nos horizontes teóricos abertos nas últimas décadas, atrelados às discussões críticas que envolvem

a composição da ‘Arqueologia moderna’ e da própria ideia de ‘patrimônio arqueológico’. Depois, realizamos uma incursão na história do sudeste e sudoeste do Piauí, considerando os eventos atrelados com a institucionalização da Arqueologia, catalisados nos esforços que culminaram na criação e na gestão do PNSC. Esse é o pano de fundo no qual se situa a implantação do curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da UNIVASF, abordado através dos vieses que orientaram a expansão das universidades no Brasil, em compasso com os elementos pertinentes ao planejamento e ao funcionamento da graduação.

Na sobreposição desses cenários, apresentamos alguns contornos que podem ser sintetizados e operacionalizados sob o termo de ‘arqueologias afetivas’, observados nas monografias que perfazem os TCC das(os) discentes (Mageste, 2019a, 2019b; Mageste et al., 2020). Tratam-se de pesquisas marcadas pela interculturalidade, vinculadas com trajetórias históricas que inspiram a ressignificação dos propósitos da disciplina e o tensionamento de suas fronteiras. Por isso, não se restringem ao estudo do passado ou das coisas materiais, mas se abrem para múltiplas temporalidades e experiências. Conforme percebemos, nas interfaces com o afeto, outras ‘arqueologias’ se configuram: ontologicamente associadas aos problemas da vida e preocupadas com suas soluções, encaram realidades incômodas e/ou familiares, passíveis de paixão e de dor. De forma plural, abraçam as afetividades como molas propulsoras para a produção de conhecimento socialmente contextualizado e potencialmente transformador.

AFETOS, ARQUEOLOGIAS E PATRIMÔNIOS: PROVOCAÇÕES TEÓRICAS E POLÍTICAS

Os debates sobre os afetos têm angariado atenções no âmbito daquilo que se convencionou chamar de ‘virada afetiva’, no escopo das avenidas pavimentadas pelas ‘viradas ontológicas’ que marcaram os horizontes das Ciências

¹ Título conferido pela Lei Estadual n. 6.224, de 26 de junho de 2012, de autoria do deputado estadual Fábio Novo, como parte das comemorações dos 100 anos de criação do município de São Raimundo Nonato, ressaltando a sua localização estratégica, no perímetro do Parque Nacional Serra da Capivara.

Humanas e Sociais durante a década de 1990. Pellini (2018) nos alerta que não existe consenso sobre o que significa afetar e ser afetado nas pesquisas que se dedicam ao assunto. Argumenta que os afetos não podem ser entendidos somente como fenômenos irracionais, conduzidos por emoções purificadas de qualquer tipo de julgamento ou intenção, mas sim de maneira relacional. Entre uma diversidade de definições, podemos concordar que falamos de afetos para mencionar as capacidades corporais e pessoais de afetar e de ser afetado, vinculadas com as possibilidades de ação de um corpo se envolver e se conectar com a diversidade de elementos e associações que compõem a sua existência. Articulam, portanto, memória, história e experiência. Os afetos podem ser expressos de forma involuntária ou inconsciente, de modos não discursivos, mas sempre ligados com a construção de uma autopercepção do sentimento de estar vivo e suas repercussões (Clough, 2007).

Nesses termos, constatamos que os afetos foram desconsiderados na fundamentação de uma 'Arqueologia moderna', a qual priorizou, durante a maior parte de sua história, uma realidade material objetiva, compartimentada, sem vida, sendo, por isso mesmo, purificadora no tocante às influências dos desejos e caprichos humanos, bem como da atuação de outras agências. Tal premissa encontra ressonância nas discussões levantadas por movimentos intelectuais anticoloniais e anticapitalistas, que encaram a modernidade como responsável por perpetuar opressões étnicas, raciais e de gênero, as quais moldaram a base de projetos de colonização de outros povos e reprodução do capitalismo, que não findaram com as políticas de descolonização dos séculos XIX e XX (Ballestrin, 2013). Pelo contrário, tornaram-se mais sofisticadas, com instrumentos de controle das maneiras de experimentar e conhecer o mundo. Na modernidade, foi consolidada uma narrativa evolucionista, que situou o homem branco, europeu e heterossexual no centro de uma história única. A sua jornada de 'conquistas' em direção à civilização ocidental foi transformada em parâmetro universal, constituindo os enquadramentos firmados no bojo do

projeto colonial, de forma a reificar uma hierarquia entre dominadores e dominados (Mignolo, 2008).

Essa conjuntura reflete aquilo que Quijano (1993) denominou de colonialidade, conceito aprofundado posteriormente por Mignolo (2008, 2017). Especificamente, esses autores defendem que a colonialidade do poder, do ser e do saber é a face oculta da modernidade, responsabilizando-se pela produção de diferenças que servem de justificativa para a inferiorização e a colonização de povos e culturas que destoem das expectativas universais criadas (Mignolo, 2017). Desse modo, um produto do binômio modernidade e colonialidade é a violência epistêmica, como resultado dos esforços para que determinadas visões mais compatíveis com os propósitos da modernidade prevaleçam sobre as outras. Relaciona-se, portanto, com a produção e apropriação de conhecimento, onde verifica-se a aniquilação de epistemes distintas, consideradas 'selvagens' ou 'primitivas'. Por meio de instrumentos variados, com especial destaque para a ciência, os parâmetros universais ocidentais são impostos sobre os colonizados, que têm suas formas de conceber o mundo interpretadas a partir das ideias de atraso e subdesenvolvimento (Tirado, 2009). As epistemologias alternativas são, assim, negadas, utilizando as suas alteridades, subjetividades e afetividades como argumentos para o extermínio de olhares destoantes e a persistência do domínio colonial.

Particularmente no contexto latino-americano, a Arqueologia corroborou a lógica de exclusão e controle, servindo para romper com os laços de vida entre as sociedades e os materiais agrupados sob o termo de registro arqueológico. Para essa conexão, foi rechaçada toda uma variedade de significados ontológicos e relações epistemológicas em prol da consagração de ideias de patrimônio explicitamente comprometidas com os projetos políticos de uma memória nacional (Gnecco, 2009). Defendidos como um projeto de Estado e, na maioria dos casos, desvinculados dos interesses imediatos dos grupos com os quais afetivamente se relacionam, Arqueologia e patrimônio arqueológico operam por meio de dicotomias que neutralizam outras organizações epistêmicas: rupturas

entre o passado e o presente, onde as narrativas sobre um tempo remoto prevalecem sobre as situações da contemporaneidade; entre sujeitos e objetos, com as qualidades da vida, da ação e da interpretação reduzidas somente aos primeiros, de preferência os pesquisadores e, finalmente, entre a política e a ação, onde a produção de discursos multiculturais prevalece sobre a intervenção social e o enfrentamento do poder.

Essas assimetrias persistem através daquilo que podemos chamar de discursos autorizados sobre o patrimônio – expressão problematizada por Smith (2006) e Smith e Waterton (2009), para o contexto britânico, mas com ressonância explicativa para aspectos conjunturais da realidade brasileira (cf. Fonseca, 2017; Bezerra, 2017). Para as autoras, trata-se do conjunto de práticas que envolvem a patrimonialização de determinados bens, com a sua institucionalização, que acontece necessariamente sob vias de seleção e exclusão. Na construção dos discursos que sustentam essas operações, o foco recai sobre os seus aspectos tangíveis, valorizados em termos de autenticidade e historicidade, sendo equiparados a expressões de identidade. Na prática, isso gera duas consequências mais evidentes.

A primeira é o compromisso do discurso autorizado sobre o patrimônio de organizar uma narrativa coerente, a partir de um conjunto de evidências físicas que comprovariam a existência, no plano objetivo, da ideia de nação, camuflando, com isso, o seu caráter inventado e político. Isso significa a busca por naturalizar, portanto, as relações de poder. A segunda consequência é a demanda por uma categoria específica de especialistas para lidarem com esses testemunhos, sempre sob um risco de perda, o que ameaçaria a integridade da própria nação (Gonçalves, 1996). O quadro culminou na criação de estratégias de preservação e conservação chanceladas pelo Estado e que reservou a operacionalização do patrimônio para um grupo restrito de profissionais. Simultaneamente, colocou na clandestinidade perspectivas alternativas. De fato, os sujeitos e grupos, fora dos espaços privilegiados por onde transitam os especialistas, geralmente não apresentam

um papel ativo na formulação de políticas públicas, sendo encarados somente como uma audiência que, no máximo, pode aprender a manejar as referências patrimoniais já constituídas nos termos desejados pelos 'entendidos no assunto' (Smith & Waterton, 2009; Bezerra, 2017).

No Brasil, a institucionalização do patrimônio tornou o seu manejo quase sempre limitado para os intelectuais a serviço do Estado, a maioria proveniente de classes médias e altas, com o trânsito facilitado nos meios onde os discursos autorizados são elaborados e ratificados: universidades, museus, centros culturais, entre outros (Fonseca, 2017). Em tais condições, as práticas entendidas como legítimas foram consagradas e reproduzidas, delimitando desde o alcance de termos como 'arqueologia' e 'patrimônio', até suas consequências atinentes aos processos de gestão e produção de conhecimentos. Certamente, foi uma operação possível por meio da supressão dos afetos e de outros pontos de vista no trabalho com a memória e a materialidade. Ao nosso ver, essa lógica começou a ser desafiada com mobilização social e políticas públicas incipientes, voltadas para a democratização dos espaços, que serviram ao longo da maior parte de nossa história como veículos para a reprodução da violência epistêmica, como é o caso das universidades e, especificamente, da Arqueologia enquanto disciplina e trabalho.

Para o recorte que analisamos no momento, essa percepção explicitou para nós a necessidade de transitar fora dos enquadramentos impostos pelos discursos autorizados sobre o patrimônio. Desse modo, buscamos abordar arqueologias, no plural, como vértices entre diferentes sistemas de conhecimento e temporalidades, em torno das quais se organizam afetos, narrativas, memórias, materiais, sensações, interesses e saberes (Hamilakis, 2015; Pellini, 2018). Trazendo para o contexto discutido no presente artigo, experimentamos as realidades e demandas do semiárido como professores, pesquisadores e moradores, ao mesmo tempo em que diversos segmentos da sociedade de São Raimundo Nonato e, principalmente, parte de nossas(os) discentes e seus familiares vem sentindo a ciência e transmutando-a em

afetos por mais de 50 anos². São as 'arqueologias afetivas' produzidas entre esses fluxos que procuraremos identificar.

ENTRE A DOR E A ESPERANÇA: A FORMAÇÃO DA CAPITAL DA ARQUEOLOGIA NO PIAUÍ

São Raimundo Nonato iniciou o seu processo de transmutação em 'capital da Arqueologia do Piauí' com a chegada da Missão Arqueológica Franco-Brasileira no estado, no início da década de 1970. Com a coordenação de Niède Guidon, os trabalhos aplicados catalisaram o potencial científico do espaço que hoje compõe PNSC. O Parque ocupa uma área de aproximadamente 130.000 hectares, distribuídos pelos municípios de Coronel José Dias, João Costa, Brejo do Piauí e São Raimundo Nonato (Figura 1). Possui cerca de 1.300 sítios arqueológicos registrados, de tipologias variadas, que constituem um conjunto amplo de evidências, responsável por documentar as ocupações humanas na área por uma longa duração, superior a 30.000 anos antes do presente, de acordo com as equipes envolvidas nos estudos (Figura 2)(Guidon, 2007; Boëda et al., 2014; Lourdeau, 2019).

Desde a chegada das(os) pesquisadoras(es), o local chamou a atenção pela sua notável diversidade biológica, geológica e arqueológica, que serviu de justificativa para ações preservacionistas e educacionais mais incisivas. Em termos históricos, em 1978, foi solicitada a criação de unidade de conservação, culminando na instituição do PNSC em 1979, durante a ditadura civil-militar. Mais tarde, em 1986, com a continuidade das investigações, participantes da Missão Francesa e colaboradoras(es) de outras universidades e centros de pesquisa nacionais e estrangeiros criaram a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM),

comprometida em combater a presença de posseiros, a caça ilegal e o desmatamento, além de zelar pelo patrimônio arqueológico local. Em 1991, o Parque recebeu o título de 'patrimônio mundial da humanidade' pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), projetando-se definitivamente como área estratégica para o desenvolvimento regional através do turismo e investimento científico (Guidon, 2007).

Paralelamente, a consolidação da unidade de conservação tornou-se justificativa para a desapropriação das pessoas que habitavam o perímetro demarcado. A comunidade Zabelê foi a mais impactada por esse processo, já que se localizava no epicentro do que veio a constituir o PNSC (Figura 3). Em compasso com a legislação, o povoado passou a ser encarado como uma ameaça à preservação da flora, da fauna e do extenso patrimônio arqueológico, sendo definitivamente removido em 1988. Na época dos acontecimentos, o Zabelê contava com cerca de 200 habitantes, os quais exploravam o território por meio de caça, agricultura e pecuária de subsistência. A maior parte das famílias constituía-se de posseiros, que, desde a segunda metade do século XIX, ocupavam terras devolutas (Godoi, 1999). Tal situação tornou moroso o pagamento de indenizações, além de dificultar os cálculos para uma estimativa compatível com os desejos e as necessidades locais. Para complicar, muitos moradores ficaram sem terras para habitar, transferindo-se para a periferia de São Raimundo Nonato, ou mesmo migrando definitivamente para regiões mais distantes, como a cidade de São Paulo. Somente em 1997, os remanescentes do Zabelê foram assentados em terras situadas a 10 km de São Raimundo Nonato, intituladas atualmente como Novo Zabelê (J. Oliveira & Borges, 2015).

² Cabe frisar que nossa escolha pela utilização de pronomes femininos, bem como a exposição de pesquisas realizadas por mulheres, especialmente as monografias que serão discutidas mais adiante, não devem ser entendidas como aspectos relacionados com a indicação de que as 'arqueologias afetivas' estão atreladas e/ou condicionadas por traços da 'personalidade feminina'. Assim como Mead (2000), acreditamos que as correlações entre 'sexo e temperamento' não são tão pueris como sugeriam alguns autores do século XIX. Deste modo, a postura que adotamos, além de estar em consonância com os dados quantitativos, respalda-se no protagonismo feminino no processo de institucionalização da Arqueologia no sudeste e sudoeste do Piauí. Certamente, reconhecemos a necessidade de extrapolar o quadro inicial, que será apresentado em abordagens futuras, para explorar as intercessões dos recortes de gênero, raça e classe no enquadramento de sociabilidades, dados e reflexões.

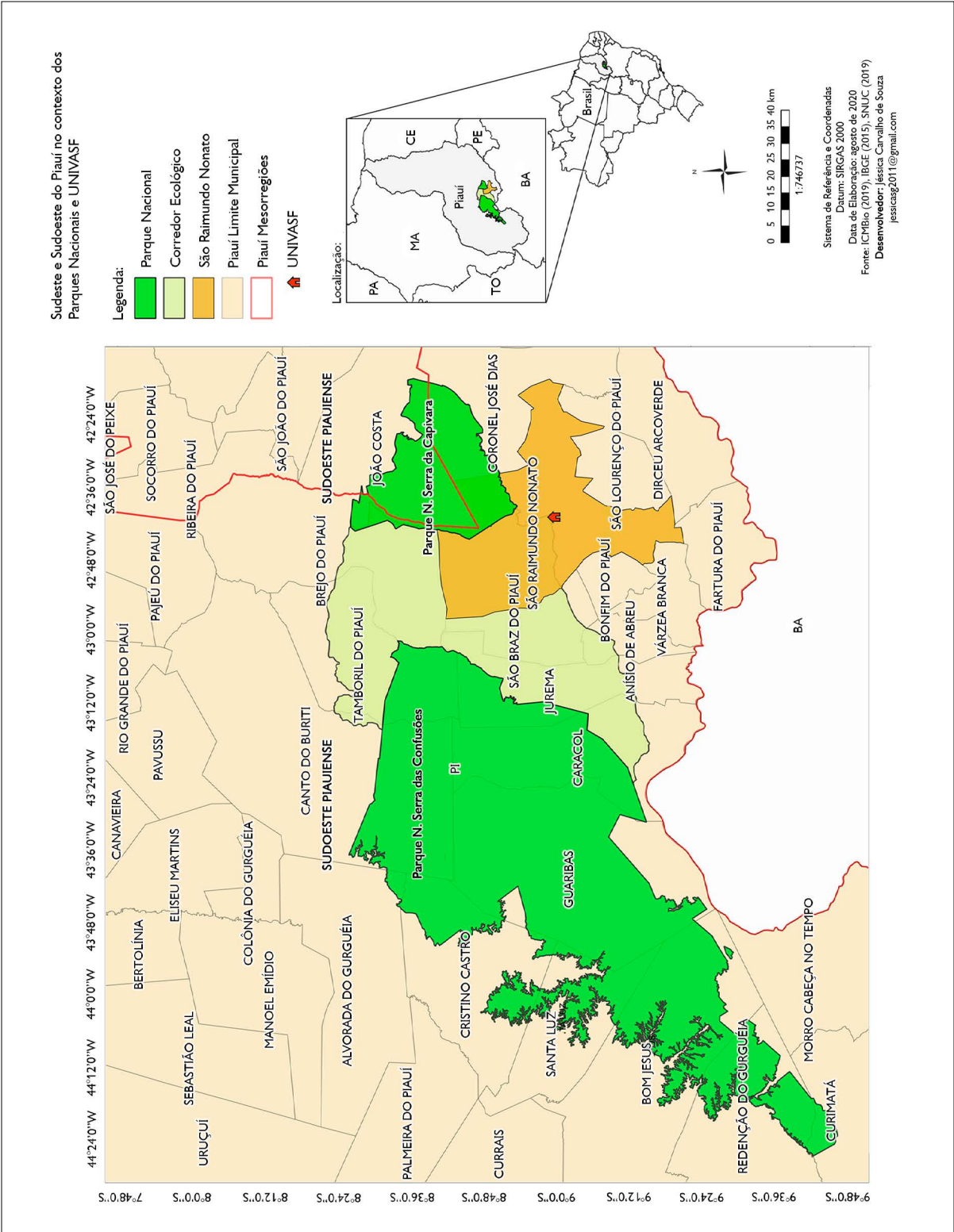


Figura 1. Sudeste e sudoeste do Piauí no contexto dos parques nacionais e *campus* Serra da Capivara/UNIVASF. Mapa: Jéssica Carvalho de Souza (2020).



Figura 2. Diferentes olhares sobre o PNSC: A) Pedra Furada; B) Baixão das Andorinhas; C) panorâmica com serra Branca ao horizonte; D) um exemplar das centenas de pinturas rupestres que compõem o sítio arqueológico Boqueirão da Pedra Furada, conhecida popularmente como 'cena do beijo' e 'dos namorados'. Fotos: Alencar Miranda de Amaral e Rosemary Aparecida Cardoso (2017).

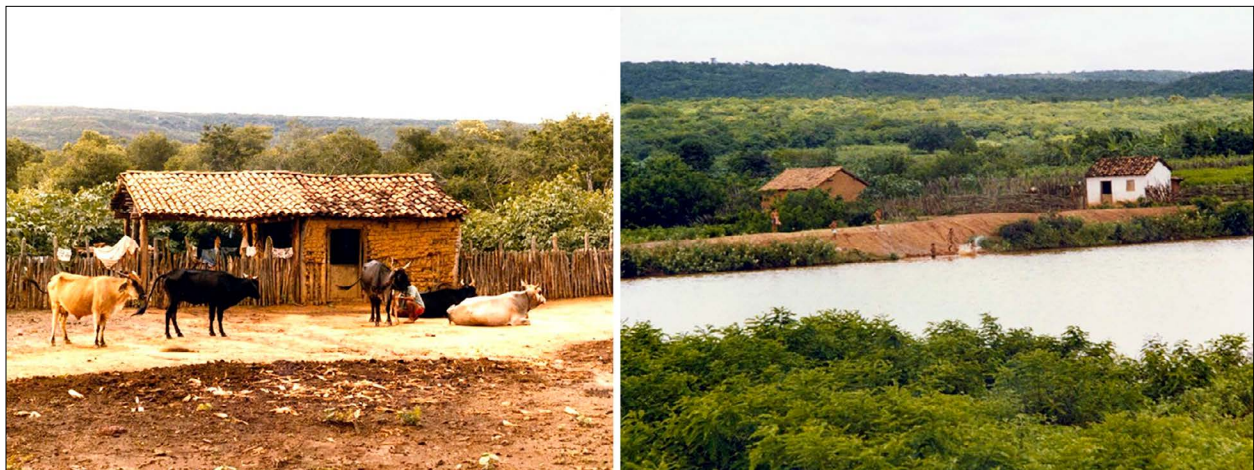


Figura 3. Paisagens da comunidade do antigo Zabelê, em 1985 e 1986, em terras que hoje integram a área de preservação permanente do PNSC. Fonte: acervo FUMDHAM (1985-1986).

Vale ressaltar, nesse momento, que não é nosso intuito aqui esmiuçar os trâmites característicos da desapropriação, os quais podem ter a sua complexa rede de atores e intenções, acordos e violências, cronologia e imbricamentos observada em trabalhos como os de Godoi (1999), Levy (2006), M. Sousa (2011), J. Oliveira (2014, 2016), J. Oliveira e Borges (2015), Ribeiro (2015), só para citar alguns exemplos. São incursões que estabelecem um cenário marcado por violência epistêmica, operante por meio de uma legislação e de um projeto científico que permitiram a constituição de um território arqueológico às custas de outros modos de vida, com o predomínio de uma forma de conhecimento e gestão sobre todas as demais, chancelada pelo Estado e operada por especialistas. Servem ao propósito de demarcar que, no semiárido piauiense, a organização da Arqueologia e de instituições científicas não aconteceu por vias pacíficas, mas no bojo de conflitos entre diferentes visões de mundo e acordos firmados na interface entre terra, família e interesse público. Conforme esboçaremos a seguir, essa amálgama não se restringiu ao ato de criação do PNSC, mas parece ter atravessado a construção do patrimônio arqueológico regional, revestindo-o também de afetividades que tornaram a sua manipulação e seu entendimento consequências da experiência de vida no contexto local, a partir da imposição, negociação e resignificação dos valores nacionais conferidos aos seus atributos (in)tangíveis.

Os primeiros indícios sobre o assunto são oferecidos por J. Oliveira (2014, 2016) e J. Oliveira e Borges (2015). Os autores consideram que, nas primeiras visitas de Niède Guidon à região, seus principais aliados nos estudos foram justamente os habitantes da área, os quais ofereceram hospedagem, abriram picadas e prospectaram as serras, indicando sítios arqueológicos já conhecidos pela comunidade e oferecendo suas interpretações. Com o aprofundamento das investigações, participaram de escavações, laboratórios e ações preservacionistas. Com a criação do PNSC, o vínculo é reconfigurado, com o

distanciamento das comunidades dos estudos e de um território que deixava de ser deles, para ser agora do Estado. Explicando melhor, J. Oliveira e Borges (2015, p. 116) apontam que tal 'cisão' foi consequência de "... uma Arqueologia pautada na legislação patrimonial, que apresentava desacordo com as comunidades que praticavam a caça, o desmatamento e queimadas para o trabalho da agricultura".

Se, por um lado, tal ruptura foi responsável por ressentimentos, por outro, representou uma esperança concreta de melhores condições de vida, a partir das ideias de patrimônio arqueológico e ambiental construídas pelas(os) especialistas. De fato, desde o início da sua atuação, as(os) estudiosas(os) relacionadas(os) com a Missão Francesa, posteriormente FUMDHAM, enquanto estabeleciam um rigoroso programa científico que assegurou a inserção do quadro local em debates de repercussão mundial – como a discussão da antiguidade e ocupação humana das Américas –, buscavam elaborar diversas estratégias de transformação social, com investimento na educação e na geração de empregos (Guidon, 2007). O ponto de partida foi o empenho para que os achados arqueológicos evidenciados permanecessem na região sendo musealizados, incrementando a economia local, por meio do turismo científico (Pereira, 2019).

Com esses propósitos, foram criados, na década de 1990, em São Raimundo Nonato, o Museu do Homem Americano e o Centro Cultural Sérgio Mota, que constituem a sede da FUMDHAM. Já para a área do PNSC, foram dispensados esforços volumosos na viabilização da visitação turística, com abertura de mais de 400 km de trilhas e estradas, preparação de 170 sítios arqueológicos para visitação, sendo 16 adaptados para portadores de necessidades especiais (J. Oliveira, 2014). Paralelamente à consolidação dessa infraestrutura, foram catalisados esforços para a melhoria dos indicadores do ensino básico e profissional e da divulgação do patrimônio arqueológico regional. Para isso, foram conduzidas experimentações pedagógicas, organizadas sob os

preceitos da arte-educação (Buco, 2014), focando-se na comunicação dos discursos sobre preservação patrimonial, consagrados institucionalmente e informados pelas narrativas produzidas nas pesquisas arqueológicas³ (M. S. Costa, 2011; Siqueira, 2014; Bucu 2014).

Também é importante mencionar que parte do público envolvido nas ações implementadas, desde 1990, passou a assumir, posteriormente, postos de trabalho nas incursões de campo, nos laboratórios e museus da FUMDHAM, que priorizou a inserção de pessoas da região. O mesmo viés foi adotado na administração do PNSC, com a contratação de mulheres das comunidades do entorno como agentes de portaria. De fato, a preocupação com a geração de alternativas econômicas para os povoados, que antes sobreviviam do manejo do território que hoje constitui a unidade de conservação, foi uma prerrogativa sempre presente nas iniciativas executadas. Isso fomentou ações voltadas para a capacitação de recursos humanos para pesquisa e turismo, acompanhadas de investimento em iniciativas ecologicamente sustentáveis, como a apicultura e a produção de cerâmica (Guidon, 2007).

Assim, a Arqueologia apresentou-se como caminho para emancipação econômica, pelo menos para a parcela da população abordada direta e indiretamente nos projetos formulados pelas(os) especialistas. Concomitantemente, permitiu a fixação de outros aparelhos culturais na região, responsáveis por catalisar as atenções em torno do patrimônio arqueológico local e suas conexões com outras tipologias patrimoniais e temáticas (Siqueira, 2014). Para citar alguns exemplos, esse parece ser o caso do escritório técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), instalado em São Raimundo Nonato em 2004, ou mesmo do Museu da Natureza, gerido pela FUMDHAM e inaugurado em 2018. Contudo, isso não significou uma alteração muito radical na estrutura de produção e gestão do conhecimento arqueológico, que

permaneceu consonante com os discursos autorizados sobre preservação patrimonial.

Frente ao cenário esboçado, percebemos que, se, por um lado, as discussões sobre o povoamento da América têm estimulado a imaginação das(os) cientistas por décadas; por outro, na memória afetiva de parte da população impactada pela consolidação das práticas arqueológicas na região, persistem experiências e lembranças relacionadas com a desapropriação e com trabalhos de escavação; com a participação nos projetos sociais conduzidos pela FUMDHAM; ou mesmo com as ações de educação patrimonial conduzidas pelo IPHAN. Certamente, corremos o risco de deixar de fora nuances variadas dos processos citados. Porém, para os propósitos deste artigo, essas experiências servem ao objetivo de deixar explícito que falar de Arqueologia, em São Raimundo Nonato, pode invocar um arsenal complexo de experiências que transformou a história de vida de muitas pessoas. No semiárido, essa gênese fomenta binômios afetivos que equalizam contraditórios como: dor e esperança; exclusão e pertencimento; perda e compensação. Ao nosso ver, uma possibilidade de síntese entre esses apontamentos dialéticos emergiu com a criação do curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial, na UNIVASF. Em compasso com outras experiências brasileiras emergentes na década de 2000, inaugurou um novo desdobramento na história da disciplina na região, ao tornar o treinamento formal em Arqueologia um projeto de vida mais acessível, incorporando parte de um público até então excluído do espaço acadêmico.

EDUCAÇÃO COMO REDENÇÃO? DEMOCRATIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA NO ENSINO SUPERIOR

Desde 1996, com a aprovação da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro, que estabeleceu as diretrizes e bases

³ Alguns exemplos da empreitada referem-se à instalação, no início da década de 1990, dos Núcleos de Apoio a Comunidade, com a criação de cinco escolas com metodologias de aprendizagem específicas instaladas em torno do PNSC, e do Pró-Arte, em 2001, focado em formação continuada do público, arte e divulgação científica e realização de eventos culturais (Costa, 2011; Siqueira, 2014; Bucu, 2014).

da educação nacional, bem como da Lei Federal n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação (2001-2010), a formação de universidades públicas em regiões afastadas das grandes capitais foi considerada tática promissora para incentivar o crescimento do país e dirimir assimetrias no acesso ao ensino superior. Na década de 2000, o tema recebeu um tratamento mais incisivo, culminando na elaboração, por parte do Governo Federal, de políticas públicas comprometidas com a ideia de interiorização, como é o caso do Programa Expandir (2003), bem como do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (2007). Nesse movimento, podemos observar que, se, por um lado, o aumento do número de universidades visava conferir suporte para o estímulo econômico, por outro, confrontava-se com as qualidades específicas das realidades socioculturais de sua inserção, acompanhado pelas expectativas da sociedade civil, ao vislumbrar o acesso a essas instituições como direito social constituído (M. R. Costa, 2017). Na interface entre essas posições, germinaram diversas contradições decorrentes da persistência da colonialidade, ao mesmo tempo em que foram estabelecidas algumas condições para sua crítica.

Explicando melhor, para M. R. Costa (2017), não é possível pensar em interiorização desvinculada do processo colonial, que inaugurou um contexto geopolítico de concentração de recursos e pessoal em pontos estratégicos do território, geralmente próximos ao litoral, de acordo com modelo português de exploração. Em uma perspectiva histórica, esses núcleos deram origem aos principais centros urbanos, que concentraram poder político e ditaram os projetos de desenvolvimento. De fato, com o advento da industrialização no país, a partir do século XX, acompanhada pela precarização das condições do trabalho agrícola, a centralização foi ainda mais estimulada com o fenômeno do êxodo rural. Nas grandes cidades, parte do contingente migrante engrossou as camadas

mais pobres, ocupando subempregos e sendo alvo de preconceitos das classes médias e altas. O cenário foi fundamental para que o Estado priorizasse, em certa medida, a interiorização de serviços, atendendo aos desejos de uma elite incomodada com a presença dos migrantes na malha urbana. Na conjuntura, o discurso desenvolvimentista foi invocado como alternativa para o incremento da economia, de modo a angariar não só matérias-primas para exploração, mas também para a produção de uma mão de obra mais qualificada e barata. Foi justamente essa soma de fatores que tornou a educação um objetivo sempre presente nas medidas de expansão de serviços que aconteceram ao longo de nossa história recente (M. R. Costa, 2017).

Em nossa análise, tais movimentos não podem ser pensados de maneira desvinculada das diferentes etapas de aprofundamento do capitalismo no Brasil, isto é, do desenvolvimentismo típico dos anos 1950 – que atravessa os governos da ditadura civil-militar –, passando pelas investidas neoliberais emergente nos anos 1990 – com seus acordos e tensionamentos decorrentes do sequestro do Estado pela iniciativa privada – e pelo consequente sucateamento dos serviços públicos (Zitkosk et al., 2015; Souza, 2017). Essas condições não foram acatadas passivamente, despertando, ao contrário, reações diversas: o incentivo à criação de universidades públicas tornou-se instrumento de capitalização política de elites locais em alguns contextos, reformulando o clientelismo para o sistema educacional brasileiro; paralelamente, atendeu expectativas entre camadas da população historicamente excluídas desses espaços, que se organizaram para reivindicar o acesso (Camargo & Araújo, 2018).

A gênese da UNIVASF insere-se, portanto, nas contradições informadas por este processo. Historicamente, a instituição tem origem no projeto de lei para a formação da Universidade Federal de Petrolina. Serviu ao propósito de catalisar os bons índices econômicos que já se observava na área, facilitando a formação de mão de obra especializada para atividades como a fruticultura irrigada. Durante a

idealização do projeto, até sua implementação em 2002⁴, as premissas condizentes com a natureza da universidade foram ampliadas para abarcar a transformação social, por meio de oferta de educação superior, demarcando um novo modelo de expansão pautado na integração regional e na inclusão do semiárido. Todavia, fica evidente que esse objetivo não foi a mola propulsora para o seu surgimento, mas acabou sendo atrelado à iniciativa, na medida em que ela se configurou no âmbito de uma ordem política propícia para um consórcio entre valores desenvolvimentistas e progressistas (Jesus, 2016; P. Araújo & Cusati, 2019).

Sob tais condições, a ênfase no crescimento econômico regional orientou a instalação de cursos considerados compatíveis com os interesses do mercado, com destaque para as áreas de serviços, saúde e tecnologias. As graduações em Ciências Humanas e Sociais, desde o início, assumiram baixa visibilidade na estrutura universitária, pelas poucas opções ofertadas e pela construção de um discurso institucional utilitarista, firmado em valores como inovação e empreendedorismo. Além disso, após sua fixação, conformou-se assentada em uma forte veia extensionista, com a proposição de disciplinas obrigatórias em todas as formações que articulem extensão, pesquisa e ensino. Com isso, defendeu a produção de ciência em perspectiva local, como estratégia para integração regional.

Especificamente, no tocante às confabulações que envolveram a instalação e o funcionamento da graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial, devemos considerar o panorama histórico referente à criação das graduações em Arqueologia no Brasil nas últimas duas décadas, com seus impasses entre democratização do conhecimento, contribuição social e exploração econômica. Na síntese

sobre esse quadro, Bezerra (2008) aponta que a discussão sobre a oferta de cursos de nível superior passou a ser encampada com mais vigor principalmente na década de 1990. Apesar da existência de uma experiência de graduação em Arqueologia desde 1975⁵, a proposta de expansão não foi encarada como consenso entre a comunidade de arqueólogos. A formação de profissionais com um novo perfil gerou temores de pesquisadores e grupos atuantes no país em relação às estruturas de pesquisa estabelecidas, servindo como catalisador para conflitos.

Prosseguindo em sua análise, Bezerra (2008) reconhece uma mudança de conjuntura detonada com a aplicação de uma política econômica desenvolvimentista, consolidada em 2007 com os Programas de Aceleração de Crescimento (PAC), juntamente com a promulgação de legislações específicas. Na prática, os eventos contribuíram para aumentar a demanda por profissionais qualificados, para participarem dos diversos canteiros de obras espalhados pelo país, suprimindo as necessidades abertas pelo licenciamento ambiental. Nesses termos, a criação das graduações em Arqueologia, na primeira década de 2000, sedimentou vínculos poderosos entre a expansão do ensino superior com a necessidade de formação de uma massa de profissionais qualificados à disposição do mercado, dentro da lógica de descentralização do ensino superior.

O CURSO DE ARQUEOLOGIA E A PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL DA UNIVASF

Diante do cenário que esboçamos, podemos compreender melhor a origem da graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial em São Raimundo Nonato, inaugurando a ideia do *campus* Serra da Capivara, no ano

⁴ A UNIVASF foi implantada pela Lei n. 10.473 de 27 de junho de 2002, tendo como sede a cidade de Petrolina, estado de Pernambuco. Atualmente, encontra-se estabelecida fisicamente em sete polos: de Petrolina Sede e Ciências Agrárias e Salgueiro, no estado de Pernambuco, o de Juazeiro, Paulo Afonso e Senhor do Bonfim, no estado da Bahia, e o de São Raimundo Nonato, no estado do Piauí. Conta com 30 cursos de graduação presenciais, cinco de educação à distância, 21 de pós-graduação *strictu-sensu* e, finalmente, 14 de pós-graduação *lato-sensu*.

⁵ Trata-se da Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon (FAMARO), criada em 1975, no Rio de Janeiro, sendo depois mantida pelas Faculdades Integradas Estácio de Sá (posteriormente Universidade Estácio de Sá) até o ano 2000, quando entrou em extinção (Bezerra, 2008).

de 2004. Foi o primeiro curso do tipo implantado em uma universidade pública federal, antecipando-se ao *boom* provocado com a implementação do REUNI e do PAC. Em certa medida, distingue-se da realidade fomentada por essa política de expansão, tendo como principal justificativa para o seu funcionamento a necessidade de aprofundamento do projeto científico organizado em torno do PNSC, conduzido pelas pesquisadoras da FUMDHAM⁶. De acordo com Niède Guidon, na ocasião da aprovação do projeto que veio a constituir a UNIVASF, a concepção original era de que o curso para a formação de arqueólogos(os) permanecesse em Petrolina. Na época, ela e Anne-Marie Pessis – outra pesquisadora central na administração da FUMDHAM – foram procuradas para formulação de plano pedagógico, mas condicionaram à sua elaboração a necessidade de transferência para o interior do Piauí, com o apoio do deputado federal José Francisco Paes Landim (J. Oliveira, 2014). Desse modo, a partir da capacidade de negociação política e do prestígio científico de um importante grupo local, representado pelas pesquisadoras da FUMDHAM, a dimensão geográfica da UNIVASF foi reconfigurada, com a inserção de São Raimundo Nonato.

De fato, a vocação de São Raimundo Nonato para abrigar treinamento profissional em Arqueologia foi considerada logo no início das pesquisas arqueológicas na região. Já em 1973, por meio de parceria entre a Missão Franco-Brasileira e a Universidade Federal do Piauí (UFPI), foi criada a primeira especialização em Arqueologia Pré-histórica, com realização de estágio obrigatório na cidade (J. Oliveira, 2014). Com o fortalecimento da FUMDHAM

no gerenciamento das pesquisas, a área passou a ser alvo de investigações, que culminaram em projetos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, conduzidas por estudiosas(os) inseridas(os) em pós-graduações de universidades brasileiras e estrangeiras. Na prática, tais iniciativas serviram para reforçar o potencial arqueológico da área, atrelado à necessidade de ampliação dos estudos sobre a Pré-História e com foco mais intenso na preservação e gestão dos recursos culturais. Esse argumento foi decisivo para fixação de uma graduação em Arqueologia em São Raimundo Nonato.

Não por acaso, existiu, desde o início das atividades da graduação, um vínculo estreito entre a UNIVASF e a FUMDHAM, conectando a chegada da universidade com uma história mais profunda da gênese da Arqueologia na região. Nos primeiros anos de funcionamento da universidade, através de acordo firmado entre as instituições, o curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial funcionou nas dependências da Fundação, com seus laboratórios, bibliotecas, salas de aula e reservas técnicas. A estrutura física permanece acessível para docentes e discentes na realização de pesquisas. Em termos educativos, a proximidade pode ser observada também na consolidação do projeto político-pedagógico em 2008, que sistematizou os currículos a partir das repercussões dos primeiros anos de funcionamento. No caso da UNIVASF, fundamentou um projeto de ensino de Arqueologia direcionado para o rigor metodológico, nas atividades de campo e laboratório e nas reflexões teóricas pertinentes aos campos da Pré-História, da Arqueologia Histórica e da Preservação Patrimonial, enfatizando o PNSC e suas comunidades de entorno⁷. A sobreposição

⁶ A constituição de um polo científico, acomodado às estruturas de produção de conhecimento já existentes e atuantes na área, não significou um apartamento das demandas e discussões voltadas para as demandas do mercado, especificamente do licenciamento ambiental, com suas possibilidades de conflitos e acordos (cf. Zanettini & Wichers, 2014). Um exemplo dessa aproximação na UNIVASF pode ser verificado no envolvimento institucional com o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional (PISF), em 2008. Em 2010, a coordenação do projeto foi assumida pelo Instituto Nacional de Arqueologia, Paleontologia e Ambiente do Semiárido (INAPAS/FUMDHAM) – um desdobramento do Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), formalizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob coordenação de Pessis (Instituto Nacional de Arqueologia, Paleontologia e Ambiente do Semi-Árido, 2010).

⁷ É importante destacarmos que o Projeto Político-Pedagógico do Curso (PPC) vem sendo tensionado e ressignificado para acomodar as expectativas de docentes e discentes, frente aos diversos caminhos teóricos e metodológicos que foram pavimentados nos últimos anos. Atualmente, o documento encontra-se em fase de estudo e reformulação, no intuito de responder a estes anseios.

de missões fica mais evidente quando consideramos, nesse momento, a presença constante no corpo docente de profissionais que já colaboraram ou colaboram com a FUMDHAM nas incursões científicas.

Entre 2008 e 2009, o curso recebeu estímulos dos desdobramentos de políticas públicas nacionais, que acarretaram transformações no funcionamento da universidade. Nessa perspectiva, aconteceu a inauguração de um prédio próprio para o funcionamento do *campus*. Paralelamente, foi instalada a licenciatura em Ciências da Natureza, viabilizada por meio da aplicação do REUNI, implantado na UNIVASF em 2008. O programa do Governo Federal não direcionou verbas específicas para a formação em Arqueologia, mas gerou impactos institucionais, contribuindo para o fortalecimento da universidade em São Raimundo Nonato. Apesar dos problemas relacionados com a sua utilização e seu planejamento em âmbito nacional, para o momento, interessa-nos salientar que o REUNI esteve explicitamente comprometido em ampliar o acesso e garantir a permanência na educação superior. Por esse motivo, manteve como uma de suas diretrizes fundamentais as políticas de assistência estudantil, fortalecendo o já existente Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (Cislighi & Silva, 2012). Em vigor desde 2007, o PNAES estabeleceu eixos de atuação para o desenvolvimento de políticas sociais de proteção de grupos economicamente vulneráveis no ambiente universitário. Em 2010, na conjuntura do REUNI, o programa foi regulamentado para catalisar os instrumentos de inclusão social de segmentos historicamente excluídos do espaço acadêmico (Imperatori, 2017).

Na UNIVASF, o PNAES representou maior dinamicidade das ações, com alocação de verba específica. O foco na assistência estudantil culminou na criação de pró-reitoria para esse fim, em 2011, dando ao tema maior força política dentro da estrutura institucional. Como consequência, no mesmo ano, foi inaugurada a residência estudantil do *campus* Serra da Capivara. No cenário, em consonância com os esforços voltados para ampliar as

possibilidades de ingresso no ensino superior, em 2010, a UNIVASF abandonou o vestibular tradicional e adotou o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como maneira principal de acesso. Já em 2012, no contexto da formalização do sistema de cotas, 50% das vagas oferecidas passaram a ser destinadas para candidatos pretos, pardos e indígenas; de baixa renda; e para estudantes provenientes de escolas públicas. Essas iniciativas serviram para constituir um público universitário com necessidades socioeconômicas diversas, aumentando justamente a demanda por assistência estudantil (Resende et al., 2016). Em São Raimundo Nonato, as políticas fomentaram uma entrada maior de discentes oriundos da região, desde então sempre prevalentes em relação a estudantes provenientes de outras localidades: descendentes das comunidades expulsas do Parque, ex-participantes dos projetos sociais da FUMDHAM, do IPHAN e da UNIVASF, membros de comunidades quilombolas e camponesas, entre outras(os) estudantes acostumadas(os) a esbarrar com arqueólogas(os) e sítios arqueológicos ao longo de suas trajetórias de vida na ‘capital da Arqueologia no Piauí’.

No quadro de promoção das políticas de democratização da universidade, outra mudança é verificada no curso de Arqueologia: a ampliação de iniciativas voltadas para as conexões entre sociedade e universidade, enfocando recortes temporais e sociais para além da ideia de Pré-História, em compasso com as mudanças teóricas e metodológicas mais amplas na Arqueologia brasileira na época. Particularmente, falamos também do fortalecimento da extensão, desenvolvida desde o início do curso, mas ampliada a partir de 2009, com projetos direcionados para temas como educação ambiental, educação patrimonial e turismo sustentável, até chegar nos esforços preocupados em descolonizar as vinculações entre comunidades, pesquisadores e ciência, questionando os sentidos dos discursos autorizados sobre patrimônio arqueológico e preservação (Siqueira, 2014; A. Oliveira et al., 2017). Esses vieses foram retroalimentados com a condução de algumas disciplinas, tais como “Núcleo

temático”, “Métodos e técnicas arqueológicas”, “Educação ambiental”, “Preservação patrimonial”, “História do Brasil colonial”, “Introdução à Antropologia”, “Pré-História do Novo Mundo”, “História indígena I e II”, entre outras, que em diversos momentos buscaram interfaces com a educação básica ou serviram como cenário experimental para proposição de abordagens comunitárias em torno de diferentes tipologias patrimoniais. Além de servir como vetor de comunicação entre a universidade e a sociedade, as iniciativas têm demonstrado potencial para atrair mais jovens da região para a formação em Arqueologia. Na interface entre Arqueologia e comunidades, foi criado, em 2010, o Programa de Educação Tutorial em Arqueologia (PET-Arqueologia) – até hoje, o único no Brasil voltado para ações de educação patrimonial (Carvalho et al., 2020).

Nesse contexto promissor, em 2015, foram inaugurados no *campus* os prédios destinados ao funcionamento dos laboratórios de Arqueologia Pré-histórica, Arqueologia Histórica, Preservação Patrimonial e Bioarqueologia, além de uma biblioteca e um auditório. Quase 11 anos após a implantação da UNIVASF, consolidou-se em São Raimundo uma estrutura acadêmica independente, com espaços didático-pedagógicos, utilizados em atividades de ensino, pesquisa e extensão (Figura 4). Em período de fortalecimento do *campus*, em 2016, dois novos cursos começaram as suas atividades: o bacharelado em Antropologia (Leal, 2021) e a licenciatura em Química. Especificamente sobre a graduação em Antropologia, passou a oferecer aulas e encontros acadêmicos frequentados pelas(os) discentes de Arqueologia e Preservação Patrimonial. Na prática, tal dinâmica contribuiu para fomentar questionamentos a

respeito das fronteiras entre as disciplinas, principalmente nas ocasiões em que a Arqueologia sai da longa duração, para abordar fenômenos do passado recente e do mundo contemporâneo. Em 2018, tais barreiras disciplinares são definitivamente borradas institucionalmente, com a criação do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia⁸, organizado sob duas linhas de pesquisa que admitem enfoques relacionados com diferentes temporalidades e construções patrimoniais.

MAPEANDO AFETOS: AS ARQUEOLOGIAS AFETIVAS NA PRODUÇÃO DISCENTE DA UNIVASF

Frente a esse cenário histórico, o que nos interessa é perceber as suas repercussões na operacionalização da Arqueologia. O nosso desejo é ambicioso e começamos apenas a arranhar a superfície dessa realidade. Para o momento, trazemos algumas informações referentes à produção discente do curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial. No exercício, foram analisados 198 TCC, defendidos pelas(os) discentes da UNIVASF, desde 2009 até o encerramento do ano letivo de 2019, com a finalização do primeiro semestre⁹. Em nossas leituras do material, buscamos sistematizar as conexões temáticas entre os estudos e o seu contexto espacial de aplicação. Por se tratar de um conjunto de dados bastante heterogêneo, no tocante às terminologias e às filiações teóricas, criamos algumas condições para o agrupamento dos trabalhos de forma não hierárquica ou qualificativa, permitindo capturar tendências relacionadas com os interesses expressos nos textos. Dessa maneira, as classificações estão muito mais relacionadas às nossas interpretações e necessidade de

⁸ Para maiores informações, ver Universidade Federal do Vale do São Francisco (n.d.).

⁹ No funcionamento da graduação, o TCC consiste em requisito parcial para obtenção do bacharelado em Arqueologia e Preservação Patrimonial, sendo o produto da disciplina obrigatória de Monografia, ofertada no 8º período e realizada sob supervisão de docente orientador. Certamente, as inclinações teóricas e metodológicas observadas nesses documentos são resultados do trabalho colaborativo entre orientador e orientando. Contudo, trata-se também de um trabalho autoral, constituindo em ato de expressão discente. Para o momento, nosso interesse foi justamente capturar este ponto de vista. Isso não exclui a participação dos docentes na formulação das ‘arqueologias afetivas’, que devem ser consideradas em pesquisas futuras a partir de enquadramentos como formação, projetos de pesquisa, publicações, atuação e, mais importante, suas afetividades. Para o momento, é interessante destacar que as abordagens sensíveis não podem ser entendidas como consensuais entre os(as) professores(as), que comungam de diferentes perspectivas de ciência.



Figura 4. *Campus Serra da Capivara*: A) visão aérea; B, C e D) vivências no *campus* durante a realização do 1º Simpósio de Arqueologia e Patrimônio do Laboratório de Preservação Patrimonial (LAPA) da UNIVASF, em maio de 2019. Fotos: Mauro A. F. Fontes (2018) (A) e acervo do LAPA-UNIVASF (2019) (B, C e D).

enquadramento, não sendo precisamente coincidentes com os termos que apareceram nas investigações.

Assim, estabelecemos critérios pautados fundamentalmente nas temporalidades e justificativas

que as pesquisas abarcam – o que possibilitou tecer vínculos para além dos objetivos e objetos de estudos explicitamente declarados. Empregamos 'arqueologias contemporâneas e patrimoniais', para falar das monografias

que procuraram entrelaçar a Arqueologia com o mundo contemporâneo, seja por meio de discussões voltadas para a memória, o patrimônio, o passado recente e o presente; 'arqueologias de passados remotos', para indicar as empreitadas comprometidas com a abordagem de quadros pré-coloniais e suas vinculações interdisciplinares, compreendendo as investigações de uma cronologia mais profunda; 'arqueologias históricas', para buscar as pesquisas que enfatizam conjunturas e processos sociais específicos, geralmente delimitados até a passagem do século XIX para o XX, incluindo os esforços de refletir sobre uma longa duração. Fora desse escopo, registramos as incursões voltadas para procedimentos de conservação e restauração aplicada e, finalmente, as revisões teóricas, metodológicas e bibliográficas. Posteriormente, observamos a incidência das investidas sobre os parques nacionais Serra da Capivara e Serra das Confusões, para as demais regiões do Piauí e nos outros estados do Brasil (Figuras 5 e 6).

De modo geral, os dados indicam disposições preliminares no que diz respeito aos assuntos abordados e ao foco espacial de aplicação. Até 2013, quase sempre predominaram monografias relacionadas com os estudos de contextos pré-coloniais, associados à diversidade das ocupações humanas que caracterizam os sítios do PNSC e, raramente, da Serra das Confusões. Paralelamente, chama atenção a incidência de iniciativas dedicadas à reflexão sobre contextos oriundos de outros estados, que se mostram preponderantes em 2012 e entre 2014 e 2016, indicando a persistência das discussões tecidas na graduação para além de qualquer circunscrição geográfica. De 2014 em diante, verificamos o aumento nas investidas que buscaram conectar a Arqueologia com as demandas do presente. Essa tendência escalona até 2019, em compasso com o aumento de estudos focados na diversidade de compartimentos regionais do Piauí, fora das áreas de preservação permanente. Configura-se

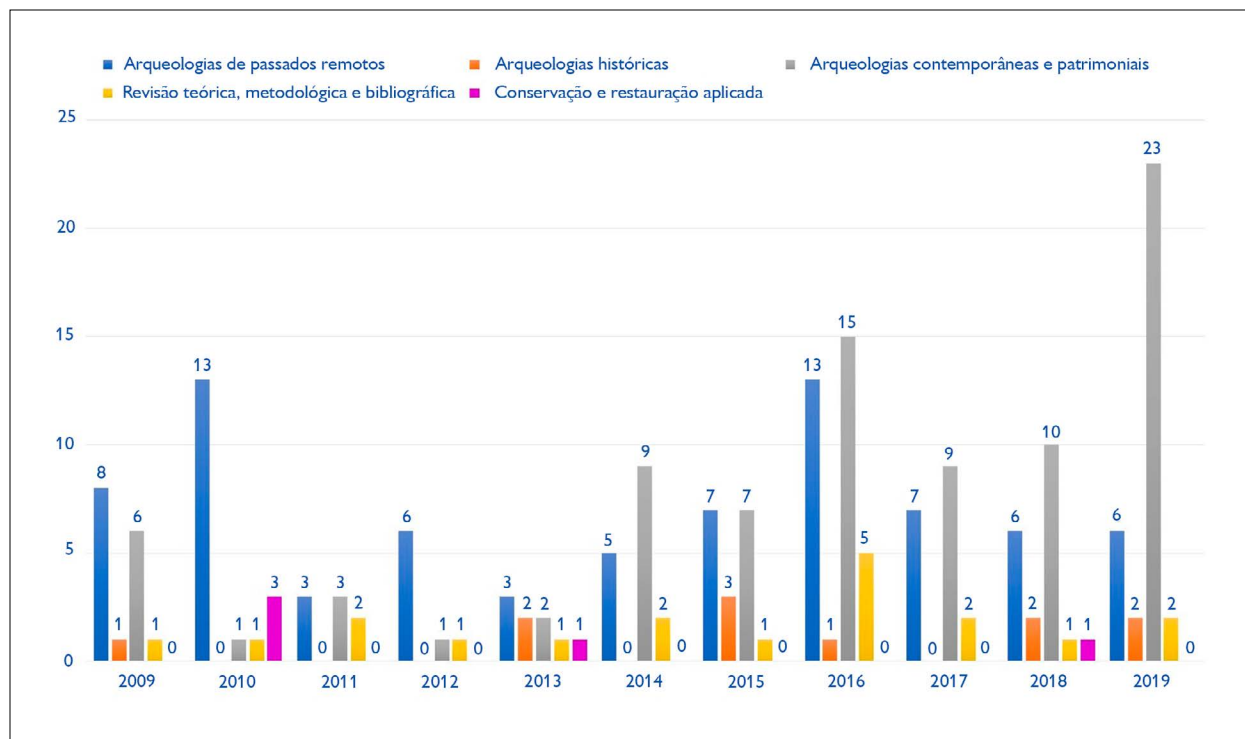


Figura 5. Conexões temáticas prevalentes nos TCC em Arqueologia e Preservação Patrimonial, defendidos na UNIVASF entre 2009 e 2019. Crédito da imagem: Leandro Elias Canaan Mageste (2020).

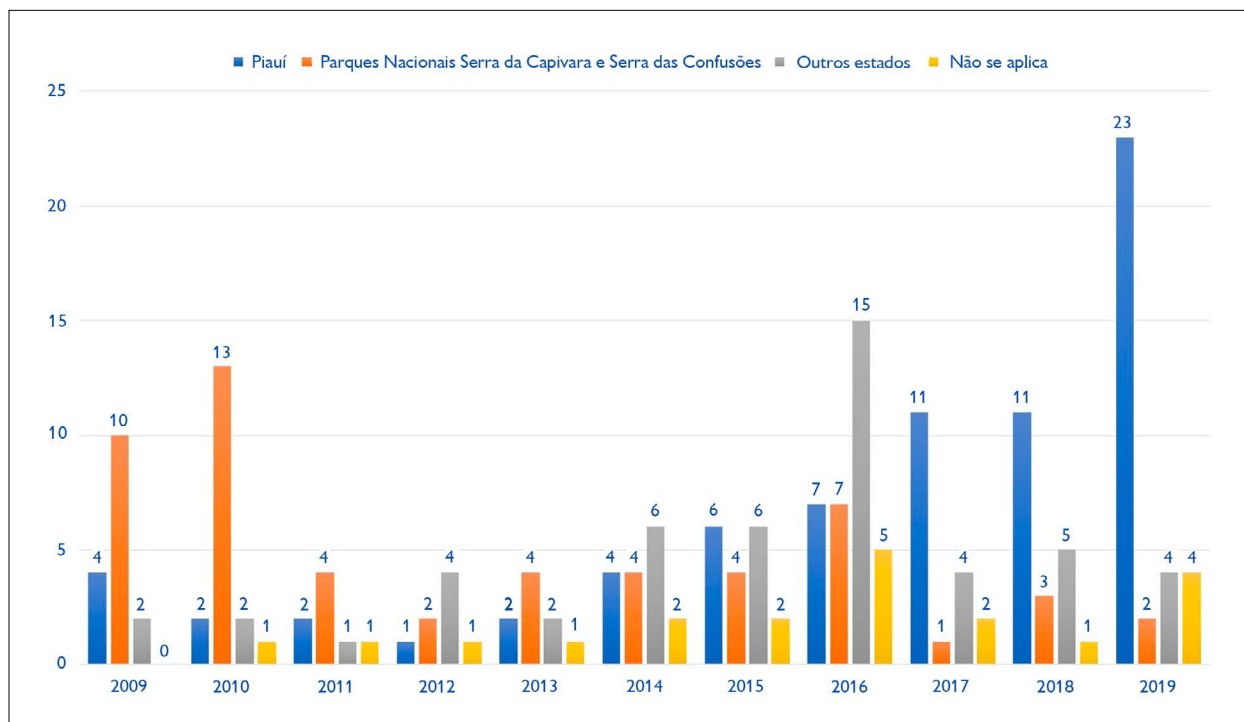


Figura 6. Contexto espacial de abordagem prevalente nos TCC em Arqueologia e Preservação Patrimonial, defendidos na UNIVASF entre 2009 e 2019. Crédito da imagem: Leandro Elias Canaan Mageste (2020).

uma situação inédita, com o predomínio de investidas sobre contextos piauienses, a maioria da microrregião de São Raimundo Nonato, quase sempre explicitamente capturados sob um ponto de vista afetivo.

Esses dados fazem mais sentido se levarmos em consideração as mudanças nas formas de acesso e de funcionamento e nos perfis da universidade pública federal (Figura 7). No caso da UNIVASF, o aprofundamento das políticas nacionais de acesso e manutenção estudantil no ensino superior, citadas anteriormente, foi responsável pelo afluxo maior de estudantes oriundos da região, a maioria autodeclarada parda e proveniente de escola pública. Além disso, desde 2016, as mulheres constituem a maioria das(os) discentes aprovadas(os) no curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial – um dado consonante com os indicadores sistematizados para o território nacional desde 2009 (Gaspar et al., 2020). Assim, as monografias defendidas até 2013 foram

elaboradas em um *campus* sensivelmente diferente da atualidade. Desde 2014, parte significativa daquelas(es) que defenderam suas monografias ingressou pelo ENEM, via Sistema de Seleção Unificada (SISU), envolveu-se nos trabalhos do PET Arqueologia, participou de projetos de extensão colaborativos e, mais significativamente para nossa argumentação, pode apresentar biografias individuais marcadas pelo contato com as práticas arqueológicas, arqueólogos(os) e instituições, bem como com seus desdobramentos na história regional e na produção de vivências.

Nossas considerações podem ser traduzidas para tons afetivos quando damos uma olhada nos aspectos qualitativos dos documentos e atentamos para seus efeitos teóricos e empíricos. É o momento que percebemos a atuação das(os) estudantes que se formaram na UNIVASF como potencialmente transformadora e catalisadora de uma reflexão crítica a respeito do papel da Arqueologia

no mundo contemporâneo. Nessa perspectiva, desde 2009, observa-se a produção de trabalhos que entendem as práticas arqueológicas como um jeito de conhecer realidades variadas, considerando os trânsitos da materialidade na vida cotidiana e nos domínios da memória. São pesquisas que trazem, incutido em suas proposições, certo discernimento de patrimônio cultural que se constrói nas experiências da vida em comunidade. Tais posicionamentos vão se tornando mais explícitos nos trabalhos ao longo dos anos. Correlatamente, encontram-se em sintonia com as pesquisas desenvolvidas no âmbito da pós-graduação em outras universidades brasileiras, como analisado por Gaspar et al. (2020), que apontam para a recorrência e a relevância de temas como ‘patrimônio’ e ‘arqueologia pública’ no cenário nacional.

Entre as primeiras publicações realizadas sob esse viés, podemos citar o trabalho de Aquino (2009), designado o “Misticismo e simbolismo na Cova da Tia: um olhar sobre o Patrimônio Cultural Imaterial da região de São Raimundo Nonato e entorno”. Na monografia, a

autora analisa a materialidade e as narrativas associadas ao túmulo de uma ex-escravizada, discutindo a importância daquele local, tanto como espaço sagrado, quanto como patrimônio cultural da região. Como explicitado, ver “. . . uma caravana de devotos se organizar para realizar uma visita ao local. . . a fim de pagar e renovar promessas. . .” a instigou a “. . . registrar o local designado Cova da Tia como um espaço sagrado. . .” e a demonstrar sua relevância enquanto “. . . elemento de identidade religiosa e cultural do patrimônio intangível regional” (Aquino, 2009, p. 13). Além disso, é interessante perceber como a pesquisadora parte de seu imaginário de infância, povoado “. . . dos muitos causos contados por meus avós e pessoas mais velhas. . .” (Aquino, 2009, p. 13), para se apropriar das discussões de Halbwachs (2013) sobre memória coletiva. Deixa evidente como suas experiências e afetos associam-se às premissas e/ou às diretrizes acadêmicas adotadas, permitindo “. . . a possibilidade de registrar oportunamente as muitas histórias presentes no imaginário da população. . .” (Aquino, 2009, p. 13).

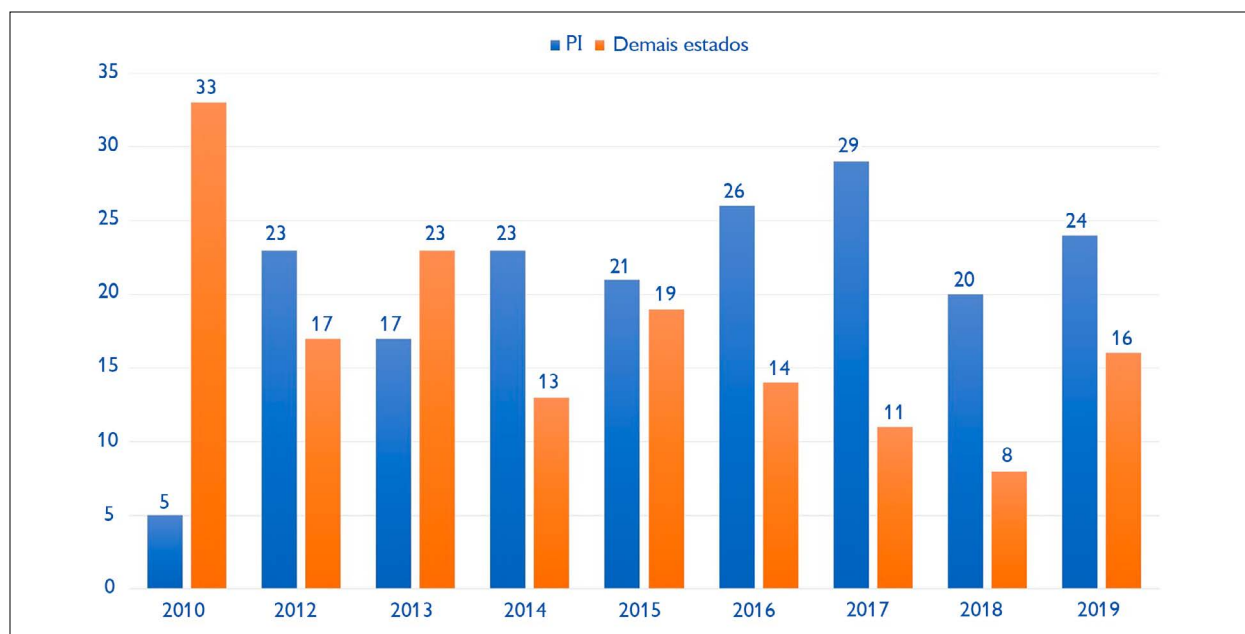


Figura 7. Estado de origem das(os) discentes matriculadas(os) na graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial da UNIVASF entre 2010 e 2019. Fonte: Estatísticas do Processo Seletivo para Ingresso nos Cursos de Graduação presenciais (PS-ICG) da UNIVASF (2020).

Perspectiva semelhante é desvelada na monografia de Santana (2010), chamada “Guerra da Telha: memória, história, arqueologia e patrimônio”. A escolha por pesquisar um conflito que aconteceu no município de Dirceu Arcoverde, no Piauí, entre os anos de 1927 a 1930, remete às lembranças das histórias contadas por seus avós, que eram “sobreviventes desse conflito” (Santana, 2010, p. 12). Segundo a autora, “. . . o curso de graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial possibilita-me a oportunidade de narrar essa história, por meio das metodologias que conheci durante o curso. . .” (Santana, 2010, pp. 12-13).

Por sua vez, o predomínio de investigações dedicadas ao estudo do passado pré-colonial entre as primeiras turmas, focado em temas clássicos, como análises do registro rupestre, material cerâmico, artefatos líticos e estruturas de fogueira, não implicou, necessariamente, a elaboração de trabalhos desprovidos de afetos. Muito pelo contrário, em alguns casos, como veremos a seguir, a mola propulsora para realização da pesquisa foi justamente a afetividade. Em tais circunstâncias, o acesso ao ensino superior e à especialização nos cânones científicos da Arqueologia revela como muitas(os) discentes encararam o ingresso na graduação tanto como uma forma de capacitação profissional, e possível ascensão socioeconômica, quanto como um meio de registrar, valorizar e divulgar histórias e locais aos quais se sentem afetivamente vinculadas(os). Avancamos mais nessas reflexões quando temos acesso as(aos) autoras(es) dos TCC.

Nesse mister, podemos citar um trabalho mais próximo do processo da edificação da Arqueologia no sudeste e sudoeste do Piauí. Referimo-nos à pesquisa de Soares (2010), intitulada “Pinturas rupestres no município de São Braz do Piauí: padrão de reconhecimento e temática dominante”. Essa pesquisa foi realizada na cidade de origem

da autora, distante a 30 km de São Raimundo Nonato e integrante do corredor ecológico existente entre os parques nacionais Serra da Capivara e Serra das Confusões. Na área, são frequentes os achados de urnas funerárias realizados pela população local, nas intervenções cotidianas nas vias públicas e espaços íntimos dos moradores. Assim, desde a década de 1970, o município também vem sendo palco para realização de pesquisas arqueológicas, formatando um imaginário específico sobre o assunto. De acordo com A. Soares (comunicação pessoal, 29 mar. 2020):

Desde a minha infância, ouvia falar através dos mais velhos sobre os achados e as pesquisas que a Dra. Niede Guidon e equipe desenvolviam. Em São Braz do Piauí, era comum, quando os moradores abriam fossas ou valas para construção de suas casas e cisternas, encontrar urnas funerárias e vestígios que comprovavam a presença humana desde os tempos passados naquele local. Ouvia falar que estes eram encaminhados para um museu, que ficava em São Raimundo Nonato, para serem estudados.

Foi em uma palestra realizada nas dependências do Museu do Homem Americano que a jovem, além de ver o material arqueológico de seu município, ficou sabendo da oferta do curso de graduação em Arqueologia pela UNIVASF, na cidade de São Raimundo Nonato. Já na graduação, Adriana integrou a equipe da FUMDHAM, que mapeou os sítios arqueológicos do entorno do município de São Braz do Piauí. Com a experiência, decidiu abordar os locais de potencial arqueológico no seu trabalho de conclusão de curso, ampliando, inclusive, a amostra disponível (Soares, 2010). Apesar de não ter expresso no texto monográfico, pessoalmente¹⁰ afirmou: “tinha interesse em conhecer a história dos povos antigos que viveram no município de São Braz do Piauí. De maneira, que sempre me senti ligada aos meus ascendentes”

¹⁰ Cabe ressaltar que, nesta etapa da pesquisa, não realizamos uma coleta sistemática de informações orais, via entrevistas formais, com as(os) egressas(os) do curso de arqueologia da UNIVASF, sendo essa uma meta para empreitadas futuras. Desse modo, para a presente publicação, lançamos mão somente dos depoimentos de Adriana Soares e Pâmara Araújo, com as quais mantemos relações profissionais e afetivas, sendo os dados apresentados resultantes de conversas estabelecidas nos últimos anos e, principalmente, da recente troca de correspondência eletrônica informando sobre nossa intenção de analisar as monografias produzidas por alunas(os) da UNIVASF, solicitando que ambas nos contassem sobre suas motivações para o ingresso na graduação em Arqueologia e a escolha do tema do trabalho de conclusão de curso.

(A. Soares, comunicação pessoal, 29 mar. 2020). O sentimento aparece atrelado a um senso de responsabilidade social perante à comunidade e ao reconhecimento da ciência como aliada em potencial: “sempre procurei unir, nesse ensejo, os conhecimentos adquiridos através do curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial e contribuir, mesmo que de forma singela, para a construção do conhecimento arqueológico daquele município” (A. Soares, comunicação pessoal, 29 mar. 2020).

Isso também pode ser observado no trabalho de P. M. Santos (2010), sobre “Os registros rupestres da região de Jaguarari, Bahia”, que nos informou: “a principal motivação para a escolha do tema da minha monografia foi a relação de identidade desencadeada pelo território em comum entre os sítios arqueológicos pesquisados e a minha história familiar” (P. M. Santos, comunicação pessoal, 6 abr. 2020). A autora relatou que, desde a infância, sabia da existência de pinturas nos boqueirões de sua cidade. Durante a graduação na UNIVASF, percebeu que “a área tinha potencial para uma pesquisa acadêmica e eu estava ali, disponível para colaborar com isso. Costumo pensar que essa pesquisa me escolheu. A mim, restou apenas seguir o caminho que se abriu à minha frente” (P. M. Santos, comunicação pessoal, 6 abr. 2020).

Assim, não é coincidência o aumento gradativo de pesquisas voltadas aos contextos locais, que já não mais se limitam às discussões do passado pré-colonial, bem como o crescimento de monografias que buscam estabelecer relações diversificadas com o presente. Alguns indicativos desse cenário podem ser visualizados nos trabalhos de Paes (2011), Neta (2011) e G. Araújo (2013), entre outros. Na monografia “Identificação do patrimônio edificado da cidade de Coronel José Dias – Piauí”, Paes (2011), natural do município, ressalta que um dos objetivos da pesquisa é contribuir para que as antigas edificações “. . . sejam elencadas enquanto elementos identitários, para a população de Coronel José Dias” (Paes, 2011, p. 11), viabilizando, portanto, um “. . . futuro processo de tombamento municipal, com o apoio da Secretaria de Turismo do Município” (Paes, 2011, p. 13).

Trata-se de posicionamento semelhante ao que foi notado no texto “Os rituais do Morro do Cruzeiro como atributos da identidade sanraimundense: um patrimônio modificado”, de Neta (2011), para quem a escolha do tema e o desenvolvimento da pesquisa são percebidos como uma “. . . obrigação, enquanto pesquisadora e enquanto cidadã, já que esta pesquisa tem como característica principal a cultura sanraimundense. . .”, visando dar visibilidade ao patrimônio cultural do município e, assim, contribuir “. . . para fomentar o cultivo da autoestima coletiva dos habitantes da cidade” (Neta, 2011, p. 9). Por fim, ainda nesse escopo, podemos citar a pesquisa de G. Araújo (2013), intitulada “Uma arqueologia dos maniçobeiros: reflexões acerca das vivências na Serra Branca – Parque Nacional Serra da Capivara”. Ao abordar o ciclo da exploração do látex no sudeste do Piauí, a autora explicita que seu intuito é empregar as ferramentas metodológicas da Arqueologia para valorizar a trajetória dos grupos maniçobeiros, dando “. . . visibilidade ao público menos favorecido. . .” e legitimidade às suas “histórias silenciadas” (G. Araújo, 2013, p. 22).

O quadro espelha não apenas a dilatação dos eixos temáticos das pesquisas, mas, principalmente, a atuação das(os) discentes locais para que outras categorias de patrimônio recebessem o mesmo tratamento que o poder público e a academia conferiam aos sítios arqueológicos associados ao PNSC. Como reflexo dessa realidade, por exemplo, o estudo dos registros rupestres, tema dominante nas primeiras monografias defendidas na UNIVASF, passou a englobar outras temporalidades e atores sociais. Especificamente, estamos nos referindo à pesquisa de Aquino (2015), intitulada “Rabiscando celas: arqueologia cognitiva aplicada na interpretação dos registros gráficos da Penitenciária Tenente Zeca Rúben em São Raimundo Nonato – PI”. Na obra, focada na análise de registros gráficos produzidos no passado recente e associados ao sistema carcerário, a autora visou ampliar “. . . os estudos arqueológicos da região de São Raimundo Nonato que, por excelência, contemplam o *modus vivendi et operandi* do homem pré-colonial [ênfase adicionada]” (Aquino, 2015, p. 15).

Ressaltou a necessidade de promoção de “. . . estudo[s] das narrativas multivocais e democráticas desses registros pós-coloniais que se inserem dentro da roupagem da Arqueologia contemporânea” (Aquino, 2015, p. 15).

Novamente, esse processo encontra-se permeado pelas relações afetivas, que não apenas conectam pesquisadoras(es) e seus recortes de estudo, como também outorgam a responsabilidade de zelar por ele. A partir de 2014, as tendências sinalizadas avolumam-se, culminando em reflexões formalizadas sobre a ‘arqueologia pública’, a ‘educação patrimonial’ e a ‘crítica decolonial’, que envolveram inclusive os limites do PNSC, em um fluxo intenso de estudantes da região e de outras partes do país. Como exemplo, podemos mencionar o trabalho “Casa de farinha: o saber tradicional como Patrimônio Imaterial” (Lacerda, 2016), no qual a autora enfoca os saberes e fazeres associados ao processamento da mandioca numa comunidade rural do município de Bonfim do Piauí, no Piauí, compreendendo as casas de farinha como centros de produção e como espaços de convivência social. Assim, busca problematizar os “. . . jogos de poder políticos, econômicos, ideológicos e culturais. . .” que levam a “. . . uma valorização do patrimônio urbano e elitista. . .” e “. . . ao descaso [com] o patrimônio das comunidades rurais. . .” (Lacerda, 2016, p. 11). Todavia, a autora deixa claro que reconhecer os obstáculos historicamente impostos por poderes hegemônicos não significa negar o protagonismo ou propagandear uma submissão ou passividade das comunidades rurais nordestinas, visto que:

O cotidiano do homem sertanejo, que aqui é relatado, não é aquele de homem sofrido e oprimido onde sua história é apenas vista como a do vencido, na qual o homem bem-sucedido toma seu espaço de representação. O sertanejo é visto aqui como um homem simples, forte e corajoso que, mesmo com as dificuldades que enfrenta na terra árdua de poucas chuvas, onde as produções e os ganhos são em pequena quantidade e a labuta diária requer de muito esforço e dedicação, eles enfrentam de cabeça erguida para vencer seus obstáculos. Ao raiar do sol, já inicia um dia de muitos afazeres, são várias as atividades que são desempenhadas em família no labor da roça (Lacerda, 2016, p. 17).

Percebemos que, novamente, o texto acadêmico torna-se, simultaneamente, instrumento de valorização das realidades locais e espaço para apresentação de demandas ou busca de direitos. Algo que podemos visualizar nos agradecimentos presentes na monografia de Lacerda (2016, p. 3):

A academia é um dos caminhos que percorremos para realização dos nossos tão almejados sonhos e foi através dela que tive a oportunidade de dar início à realização de um sonho, a valorização dos conhecimentos empíricos dos grandes cientistas que não tiveram a oportunidade de conquistar a tão sonhada cadeira acadêmica ou não a viram como necessidade de ali estar porque o seu cotidiano já é uma academia.

Em 2017, os questionamentos se tornaram mais incisivos e passaram a confrontar a Arqueologia no tocante às suas áreas de interesse e operações no mundo, explodindo nas monografias defendidas em 2019. Ampliaram-se as incursões comprometidas em promover diálogos visando dirimir as barreiras erigidas entre a universidade e o grande público, bem como contestar as assimetrias que muitas vezes são gestadas no universo acadêmico. Para tanto, cada vez mais, o conhecimento formal adquirido durante a graduação é acionado, não apenas para dar visibilidade e garantir a valorização dos contextos locais, como também acaba sendo reconfigurado para incluir saberes, ações e expectativas, concebidos pelos colaboradores e/ou comunidades com as quais a(o) pesquisadora(or) estabelece vínculos, ainda que estes não estejam diretamente associados ao objeto de pesquisa. Persistem as reivindicações para que a Arqueologia assuma definitivamente o seu compromisso com a transformação social e a reparação histórica nas relações de exclusão, que envolvem a produção de conhecimento e o trabalho com o patrimônio. Nessas articulações, é interessante perceber que, cada vez mais, os limites epistêmicos entre a Arqueologia, a Antropologia, a História, a Museologia são extrapolados e, em determinadas circunstâncias, intencionalmente tensionados e contestados, em uma conjuntura que tem estimulado repensar os canais

tradicionais de validação acadêmica, como é o caso das bancas de avaliação de trabalhos pelos pares.

Como exemplo desse cenário, podemos citar a monografia de Silva (2017), intitulada “Arqueologia pública, memória e valorização do patrimônio cultural em um território quilombola: estudo de caso da Roda de São Gonçalo na Comunidade Lagoa das Emas, São Raimundo Nonato – PI”. O trabalho teve como objetivo central compreender a história e analisar o patrimônio material e imaterial associado à devoção e aos festejos para o santo católico que ocorrem numa comunidade quilombola do sudeste do Piauí (Silva, 2017). Para tanto, a autora destaca que foi essencial não apenas incluir as pessoas responsáveis pela promoção e execução das Rodas de São Gonçalo (mestres e cantadeiras), mas, principalmente, “. . . construir com elas um sentimento de afeto, e uma responsabilidade afetiva de como a história do folguedo está sendo escrita pela comunidade de Lagoa das Emas” (Silva, 2017, p. 57).

Longe de defender uma neutralidade científica, a pesquisadora partiu dos encontros afetivos para assumir um posicionamento direto em defesa das pessoas envolvidas na pesquisa. Inseriu suas reflexões nas lutas pela demarcação das terras, por visibilidade e pelos direitos dessas comunidades se representarem simbolicamente, que continuou para além da conclusão do trabalho monográfico. Nesse ponto, é importante registrar que o envolvimento com as demandas locais viabilizou que o grupo de dança afro da comunidade fosse contemplado com verbas do 5º Prêmio Culturas Populares Leandro Gomes de Barros, promovido pelo extinto Ministério da Cultura. Além disso, devemos destacar que a defesa da monografia do curso de graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial aconteceu fora dos muros da UNIVASF, num espaço da comunidade:

Sendo essa não apenas mais uma forma de agradecer a todos, e tentar romper as distâncias que separam a academia e as pessoas que nem sempre têm acesso ao ensino formal; como também de firmar nosso compromisso com a continuidade dos trabalhos colaborativos com as pessoas dessa comunidade (Silva, 2017, p. 58).

Nessa perspectiva, a participação ativa dos colaboradores no exercício de tradução de suas trajetórias e construção de um discurso social atinente à produção científica pode ser similarmente observada na monografia apresentada em 2019, “Objetos de memória: análise da coleção da ‘Dona Vani’ e ‘Seu Valdomiro’ através da perspectiva da Arqueologia Pública”. De autoria de T. Martins (2019), o trabalho surgiu dos vínculos afetivos estabelecidos entre o discente e o casal de idosos Maria Vamilda de Silva e Valdomiro Ribeiro dos Santos, fomentados na construção de atividades extensionistas com a comunidade de São Raimundo Nonato. Nas experiências compartilhadas, Dona Vani e Seu Valdomiro não apenas definiram a coleção que deveria ser analisada, como participaram ativamente na construção de narrativas sobre os objetos, entrelaçando o uso destas coisas com suas histórias de vida (T. Martins, 2019). A defesa pública da monografia contou com Dona Vani como participante da banca de avaliação, realizando interpelações e definindo a nota do discente (Figura 8). Na prática, o evento perturbou de maneira frontal as ideias de saberes autorizados e espaços de legitimação, ao abrir o campo da crítica para a



Figura 8. Defesa de monografia de Thor Martins, no Auditório do *campus* Serra da Capivara. Na imagem, em sentido anti-horário, aparecem na mesa os membros Leandro Mageste, Fátima Barbosa, Alencar de Miranda Amaral, Maria Vamilda da Silva, Rosemary Aparecida Cardoso e, mais atrás, Maria Antônia Macêdo (Dona Tonha), acompanhante de Dona Vani. Abaixo, sentado na primeira fila, encontra-se o estudante. Foto: Larissa Campos Pereira (2019).

expressão de outras epistemologias. Cabe ressaltar que o casal de colaboradores vive há mais de 30 anos no bairro Ingazeira, localizado nas imediações do *campus* Serra da Capivara. Apesar disso, a primeira vez que Dona Vani adentrou aquele local foi durante a cerimônia da defesa. Certamente, trata-se de atitude ainda pontual, mas que indica possibilidades concretas de transformação dos processos clássicos de validação acadêmica.

Do ponto de vista dos discentes, as motivações que asseguram a legitimidade acadêmica de suas investigações podem emergir de questões relacionadas com suas trajetórias individuais, mas com ressonâncias coletivas da vida em comunidade, passíveis de serem entendidas e transformadas por meio de múltiplas arqueologias. São vieses que parecem ter orientado o trabalho “Casa de Mãe Eugênia: arqueologia em uma Casa de Santo na cidade de São Raimundo Nonato – PI”, de Marques (2019). Logo na abertura do texto, a autora esclarece que “. . . o primeiro passo dessa pesquisa foi dado por conta de um desejo muito pessoal e sensível de ‘manter’ uma memória íntima e familiar viva, e ainda fazer com que ela fosse notada por outros. . .” (Marques, 2019, p. 12). Ao mesmo tempo, existiu a vontade de contribuir para a “. . . valorização da cultura do povo preto e a importância e representatividade da mesma na constituição da história da cidade e das relações sociais que ela abriga. . .” (Marques, 2019, p. 15). Na empreitada, a autora compartilha não apenas fragmentos de sua vida íntima, mas também os seus anseios enquanto pesquisadora, visto que:

. . . falar do terreiro e da casa da Vó Gena, é falar da minha infância, foi neste espaço onde vivi mais de quatorze anos da minha vida, e o meu desafio agora é torná-lo científico, um objeto de estudo da Arqueologia, levando em conta sua materialidade e espaço social marginalizado (Marques, 2019, p. 15).

Desse modo, a autora defende as oportunidades oferecidas pela Arqueologia no escrutínio das vivências humanas ressignificadas no presente:

Ao final deste trabalho percebe-se que a Arqueologia tem um grande potencial para desvendar muitas histórias de vida como a de Eugênia, que conseguem abrir um leque de discussões de relações sociais, de poder e espaciais, assim contribuindo e complementando a historiografia da região. . . . O que era o maior desafio deste trabalho acabou sendo um dos fatores mais importantes, o anseio pessoal de transformar a história de vida da Vó Gena em ciência. Uma Arqueologia pessoal e sentimental é possível e importante! (Marques, 2019, p. 58).

Uma perspectiva semelhante ecoa no trabalho de J. Martins (2018), intitulado “A lida do vaqueiro da Comunidade Boqueirão/Buriti do Rei, Oeiras-PI: cultura material, espaços, memórias e saberes”, no qual a autora elegeu sua comunidade como *locus* de pesquisa e utilizou os pertences e as narrativas de seu pai como ponto de partida para suas análises sobre memória, cultura material e patrimônio (J. Martins, 2018). A autora foi categórica ao revelar sua vinculação com seu objeto de pesquisa:

O interesse pelo tema surgiu da necessidade que a pesquisadora teve de trabalhar com uma cultura que a mesma conhecesse e que ao mesmo tempo obtivesse extremo valor simbólico para a sociedade. Através desta pesquisa obtenho a realização de um grande sonho em concluir a faculdade de Arqueologia e Preservação Patrimonial e presto homenagem a todos os guerreiros da caatinga, em especial ao meu pai, João de Jaime, que na labuta com os animais e trabalhando como agricultor construiu sua família juntamente com sua esposa, Dona Dlange, e formaram seus quatro filhos. Este trabalho busca dar visibilidade aos artesãos do couro e aos vaqueiros da comunidade Boqueirão Buriti do Rei (Martins, 2018, p. 13).

Somam-se a esses estudos as abordagens comprometidas com os vieses políticos dos passados no presente, buscando identificar outras lógicas e temáticas que escapam dos discursos autorizados sobre o patrimônio. Tais orientações podem ser melhor observadas na pesquisa intitulada “‘Aqui, onde cavar acha pote’: patrimônio arqueológico nos quintais dos moradores de São Braz do Piauí – PI e seus usos e significados no presente”, de Macêdo (2019). Moradora do município enfocado na pesquisa, assim como Soares (2010), experimentou desde a infância curiosidade em relação às(aos) arqueólogas(os)

que transitavam pelas ruas da cidade para coletar as urnas funerárias que apareciam, ocasionalmente, nas vias públicas e quintais dos moradores: “. . . escolhi ser arqueóloga por curiosidade e acabei me redescobrimdo na escrita como representante de vozes silenciadas. . . escrevendo sobre as histórias do meu povo e do meu lugar” (Macêdo, 2019, p. 7). Com essas preocupações, o trabalho consistiu em um esforço por entender os diferentes significados atribuídos às ideias de patrimônio arqueológico e Arqueologia por parte da população local, culminando em reflexões sobre os encontros e desencontros entre processos de produção de conhecimento:

Devo admitir que este desejo por incorporar diferentes formas de conhecimento na prática arqueológica encontra fundamentos de ordem pessoal. Pessoal porque se relaciona com minhas expectativas enquanto moradora da região. Aqui, assumo a dupla posição de pertencer à comunidade e ser pesquisadora da mesma. Assumo também os riscos dessa empreitada. . . . Sendo assim, estou ciente de que nenhum discurso assumido aqui é isento de posicionamento político. Em muitos momentos, foi comum que as memórias afetivas dos/as meus narradores/as se confundissem com as minhas memórias e da minha família (Macêdo, 2019, pp. 14-15).

O reconhecimento das vinculações pessoais torna-se parte do problema a ser pesquisado, que é constituído dialeticamente entre motivações subjetivas e certo senso de mobilização coletiva. É digno de nota verificar que as provocações que moveram a autora dialogam com outros estudos desenvolvidos por discentes do mesmo município (J. Sousa, 2019; P. P. Santos, 2019; Ferreira dos Santos, 2020). Em conjunto, são propostas marcadas por experimentações teóricas e metodológicas, formatadas em comunidade. Em tais condições, os trabalhos de campo aparecem como um encontro familiar, traduzido para lógica comunitária do associativismo, que estabelece para todos os colaboradores o papel momentâneo de pesquisadores, nas conversas conduzidas com colegas e familiares sobre as coisas e sobre a vida. Certamente, isso culmina em teorizações fundamentadas em outras leituras da realidade, nas quais as diferenciações entre sujeitos e objetos, ou

mesmo entre passado e presente, não parecem fazer tanto sentido (Mageste et al., 2020).

ARQUEOLOGIAS AFETIVAS EM CONEXÃO: EXPERIÊNCIAS E RESSONÂNCIAS

Em conjunto, os estudos apresentados explicitam um movimento mais amplo de incorporação das afetividades nos processos de investigação e produção do conhecimento, considerando seus efeitos políticos e epistemológicos. Nesse cenário, observa-se que, de certo modo, a produção das 'arqueologias afetivas' visa desestruturar ou combater aquilo que Burke (2000, pp. 85-86) designou como “amnésia social”, ou seja, “. . . a obliteração oficial de memórias em conflito. . .”, muitas vezes promovida em consonância com os interesses das elites socioeconômicas e intelectuais. Para tanto, muitas arqueólogas nascidas e/ou formadas no sudeste e sudoeste do Piauí têm se tornado “mulheres-memória”, parafraseando Nora (1993, p. 18), e se dedicado ao “. . . trabalho de enquadramento da memória. . .” (Pollak, 1992, p. 296). Contudo, essas pesquisadoras não visam trilhar o caminho dos 'historiadores orgânicos', comprometidos com a composição de uma história nacional. Pelo contrário, percebe-se que, nas pesquisas produzidas pelas(os) discentes da UNIVASF, memórias herdadas e construídas, como diria Pollak (1992), são abordadas “. . . em função das preocupações pessoais e políticas do momento. . .” (Pollak, 1992, p. 204). Nesses casos, tal como discutido por Moraes (2005, p. 98), “memórias sociais subterrâneas”, desqualificadas e/ou ignoradas pelos discursos dominantes, são empregadas “. . . como saber, metodologia de produção de conhecimento e resistência social” (Moraes, 2005, p. 98), fomentando reflexões e promovendo mudanças na forma de se fazer e pensar Arqueologia.

Todavia, o intuito não é romper com a norma acadêmica, ou defender que um discurso personalista e/ou relativista seja suficiente para embasar e garantir a validade da pesquisa. O que acontece é a crítica dos contextos de produção científica, demonstrando seus efeitos sociais menos visíveis e suas possibilidades de superação, por

meio de tensionamento disciplinar e do posicionamento político. A situação invoca a ideia de desobediência epistêmica, como alternativa à violência do colonialismo. Trata-se de conceito aprofundado por Mignolo (2008, 2017) para se referir à dissociação entre a produção de saberes e as expectativas de racionalidade constituída no contexto da modernidade. Na opinião de Mignolo (2008), a desobediência significa demarcar um posicionamento político em defesa da existência e da expressão de outros vieses epistemológicos e ontológicos que integram sistemas de conhecimento variados. Sob essa conjuntura, o alinhamento do fazer arqueológico com as perspectivas socioeconômicas hegemônicas e oficiais passa a ser exposto e questionado. O mesmo ocorre no que diz respeito à legitimidade dos discursos e das ações patrimoniais, que são problematizados, confrontados e redimensionados a partir de uma multiplicidade de motivações individuais e coletivas.

Nos últimos anos, tais premissas ressoam com abordagens devotadas em construir arqueologias plurais e atentas para a dimensão da sensibilidade. São exemplos consonantes com parte das pesquisas desenvolvidas na UNIVASF, inspirando a busca por operações e significados nem sempre de acordo com os contornos sugeridos pelos discursos autorizados sobre patrimônio. Nesse caminho, nos aproximamos do trabalho de Bezerra (2017, p. 14), que propôs “. . . uma Arqueologia da memória e do afeto das pessoas vivas”. Em suas colaborações junto às comunidades amazônicas, a pesquisadora percebeu que “. . . as pessoas sempre demonstravam algum tipo de relação com as coisas do passado, ainda que fosse uma ‘não relação’” (Bezerra, 2017, p. 12). Inseridos no cotidiano dessas comunidades, o que priorizamos como patrimônio arqueológico é observado, descrito e interpretado, podendo ser colecionado, reutilizado, destruído ou mesmo ignorado. Essas práticas são consequências da atuação de outras temporalidades e epistemologias, consistindo em formas de engajamento com a Arqueologia que estão quase sempre na clandestinidade. Ao contrário das narrativas científicas que atestam relevância e uso para bens

arqueológicos como testemunhos de passado cristalizado, distante e operacionalizado somente por especialistas, Bezerra (2017) interessa-se pelos laços afetivos cultivados por moradores do entorno de sítios arqueológicos em relação aos objetos coletados nesses locais. Demonstra como essas “coisas do passado” são mundanizadas no presente “numa perspectiva do afeto” (Bezerra, 2017, p. 56), nas articulações entre memória e experiência. Sem dúvida, uma lógica bem similar àquela que aparece em parte da produção discente da UNIVASF, quando olhamos para as pesquisas e suas motivações mais de perto.

Certamente, tais entendimentos suscitam um reposicionamento da Arqueologia, conforme provocou Cabral (2014), em seu trabalho junto com os Wajãpi. A disciplina deixa de ser encarada como sinônimo do estudo das coisas do passado, para emergir como uma forma de conhecer o mundo, expressa na produção de narrativas que conectam memórias, materialidades e temporalidades. Assim, as arqueologias configuram-se nos encontros entre sistemas de conhecimentos distintos – nem sempre pacíficas ou compatíveis entre si –, produzidos no contexto de situações históricas, sociais e afetivas específicas. Desse modo, Cabral (2014, p. 84) nos convida a ponderar sobre a importância das “percepções da ordem do sensível” na produção de sentidos e significados sobre locais e objetos, ressaltando como a prática arqueológica “. . . mais próxima do sensível do que do metódico. . .” (Cabral, 2014, p. 49) promove relações mais simétricas e viabiliza a concepção de uma Arqueologia múltipla (Cabral, 2014, p. 210). Para a nossa realidade, conforme observamos, esses posicionamentos explicam, em parte, a ampliação do escopo de interesse da Arqueologia para a produção de saberes sensíveis, nos quais os tensionamentos e arranjos entre epistemologias diversas têm a chance de produzir ‘arqueologias afetivas’.

Na conjuntura, o afeto torna-se substância para a constituição de uma “Arqueologia humilde” e “desalienadora”, próxima dos problemas e das expectativas das pessoas, na opinião de Lima (2019, p. 34).

Suas reflexões são embasadas na pesquisa que desenvolveu sobre a gestão do patrimônio arqueológico no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Por meio do trabalho colaborativo, buscou romper com a dicotomia entre conhecimentos especializados e populares na gestão do patrimônio arqueológico do Museu, repensando o manuseio, a guarda, o acesso e a formatação conceitual, a partir do envolvimento comunitário e da produção de diferentes narrativas para os bens. Em um espaço institucionalizado, Lima (2019, p. 33) defendeu que “. . . a vivência e as pessoas sejam os elementos mais importantes no que concerne o patrimônio arqueológico”. Propôs, assim, uma “Arqueologia sensível, [que] . . . faz muito mais do que tratar dos acervos sensíveis. . .”, visto que também “trata do afeto” (Lima, 2019, p. 33). Operacionalmente, pautou-se no trabalho colaborativo com as comunidades, tendo como premissa ouvir e dialogar. Tal engajamento, fundado na experiência, fomenta a abertura para outras formas de trabalho com a Arqueologia, mais promissoras em construir sentidos menos autoritários.

Na perspectiva que elenca os afetos como eixo central para a articulação de diferentes sistemas de conhecimento, podemos mencionar, ainda, a ‘autoarqueologia’, de Hartemann (2019), junto à comunidade de Mana, na Guiana Francesa. Destacamos, especialmente, suas reflexões sobre ‘as Arqueologias que machucam’ e a dor causada nas “. . . formas de participação e de reprodução ativas no racismo e na colonialidade por parte da Arqueologia” (Hartemann, 2019, p. 24), ao lidar com narrativas e contextos associados à diáspora africana. Em um texto intimista e sensível, afasta-se de concepções coloniais de ciência, para fundamentar-se em reflexões afrodecoloniais e na valorização da oralidade e de memórias como caminhos para práticas de pesquisa menos violentas. As arqueologias são concebidas como maneiras de contar histórias, com outras noções de tempo e ancestralidade. Em compasso com o que observamos na produção discente da UNIVASF, constituem práticas que permitem o engajamento com uma realidade próxima e envolvente, balizadas pela trajetória biográfica e pelo

reconhecimento de seus vínculos com processos históricos e sociais mais amplos.

Retornando ao Nordeste, as afetividades aparecem enquanto abordagem explícita em outro cenário de ensino formal: na especialização em Arqueologia Social Inclusiva, conduzida pela Universidade Regional do Cariri (URCA), em Nova Olinda, no Ceará, em parceria com a Fundação Casa Grande - Memorial do Homem Kariri e o Instituto de Arqueologia do Cariri (IAC). A iniciativa é um desdobramento dos projetos colaborativos inaugurados por Rosiane Lima Verde (*in memoriam*) na região, voltados para o desenvolvimento de uma Arqueologia atenta para as demandas do presente e das comunidades. Memória, afeto, comunicação e transformação social são instituídos como eixos de uma abordagem claramente revolucionária, na medida em que pressupõem a sua instrumentalização para a construção de uma sociedade mais democrática, considerando diferentes sistemas de conhecimentos. Desse modo, ‘Arqueologia social inclusiva’ é também ‘Arqueologia afetiva’: “. . . vai para muito além de uma disciplina de escavações de campo e seus resultados sistematizados, abrangendo também ideias, símbolos, imagens, mitos e, por que não dizer, sentimentos. . .” (Limaverde, 2015, p. 113).

Nos caminhos abertos por esses esforços, entendemos as abordagens da UNIVASF como parte de um fenômeno transversal mais amplo, com ressonâncias em outros recortes, onde a Arqueologia tem sido transmutada por afetividades e preocupações com a democratização de conhecimentos e seus efeitos no mundo (*cf.* Monteiro, 2020). Por isso, falamos de investidas que buscam se afastar de uma pretensa neutralidade científica, para associar a ciência com envolvimento político e intervenção concreta em uma realidade que se projeta para o presente. Para nós, são pontos também congruentes com algumas das perspectivas da Arqueologia social latino-americana, especificamente àquelas que compartilham do reconhecimento de que a Arqueologia é um empreendimento determinante para emancipação global do Cone Sul, ao produzir

dissonâncias capazes de erodir narrativas coloniais, desnaturalizando situações de opressão que persistem na contemporaneidade (Benavides, 2011).

Historicamente, trata-se de movimento desenvolvido entre os anos 1960 e 1970, a partir de reflexões de Lumbreras (1974), no Peru, estendendo-se depois para países como Equador, Venezuela, México, entre outros. A inspiração para o projeto foi a Arqueologia social e marxista de Gordon Childe, em compasso com o diagnóstico socioeconômico fornecido pelas teorias de dependência e subdesenvolvimento. De modo geral, culminou na adoção de uma perspectiva pautada no materialismo histórico e dialético. Em consonância com o contexto político da época, a utilização do marxismo significava a demarcação de um compromisso revolucionário dessa Arqueologia. Justamente por isso, seus desenvolvimentos, fracassos e ausências só podem ser apreendidos à luz dos golpes e contragolpes que marcam a história recente da América Latina – incluindo o Brasil¹¹ –, com as ações institucionalizadas de violência, perseguição e censura sobre quem comungava de referenciais considerados subversivos. Não foi à toa que a Arqueologia social latino-americana também ficou conhecida como ‘Arqueologia do protesto’ (Oyuela-Caycedo et al., 1997; Jackson et al., 2012).

Com esse ponto de partida, organizou-se uma concepção de Arqueologia como Ciência Social, apta a problematizar os vieses da História oficial (Lumbreras, 1974; Oyuela-Caycedo et al., 1997). Ao mesmo tempo, estimulou-se a aversão por posturas empiricistas, vistas como expressões concretas de um imperialismo atuante para impedir a autorrepresentação dos povos e o interesse

por outras epistemologias e ontologias. Frente a tais orientações, Oyuela-Caycedo et al. (1997) ressaltam que a Arqueologia social latino-americana pode ser melhor encarada como um movimento político e histórico e não como arranjo teórico-metodológico hermético. Na mesma linha, para Benavides (2011), consiste em um esforço filosófico para entender a construção dos sujeitos latino-americanos e da própria ideia de América Latina, sem perder de vista os dilemas existenciais abertos pela situação de colonizado. A amplitude das definições é proveitosa, pois permite estabelecer conexões entre iniciativas que não instrumentalizam explicitamente o marxismo ou se rotulam como Arqueologia social, como é o caso de algumas propostas de ‘Arqueologia pública’, ‘Arqueologia indígena’ e ‘crítica decolonial’.

Desse modo, entre a multiplicidade de trabalhos focados em temporalidades e contextos distintos, persiste como base fundamental da Arqueologia social latino-americana o comprometimento social de arqueólogas(os) no papel de cientistas e participantes da história de suas comunidades, com as quais expressam senso de responsabilidade política. Justamente por isso, podem se ver conectadas(os) aos cenários que estão interpretando, sem que isso constitua empecilho para a condução do estudo ou condição obrigatória para reivindicação identitária. Ao reconhecer que ciência é poder, rechaçam o “positivismo empirista”, pautado em explicações objetivas, para combinar elementos científicos com análises de aspectos sociopolíticos referentes aos seus processos de produção (Benavides, 2011, p. 181). Finalmente, por não se limitarem a divisões disciplinares ou temporais rígidas,

¹¹ O Brasil permaneceu às margens da Arqueologia social latino-americana. O período de formulação do marco coincide com a ascensão da ditadura civil-militar brasileira, a partir de 1964. Nesse momento, no contexto de profissionalização da disciplina, foram estreitados os laços com pesquisadores norte-americanos para o desenvolvimento da Arqueologia brasileira, por meio da promoção daquilo que Funari (1998, p. 9) denomina de “positivismo ingênuo”. Na conjuntura, fortaleceu-se uma abordagem despolitizante, na qual as inclinações ideológicas de pesquisadores individuais não constituíram terreno para agendas mais amplas (Barreto, 1998). Por outro lado, não podemos deixar de reconhecer a convergência entre algumas pesquisas brasileiras e as preocupações latino-americanas, principalmente a partir do clima de abertura política dos anos 1980 – mesmo não invocando explicitamente o rótulo de Arqueologia social (cf. Loures de Oliveira, 2012). Pensamos, particularmente, no trabalho de Brochado (1984, p. 565) e colaboradores, com as defesas explícitas de que, no ‘Leste da América do Sul’, a Arqueologia é a história das populações indígenas, de modo que as relações entre o passado e o presente deveriam ser deliberadamente perseguidas.

tornam a investigação de qualquer “. . . sociedade ou formação social como válida para compreender e avaliar os assuntos pessoais em suas pesquisas” (Benavides, 2011, p. 174). Nesses termos, são premissas com o potencial para desestabilizar a própria ideia de universidade como espaço de reprodução de hierarquias, fragmentação de saberes e de objetividade fria. Ao nosso ver, as ‘arqueologias afetivas’ instigam a construção de alternativas, em compasso com as preocupações latino-americanas. Nos encontros entre afeto e experiência, distinguimos possibilidades concretas de democratização de espaços e discursos acadêmicos, explicitando os seus efeitos na construção de novos problemas, práticas e objetivos de pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre a construção histórica da Arqueologia no sudeste e sudoeste do Piauí, chegando na diversidade de trabalhos que caracterizam a produção discente do curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial, identificamos algumas tendências que sinalizam para a configuração de uma abordagem específica: as ‘arqueologias afetivas’. Para parte das pesquisas elaboradas por discentes de graduação, o aparato científico vem sendo buscado e empregado como um dossel que assegura a incorporação no cânone acadêmico de espaços, coisas e saberes, inicialmente capturados pelo viés afetivo. Sem dúvidas, a adoção de metodologias colaborativas e de arcabouços teóricos atinentes aos fatores sócio-políticos do fazer científico tem levado as(os) pesquisadoras(es) que se formam na UNIVASF a não apenas buscarem uma aproximação com as comunidades locais, das quais muitas(os) delas(es) fazem parte, como também a assumirem o envolvimento pessoal e a responsabilidade social da pesquisa. Narrativas em primeira pessoa, bem como memórias, objetos e colaboração de familiares e amigos tornam-se recorrentes.

Sob essa perspectiva, o alinhamento das práticas arqueológicas com as perspectivas socioeconômicas hegemônicas e oficiais pode ser exposto e questionado,

ao mesmo tempo em que se busca o reconfigurar, na tentativa de promover o protagonismo e a valorização de outras realidades. O mesmo ocorre em relação à legitimidade dos discursos e das ações patrimoniais, que são problematizados, confrontados e redimensionados a partir de interfaces específicas entre demandas individuais e coletivas. As ‘arqueologias afetivas’ não se constroem com limitações temporais ou temáticas impostas por programas pautados no racionalismo e objetivismo da modernidade, possibilitando o trânsito por diferentes narrativas. Justamente por isso, não podem ser circunscritas geograficamente, mas amplificadas nas experiências de democratização do conhecimento, em compasso com contingências históricas regionais e nacionais relacionadas com a construção de percepções de Arqueologia e patrimônio.

Na ‘capital da Arqueologia no Piauí’, enfatizamos que um dos movimentos mais radicais para o enfrentamento de parte das contradições atreladas com a implementação de discursos científicos e da institucionalização da Arqueologia foi a democratização incipiente das formas de acesso à universidade. Isso permitiu o ingresso de grupos sociais historicamente excluídos de tais espaços, trazendo consigo outras expectativas sobre o papel das instituições. Fomentou um dos nossos ataques mais frontais à nossa herança colonial escravista, que sedimentou uma hierarquia social com posições demarcadas na cor, no gênero, na posição de classe e na legitimidade dos saberes (Schwarcz & Starling, 2015). No caso do funcionamento de cursos de Ciências Humanas e Sociais, tais conquistas são embebidas nos paradoxos atinentes à instalação de universidades que visam atender propósitos desenvolvimentistas; ao passo que são acessados por pessoas situadas na periferia desse capitalismo e com interesses e habilidades nem sempre submetidos à lógica de mercado. A própria ideia de universidade não permaneceu incólume na conjuntura, na medida em que se aprofundam os choques acerca de seus propósitos, modelo de atuação e formas de produzir conhecimento.

Para encerrar, nossos deslocamentos iniciais por essas experiências têm permitido conceber utopias relacionadas

com a transmutação das universidades em 'pluriversidades', assentadas em uma ecologia de saberes (De Sousa Santos, 2007), que se constitui no momento em que a ciência e se torna um ponto de encontro entre diferentes formas de conhecimento. Não falamos de multivocalidade, mas da pertinência da interculturalidade como processo de tradução, por onde criamos e damos sentido a um mundo (Montenegro, 2014; Alvarado, 2015). As 'arqueologias afetivas' abraçam esse desafio, comprometendo-se com a imaginação de um futuro. Por isso mesmo, existem sob risco constante de dissolução. O questionamento que emerge é se podem resistir à desesperança que se anuncia no horizonte. Fica aqui a nossa provocação e, principalmente, o nosso reconhecimento de que, muito mais do que uma disciplina, no semiárido, a "Arqueologia é uma perspectiva de vida"¹².

AGRADECIMENTOS

Em um momento de tantas dores e angústias, catalisadas pela pandemia de COVID-19 e seus efeitos no planeta, acompanhado por ataques políticos incessantes à universidade pública e à educação como prática de liberdade, torna-se importante para nós aproveitar o espaço para agradecer pelos afetos, pelos encontros e pelas colaborações que ampararam e estimularam nossas reflexões. Agradecemos principalmente às(aos) nossas(os) estudantes, ao compartilharem suas histórias de vida e investigações acadêmicas. Especialmente, agradecemos ao acadêmico de Arqueologia e Preservação Patrimonial, Mayke Lopes dos Santos, pela participação no levantamento de dados; ao docente Mauro Alexandre Farias Fontes (CARQUEOL-UNIVASF) e ao Escritório Técnico do IPHAN, na figura de Anna Carolina Borges, pela cessão e apoio na busca por imagens; a Luciane Monteiro Oliveira (Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora - MAEA-UFJF),

Patrícia Muniz Mendes (Universidade Federal de Lavras - UFLA) e Rosemary Aparecida Cardoso (LAPA-UNIVASF), pelas revisões. Agradecemos a Nívia Paula Dias de Assis (CARQUEOL-UNIVASF), pela inspiração, pelas referências e provocações sobre a história da Arqueologia no Piauí. Finalmente, e não menos importante, estendemos a nossa gratidão aos(as) pareceristas, cujas sugestões mostraram-se fundamentais para a organização de nossas ideias e amadurecimento dos referenciais adotados.

REFERÊNCIAS

- Alvarado, M. (2015). La educación superior en clave descolonial. *Algarrobo-Mel*, 4(4), 1-9.
- Aquino, C. C. (2009). *Misticismo e simbolismo na Cova da Tia: Um olhar sobre o Patrimônio Cultural Imaterial da região de São Raimundo Nonato e entorno* [Monografia, Universidade Federal do Vale do São Francisco].
- Aquino, R. C. (2015). *Rabiscando celas: Arqueologia cognitiva aplicada na interpretação dos registros gráficos da Penitenciária Tenente Zeca Rúben em São Raimundo Nonato – PI*. [Monografia, Universidade Federal do Vale do São Francisco].
- Araújo, G. L. H. (2013). *Uma arqueologia dos maníobeiros: Reflexões acerca das vivências na Serra Branca – Parque Nacional Serra da Capivara* [Monografia, Universidade Federal do Vale do São Francisco].
- Araújo, P. C., & Cusati, I. C. (2019). A Universidade Federal do Vale do São Francisco: Um paradigma de expansão da educação superior pública no Brasil? *Revasf*, 9(20), 120-157.
- Ballestrin, L. (2013). América latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (11), 89-117. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>
- Barreto, C. (1998). Brazilian archaeology from a Brazilian perspective. *Antiquity*, 72, 573-81. <https://doi.org/10.1017/S0003598X00087007>
- Benavides, O. H. (2011). Retornando à origem: Arqueologia social como filosofia latino-americana. *Revista Terceiro Incluído*, 1(2), 164-194.
- Bezerra, M. (2008). Bicho de nove cabeças: Os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil. *Revista de Arqueologia*, 21(2), 139-154.

¹² "Arqueologia como perspectiva de vida" é frase proferida pela profa. Nívia Paula Dias de Assis (Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial - CARQUEOL-UNIVASF), em nossos trajetos entre universidade e comunidades, a partir das vivências e afetos compartilhados com discentes.

- Bezerra, M. (2017). *Teto e afeto: Sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia*. GKNoronha.
- Boëda, E., Clemente-Conte, I., Fontugne, M., Lahaye, C., Pino, M., Felice, G. D., . . . Douville, E. (2014). A new late Pleistocene archaeological sequence in South America: The Vale da Pedra Furada (Piauí, Brazil). *Antiquity*, 88(341), 927–955. <http://dx.doi.org/10.1017/S0003598X00050845>
- Brochado, J. J. P. (1984). *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into eastern south América* [Tese de doutorado, University of Illinois].
- Buco, C. A. (2014). O caso da Serra da Capivara, vinte anos de socialização do conhecimento através da arte-educação. *Revista ALTER IBI*, 1(1), 34-45.
- Burke, P. (2000). História como memória social. In Autor, *Variedades de história cultural* (2 ed., pp. 67-90). Civilização Brasileira.
- Cabral, M. P. (2014). *No tempo das pedras moles: Arqueologia e simetria na floresta* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará].
- Camargo, A. M. M., & Araújo, I. M. (2018). Expansão e interiorização das universidades federais no período de 2003 a 2014: Perspectivas governamentais em debate. *Acta Scientiarum. Education*, 40(1), 1-11. <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v40i1.37659>
- Carvalho, A. W. R., Costa, R. L., & Castro, M. S. (2020). O PET na escola: Um roteiro de ações de educação patrimonial desenvolvido no âmbito do Programa de Educação Tutorial no município de São Raimundo Nonato – PI. *Revista de Arqueologia Pública*, 14(1), 75-95.
- Cislaghi, J. F., & Silva, M. T. (2012). O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: Ampliação de vagas versus garantia de permanência. *SER Social*, 14(31), 489-512. https://doi.org/10.26512/ser_social.v14i31.13025
- Clough, P. T. (2017). Introduction. In P. T. Clough & J. Halley (Orgs.), *The affective turn: Theorizing the social* (pp. 1-33). Duke University Press.
- Costa, M. R. S. (2017). Contextualizando expansão e interiorização no campo da Educação Brasileira. *Revista Exitus*, 7(1), 250-276. <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2017v7n3ID356>
- Costa, M. S. (2011). *Educação patrimonial no Parque Nacional Serra da Capivara – PI*. [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Estadual do Piauí].
- De Sousa Santos, B. (2007). Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (78), 71-94. <https://doi.org/10.4000/rccs.753>
- Ferreira Dos Santos, C. E. (2020). *História oral e cultura material: O Engenho de cana-de-açúcar do Sr. Abílio Ferreira no município de São Braz do Piauí* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Vale do São Francisco].
- Fonseca, M. C. L. (2017). *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Editora UFRJ.
- Funari, P. P. A. (1998). *Teoria arqueológica na América do Sul* (Coleção Primeira Versão, No. 76). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- Gaspar, M. V., Caromano, C. F., Pereira, E. R., Brandão, K., Belletti, J., Freitas, A., . . . & Bezerra, M. (2020). Quem somos nós? ou perfis da comunidade profissional arqueológica no Brasil. *Habitus*, 18(1), 146-178. <http://dx.doi.org/10.18224/hab.v18i1.8104>
- Gnecco, C. (2009). Caminos de la Arqueología: De la violencia epistémica a la relacionalidad. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 4(1), 15-26. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222009000100003>
- Godoi, E. P. (1999). *O trabalho da memória: Cotidiano e história no sertão do Piauí*. UNICAMP.
- Gonçalves, J. R. S. (1996). *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Editora UFRJ/IPHAN.
- Guidon, N. (2007). Parque Nacional Serra da Capivara: Modelo de preservação do Patrimônio arqueológico ameaçado. *Revista do Instituto Histórico e Artístico Nacional*, (33), 75-93.
- Halbwachs, M. (2013). *A memória coletiva* (Beatriz Sidou, Trad.). Centauro
- Hamilakis, Y. (2015). Arqueología y sensorialidad: Hacia una ontología de afectos y flujos. *Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 9(1), 31-53. <https://doi.org/10.31239/vtg.v9i1.10579>
- Hartemann, G. (2019). *Volta, contar e lembrar de Gangan: Por uma Arqueologia gríotica afrodecolonial em Mana, Guiana* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais].
- Imperatori, T. K. (2017). A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. *Serviço Social & Sociedade*, (129), 285-303. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.109>
- Instituto Nacional de Arqueologia, Paleontologia e Ambiente do Semi-Árido. (2010). *Annual Activity Report (2009.2-2010.1)*. <http://inct.cnpq.br/documents/10192/125065/Anne-Marie-Pessis.pdf/faaa943b-dc57-4626-a41d-f5112e764f3d>
- Jackson, D., Troncoso, A., & Salazar, D. (2012). Hacia una crítica de lá práctica de la arqueologia social latinoamericana. In H. Tantaleán & M. Aguillar (Eds.), *La arqueología social latinoamericana: De la teoría a la praxis* (pp. 49-62). Ediciones Uniandes.

- Jesus, J. A. S. (2016). *A política de expansão e interiorização do ensino superior através da universidade aberta do Brasil: A experiência da UNIVASF no vale do submédio São Francisco* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Recôncavo na Bahia].
- Lacerda, J. R. (2016). *Casa de farinha: O saber tradicional como patrimônio imaterial* [Monografia, Universidade Federal do Vale do São Francisco].
- Leal, N. S. (2021). Por uma antropologia na caatinga: Um breve ensaio sobre o bacharelado em Antropologia na Univasf e a interiorização do ensino superior no Brasil. *Anuário Antropológico*, 46(1), 39-57. <https://doi.org/10.4000/aa.7657>
- Lei Estadual n. 6.224, de 26 de junho de 2012. Declara o município de São Raimundo Nonato como a Capital da Arqueologia. Legislação do Governo do Estado do Piauí. <https://sapl.al.pi.leg.br/norma/1143>
- Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm
- Lei Federal n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10172.htm
- Lei Federal n. 10.473, de 27 de junho de 2002. Institui a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10473-27-junho-2002-450699-norma-pl.html>
- Levy, C. (2006). *Gestão e usos do território: Conflitos e práticas sócio-espaciais no Parque Nacional da Serra da Capivara, Piauí, Brasil* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas].
- Lima, H. P. (2019). Patrimônio para quem? Por uma arqueologia sensível. *Habitus*, 17(1), 25-38. <http://dx.doi.org/10.18224/hab.v17i1.7086>
- Limaverde, R. (2015). *Arqueologia social inclusiva: A Fundação Casa Grande e a gestão do patrimônio cultural da Chapada do Araripe, Nova Olinda, CE, Brasil* [Tese de doutorado, Universidade de Coimbra].
- Lourdeau, A. (2019). A Serra da Capivara e os primeiros povoadamentos sul-americanos: Uma revisão bibliográfica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 14(2), 367-398. <https://doi.org/10.1590/1981.81222019000200007>
- Loures de Oliveira, A. P. P. (2012). Tradição, identidade e região: Alguns apontamentos sobre os aspectos teóricos do projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata mineira. *Nanduty*, 1(1), 101-115.
- Lumbreras, J. G. (1974). *A arqueologia como ciência social*. Ediciones Hístar.
- Macêdo, G. S. (2019). *Aqui, onde cavar acha pote': Patrimônio arqueológico nos quintais dos moradores de São Braz do Piauí – PI e seus usos e significados no presente* [Monografia, Universidade Federal do Vale do São Francisco].
- Mageste, L. E. C. (2019a, maio 6-10). O Laboratório de preservação patrimonial da UNIVASF. *Simpósio de Arqueologia e Patrimônio do LAPA-UNIVASF*, São Raimundo Nonato, Piauí.
- Mageste, L. E. C. (2019b). As Arqueologias Afetivas da UNIVASF. *Conferência apresentada na II Semana de Arqueologia da UFPE*, Recife.
- Mageste, L. E. C., Macedo, G. S., Paes, E. L. C., & Ferreira dos Santos, C. E. (2020). As arqueologias de São Braz do Piauí: Apontamentos iniciais sobre as narrativas e usos dos bens arqueológicos no presente. *Cadernos do Lepaarq*, 17(34), 164-182. <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v17i34.19412>
- Marques, N. L. V. (2019). *Casa de Mãe Eugênia: Arqueologia em uma Casa de Santo na cidade de São Raimundo Nonato – PI*. [Monografia, Universidade Federal do Vale do São Francisco].
- Martins, J. F. (2018). *A lida do vaqueiro da Comunidade Boqueirão/Buriti do Rei, Oeiras-Pi: Cultura material, espaços, memórias e saberes* [Monografia, Universidade Federal do Vale do São Francisco].
- Martins, T. G. (2019). *Objetos de memória: Análise da coleção da "Dona Vani" e "Seu Valdomiro" através da perspectiva da Arqueologia Pública* [Monografia, Universidade Federal do Vale do São Francisco].
- Mead, M. (2000). *Sexo e temperamento*. Editora Perspectiva.
- Mignolo, W. D. (2008). Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, (34), 287-324.
- Mignolo, W. D. (2017). Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(94), 1-18. <https://doi.org/10.17666/329402/2017>
- Monteiro, G. A. (2020). *Escavando assimetrias na Arqueologia do Nordeste do Brasil: A dicotomia entre material x social em destaque* [Monografia, Universidade Federal de Pernambuco].
- Montenegro, M. (2014). Una experiencia de arqueología pública y colaboración intercultural en el sector septentrional de Argentina. *Revista de Arqueologia Pública*, 8(10), 26-43. <https://doi.org/10.20396/rap.v8i2.8635637>
- Moraes, I. A. (2005). Memória social: Solidariedade orgânica e disputa de sentidos. In J. Gondar & V. Dodebei (Orgs.), *O que é memória social* (pp. 89-104). Contra Capa.
- Neta, M. F. P. A. (2011). *Os rituais do Morro do Cruzeiro como atributos da identidade sanraimundense: Um patrimônio modificado* [Monografia, Universidade Federal do Vale do São Francisco].

- Nora, P. (1993). Entre memória e história: A problemática dos lugares. *Projeto História*, 10, 7-28.
- Oliveira, J. S., & Borges, J. F. (2015). Sociedade, arqueologia e patrimônio: As relações de pertencimento da Comunidade Zabelê com a área arqueológica do Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC). *História Unicap*, 2(3), 108-121.
- Oliveira, J. S. (2014). *A Educação patrimonial como estratégia de Arqueologia Pública na área do Parque Nacional Serra da Capivara* [Monografia, Universidade Federal do Vale do São Francisco].
- Oliveira, J. S. (2016). *Memória e patrimônio arqueológico: Vozes sertanejas na área do Parque Nacional Serra da Capivara* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Piauí].
- Oliveira, A. S. N., Assis, N. P. D., & Galvão Neto, A. A. (Orgs.). (2017). *Sentidos do patrimônio: Parque Nacional Serra da Capivara e Comunidade São Vitor*. IPHAN.
- Oyuela-Caycedo, A., Anaya, A., Elera, C. G., & Valdez, L. M. (1997). Social archaeology in Latin America? Comments to T. C. Patterson. *American Antiquity*, 62(2), 365-374. <https://doi.org/10.2307/282518>
- Paes, R. M. O. (2011). *Identificação do patrimônio edificado da cidade de Coronel José Dias – Piauí* [Monografia, Universidade Federal do Vale do São Francisco].
- Pellini, J. R. (2018). Archaeology of affection. In C. Smith (Ed.), *Encyclopedia of global archaeology* (2 ed., pp. 1-9). Springer International Publishing.
- Pereira, L. C. (2019). *Ferramentas da Memória: Musealização da Arqueologia em São Raimundo Nonato – PI* [Monografia, Universidade Federal do Vale do São Francisco].
- Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, 5(10), 200-212.
- Quijano, A. (1993). “Raza”, “etnia” y “nación” en Mariátegui: Cuestiones abiertas. In R. Forgues (Org.), *José Carlos Mariátegui y Europa: el otro aspecto del descubrimiento* (pp. 757-775). Empresa Amauta.
- Resende, A. X., Filho, H. P. C., & Omaki, E. T. (2016). Política de Assistência Estudantil praticada pela Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. *ID on Line: Revista de Psicologia*, 10(30), 27-49.
- Ribeiro, A. J. C. B. (2015). *O Parque Nacional da Serra da Capivara e a urbanização de São Raimundo Nonato: Transformações socioespaciais no Piauí e suas repercussões no entendimento de Sertão* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco].
- Santana, T. M. C. (2010). *Guerra da Telha: memória, história, arqueologia e patrimônio* [Monografia, Universidade Federal do Vale do São Francisco].
- Santos, P. M. (2010). *Os registros rupestres da região de Jaguarari, Bahia* [Monografia Universidade Federal do Vale do São Francisco].
- Santos, P. P. J. (2019). *Memórias e narrativas sobre as populações indígenas em São Raimundo Nonato-PI e Microrregião: Uma descrição sobre as produções históricas antecedentes, abordagens precursoras e relatos orais* [Monografia, Universidade Federal do Vale do São Francisco].
- Schwarcz, L. M., & Starling, H. M. (2015). *Brasil: Uma biografia*. Companhia das Letras.
- Silva, V. L. (2017). *Arqueologia pública, memória e valorização do patrimônio cultural em um território quilombola: Estudo de caso da Roda de São Gonçalo na comunidade Lagoa das Emas, São Raimundo Nonato – PI* [Monografia, Universidade Federal do Vale do São Francisco].
- Siqueira, C. M. B. (2014). *A educação patrimonial na Arqueologia Brasileira: Um estudo de caso no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara* [Monografia, Universidade Federal do Vale do São Francisco].
- Smith, L. (2006). *Uses of Heritage*. Routledge.
- Smith, L., & Waterton, E. (2009). *Heritage, communities and archaeology*. Gerald Duckworth and Co.
- Soares, A. M. A. (2010). *Pinturas rupestres no Município de São Braz Do Piauí: Padrão de reconhecimento e temática dominante* [Monografia, Universidade Federal do Vale do São Francisco].
- Sousa, J. S. (2019). *Os lugares de memória de São Braz do Piauí: Lembranças e narrativas sobre a história e o patrimônio local* [Monografia, Universidade Federal do Vale do São Francisco].
- Sousa, M. S. R. (2011). Deslocamento forçado de posseiros e pequenos proprietários do Parque Nacional Serra da Capivara: Estratégia de proteção ambiental ou violação de direitos humanos. *Revista do Mestrado em Direito*, 5(2), 410-429. <http://dx.doi.org/10.18840/1980-8860/rvmd.v5n2p410-429>
- Souza, J. (2017). *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Editora Leya.
- Tirado, G. P. (2009). Violência epistêmica y descolonización del conocimiento. *Sociocriticism*, 24(1-2), 173-201.
- Universidade Federal do Vale do São Francisco. (n.d.). Pós-Graduação em Arqueologia. <https://portais.univasf.edu.br/pparque>
- Zanettini, P., & Wichers, C. A. M. (2014). Arqueologia preventiva e o ensino de arqueologia no Brasil. *Habitus*, 12(2), 239-256. <http://dx.doi.org/10.18224/hab.v12.2.2014.239-256>
- Zitkoski, J. J., Genro, M. E., & Caregnato, C. E. (2015). Democratização da educação superior: Apontamentos para a valorização de experiências alternativas no contexto latino-americano. *Revista de Ciências Humanas: Educação*, 16(27), 56-71.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Os autores declararam participação ativa durante todas as etapas de elaboração do manuscrito.

Produção e transmissão de conhecimentos em coletivos kaingang Knowledge production and transmission in kaingang collectives

Sergio Baptista da Silva 

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Resumo: O artigo tem por objetivo refletir sobre as relações entre sistema xamânico, produção e transmissão de conhecimentos e corporalidade, a partir de uma etnografia junto a professores bilíngues da rede escolar estadual de Educação Básica do estado do Rio Grande do Sul, e junto a sábios e intelectuais indígenas kaingang. Igualmente, tenho a intenção de retomar a discussão de práticas próprias de aprendizagem, etnografadas durante os anos de 2013 a 2015, em contextos de oficinas e encontros de formação continuada de professores durante a realização da ação "Saberes Indígenas na Escola, Núcleo UFRGS", analisando os atuais processos de escolarização em coletivos kaingang no Sul do Brasil. A partir da discussão de sua sócio-cosmo-ontologia relacional, apresento e analiso duas concepções de produção e transmissão de conhecimentos kaingang, que coexistem e estão complexamente interrelacionadas e conectadas: uma tradição cosmo-ontológica (produção e transmissão do conhecimento a partir das agências exercidas entre todos os existentes do cosmos – humanos e extra-humanos) e uma tradição oral-iconográfica, que se consolida nas ações cujo aprendizado se conforma nas práticas sociais, nos mitos, nos rituais e nas imagens, e que enfatiza a reciprocidade entre humanos, alicerçada nos saberes e fazeres dos seus anciães, sábios e intelectuais.

Palavras-chave: Sócio-cosmo-ontologia kaingang. Produção e transmissão de conhecimentos. Xamanismo. Corpo e pessoa. Educação escolar indígena.

Abstract: This article aims to reflect on the relationships between the shamanic system, production and transmission of knowledge and corporeality, based on an ethnography with bilingual teachers from the state school network of Basic Education in the state of Rio Grande do Sul, Brazil, and together with kaingang indigenous scholars and intellectuals. Likewise, this work intends to resume the discussion of ethnographic learning practices during the years 2013, 2014, and 2015 in the context of workshops and continuing education meetings for kaingang teachers during the Indigenous Knowledge at School, UFRGS Nucleus, analyzing the current schooling processes in kaingang collectives in southern Brazil. From the discussion of their relational socio-cosmo-ontology, two conceptions of kaingang knowledge production and transmission are presented and analyzed, which coexist and are complexly interrelated and connected: a cosmo-ontological tradition (production and transmission of knowledge from the agencies exercised among all those existing in the cosmos – human and extra-human beings) and an oral-iconographic tradition, which is consolidated in actions, the learning of which conforms to social practices, rituals and images, and which emphasizes reciprocity between humans, based on the knowledge and practices of their elders, sages, and intellectuals.

Keywords: Kaingang socio-cosmo-ontology. Knowledge production and transmission. Shamanism. Body and person. Indigenous school education.

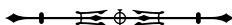
Silva, S. B. (2022). Produção e transmissão de conhecimentos em coletivos kaingang. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 17(2), e20200135. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0135

Autor para correspondência: Sergio Baptista da Silva. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Av. Bento Gonçalves, 9500. Porto Alegre, RS, Brasil. CEP 90046-900 (sergiobaptistadasilva@gmail.com).

Recebido em 21/12/2020

Aprovado em 02/10/2021

Responsabilidade editorial: Jorge Eremites de Oliveira



SÓCIO-COSMO-ONTOLOGIA KAIKANG¹

A sócio-cosmo-ontologia kaingang, em suas múltiplas práticas, enfatiza a categoria corpo e sua composição no devir (Silva, 2001, 2002, 2014). A composição de um corpo kaingang pressupõe, pois, uma concepção de pessoa, que inclui uma vasta gama de conhecimentos, habilidades, propriedades e emoções que idealmente a compõe.

O cosmos kaingang, percebido como intensamente relacional, coloca em comunicação seres da série intra e extra-humana, em constante ação e reação uns sobre os outros. A fluidez e a multiplicidade das exterioridades (corpos) dos existentes do cosmos, e das habilidades e conhecimentos que carregam, postulam um investimento relacional importante entre pessoas humanas (KaiKang) e alteridades extra-humanas (demais pessoas do cosmos kaingang). A esse amplo e complexo sistema relacional denomino de sócio-cosmo-ontologia.

De um modo geral, os processos de composição ou divinduação (Strathern, 2006) do corpo e da pessoa humana são possíveis nesses mundos ameríndios que não fazem essa divisão ontológica e cosmológica entre o que nós, eurorreferenciados, chamamos de natureza e cultura. Nesses outros mundos possíveis, costuma não existir uma separação ente humanos e não humanos, como no dualismo antagônico ocidental. Nessas sócio-cosmo-ontologias indígenas, os existentes no cosmos são entendidos como seres de vontade, de desejo e de cultura, havendo entre eles uma hierarquia, uma gradação de pertencimento a níveis diferentes de humanidade (Descola, 1992). Para esses coletivos indígenas, todos esses seres, inclusive os que nós, os eurorreferenciados, designamos de animais,

plantas, minerais, objetos, dentre outros, também possuem conhecimentos, propriedades, habilidades, vontades, desejos, sensibilidades. Para os KaiKang, esta interioridade, este 'espírito', denomina-se *tân*, e está presente na maioria dos seres que habitam o cosmos (Silva, 2002, 2014; Rosa & Crépeau, 2020).

Esse conceito kaingang, seguindo a análise de Fausto (2008), pode ser compreendido como a potência que anima e protege todos e cada um dos agrupamentos de seres existentes no cosmos, sendo seus guardiães, em uma relação caracterizada pela maestria-domínio, que não se confunde com controle ou propriedade, conforme entendemos em contextos eurorreferenciados.

Sendo assim, o sistema sócio-cosmo-ontológico kaingang, percebido como intensamente interrelacional, atua produtivamente sobre a comunicação entre todos os seres constitutivos do cosmos e está aberto à relação contínua e generalizada entre todos os humanos e extra-humanos, não sendo essa comunicação operada exclusivamente pelo *kujà* (xamã). Esse detém, por outro lado, uma forte e intensa conexão com os *jangré*, seres da série extra-humana que possuem *tân* com potentes agências e conhecimentos e que atuam como guias nas práticas curativas e de previsão xamânicas. Em outras palavras, todos os KaiKang têm possibilidade de interação com os *tân*, mas somente os *kujà* acessam os poderosos *jangré*, cujas habilidades e conhecimentos, somados àquelas ligadas aos *tân* dos diferentes seres do cosmos kaingang, lhes dão proeminente posição no sistema sócio-cosmo-ontológico indígena.

Nesse sentido, os KaiKang em geral, potencialmente, podem estabelecer relação com os *tân*

¹ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada como comunicação oral no GT 28 – Educação Indígena ou Intercultural: um debate epistemológico e político, na XI Reunião de Antropologia do Mercosul, Montevideu, Uruguai, em 01/12/2015. Optei por grafar 'kaingang', como usual e amplamente vem sendo utilizado na literatura etnológica, e não 'kanhgág', como recomenda o dicionário de língua kaingang de Wiesemann (2011). Não obstante, as demais palavras no idioma indígena seguiram a grafia preconizada por este dicionário. Ademais, vocábulos em kaingang, no texto, permaneceram sem flexão de número, uma vez que o plural na língua indígena não utiliza o 's', como é comum no português. Por último, fiz a opção de grafar a palavra kaingang com letra inicial minúscula quando se trata de um adjetivo (por exemplo, intelectuais kaingang, conhecimentos kaingang) e com inicial maiúscula quando a palavra está substantivada (os KaiKang, dos KaiKang).

dos seres existentes do cosmos. No entanto, ela difere da relação dos *kujà* com o *tân* de seu *jangré*, uma vez que é muito mais intensa, regular e plenamente estabelecida a partir de rituais específicos de iniciação do xamã. Há, portanto, uma hierarquia intrassérie humana no estabelecimento de relações com os seres extra-humanos.

Como se percebe, também na série extra-humana o caráter assimétrico está presente, pois há uma hierarquia entre as potências dos *tân* dos seres pertencentes a estes agrupamentos, o que leva, igualmente, a uma hierarquização entre os xamãs, sendo considerados mais poderosos aqueles que mantêm relações com *jangré* mais potentes, como é o caso do *jangré* jaguar, modelo máximo de predador (Rosa & Crépeau, 2020, p. 64).

Silva (2014, p. 72) analisou detalhadamente as formas de induzir, provocar e negociar a relação com a alteridade extra-humana, objetivando incorporar habilidades e conhecimentos, que estão materializados em corpos, pedaços ou partes de outros seres do cosmos, através de inúmeras técnicas e rituais, que vão desde a confecção e o uso de pinturas, 'adornos', 'objetos' junto ao corpo (Figura 1), passando pelo banho (Figura 2), fumigação (Figura 3), ingestão, fricção, inalação de parcelas dos corpos desses seres do cosmos, até a experiência onírica, onde a relação com a alteridade acontece, sem esquecer das potências dos *jangré* e dos *kujà*.

De acordo com essa concepção do cosmos, seres das séries intra-humana e extra-humana são percebidos diferencial e complementarmente como pertencentes a uma das divisões duais: de um lado, seres *kamé*; de outro, seres *kainru-kré*. Essas metades cósmicas remetem aos gêmeos Kamé e Kainru, demiurgos *kaingang* (Silva, 2001).

Tendo como referência essa discussão, os coletivos *kaingang* são aqui compreendidos como coletividades alargadas, que incluem na sua composição tanto seres pertencentes à série intra-humana quanto seres oriundos

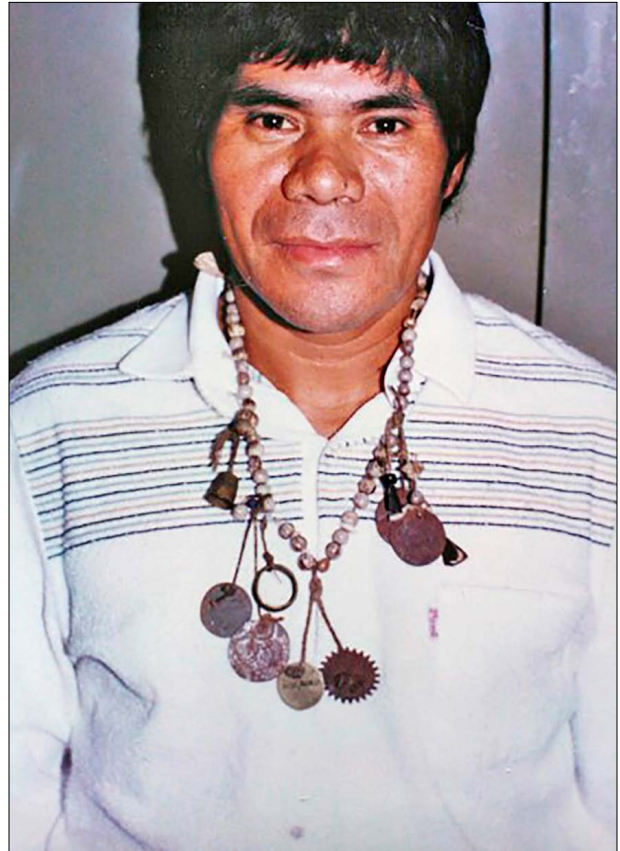


Figura 1. Incorporando potências, conhecimentos e habilidades de alteridades extra-humanas (sementes) e humanas (objetos-sujeitos *jóg* – não indígenas). Rókân em visita de pesquisa ao Museu Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, usando colar de chefe *kaingang* do início do século XX. Fonte: acervo etnológico n. 2076 Et. Foto: Sergio Baptista da Silva (1998).

da série extra-humana. Tem-se, então, desde um ponto de vista epistemológico *kaingang*, não uma 'sociedade', termo ocidental indicativo de grupos formados exclusivamente por 'humanos', mas, sim, um coletivo que inter-relaciona todos os existentes do cosmos.

Por tudo o que já foi dito, vê-se que o corpo é uma fundamental categoria de entendimento para a compreensão do xamanismo e do sistema sócio-cosmo-ontológico *kaingang*. Igualmente, pode-se dizer que o corpo humano e a pessoa são percebidos pelos *Kaingang* de forma diferente de como o pensamos na tradição ocidental eurorreferenciada.



Figura 2. Incorporando potências, conhecimentos e habilidades de seres extra-humanos através de banho ritual. Kujà Carlinhos Loureiro. Antigo acampamento de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, abr. 2007. Foto: Damiana Bregalda Jaenisch (2007).



Figuras 3. A-B) Incorporando potências, conhecimentos e habilidades de alteridades extra-humanas – 'fumigação'. Antigo acampamento de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, abr. 2007. Foto: Damiana Bregalda Jaenisch (2007).

CONHECIMENTOS KAINGANG E SUA SÓCIO-COSMO-ONTOLOGIA RELACIONAL

Penso que as constatações já apresentadas possuem um importante valor analítico para que se possa discutir e avaliar a produção de conhecimentos e sua transmissão nos coletivos kaingang, uma vez que se está diante de um postulado epistemológico diferente daquele eurorreferenciado.

Esse me parece ser o verdadeiro desafio: enquanto, lá no início da disciplina antropológica, os antropólogos clássicos afiançavam que a diferença entre as diversas etnias estava estabelecida a partir de critérios culturais, o que os coletivos kaingang estão nos dizendo é que essas diferenças não são culturais, são diferenças de natureza, pois, se todos esses seres – chamados no ocidente de objetos ('inanimados'), de animais, de plantas – têm cultura,

vontade e desejo, não estamos diante de critérios culturais para estabelecer a diferença, mas sim diante de critérios que são de 'natureza', que dizem respeito a corpos diferentes, mas que têm um fundo comum de humanidade, de cultura e, principalmente, de possibilidade de relação entre eles, como já descrito, discutido e analisado, dentre inúmeros outros etnólogos, por Descola (1986), no que diz respeito aos Achuar, por Viveiros de Castro (1996), em relação aos Araweté, e por Lima (2005), no que se refere aos Yúdjá.

Assim, tomando-se o ponto de vista da epistemologia kaingang, as diferenças são de 'naturezas', de corpos com suas especificidades. Tem-se, então, uma questão fundamental, principal, para pensar tanto o conhecimento como a educação escolar indígena kaingang: será que se trata de uma questão de interculturalidade? Se, do ponto de vista dessa epistemologia indígena, todos os seres do

cosmos têm conhecimentos e habilidades, o ponto focal a ser avaliado não é de interculturalidade, mas refere-se a internaturezas.

Do ponto de vista da sócio-cosmo-ontologia kaingang, o que diferencia a pessoa humana de um objeto, de um animal, de uma planta? É a natureza, o seu corpo, porque todos os seres existentes do cosmos são pessoas, com propriedades de vontade, de cultura, de agência. O que está em jogo não é a cultura, e sim a natureza.

O OBJETIVO DESTES ARTIGOS

O que é conhecimento para os coletivos kaingang? Como se produz conhecimento a partir da relação que se faz com esses seres existentes do cosmos, que nós, no ocidente eurorreferenciado, não consideramos humanos e são fundamentais para produção do conhecimento para eles?

O professor kaingang D. R. Cardoso (comunicação pessoal, 28 jul. 2014), disse-me uma vez: “Eu aprendi com o rio, aprendi com a corrente de água. Ela me ensina quando está acordada. A água acorda, ela dorme, tem fluxo, ela traz o movimento, o tempo, uma série de conhecimentos. Ela pode ser remédio”.

Os objetivos deste artigo levam-me a trazer à discussão alguns elementos relacionados à obra dos filósofos da diferença, Deleuze e Guattari (1995, p. 8 e 22; 1996, p. 90; s.d. [1972], p. 150). Eles refletiram sobre a grande dificuldade que o ‘ocidente’ tem em perceber a diferença, trabalhá-la e aceitá-la. Esse fenômeno não acontece com a maioria dos grupos indígenas – e aqui, especificamente, com os Kaingang, exatamente por possuírem sistemas abertos, que buscam constantemente relação com as alteridades, sejam elas humanas ou extra-humanas.

É essa a questão central deste artigo: o sistema sócio-cosmo-ontológico kaingang apresenta-se amplamente aberto a esses outros, às alteridades. São mundos em intensa e densa mediação e relação com a alteridade, que se processa constantemente.

Conectando essa sócio-cosmo-ontologia relacional com as concepções de conhecimento e sua transmissão, tenho como presente entre os Kaingang a coexistência e a complexa inter-relação de uma tradição cosmo-ontológica (produção e transmissão do conhecimento a partir das agências exercidas entre todos os existentes do cosmos, humanos e extra-humanos) com uma tradição oral-iconográfica (que se consolida nas ações, nas imagens e nos rituais, e cujo aprendizado se conforma nas práticas sociais, e mesmo no silêncio, enfatizando a reciprocidade entre humanos).

Numa tradição iconográfica, segundo Severi (2004), não são enfatizadas nem a palavra dita nem a palavra escrita, mas um híbrido entre ambas, no qual a memória social (e os conhecimentos tradicionais) é produzida e transmitida por imagens² e enunciações rituais.

Já em uma tradição cosmo-ontológica, a transmissão do conhecimento ou de habilidades é um ato de incorporação de saberes ou propriedades de alteridades extra-humanas, ou seja, a aprendizagem é incorporada através da relação entre seres humanos e extra-humanos, com acento nos processos de criação de corpos e pessoas humanas.

Com relação à tradição oral-iconográfica apontada, o professor kaingang S. K. Amaral (comunicação pessoal, 28 jul. 2014) revelou-me uma importante reflexão sobre as formas diferenciadas dos processos de aprendizagem kaingang, enfatizando que os “Kaingang aprendem por si próprios, na prática”. Segundo ele, o modo de aprender kaingang baseia-se na observação e na ação de “fazer igual”. “A vida te ensina, você aprende na prática” (S. K. Amaral, comunicação pessoal, 28 jul. 2014).

Na mesma perspectiva dessa tradição oral-iconográfica, o professor kaingang Á. Paula (comunicação pessoal, 29 out. 2014) costuma referir que o seu “material didático são os velhos; que o conhecimento está nos velhos”, atestando a forte presença dessa tradição entre os coletivos aqui discutidos.

² Para os coletivos kaingang, veja-se, por exemplo, Silva (2001) e Vidal et al. (2001).

Sendo assim, o principal objetivo deste artigo é conhecer e analisar a produção e a transmissão do conhecimento a partir das agências exercidas entre todos os existentes do cosmos. Sem negar a forte presença da tradição oral-iconográfica, apenas secundariamente enfocarei a produção de conhecimento kaingang entre os seres da série intra-humana, alicerçada nessa tradição, ou seja, nos saberes e fazeres dos seus anciães, sábios e intelectuais (Figura 4).

Nos ambientes escolares do ocidente euroreferenciado, essa é a única tradição que se costuma apontar para coletivos indígenas, em geral, e para os Kaingang, em particular, sem, contudo, levantar ou analisar o seu caráter iconográfico. Essa visão ocidental tem sérias e dramáticas consequências para o debate e a implantação da educação escolar indígena diferenciada e própria no cenário das políticas educacionais para coletivos indígenas.

Esse é o motivo de minha opção, no presente artigo, de apresentar e discutir aspectos da tradição cosmo-ontológica.

A ETNOGRAFIA E SEU CONTEXTO

O trabalho de campo foi possibilitado pela minha participação, nos anos de 2013, 2014 e 2015, da estrutura da Rede da Ação Saberes Indígenas na Escola – Núcleo Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como professor conteudista. A Rede estava assim organizada: coordenador-geral da rede no Instituto de Ensino Superior (IES) Sede (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG); coordenador do Núcleo UFRGS; supervisores do Núcleo; professores conteudistas (pesquisadores, doutores ligados à UFRGS); pesquisadores indígenas (4 Kaingang); professores formadores (mestres e doutorandos, inclusive indígenas); professores indígenas orientadores de estudos vinculados às escolas indígenas (15 professores kaingang); professores indígenas cursistas vinculados às escolas indígenas (150 professores kaingang); e coordenadores da ação vinculados à Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC RS).



Figura 4. Transmissão de conhecimentos via tradição oral-
iconográfica. Pintura corporal com grafismos ligados aos gêmeos
ancestrais Kamé (*tej* – compridos) e Kainru (*rór* – redondos). Antigo
acampamento de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, abr. 2007. Foto:
Damiana Bregalda Jaenisch (2007).

Ela destinava-se a promover a formação continuada de professores indígenas de Educação Básica, que, no caso do Núcleo UFRGS, abrangia as etnias Kaingang e Guarani, tendo como objetivos: 1) apoiar os professores indígenas em suas atividades didático-pedagógicas; 2) oferecer subsídios para a elaboração de currículos, definição de metodologias e processos de avaliação que atendessem às especificidades do povo indígena; e 3) fomentar pesquisas que resultassem na elaboração de materiais didáticos e paradidáticos, conforme a situação e especificidade da Educação Escolar Indígena enfocada (Portaria n. 1062, de 30 outubro de 2013).

Nesse cenário, minha interlocução mais direta foi com os quatro pesquisadores indígenas, especialistas do

sistema sócio-cosmológico kaingang, alguns sendo *kujà* (Dorvalino Cardoso, Pedro Sales, Iracema Nascimento e Jorge Garcia), com os dois professores formadores indígenas (mestres Bruno Ferreira e Fátima Trindade do Amaral), com o professor orientador de estudo Selvino Kókáj do Amaral, à época professor na escola da Fág Nhin (Lomba do Pinheiro), que coordenou os trabalhos das escolas da região metropolitana de Porto Alegre, e com os inúmeros professores cursistas que se dedicaram às atividades do Núcleo UFRGS.

Os encontros promovidos com os professores kaingang da região metropolitana de Porto Alegre foram acompanhados de perto por mim e por alguns bolsistas ligados à UFRGS (Ana Letícia Meira Schweig, Eduardo Schaan, Camila Dilli Nunes e Bruna Morelo).

Nesses momentos, além do professor Selvino, estavam presentes os professores cursistas da área metropolitana de Porto Alegre: Vera Lucia Claudino Ribeiro, da Fág Nhin; Orilde Ribeiro, de Farroupilha; Ramilton Kafaj Manoel Antonio, de Jamã Ty Tãnh (Estrela); Álvaro de Paula e Antonio Raul da Silva, da Tupê Pãn (Morro do Osso); Tiago Farias (Lajeado) e Josme Cosme (*in memoriam*), da Por Fi Ga (São Leopoldo).

O encontro etnográfico que aqui relato também teve outros interlocutores decisivos para minha análise no presente artigo: os 150 professores cursistas kaingang, especialmente aqueles ligados às escolas da região de Porto Alegre, com os quais tive uma relação mais contínua e próxima. De qualquer forma, essa rica e importante interlocução também se estabeleceu ao longo de encontros mais amplos com parte ou a totalidade dos professores cursistas presentes.

É importante mencionar que esse universo de interlocução, apesar de estar mais relacionado aos professores indígenas, tem como principal característica uma complexa amplitude de posições pessoais, que incluem professores, intelectuais, sábios, anciões e xamãs kaingang. Igualmente, é importante destacar que essas posições são intercambiáveis e não marcadas por fronteiras rígidas.

Começo, então, apresentando e discutindo algumas falas desses interlocutores.

A professora V. L. C. Ribeiro (comunicação pessoal, 11 dez. 2014), filha do cacique de sua área, afirmou que se descobriu *kujà* (xamã) recentemente. Vera aprendeu a língua kaingang tardiamente, pois viveu fora da aldeia. Seu “lado xamã” foi surgindo depois de ter começado a trabalhar na escola, com cultura indígena. Diz sonhar com os “remédios” (*vênh kagta*) e onde buscá-los para os doentes que a procuram ou falam sobre suas doenças, demonstrando a estreita conexão entre seres da série extra-humana e conhecimento. Além disso, sua fala acentua que, no seu caso, essas relações com os seres do mato, e os consequentes conhecimentos deles advindos, são estabelecidas através do sonho, o que evidencia prática de aprendizado totalmente fora do cenário da educação eurorreferenciada.

Para o Professor D. Cardoso (comunicação pessoal, 6 jan. 2015), os *kujà* estão acima de todos os líderes, tendo a figura do cacique surgido com a política dos brancos. Corroborando a diferença marcante entre os modos de aprendizagem e a produção do conhecimento entre os Kaingang e a epistemologia eurorreferenciada, ele afirma ter aprendido “muito pouco no meu mundo na Universidade” (D. Cardoso, comunicação pessoal, 11 dez. 2014), apontando para a tradicional vinculação entre conhecimento e práticas entre humanos, por um lado, e entre conhecimento e relações com alteridades extra-humanas, como se verá a seguir.

As prioridades e os objetivos para levar adiante a ação Saberes Indígenas na Escola, elencadas pelos professores e pesquisadores kaingang dela participantes, listadas a seguir, expressam a coexistência e o imbricamento, essa complexa conexão, entre as tradições de produção e transmissão de conhecimentos aqui analisadas: 1) retomar ‘marcas tribais’ (patrimetades Kamé e Kainru) e seu conhecimento; 2) escrever as histórias de cada comunidade e sua escola; 3) registrar trajetórias de ex-alunos; 4) coletar histórias sobre ervas; cânticos; 5) discutir as variantes da língua; 6) reverter

a ausência de livros em kaingang nas salas de aula das escolas da área metropolitana de Porto Alegre e adjacências; 7) registrar em vídeo e retomar práticas pedagógicas consideradas kaingang, dentre as quais: banhos com ervas, benzimento, fumigação, massagens (com graxas de tatu e de mão-pelada – *Procyon cancrivorus*); “colocar em prática nossa pedagogia indígena”; “trabalhar com o *kujà*”; 8) reivindicar, nos órgãos oficiais de educação, a presença dos *kujà* nos encontros; 9) enfatizar o ato de pesquisar com o velho³.

Apontando para relações com seres extra-humanos, na constituição de corpos e pessoas kaingang compósitos e dividuais, reforçando a potência da alteridade como conhecimento a partir de si mesmo, de seus corpos que interagem, de suas experiências e de suas emoções, o professor S. K. Amaral (comunicação pessoal, 15 dez. 2014) traz inúmeros exemplos. Ele nos fala da captura de propriedades através da relação com outros seres existentes do cosmos, possuidores de informações, nomes, propriedades. Sua fala enfatiza que o ‘remédio’ (*vēnh kagta*) utilizado tem vida.

Suas informações, no que diz respeito às relações estabelecidas com alguns seres da série extra-humana são as seguintes:

1. Cobra. Renova-se constantemente com a troca de sua pele. Comê-la traz essa propriedade e essa experiência de renovação a quem a ingere;
2. Pulmão de peixe. Sua ingestão proporciona às crianças a habilidade de crescerem como bons nadadores;
3. Barro que adere às patas de um cavalo. Seu uso junto ao corpo, principalmente pernas e pés de crianças, faz com que adquiram as propriedades e habilidades para correr velocemente;
4. Rabo de peixe. Usado pelos *kujà* na formação de corpos de guerreiros. As habilidades e os conhecimentos relacionados ao ato de esquivar-se de perigos, de movimentar-se rápida e inesperadamente, são adquiridos através de sua ingestão;

5. Rabo do tatu e pênis seco do quati. Sua ingestão tem agência, no primeiro caso, sobre a sexualidade masculina e, no segundo, sobre a feminina (S. K. Amaral, comunicação pessoal, 15 dez. 2014).

As propriedades, potências, habilidades e os conhecimentos destes seres extra-humanos são adquiridos através de técnicas rituais de ingestão ou contato com a totalidade ou de partes desses seres. Nos casos indicados pelo professor Selvino, é por intermédio da ingestão ou contato que a relação com a alteridade acontece, estabelecendo a incorporação da potência do outro, a habilidade do outro, o conhecimento do outro, por meio de ‘objetos’ ou coisas feitas com partes do corpo da alteridade extra-humana.

No mesmo diapasão, o professor I. R. Jacinto (comunicação pessoal, 7 jan. 2014) traz o exemplo de seu pai octogenário, que sempre passa em seus músculos pedras de rio, tendo delas incorporado a durabilidade.

Por sua vez, o professor D. Cardoso (comunicação pessoal, 28 jul. 2014) costuma fazer uma afirmação contundente: “Não cabe tudo na escola”. Igualmente, ele habitualmente pergunta: “Como é que a gente aprende? Como é que a gente ensina?”. E ele mesmo responde: “Nós aprendemos com a natureza, com as coisas da vida, com a cosmologia”. E prossegue: “Damos valor para o rio, para a árvore, para os animais”.

Problematizando a questão do conhecimento tradicional kaingang, o professor D. Cardoso (comunicação pessoal, 28 jul. 2014) costuma fazer outra pergunta: “Quem é o autor dos diversos tipos de dança e de músicas?” E ele mesmo responde: “Os animais, os passarinhos”.

O professor S. K. Amaral (comunicação pessoal, 28 jul. 2014) trouxe outra importante reflexão sobre a produção do conhecimento e sobre as formas diferenciadas dos processos de aprendizagem kaingang, nesse caso apontando para a tradição oral-iconográfica, enfatizando

³ Encontro na Escola de Por Fi Ga – São Leopoldo, em 15.12.14. Além dos professores cursistas, estavam presentes os pesquisadores indígenas João Padilha, Iracema Nascimento e Dorvalino Cardoso.

que os “Kaingang aprendem por si próprios, na prática”. Falou sobre o modo de aprender kaingang, afirmando que “eles são observadores, não ficam ensinando, não perguntam, têm que ver para fazer igual”. Disse que eles “não gostam de curiosos, que a vida te ensina, não são de ficar mostrando o processo, você aprende na prática”.

Uma outra fala do professor D. Cardoso (comunicação pessoal, 28 jul. 2014) segue o fluxo geral dos comentários etnografados e que ora analisamos. Ele diz que aprendeu olhando o movimento da água. Aprendeu que ela é viva, é remédio, tem tempo de descansar, de acordar, de atividades mais intensas. Continuando com este importantíssimo exercício reflexivo, que conectou processos de aprendizagem com concepções epistemológicas kaingang, Dorvalino fala que aprendeu observando os animais e os pássaros.

Demonstrando a coexistência da tradição cosmo-ontológica, acima exemplificada, com o que aqui denomino tradição oral-iconográfica, o professor S. K. Amaral (comunicação pessoal, 15 dez. 2014) afirma que “o jeito de aprender dos Kaingang é olhar o que os outros fazem; o que é diferente do mundo branco no qual as crianças precisam ler, escrever, por exemplo. No mundo kaingang é diferente”. E deu um exemplo de quando era criança. Disse que seu pai não o obrigava a ir para o mato com ele para colher lenha (para ele aprender a colher), mas que ele, como criança, saía correndo atrás do pai, o seguia, e ficava olhando o pai colher lenha, até que aprendeu. Segundo o professor S. K. Amaral (comunicação pessoal, 15 dez. 2014), a criança tem que estar junto, envolvida em fazer alguma coisa, para que, então, ela aprenda e cresça. Diz que é pensando nessas formas de aprendizagem que devem apresentar um material didático à ação Saberes Indígenas na Escola, que pode ser um material bem simples, fácil de entender.

Antes desse momento, o professor S. K. Amaral (comunicação pessoal, 29 out. 2014) expôs sobre possibilidades de temáticas para o material didático: medicina tradicional, ervas, tabus alimentares, frutas do mato, plantas, animais terrestres, animais aquáticos, rituais (onde

destacou o papel dos *penh* – que possuem as duas marcas, das patrimetades Kamé e Kainru, e podem tratar com os mortos), destacando que estes temas poderiam “chamar a discussão com os alunos, nos dois ou só em um idioma”. O professor S. K. Amaral (comunicação pessoal, 29 out. 2014) também tem a ideia de focar o planejamento do livro didático em árvores frutíferas, já que poucos alunos conhecem as frutas tradicionais. Os poucos que conhecem são os que acompanham os pais nas idas ao mato para coletar material de cipó, destacando esse momento e espaço educativo tradicional, quando aqueles ensinam aos filhos sobre as plantas e uma série de outros conhecimentos.

O professor Á. Paula (comunicação pessoal, 29 out. 2014) (Morro do Osso) sugere uma questão para os professores participantes refletirem: como se dá a classificação dos animais do ponto de vista kaingang – “animais que ensinam, animais *kamé* e *kainru*, mais longe, mais perto, conversar com os animais, ouvir, entender e trazer conhecimento (o mesmo serve para as plantas)”.

Igualmente, reafirmando aqui a coexistência e a inter-relação apontadas entre as tradições cosmo-ontológica e a oral-iconográfica, o professor Á. Paula (comunicação pessoal, 29 out. 2014) diz que o material didático dele são os velhos (*kofá*), que os conhecimentos estão nos velhos. Ele fala também sobre os nomes kaingang, onde fica clara essa conexão entre as duas tradições analisadas:

Nome não é só pra bonito. Meu vô escolheu o nome do meu filho, mas eu troquei (me enganei) porque não pensei direito e ele era mais antigo e sabia mais. Ele escolheu um nome *ror* (*kainru*) porque ele é *ror*; e eu havia trocado (me enganado com) as metades e coloquei um nome *tej* (*kamé*). Não pode só tirar conhecimento, os nomes vêm da floresta (Á. Paula, comunicação pessoal, 29 out. 2014).

Os *kofá* são importantes guardiões e transmissores dos conhecimentos, que, no caso dos nomes kaingang, estão diretamente conectados às propriedades e habilidades (*tân*) dos seres extra-humanos.

Em uma de suas falas, o professor D. Cardoso (comunicação pessoal, 29 out. 2014) profere uma

preciosidade sobre o processo de conhecimento kaingang, dizendo da relação muito íntima desse processo com os animais. E alarga: “todo ser humano aprendeu com a natureza. Vidas aprendendo entre si”.

E complementa:

Não se pode cortar a taquara quando quer, a taquara tem tempos. Tem que se pedir licença para o espírito (*tãñ*) da taquara, e de como que, se a autorização não é pedida, a taquara pode esconder os melhores ramos. A classificação dos Kaingang não é de vertebrado/invertebrado, é de contato direto com as pessoas, animais e outras coisas. É igual morar em Porto Alegre: a gente acabou aprendendo o português, e nós podemos falar a língua dos bichos na convivência com eles. Como eu digo no meu trabalho, são vidas aprendendo entre si (D. Cardoso, comunicação pessoal, 29 out. 2014).

COMENTÁRIOS FINAIS

A sócio-cosmo-ontologia kaingang não faz uma divisão entre o que nós, eurorreferenciados, chamamos de natureza e cultura. A maioria dos existentes do cosmos são seres que têm vontade, desejo, sensibilidades, habilidades e conhecimentos. A princípio, como vimos, os Kaingang fazem uma diferenciação entre seres da série intra-humana e seres da série extra-humana, todos eles considerados como pessoas.

Penso que é exatamente essa não separação entre sociedade/cultura e natureza que ficou evidenciada pela etnografia e pela discussão presentes neste artigo. Essa constatação é-nos extremamente importante no sentido do entendimento da especificidade epistemológica kaingang, que se abre e positiva as relações com as alteridades humanas e extra-humanas.

Estou convencido de que, para vencer os perigos internos presentes nas armadilhas da epistemologia eurorreferenciada e nos ensinamentos dos antropólogos clássicos – para os quais a diferença entre os povos estava estabelecida a partir de critérios culturais –, é urgente e fundamental que possamos atingir uma melhor compreensão dos processos de produção e transmissão de conhecimentos entre os coletivos kaingang.

O que são os conhecimentos para os coletivos kaingang? Como se produz conhecimentos a partir da relação que se faz com esses seres que o mundo eurorreferenciado não considera humanos e são fundamentais para produção do conhecimento para eles?

O professor D. Cardoso (comunicação pessoal, 28 jul. 2014), como vimos, é enfático em afirmar constantemente: “Eu aprendi com o rio, aprendi com a corrente de água; ela me ensina quando está acordada. A água acorda, ela dorme, tem fluxo, ela traz o movimento, o tempo, uma série de conhecimentos, ela pode ser remédio!”.

O sistema kaingang é muito mais aberto ao outro, à alteridade radical, aos seres extra-humanos. Constitui-se como um mundo em que se percebe e se produz a partir de constantes e intensas relações entre os existentes do cosmos. Estamos diante, pois, de uma sócio-cosmo-ontologia instável, em contínua transformação e de criação de seus corpos e de suas pessoas.

A partir dos exemplos etnográficos aqui apresentados, percebo a produção de conhecimentos entre os Kaingang como um encontro positivo, intenso e produtivo com uma alteridade, que, nos casos discutidos, pertencem tanto à série humana como à extra-humana.

Os processos de incorporação diante de um corpo fluido, dinâmico em suas transformações, que se compõe de inúmeras propriedades, essências, habilidades, informações, nomes e conhecimentos ao longo da duração da pessoa kaingang, são fundamentais para o entendimento de como é percebido o conhecimento e sua transmissão. Com certeza, essas relações são procuradas, perseguidas tanto pelas pessoas que querem adquirir as habilidades e os conhecimentos desses seres quanto por aqueles que são responsáveis pelos cuidados com pessoas em formação, como familiares muito próximos e xamãs. Outros encontros, especialmente com alteridades potencialmente perigosas, obviamente são evitados, o que reforça a lógica dessa epistemologia relacional ou desse cosmos percebido, constituído e reconfigurado continuamente por relações.

Essa captura, na qual também as práticas oníricas estão presentes, acontece porque é possível estabelecer com os seres da série extra-humana uma intensa interlocução, uma troca produtiva de perspectivas, habilidades e conhecimentos, tendo-se aí a base da tradição cosmo-ontológica de produção e transmissão de conhecimentos

Por outro lado, coexistindo e intimamente inter-relacionada com esta, tem-se uma tradição oral-iconográfica, cujo lastro é a reciprocidade entre os seres da série intra-humana e que está ancorada nas práticas, nas imagens e nos rituais, cujo aprendizado e a produção de conhecimentos se conformam nas práticas sociais e mesmo no silêncio.

Infelizmente, a educação escolar aos moldes eurorreferenciados está muito longe de uma compreensão adequada desses modos de produção e transmissão de conhecimentos e suas práticas pedagógicas próprias.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão de bolsa de produtividade em pesquisa. Aos colegas e bolsistas da ação Saberes Indígenas na Escola, Núcleo Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Aos Kaingang, pela interlocução, convívio e amizade.

REFERÊNCIAS

- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 1). Tradução: Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. Ed. 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1996). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 3). Tradução: Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. Ed. 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (s.d. [1972]). *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Assírio & Alvim.
- Descola, P. (1986). *La Nature domestique: Symbolisme et praxis dans l'écologie des Achuar*. Fondation Singer-Polignac et Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Descola, P. (1992). Societies of nature and the nature of society. In A. Kuper (Org.), *Conceptualizing Society* (pp. 107-126). Routledge.
- Fausto, C. (2008). Dono demais: maestria e domínio na Amazônia. *Mana*, 14(2), 329-366. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132008000200003>
- Lima, T. S. (2005). *Um peixe olhou para mim: o povo Yudjá e a perspectiva*. Editora UNESP.
- Portaria n. 1062, de 30 outubro de 2013. Institui o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais – PNTEE. https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/31176478/do1-2013-10-31-portaria-n-1-062-de-30-de-outubro-de-2013-31176474
- Rosa, R. R. G., & Crépeau, R. R. (2020). Puissance et connaissance animales chez les Kaingang du Brésil meridional. *Anthropologica*, 62(1), 60-69. <https://doi.org/10.3138/anth.2018-0105.r1>
- Severi, C. (2004). Capturing imagination: a cognitive approach to cultural complexity. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 10(4), 815-838. <http://www.jstor.org/stable/3803856>
- Silva, S. B. (2001). *Etnoarqueologia dos grafismos kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo].
- Silva, S. B. (2002). Dualismo e cosmologia kaingang: o xamã e o domínio da floresta. *Horizontes Antropológicos*, 8(18), 189-209. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832002000200009>
- Silva, S. B. (2014). Cosmo-ontologia e xamanismo entre coletivos kaingang. In E. C. D. Fleck (Org.), *Religiões e religiosidades no Rio Grande do Sul: Manifestações da religiosidade indígena* (pp. 69-96). ANPUH.
- Strathern, M. (2006). *O Gênero da dádiva*. Ed. Unicamp.
- Vidal, L. B., Castro, E., Silva, S. B., Müller, R. P., Silva, F. A., Barcelos Neto, A., . . . Van Velthem, L. (2001). As artes indígenas e seus múltiplos mundos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, (29), 10-41.
- Viveiros de Castro, E. (1996). Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, 2(2), 115-144. <https://doi.org/10.1590/S0104-93131996000200005>
- Wiesemann, U. G. (2011). *Kaingang - Português | Português - Kaingang Dicionário* (2 ed.). Editora Evangélica Esperança. <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12744787/dicionario-portugues-kaingang/175>

Como as grandes corporações de base extrativista lidam com os povos por elas impactados? Uma revisão da bibliografia internacional

How do extractive-based corporations deal with people they impact? A review of the international bibliography

Ana Carneiro¹  | Adriano Cruz Duarte¹ 

¹Universidade Federal do Sul da Bahia. Porto Seguro, Bahia, Brasil

Resumo: Como as grandes corporações de base extrativista lidam com os povos por elas impactados? A pergunta orientou esta revisão bibliográfica, que faz parte do projeto "Implicações políticas do capitalismo extrativista: movimentos sociais e condições de exercício dos direitos na Amazônia brasileira", mas tem como foco o que acontece fora do Brasil. A partir do repertório levantado, identifica-se um aspecto central na forma pela qual as corporações exercem seu poder: a criação contínua de ambiguidades, contradições, paradoxos, incertezas. Sustentam-se, dessa forma, os processos jurídicos kafkianos e a consequente não resolução de conflitos, a precarização da vida junto às perspectivas de desenvolvimento local, a narrativa ético-moral empresarial, articulada à desregulação da ação estatal e das garantias sociais, em nome da 'governança', e daí por diante. Lançando foco sobre os efeitos concretos dessa linguagem ambígua, veremos que a 'responsabilidade social corporativa' em geral não ameniza, e sim viabiliza a perpetuação e a intensificação da violência contra as vidas impactadas pelas atividades corporativas.

Palavras-chave: Grandes corporações. Capitalismo extrativista. Responsabilidade social corporativa. Impactos socioambientais. Oxímoro corporativo.

Abstract: How do extractive-based corporations deal with people they impact? Based on this question, this article presents a literature review describing a chameleonic repertoire of discursive practices intertwined in processes of exploration by these companies, of lands inhabited by peasants, indigenous peoples, and other traditional communities around the world. The bibliographic research was part of the project "Political implications of extractive capitalism: social movements and right conditions for justice in the Brazilian Amazon". Nevertheless, it focuses on what happens outside Brazil, enabling a comparative framework in which many similarities between different national contexts can be noted. In the repertoire unveiled by these studies, a central aspect of how corporations exercise power is identified. It is shown how the continuous creation of ambiguities sustains Kafkaesque legal processes, the consequent non-resolution of conflicts, the precariousness of life with the promises of local development, the deregulation of state action in the name of 'governance' and so on. Focusing on creative practices and the concrete effects of this vocabulary that underlies "corporate social responsibility", we will see that such practices do not mitigate (on the contrary, enable) the perpetuation and intensification of violence against the lives that resist the expropriation processes.

Keywords: Big corporations. Neo-extractive capitalism. Corporate social responsibilities. Socio-environmental impacts. Corporate oxymoron.

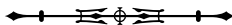
Carneiro, A. (2022). Como as grandes corporações de base extrativista lidam com os povos por elas impactados? Uma revisão da bibliografia internacional. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 17(2), e20200087. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0087

Autora para correspondência: Ana Carneiro. Universidade Federal do Sul da Bahia. Rodovia BR-367, km 10, s/n – Zona Rural. Porto Seguro, BA, Brasil. CEP 45810-000 (anacarcer@gmail.com).

Recebido em 31/07/2020

Aprovado em 02/10/2021

Responsabilidade editorial: Henry Salgado Ruiz



APRESENTAÇÃO

Como as grandes corporações de base extrativista lidam com os povos por elas impactados? Baseando-se nesta pergunta, a presente revisão percorre uma bibliografia produzida fora do Brasil, que, no geral, descreve um conjunto camaleônico de práticas discursivas imbricadas nos processos de apropriação de terras comunitárias, nas mais diversas localidades, por parte das empresas multinacionais. Nesse repertório desvelado pelas pesquisas levantadas, identifica-se, como aspecto central do poder exercido pelas corporações extrativistas no mundo capitalista pós-Consenso de Washington, a criação contínua de dubiedades, ambiguidades e contradições internas, as quais sustentam instabilidades, incertezas, não resolução de conflitos, processos jurídicos kafkianos, precarização da vida e de suas formas de reprodução, desregulação social, econômica e ambiental, tudo em nome da 'governança', além das premissas enganosas sobre a possibilidade de consenso entre 'partes interessadas', em nome de uma alegada ético-moralidade empresarial e de promessas de desenvolvimento local, e daí por diante. Caberá, aqui, lançar foco sobre as práticas de criação e os efeitos concretos da linguagem que fundamenta a chamada 'responsabilidade social corporativa' (*corporation social responsibility* - CSR). Tais práticas, veremos, em geral, não amenizam – mas, ao contrário, viabilizam – a perpetuação e a intensificação das expropriações, dos assassinatos de lideranças comunitárias e de outras formas de violência contra as vidas que resistem à ação das corporações.

A maior parte dos estudos reunidos volta-se aos casos de povos do Canadá, de Gâmbia, da República Democrática do Congo e de alguns outros na África, na Índia, na Papua-Nova Guiné e em outros países da Oceania, havendo uns

poucos sobre a América Latina. Encontramos abordagens disciplinares diversas dentro das ciências sociais e humanas, embora a grande maioria esteja na área da antropologia, com base em pesquisas de cunho etnográfico.

O que apresentamos é resultado de um esforço de sistematização do debate levantado em pesquisa bibliográfica realizada no âmbito do projeto intitulado "Implicações políticas do capitalismo extrativista: movimentos sociais e condições de exercício dos direitos na Amazônia brasileira", sob coordenação de Henri Acselrad¹. Tal pesquisa gerou um material voltado aos movimentos sociais (Carneiro & Duarte, 2019) que inspira nosso argumento e ao qual faremos referência ao longo do artigo. O levantamento voltou-se à produção acadêmica não brasileira e partiu do objetivo amplo de buscar análises sobre a relação entre comunidades camponesas, indígenas e quilombolas, de um lado, e corporações multinacionais extrativistas, de outro. A partir de um conjunto de textos previamente selecionados², buscamos referências cruzadas, dentre as quais filtramos aquelas que dialogavam com as questões trazidas pelo projeto de pesquisa. Ressalte-se que este método de levantamento bibliográfico resultou em uma amostra deliberadamente enviesada do debate. Sem a preocupação em retratar um estado da arte com critérios prévios de recorte temporal, contexto geográfico ou classificação de periódicos, o propósito foi, diversamente, localizar um conjunto de perspectivas analíticas, em diálogo interno. Direcionado pela lista inicial de textos, o resultado da revisão bibliográfica apresenta certo circuito de autores-leitores em diálogo. Vamos nos ater aqui ao que foi levantado, sem buscar explicitar, por exemplo, as conexões que poderiam ser traçadas em relação a pesquisas brasileiras. Tais articulações, contudo, ficarão

¹ O projeto foi coordenado pelo prof. Henri Acselrad, no Laboratório Estado, Trabalho, Território, Natureza, no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ETTERN/IPPUR/UFRJ), com financiamento da Fundação Ford (2017-2018). O levantamento bibliográfico contou, ainda, com a colaboração de Victor N. Urzua. O mesmo levantamento gerou um artigo similar, a ser publicado como capítulo do livro organizado por H. Acselrad (no prelo).

² Para realizar o levantamento bibliográfico, partimos dos seguintes títulos (indicados por Henri Acselrad): Bauer e Thomas (2006); Dolan e Rajak (2016); Gabay e Death (2014); Halon e Fleming (2009); Hönke (2012); Hönke (2014); Hönke e Thauer (2014); Pno e Slocombe (2012); Welker (2009).

certamente evidentes para os leitores mais atentos ao debate no Brasil.

A que propósito de sociedade serve a apropriação capitalista dos recursos naturais? Que dinâmicas políticas são criadas ou acionadas nos conflitos gerados no processo de expropriação desses recursos pelo desenvolvimento de base extrativista? Quais as condições de resistência das comunidades diante da expropriação de seus territórios? (Acsehrad, 2017, p. 4)

As indagações formuladas pelo referido projeto sobre a Amazônia orientaram o primeiro crivo do levantamento bibliográfico. Com isso, optou-se por delimitar a análise ao tema das estratégias das corporações, deixando de lado análises sobre os sujeitos atingidos. Essa escolha justifica-se não apenas porque o eixo comum às estratégias empresariais parecia evidenciar uma pista mais geral para pensar as questões mencionadas; deveu-se também ao interesse sobre a lógica de operação das corporações no que tange ao controle da informação como estratégia política. Tais estratégias merecem ser postas sob o foco justamente pelo aspecto sorrateiro que alimenta sua capacidade de se autorreplicar na tessitura social, por meio da criação contínua e heterogênea de ambiguidades³. Nesse sentido, alinhamo-nos ao que afirmaram Benson e Kirsch (2010a) sobre a relativa pouca atenção dada às corporações quando se pensa sobre o poder e a política. “Antropólogos desde a década de 1990 prestaram mais atenção ao Estado e à governabilidade do que a uma das formas mais importantes de poder em nosso tempo, a corporação”, avaliam os autores (Benson & Kirsch, 2010a, p. 459). Eles conectam as estratégias corporativas a “sentimentos de descontentamento sobre o presente e incapacidade percebida de mudar o futuro” (Benson & Kirsch, 2010a), o que chamam de ‘política de resignação’. Colaborando com esse sentimento, nossa falta de atenção sobre o tema é especialmente problemática

quando notamos os danos substanciais que essas empresas vêm causando às vidas de pessoas e populações, destacam Benson e Kirsch (2010a).

Vale ainda assumir que a opção por restringir a análise à observação das empresas coloca esta revisão em posição mais confortável. Afinal, descrever a relação entre corporações e comunidades, do ponto de vista das ciências sociais, leva-nos inevitavelmente a um terreno delicado, ao expormos o que se passa na escala local, pois sabemos que o gênero de informação produzido por nós é importante para os povos atingidos, mas também pode ser muito útil às táticas empresariais de desmobilização das comunidades, na defesa de seus direitos. A profusão difusa de ambiguidades, afinal, não teria porque poupar etnógrafos e profissionais afins. “A mineração não é um *playground* etnográfico”, alertaram Ballard e Banks (2003, p. 289), em revisão sobre a antropologia da mineração, assim como Welker (2016), ao examinar as formas de engajamento político assumidas por diversos autores de estudos etnográficos voltados a grandes projetos de mineração (Papua Nova Guiné, África do Sul e Estados Unidos): “[Há] uma guerra paralela. . . . empreendida dentro da disciplina sobre a natureza e o alcance de formas apropriadas de engajamento” (Ballard & Banks, 2003, p. 289 citado em Welker, 2016, p. 577).

O que segue é um sobrevoo. Não nos propomos a aprofundar, por exemplo, o esforço de conceituação sobre o que venha a ser o capitalismo, o neoliberalismo ou o novo neoliberalismo na visão dos diferentes autores. Da mesma forma, não buscamos complexificar ou problematizar as posições no interior dos debates sobre regulação, ética, moral ou comunidade; e os dados empíricos produzidos por pesquisas aqui mencionadas tampouco são objeto de análise. O objeto desta revisão é, diversamente, um panorama geral no qual tais entidades, de acordo com o conjunto de abordagens levantadas, articulam-se na operação de uma certa linguagem.

³ É significativo que a tragédia de Bhopal, provocada pelo vazamento de gás da *Union Carbide India Limited*, em 1984, tenha levado a uma demanda de mais de década em prol de políticas sobre o direito à informação (*right to know policies*), como apresenta Jasanoff (1998).

Note-se que, na bibliografia levantada, a criação de ambiguidades, sua ordem discursiva, dá-se a ver não apenas como retórica própria às narrativas de legitimação das multinacionais, mas também, e sobretudo, como prática concreta de relações sociais específicas, as quais definem-se e se estabelecem de formas variadas, por exemplo, nas negociações entre as 'partes interessadas' – negociações estas que, sabe-se, nunca serão levadas a termo (Auld et al., 2008; Gilberthorpe & Banks, 2012) –, assim como nos protocolos do 'consentimento livre, prévio e informado' (*free, prior and informed consent* - FPIC) por parte das comunidades (Hanna et al., 2016; Owen & Kemp, 2014; Papillon & Rodon, 2017) ou nas demandas de povos tidos como 'conservacionistas inatos', mas que se colocam em favor do desenvolvimento trazido pela mineração (Jacka, 2015). Em suma, o 'oxímoro corporativo', neologismo proposto por Benson e Kirsch (2010b), mostra – de diferentes maneiras – uma inesgotável capacidade dos agentes corporativos em se apropriarem da retórica originalmente tecida para combatê-los.

CONTINUIDADE OU ESPECIFICIDADE HISTÓRICA?

Os casos de investimentos estrangeiros na compra de grandes dimensões terra em países 'subdesenvolvidos' ou 'em vias de desenvolvimento', sabemos, não são novos. Hönke (2012, p. 57), ao traçar uma comparação entre empresas de mineração na República Democrática do Congo no 'período pós-2000' e no início do século XX, mostra "continuidades significativas referentes às formas de intervenção dessas empresas". As práticas participativas contemporâneas, escreve a autora, substituíram apenas em parte as técnicas de disciplina e coerção vistas no passado colonial. Garsten e Jacobsson (2007, p. 143), diversamente, destacam uma mudança de ordem estrutural na própria relação entre globalização corporativa, sociedade civil e o que chamam de 'regulação pós-política' (*post-political regulation*),

como veremos mais adiante. As dimensões de continuidade ou descontinuidade em relação ao passado colonial subjazem a diferentes posições analíticas, tanto para, de certa forma, louvar a 'inovação' dos parâmetros da CSR (Auld et al., 2008), quanto para observar a perigosa artimanha das estratégias corporativas, de modo geral (Benson & Kirsch, 2010b).

A especificidade histórica do neoliberalismo corporativo é uma questão de fundo para Geenen e Hönke (2014), assim como para White et al. (2012). Na República Democrática do Congo, por exemplo,

Os investidores estrangeiros e as concessões a empresas multinacionais foram cruciais na valorização de terras devolutas no século XIX e início do século XX (Vellut). Mais recentemente, uma nova disputa por recursos vem sendo observada (Southall & Melber, 2009), visando principalmente as regiões ricas em petróleo e minerais [ênfases retiradas] (Geenen & Hönke, 2014, p. 58)⁴.

De toda forma, mesmo aqueles que definem o contexto estudado nos termos da 'pós-independência' (Lea & Curtin, 2011) ou 'pós-colonialidade' evidenciam (apesar do 'pós' ou graças a ele) a continuidade com o passado colonial, aquele que marca as relações estruturais entre os países-sede das corporações multinacionais e os países-sede das atividades extrativistas (Fabbi et al., 2017; Filer, 2014; Gabay & Death, 2014; Gilberthorpe, 2007; Hönke, 2012; Lipset, 2004). Do uso recorrente da categoria 'pós-colonial', sobressai-se o antigo fato (e suas implicações) de que os empreendimentos modernizantes realizam suas atividades extrativistas em locais que consideram como 'territórios não familiares' (*unfamiliar territories*), escrevem Geenen e Hönke (2014).

É forçoso lembrar que esta também é a relação entre pesquisadores e comunidades atingidas, pois os autores aqui referenciados estão na maioria sediados em instituições europeias ou norte-americanas e realizam suas pesquisas em ex-colônias. Com isso, desastres ambientais e humanos de proporções gigantescas, como o causado pela

⁴ Todas as citações dos textos em inglês aparecem aqui em tradução livre.

Union Carbide, em 1984, em Bhopal, Índia, permanecem em grande medida analisados com o distanciamento preocupado de algo que “. . . não pode acontecer aqui. . .” (Fortun, 2001, p. 15).

CSR: LEGITIMAÇÃO MORAL COMO RESPOSTA NEOLIBERAL

As publicações aqui selecionadas datam do período posterior ao ano 2000, repercutindo o marco do despertar da atenção pública dada à CSR, conforme a análise de Dolan e Rajak (2016). A CSR emergia como grande panaceia para o subdesenvolvimento, incorporando a imagem de uma nova era, a do ‘capitalismo humano’, da ‘ética corporativa’, consolidada em 2002 por ocasião da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (*World Summit Sustainable Development*), também chamada Rio + 10, realizada em Johannesburgo, África do Sul.

Ao apresentar uma coletânea sobre CSR, Dolan e Rajak (2016, p. 16) notam que as práticas de ‘comércio justo’ (*fair trade*) e ‘consumo ético’ (*ethical consumptions*), embora já tenham sido abordadas por um significativo corpo de etnografias e pesquisas sociológicas, não têm inspirado muitas abordagens sobre as corporações figurando, elas próprias, como agente ético. Na bibliografia selecionada aqui, tal aspecto aparece – às vezes de modo sorrateiro – em trabalhos voltados à dimensão pragmática da produção discursiva das grandes corporações. Assim, em torno das análises sobre as formas de apropriação de terras em larga escala, encontramos frequentemente: 1) a ‘mídia’ (Zoomers, 2010; Dolan & Rajak, 2016), pensada também com foco na ‘mídia social’ (*social midia*), nos ‘meios de comunicação de massa’ (*mass midia*) (Hanna et al., 2016) ou no ‘conglomerado de notícias multimídia’ (*multimedia news conglomerate*) (Jasanoff, 2007); 2); a ‘narrativa’ tematizada como ‘narrativa de crise’ (*crisis narrative*) (White et al., 2012) ou ‘narrativa da degradação’ (*degradation narrative*) (Benjaminsen & Bryceson, 2012); 3) e os ‘discursos’, conforme a abordagem de Dolan e Rajak (2016), entre outros (cf. Gabay & Death, 2014; Gilberthorpe & Banks, 2012; Hönke, 2012; Kirsch, 2014; Lipset, 2004).

Em geral associada ao momento em que as corporações eram expostas pela mídia e campanhas de organizações não governamentais (ONG), costuma-se ver a CSR como fruto dos parâmetros, protocolos e princípios adotados por essas empresas, a partir da década de 90, como resposta a essa exposição. Seu alcance no tempo e no espaço vai, entretanto, além, remontando ao surgimento da corporação ‘moderna’ e dos movimentos anti-truste do final do século XIX. “Há toda uma linhagem de esforços para ‘moralizar’ ou ‘humanizar o capitalismo’” (Jenkins, 2005; Hopkins, 2012 citado em Carneiro & Duarte, 2019, p. 4). Mas a delicada relação entre mercado e imperativos sociais foi sendo gerida, à medida que se expandia, por uma notável capacidade camaleônica (Dolan & Rajak, 2016). As corporações multinacionais e transnacionais extrativistas, em suas respostas e incorporação de novas ideias diante dos povos impactados, demonstraram-se particularmente adaptáveis aos diferentes contextos político-econômicos nos quais chegavam. Enfim, não é que a CSR tenha surgido apenas nos anos 1990, explicam Dolan e Rajak (2016), mas houve ali uma ‘virada ética’ (*ethical turn*) através da qual seus discursos e práticas consolidaram uma capacidade de adaptação aos mais diversos contextos de crítica às atividades corporativas.

Partindo de estudos de caso sobre indústrias de tabaco e mineração, Benson e Kirsch (2010b, p. 459) identificam “três principais fases de resposta corporativa à crítica: negação, reconhecimento e acomodação simbólica, engajamento estratégico”. Tais respostas protegeram as empresas da potencial deslegitimação e permitiram que continuassem operando em ambientes regulatórios favoráveis, escrevem eles. Argumentam, por outro lado, que a insatisfação generalizada com as práticas corporativas representa “. . . um importante ponto de partida para a mudança social” (Benson & Kirsch, 2010b, p. 48).

Uma certa moralidade é um eixo importante deste *know how* empresarial. Welker (2009) narra o episódio ocorrido em uma vila rural indonésia próxima a um empreendimento de mineração, quando os chefes locais,

junto a jovens vizinhos à exploração, atacaram ativistas ambientais que visitavam o local. A partir do fato, a autora analisa a espécie de engajamento moral dos gerentes corporativos que promoveram o ataque, assim como da elite local que o planejou e executou. Ocorrido em 2002, o episódio mostra uma poderosa capacidade de gerar consensos por parte dos agentes corporativos, legitimados por crenças e práticas sociais que, naquele momento, articuladas a campanhas de defesa do meio ambiente e a modelos de segurança corporativa de base, transformavam as práticas de 'responsabilidade social corporativa' em uma 'indústria florescente' (Welker, 2009, p. 142).

Na análise de Welker (2009), tais práticas ajudam-nos a observar a dimensão da crença e do comportamento social pelos quais os gestores e as elites legitimam suas ações. Se a década de 90 foi o momento em que as práticas de CSR

. . . apareceram como resposta às notícias de desastres ambientais, escândalos financeiros e abusos contra os direitos humanos que então varreram Estados Unidos e Europa, via grande mídia e campanhas de ONG internacionais, é importante perguntarmos quando e como tais estratégias tornaram-se suficientemente persuasivas (Elyachar, 2002 citado em Carneiro & Duarte, 2019, p. 4).

De acordo com Dolan e Rajak (2016), a emergência de uma contradição essencial – a noção de um 'capitalismo humano' (*human capitalism*), fundado em um 'autointeresse esclarecido' (*enlightened self-interest*) por parte das corporações – reflete um posicionamento próprio ao que chamam era 'pós-Consenso de Washington'. Elyachar (2002) parece ir no mesmo caminho ao chamar esse momento de 'era pós-comunista' e lembrar dos famosos protestos realizados em Seattle e Washington por manifestantes contrários à globalização da economia: "Naquele momento, o termo 'globalização' alcançou um novo *status*. Mais do que palavra-chave nos protestos da virada do milênio, tornou-se uma maneira de dar significado a tudo o que fosse considerado bom ou ruim no contexto neoliberal" (Elyachar, 2002, p. 498).

Os principais agenciamentos coletivos de criação e circulação discursiva – empresas midiáticas e afins – são, muitas vezes, abordados como espécie de ator difuso no rumo dos conflitos, ou mesmo são reduzidos a instrumentos mediadores utilizados por atores antagônicos no campo de disputa. Benjaminsen e Bryceson (2012), por exemplo, articulam a política de conservação na Tanzânia à legitimação de uma 'narrativa da degradação', na qual a desapropriação da terra e dos recursos naturais pertencentes aos povos locais culpabilizados é ora mais gradual, ora mais violenta. A narrativa nunca se escancara como relato de expropriação da terra, enquanto, de fato, é isso o que ocorre. Assim, os autores das pesquisas mostram que os benefícios da terra e dos recursos naturais sob 'conservação' vão contribuindo para a acumulação de capital por parte de atores mais poderosos. Segundo esses autores,

Os espaços envolvidos ainda são formalmente Estados ou terra da aldeia. São, antes, os benefícios da terra e dos recursos naturais que contribuem para a acumulação de capital por parte de atores mais poderosos (funcionários estaduais interessados em renda, organizações de conservação transnacionais, empresas de turismo e o Tesouro do Estado). Em ambos os casos, as restrições ao uso de recursos locais são justificadas por narrativas de degradação, enquanto os benefícios financeiros do turismo são drenados das comunidades locais dentro de um sistema sem compartilhamento transparente de informações (Benjaminsen & Bryceson, 2012, p. 335).

Quem são os beneficiados pelos processos de apropriação em larga escala das terras comunitárias? Não se pode esquecer que a indústria da comunicação também compõe os conglomerados empresariais dos quais estamos tratando. Não é de se estranhar, neste sentido, que os movimentos de resistência das comunidades caracterizem-se, na bibliografia, como esforços estratégicos de 'visibilização' para legitimar seus próprios modos de existência e seus direitos de acesso aos recursos naturais (Garsten & Jacobsson, 2007; Hanna et al., 2016; Minnegal et al., 2015; Eckerman, 2004; Garsten & Jacobsson, 2007). Por sua vez, as estratégias dos setores corporativos

aparecem como ações preocupadas com a legitimação de suas práticas frente ao potencial impacto social e ambiental de suas atividades (Auld et al., 2008; Benson & Kirsch, 2010b; Coumans, 2011; Gilberthorpe & Banks, 2012; Halon & Fleming, 2009; Fontana & Grugel, 2016; Hönke & Thauer, 2014; Hönke, 2014; Kirsch & Moore, 2016). Neste ponto, o contraste entre as preocupações com a 'visibilização' dos povos atingidos, de um lado, e com a 'legitimação' das empresas, de outro, dá-nos evidência de quem são os sujeitos de enunciação verdadeiramente escutados, seja na cena dos protestos, seja na mesa de negociações.

GOVERNANÇA, STAKEHOLDERS E PÓS-POLÍTICA

É importante notarmos que a 'virada ética' não se reduz à CSR, mas envolve uma variedade de práticas, chamadas de 'participativas', que vêm sendo adotadas pelas corporações para lidar com os chamados problemas de 'governança'. Eis um termo que merece atenção. Garsten e Jacobsson (2007) abordam o debate sobre governança global sob o prisma do conjunto de atores envolvidos, apontando para as mudanças que abrangem também a natureza da regulamentação. Buscando conceituar tais mudanças, as autoras falam em 'formas pós-políticas de regulação'. A formulação inspira-se na noção de 'visão pós-política', conforme os termos de Mouffe (2000), e se baseia em casos empíricos de contextos onde houve acordos regulatórios voluntários, mais especificamente as iniciativas de CSR e de método aberto de coordenação da União Europeia (open method of coordination - OMC)⁵. O artigo argumenta que muitas formas contemporâneas de regulação têm como premissa as relações consensuais como base para a atividade reguladora. Essas práticas regulatórias tendem, assim, a diminuir o espaço conflituoso, exercendo uma forma de *soft power*. No

mesmo sentido, as formas pós-políticas de regulação tornam invisíveis as relações desiguais de poder.

No setor de mineração, as comunidades locais emergiram como atores de governança particularmente importantes, atestam Prno e Slocombe (2012). Uma maior parcela de benefícios passou a ser exigida, assim como um maior envolvimento na tomada de decisões:

Abordagens convencionais para o desenvolvimento mineral não são mais suficientes para essas comunidades, que exigem uma maior parcela de benefícios e maior envolvimento na tomada de decisões. Essas tendências foram estimuladas pelo crescimento do paradigma de desenvolvimento sustentável e pelas mudanças de governança que transferiram cada vez mais a autoridade governamental para os atores não estatais. Consequentemente, há agora um reconhecimento generalizado de que os desenvolvedores de minerais precisam obter uma 'licença social para operar' (SLO) das comunidades locais para evitar conflitos potencialmente dispendiosos e exposição a riscos sociais (Prno & Slocombe, 2012, p. 346).

Uma 'licença social' pode ser considerada quando um projeto de mineração é visto como obtendo aprovação e ampla aceitação da sociedade para conduzir suas atividades. As estratégias corporativas para alcançar essa espécie de licença incluem contratação de cientistas sociais e profissionais de comunicação que, sensíveis às lógicas locais, trabalham como consultores contratados para ajudar as empresas a dialogarem e, sobretudo, pacificarem as comunidades atingidas por um empreendimento extrativo. Graças a esse tipo de mediação, constroem-se as chamadas 'boas práticas de governança', que se supõe incluir em atores sociais de diversas escalas. A categoria *Stakeholders*, ou 'partes interessadas', emerge, assim, como elemento central no repertório discursivo das empresas – fruto da invenção meticulosa de consultores para apagarem as diferenças de posição entre fornecedores, gerentes, financiadores, entidades ambientalistas e movimentos

⁵ De acordo com o glossário do site eletrônico da União Europeia, o "método aberto de coordenação na União Europeia (UE) pode ser descrito como uma forma de direito não vinculativo ('*soft law*'). Trata-se de um método intergovernamental de elaboração de políticas do qual não resultam medidas legislativas vinculativas no âmbito da UE e que não exige aos países da União a introdução de disposições legislativas ou a alteração das disposições em vigor nos mesmos" (EUR-Lex, n.d.).

sociais críticos (cf. Filer & Macintyre, 2006; Gilberthorpe & Banks, 2012; Jacka, 2015; Auld et al., 2008).

Para desmontarmos a crença no diálogo entre 'partes interessadas', vale a leitura de Filer e Macintyre (2006), em artigo introdutório a uma coletânea sobre as respostas das comunidades à mineração na Melanésia. Tratam-se de estudos antropológicos que desafiam as noções de 'interesse' ou 'consenso' como unificados em nível local. Os autores evidenciam, ao contrário, as ambivalências e contradições vividas nos mais diversos processos políticos. Uma visão geral das contribuições feitas na edição apresentada pelos autores sugere que cada etapa do processo é influenciada pelas concepções culturais de mudança, riqueza e recursos que caracterizam uma comunidade. Também sobre a Melanésia, Bainton (2010) fornece-nos um bom exemplo neste sentido, mostrando como os líderes locais veem a chegada da exploração da mina como manifestação de um mítico destino bem-aventurado, o *Lihir Destiny*.

Vale destacar a posição ambígua do Estado na era pós-política. Geenen e Hönke (2014) tratam sobre a República Democrática do Congo, onde a *Banro Corporation* concentrou suas atividades de mineração, lançando luz sobre algumas das dinâmicas induzidas pelo uso da terra em larga escala por empresas multinacionais em Kivu do Sul:

Tais dinâmicas incluem tensões entre as políticas transnacionais, nacionais e locais, ao mesmo tempo em que impactam os meios de subsistência locais. O Código de Mineração de 2002 retirou garantias da mineração artesanal e foi, "para o Estado congolês, uma estratégia para estender sua governança em áreas anteriormente fora do controle estatal" (Geenen & Hönke, 2014, p. 58). Essa estratégia envolvia negociações com as elites locais e mesmo chefias tradicionais, implicando assim uma profunda reconfiguração da política nacional e local (Carneiro & Duarte, 2019, p. 5).

Filer (1996), em uma provocação a Kirsch (1996), pergunta no que exatamente a antropologia poderia colaborar, em uma aliança global entre camponeses, ativistas ecológicos, antropólogos e advogados, na batalha

para controlar o comportamento das companhias de mineração. Frente ao conflito entre o povo Yönggom e os operadores da mina Ok Tedi, Filer (1996) responde às considerações de Kirsch (1996), em um breve, mas contundente, texto, no qual alerta para que não se subestime a importância do envolvimento do pesquisado no estabelecimento da disputa em Ok Tedi.

Em um caso mais dramático sobre os efeitos da política em diversas escalas, Filer (2010) relata, a partir da elite local, a famosa Rebelião de Bougainville, quando um grupo de mineiros montou uma força armada e deu início ao processo de secessão contra o governo da Papua Nova-Guiné. O que ocorreu nas instalações da mina de cobre Pangna (operada pela *Bougainville Copper Limited* - BCL), em 1989, em North Solomons, gerou um processo de desintegração social, que se seguiu após o fechamento forçado da mina de Panguna e a virtual secessão de North Solomons. Ao tratar sobre as origens sociais da rebelião, o autor questiona sobre possíveis replicações desta crise em outros grandes projetos (OK Tedi, Porgera, Lihir etc.) e não vê com otimismo as promessas de 'maiores compensações' (contribuição para a economia nacional; receitas para o governo) por parte das corporações.

'Compensações', 'boas práticas de governança' e 'responsabilidade social corporativa' são apenas alguns dos termos vinculados a uma tendência geral replicada em uma grande variedade de exemplos, tais como o princípio do 'consentimento livre, prévio e informado' (FPIC) (Fontana & Grugel, 2016; Owen & Kemp, 2014) ou o 'processo de boa-fé' (*good faith process*) (Hanna et al., 2016); o 'método aberto de coordenação' (*open method of coordination* - OMC) (Garsten & Jacobsson, 2007); a 'licença social para operar' (*social license to operate* - SLO) (Prno & Slocombe, 2012), bem como o estabelecimento de sistemas participativos de avaliação de impacto (Bauer & Thomas, 2006; Becker et al., 2003); a 'iniciativa de lideranças sobre direitos humanos' (*business leaders initiative on human rights* - BLIHR) (Eckerman, 2004); as 'práticas participativas' em geral (Hönke, 2012); as práticas

de *state-building and civil society* (Gabay & Death, 2014) e de *self determination* (Fabbi et al., 2017); as prestações de serviço em áreas de atuação limitada do Estado (Hönke & Thauer, 2014) etc. Sem querer esgotar os exemplos, vale lembrar como o 'desenvolvimento da governança para comunidades indígenas' dá-se junto às práticas de 'participação de base étnica' (*ethnic-based participation*) e de 'tomadas de decisão por grupos marginalizados' (*decision-making for marginalized social groups*) (Fontana & Grugel, 2016). O imbricamento dessas tantas noções pode operar efeitos diversos quando elas se combinam nos casos concretos das análises contextualizadas.

PODE-SE FALAR EM EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PARTICIPATIVAS?

Com base em um estudo de caso da Mobilização Nacional Indígena, realizado em Brasília, em 2014, Hanna et al. (2016) descrevem como, em conflito com os interesses do Estado e/ou de corporações multinacionais, protestos e ações estratégicas indígenas (por exemplo, bloqueios, protestos, comícios, marchas e campanhas publicitárias) estabelecem pontes de diálogo com autoridades e empresas, a fim de terem o reconhecimento de seus direitos humanos, individuais e coletivos.

Estas formas de mobilização comunitária, avaliam esses autores, ocorrem frequentemente em contextos onde os processos de boa-fé, com base no princípio do 'consentimento livre, prévio e informado' (FPIC), não foram implementados adequadamente.

O processo de consulta às comunidades atingidas por projetos de exploração dos recursos naturais surgiu como um tema influente nos debates contemporâneos sobre mineração e desenvolvimento, escrevem Owen e Kemp (2014). Quando as empresas mineradoras ainda se debatiam para cumprir as responsabilidades sociais corporativas em acordo com os protocolos consolidados após a Rio +10, requisitos mais rigorosos de 'desempenho social' passaram a ser impostos pelo FPIC. Concentrando-se no caso canadense, Papillon e Rondon (2017) afirmam

que os povos indígenas ganharam considerável poder de agência nas tomadas de decisão sobre o uso dos recursos em suas terras tradicionais. Este fortalecimento da agência indígena, avalia o autor, reflete-se no surgimento do direito ao 'consentimento livre, prévio e informado' em situações nas quais os direitos indígenas podem ser afetados por grandes projetos de desenvolvimento. Os autores observam que muitos governos continuam sem compromisso com o FPIC, mas os atores corporativos são "... mais proativos no engajamento com os povos indígenas na busca de seu consentimento para projetos de extração de recursos" (Papillon & Rondon, 2017, p. 216). Owen e Kemp (2014), considerando o caráter do debate recente sobre FPIC no que se refere à mineração, descrevem quatro fatores condicionais necessários para gerenciar o risco social. Eles postulam que tal risco pode ser exacerbado pelas empresas de mineração que não consideram de forma abrangente o contexto social e as condicionalidades.

Ao mesmo tempo, em uma revisão crítica do atual do debate, Owen e Kemp (2014) atestam um curioso imbricamento entre o discurso do setor minerador e o da FPIC.

Fenômeno semelhante é identificado nas análises sobre como a 'apropriação verde' (*green grabbing*) de territórios comunitários ocorre por via de ações voltadas a projetos de 'sustentabilidade', tais como os de 'turismo de base comunitária', visando a incorporação das comunidades ao 'mercado' e ao 'desenvolvimento'. A 'apropriação verde' – apropriação de terras e recursos para fins ambientais – é um processo emergente e de crescente importância no mundo todo, escrevem Fairhead et al. (2012). Em um debate amplo sobre apropriação de terras, destacam casos em que credenciais 'verdes' são exigidas para justificar e repaginar antigas formas de expropriação. Benjaminsen e Bryceson (2012), no mesmo caminho, mostram como a floresta e a conservação marinha na Tanzânia tornaram-se alvo de 'green' ou 'blue grabbing'. A desapropriação da terra e dos recursos da população local tem sido um processo gradual e fragmentado em alguns casos,

explicam os autores, enquanto envolveu violência em outros. O importante é que, de modo geral, essa forma de desapropriação não assume o caminho usual de privatização da terra, pois mantém formalmente o direito do Estados ou da aldeia. O que se aliena são:

. . . os benefícios da terra e dos recursos naturais que contribuem para a acumulação de capital por parte de atores mais poderosos. As restrições ao uso de recursos locais [são justificadas] por 'narrativas de degradação', enquanto os benefícios financeiros do turismo são drenados das comunidades locais. Ao contrário de outras formas de acumulação primitiva, essa desapropriação não é do trabalho assalariado (Benjaminsen & Bryceson, 2012, p. 335).

A 'conservação baseada na comunidade' "funcionou como um mecanismo-chave para a acumulação por desapropriação", continuam os autores, permitindo que a conservação se estabelecesse nas terras das aldeias (Benjaminsen & Bryceson, 2012, p. 335). Esse ponto de partida produziu as condições sob as quais subseqüentes desapropriações podem ocorrer.

Filer (2014) afirma que a Papua Nova Guiné é um dos muitos países onde a relação entre a terra consuetudinária e o desenvolvimento econômico tem sido há muito debatida calorosamente. Um consenso no debate é que ". . . 97% das terras da nação são mantidas sob o regime costumeiro, enquanto apenas 3% foram alienadas, e essas proporções não teriam mudado desde a independência do país, em 1975" (Filer, 2014, p. 76). Filer (2014, p. 76) mostra, entretanto, que:

A fronteira entre formas costumeiras de uso e a alienação de terras ou propriedade imóvel já mostrava sinais de instabilidade no final do período colonial, o que se ampliou no período pós-colonial. As áreas de terra sujeitas a alguma forma de alienação parcial aumentaram juntamente com as formas e meios pelos quais a propriedade imóvel [não alienável] foi 'mobilizada'. Enquanto isto, uma variedade de reivindicações costumeiras sobre áreas anteriormente alienadas se fortaleceu no mesmo período.

Há um conjunto de trabalhos de teor mais propositivo quanto à 'efetividade' das práticas participativas e de responsabilidade social (Auld et al., 2008;

Fontana & Grugel, 2016; Gabay & Death, 2014; Hönke & Thauer, 2014; Jasanoff, 1998; Peters, 1992; Rodon, 2018). Uma entrada a favor da efetividade dos programas sociais corporativos é trazida por Huskey (2018), ao defender que a empresa *North Slope*, ao longo de 20 anos desenvolvendo extração de petróleo no Canadá, vem conseguindo, segundo o autor, fugir da chamada 'maldição dos recursos' ('*resource curse*'), que faz com que países com abundância de recursos naturais sejam paradoxalmente os mais afetados por problemas econômicos, registrando menos democracia e piores resultados de desenvolvimento.

Por vezes, o caráter propositivo resguarda uma crítica ponderada. Gilberthorpe e Banks (2012), por exemplo, afirmam que, ". . . embora o aumento da CSR tenha resultado em tecnologias mais seguras e melhor engajamento das 'partes interessadas', há pouca evidência de desenvolvimento socioeconômico real nas bases" (Gilberthorpe & Banks, 2012, p. 186). Observando duas indústrias extrativistas multinacionais na Papua Nova Guiné, os autores defendem que o ponto problemático da ". . . prática da CSR vem de sua preocupação em atender aos padrões de desempenho globais mais do que perceber as especificidades dos contextos sociais nos quais suas estratégias são implementadas" (Gilberthorpe & Banks, 2012, p. 186). Similarmente, Fontana e Grugel (2016), ao estudarem a política da participação indígena na Bolívia, em especial as de FPIC, argumentam que não se trata de um instrumento neutro. Os problemas gerados por sua implementação, observam, contudo, seriam não intencionais, uma vez que o princípio do FPIC não apresenta clareza real sobre quem tem direito à participação e por que elas são promovidas; por isso, sugerem os autores, tais estratégias, por vezes, reproduzem e mesmo reforçam tensões sociais, culturais e econômicas pré-existentes.

Segundo Carneiro e Duarte (2019, p. 8), "ao analisar a prestação de serviços sociais às comunidades por empresas multinacionais na África Subsaariana, Hönke e Thauer (2014) consideram que tais serviços podem ser eficazes [em áreas onde o Estado tenha dificuldades de atuar]". Em outro

artigo, entretanto, uma das autoras (Hönke, 2014) lança foco sobre o papel ambíguo das empresas de mineração que se promovem como 'éticas' e '*peacebuilders*' "... em seus programas de 'construção da paz na sociedade', [pois] a partir de pesquisas sobre grandes multinacionais de mineração no leste da República Democrática do Congo", a autora destaca as limitações das empresas nesse tipo de atuação (Hönke, 2014, p. 60). Ainda noutra publicação, Hönke (2012) traça as "... políticas sociais e de segurança das empresas multinacionais de extração no 'cinturão comunitário' vizinho às suas operações" (Hönke, 2012, p. 57). De acordo com a autora, o discurso da participação corre ao lado de antigas formas excludentes de exercer o poder. "Como resultado, novos conflitos e insegurança são produzidos, especialmente para/com os deslocados das minas terrestres e de mineração artesanal, sem opções alternativas de subsistência" (Hönke, 2014, p. 172). Um bom exemplo está na análise de Geene e Hönke (2014) sobre:

O código de mineração promulgado pelo Governo da República Democrática do Congo, que prevê a designação de 'zonas de mineração artesanal' especiais. Nelas, as cooperativas de mineiros podem solicitar licenças para pesquisa e prospecção. No entanto, o código também estipula que tais zonas possam ser convertidas em uma concessão industrial se for descoberto um novo depósito que exija uma exploração em larga escala. Ou seja, as empresas industriais têm, em última análise, o direito de assumir as zonas de mineração artesanal, causando enorme e constante fonte de insegurança para os mineiros artesanais (Geenen & Hönke, 2014, p. 60).

NOVAS FORMAS DE REGULAÇÃO SOCIAL

Na década de 1960, o Vale Porgera das Terras Altas, da Papua Nova Guiné, era uma zona de águas calmas. Em 30 anos, a terceira maior mina do mundo estava operando lá. Jacka (2015) explora como os *Porgerans* vêm lutando em meio a conflitos sociais extremos e degradação ambiental. Elaborando teorias de 'ecologia política', 'lugar' e 'ontologia', Jacka (2015) apresenta um exame multifacetado dos impactos da mineração comercial de ouro em larga escala na região. A distribuição desigual de seus benefícios financeiros levou muitos *Porgerans* a pedirem por mais

desenvolvimento. Essa demanda, argumenta o autor, contraria o senso comum de que os povos indígenas seriam "... conservacionistas inatos a defenderem o meio ambiente do desenvolvimento neoliberal internacional" (Jacka, 2015, p. 23). O exame de Jacka (2015) das maneiras pelas quais os *Porgerans* buscam um terreno comum aos modos capitalista e indígena de ser e de conhecer aponta para a complexidade e a interconectividade da terra, do conhecimento indígena e da economia global.

O paradigma de desenvolvimento sustentável e o quadro de mudanças de governança, transferida cada vez mais da autoridade governamental para os atores não estatais, configuram condições favoráveis para um novo comportamento das corporações, avaliam Prno e Slocombe (2012). No mesmo caminho, Halon e Fleming (2009) veem a CSR como chave para se pensar o 'novo neoliberalismo' justamente porque ela constitui um conjunto de práticas que as corporações implantam no sentido de ganhar legitimidade e de mudar a natureza da regulação social e econômica. Isto é, no lugar das soluções coletivas, o novo neoliberalismo promove tendências rumo a soluções mais individualísticas.

Este aspecto aparece nos estudos empíricos sobre processos políticos implicados nos conflitos e nas negociações territoriais. A importância da noção de 'ética' (*ethics*), mais do que retórica marketeira, opera concretamente para regular socialmente o que o mercado supostamente manda desregular, argumentam Dolan e Rajak (2016). À medida que o mercado ocupa os domínios político-jurídico e religioso, ao assumir o arbítrio ético da sociedade, afirmam os autores, multinacionais como Coca-Cola e Walmart pretendem tornar-se as responsáveis pelo bem-estar social e pela gestão ambiental nos territórios onde atuam. Como vimos, a CSR é o instrumento discursivo que possibilita essa difícil articulação entre lucro financeiro e garantias sociais.

Não parece ser um acaso o fato de que boa parte dos trabalhos que assumem acriticamente as boas intenções das ações de responsabilidade social são justamente os que apostam em uma resposta homogênea dos 'membros

da comunidade' e, portanto, em uma noção que pode soar essencializada, transformando a dinâmica de formações coletivas em entidades morais autocontidas e individualizadas (cf. Auld et al., 2008; Bauer & Thomas, 2006; Becker et al., 2003; Gilberthorpe & Banks, 2012). Os textos atentos à complexificação das unidades coletivas designadas como 'atores' são, em geral, aqueles preocupados com as reconfigurações das alianças e recomposições dos atores políticos. Golub (2014), por exemplo, faz um relato etnográfico da relação entre os Ipili, da Papua Nova Guiné, e a grande mina de ouro internacional que opera em suas terras desde 1939. Ele examina como, na longa história de contato, 'a mina' e 'os Ipili' vão sendo criados um em relação ao outro. Já Dolan e Rajak (2016, p. 15) observam o mundo corporativo como 'ator ético' que se reconfigura em constante relação com a composição dos atores envolvidos. Fairhea et al. (2012) pensam o processo de '*green grabbing*' nos termos de uma extraordinária nova gama de atores e alianças – como fundos de pensão e capitalistas de risco, *traders* e consultores de *commodities*, provedores de serviços GIS e empresários, empresas de ecoturismo e militares, ativistas verdes e consumidores ansiosos, entre outros. Eles encontram no 'mercado da natureza' interesses comuns, antes improváveis.

Pesquisas realizadas sobre a Papua Nova-Guiné mostram que a política estatal de reconhecimento dos usos tradicionais da terra, articulando-se aos empreendimentos extrativos de petróleo, representa, muitas vezes, mais incertezas do que garantias, refletindo nas diferentes implicações políticas e sociais instauradas pelos projetos de desenvolvimento extrativista (cf. Bell, 2009; Lea & Curtin, 2011; Minnegal et al., 2015). Minnegal et al. (2015), por sua vez, destacam o processo de 'recombinação do social' (*reshaping the social*), ao compararem as maneiras pelas quais

dois grupos da Papua-Nova Guiné passaram pelo processo de reconhecimento com base na Lei *Incorporated land groups* (ILG)⁶. As negociações refletem diferentes histórias de extração de recursos, associadas a maneiras distintas de envolvimento com o Estado, com as empresas e com as formas sociais pré-existentes. Os resultados negociados, escrevem os autores, reproduzem escalas de diferenciação e desigualdades que são dadas pelas próprias categorias legais. Ao se esforçarem cada vez mais para se tornarem 'visíveis' para o Estado como entidades com direito, os povos se transformam, pois, quando uma formação social específica é traduzida para a letra da lei, isto inevitavelmente reconfigura as formas políticas e sociais previamente existentes. Os efeitos políticos locais da criação de novas unidades fundiárias estão implicados na própria natureza da categoria legal, como sugere Bell (2009), ao mostrar que os ILG transformam o sistema consuetudinário de herança e, portanto, reconfiguram as operações políticas que eles pressupõem. Jorgensen (1997) discute as maneiras pelas quais os povos indígenas da Papua Nova-Guiné formulam sua relação com a terra no contexto da mineração e observa que o *status* de proprietário de terra (*landowner*) pode ser considerado, na melhor das hipóteses, incerto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva de Halon e Fleming (2009), devemos evitar pensar a CSR apenas nos termos da fraude ou drenagem de recursos. Argumentam, ao lado de autores como Dolan e Rajak (2016), que as antigas formas de regulação capitalista foram superadas nas décadas de 1970 e 1980, dando lugar a novas práticas sociais como a CSR. Junto a esta, encontramos noções como as de 'gestão de recursos humanos', 'marketing ético' etc., implantadas para projetar novas formas de identidade e novas expectativas individuais,

⁶ Em 1971, pouco antes de sua independência, em 1975, os ILG foram criados para incorporarem legalmente grupos consuetudinários de terra ao 'desenvolvimento'; buscava-se "promover oportunidades de negócios e geração de renda nas áreas rurais de Papua Nova Guiné no período pós-independência de construção de nação e de cidadãos". São hoje estabelecidos por projetos de extração de recursos naturais (sobretudo áreas de projetos petrolíferos), e enfrentaram dificuldades em atender aos requisitos de gerenciamento de negócios em uma escala jamais prevista. Assim, os ILG vêm sendo submetidos a uma tensão crescente (Lea & Curtin, 2011, p. 14).

além de consolidar a imagem das empresas como fonte de legitimidade e valor social.

Como vimos, muitas formas contemporâneas de regulação baseiam-se no falso pressuposto de que é possível chegar a um consenso de interesses, o que, a rigor, funciona para invisibilizar o dissenso (cf. Garsten & Jacobsson, 2007). A ideia de consenso constitui um quadro de 'formas pós-políticas de regulação' cujo efeito maior é reduzir o espaço de questionamento das assimetrias de poder. É importante perceber que "tais processos de invisibilização atuam junto a práticas de violência deliberada. Vale lembrar o conjunto de trabalhos nos quais [se mostra que] a repressão direta é exercida intensamente, em geral através de assassinatos em sequência de lideranças comunitárias" (Carneiro & Duarte, 2019, p. 10).

Paralelamente, a criação, pelas corporações, de fundações responsáveis por oferecer às comunidades locais serviços como doações às escolas locais, clínicas de saúde, sala de computadores e aulas de inglês (tal qual o que ocorre na *Fundación El Dorado*, em El Salvador), participa de um amplo esforço de invisibilização do conflito (Kirsch & Moore, 2016), o qual é acionado seja pela criminalização dos movimentos sociais, seja através da cortina de fumaça gerada pela pregação desenvolvimentista, respaldada no argumento da criação de empregos em atividades corporativas (Jacka, 2015). Neste contexto, cabe observar como o direito à informação, à demanda por '*right-to-know policies*' (Jasanoff, 1998), por parte das comunidades impactadas, parece se tornar uma pauta cada vez mais importante na construção de instrumentos de resistência aos impactos destruidores das corporações.

Abordagens e recortes diversos apontam para o que Benson e Kirsch (2010b) identificam como a 'linguagem da responsabilidade social', adotada pelas corporações multinacionais para legitimar os efeitos humanos e ambientais negativos de suas atividades. Como já antecipamos, os autores utilizam o neologismo 'oxímoro corporativo' (*corporate oxymoron*) para descreverem o que identificam como uma das estratégias-chave desta

linguagem, inscrita nos mais diversos grupos e setores sociais. Identifique-se no mesmo rumo todo um léxico, trazido por autores com diferentes recortes, que inclui noções como ambivalência, contradição, incerteza, instabilidade, ambiguidade e falta de resolução dos conflitos. Tais termos definem frequentemente aspectos estruturais da relação entre comunidades e grandes corporações multinacionais. Se Dolan e Rajak (2016), como vimos, descrevem a emergência de uma contradição essencial na proposta de um 'capitalismo humano', Benson e Kirsch (2010b) mostram como a linguagem corporativa, em geral, combina um termo denotando algo aparentemente desejável – por exemplo, 'segurança' ou 'sustentável' – com um termo descritivo do que se quer vender – por exemplo, cigarros ou mineração. A repetição das contradições resultantes – cigarros seguros ou mineração sustentável – torna-as familiares, plausíveis e descoladas das ideias antes evocadas. Há um processo de esvaziamento da linguagem, argumenta Kirsch (2010).

O argumento que organizou esta revisão de literatura buscou dar destaque a esta ideia-síntese, presente no conjunto das obras revisadas, que trazem, como percepção de fundo, o fato de que as estratégias corporativas de criação contínua de ambiguidades, contradições, incertezas e instabilidades sociais e políticas são dimensões diversas de uma mesma lógica operacional. E é nesse sentido que a contribuição desta revisão pretende se apresentar como instrumento útil, sobretudo às comunidades que vivem sob o impacto direto do extrativismo corporativo.

O valor da lei é "... retórico particularmente em contextos coloniais e pós-coloniais, onde ela é implantada ou invocada para representar e transmitir atitudes ambivalentes sobre a justiça e as construções locais da personalidade. . .", escreve Lipset (2004, p. 64). O autor baseia-se em elaborações criadas por uma peça teatral realizada por habitantes de uma zona rural da Papua Nova Guiné. A peça parodia o ritual de um processo jurídico no qual as construções legais e nativas da 'ordem' se desencontram, na tentativa de resolução

de um conflito, criando um discurso cômico de múltiplas vozes dissonantes. A proposta ocidental de um pluralismo jurídico é desafiada, assim, pelas questões irreduzíveis de ordem expressiva que ela coloca.

Não à toa, o artigo de Lipset (2004) intitula-se “‘The trial’: a parody of the law amid the mockery of men in post-colonial Papua New Guinea”, em referência à obra de teatro dos guineenses e à obra kafkiana. Nesta, podemos dizer, reside a imagem de um processo sem fim como efeito concreto do oxímoro corporativo, remetendo-nos ao narrado por Fortun (2001, p. 13), que,

... concentrando-se nas dinâmicas e paradoxos da defesa de direitos em domínios de poder concorrentes, [realiza] pesquisa com advogados, executivos de empresas e ativistas de justiça ambiental nos Estados Unidos para mostrar como um dos mais terríveis desastres já ocorridos no mundo – o acidente químico de Bhopal em 1984 – ainda permanece vivo, assim como seus efeitos (Fortun, 2001, p. 13).

Como vimos, Dolan e Rajak (2016) também destacam a ‘contradição fundamental’ presente nas enunciações de responsabilidade social e desenvolvimento econômico paralelas ao crescimento do subemprego nas corporações. Tal contradição não emerge apenas de expressões internamente contraditórias, como ‘capitalismo humano’, ela envolve o próprio ato discursivo, que, neste caso, pode-se dizer, torna-se esvaziado de sentido. “O que devemos pensar, por exemplo, quando o presidente do Banco Mundial tenta se mostrar mais radical sobre o desenvolvimento do que os anticapitalistas chamados ‘radicais?’”, perguntou-se Elyachar (2002, p. 495). A autora constrói seu argumento a partir de um episódio que pode nos servir como anedota final. Nele, o então presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, defendeu suas políticas insistindo que ele próprio era contra o ‘desenvolvimento’ do capitalismo, sob ataque nos protestos antiglobalização de Seattle e Washington D.C. “Nós estamos muito à frente dos manifestantes”, dissera Wolfensohn. E para provar seu argumento, citou gráficos ilustrando o declínio dos empréstimos do banco para o desenvolvimento de grandes

projetos e a ascensão paralela dos chamados microcréditos, isto é, empréstimos muito pequenos para indivíduos ou pequenos grupos, muitas vezes no Terceiro Mundo.

AGRADECIMENTOS

O presente artigo foi idealizado no âmbito do Laboratório Estado, Trabalho, Território, Natureza, no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ETTERN/IPPUR/UFRJ), como parte das atividades do projeto “Implicações políticas do capitalismo extrativista: movimentos sociais e condições de exercício dos direitos na Amazônia brasileira” (2017-2018). Agradecemos à Fundação Ford, pelo financiamento do projeto, e também ao prof. Henri Acselrad, que o coordenou, bem como aos demais membros da equipe de pesquisadores.

REFERÊNCIAS

- Acselrad, H. (2017). *Implicações políticas do capitalismo extrativista: Movimentos sociais e condições de exercício dos direitos na Amazônia brasileira*. (Mimeo), 1-11.
- Auld, G., Bernstein, S., & Cashore, B. (2008). The new corporate social responsibility. *Annual Review of Environment and Resources*, 33, 413–435. <https://doi.org/10.1146/annurev.environ.32.053006.141106>
- Bainton, N. A. (2010). *The Lihir Islands: Cultural responses to mining in Melanesia*. The Australian National University Press.
- Ballard, C., & Banks, G. (2003). Resource Wars: The anthropology of mining. *Annual Review of Anthropology*, 32, 287-313. <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.32.061002.093116>
- Bauer, I., & Thomas, K. (2006). Communautés et entreprises: Les a priori qui faussent les outils d'évaluation d'impact. *Revue Internationale des Sciences Sociales*, 3(189), 535-549. <https://doi.org/10.3917/riss.189.0535>
- Becker, D., Harris, C., McLaughlin, W., & Nielsen, E. (2003). A participatory approach to social impact assessment: The interactive community forum. *Environmental Impact Assessment Review*, 23(3), 367-382. [https://doi.org/10.1016/S0195-9255\(02\)00098-7](https://doi.org/10.1016/S0195-9255(02)00098-7)
- Bell, J. (2009). Documenting discontent: Struggles for recognition in the Purari Delta of Papua New Guinea. *The Australian Journal of Anthropology*, 20(1), 28-47. <https://doi.org/10.1111/j.1757-6547.2009.00002.x>

- Benjaminsen, T. A., & Bryceson, I. (2012). Conservation, green/blue grabbing and accumulation by dispossession in Tanzania. *The Journal of Peasant Studies*, 39(2), 335-355. <https://doi.org/10.1080/03066150.2012.667405>
- Benson, P., & Kirsch, S. (2010a). Capitalism and the politics of resignation. *Current Anthropology*, 51(4), 459-486. <https://doi.org/10.1086/653091>
- Benson, P., & Kirsch, S. (2010b). Corporate oxymorons: Entry points into the ethnography of capitalism. *Dialectical Anthropology*, 34(1), 45-48. <http://doi.org/10.1007/s10624-009-9112-y>
- Carneiro, A., & Duarte, A. C. (2019). *Relatório de pesquisa 02: Estratégias das grandes corporações frente às comunidades (uma leitura da bibliografia internacional)*, 1-29.
- Carneiro, A. e Duarte, A. (No prelo). Estratégias das grandes corporações frente às comunidades locais. In H. Acselrad (Org.), *Neoeextrativismo e autoritarismo: afinidades e convergências*. Ed. Garamond.
- Coumans, C. (2011). Occupying spaces created by conflict: Anthropologists, development NGOs, responsible investment, and mining [Suplemento]. *Current Anthropology*, 52(S3), S29-S43. <https://doi.org/10.1086/656473>
- Dolan, C., & Rajak, D. (Eds.). (2016). *The anthropology of corporate social responsibility*. Berghahn.
- Eckerman, I. (2004). *Bhopal gas catastrophe 1984: Causes and consequences*. Universities Press.
- Elyachar, J. (2002). Empowerment money: The World Bank, non-governmental organizations, and the value of culture in Egypt. *Public Culture*, 14(3), 493-513. <http://dx.doi.org/10.1215/08992363-14-3-493>
- EUR-Lex. (n.d.). *Método Aberto de Coordenação*. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM:open_method_coordination
- Fabbi, N. C., Rodon, T., & Finke, E. W. (2017). Makippugut (we are standing up): public policy and self-determination in Nunavik. *American Review of Canadian Studies*, 47(2), 117-127. <https://doi.org/10.1080/02722011.2017.1323824>
- Fairhead, J., Leach, M., & Scoones, I. (2012). Green Grabbing: A new appropriation of nature? *The Journal of Peasant Studies*, 39(2), 237-261. <https://doi.org/10.1080/03066150.2012.671770>
- Filer, C. (1996). Global alliances and local mediation (Response to Kirsch, 'Anthropologists and Global Alliances'). *Anthropology Today*, 12(5), 26.
- Filer, C., & Macintyre, M. (2006). Grass roots and deep holes: community responses to mining in Melanesia. *The Contemporary Pacific*, 18(2), 215-231. <http://dx.doi.org/10.1353/cp.2006.0012>
- Filer, C. (2010). The Bougainville Rebellion, the mining industry and the process of social disintegration in Papua New Guinea. *Canberra Anthropology*, 13(1), 1-39. <https://doi.org/10.1080/03149099009508487>
- Filer, C. (2014). The double movement of immovable property rights in Papua New Guinea. *The Journal of Pacific History*, 49(1), 76-94. <https://doi.org/10.1080/00223344.2013.876158>
- Filer, C., & Macintyre, M. (2006). Grass roots and Deep holes: Community responses to mining in Melanesia. *The contemporary pacific*, 18(2), 215-231.
- Fontana, L. B., & Grugel, J. (2016). The politics of indigenous participation through 'Free Prior Informed Consent': Reflections from the Bolivian Case. *World Development*, 77, 249-261. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.08.023>
- Fortun, K. (2001). *Advocacy after Bhopal environmentalism, disaster, new global orders*. University of Chicago Press.
- Gabay, C., & Death, C. (Eds.). (2014). *Critical perspectives on African politics: Liberal interventions, state-building and civil society*. Routledge.
- Garsten, C., & Jacobsson, K. (2007). Corporate globalization, civil society and postpolitical regulation: Whither democracy? *Development Dialogue*, 49, 143-158.
- Geenen, S., & Hönke, J. (2014). Land grabbing by mining companies: Local contentions and State reconfigurations in South Kivu (DRC). In A. Ansoms & T. Hilhorst (Eds.), *Losing your land: Dispossession in the Great Lakes* (pp. 58-81). James Currey Ltd.
- Gilberthorpe, E. (2007). Fasu solidarity: a case study of kin networks, land tenure and oil extraction in Kubutu, Papua New Guinea. *American Anthropologist*, 109(1), 101-112. <http://dx.doi.org/10.1525/aa.2007.109.1.101>
- Gilberthorpe, E., & Banks, G. (2012). Development on whose terms?: CSR discourse and social realities in Papua New Guinea's extractive industries sector. *Resources Policy*, 37(2), 185-193. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2011.09.005>
- Golub, A. (2014). *Leviathans at the gold mine: Creating indigenous and corporate actor in Papua New Guinea*. Duke University Press.
- Halon, G., & Fleming, P. (2009). Updating the critical perspective on Corporate Social Responsibility. *Sociology Compass*, 3(6), 937-948. <https://doi.org/10.1111/j.1751-9020.2009.00250.x>
- Hanna, P., Langdon, E. J., & Vanclay, F. (2016). Indigenous rights, performativity and protest. *Land Use Policy*, 50, 490-506. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2015.06.034>
- Hönke, J. (2012). Multinationals and Security Governance in the Community: Participation, discipline and indirect rule. *Journal of Intervention and Statebuilding*, 6(1), 57-73. <https://doi.org/10.1080/17502977.2012.655569>

- Hönke, J., & Thauer, C. R. (2014). Multinational corporations and service provision in Sub-Saharan Africa: Legitimacy and institutionalization matter. *Governance*, 27(4), 697-716. <http://dx.doi.org/10.1111/gove.12072>
- Hönke, J. (2014). Business for peace? The ambiguous role of 'ethical' mining companies. *Peacebuilding*, 2(2), 172-187. <https://doi.org/10.1080/21647259.2014.910383>
- Hopkins, M. (2012). *Corporate social responsibility and international development: Is business the solution?* Taylor and Francis.
- Huskey, L. (2018). An Arctic development strategy? The North Slope Inupiat and the resource curse. *Canadian Journal of Development Studies*, 39(1), 89-100. <https://doi.org/10.1080/02255189.2017.1391067>
- Jacka, J. K. (2015). *Alchemy in the rain forest: Politics, ecology and resilience in a New Guinea mining area*. Duke University Press.
- Jasanoff, S. (1998). The Bhopal disaster and the right to know. *Social Science and Medicine*, 27(10), 1113-1123. [https://doi.org/10.1016/0277-9536\(88\)90306-1](https://doi.org/10.1016/0277-9536(88)90306-1)
- Jasanoff, S. (2007). Bhopal's trials of knowledge and ignorance. *New England Law Review*, 98(2), 344-350. <http://dx.doi.org/10.1086/518194>
- Jenkins, R. (2005). Globalization, corporate social responsibility and poverty. *International Affairs*, 81(3), 525-540. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2346.2005.00467.x>
- Jorgensen, D. (1997). Who and what is a landowner? Mythology and marking the ground in a Papua New Guinea Mining project. *Anthropological Forum*, 7(4), 599-627. <https://doi.org/10.1080/000664677.1997.9967476>
- Kirsch, S. (1996). Acting globally: eco-politics in Papua New Guinea. *Journal of the International Institute*, 3(3), 14-15. <http://hdl.handle.net/2027/spo.4750978.0003.301>
- Kirsch, S. (2010). Sustainable Mining. *Dialect Anthropology*, 34, 87-93. <http://dx.doi.org/10.1007/s10624-009-9113-x>
- Kirsch, S. (2014). *Mining capitalism: the relationship between corporations and their Critics*. California Press.
- Kirsch, S., & Moore, J. (2016). *Mining, corporate social responsibility and conflict: Ocean Gold and the El Dorado Foundation in El Salvador*. Institute for Policy Studies.
- Lea, D., & Curtin, T. (2011). *Land law and economic development in Papua New Guinea*. Cambridge Scholars Publishing.
- Lipset, D. (2004). 'The trial': A parody of the law amid the mockery of men in post-colonial Papua New Guinea. *Royal Anthropological Institute*, 10(1), 63-89. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9655.2004.00180.x>
- Minnegal, M., Lefort, S., & Dwyer, P. D. (2015). Reshaping the social: A comparison of Fasu and Kubo-Febi approaches to incorporating land groups. *The Asia Pacific Journal of Anthropology*, 16(5), 496-513. <https://doi.org/10.1080/14442213.2015.1085078>
- Mouffe, C. (2000). *The democratic paradox*. New Left Books.
- Owen, J., & Kemp, D. (2014). 'Free Prior and informed consent', social complexity and the mining industry: Establishing a knowledge base. *Resources Policy*, 41, 91-100. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2014.03.006>
- Papillon, M., & Rodon, T. (2017). Proponent-indigenous agreements and the implementation of the right to free, prior, and informed consent in Canada. *Environmental Impact Assessment Review*, 62, 216-224. <https://doi.org/10.1016/j.eiar.2016.06.009>
- Peters, E. J. (1992). Protecting the land under modern land claims agreements: The effectiveness of the environmental regime negotiated by the James Bay Cree in the James Bay and Northern Quebec agreement. *Applied Geography*, 12(2), 133-145. [https://doi.org/10.1016/0143-6228\(92\)90003-6](https://doi.org/10.1016/0143-6228(92)90003-6)
- Prno, J. D., & Slocumbe, S. (2012). Exploring the origins of 'social license to operate' in the mining sector: Perspectives from governance and sustainability theories. *Resources Policy*, 37(3), 346-357. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2012.04.002>
- Rodon, T. (2018). Development in Nunavik: How regional and local initiatives redefine sustainable development in Nunavik. *American Review of Canadian Studies*, 47(2), 176-188. <https://doi.org/10.1080/02722011.2017.1347993>
- Southall R., & Melber, H. S (Eds.). (2009). *A new scramble for Africa: imperialism, investment and development*. University of KwaZulu-Natal Press.
- Welker, M. (2016). No ethnographic playground: mining projects and anthropological politics. a review essay. *Comparative Studies in Society and History*, 58(2), 577-586. <https://doi.org/10.1017/S0010417516000189>
- Welker, M. (2009). Corporate security begins in the community: Mining, the corporate social industry and environmental advocacy in Indonesia. *Cultural Anthropology*, 24(1), 142-179. <https://doi.org/10.1111/j.1548-1360.2009.00029.x>
- White, B., Borras Jr., S., Hall, R., Scoones, I., & Wolford, W. (2012). The new enclosures: critical perspectives on corporate land deals. *The Journal of Peasant Studies*, 39(3-4), 619-647. <https://doi.org/10.1080/03066150.2012.691879>
- Zoomers, A. (2010). Globalisation and the foreignization of space: Seven process driving the current global land grab. *The Journal of Peasant Studies*, 37(2), 429-447. <https://doi.org/10.1080/03066151003595325>

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

A. Carneiro contribuiu com conceituação, análise formal, investigação, metodologia e escrita (rascunho original, revisão e edição); e A. C. Duarte com investigação e primeiro rascunho.

A meteorologia popular e seu uso em atividades produtivas na comunidade quilombola Mocambo, em Ourém, Pará, Brasil

Popular meteorology and its use in productive activities in the Mocambo *quilombola* community in Ourém, Pará, Brazil

Lene da Silva Andrade^I  | Josiane Santos da Silva^{II}  |

Carlos Valério Aguiar Gomes^I  | Andrey Mendonça de Souza^{II} 

^IMuseu Paraense Emílio Goeldi/MCTI. Belém, Pará, Brasil

^{II}Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil

Resumo: Diversas sociedades desenvolveram habilidades por meio da observação do ambiente em que vivem, que lhes permitiram sobreviver a eventos atmosféricos inóspitos. Na Amazônia, o conhecimento empírico dos povos e das comunidades tradicionais tem permitido a adaptação aos ciclos climáticos, das águas e da floresta. Na literatura, o etnoconhecimento sobre o clima é tratado como antropologia do clima ou etnoclimatologia ou, ainda, meteorologia popular e se refere à maneira como os povos lidam com o tempo e o clima frente aos seus impactos sobre a sociedade ao longo da história. A proposta deste artigo é investigar práticas e/ou conhecimentos populares ou tradicionais utilizados (ou não), em predição ou diagnóstico do tempo e clima, por pescadores/as e agricultores/as do quilombo Mocambo, em Ourém, Pará, e suas percepções com relação às mudanças (ou variabilidade) climáticas. Entende-se como relevante abordar o tema desde o ponto de vista da comunidade. Norteou-se a investigação à luz da metodologia qualitativa de cunho exploratório. Relatos mostraram conhecimentos baseados em aspectos meteorológicos, fotometeorológicos, astronômicos, hidrológicos, pedológicos, biomarcadores e crenças religiosas. Das narrativas, percebeu-se pouco uso de saberes, motivados pela redução de sua conexão com a natureza, associadas à devastação de seu ambiente ecológico, causando impactos em sua renda e cultura alimentar.

Palavras-chave: Meteorologia popular. Conhecimento tradicional. quilombolas.

Abstract: Several societies have developed skills that allow them to survive extreme weather events by observing the environment in which they live. The empirical knowledge of traditional peoples and communities in the Amazon has allowed them to adapt to climate, water, and forest cycles. In the literature the traditional knowledge of climate is treated as climate anthropology, ethnoclimatology, or popular meteorology and refers to the way people address weather and climate considering their impacts on society throughout history. The present article reports on popular or traditional practices and/or knowledge in predicting or diagnosing weather and climate by fishermen and farmers of the *quilombo* Mocambo in Ourém, Pará, Brazil, and their perceptions of climate change or variability. The research was conducted according to a qualitative exploratory methodology, approaching the topic from the community's point of view. Reports showed knowledge based on meteorological, photometeorological, astronomical, hydrological, pedological, biomarkers, and religious beliefs. From the narratives it appeared that little use was felt for this knowledge, which can be explained by the reduction of a connection with nature, associated with the devastation of the ecological environment, causing impacts on income and food culture.

Keywords: Folk meteorology. Traditional knowledge. Quilombo.

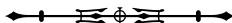
Andrade, L. S., Da Silva, J. S., Gomes, C. V. A., & De Souza, A. M. (2022). A meteorologia popular e seu uso em atividades produtivas na comunidade quilombola Mocambo, em Ourém, Pará, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 17(2), e20210015. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0015

Autora para correspondência: Lene da Silva Andrade. Universidade Federal do Pará. Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares – INEAF. Av. Perimetral, 01 – Campus Universitário. Belém, PA, Brasil. CEP 66075-110 (lene.s.andrade@gmail.com).

Recebido em 28/03/2021

Aprovado em 03/11/2021

Responsabilidade editorial: Claudia Leonor López Garcés



INTRODUÇÃO

Diversas sociedades desenvolveram habilidades que lhes permitiram sobreviver a eventos de tempo e clima inóspitos, por meio da observação do ambiente em que vivem. Nesse sentido, em regiões onde os avisos dos serviços meteorológicos oficiais são difíceis de obter, não são entendidos e/ou não são totalmente aceitos pela comunidade (Chambers et al., 2017; Chang'a et al., 2010; Handmer & Iveson, 2017; Plotz et al., 2017) (seja por imprecisões nos resultados das predições geradas pelas práticas da ciência atmosférica moderna, seja por dificuldades com o uso de tecnologias digitais), há maior dependência do uso de conhecimentos tradicionais em suas interações com fenômenos atmosféricos.

Este é o caso de muitas comunidades agroextrativistas altamente dependentes dos ciclos das chuvas para sobrevivência e nas quais, segundo Handmer e Iveson (2017, pp. 60-61), a “infraestrutura pode ser muito limitada e a logística de transporte e comunicações, desafiadoras”. Esses autores identificaram que o conhecimento local dos habitantes de Vanuatu, na Melanésia, foi um dos principais fatores do baixo número de mortes registradas, quando da passagem de um ciclone tropical, em abril de 2015. Na Tanzânia, Mahoo et al. (2015, p. 8) descreveram que muitos agricultores utilizam o conhecimento indígena para prever o tempo por meio da observação do comportamento de grandes animais, pássaros, plantas, insetos e do sistema solar. Em Mérida, nos páramos¹ venezuelanos, os conhecimentos sobre o tempo e o clima de seus habitantes incorporam organismos vivos, e dão a pauta ao planejamento de tarefas de subsistência, ao anteciparem nevascas, gelos, fumaças, secas/verões, geadas etc., lidos pelos parameiros de muitas maneiras em seus elementos bióticos e abióticos (Zent, 2002, pp. 13-14).

Para os Tikuna da Amazônia, “o início da estação chuvosa é anunciado pela ascensão de Baweta², que aparece no céu no início da noite a leste no final de novembro” (Faulhaber, 2012, p. 139). Essa forma distinta de olhar esses fenômenos é chamada, na literatura de antropologia do clima, de etnoclimatologia ou etnometeorologia (Bharara & Seeland, 1994; Faulhaber, 2004, 2012; Lammel et al., 2008; Nedelcheva & Dogan, 2011). De acordo com Rosa e Orey (2014 citado em Vilhena, 2017, p. 22), é definida como:

A intersecção entre as ciências atmosféricas (meteorologia) e as ciências humanas (antropologia) . . . que tratam como os povos lidam com o tempo e o clima frente a seus impactos sobre a sociedade ao longo da sua história, além de reconhecer padrões de comportamento da atmosfera e arriscar previsões.

Atente-se que, para as ciências atmosféricas, há distinções entre clima e tempo e, nesse sentido, definições sobre etnoclimatologia e etnometeorologia podem se confundir, mesclando ambos os conceitos. Contudo, a primeira abrange abordagens de fenômenos de médio a longo prazo, da ordem de eras, milênios, séculos, décadas ou meses. A segunda abrange entendimentos de fenômenos de curto prazo, da ordem de semanas, dias, horas, minutos ou segundos. Assim, ambos os campos de conhecimento podem ser percebidos no âmbito do que se conhece por meteorologia popular, que é um campo da etnologia concentrado no caráter etnológico específico das ideias dos povos do mundo, conectados com fatores meteorológicos (Rudnev, 2002, p. 184) e climatológicos. Abordagens nesse campo podem ser observadas já em 1905, a exemplo do ensaio pioneiro de Marcel Mauss, conforme apontado por Camós (2004, p. 10, tradução nossa) sobre as “as variações sazonais na morfologia social das sociedades esquimós”³ (sociedades *Inuíts*),

¹ O páramo é um ecossistema situado a elevadas altitudes ao norte dos Andes sul-americanos (entre 2.800-4.800 m acima do nível médio do mar).

² Baweta estaria associado à constelação da Tartaruga na iconografia Tikuna, a qual, em comparação com a astronomia ocidental, estaria relacionada às constelações das Plêyades e Perceu.

³ “. . . variaciones estacionales en la morfología social de las sociedades esquimales” (Camós, 2004, p. 10).

o qual estabeleceria que o tempo ambiental deveria ser considerado como um indicador do tempo social. Malinowski (2018, p. 529), em 1948, observava que, nas ilhas Trobriand, na Melanésia, a magia governaria as “. . . forças da natureza que são de grande importância para o homem, tais como a chuva e o sol, que operando correta e alternadamente fazem a colheita prosperar, ou o vento que precisa ser controlado para a navegação e a pesca”.

Com relação ao conhecimento de fenômenos atmosféricos, Strauss e Orlove (2021, p. 46) ponderam que a abordagem científica universalista enfatiza a comparabilidade de dados e que, em contraste, o conhecimento local dos eventos e padrões climáticos tende a destacar a familiaridade com um local específico. Dessa maneira, Agrawal (2014, p. 4, tradução nossa) argumenta que, para construir com sucesso novas bases epistêmicas, relatos de inovação e experimentação devem eliminar a divisão indígena/ocidental⁴. Esse poderia ser um passo importante para o monitoramento climático na Amazônia, posto que, segundo Nobre et al. (2009, p. 149), o entendimento da complexa dinâmica do clima e de sua variabilidade na região está associado a incertezas significativas, as quais se devem, em parte, à falta de dados observacionais. Foi com esse olhar que Fernández-Llamazares et al. (2017, p. 1673) sobrepueram saberes indígenas e científicos na Amazônia boliviana, cujas informações sobre o clima, como na Amazônia brasileira, dependem de observações de estações meteorológicas esparsas e se baseiam em dados, em grande parte, interpolados espacialmente e que podem distorcer os resultados.

Nesse contexto, a diversidade da cultura dos povos e das comunidades tradicionais, e seus saberes e práticas locais representam um importante papel no gerenciamento dos efeitos do tempo e do clima, bem como na mitigação e adaptação a impactos provocados por variações e/ou mudanças atmosféricas. Assim, Lucero (2012, p. 7)

explica que, conceitualmente, ‘prevenção’ “. . . se refere a aplicação de medidas para evitar que um evento se transforme em um desastre”, e ‘mitigação’ se refere “. . . a aplicação das ações para reduzir a vulnerabilidade frente a certas ameaças”. Já o conceito de adaptação seria definido como “. . . o ajuste ocorrido em um sistema natural humano em resposta a estímulos climáticos atuais ou esperados, ou a seus efeitos, que modere os danos ou que aproveite oportunidades benéficas” (*Intergovernmental Panel on Climate Change* - IPCC⁵ citado em Lucero, 2012, p. 7). Destaca-se, então, que o conhecimento empírico dos povos e das comunidades tradicionais da Amazônia – como os ribeirinhos, vazanteiros, quilombolas, seringueiros, coletores, povos indígenas – lhes tem permitido adaptar-se aos ciclos: climáticos, das águas, da floresta – em condições consideradas normais e extremas –, moldando sua sobrevivência, conectada às percepções e aos ciclos, regulando as atividades produtivas, especialmente no tocante ao acesso aos alimentos, por meio de cultivo ou extrativismo. No entanto, muitos desses saberes não são documentados, mas sim transmitidos de uma geração para outra por meio da história oral, criando um amplo fosso intergeracional entre os seus guardiões e os mais jovens (Mahoo et al., 2015, p. 26), pois elementos tradicionais podem sofrer atualizações, uma vez que “as sociedades contemporâneas e ocidentais mudam constantemente em decorrência do aumento de informações, da diversidade cultural dos diferentes grupos sociais, da globalização e da intensificação dos meios de comunicação” (Figueiró & Renk, 2019, p. 52).

Dessa forma, este ensaio propõe uma análise interdisciplinar, ao buscar aproximações entre as ciências atmosféricas e das humanidades. Assim, são adotados enfoques teóricos situados nas correntes que tratam das inter-relações entre sociedade e cultura, tempo e clima, perpassando por conexões entre homem e natureza. Este estudo torna-se, portanto, relevante, pois se observa

⁴ “To successfully build new epistemic foundations, accounts of innovation and experimentation must bridge the indigenous/Western divide” (Agrawal, 2014, p. 4).

⁵ Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima.

o empreendimento de grandes esforços e recursos mobilizados para o entendimento dos fenômenos físicos das dinâmicas meteorológica e climatológica e, sobretudo, no tocante às suas mudanças e efeitos, mas verifica-se que pouco se faz para entender o ponto de vista dos povos e comunidades tradicionais, particularmente, os quilombolas da região amazônica. Ao trazer essa perspectiva, pretende-se, aqui, ampliar as discussões em torno do campo da meteorologia popular ou antropologia do tempo e clima na Amazônia brasileira, contribuindo para a valorização de saberes e o engajamento de comunidades tradicionais na integração entre conhecimentos tradicionais e os debates científicos. Nesses termos, a proposta é investigar práticas/conhecimentos populares ou tradicionais, utilizados (ou não) em predição/diagnóstico do tempo e clima por pescadores/as e agricultores/as do quilombo Mocambo, em Ourém, Pará, e suas percepções sobre mudança e/ou variabilidade climática.

O QUILOMBO MOCAMBO EM OURÉM, PARÁ

Originada de processos de territorialização promovidos pela Coroa portuguesa em seu projeto de colonização do século XVI, a freguesia de Ourém teria sido erigida a partir da Casa Forte do rio Guamá, uma construção, que, de acordo com Cruz (1963, p. 647), seria “. . . o ponto de ancoragem das embarcações que, saindo de Belém, percorriam o primeiro trajeto do ‘caminho’ que ligava o Pará ao Maranhão, através de Bragança”. Nesse ponto, Ourém seria um lugar estratégico para conectar a vila de Bragança à cidade de Belém, uma vez que Bragança seria “. . . ponto de passagem quase obrigatório dos produtos que circulavam entre o Pará e o Maranhão” (Maués, 1967, p. 377). Em novembro de 1752, ano em que a freguesia teria sido promovida a vila, teriam chegado, segundo Cordeiro e Madeira (2003, p. 110), “. . . mais 430 pessoas das ilhas [dos Açores]” e, “segundo Francisco Xavier de Mendonça Furtado, estes ilhéus participaram na colonização das vilas de Bragança e de Ourém, nas ‘margens dos rios Guaçu e Caeté’”. Foi Sebastião José de Carvalho, o Marquês de

Pombal, irmão do governador, o Capitão General do Grão Pará, Mendonça Furtado, quem teria sido o encarregado pelo governo colonial por fazer diversas reformas, entre as quais “. . . a introdução de escravos africanos para servir de mão de obra” (Tavares, 2008, p. 61).

Assim é que, no período compreendido entre 1755 e 1778, teriam desembarcado dos navios da companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão “53.072 escravos, trazidos de Guiné Bissau, Cabo Verde, Angola, Quênia, Tanzânia e Moçambique. Sua direção estava definida para os engenhos de cana, plantios de arroz e cacau, as fortificações militares, as olarias, áreas de mineração e fazendas de pecuária” (Vergolino-Henry & Figueiredo, 1990 citado em Marin & Castro, 2009, p. 90). É nesse panorama que essas pessoas tiveram de se adaptar às novas condições ambientais em que movimentos de fuga contribuíram “para abrandar o ‘rigor do cativeiro’, mas o quilombo principalmente serviu ao desbravamento das florestas, além da zona de penetração dos brancos e à descoberta de novas fontes de riqueza” (Carneiro, 1958, p. 25).

Foi então que comunidades negras, percorrendo “. . . paisagens de rios e floresta, de ecossistemas diversos[,] construíram experiências coletivas, saberes e práticas singulares que lhes permitiram viver e se reproduzir em territórios onde hoje ainda encontramos seus prováveis remanescentes” (Castro, 2002, p. 9). Porém, na Amazônia, como bem denunciou Vicente Salles (1971, p. 67), “a contribuição cultural do negro é sistematicamente diminuída, e até negada, no conjunto dos seus valores constitutivos”, pois “quando Charles Wagley e Eduardo Galvão realizaram em conjunto o estudo de uma comunidade amazônica, uma presença não dominante, mas em todo o caso atuante, foi por eles observada: a do negro” (Salles, 1971, p. 67). Ourém, entretanto, “. . . não estava pelas estatísticas entre [os locais] mais populosos de escravos. A vizinhança com Bragança potencializava, no entanto, um território mais amplo de fuga e refúgio” (Castro, 2002, p. 18). É nesse cenário que “um determinado lugar, chamado de João

Pereira e Tumtum, às margens do rio Guamá, foi abrigo de povos que chegaram fugidos de senhores de origem europeia e se amocambavam em casas de palha, barro e sororoca” (Professores e alunos da Escola Maria Epifânia dos Santos, n. d., p. 4).

Perpassando tal conjuntura, a comunidade remanescente de quilombo, Mocambo, distante três quilômetros da sede do município de Ourém, pela rodovia estadual PA-251, região nordeste do estado do Pará, microrregião Guamá (Figura 1), por intermédio da Associação Comunitária Agrícola Remanescente Quilombolas do Mocambo (ACOARQUIM), após um processo de 15 anos, obteve seu título de reconhecimento de domínio coletivo de áreas de terras. Esse reconhecimento foi outorgado pelo governo do

estado do Pará, por meio do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), no dia três de dezembro de 2012. Segundo dados desse órgão, a comunidade era composta por 120 famílias, em uma área de 657,6820 ha (seiscentos e cinquenta e sete hectares, sessenta e oito ares e vinte centiares) (ITERPA, 2012, p. 2) e foi a única naquele mesmo ano a ter seu título homologado no estado do Pará, conforme demonstrado na Figura 1.

Na atualidade, a população do quilombo Mocambo distribui-se espacialmente ao redor da escola municipal Maria Epifânia dos Santos que, juntamente com a igreja católica e o barracão da ACOARQUIM, congregam o núcleo central da comunidade. A maioria dos moradores reside em casas de alvenaria, sendo algumas construídas por programas governamentais, como “Minha Casa Minha Vida”.

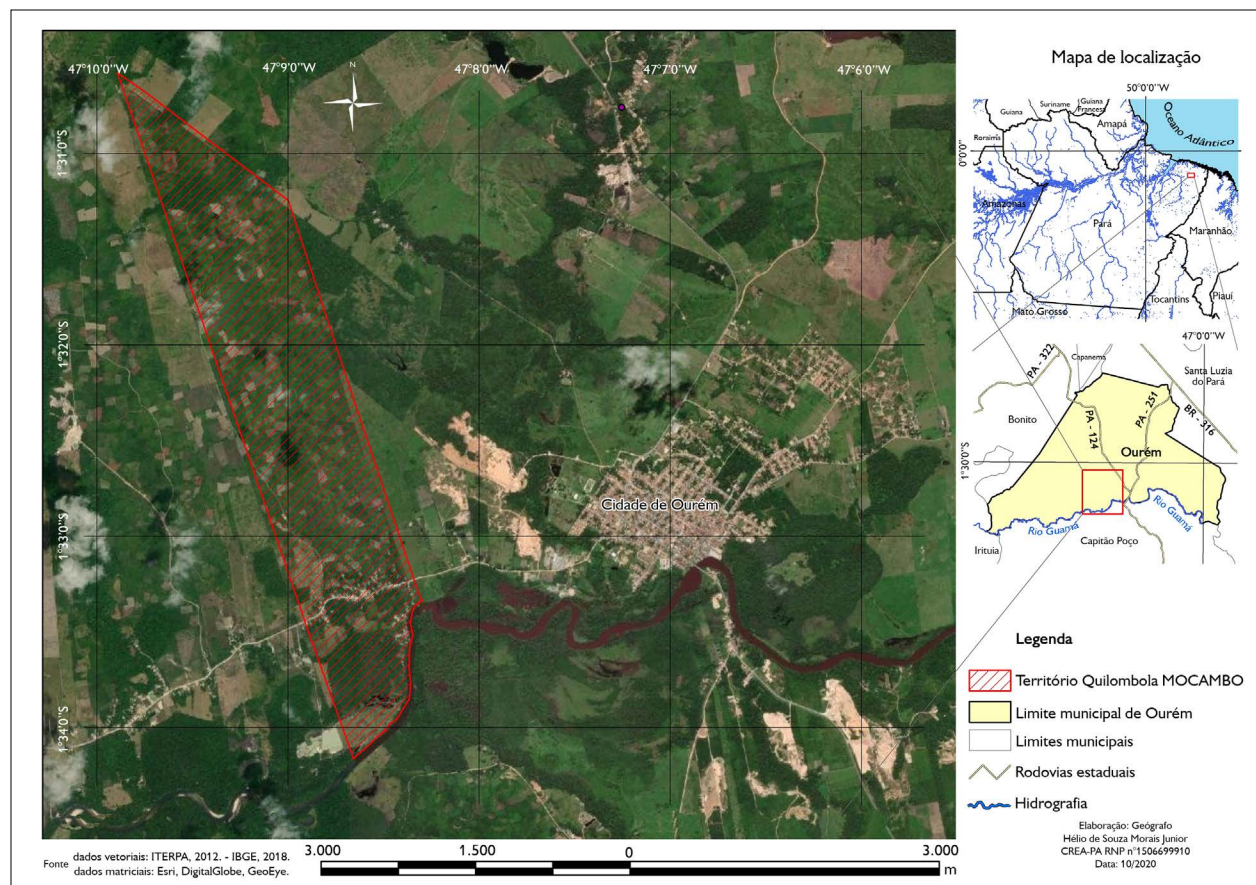


Figura 1. Localização do território quilombola Mocambo em Ourém, Pará. Mapa: Hélio de Souza Moraes Junior (2020).

Várias famílias estão inseridas em programas de transferência de renda, como o “Bolsa Família” e outras recebem aposentadoria rural. De acordo com Silva et al. (2021, p. 5), “quanto à saúde, não há posto na comunidade, porém ocorrem consultas itinerantes, e nos casos mais graves os moradores se locomovem até a cidade de Ourém”. No que diz respeito à comunicação, a proximidade do quilombo com a sede municipal lhe confere acesso à internet, sobretudo via aparelho celular. Canais de televisão aberta funcionam, mas, para operar adequadamente, necessitam de antenas que amplificam o sinal.

Em relação às atividades produtivas, a agricultura é voltada principalmente para a ‘roça’, com o plantio de mandioca (*Manihot esculenta*), para produção de farinha e/ou para venda da macaxeira, que, às vezes, é negociada ainda no ‘pé’, dado o baixo valor dos preços da farinha produzida que não contava, por exemplo, com políticas de preço e valorização de seu produto. Para Silva et al. (2021, p. 8), “por outro lado, os preços são controlados pelas farinheiras e normalmente são bem abaixo dos preços de mercado”. Existem, ainda, outras atividades complementares e diversificadas, como o plantio de hortaliças, árvores frutíferas e madeiras, além da apicultura, da criação de gado, porcos e frango caipira.

Plantas medicinais são comumente cultivadas nos quintais dos moradores, preferencialmente pelas mulheres, sendo utilizadas para chás e banhos. Alguns agricultores participam como fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁶. Para a subsistência, os moradores contam com a caça, a pesca, de onde coletam peixes para consumo, além do consumo de tracajá (*Podocnemis unifilis*), espécie de quelônio cujos ovos também são bastante apreciados por algumas pessoas da localidade. A pesca é realizada artesanalmente, com redes do tipo ‘tarrafas’ ou linha de pescar, no rio Guamá, em local pertencente à comunidade. No entanto, ocorrem

conflitos, devido à precária fiscalização e à inexistência de acordos de pesca, a fim de regularizar as atividades.

No Mocambo, a religião católica é predominante, tendo no Círio de Nossa Senhora Santa Maria, padroeira da localidade, que dá nome à igreja, sua manifestação religiosa mais importante, a qual ocorre no último final de semana de setembro. Há, ainda, o culto a São Benedito, cujos relatos apontaram ser uma tradição anterior em relação à da padroeira. Existem também duas igrejas neopentecostais, porém com atuação mais reduzida. Experiências advindas de religiosidade afro-indígenas foram observadas, mas de forma discreta (ou mesmo reprimida). A Ciramba e o Boi-Bumbá configuram-se como duas das principais expressões coletivas da cultura popular no quilombo. A instituição no Brasil do dia da Consciência Negra promoveu um novo espaço de celebração, bastante significativo e simbólico, sendo um momento muito comemorado pelos residentes de Mocambo e no qual suas tradições são expressas.

Apesar da transmissão de seus elementos culturais e legados históricos, que parecem perdurar na comunidade, em muitos aspectos eles se chocam com o modelo dominante da economia de Ourém, a qual, nas últimas décadas, se tornou o eixo da indústria de mineração de seixo no Pará, pois as áreas circunvizinhas ao quilombo são dominadas por seixeiras, com escoamento pela rodovia PA-251, que corta a parte central do território. O modelo predatório de exploração e o constante tráfego de caminhões e carretas trazem grandes desafios para a comunidade com relação à manutenção de sua cultura e de seu modo de vida, além de provocarem impactos sobre o meio ambiente, especialmente com a destruição das nascentes de água, a contaminação de igarapés e o assoreamento do rio Guamá.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada no âmbito de uma especialização em Gestão em Sistemas Agroextrativistas

⁶ “O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma política de apoio e incentivo à agricultura familiar no Brasil. Por meio dessa iniciativa, agricultores, cooperativas e associações vendem seus produtos para órgãos públicos que compram os alimentos da agricultura familiar, sem necessidade de licitação” (ver Gov.br, 2020).

para Territórios de Uso Comum na Amazônia (GESAM), do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF), da Universidade Federal do Pará (UFPA), entre os anos de 2019 e 2020. Realizada em cooperação entre quatro pesquisadores do programa (três discentes e um docente), formou-se uma parceria que instituiu o quilombo Mocambo no município de Ourém, como base para esta e mais duas pesquisas interdisciplinares. Essa escolha se deu pela temática do programa, bem como pelo entendimento de que há ciência no saber, vivência e práticas muitas vezes 'subalternizadas' das populações afrodescendentes, cujo protagonismo é frequentemente invisibilizado.

Desse modo, à luz da metodologia qualitativa de cunho exploratório, norteou-se esta investigação por meio de entrevistas, notas de campo e observação participante. Todos os registros verbais e imagéticos foram realizados com anuência da comunidade e, por intermédio de seu representante comunitário, foi assinado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram realizadas três imersões, com duração de uma semana cada, considerando aspectos como os prazos da especialização, a disponibilidade financeira, bem como as condições sazonais da região (inverno e verão paraense/amazônico). Este estudo considerou as estações do ano divididas em período mais chuvoso e menos chuvoso, conforme o entendimento regional, cujo contexto climático é conhecido como 'inverno e verão amazônico' ou, ainda, em termos locais, como 'inverno e verão paraense', caracterizado como um período diferenciado em relação ao restante do país.

Assim é que, na primeira ida a Mocambo, no mês de setembro de 2019 (a fim de se vivenciar a estação do ano vigente com os envolvidos), foram feitos contatos informais com lideranças locais em que foram experienciadas as primeiras impressões entre pesquisadores e moradores do quilombo. A partir de então, iniciou-se, com base na técnica conhecida por 'bola de neve' (Parker et al., 2019; Dewes, 2013), a

realização da investigação a partir do encadeamento de indicações. Dessa forma, solicitava-se aos participantes que recomendassem outros contatos com características voltadas aos critérios do estudo e que potencialmente também pudessem estar dispostos a colaborar. Estes, por sua vez, recomendavam outros participantes em potencial, e assim por diante. A segunda ida ocorreu no mês de dezembro, momento de início do inverno, em que foi dada continuidade às investigações em campo. Ali, a partir da experiência anterior, prosseguiu-se com a identificação das principais práticas e/ou saberes meteorológicos e climatológicos populares. Por fim, a terceira estância culminou na entrega do trabalho finalizado à comunidade, com apresentação em linguagem popular, em descontraída roda de conversas, com apresentação de imagens e vídeos.

Destarte, tanto na primeira quanto na segunda estadia, foram realizadas entrevistas abertas, com perguntas iniciais pré-estabelecidas, buscando condicionar o mínimo possível as respostas, a fim de conduzi-las sutilmente à temática principal: o tempo e o clima. A intenção foi possibilitar, a partir dos diálogos estabelecidos, o acesso às experiências, valores e práticas dos interlocutores. As conversas foram registradas em formato audiovisual, utilizando ferramentas como câmera digital, tabletes e telefone celular. Os encontros foram pré-agendados e sempre precedidos de uma breve apresentação das/dos pesquisadoras/es, seu âmbito institucional e explicação sobre o estudo desenvolvido, procurando enfatizar a importância da participação das/dos envolvidas/os na pesquisa. Em adição às entrevistas, foram utilizados cadernos (ou notas) de campo como fonte de dados secundária, com observações e reflexões próprias, de experiências do intercâmbio com os demais. Quando possível, as conversas ocorreram no local das atividades produtivas dos quilombolas.

Foram entrevistados 13 homens e cinco mulheres, com idade entre 40 a 80 anos, que exercem ou exerceram atividades produtivas relacionadas à agricultura e à pesca,

indicados como possíveis conhecedores do ‘tempo’ e que se disponibilizaram a participar. Alguns destes eram casais que foram entrevistados juntos e enriqueceram com suas visões os aportes a respeito do tema. Desse modo, foram totalizadas 18 pessoas, em uma amostra representativa com relação ao total de famílias (120, segundo o ITERPA, 2012), correspondendo a 15% da comunidade. Com a intenção de preservar a identidade das pessoas cujos relatos são utilizados neste artigo, optou-se por mencioná-las de acordo com suas respectivas idades, que foram usadas como marcadores temporais dos conhecimentos e das práticas investigadas. Considerou-se que tais atividades requerem conhecimentos do tempo e do clima local, que podem ser ensinados e aprendidos ao longo de gerações ou, ainda, atualizados a partir de percepções próprias ou de conexões com o meio em que vivem.

A maior parte das contribuições diz respeito à visão de agricultores/as, pois observou-se que, apesar de alguns/mas deles/as também pescar, esta atividade ocorre de maneira ocasional, apenas como lazer. A pesca como atividade essencialmente produtiva é exercida por poucas pessoas no quilombo Mocambo, o que resultou em reduzida participação de pescadores entrevistados.

É importante destacar que a meteorologia popular praticada ou conhecida em Mocambo pelas/os

agricultoras/es e pescadoras/es advém principalmente da praticidade e da ancestralidade e em razão da observação diária do ambiente natural. Ademais, observou-se que poucos acreditam em previsões apresentadas na TV, dado que as escalas se dão em nível regional, e não na esfera local. Assim, o agricultor (78 anos, comunicação pessoal, 2019) relata: “a previsão, às vezes vejo no jornal, mas não acerta. Só dá lá de outras regiões”.

Desse modo, de acordo com a seleção das falas contendo informações consideradas importantes à temática da pesquisa, as (etno)previsões do tempo e do clima foram categorizadas em: curto prazo (utilizada nas pautas cotidianas) e médio prazo (interanual ou sazonal), conforme a Tabela 1, e as percepções sobre variabilidade e mudanças climáticas, conforme a Tabela 2. Dos 18 entrevistados, nem todos discorreram sobre todas as categorias mencionadas.

Ressalta-se que não houve a pretensão de generalizar os resultados como representativos de toda a comunidade, mas sim apresentar outras formas de interpretar a dinâmica dos fenômenos atmosféricos, a partir de visões particulares, as quais, acredita-se, refletem uma amostra vivaz do modo de vida e de saberes no quilombo, de acordo com o explicitado nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1. Categorias de análise de (etno)previsão do tempo.

	Categorias	
	Curto prazo	Médio prazo
Caracterização	Refere-se às ‘estimativas’ para o planejamento diário das pautas quotidianas	Refere-se às estações do ano na região: o inverno e/ou verão amazônico, os quais dão a pauta para o planejamento interanual das atividades produtivas
Práticas e saberes populares	Dinâmica das nuvens (rápida/lenta e rota); Temperatura do ambiente (sensação corporal de frio ou calor); Comportamento ou vocalização dos pássaros	Fotometeorológico e astronômico: descarga elétrica; halo (anel ao redor do sol ou da lua); movimento das estrelas; aspecto do sol; Biomarcadores: comportamento de animais como sapos e pássaros – marreca, coã e saracura, insetos (cigarras), floração de plantas (café e laranjeira); Hidrológico: ciclo do rio (aumento/redução do volume de água no leito do rio); Pedológico: aspecto do solo; Experiências religiosas: pedra de sal no dia de Santa Luzia

Tabela 2. Categorias de análise das percepções climáticas.

	Categorias	
	Variabilidade climática	Mudança climática
Caracterização	Refere-se a eventos que já ocorreram antes	Refere-se a eventos considerados diferente de 'antes' (que mudaram)
Entendimento/ Percepções	Do início do inverno até 15 de novembro (marcador da transição da estação pelos antigos);	Verão acontecia em dezembro, janeiro e fevereiro; em 2018, o período chuvoso ocorreu em novembro;
	Desorientação das pessoas e das plantas com relação à chegada do inverno e do verão; Descontrole do tempo (por diferentes motivos)	

RESULTADOS E DISCUSSÃO

PRÁTICAS E SABERES POPULARES DE PREVISÃO DO TEMPO A CURTO PRAZO

A previsão do tempo a curto prazo refere-se às 'estimativas' para o planejamento diário das pautas cotidianas. Nessa perspectiva, foram narradas práticas que consideraram a direção, o deslocamento, a velocidade e a abrangência da nebulosidade, a temperatura do ambiente, bem como o comportamento e/ou a vocalização de pássaros, conforme as observações e os relatos expostos a seguir.

Uma das participantes (agricultora, 43 anos, comunicação pessoal, 2019), ao observar a localização, a concentração e a abrangência das nuvens, mostrou seu 'método' de previsão a curto prazo, a partir da dinâmica das nuvens e de sua percepção da temperatura do ambiente, afirmando que:

Quando num vai chover, a nuvem passa rápido assim, da chuva. E quando vai chover ela fica parada assim um pouco, a gente percebe no tempo que... Vai chover. A quentura aumenta mais. Depois que chove a quentura aumenta mais ainda.

Outra agricultora (42 anos, comunicação pessoal, 2019), ao apontar para o quadrante leste, reafirmou a prática dessa observação para a previsão, tipificando a chuva e destacando aspectos de direção e concentração

de nuvens, colocando que: “. . . quando ‘ela’ tá assim, tudo espalhada assim, a gente sabe que ‘ela’ não vai chover toda hora [chuvas esparsas]. Aí quando o tempo tá fechado, a gente sabe que vai chover numa parte grande [chuva mais intensa]”. Esse ‘saber’ da rota de nuvens de chuva também foi apontado por outra agricultora (63 anos, comunicação pessoal, 2019), a qual relatou: “não vai chover não... Tá limpo pra cá, ó! A chuva pra nós vem ‘daqui’ ó [mostra o quadrante leste]”.

Pode-se dizer que, de maneira semelhante, a observação do padrão da nebulosidade para prever o tempo também é utilizada na ciência formal, em que meteorologistas se valem do “Atlas Internacional de Nuvens” (WMO, 1969), o qual é recomendado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM). Também, em outras sociedades e regiões, como em Retiroândia, na Bahia, “as nuvens foram registradas como sinal de chuva a partir da sua quantidade no céu, bem como seu aparecimento durante o pôr-do-sol” (Bastos & Fuentes, 2015, p. 181). Orlove et al. (2011, p. 200, tradução nossa), por exemplo, relataram que, em Rakai, na Uganda, “entre as observações do tempo reportadas com maior frequência se encontram as nuvens escuras que se reúnem no horizonte ou aquela massa no céu”⁷.

Já outros moradores apontaram como referência de previsão do tempo o comportamento ou a vocalização

⁷ “Entre las observaciones del tiempo reportadas con mayor frecuencia se encuentran las nubes oscuras que se reúnen en el horizonte o aquella masa en el cielo” (Orlove et al., 2011, p. 200).

dos pássaros, conforme agricultor (81 anos, comunicação pessoal, 2019) destacou: “os pássaros do rio que eles passam de noite, de madrugada cantando, a gente sabe que tá pra chover, né? Até marreca [*Anas querquedula*] passa [imita a marreca] de madrugada, a gente já sabe. Vai mudar o tempo”. Sua esposa, também agricultora (74 anos, comunicação pessoal, 2019), exclamou: “É uma animação de coró-coró [*Mesembrinibis cayennensis*], é uma animação de... de sei lá... de saracura [*Aramides saracura*]”. Para ela, os ‘tetéu’ (*Vanellus chilensis*) adivinham a chuva, conforme comentou:

Os tetéu, quando começa a chover, de noite ou de dia. Aí, aparece uma turma de tetéu [imita o canto do tetéu]... Naquela agonia. Eu digo: – Hum, vai chover muito! Olha os tetéu... Aí, deixa que quando eles caba, se acomoda tudo, quando é de noite ou de dia, no outro dia... Chuva! Mas os bicho são danado pra adivinhar chuva (agricultora, 74 anos, comunicação pessoal, 2019).

A vocalização das aves como (etno)preditor de chuvas foi investigada por Araujo et al. (2005, p. 764), em Soledade, na Paraíba. Seus resultados mostraram que o principal sinal observado por seus habitantes seria a vocalização de aves. Em Mocambo, a previsão a curto prazo foi apontada por seis dos participantes (referente a 33,33% dos 18 entrevistados). Observou-se que, dentre os principais elementos utilizados, a dinâmica de nuvens foi o preditor predominante, com representatividade de 50% desse universo. Os que relacionaram a previsão baseados na vocalização de pássaros, que, para eles, influenciaria ou ‘adivinharia’ aspectos atmosféricos, corresponderam a 33,33% e, na temperatura do ambiente, aproximadamente, 16,66%, conforme se verifica na Tabela 3.

PRÁTICAS E SABERES POPULARES DE PREVISÃO DO TEMPO A MÉDIO PRAZO

Previsões a médio prazo estão relacionadas às estações do ano, ou seja, ao inverno e/ou verão amazônico, os

Tabela 3. Quantitativo do uso de (etno)previsão do tempo a curto prazo, de acordo com o indicador. Contribuição de seis pessoas que descreveram cada uma apenas um indicador. Legenda: * = dinâmica de nuvens: direção (rota), velocidade (rápida/lenta) e concentração da nebulosidade.

Indicador	n	%
Dinâmica de nuvens*	3	50,00
Temperatura do ambiente	1	16,66
Comportamento/vocalização de pássaros	2	33,33

quais norteiam a pauta para o planejamento interanual das atividades produtivas dos habitantes do quilombo. Assim, no inverno, os pescadores devem respeitar o defeso⁸ e os agricultores planejam o plantio de suas roças, após terem preparado a terra no verão, utilizando a prática de corte e queima ou mecanização.

Foi, então, relatada a presença de indicadores fotometeorológicos e astronômicos, como descargas elétricas atmosféricas, halos (fenômeno que se forma devido à refração do reflexo do sol e da luz da lua, em cristais de gelo de nuvens *cirrus* e *cirrostratus*) e o movimento das estrelas. Verificou-se, ainda, a existência de bioindicadores, como o comportamento de animais, a exemplo de sapos e pássaros marreca (*Anas querquedula*), coã (*Herpetotheres cachinnans*) e saracura (*Aramides saracura*), insetos, como cigarras (*Cicadidae*), floração de plantas (café e laranja) e o ciclo do rio (aumento/redução do volume da água no leito do rio), além de experiências ligadas a crenças religiosas que predizem a chegada das chuvas ou do verão.

Desse modo, para o agricultor (78 anos, comunicação pessoal, 2019): “Quando tava próximo do inverno, a gente percebia que começava a clarear daqui. Relâmpago, às vezes um trovão longe. Já era... Dando sinal... Começava a relampear a noite assim, a gente já sabia que a chuva tava próxima”. Sobre o halo, uma das agricultoras (63 anos, comunicação pessoal, 2019) relatou que: “tem o

⁸ Segundo o Ministério da Agricultura “O defeso é a paralisação temporária da pesca para a preservação das espécies, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes” (Gov.br, 2019).

anel da chuva e tem o anel do sol. O anel da chuva é bem escuro e o anel do sol é bem vermelho, aquela... Em volta do sol... Da lua, tá vermelhinho, já sabe que é sol". Dessa forma, a agricultora assinalou que os halos, em volta do sol ou da lua, a depender de sua cor, apontam a chegada do inverno ou do verão. Nesse sentido, G. Cunha (1997, p. 24) afirmou que tal fenômeno já era observado como preditor há "... quatro mil anos antes de Cristo na região da Babilônia, onde, em uma placa de barro, que se encontra sob a guarda do Museu de Londres, lê-se: 'Quando um anel circunda o sol, chuva cairá'".

Ambos agricultores recordam ainda: "Tinha outro... O sete-estrela, quando tiver na altura de 12 horas, empinadinho, que é sete horas da noite, o inverno tá chegando". Ele complementou que "as pessoas idosas, do tempo do meu pai, do meu avô, tudo já tinha essa experiência". A agricultora (63 anos, comunicação pessoal, 2019) reafirmou: "sete horas, o sete-estrelas tá na altura de meia-noite, mas é sete horas da noite... É a chuva que tá perto". Outro pescador e agricultor recordou também o uso das sete-estrelas por seu pai:

Aparece próximo do inverno. O papai, ele se baseia nos planeta. Tem uma estrela chamada sete-estrela. Quando chega essa época ele se baseia nela. Aí, quando ela tá a uma certa altura, umas oito horas da noite, ele diz que ainda tá longe as chuvas. Aí, quando chega naquela hora que ela já tá numa certa altura já, num nível bem alto, ele diz assim: 'vai chover, se preparem que vai chover... Vamo plantar, que já vai chover' (agricultor, 42 anos, comunicação pessoal, 2019).

Abbeville (1995 citado em Afonso, 2009, p. 4) descreveu: "Os tupinambás conheciam muito bem o aglomerado estelar das Plêiades e o denominavam 'Seichu'. Quando elas apareciam, afirmavam que as chuvas iam chegar, como chegavam, efetivamente, poucos dias depois". Complementa que: "Da mesma maneira, atualmente para os tembés, que habitam o norte do Brasil, o nascer helíaco das Plêiades anuncia a estação da chuva e o seu ocaso helíaco aponta a estação da seca" (Afonso, 2006, p. 54). Segundo esse autor:

... As Plêiades (Eixu, em guarani) são um aglomerado de estrelas jovens, azuis, que se localizam na constelação ocidental do Touro. A olho nu, longe da iluminação artificial e sem lua, podemos ver, normalmente, sete dessas estrelas e, por isso, as Plêiades são conhecidas, também, como as sete-estrelas ou as sete-irmãs ... (Afonso, 2006, p. 53).

De outro relato, verificou-se que a chegada do período chuvoso pode ser observada de acordo com aspectos do sol: "nesse tempo agora, pra nós já tá se aproximando o inverno, porque a modo assim que o sol fica mudado assim, a cor dele. A modo fica branco assim"; e do solo: "e quando é do verão... A modo assim que isso aí [o solo] fica tudo avermelhado, meio amarelado" (agricultora, 42 anos, comunicação pessoal, 2019).

Outro entrevistado declarou que faz uso do 'conhecimento' transmitido por sua mãe, que observava o céu de madrugada e fazia sua 'previsão' de acordo com a feição do céu que via:

Sempre a mamãe me acostumou eu a me levantar assim, quatro horas da manhã... Quatro e meia... Até hoje eu tenho esse costume. Aí, a mamãe falava... Olhava assim pro tempo e dizia assim: – Olha, tá muito nevoadado... Tá pra começar o inverno, já vai começar a chover. – Porque mamãe? – Porque num tem quase estrela de madrugada, tá nevoadado.... Aí, eu me acostumei naquilo. Aí, quando eu me levanto, é a primeira coisa que eu olho (agricultor, 53 anos, comunicação pessoal, 2019).

Um dos agricultores (42 anos, comunicação pessoal, 2019) narrou que, alertado pelo coaxar de sapos e trovões, foi um dos poucos da comunidade que conseguiu preparar a roça antes do inverno. Ele descreveu:

fui queimar roça porque o inverno veio mais cedo, né? A minha, eu queimei. Tem um sapo do inverno que... aqueles que faz assim [imita o coaxar]. Aqueles sapo... Quando ele começa a fazer assim... Meu amigo! Nesse dia, eu tava caçando... Tava caçando pro outro lado do rio aqui. Aí, esse sapo começou a fazer isso e começou o trovão aí pro rumo de cima, né? Começou a trovejar... Aí, eu digo... Rapaz!... O inverno tá próximo, amanhã eu vou queimar a minha roça! Aí, eu queimei num dia e quando foi no outro a chuva começou... Mas, rapaz,

eu queimei num dia e quando foi no outro começou o inverno. Eu custei a plantar, porque eu achava que aquilo era só uma chuva falsa... Que nada! Já era o inverno mesmo (agricultor, 42 anos, comunicação pessoal, 2019).

A agricultora (43 anos, comunicação pessoal, 2019) – que, apesar de ter afirmado que sua família perdeu o momento de preparo da roça, em 2018, e ficou sem produção no ano seguinte – expôs perceber a chegada das chuvas pela vocalização dos sapos: “eu percebo assim um pouco do tempo do inverno, né? Quando chega o tempo do inverno, os sapinho começam muito... Aí, quando dá assim uma chuvinha... Três hora assim... Aí, eles começam... Aquele grita, grita de sapo. Até anoitecer”. Assim também recordou outro entrevistado: “geralmente, quando dava um chuvequinho, que... Um chuveco assim que o sapo começa a cantar, a mamãe chamava Joé: – Olha, o Joé tá cantando, capaz do inverno ir pra frente agora. Aí, o inverno começava logo” (agricultor e pescador, 53 anos, comunicação pessoal, 2019).

De igual maneira, outras culturas utilizam o sapo como indicador do período chuvoso. Nogueira e Silva (2015, p. 28) apontaram, por exemplo, que o período reprodutivo do sapo-cururu (*Bufo marinus*) – o qual apresenta comportamento diferente nos dias que antecedem a chuva – foi colocado como o preditor de chuvas mais eficaz para moradores da zona rural do município de Cuité, na Paraíba. Para os indígenas da Amazônia colombiana, a sequência de ciclos e estações se define em estreita relação com a presença massiva (ou não) de determinadas espécies, pois: “O tempo do sapo se chama assim devido ao canto deste animal, que define o início de um inverno ou final do verão”⁹ (Rodriguez & van der Hammen, 2014, p. 92, tradução nossa). Na Espanha mediterrânea, a meteorologia popular replica que: “Quando os sapos (*Bufo bufo* e *Bufo calamita*) saem

nos caminhos é que logo vai chover”¹⁰ (Mesa Jimenez et al., 1997, p. 104, tradução nossa).

Importa notar que a vocalização dos anfíbios está diretamente ligada ao seu período reprodutivo. Assim, Lima et al. (2006, pp. 25-24) explicam que “a maioria dos cantos produzidos pelos sapos é usada para cortejo” e que, por exemplo, “as rãs fossoriais *Synapturanus mirandariberoi* e *S. salseri* podem ser ouvidas vocalizando em túneis no subsolo durante chuvas fortes durante todo o ano. De fato, elas podem usar os trovões como um sinal de aproximação de uma tempestade . . .”. Conforme esses autores, “. . . a chuva e a consequente disponibilidade de corpos d’água e sítios terrestres com alta umidade atmosférica são provavelmente os fatores ambientais que influenciam a reprodução de muitos sapos”.

Também foi mencionado que pássaros e insetos indicam a aproximação do inverno, conforme narrado pelo agricultor (41 anos, comunicação pessoal, 2019) que citou a cigarra e o pássaro cauã: “a cigarra canta no pau seco é verão”; “tem um passarinho chamado coã, se ele cantar no pau seco é verão, se ele cantar no pau verde é inverno”. Outro agricultor (42 anos, comunicação pessoal, 2019) relatou ter perdido sua roça do ano anterior e expôs o ensinamento de seu pai, que atualmente não utiliza mais:

A saracura, um pássaro daqui da região. Quando ela começa a cantar pela parte da manhã, no município aqui, eles diz: – Olha! Tá próxima a chuva... Ela continuava sempre cantando, né? Aí, ele dizia: – Tá próxima a chuva! Aí, a gente aprende com ele [seu pai]. Eu aprendi com ele... Hoje, está mais pela palavra de Deus. Só Deus que sabe todas as coisas...

O agricultor e pescador (53 anos, comunicação pessoal, 2019) afirmou que sua mãe também observava a vocalização e o comportamento da saracura como bioindicador do inverno:

⁹ “El tiempo del sapo se llama así por el canto de este animal, que define el inicio de un invierno o final de un verano” (Rodriguez & van der Hammen, 2014, p. 92).

¹⁰ “Cuando los sapos (*Bufo bufo* y *Bufo calamita*) salen a los caminos es que pronto va llover” (Mesa Jimenez et al., 1997, p. 104).

Aí, ele canta sempre assim de madrugada, cinco horas, né?
Aí, a mamãe: – Olha! A saracura tá cantando, meu filho...
Tá pra chover, tem que queimar o roçado. O seu roçado...
Vai lá, se tiver bem seco, taca fogo, que já tá pra chover.

Similarmente aos sapos, pássaros como o cauã (*Herpetotheres cachinnans*) e o tetéu (*Vanellus chilensis*) indicam a chegada das chuvas em outras regiões brasileiras (Araujo et al., 2005; Magalhães, 1952; Marques, 1998, 2000). Na Zâmbia, por exemplo, as pessoas preveem chuvas a partir do grito das cigarras. Para elas, quanto mais alto o som, mais chuva se espera (Mbata, 1999 citado em Sumi, 2018, p. 1300). Analogamente, para os indígenas da Amazônia colombiana, “os insetos, como a cigarra, com suas populações enormes e seus fortes cantos, marcam também uma época de verão para o início do ano, apontada como verão de cigarra por todas as comunidades indígenas”¹¹ (Rodríguez & van der Hammen, 2014, p. 92, tradução nossa). Pellegrino (2011, pp. 15-14) afirma que “tempestades acompanhadas por diferentes combinações de ventos, chuvas, variações bruscas de temperatura e de radiação solar são manifestações climáticas frequentemente associadas com queda na pressão atmosférica”. Essa autora acrescenta que “os insetos podem detectar mudanças relacionadas à queda de pressão atmosférica, podendo indicar chuva”.

Houve, ainda, recordações de práticas transmitidas (não necessariamente utilizadas), sem conexões de causa e efeito aparente, ligadas a crenças cristãs, conforme a seguinte narração:

O papai fazia uma experiência no sal. Fazia as bolinhas do sal e colocava assim na quina da tábua. Acendia lá uma vela. Mas eu num sei se é dia de Santa Luzia e lá ele me chamava e escorria. O mês que ia chover... Escorria e o mês que não ia chover não escorria. E acontecia mesmo... Mês de maio às vezes escorria muito, às vezes... – Mês de maio vai ser forte! O papai... Ele não contava pra ninguém, ele falava só pra mim... (agricultor, 41 anos, comunicação pessoal, 2019).

Euclides da Cunha, em 1902, em sua obra “Os sertões”, já relatara o uso pelo sertanejo das pedras de sal no dia de Santa Luzia:

... E espera, resignado, o dia 13 daquele mês. Porque em tal data, usança avoenga lhe faculta sondar o futuro, interrogando a Providência. É a experiência tradicional de Santa Luzia. No dia 12 ao anoitecer expõe ao relento, em linha, seis pedrinhas de sal, que representam, em ordem sucessiva da esquerda para a direita, os seis meses vindouros, de janeiro a junho. Ao alvorecer de 13 observa-as: se estão intactas, pressagiam a seca; se a primeira apenas se deliu, transmutada em aljôfar límpido, é certa a chuva em janeiro; se a segunda, em fevereiro; se a maioria ou todas, é inevitável o inverno benfazejo ... (E. Cunha, 1984 [1902], p. 59).

Bioindicadores como o momento da floração da laranjeira e do café também foram colocados pelos entrevistados como um sinal de que ‘o inverno chega pra ficar’. Mesquita (2012, p. 65), em seus estudos com habitantes do alto Juruá, encontrou várias falas que expuseram as mudanças na floração de algumas árvores da mata, indicando a chegada do verão. Ainda, a observação do volume do leito do rio mostraria a chegada do inverno, segundo relatos de um dos pescadores.

Desse modo, do universo de 18 entrevistados, entre pescadores/as e/ou agricultores/as, nove pessoas, ou seja, 50%, narraram saberes sobre predição de tempo a médio prazo. Destes, aproximadamente 88%, a grande maioria, relataram perceber a chegada do inverno associada a indicadores fotometeorológicos e/ou astronômicos. Os bioindicadores corresponderam à segunda categoria mais utilizada para prever a chegada dessa estação do ano (aproximadamente 66%), sendo os mais utilizados para prever o verão (22,22%). Outros sinais, categorizados como hidrológicos e crenças religiosas, disseram respeito a apenas 11,11% para prever o período chuvoso, conforme descrito na Tabela 4.

¹¹ “Los insectos como la chicharra, con sus poblaciones enormes y sus fuertes cantos, marcan también una época de verano hacia principios del año, señalada como verano de chicharra por todas las comunidades indígenas” (Rodríguez & van der Hammen, 2014, p. 92).

Tabela 4. Quantitativo do uso de (etno)previsão do tempo a médio prazo, de acordo com o indicador e a estação do ano. Legenda: * = contribuição de nove pessoas que usam ou não mais de um indicador.

Indicador	Inverno		Verão	
	n*	%	n*	%
Fotometeorológicos e astronômicos	8	88,88	1	11,11
Bioindicadores	6	66,66	2	22,22
hidrológicos	1	11,11		
Pedológicos			1	11,11
Experiências religiosas	1	11,11	1	11,11

PERCEPÇÕES DE MUDANÇAS E/OU DE VARIABILIDADE NO CLIMA E NO MEIO ECOLÓGICO

Um aspecto importante do clima é, sem dúvida, sua variabilidade, que se manifesta em distintas escalas de tempo e espaço e se caracteriza por flutuações frequentes em torno das médias climatológicas. Também, a mudança climática estaria relacionada a câmbios extremos nos regimes de chuva e temperatura, mas se caracterizaria por anomalias significativas no padrão de eventos atmosféricos, ou seja, no estado médio do clima ou de sua variabilidade por longos períodos. Porém, “cada cultura tem diferentes formas de conhecer, interpretar, perceber, representar, atuar e reacionar frente ao tempo atmosférico”¹² (Ulloa, 2014, p. 18, tradução nossa). Nesse sentido, López (2011, p. 496, tradução nossa) afirmou que:

... o clima é antes de tudo o resultado da forma com que os indivíduos percebem, se apropriam e interpretam os eventos meteorológicos e climáticos que ocorrem ao seu redor. Portanto, o conceito de clima é uma construção cultural que se elabora a partir de processos materiais e simbólicos, e que denota aspectos culturais, espaciais e históricos¹³.

No quilombo, percepções de ‘anomalias climáticas’ sazonais foram expressas, expondo sentimentos de mudanças

ou variações nos padrões do clima local. Desse modo, o plantio estaria sendo afetado pela dificuldade de antecipar a chegada da época chuvosa, advertido pela desorientação das pessoas com relação ao período habitual de inverno e verão. Assim, um fenômeno tido como atípico foi o início do inverno em meados do mês de novembro de 2018, incorrendo em anomalia para alguns (principalmente aqueles com idade inferior a aproximadamente 60 anos) e relatado como algo que ocorria em sua infância ou juventude, na época de seus antepassados, de quem aprenderam que o roçado deveria ser preparado até o dia 15 de novembro, tido como marcador do início do inverno por outros (com mais de 60 anos).

Nesse sentido, um agricultor (78 anos, comunicação pessoal, 2019) afirmou que aprendeu dos antigos que o roçado deveria ser queimado até o dia 15 de novembro, narrando que:

Antes, dos mais velhos, assim que eu cheguei aqui, se você não queimasse seu roçado até pelo dia 15 de novembro, já ia de ficar dificultoso pra queimar, porque o inverno chegava cedo. Olha, no ano passado, foi um ano que ficou muito roçado sem queimar, porque o povo já tava naquele costume, porque teve um verão muito forte, foi fazer inverno já em fevereiro. Aí, eles... Se despreocuparam. Só quem queimou por aqui foi eu, o [cita o agricultor de 69 anos], pouca gente. Quem tem roçado do ano passado... De mandioca já...

¹² “Cada cultura tiene diferentes formas de conocer, interpretar, percibir, representar, actuar y reaccionar frente al tiempo atmosférico y a los fenómenos y cambios climáticos, las cuales están ligadas a concepciones culturales particulares, situadas en lugares específicos” (Ulloa, 2014, p. 18).

¹³ “... el clima es ante todo el resultado de la forma en que cada individuo percibe, se apropia e interpreta los eventos meteorológicos y climáticos que ocurren a su alrededor. Por lo tanto, el concepto de clima es una construcción cultural que se elabora a partir de procesos materiales y simbólicos, y que denota aspectos culturales, espaciales e históricos” (López, 2011, p. 496).

A agricultora (63 anos, comunicação pessoal, 2019) corroborou a afirmação ora mencionada, enfatizando o que aprendeu de sua mãe. Colocou o desmatamento como principal motivo de ‘mudança’ do clima local: “Antes era assim, até dia 15. Depois do dia 15 já esperava inverno. Aí, depois, eu acho que com a desmatção e tudo, né? Já ficou fazendo verão mês de dezembro, janeiro... Às vezes, já ia chover em fevereiro”. Também relatou variabilidade no calendário das chuvas, o que teria prejudicado o plantio da maioria dos agricultores:

Só que o ano passado, como o povo já tava acostumado nisso, deixaram pra botar roçado já no mês de novembro, dezembro, só que não queimaram, porque o inverno começou em novembro, como era antes. Pouca gente, é conferido as pessoas que queimou... Os mais velho que são mais cuidadoso pra colocar mais cedo. Até janeiro queimava. Aí, esse ano passado... Deu um susto... Era muita chuva. Num tinha quase verão pra cá não, era mais era chuva (agricultora, 63 anos, comunicação pessoal, 2019).

Essa visão de variabilidade foi reafirmada pela narrativa de outro agricultor (81 anos, comunicação pessoal, 2019), o qual enfatizou: “a gente botava em setembro o roçado, pra queimar antes de janeiro. Às vezes, era sempre provável, quando o inverno não começava dia de finado, mas... Num demorava nadinha”.

O agricultor (42 anos, comunicação pessoal, 2019) que não perdeu a roça afirmou que o ‘descontrole’ do comportamento das estações do ano interferiu no planejamento das atividades da maioria dos agricultores do quilombo que não preparou seus roçados em tempo hábil, conforme relatou: “hoje em dia, o tempo já tá meio descontrolado, a gente num sabe quando é que vai começar o inverno, né? Aí, a gente já fica... No caso, muita gente perdeu a roça... Por causa disso, eu fui esperto, porque eu tava caçando e eu vi... Na beira do rio [Ele ouviu o coaxar dos sapos]”. Outro agricultor (41 anos, comunicação pessoal, 2019), que, apesar de não ter plantado devido à perda da janela de plantio causada pela ‘antecipação’ do período chuvoso (esperado por ele

somente a partir do mês de janeiro), descreveu: “eu nunca tinha visto. Geralmente chegavam umas chuvazinhas logo no começo do inverno, mas davam um tempo. Mas os nossos antigos mesmo, eles diziam pra queimar roçado até o dia 15 de novembro, depois é por conta de Deus”. Segundo sua reflexão, o aumento da temperatura não é decorrente da mudança no clima, e sim da desflorestação. Dessa forma, expôs que “foi o desmatamento, seca, queimada mesmo . . . não foi o tempo que esquentou mais, foi a devastação mesmo”. Comentou que havia igarapés que teriam secado, afirmando sobre esse fato que:

O igarapé eu chegava lá e pulava de frechada. Hoje não tem como. Tá seco, acabado, abandonado! Tem a casa de forno lá, não funciona... Não funciona porque agora não tem água. O igarapé era uma maravilha. A gente não tem é relatos fotográficos da época. Tem de agora. Mas eu me lembro assim, na mente eu sei como era tudinho (agricultor, 41 anos, comunicação pessoal, 2019).

O agricultor (78 anos, comunicação pessoal, 2019) recordou ser o igarapé chamado Paruru o que foi mencionado pela agricultora de 63 anos: “Secou... E era muito bonito lá, muito bonito, mas também... É só um lavado lá, não tem mais uma árvore! Ainda tem parece que uma ilha de mato lá, mas de vez em quando entra gente pra querer derrubar”.

Esse igarapé era drenado pelo rio Guamá e, uma vez que foi assoreado, teria deixado apenas um rastro de lama no local, especialmente no período chuvoso, quando as águas do rio se elevam. Apesar de tentativas de recuperação, como a construção de uma barragem, ainda não teriam obtido sucesso. O agricultor (41 anos, comunicação pessoal, 2019) apontou como causa do assoreamento as atividades de seixeiros e olarias (por conta da extração da argila) e do desmatamento. Para ele, essas mudanças em seu meio ecológico, apesar de interferirem no microclima do território quilombola, uma vez que afirmou perceber temperaturas mais elevadas (ao menos dentro de sua casa), não estariam exatamente associadas às mudanças no padrão do clima, pois reconhece que os

antigos já teriam vivenciado comportamento semelhante. Para ele, a causa seria o desflorestamento, a devastação e as queimadas na área.

Uma das entrevistadas (42 anos, comunicação pessoal, 2019) relatou que, no ano anterior, não chegou nem a queimar a roça pelo adiantado das chuvas e afirmou: “a gente fiquemo esperando chegar mais perto de dezembro, né? Aí foi que a chuva começou em novembro, aí todo mundo se atrasou”. Com relação ao ‘tempo’ de seus pais, expôs que tanto a paisagem como o ‘tempo’ atmosférico e o ‘tempo’ de pôr a roça eram distintos, segundo narrou:

Nesse tempo também, aqui pra onde nós trabalha era muito diferente porque era muito sombrio e as árvores eram muito grande, e hoje não, elas já são mais pequena, né? Naquele tempo, tinha que botar o roçado mais antes, porque passava mais tempo pros paus murcharem... E agora não, a gente tem isso, botando, quando é com dez dias, 15 dias, já tá bom de botar fogo (agricultora, 42 anos, comunicação pessoal, 2019).

A agricultora prosseguiu ponderando sobre a desorientação das estações do ano e sua influência na floração das plantas, afirmando estarem distintas: “pra cá, né? Foi misturado o verão com inverno. Com muita chuva, quer dizer... É difícil... Quando chove assim elas botam a flor já diferente”. E concluiu: “Eu acho que tem uma diferença sim, porque tem muita gente que fala que aonde tá descampado o sol habita mais, faz mais quente. E naquele tempo não”.

Outros/as dos/as que participaram da pesquisa relacionaram alterações percebidas às mudanças climáticas a entendimentos abstraídos de notícias difundidas pelos meios de comunicação. Nesse sentido, o agricultor (81 anos, comunicação pessoal, 2019) conjecturou: “isso aí é porque o pessoal tão acabando com as mata né? Aí, vai mudando o clima. Já tem até estrangeiro se preocupando com o Amazonas, né? A gente assiste no jornal. A natureza se vinga...”.

Do mesmo modo, outro agricultor (69 anos, comunicação pessoal, 2019) também ‘percebeu’ alterações relativas à chegada e à intensidade do inverno: “eu tô

achando que tá chovendo mais agora que antes. Eu tô com 69 anos, nunca tinha visto... Este ano choveu muito! Todo mundo se admirou”. Ele afirmou não perder um programa jornalístico apresentado durante a madrugada: “Tô achando que o tempo tá mudando muito. Dá muita coisa que passa contando no meio do mundo”. Uma agricultora (68 anos, comunicação pessoal, 2019) relatou como causa de mudanças no clima, além do desmatamento, profecias relacionadas ao ‘fim das épocas’ narradas por antepassados que se manifestariam em câmbios climáticos: “eu acho que, pelos velho, diziam assim pra gente: que por fim das época, tudo ia acontecer. Aquilo que nunca tinha acontecido ia acontecer. Então, eu acho que... é isso... os início dessas coisa que tá vindo, né?”. Refletiu sobre o calor, que, segundo ela, estaria “acima do que era antes”. Concluiu, no entanto, que: “Também num era muito descampado e agora é mais descampado...”.

Uma das agricultoras (43 anos, comunicação pessoal, 2019) contou perceber que chove mais atualmente e que ‘antes’ chovia menos e fazia mais frio. Sempre no verão, sente que faz muito frio e, no inverno, faz calor. Ela e seu esposo perderam a roça no ano anterior porque o inverno chegou mais cedo, no dia 26 de novembro. Ele, agricultor de 42 anos, assegurou que o inverno chegava em janeiro, mas, no ano passado (2018), chegou em novembro e, em 2019 (ano da pesquisa), em meados de dezembro ainda não havia chegado. Ele, assim como a agricultora de 68 anos, ora mencionada, atribuiu tais mudanças ‘ao fim dos tempos’:

Eu tenho aprendido sobre a palavra de Deus. O próprio Jesus, ele nos ensina na palavra que, no final dos tempos, o sol ele ia baixar mais, e isso também é ciência, né? Os estudiosos da ciência sabe disso, né? O verão ou o inverno ia ficar mais curto. O tempo, ele ia passar mais rápido e a gente tá percebendo isso, né? Então, já houve muita mudança sim. Eu tenho sentido que isso tá acontecendo. O tempo tá mudando sim, com certeza. Tá ficando mais quente. Nos últimos dia, tem chovido muito, né? Ele mudou muito de uns dias pra cá. Inclusive este ano, o inverno chegou mais cedo, né? E mais forte de que alguns já uns oito a dez anos, né? Que tem acontecido isso e veio acontecer agora... (agricultor, 42 anos, comunicação pessoal, 2019).

Já para o pescador de 74 anos, mudanças no tempo teriam sido observadas a partir da diminuição dos recursos pesqueiros, comparado ao tempo de sua infância, lamentando em seu relato:

O clima todo é mudado, é... Eu pesco há 50... 60 anos... Comecei a pescar com oito anos. Naquele tempo, tinha muita fartura. Eu tava com 5, 6 anos de idade... O futuro hoje tá muito fracassado, né? Então, como eu falei, no inverno, muita fartura de peixe, o rio baixou, calhou o peixe. O peixe desce, né? Já na época que eu me criei, não, cansei de sair onze horas de casa, meio-dia chegava. U'mora dessas tava em Ourém, com 25, 28 quilos de peixe vendendo, dava pros meu pais, dava pra minha sogra, meu sogro. Ficava peixe pra comer, né? E hoje ninguém... ninguém faz isso, nem no... Como que faço... Nunca mais... (pescador, 74 anos, comunicação pessoal, 2019).

Os diálogos apresentados corresponderam à opinião de 11 pessoas que discorreram sobre suas percepções a respeito de eventos que remeteriam a possíveis mudanças ou variabilidades em torno do clima. Destes, 36,36% demonstraram ter vivido – ou saber pelos seus ‘antigos’ – acontecimentos a exemplo das chuvas que teriam se antecipado no ano de 2018, como já havia ocorrido e que estava voltando a ocorrer de modo semelhante, logo, passível de padrão de variabilidade climática. E 72,72%, corroboraram a ocorrência das mudanças climáticas. Metade destes possui uma média de 40 anos de idade. Duas pessoas com mais de 60 anos também disseram perceber mudanças, ainda que relacionadas, em parte, à divulgação advinda dos telejornais. Um destes agricultores (81 anos), inclusive, observou tendências para ambas as percepções.

Arguez e Vose (2011, p. 699) discorreram que a Organização Meteorológica Internacional (OMI), precursora da Organização Meteorológica Mundial (OMM), já preconizava uma definição do clima como resultado de uma média de trinta anos das condições atmosféricas, que seriam decorrentes da síntese das variáveis meteorológicas que o compõem, tais como: precipitação, temperatura, pressão atmosférica, umidade, vento e radiação solar. Se atentarmos para o que preconizava a OMI (atual OMM)

sobre essa definição, apenas pessoas com cerca do dobro de idade correspondente aos trinta anos poderiam ter experiências com relação a repetições do padrão climático (conforme entendido pela ciência formal). Nesse aspecto, a memória e a transmissibilidade de saberes ‘assuem’ um papel essencial, uma vez que conhecimentos e percepções podem sofrer atualizações, com base em influências e experiências mais recentes. Nesse sentido, Santos Junior (2014, p. 79) atenta para percepções que seriam imputadas às mudanças no clima pelo senso comum, as quais poderiam tornar-se “. . . passíveis, portanto, de uma apropriação nos termos de uma experiência imediata de ‘leigos’ [sic]”, pois, “quando se fala assim em mudanças climáticas, trata-se de transformações numa escala de tempo de muitos anos a várias décadas ou mais . . .”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo investigou o uso (ou não) das práticas e conhecimentos populares ou tradicionais sobre predições ou diagnóstico de fenômenos atmosféricos a curto e médio prazos, bem como percepções sobre mudança e/ou variabilidade climática dos habitantes do quilombo Mocambo, em Ourém, Pará. A partir dos diálogos expostos, verificou-se que, na maioria dos casos apresentados, os/as saberes/práticas pesquisados/as também são (ou foram) utilizados em outros ambientes (como no sertão nordestino) e outras culturas – como a indígena, ibérica e africana –, de acordo com o encontrado na literatura. Muitos, apesar de não expressarem saberes ou conhecimentos naturais e climáticos próprios, revelaram que seus ‘antigos’ detinham esse conhecimento e que esses saberes e seus usos foram ensinados por meio da tradição oral e da observação de elementos da natureza. Isso leva a crer que a ancestralidade seria um elemento determinante para uso de análises e prognósticos em Mocambo. Contudo, há que se considerar que a carência em habilidades digitais, especialmente para os mais idosos, bem como o acesso a computadores, por exemplo, sejam fatos que poderiam favorecer a permanência da prática

de não aceder às previsões de órgãos oficiais, ainda que para corroborar ou complementar as suas (e vice-versa). Ademais, esta prática não seria fomentada por esses órgãos em comunidades como as quilombolas. Ainda, nem todos têm aparelhos, como televisores e antenas, que lhes permitam aceder a previsão do tempo exibida em telediários, e os que os têm apresentaram nela pouca confiança, pois são apresentados em escala regional, e não local. Observou-se que algumas das técnicas por eles utilizadas não foram necessariamente incompatíveis com conhecimentos obtidos pela ciência formal, apesar de se fundamentarem, sobretudo, em conhecimentos empíricos antigos e/ou intuitivos.

De um modo geral, pode-se inferir que houve considerável desuso ou atualizações de experiências mais recentes, dos saberes ou práticas populares, transmitidas ou aprendidas dos antepassados dos moradores entrevistados do quilombo Mocambo, bem como houve certa desconexão com seu meio natural. Essa perda e/ou desconexão se refletiu, por exemplo, na perda da safra do ano de 2019, em que a maioria dos agricultores não preparou a terra antes do inverno 'amazônico/paraense', em 2018, com impactos em sua renda e hábito alimentar. Muitas podem ser as causas para que tais práticas sejam raramente (ou não) utilizadas, mas pôde-se constatar, a partir dos relatos, que aqueles (poucos) que dela lançaram mão como ferramenta de predição se abstiveram do mesmo destino dos que não as observaram. Destarte, em face à vulnerabilidade socioambiental a que a comunidade parece estar exposta, considera-se que a valorização de seus conhecimentos, saberes ou práticas populares certamente contribuirá para a prevenção e a mitigação dos impactos provocados por variações, anomalias ou alterações do tempo e do clima. Tal valorização não deveria ser desconsiderada ou estar dissociada do conhecimento científico formal e das discussões climáticas, que vêm ocupando o centro dos debates globais e no qual a Amazônia e suas populações tradicionais também estão inseridas.

REFERÊNCIAS

- Abbeville, d', C. (1995). *Histoire de la mission des Pères Capucins en l'île du Marignan et terres circonvoisines ou est traité des singularités admirables & des mœurs merveilleuses des indiens habitants de ce pays*. Gallica.
- Afonso, G. B. (2006). Mitos e estações no céu Tuipi-Guarani. *Scientific American Brasil* 14, 46–55. <https://sciam.com.br/mitos-e-estacoes-no-ceu-tupi-guarani/>
- Afonso, G. B. (2009, julho). Astronomia indígena. *Anais da 61ª Reunião Anual da SBPC*. http://www.sbpnet.org.br/livro/61ra/conferencias/co_germanoafonso.pdf
- Agrawal, A. (2014). Indigenous and scientific knowledge: some critical comments. *Antropologi Indonesia*, (55). <http://doi.org/10.7454/ai.v0i55.3331>
- Araujo, H. F. P. de, Lucena, R. F. P. de, & Mourão, J. S. (2005). Prenúncio de chuvas pelas aves na percepção de moradores de comunidades rurais no município de Soledade-PB, Brasil. *Interciencia*, 30(12), 764–69. http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0378-18442005001200008&lng=pt&nrm=iso
- Arguez, A., & Vose, R. S. (2011). The definition of the standard WMO climate normal: the key to deriving alternative climate normals. *Bulletin of the American Meteorological Society*, 92(6), 699–704. <https://doi.org/10.1175/2010BAMS2955.1>
- Bastos, S., & Fuentes, M. C. (2015). O uso da etnoclimatologia para a previsibilidade de chuvas no município de Retiro-lândia-BA. *Revista do CERES*, 1(2), 176–183. <https://periodicos.ufrn.br/Revistadoceres/article/view/15127>
- Bharara, L. P., & Seeland, K. (1994). Indigenous knowledge and drought in the arid zone of Rajasthan: weather predictions as a means to cope with hazardous climate. *Internationales Asienforum*, 25(1–2), 53–71. <https://crossasia-journals.ub.uni-heidelberg.de/index.php/iaf/article/download/1555/1527/>
- Camós, E. C. (2004). *Debates acerca de la antropología del tempo* (Estudis D'antropologia Social I Cultural, n. 10). Edicions Universitat Barcelona.
- Carneiro, E. (1958). *O quilombo dos Palmares* (2 ed.). Brasileira.
- Castro, E. (2002, maio). Terras de preto entre igarapés e rios. *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade*.
- Chambers, L. E., Plotz, R. D., Dossis, T., Hiriasia, D. H., Malsale, P., Martin, D. J., Mitiepo, R., Tahera, K., & Tofaeono, T. I. (2017). A database for traditional knowledge of weather and climate in the Pacific. *Meteorological Applications*, 24(3), 491–502. <https://doi.org/10.1002/met.1648>

- Chang'a, L. B., Yanda, P. Z., & Ngana, J. (2010). Indigenous knowledge in seasonal rainfall prediction in Tanzania: a case of the South-western Highland of Tanzania. *Journal of Geography and Regional Planning*, 3, 66–72. <http://hdl.handle.net/10625/48748>
- Cordeiro, C. A. D. C., & Madeira, A. B. (2003). A emigração açoriana para o Brasil (1541-1820): uma leitura em torno dos interesses e vontades. *Arquipélago-Revista da Universidade dos Açores*, 7, 99-122. <http://hdl.handle.net/10400.3/384>
- Cruz, E. (1963). *História do Pará* (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Vol. 2). Universidade Federal do Pará.
- Cunha, E. (1984) [1902]. *Os sertões*. Três.
- Cunha, G. R. (1997). *Meteorologia: fatos & mitos*. Embrapa-CNPQ.
- Dewes, J. O. (2013). *Amostragem em bola de neve e respondent-driven sampling: uma descrição dos métodos* [Monografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
- Faulhaber, P. (2004). As estrelas eram terrenas: antropologia do clima, da iconografia e das constelações Ticuna. *Revista de Antropologia*, 47(2), 379–426. <https://doi.org/10.1590/S0034-77012004000200002>
- Faulhaber, P. (2012). Examinando el conocimiento indígena sobre agrupamientos de estrellas del cielo en registros etnográficos. In *Conocimientos astronómicos indígenas* (pp. 135-148). Primera Escuela Interamericana de Astronomía Cultural.
- Fernández-Llamazares, Á., García, R. A., Díaz-Reviriego, I., Cabeza, M., Pyhälä, A., & Reyes-García, V. (2017). An empirically tested overlap between indigenous and scientific knowledge of a changing climate in Bolivian Amazonia. *Regional Environmental Change*, 17(6), 1673-1685. <https://doi.org/10.1007/s10113-017-1125-5>
- Figueiró, C. C., & Renk, A. A. (2019). Percepções intergeracionais de agricultores familiares sobre a produção de alimentos e sustentabilidade. *Desenvolvimento Rural Interdisciplinar*, 2(1), 50-78. <https://seer.ufrgs.br/revpgdr/article/view/94603>
- Gov.br. (2019, janeiro 1). Solicitação de Seguro Desemprego do Pescador Artesanal – SDPA “Seguro-Defeso”. [site]. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/aquicultura-e-pesca/pesca/periodo-defeso>
- Gov.br. (2020, fevereiro 2). Entenda como funciona o Programa de Aquisição de Alimentos. [site]. <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2020/01/entenda-como-funciona-o-programa-de-aquisicao-de-alimentosGov.br>. (2022, junho 26).
- Handmer, J., & Iveson, H. (2017). Cyclone pam in vanuatu: learning from the low death toll. *Australian Journal of Emergency Management*, 32(2), 60–65. <https://ajem.infoservices.com.au/items/AJEM-32-02-22>
- Instituto de Terras do Pará (ITERPA). (2012). *Título de reconhecimento de domínio coletivo*. http://portal.iterpa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/26._mocambo.pdf
- Lammel, A., Goloubinoff, M., & Katz, E. (Orgs.). (2008). *Aires y lluvias. Antropología del clima en México*. Centro de Estudios Mexicanos y Centroamericanos.
- Lima, A. P., Magnusson, W. E., Menin, M., Erdtmann, L. K., Rodrigues, D. J., Keller, C., & Hödl, W. (2006). *Guia de Sapos da Reserva Adolpho Ducke, Amazônia Central*. Attema.
- López, N. M. (2011). Reflexiones sobre la perspectiva cultural en las políticas de cambio climático en Colombia: un acercamiento al análisis cultural y espacial de las políticas públicas. In A. Ulloa (Org.), *Perspectivas culturales del clima* (pp. 495–527). Universidad Nacional de Colombia.
- Lucero, F. G. (2012). *Riesgos ambientales, dinámica climática y estrategias de adaptación. El caso de la Pedanía La Carlota, Departamento Juárez Celman (Cba.)*. [Trabajo Final de Licenciatura, Universidad Nacional de Río Cuarto].
- Magalhães, J. (1952). Previsões folclóricas das secas e dos invernos no nordeste brasileiro. *Revista do Instituto do Ceará*, 66, 253-268.
- Mahoo, H., Mbungu, W., Yonah, I., Recha, J., Radeny, M., Kimeli, P., & Kinyangi, J. (2015). *Integrating indigenous knowledge with scientific seasonal forecasts for climate risk management in Lushoto district in Tanzania* (Working Paper, no. 103). CGIAR Research Program on Climate Change, Agriculture and Food Security (CCAFS).
- Malinowski, B. (2018). *Argonautas do pacífico ocidental*. Ubu Editora.
- Marin, R. E. A., & de Castro, E. M. R. (2009). Mobilização política de comunidades negras rurais. Domínio de um conhecimento praxiológico. *Novos Cadernos NAEA*, 2(2), 76-106. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v2i2.110>
- Marques, J. G. W. (1998). Do canto bonito ao berro do bode: percepção do comportamento de vocalização em aves entre camponeses alagoanos, *Revista de Etologia*, (n. especial, 1998), 71–85. http://www.etologiabrasil.org.br/media/upload/publicacoes_revista/edicao-especial-1998_071.pdf
- Marques, J. G. W. (2000). *Da gargalhada ao pranto: inserção etnoecológica da vocalização de aves em ecossistemas rurais de Brasil* [Tese de Progressão Universidade Estadual de Feira de Santana].
- Maués, R. H. (1967). Origens históricas da cidade de Bragança. *Revista de História*, 35(72), 377-392. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1967.126795>
- Mbata, K. J. (1999). Traditional uses of arthropods in Zambia: Medicinal and miscellaneous uses. *Ethnobiology*, 25(1), 93-114.

- Mesa Jimenez, S., Delgado Hierro, A. B., & Blanco Castro, E. (1997). Ritos de lluvia y predicción del tiempo en la España mediterránea. In M. Goloubinoff, E. Katz, A. Lammel (Orgs.), *Antropología del clima en el mundo hispanoamericano* (pp. 93–126). Abya-Yala.
- Mesquita, E. (2012). *Ver de perto pra contar de certo: as mudanças climáticas sob os olhares dos moradores da floresta* [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas].
- Nedelcheva, A., & Dogan, Y. (2011). Usage of plants for weather and climate forecasting in Bulgarian folk traditions. *Indian Journal of Traditional Knowledge*, 10(1), 91–95.
- Nobre, C. A., Obregón, G. O., Marengo, J. A., Fu, R., & Poveda, G. (2009). Characteristics of Amazonian climate: main features. *Amazonia and Global Change*, 186, 149–162. <https://doi.org/10.1029/2009GM000903>
- Nogueira, M. M. T., & Silva, D. P. da. (2015). Prenúncio de chuvas por animais na visão de moradores da zona rural do município de Cuité-PB, Brasil. *Anais do V Congresso Nordestino de Biologia*. <http://congresso.rebibio.net/congrebio2015/trabalhos/pdf/congrebio2015-et-05-001.pdf>
- Orlove, B., Roncoli, C., Kabugo, M., & Majugu, A. (2011). Conocimiento climático indígena en el sur de Uganda: múltiples componentes de un sistema dinámico regional. In A. Ulloa (Org.), *Perspectivas culturales del clima* (pp. 183–222). Universidad Nacional de Colombia.
- Parker, C., Scott, S., & Geddes, A. (2019, julho). *Snowball sampling*. In P. Atkinson, S. Delamont, A. Cernat, J. W. Sakshaug & R. A. Williams (Eds.). SAGE Research Methods Foundations. <https://dx.doi.org/10.4135/9781526421036831710>
- Pellegrino, A. C. (2011). *Influência da pressão atmosférica no comportamento sexual dos insetos* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo].
- Plotz, R. D., Chambers, L. E., & Finn, C. K. (2017). The best of both worlds: a decision-making framework for combining traditional and contemporary forecast systems. *Journal of Applied Meteorology and Climatology*, 56, 2377–2392. <https://doi.org/10.1175/JAMC-D-17-0012.1>
- Professores e alunos da Escola Maria Epifânia dos Santos. [n. d.]. *Album do projeto arte, cultura e identidade para a diversidade étnico racial*. 26. Quilombo Mocambo, Ourém, Pará, PA, Brasil.
- Rodriguez, C. A., & van der Hammen, M. C. (2014). Cuando el tiempo no hace caso: la memoria profunda de los eventos climáticos extremos y adaptación al cambio climático en comunidades indígenas de la Amazonia colombiana. In R. Lara & R. Vides-Almonacid (Orgs.), *Sabiduría y adaptación: el valor del conocimiento tradicional en la adaptación al cambio climático en América del Sur* (pp. 81–99). UCN-Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza y de los Recursos Naturales.
- Rosa, M., & Orey, D. C. (2014). Interlocuções polissêmicas entre a etnomatemática e os distintos campos de conhecimento etno-X. *Educação em Revista*, 30(3), 63–97. <https://doi.org/10.1590/S0102-46982014000300004>
- Rudnev, V. (2002). Ethnometeorology: a modern view about folk signs. In E. Katz, A. Lammel & M. Goloubinoff (Orgs.), *Entre ciel et terre: climat et sociétés* (pp. 183–87). Institut de recherche pour le développement (IRD)/Ibis Press.
- Salles, V. (1971). *O negro no Pará, sob o regime da escravidão* (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo). Fundação Getúlio Vargas/Universidade Federal do Pará.
- Santos Junior, R. A. O. (2014). Notas sobre o dualismo sociedade/natureza e o papel das ciências sociais na questão ambiental. In I. C. G. Vieira, P. M. de Toledo & R. A. O. Santos Junior (Eds.), *Ambiente e sociedade na Amazônia: uma abordagem interdisciplinar* (pp. 79–100). Garamond.
- Silva, J. S. da, Andrade, L. S., Souza, A. M. de, & Halmenschlager, F. (2021, agosto). Cultivo da mandioca e produção da farinha no Quilombo Mocambo em Ourém-PA. Transformações e mudanças intergeracionais no tempo e espaço. *Anais do 59º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) e 6º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC)*. <https://even3.blob.core.windows.net/anais/341455.pdf>
- Strauss, S., & Orlove, B. S. (Eds.). (2021). *Weather, climate, culture*. Routledge.
- Sumi, A. (2018). Ethnoecological knowledge of the Sumi tribe of Nagaland: insects as bio-indicators of weather prediction. *International Journal of Multidisciplinary and Current Research*, 6, 1300–1304.
- Tavares, M. G. C. (2008). A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. *Acta Geográfica*, 2(3), 59–83.
- Ulloa, A. (2014). Dimensiones culturales del clima: indicadores y predicciones entre pobladores locales en Colombia. *Batey: Revista Cubana de Antropología Sociocultural*, 6, 17–33.
- Vergolino-Henry, A., & Figueiredo, N. (1990). *A presença africana na Amazônia Colonial: a notícia histórica*. SECULT.
- Vilhena, J. E. S. (2017). *Etnoconhecimento dos fenômenos meteorológicos na Ilha de Santana, Amapá, Brasil* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Amapá].
- World Meteorological Organization (WMO). (1969). *International Cloud Atlas: Abridged Atlas*. World Meteorological Organization.
- Zent, E. L. (2002). La cultura del frailejón y la papa: Desandando los páramos venezolanos1. *La Cultura*, 97(98), 3–27.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

L. S. Andrade contribuiu com conceituação, curadoria de dados, análise formal, aquisição de financiamento, investigação, metodologia, administração de projeto, recursos e escrita (rascunho original, revisão e edição); J. S. da Silva com aquisição de financiamento, investigação, metodologia, administração de projeto, recursos e escrita (rascunho original); C. V. A. Gomes com conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia e escrita (rascunho original, revisão e edição); A. M. de Souza com aquisição de financiamento, investigação, metodologia, administração de projeto, recursos e escrita (rascunho original).

Prácticas mortuorias y manipulación de los cuerpos. Primer análisis tafonómico del sitio Los Tres Cerros 1 (Entre Ríos, Argentina)

Mortuary practices and body manipulation. First taphonomic analysis of the Los Tres Cerros 1 site (Entre Ríos province, Argentina)

Clara Scabuzzo^I  | María Agustina Ramos van Raap^{II,III}  | Bianca Micaela Di Lorenzo^{III}  |

Daniela Selan^{III}  | María del Pilar Rios^{III} 

^IConsejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas. Centro de Investigación Científica y de Transferencia Tecnológica a la Producción. Diamante, Argentina

^{II}Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas. División Arqueología. Diamante, Argentina

^{III}Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Ciencias Naturales y Museo. División Arqueología. Buenos Aires, Argentina

Resumen: El objetivo de este trabajo es profundizar en el conocimiento de las prácticas mortuorias llevadas a cabo en el sitio Los Tres Cerros 1 (Entre Ríos, Argentina), haciendo énfasis en los procesos vinculados con la manipulación intencional de los individuos. Para cumplir con este objetivo, se exponen los resultados del análisis de la preservación de los elementos óseos y del relevamiento de huellas antrópicas. El conjunto bioarqueológico está conformado por los elementos óseos correspondientes a un número mínimo de 35 individuos, enterrados en diversas modalidades de inhumación. Los resultados obtenidos de la aplicación de diferentes índices de preservación mostraron que hubo una perturbación antrópica homogénea del espacio mortuario. Asimismo, el relevamiento de marcas antrópicas indicó la presencia de huellas de corte en el 6,68% de los elementos óseos analizados. Las mismas se registraron en todos los tipos de entierro y en los individuos de ambos sexos y distintos grupos etarios. Asimismo, la localización, la frecuencia y las acciones inferidas para cada uno de los entierros e individuos que integran las inhumaciones evidenciaron que existió variabilidad en la forma de manipulación de los cuerpos.

Palabras clave: Entierros primarios. Entierros secundarios. Huellas de corte. Manipulación de los cuerpos.

Abstract: The aim of this work is to deepen the knowledge of the mortuary practices carried out at the Los Tres Cerros 1 site. We emphasize the processes related to the intentional manipulation of individuals. To accomplish this, we present the results from the analysis of the preservation of bone elements and cut marks. The studied samples come from Los Tres Cerros 1 archaeological site (Entre Ríos, Argentina) and are composed of bone elements corresponding to a minimum number of 35 individuals. The results obtained from the preservation indexes indicate a homogeneous anthropic disturbance of the mortuary space. Likewise, anthropic marks were observed in 6.68% of the analyzed bone elements. These marks were recorded in all burial modalities and in individuals of both sexes and different age groups. Lastly, the results are consistent with a great variability of body manipulation practices.

Keywords: Primary burials. Secondary burials. Cut marks. Body manipulation.

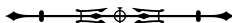
Scabuzzo, C., Ramos van Raap, M. A., Di Lorenzo, B. M., Selan, D., & Rios, M. P. (2022). Prácticas mortuorias y manipulación de los cuerpos. Primer análisis tafonómico del sitio Los Tres Cerros 1 (Entre Ríos, Argentina). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 17(2), e20210042. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0042

Autora para correspondência: Clara Scabuzzo. CONICET, Materi y España, Diamante, Entre Ríos 3105, Argentina (clarascabuzzo@gmail.com).

Recebido em 11/05/2021

Aprovado em 09/12/2021

Responsabilidade editorial: Fernando Ozório de Almeida



INTRODUCCIÓN

La muerte es un hecho biológico universal, sin embargo, la manera en que cada sociedad enfrenta este fenómeno y realiza los rituales mortuorios es particular y depende de distintos factores como los ambientales, sociales, económicos, idiosincráticos y otros que son circunstanciales (Tainter, 1978; Brown, 1981; Carr, 1995; Schroeder, 2001). En este pasaje de la vida a la muerte cada grupo se enfrenta con la tarea fundamental de lograr que el acto social de morir transforme a un ser vivo -con un conjunto de capacidades y relaciones sociales- en una nueva entidad con un nuevo tipo de existencia, que puede ser activa socialmente o solo una memoria (Robb et al., 2015, p. 40). Esta transformación social está acompañada de cambios en el cuerpo de los difuntos. Los seres humanos han desarrollado una gran variedad de formas de modificar los restos de sus antepasados (Robb et al., 2015). Como ejemplo pueden mencionarse prácticas con poca intervención de los cuerpos, como es el entierro inmediato, hasta prácticas que involucran una mayor manipulación, como puede ser la exposición, la cremación, el entierro secundario, la momificación, el consumo, la creación de amuletos o incluso la destrucción del cuerpo (Sprague, 2005; Bello et al., 2016). Algunas de estas prácticas involucran procedimientos que pueden dejar rastros visibles en los huesos humanos como las señales de termoalteración, la individualización de los cráneos, las fracturas *perimortem*, la aplicación de ocre y las huellas de corte relacionadas con un descarnado activo de los cuerpos, entre otros (Strauss, 2016; Solari & Monteiro da Silva, 2017). Es por esto que los análisis tafonómicos de huellas de corte y otras modificaciones antrópicas permiten profundizar en el estudio de las prácticas inhumatorias y la manipulación de los cuerpos llevadas a cabo por los grupos prehispánicos. En este sentido, este tipo de investigación bioarqueológica se orienta a indagar en la esfera de lo ritual y a obtener información sobre las decisiones que los vivos tomaron sobre los muertos. Como se detallará luego, es en relación con esta temática que se contextualiza el presente

trabajo. A partir del relevamiento de huellas antrópicas en un conjunto bioarqueológico del Noreste Argentino (NEA; sitio Los Tres Cerros 1) se busca profundizar en el conocimiento sobre la manipulación de los cuerpos y las prácticas mortuorias de quienes habitaron estas latitudes.

En las investigaciones arqueológicas desarrolladas en el NEA, el estudio de los entierros humanos ha sido central desde los primeros hallazgos a finales del siglo XIX. El interés de los investigadores estuvo dirigido inicialmente a la descripción de cómo habían sido encontradas las inhumaciones, tanto en su disposición, como así también en la presencia de pigmento y objetos asociados. El amplio registro bioarqueológico hasta ahora conocido para el Paraná Medio e Inferior y la cuenca inferior del río Uruguay, evidencia una gran variedad de modos de inhumación. Entre ellos se incluyen entierros primarios, es decir, esqueletos donde la relación anatómica entre las regiones corporales no ha sido afectada culturalmente. Se han documentado esqueletos en distintas posiciones: decúbito dorsal, ventral y lateral extendido o flexionado y en cuclillas. Por otro lado, también se registran entierros secundarios, específicamente, paquetes funerarios simples y múltiples (cuando algunos huesos o todo el esqueleto ha sido desarticulado/s y reorganizado/s culturalmente). Asimismo, se han reportado hallazgos de esqueletos con gran parte de su cuerpo articulado, pero con determinadas regiones anatómicas ausentes y/o reubicación de algunos huesos; por ejemplo, el cráneo ubicado sobre la pelvis o al costado de un brazo. En los espacios inhumatorios de algunos sitios arqueológicos se han hallado también acumulaciones óseas, es decir, un conjunto de huesos humanos asociados espacialmente pero que no siguen un orden aparente como en los paquetes funerarios. Finalmente, en las áreas de entierro junto a otras inhumaciones, se reportan huesos humanos aislados (Torres, 1911; Lothrop, 1932; Gatto, 1939; A. González, 1947; Gaspar, 1950; Schmitz et al., 1972; Caggiano et al., 1978; De Brito & Vulcano, 1985; Echegoy, 1994; Cocco et al., 2004; Cornero, 2009, 2016; Mazza, 2010; Bonomo et al., 2016).

En cuanto a la cronología de este registro bioarqueológico del NEA, los fechados radiocarbónicos disponibles lo ubican entre ca. 2050 (Echegoy, 1994) y 310 años 14C AP (Caggiano & Flores, 2001). Es de destacar que, en la mayoría de los sitios, los espacios mortuorios no se encuentran segregados totalmente de aquellos lugares destinados a las actividades domésticas (para mayor detalle, véase resumen en Ramos van Raap (2018).

En las últimas décadas, como parte de los estudios arqueológicos que el equipo de trabajo desarrolla en el Delta Superior del río Paraná, se está llevando a cabo la excavación de diferentes sitios. Algunos de ellos, además de evidenciar actividades domésticas, funcionaron como lugares elegidos para la inhumación de los cuerpos. Uno de estos sitios arqueológicos es Los Tres Cerros 1 (LTC1; Figura 1), el cual forma parte de la localidad homónima (Victoria, Entre Ríos) compuesta por tres montículos de origen antrópico (Politis et al., 2011; Scabuzzo et al., 2015). LTC1 es el montículo mayor y el más intensamente

trabajado; hasta el momento se han llevado a cabo cinco temporadas de campo entre 2008 y 2019. Como producto de las excavaciones se recuperaron abundantes materiales arqueológicos, incluyendo tientos cerámicos, restos faunísticos y vegetales, artefactos óseos y líticos y entierros humanos (Brea et al., 2013; Bastourre, 2014; Di Prado, 2015; Scabuzzo & Ramos van Raap, 2017). Las ocupaciones en Los Tres Cerros 1 ocurrieron a lo largo del Holoceno tardío, entre 1227 y 560 años AP (Politis et al., 2011). Particularmente, para los entierros humanos se cuenta con siete fechados radiocarbónicos que ubican a los episodios de inhumación entre 650 y 849 años AP (Politis et al., 2011; Scabuzzo et al., 2015). Durante este lapso, el sitio habría sido habitado de manera semipermanente por grupos cazadores-recolectores, pescadores y horticultores vinculados con la entidad arqueológica Goya-Malabrigo (Politis & Bonomo, 2012). Las ocupaciones asociadas con esta entidad se distribuyen geográficamente en la llanura aluvial del río Paraná Medio e Inferior y en la cuenca

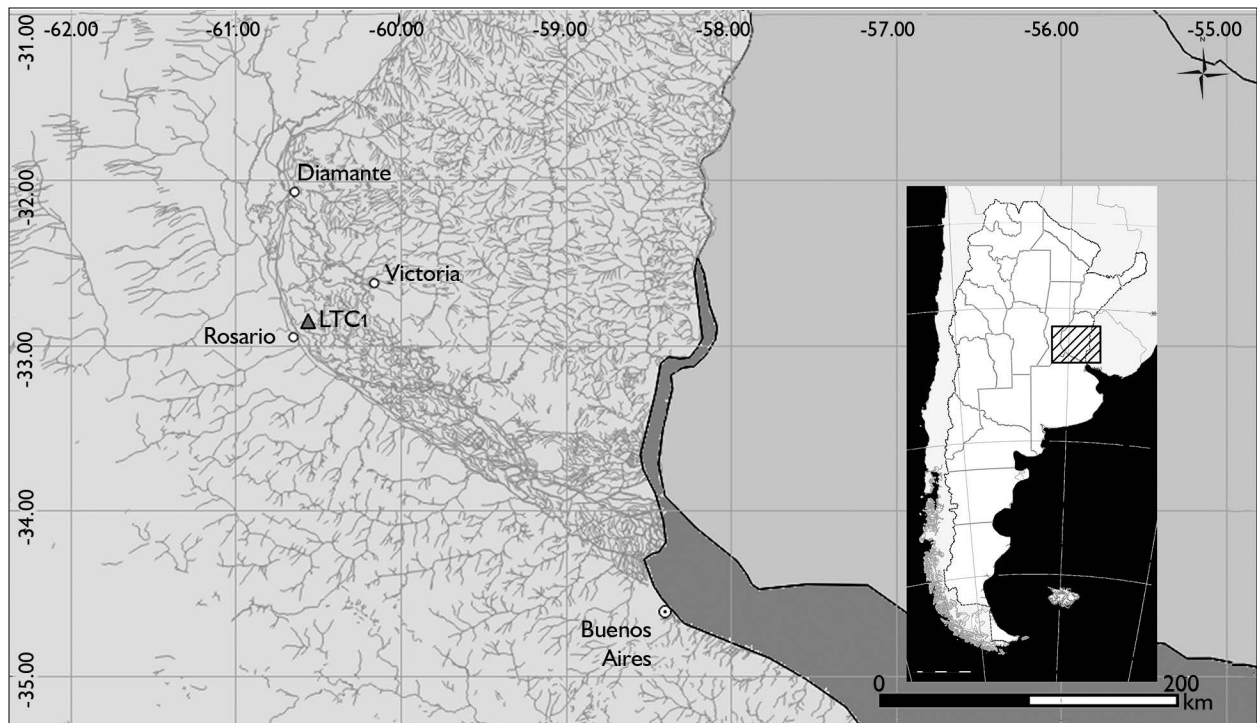


Figura 1. Ubicación del sitio Los Tres Cerros 1 (Entre Ríos, Argentina). Mapa elaborado por Rodrigo Costa Angrizani (2021).

inferior del río Uruguay en los últimos 2500 años AP. La subsistencia de estos grupos se basó en la explotación intensiva de los recursos fluviales (peces y mamíferos de pequeño y mediano tamaño) y fue complementada con el desarrollo de una horticultura de maíz, poroto y zapallo. El repertorio tecnológico incluye principalmente instrumentos manufacturados sobre huesos y astas (arpones, astiles y puntas), siendo escasos los instrumentos líticos. Finalmente, los patrones de asentamiento indican una jerarquía en los lugares de ocupación, destacándose los montículos por ser los enclaves con mayor intensidad y persistencia en las ocupaciones (Politis & Bonomo, 2012, 2018).

Según las distintas evidencias encontradas y sus correspondientes análisis, se infirió que LTC1 funcionó como un lugar destacado del paisaje y en el cual se llevaron a cabo tanto tareas domésticas como rituales mortuorios (Politis et al., 2011; Politis & Bonomo, 2012; Scabuzzo et al., 2015). Los entierros humanos fueron hallados mayormente en la pendiente del montículo (núcleo de inhumación) y los análisis efectuados permitieron identificar al menos 35 individuos de ambos sexos y de todos los grupos etarios. Se registraron siete entierros primarios simples, 15 individuos inhumados en seis paquetes funerarios (dos simples, tres dobles y uno múltiple); una acumulación ósea conformada por los restos de tres individuos y finalmente, se hallaron huesos humanos aislados por todo el núcleo inhumatorio correspondientes a al menos 10 individuos. Por otro lado, en la cima del cerrito se detectaron huesos humanos termoalterados de al menos un individuo adulto junto con restos óseos de mamíferos indeterminados en un contexto de fogón (Scabuzzo et al., 2015; Scabuzzo & Ramos van Raap, 2017).

A partir de los análisis bioarqueológicos realizados sobre el conjunto de los entierros del sitio, se propuso que hubo una intensa manipulación de los mismos (Scabuzzo & Ramos van Raap, 2017). Específicamente, se planteó que al menos algunos de los paquetes secundarios habrían sido preparados en el lugar a partir de individuos previamente inhumados de forma primaria. Luego de

pasado un tiempo desde el entierro primario, se reabrían los espacios de inhumación y se seleccionaban algunos huesos -los cuales, en muchos casos, aún presentaban tejido blando- para elaborar los paquetes. Parte de los elementos que no eran elegidos para armar los fardos eran agrupados en un sector cercano, conformando lo que se denominó acumulación ósea; mientras que otros quedaban dispersos de forma aislada en el núcleo de inhumación. Estas prácticas quedaron evidenciadas con el hallazgo de partes anatómicas de un mismo individuo presentes tanto en paquetes funerarios como formando parte de la acumulación ósea o como elementos dispersos (Scabuzzo & Ramos van Raap, 2017). Al considerar entonces que el núcleo de inhumación presenta evidencias de una intensa actividad que involucró una importante manipulación de los entierros, se hace necesario abordar en detalle diferentes aspectos relacionados con las prácticas funerarias y los procesos involucrados en la formación de los entierros, indagando en las distintas trayectorias que tuvieron los cuerpos humanos antes de su inhumación final. En este contexto, el presente trabajo tiene como objetivo profundizar en el conocimiento de las prácticas mortuorias llevadas a cabo en el sitio LTC1 haciendo énfasis en los procesos vinculados con la manipulación intencional de los individuos. Para cumplir con este objetivo, en primer lugar, se exponen los resultados obtenidos del análisis de la preservación de los elementos óseos en base a su fragmentación, su completitud y su representación en la muestra. Con ello se busca establecer si existen diferencias en la preservación de los huesos entre las diferentes modalidades de entierro y entre los distintos grupos etarios identificados. En segundo lugar, específicamente para evaluar la manipulación intencional de los entierros, se presentan los resultados del relevamiento de huellas antrópicas y se los integra en relación con otras evidencias de manipulación de los cuerpos como lo es la aplicación de pigmento. Finalmente, se discuten nuestros resultados vinculados con los datos publicados por otros autores en sitios de la región y de regiones colindantes.

Los análisis de huellas de corte encuentran sus antecedentes en la metodología desarrollada para evaluar el procesamiento y el consumo de carcasas de animales en contextos arqueológicos (Lyman, 1987; Fisher, 1995; Mengoni Goñalons, 1999). Las huellas de corte presentes en tal registro son interpretadas como un indicador confiable de la explotación y del consumo de ciertos taxones y es a partir de ellas que se puede indagar en los hábitos alimenticios de los grupos humanos del pasado (Binford, 1981; Shipman, 1986). La extrapolación de esta línea de análisis a los estudios bioarqueológicos permite abordar temas vinculados con las modalidades inhumatorias y la preparación de los cuerpos, el reconocimiento de prácticas como el canibalismo y el sacrificio humano (White, 1992; Botella López et al., 2000; M. González, 2010; Wallduck & Bello, 2018). En este caso, los objetivos de investigación que se plantea la bioarqueología a través de estos análisis son muy diferentes a los perseguidos por los estudios zooarqueológicos.

MATERIALES Y MÉTODOS

El conjunto bioarqueológico del sitio LTC1 está conformado por los elementos óseos correspondientes a un número mínimo de 35 individuos¹ (Tabla 1). Como se mencionó anteriormente, siete de ellos fueron inhumados de forma primaria; tres se encontraban en posición decúbito dorsal extendido (LTC1-P1, LTC1-P2, LTC1-P5), uno en decúbito ventral extendido (LTC1-P3) y otro en posición decúbito lateral izquierdo con los miembros inferiores flexionados (LTC1-P4; Scabuzzo & Ramos van Raap, 2017). Los esqueletos de tales inhumaciones se caracterizan por la buena representación de sus partes anatómicas; en la mayoría de ellos sólo están ausentes algunos elementos óseos correspondientes a las manos y los pies. Los dos entierros primarios restantes (LTC1-P6 y LTC1-P7) se

caracterizan por estar incompletos. El individuo LTC1-P6 se ubicaba en posición extendida decúbito dorsal y se hallaron, de manera articulada y en posición anatómica, huesos del miembro inferior derecho (rótula, tibia, peroné, tarsos y metatarsos), la tibia izquierda y el torso (esternón, columna vertebral, sacro y costillas); el resto de los elementos óseos del esqueleto estaban ausentes. En cuanto al individuo LTC1-P7, está representado por los huesos largos de lateralidad izquierda (húmero, cúbito, fémur, rótula, tibia, peroné y calcáneo) y por el radio derecho. Estos elementos óseos fueron hallados durante los días finales de los trabajos de campo sobre el perfil del área de excavación, y es posible que el resto del esqueleto pueda ser hallado en posteriores excavaciones.

En cuanto a los seis paquetes funerarios hallados en el sitio -entre los cuales se encuentran representados 15 individuos-, dos son simples (LTC1-S3 y LTC1-S6), tres son dobles (LTC1-S1, LTC1-S2 y LTC1-S5) y uno es múltiple (LTC1-S4; NMI=7; Tabla 1). Estos entierros secundarios muestran una gran variabilidad en su composición en cuanto a la cantidad de elementos, los huesos presentes, al número de individuos representados y a la composición sexo-etaria (Tabla 1; Scabuzzo & Ramos van Raap, 2017). La acumulación ósea -un conjunto de huesos sin relación anatómica y asociados espacialmente pero sin un orden aparente como los paquetes funerarios-, está conformada por los restos óseos de al menos tres individuos. Finalmente, entre los 242 huesos hallados de forma aislada en el núcleo inhumatorio del sitio se determinó un número mínimo de 10 individuos de distintos grupos etarios (Tabla 1). En el trabajo de Scabuzzo y Ramos van Raap (2017): Figura 3, se presenta una planta con la distribución espacial de todos los entierros; y en la publicación de Bonomo et al. (2019): Figuras 4A, 4B y 4C, se exponen representaciones de algunos de los entierros primarios y de un paquete funerario doble hallado en el sitio.

¹ En este conjunto no se han considerado los elementos óseos recuperados en la última campaña arqueológica ni los restos termoalterados hallados en la cima del montículo en asociación con un fogón, debido a que todavía se encuentran en proceso de análisis.

Tabla 1. Información bioarqueológica del sitio LTC1. Referencias: NMI: número mínimo de individuos; F: femenino; M: masculino; PF: probable femenino; PM: probable masculino; indet.: indeterminado.

Entierro			NMI	Grupo etario	Sexo
Primarios	Simples	LTC1-P1	1	Adolescente	F
		LTC1-P2	1	Adulto	M
		LTC1-P3	1	Adulto mayor	F
		LTC1-P4	1	Adulto medio	F
		LTC1-P5	1	Adolescente	indet.
		LTC1-P6	1	Adolescente	PM
		LTC1-P7	1	Adolescente	PF
Secundarios	Paquetes funerarios simple y múltiples	LTC1-S1	2	Adulto joven, adulto medio	M, F
		LTC1-S2	2	Adulto joven, adolescente	M, F
		LTC1-S3	1	Adulto	M
		LTC1-S4	7	1 perinato, 2 niños, 1 adolescente, 3 adultos	3 PM, 4 indet.
		LTC1-S5	2	Adultos	1 PM, 1 indet.
		LTC1-S6	1	Adulto	Indet.
	Acumulación ósea	LTC1-AC	3	1 infante, 2 adultos	1 M, 2 indet.
	Restos aislados	LTC1-A	10	2 perinatos, 3 infantes, 1 niño, 1 adolescente, 3 adultos	1 PM, 9 indet.

Los análisis bioarqueológicos efectuados previamente sobre este conjunto permitieron determinar 8 individuos femeninos/probables femeninos y 11 masculinos/probables masculinos. Asimismo, considerando las categorías etarias propuestas por Buikstra y Ubelaker (1994), se identificaron 3 perinatos, 4 infantes, 3 niños, 7 adolescentes y 18 adultos (Scabuzzo & Ramos van Raap, 2017; Ramos van Raap et al., 2019). El total de huesos relevados para el análisis del presente trabajo es de 1033 elementos.

PRESERVACIÓN

Para estimar la preservación de los elementos óseos humanos se utilizaron tres índices. En primera instancia, con el fin de evaluar la fragmentación ósea de cada entierro, se utilizó el Índice de Fragmentación (IF) propuesto por Mondini (2003), el cual toma la razón entre el número mínimo de elementos (NME) y el número mínimo de especímenes (NISF). Los resultados varían de 0 a 1, siendo 1 el indicador de menor fragmentación. Se calculó el IF para los elementos óseos de cada

entierro, obteniéndose luego un promedio para cada tipo de modalidad (primarios, paquetes funerarios, acumulación ósea y elementos aislados). La fragmentación se categorizó en alta (0-0,3), moderada (0,4-0,7) y baja (0,8-1). Es importante mencionar que si bien el análisis pormenorizado de diferentes variables tafonómicas sobre este conjunto óseo se encuentra en proceso de ejecución, las fracturas registradas corresponden a fracturas en huesos secos. Aunque la preservación de los conjuntos bioarqueológicos se ve afectada por diversos factores, tanto extrínsecos como intrínsecos, la edad parece ser uno de los sesgos intrínsecos más importantes (Walker et al., 1988). Al considerar que la fragmentación de los elementos óseos se vincula con su tamaño, morfología y densidad, variables que a su vez están condicionadas por la edad de los individuos (Luna, 2008), el IF de los elementos óseos -además de ser evaluado para cada entierro-, se calculó también en tres categorías etarias: subadultos (se incluyen a los perinatos, infantes y niños registrados en el conjunto), adolescentes y adultos.

Los otros dos índices calculados fueron el Índice de Representación Ósea (IRO) y el Índice de Completitud Anatómica (ICA) (Garizoain et al., 2016). El IRO evalúa la representatividad de cada hueso en la muestra a través de la división entre el número de huesos recuperados y el total teórico de elementos óseos, es decir, el número de huesos que se esperaba recuperar en base al número de individuos presentes. Los resultados varían entre 0 y 1, siendo 1 el indicador de mayor representación de los elementos óseos. Los resultados se categorizaron como poco representado (0-0,20), moderadamente representado (0,21-0,40) y altamente representado (0,41-1). Por otro lado, para calcular la pérdida de material óseo y la cantidad de tejido preservado de cada elemento, se le asignó a cada uno un porcentaje de completitud entre 1% y 100%. Se llevó a cabo la suma de los porcentajes, dividiendo dicha suma por el total teórico de elementos óseos. De este cociente se obtiene el ICA (Garizoain et al., 2016). La aplicación del ICA y el IRO es apropiada para individuos enterrados de forma primaria, para los cuales es posible conocer el total teórico de elementos óseos. Aun así, como una primera aproximación al estado de preservación de los huesos, en este trabajo se aplicaron dichos índices para las tres categorías de edad mencionadas previamente (subadultos, adolescentes y adultos) según el NMI estimado para cada una de ellas considerando todos los entierros. Igualmente, en la interpretación de los resultados sobre este último punto se tuvo en consideración que la representatividad de los elementos está fuertemente condicionada por la selección intencional de partes esqueléticas para la conformación de los paquetes funerarios.

Finalmente, se aplicó una prueba de independencia (χ^2) para analizar si existe asociación entre la modalidad de entierro y el grado de fragmentación de los restos óseos. Además, se aplicó la prueba estadística de Kruskal-Wallis para evaluar si existen diferencias significativas entre los IF de las distintas modalidades de entierro y entre las tres

categorías de edad consideradas (subadultos, adolescentes y adultos). En todos los casos se estableció un nivel de significación del 5% ($p < 0,05$).

HUELLAS ANTRÓPICAS

Las huellas de corte son marcas o trazas que quedan grabadas en la superficie de los huesos por la acción de un artefacto con filo. Estas marcas se producen durante actividades de procesamiento, desarticulación y remoción de tejido, entre otras. Las huellas de corte pueden estar presentes en una misma porción del hueso de forma aislada o agrupada (M. González, 2010) y son reconocibles por tener un surco en forma de V (en corte transversal) y microestrías en sus caras internas (White, 1992; Botella López et al., 2000; M. González, 2010). Siguiendo la propuesta de M. González (2010), en este trabajo se utilizará el concepto 'huellas de corte' para referir indistintamente a toda marca generada sobre el hueso por un artefacto con filo durante la realización de diferentes actividades. Solamente al momento de inferir las actividades que las produjeron se utilizará una terminología específica (i.e. 'huellas de raspado', 'huellas de desarticulación', etc.).

Para la identificación de las huellas de corte se llevó a cabo el relevamiento macroscópico de la superficie cortical de los huesos. En una primera instancia, se realizó una observación a ojo desnudo. Posteriormente, y para lograr una mejor determinación, se utilizaron lupas de diferentes resoluciones (10x, 20x, 40x). Las variables consideradas en el relevamiento fueron la ubicación sobre el hueso y las características propias de las huellas, tales como longitud, profundidad, orientación en relación con el eje mayor del hueso y la asociación con otras huellas. La longitud se midió con un calibre digital *Isard* (resolución: 0,01 mm; precisión: $\pm 0,02$ mm). Según las mediciones obtenidas, las longitudes fueron clasificadas en cortas (0,1 a 8 mm), medianas (8,1 a 16 mm) y largas (16,1 a 24 mm). A su vez, las huellas fueron clasificadas en base a su profundidad en superficiales, medias y profundas.

En una segunda instancia de observación se revisaron las huellas previamente identificadas, utilizando una lupa binocular (Nikon SMZ 745ST) con cámara (AxionCam ERc 5s) y un soporte informático (AxionVision LE). A partir de estas observaciones, las huellas superficiales cuyas características se consideraron dudosas o las que estaban presentes de forma aislada y únicamente en un elemento de un entierro, fueron descartadas del análisis final. Esta decisión evitó sobreestimar el número total de huellas del conjunto.

Finalmente se procedió a la interpretación de los datos obtenidos. Para ello, se buscó vincular las huellas con algún tipo de actividad relacionada con la manipulación intencional en un contexto mortuario. En este sentido, las actividades inferidas fueron desollamiento, descarne, raspado y desarticulación, según las propuestas de Botella López (2005) y Solari (2010). En la Tabla 2 se detalla para cada una de estas actividades inferidas cuáles son las características de las huellas, el elemento óseo donde son más frecuentes y la intencionalidad de la actividad realizada.

RESULTADOS

PRESERVACIÓN

El cálculo de los Índice de Fragmentación señala que, en promedio, los entierros primarios se encuentran moderadamente fragmentados (IF = 0,44), al igual que la acumulación ósea (IF = 0,54) y los restos aislados (IF = 0,49). Por su parte, los paquetes funerarios presentan alta fragmentación (IF = 0,32). A partir de la prueba de χ^2 , se observa que no existe asociación entre la modalidad de entierro y el grado de fragmentación de los elementos óseos ($\chi^2 = 0,123$; $p > 0,05$). Por otro lado, la prueba de Kruskal-Wallis estableció que la diferencia entre los IF de las distintas modalidades de entierro no es estadísticamente significativa ($H = 0,11$; $p > 0,05$).

El análisis de IF por categoría de edad (Figura 2) indica que, en los subadultos, el fémur, el cúbito y las vértebras no presentan fragmentación (IF = 1), mientras que los más fragmentados son la mandíbula (IF = 0,07) y el cráneo (IF = 0,09). En adolescentes, las clavículas, las rótulas, las tibia y los huesos de las manos y los pies se encuentran sin fragmentar

Tabla 2. Características principales de las huellas antrópicas y actividades involucradas. Fuente: tomado y modificado de Botella López (2005) y Solari (2010).

Actividad	Características de las huellas	Elemento óseo	Intencionalidad de la actividad
Desollamiento	Lineales, finas. Suelen presentarse solas, pero en el caso de ser múltiples, tienden a ser paralelas	Cráneo	Remover la piel del individuo
Descarne	Cortas, profundas. Suelen aparecer en grupos de líneas paralelas. Perpendiculares al eje mayor del hueso (en algunos casos, puede establecerse la dirección en la que se produjo el corte)	Cualquier segmento del hueso, excepto en zonas articulares	Remover los músculos que rodean al hueso. La intencionalidad puede estar vinculada con la limpieza de los huesos para transportarlos o armar paquetes
Raspado	Poco profundas. Irregulares en cuanto a su anchura, longitud y distribución. Suelen presentarse entrecruzadas	En zonas donde los músculos se encuentran más adheridos al periostio	Se producen al intentar remover partes blandas o limpiar las áreas con inserciones musculares y ligamentosas fuertemente adheridas
Desarticulación	Incisiones transversales, paralelas a la superficie articular y perpendiculares al eje mayor del hueso. Tamaño y profundidad variable, depende del tipo de instrumento empleado	En zonas periarticulares	Separar o desarticular huesos o porciones anatómicas

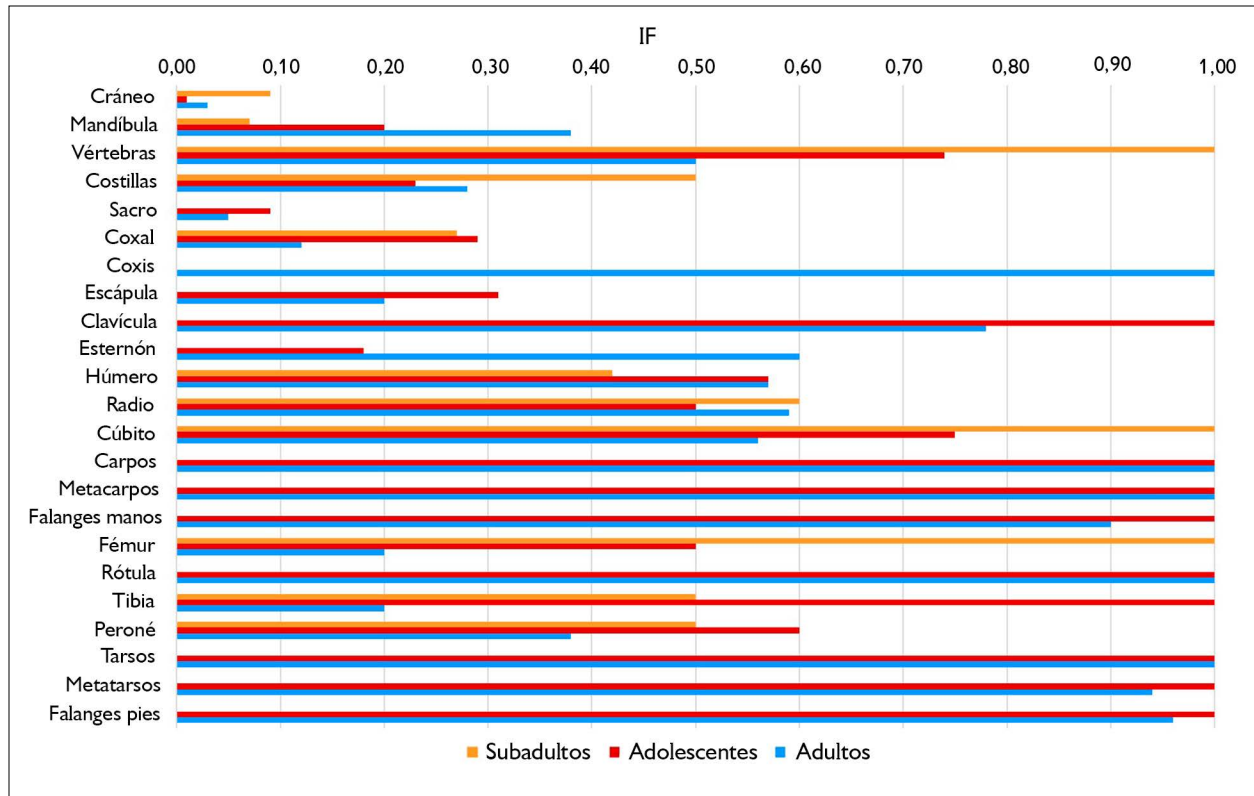


Figura 2. Índices de Fragmentación por categoría etaria. Elaborada por Daniela Selan (2021).

(IF = 1); por otro lado, el cráneo (IF = 0,01) y el sacro (IF = 0,09) son los elementos óseos más fragmentados. En los adultos, los elementos menos fragmentados son el coxis, la rótula y los huesos de las manos y los pies (IF $\geq$ 0,90). Al igual que en los adolescentes, los elementos más fragmentados son el cráneo (IF = 0,03) y el sacro (IF = 0,05). En base al promedio de los IF, el conjunto de elementos óseos de subadultos está altamente fragmentado (IF = 0,23), mientras que los huesos de adolescentes (IF = 0,48) y de adultos (IF = 0,54) presentan fragmentación moderada. Sin embargo, la prueba de Kruskal-Wallis indica que no hay una diferencia significativa entre los IF y las distintas categorías de edad ($H = 0,37$; $p > 0,05$).

En cuanto al análisis del Índice de Representación Ósea según las tres categorías etarias consideradas (subadultos, adolescentes y adultos; Figura 3), se observa que las costillas son los elementos menos representados

(con IRO menores al 0,005) en los tres grupos de edad. Específicamente, entre los subadultos el elemento óseo más representado es el cráneo (IRO = 0,71) y el de menor representación, además de las costillas, es el peroné (IRO = 0,07). Entre los adolescentes, el fémur (IRO = 0,57) es el elemento más representado y, en general, todos los huesos largos (con excepción del húmero) presentan una alta representación. Por otro lado, los huesos de las manos (IRO $\leq$ 0,10), de los pies (IRO $<$ 0,10) y la rótula (IRO = 0,14) están poco representados. Por último, en los adultos, los valores más altos se encuentran en los huesos largos, siendo el húmero el elemento más representado (IRO = 0,53). Los huesos menos representados, además de las costillas, son el coxis (IRO = 0,06) y las falanges de los pies (IRO = 0,06).

Con respecto al Índice de Completitud Anatómica y su relación con la categoría etaria (Figura 4), los resultados

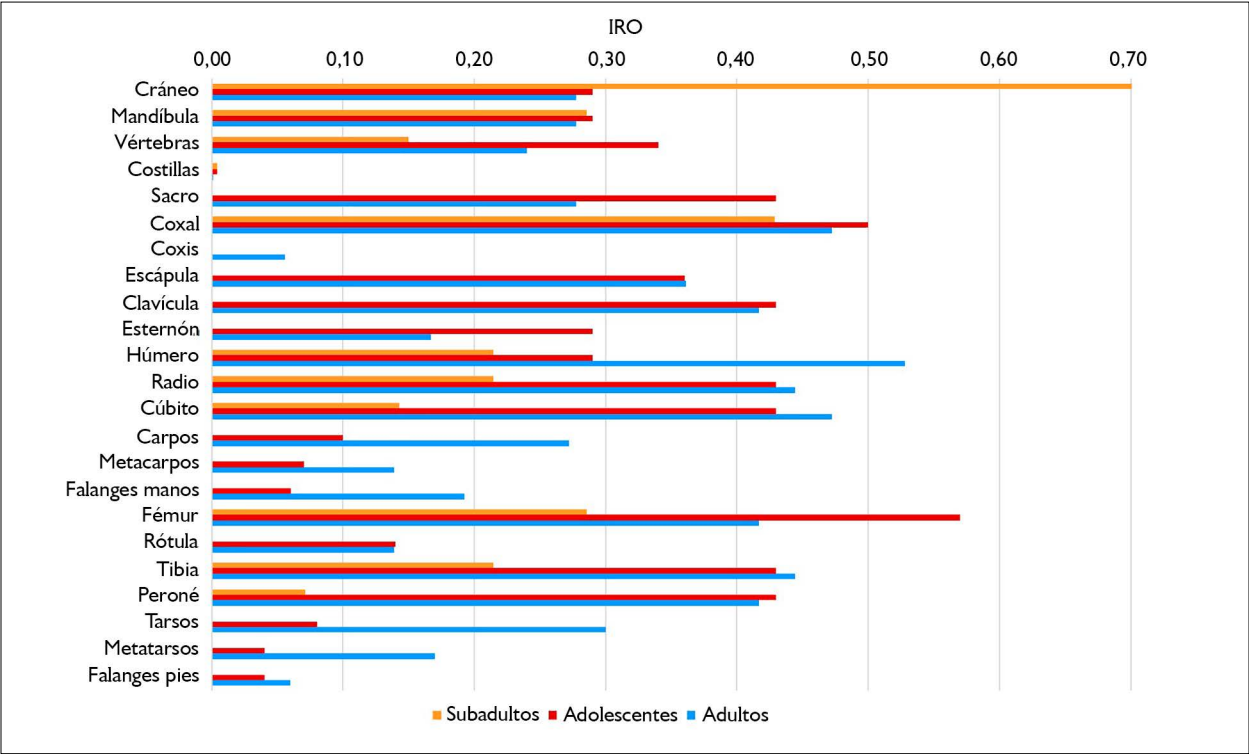


Figura 3. Índice de Representación Ósea por categoría etaria. Elaborada por Daniela Selan (2021).

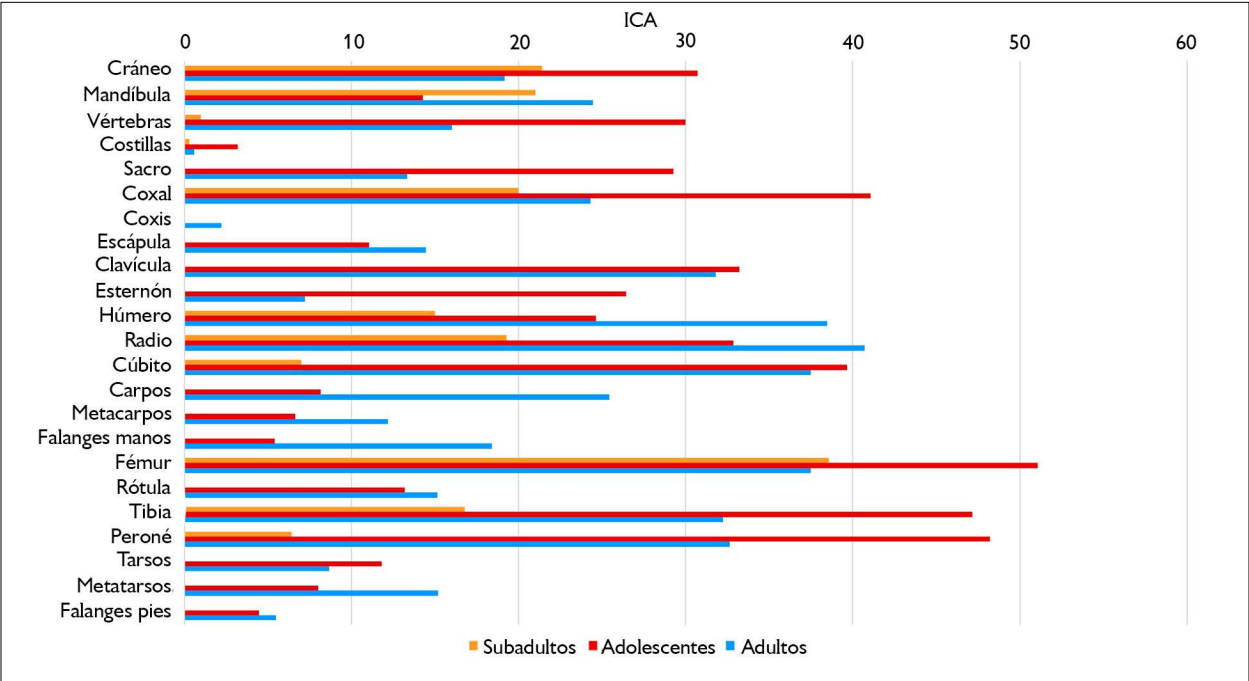


Figura 4. Índice de Completitud Anatómica por categoría etaria. Elaborada por Daniela Selan (2021).

permitieron identificar que los elementos óseos más completos son el fémur para los subadultos (ICA = 39) y adolescentes (ICA = 51) y el radio para los adultos (ICA = 41). Los huesos menos completos son las costillas para las tres categorías etarias (ICA = 0,29 en subadultos, 3,2 en adolescentes y 0,59 en adultos), seguidas por las vértebras para los subadultos (ICA = 1), las falanges del pie para los adolescentes (ICA = 4) y el coxis para los adultos (ICA = 2).

HUELLAS ANTRÓPICAS

Se identificaron huellas de corte en el 6,68% (NME = 69) de los 1033 elementos óseos que componen el conjunto bioarqueológico analizado. Entre estos huesos con marcas antrópicas, el 15,9% corresponde a huesos de entierros primarios, el 43,48% a paquetes funerarios, el 4,35% a la acumulación ósea y el 36,23% a huesos aislados (Tabla 3). En la Figura 5 se pueden observar los elementos óseos con huellas para cada uno de los entierros. Es interesante mencionar que 13 elementos con estas marcas antrópicas presentan además pigmento sobre la superficie cortical; y, de ellos, cuatro poseen pigmento en el interior del

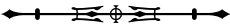
surco de la huella. A continuación, se detallará para cada modalidad inhumatoria los resultados del relevamiento de las huellas de corte.

ENTIERROS PRIMARIOS

Se registraron 11 elementos con huellas de corte correspondientes a tres de los siete entierros primarios analizados (Tabla 3). En el individuo LTC1-P1 se relevaron huellas en 8 de los 100 elementos estudiados (8%). Por un lado, se visualizaron en la región frontal y parietal del cráneo; son superficiales y finas (Figura 6A), se presentan en diversas direcciones y algunas superpuestas entre sí. En base a estas características se las podría vincular tentativamente con la acción de desollamiento del cuero cabelludo, aunque estas huellas son pocas e insuficientes como evidencias de tal práctica. En este mismo entierro se encontraron huellas aisladas y superficiales sobre la espina transversa de dos vértebras torácicas (Figura 6B), que podrían asociarse con acciones de descarne. Asimismo, se identificó un conjunto de ocho huellas en la cara interna de la escápula izquierda, las cuales se caracterizan por ser cortas, finas y superficiales.

Tabla 3. Entierros humanos de LTC1 que presentan elementos óseos con huellas de corte.

Entierro		Frecuencia de huesos con huellas de corte	
		Según NME por entierro	Según NME total de huesos con huellas
Primarios	LTC1-P1	8% (NME = 8/100)	15,9% (NME = 11/69)
	LTC1-P3	0,8% (NME = 1/123)	
	LTC1-P7	25% (NME = 2/8)	
Paquetes funerarios	LTC1-S1 (NMI = 2)	16% (NME = 4/25)	43,48% (NME = 30/69)
	LTC1-S2 (NMI = 2)	9,6% (NME = 5/52)	
	LTC1-S4 (NMI = 7)	27,6 % (NME = 21/76)	
Acumulación ósea	LTC1-AC (NMI = 3)	13,04% (NME = 3/23)	4,35% (NME = 3/69)
Huesos aislados	LTC1-A (NMI = 10)	11,96% (NME = 25/209)	36,23% (NME = 25/69)



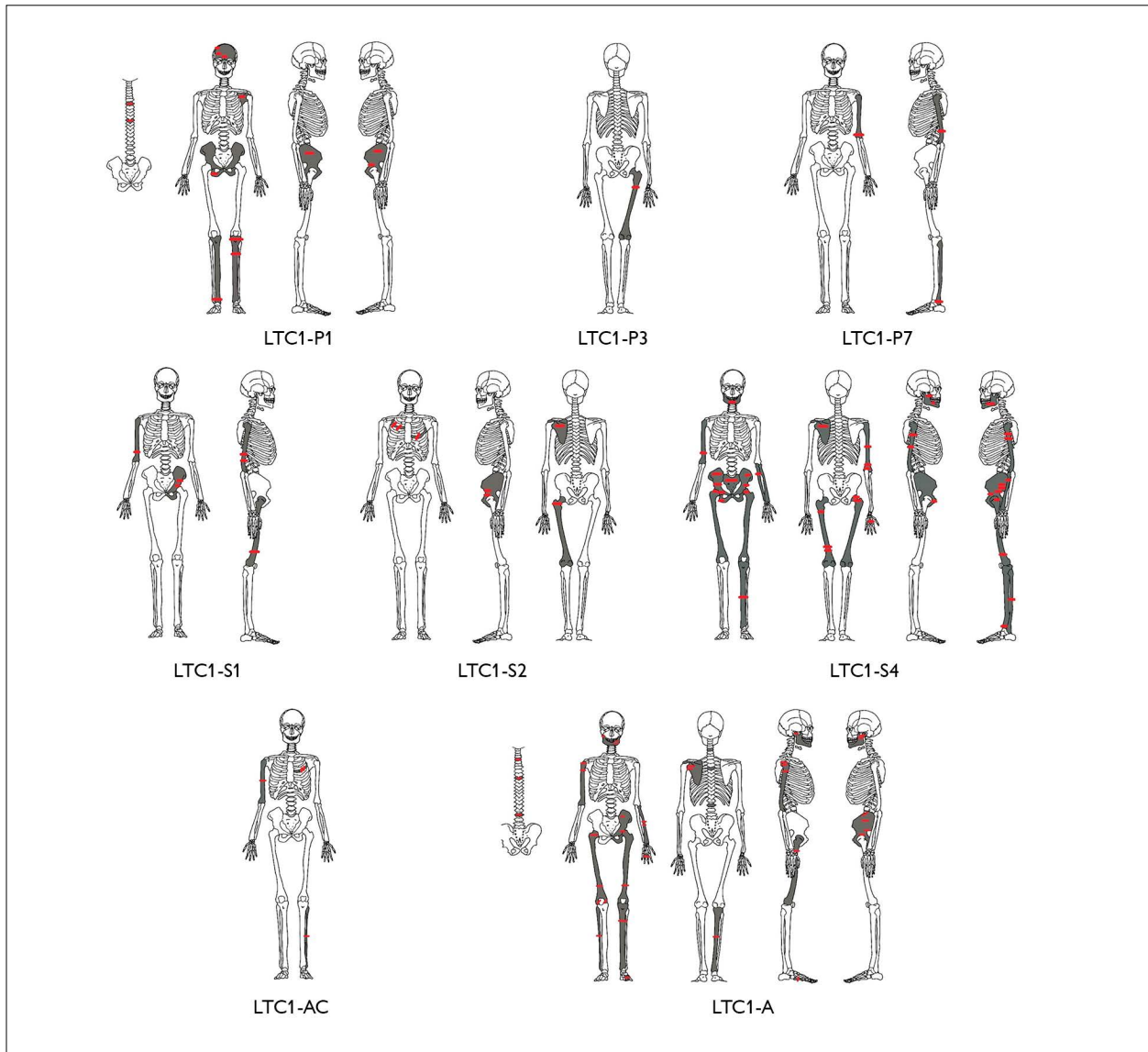


Figura 5. Ubicación de las huellas de corte (en rojo) registradas en los elementos óseos (en gris) de los entierros de LTC1. Elaborada por Daniela Selan (2021).

Por último, se encontraron huellas vinculadas posiblemente con acciones de descarnar en el ilion e isquion de los coxales y en las diáfisis de ambas tibias.

Entre los 123 huesos del esqueleto LTC1-P3, se observaron únicamente en el fémur derecho (0,8%) dos huellas contiguas y paralelas entre sí en la cara posterior de la diáfisis proximal (Figura 6C). Según su ubicación y su

longitud y profundidad medias, podría ser resultado de acciones de descarnar. Finalmente, en el individuo LTC1-P7 se relevaron huellas de corte en dos de los ocho elementos analizados (25%; Tabla 3): en el húmero izquierdo (diáfisis y epífisis distal) y en el peroné izquierdo (epífisis distal, Figura 6D). Dichas huellas fluctúan en su profundidad desde superficiales a profundas.

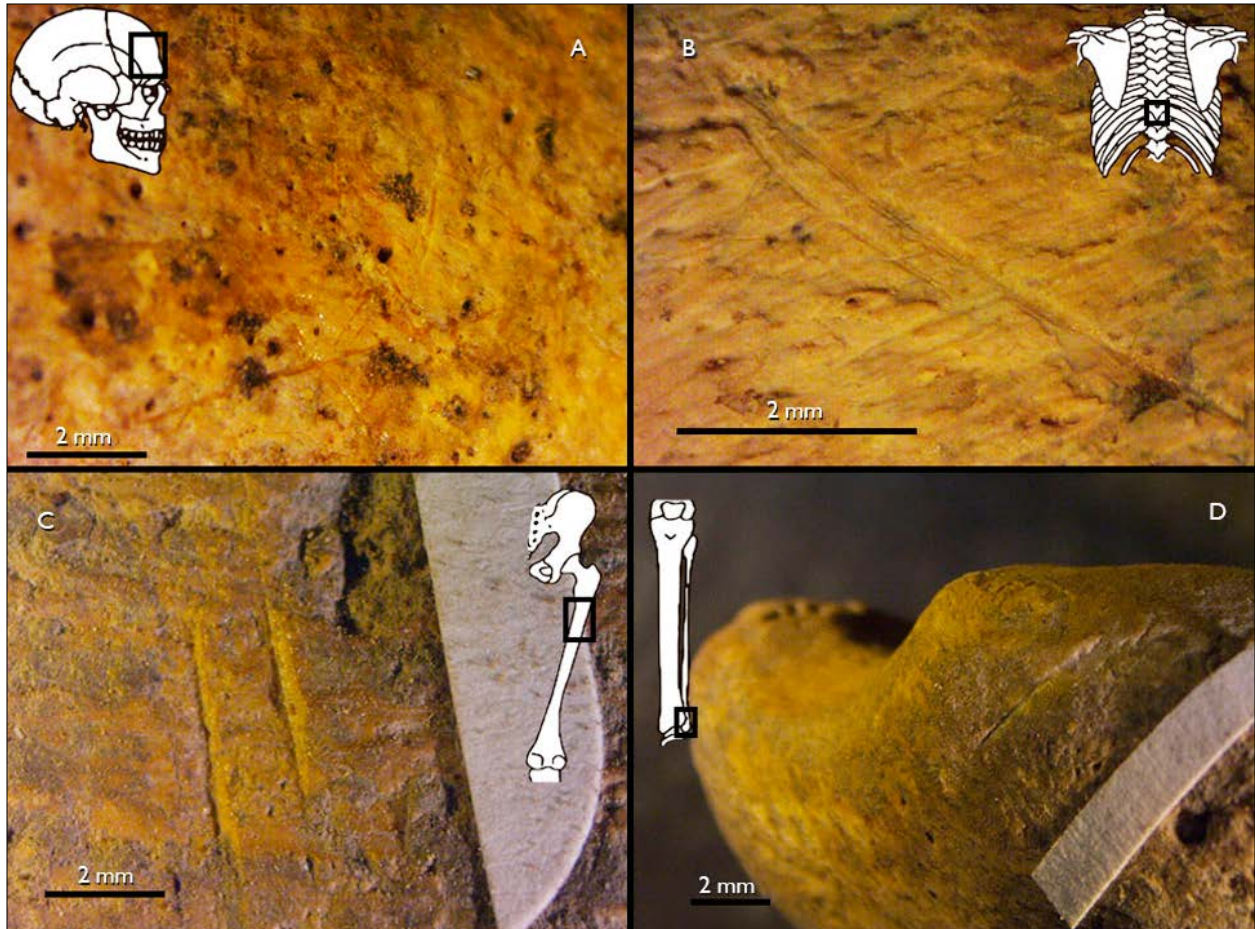


Figura 6. Huellas de corte halladas en elementos óseos de entierros primarios: A) frontal y parietal derecho, LTC1-P1; B) vértebra torácica, LTC1-P1; C) fémur derecho, LTC1-P3; D) peroné izquierdo, LTC1-P7. Elaborada por Bianca Di Lorenzo (2021).

PAQUETES FUNERARIOS

De los seis paquetes funerarios hallados en el sitio, se registraron huellas de corte en tres de ellos (Tabla 3). En el entierro LTC1-S1 se observaron huellas en cuatro huesos (16%, Tabla 3), correspondientes a los dos individuos adultos representados en el paquete. En la cara medial de un ilion izquierdo se encontraron huellas profundas, curvas y de longitud media a larga (Figura 7A), las cuales se pueden vincular con acciones de descarnar. Otro conjunto de huellas cortas y de profundidad media se registraron en las diáfisis de dos húmeros derechos y de un fémur derecho. Por su ubicación y características se asociarían también con actividades de descarnar.

Entre los dos individuos representados en el paquete funerario LTC1-S2 se visualizaron cinco elementos con huellas (9,6%, Tabla 3). Aquellas presentes en dos costillas son cortas, superficiales y están ubicadas en la cara externa de la región media; se vincularían con acciones de descarnar. Una escápula izquierda posee una única huella en la cara posterior, debajo de la espina, de longitud media y profundidad superficial, probablemente producida por descarnar. En un coxal izquierdo se ubican en la espina ilíaca, son superficiales, de longitud corta a media, y paralelas al eje del hueso; se infiere que son producto de la acción de descarnar. Un fémur izquierdo presenta una sola huella, de longitud

media y profundidad superficial; por su ubicación en la epífisis proximal podría relacionarse con desarticulación. Se destaca que estos cinco huesos descriptos presentan pigmento en la superficie cortical -como también otros elementos del entierro- y que, en el caso del fémur y la escápula, el ocre se visualiza en el interior del surco de las huellas de corte.

El paquete funerario múltiple LTC1-S4 es el entierro con el mayor porcentaje de huesos con huellas de corte (27,6%, Tabla 3). De los siete individuos representados, se hallaron marcas antrópicas en al menos 4 de ellos (dos adultos, un adolescente y un niño) y se destaca que 6 de los 21 huesos con huellas corresponden al mismo individuo (adolescente LTC1-S4-4; dos coxales, dos fémures, una tibia izquierda y un radio izquierdo). Entre los elementos con rastros antrópicos relevados en este paquete, en dos mandíbulas se observaron huellas en el mentón con profundidad superficial y longitud corta (Figura 7B). Asimismo, una de las mandíbulas presenta una huella corta y profunda en el proceso coronoideo. En conjunto, estas marcas se interpretaron como producto de procesos de desarticulación y descarné. Por otro lado, en una escápula izquierda se distinguieron huellas cortas y de profundidad media en la fosa infraespinosa en la cara posterior, que se asociaron con acciones de descarné. En un sacro (Figura 7C) se relevó una huella corta y de profundidad media, ubicada en la cara antero-superior y la cual podría interpretarse como resultado de descarné o por la desarticulación con la vértebra lumbar. En el caso de tres coxales (uno izquierdo y dos derechos; Figura 7D), se hallaron conjuntos de huellas en distintas zonas (próximas a la espina ilíaca, en la escotadura ciática, en el cuerpo del isquion, en la tuberosidad isquiática y en el ala ilíaca). Son de características superficiales a profundas y con longitudes cortas a largas. En conjunto, estas huellas de corte responderían a acciones de descarné.

En distintos huesos largos incluidos en el paquete funerario mencionado, fueron observadas marcas antrópicas. Con respecto a los húmeros, cuatro presentan

huellas de corte. En dos de ellos, pertenecientes a individuos adultos, se identificaron de forma individual, con longitud corta y profundidad media a superficial en las diáfisis proximales, posiblemente producto del descarné. Los dos húmeros restantes corresponden a subadultos y presentan huellas cortas y profundas en las diáfisis y, en uno de ellos, en la epífisis distal; se podrían vincular con actividades de descarné y desarticulación, respectivamente. Una de estas últimas huellas sobre la diáfisis puede ser interpretada como huella de tipo *chop mark*, es decir, un corte producto del impacto con un instrumento con filo pesado (Figura 7E). Por otro lado, se registró una huella de corte en la diáfisis proximal de un cúbito izquierdo con longitud media y profundidad superficial; por su ubicación y características se la vinculó con descarné. Un radio izquierdo presenta huellas en la cara lateral de la diáfisis proximal, de longitudes cortas a medianas. En cuatro fémures se registraron huellas en las caras posteriores de las diáfisis (profundas y de longitudes medias) y también sobre epífisis proximal, cuello anatómico y trocánter mayor (huellas de longitud corta a mediana y, en general, superficiales). Las mismas, respectivamente, podrían vincularse con acciones de descarné y desarticulación. Particularmente en el fémur izquierdo del individuo adolescente LTC1-S4-4, se identificó una agrupación de más de 12 huellas en la epífisis proximal (zona del trocánter mayor). Las mismas son de longitudes cortas a medianas, profundidades variables y con orientaciones paralelas y oblicuas al eje del hueso; serían resultado de la acción de desarticular. En dos tibias izquierdas se registraron huellas posiblemente generadas por actividades de descarné. En una de ellas, perteneciente a un adulto, el rastro antrópico es corto, superficial y se ubica en la cara anterior de la diáfisis. En la otra tibia, correspondiente al adolescente LTC1-S4-4, se encuentran en la cara lateral de la epífisis distal y son cortas y profundas. Por otro lado, huellas cortas, superficiales y perpendiculares al eje del hueso se identificaron en la diáfisis de un peroné izquierdo, posiblemente

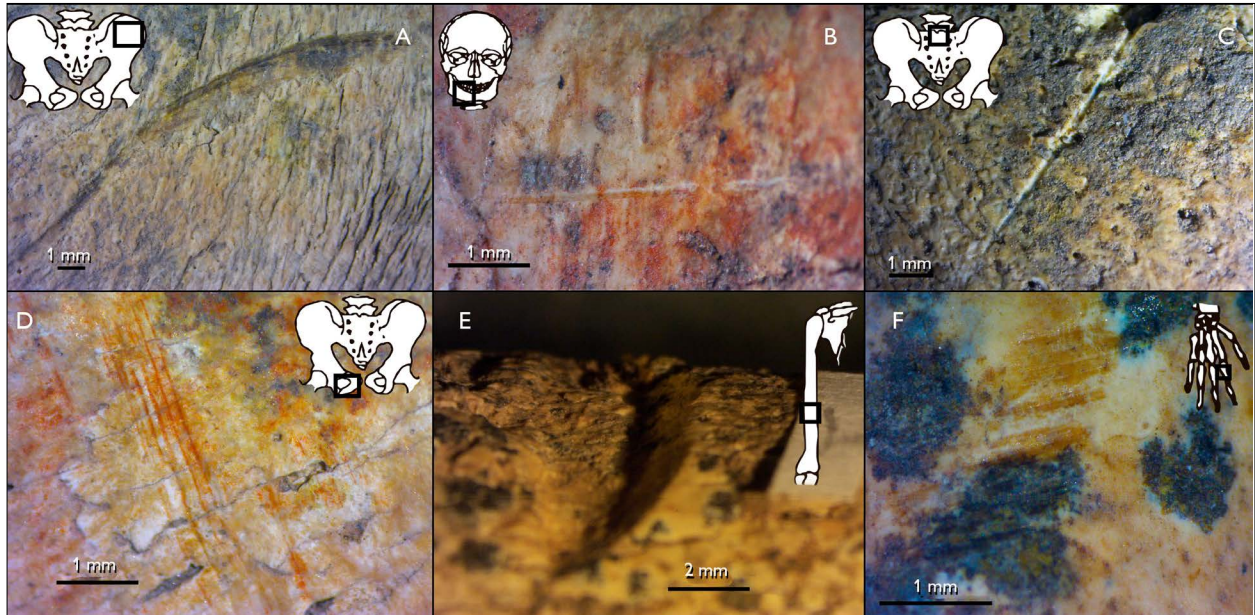


Figura 7. Huellas de corte halladas en elementos óseos de paquetes funerarios: A) ilion izquierdo, LTC1-S1; B) mandíbula, LTC1-S4; C) sacro, LTC1-S4; D) isquion derecho, LTC1-S4; E) húmero derecho, LTC1-S4; F) falange de la mano, LTC1-S4-4. Elaborada por Bianca Di Lorenzo (2021).

vinculadas con acciones de descarne. Finalmente, se halló un conjunto de seis huellas paralelas entre sí, cortas y superficiales en la cara superior de una falange de mano (Figura 7F); a partir de sus ubicaciones se las podría relacionar con actividades vinculadas con el corte de tendones y ligamentos. En este paquete funerario, varios elementos óseos poseen pigmento rojizo sobre su superficie cortical; siete de ellos son los mencionados con huellas de corte (mandíbulas, coxales, radio, fémur y tibia); uno de los coxales además posee ocre en los surcos de las huellas.

ACUMULACIÓN ÓSEA Y HUESOS AISLADOS

En la acumulación ósea y en los huesos aislados del núcleo inhumatorio se relevaron huellas de corte (Tabla 3) en elementos correspondientes a individuos infantiles, niños, adolescentes y adultos. Específicamente en la acumulación ósea, se identificaron huellas de corte en tres huesos (13,04%). En una costilla izquierda se ubican en la cara externa de la región medial, son cortas y superficiales, y se

las vincula con la acción de descarne; sobre esta huella se distingue pigmento rojizo. Un húmero derecho presenta una huella profunda y corta en la diáfisis proximal, de tipo *chop mark* (Figura 8A). Este elemento óseo, según las tareas efectuadas de remontaje anatómico, correspondería a uno de los individuos adultos representados en el paquete funerario LTC1-S4 (individuo LTC1-S4-2). Por otro lado, se destaca un peroné izquierdo en el cual se identificaron más de 40 huellas de corte sobre la cresta interósea en la cara anterior (Figura 8B). Las mismas son superficiales y cortas, y pudieron haberse producido por raspado. Este elemento óseo corresponde al adolescente (LTC1-S4-4) representado en el paquete funerario LTC1-S4, y que fue mencionado previamente.

Entre los elementos óseos que se encontraron de forma aislada, se registraron huellas de corte en el 11,96% (NME = 25). En una de las mandíbulas de este conjunto se relevaron en distintos sectores del elemento; son cortas y de profundidad superficial a media. Aquellas ubicadas en regiones articulares, como el cóndilo, son más profundas, se encuentran varias en la misma zona y podrían ser producto

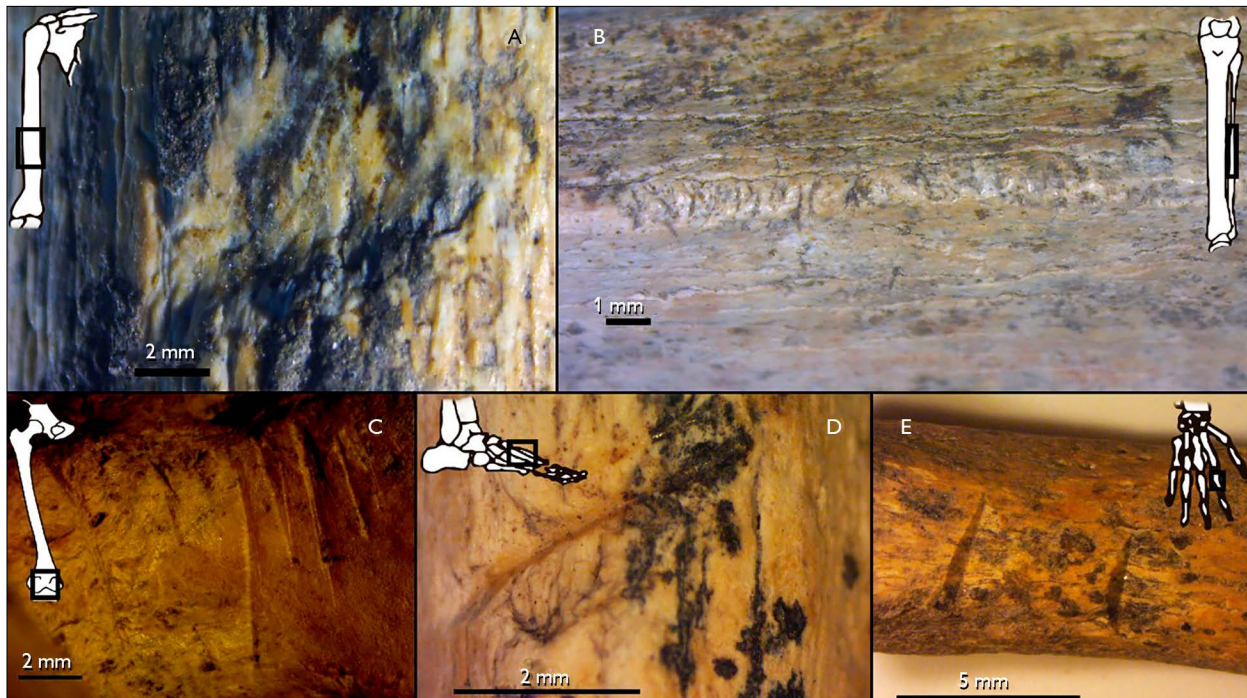


Figura 8. Huellas de corte halladas en elementos óseos de la acumulación ósea y en elementos óseos aislados: A) húmero derecho (LTC1-AC-S4-2); B) peroné izquierdo (LTC1-AC-S4-4); C) fémur derecho (LTC1-A); D) 5° metatarso (LTC1-A); E) falange de la mano (LTC1-A). Elaborada por Bianca Di Lorenzo (2021).

de acciones de desarticulación. Por otro lado, las halladas en las regiones del mentón o la rama mandibular tienen una profundidad media a superficial y serían resultado del descarnado. En las vértebras (una cervical, una torácica y una lumbar), se identificaron huellas sobre la cara lateral de los cuerpos vertebrales y sobre las carillas articulares. Las mismas son de profundidad media a superficial, de longitud variable y paralelas entre sí, y pueden vincularse con actividades de descarnado y desarticulación. Las huellas de corte en dos escápulas izquierdas están ubicadas sobre las caras externas cerca de la articulación y se encuentran perpendiculares al eje del hueso, son medianas a largas y de profundidad superficial; pueden asociarse con procesos de desarticulación. Por otro lado, se identificaron huellas de longitud variable en cuatro coxales izquierdos. Vale aclarar que uno de estos elementos se corresponde con su contralateral hallado en el paquete funerario LTC1-S4 (individuo LTC1-S4-5). En tres de ellos las huellas se ubican en la región del ilion, tanto en la cresta como

en la espina ilíaca. Mientras que las primeras son superficiales, las ubicadas en la espina presentan profundidad mayor. En el cuarto coxal se registraron huellas en el borde superior del acetábulo, por lo que podrían inferirse como producto de la desarticulación del miembro inferior. Las marcas antrópicas en huesos largos se relevaron específicamente en dos húmeros, un radio, cinco fémures, dos tibias y un peroné. En términos generales, se presentan tanto aisladas como en grupos, son superficiales a profundas y con longitudes que van de cortas a largas. En base a sus ubicaciones tanto en diáfisis como en epífisis, se las vinculó con acciones de desarticulación (Figura 8C) y descarnado. A excepción de una falange hallada en el paquete funerario LTC1-S4, las huellas antrópicas en huesos cortos relevadas en el conjunto del sitio sólo se identificaron en elementos aislados. Se registraron en un metatarso y tres falanges y se caracterizan por ser cortas y profundas (Figuras 8D y 8E), lo que permitiría vincularlas con acciones de corte de tendones y ligamentos.

DISCUSIÓN

El registro mortuario de sitios arqueológicos localizados en el Noreste Argentino da cuenta de la existencia de una gran variedad de prácticas inhumatorias (véase síntesis en Ramos van Raap, 2018). Este abanico de modalidades incluye entierros en los cuales se evidencia una mínima intervención hasta otros en donde existió una intensa manipulación de los cuerpos previa a su inhumación final. Esta última situación se expresa en varias de las inhumaciones del sitio Los Tres Cerros 1. Con el fin de profundizar en el conocimiento de estas prácticas, en este trabajo se llevaron a cabo estudios tafonómicos relacionados con el cálculo de diferentes índices y con el relevamiento de huellas de corte.

La aplicación de índices de fragmentación, representación y completitud ósea permitió tener una primera aproximación sobre la preservación de los entierros humanos hallados en el sitio. En términos generales, la preservación ósea en contextos arqueológicos se ve afectada por diferentes variables, tales como la morfología, el tamaño y la densidad de cada hueso (Lyman, 1994; Mengoni Goñalons, 1999). A su vez, en estos aspectos influye directamente la edad de muerte de los individuos. En base a esto, en los sitios arqueológicos se esperaría encontrar una mayor preservación de huesos largos de subadultos con respecto a los huesos cortos de manos y pies, ya que son más identificables y sus diáfisis más resistentes (Lewis, 2007). En contraposición, en adultos, los huesos de pequeño tamaño con forma regular y alta densidad ósea (*i.e.* carpos, tarsos y falanges), serían los menos afectados por eventuales agentes postdepositacionales (véase síntesis en Luna, 2008). Al evaluar estos aspectos en el conjunto osteológico de LTC1, en primer lugar, no se registraron diferencias significativas en la fragmentación ósea según las tres categorías de edad consideradas para este análisis. En los adultos y adolescentes se observó, en general, una tendencia similar: los huesos largos y coxales, a pesar de estar mejor representados y más completos, exhiben moderada a alta

fragmentación. Por el contrario, los carpos, tarsos, falanges y rótulas están poco representados, pero presentan baja a nula fragmentación. En el caso de los subadultos, se halló una correspondencia entre la representación y la completitud de los elementos óseos. Los huesos con índices de representación más altos son los de mayor tamaño y, entre ellos, los más fragmentados son los que presentan morfología irregular (*i.e.* cráneo y mandíbula). No se han recuperado huesos cortos de las manos ni de los pies para este grupo etario, lo cual sería esperable.

En síntesis, los resultados recién mencionados se alinean con las expectativas de preservación diferencial en base a los factores intrínsecos de los elementos óseos (tamaño, morfología, densidad, porosidad, edad). Por otro lado, para comprender de manera más holística las distintas variables que influyeron sobre los entierros, resulta necesario evaluar los factores extrínsecos. Si bien el estudio de la acción de los agentes tafonómicos no-antrópicos sobre el conjunto óseo se encuentra en curso, es posible abordar el rol de los agentes antrópicos. Los análisis efectuados indican que no hay diferencias en la fragmentación según la modalidad de entierro, por lo que es probable que la remoción y redepositación de individuos haya contribuido en la fragmentación de forma homogénea en la totalidad de los entierros presentes en el núcleo de inhumación. Otro aspecto importante a tener en cuenta al evaluar la manipulación antrópica durante las prácticas funerarias es el estado (*fresco/seco*) en el que se encontraban los huesos. Sobre estas interpretaciones, el análisis de las huellas de corte aporta distintos elementos para su discusión.

El relevamiento de huellas de corte efectuado en la muestra bioarqueológica evidenció una recurrente manipulación de los cuerpos luego de la muerte. Estas trazas antrópicas fueron registradas en individuos de ambos sexos y de todas las edades y también en los distintos tipos de entierros, con una prevalencia claramente mayor en los paquetes funerarios y huesos aislados, y con menor frecuencia en los entierros primarios y en la acumulación ósea. En cuanto a los paquetes funerarios, se relevaron

huellas de corte en elementos óseos presentes en tres de estas seis inhumaciones. Las frecuencias registradas en ellas varían entre el 9,6% (LTC1-S2) y el 27,6% (LTC1-S4); cabe recordar que este último entierro es en el que más individuos están representados ($NMI = 7$). Las actividades inferidas para estas huellas son de descarnado y desarticulación, lo cual indica la ejecución intencional de tales acciones previo a la incorporación de los elementos óseos en los paquetes funerarios. También es importante destacar que dos de los tres paquetes secundarios con huellas antrópicas (LTC1-S2 y LTC1-S4) presentaban partes anatómicas articuladas (respectivamente: vértebras-costillas; radio-cúbito-carpos-metacarpos-falanges y fémur-tibia). Esto evidenciaría la inclusión simultánea de partes esqueletizadas y otras con tejido blando en estos entierros. Aun así, en algunos de estos huesos articulados (correspondientes a dos individuos del paquete LTC1-S4) se registraron huellas de corte. Estas trazas permiten inferir que también se efectuó cierta manipulación de las porciones anatómicas articuladas antes de su inclusión en este paquete funerario en particular. Por otra parte, es interesante mencionar que en los entierros secundarios LTC1-S3 y LTC1-S6 no se observaron ni huellas de corte ni partes anatómicas articuladas. Esta particularidad podría ser indicio de que los restos ingresaron esqueletizados y que, probablemente, tal esqueletización se produjo por medios naturales (por ej. a partir del entierro previo del esqueleto o la exposición del individuo a la intemperie).

Al cruzar la información entre la presencia de pigmento y de huellas de corte, se observan ambos rasgos en 11 elementos óseos correspondientes a dos de estos entierros (LTC1-S2 y LTC1-S4). Asimismo, en cuatro de estos elementos fue posible cotejar que el colorante se encuentra en el interior del surco de la huella, lo cual refleja que la aplicación del pigmento fue posterior al descarnado o desarticulación de los huesos. En conjunto, la información sobre los paquetes funerarios en relación con las huellas de corte, la presencia de partes articuladas en algunos de ellos y la aplicación de pigmento evidencian que las

acciones realizadas para la conformación de cada uno de estos entierros fueron variables, así como las trayectorias seguidas por cada uno de los individuos que los conforman.

Como se mencionó previamente, junto con los paquetes funerarios, los huesos aislados fueron los que presentaron mayor prevalencia de huellas de corte. Se registraron trazas con características variables en cuanto a sus longitudes, profundidades, ubicaciones y posibles acciones involucradas (raspado, descarnado, desarticulación). Si bien aún resta concluir el análisis tafonómico sobre el efecto de distintas variables naturales en estos elementos óseos, la alta frecuencia con trazas antrópicas evidencia que el origen de este registro no sería producto de procesos naturales que actuaron en su dispersión en el núcleo inhumatorio. De esta forma, se refuerza lo planteado previamente (Scabuzzo & Ramos van Raap, 2017), en tanto que los huesos aislados serían producto de la manipulación del núcleo inhumatorio. En este sentido, cobran relevancia los huesos que corresponden a individuos cuyos elementos óseos se encuentran presentes en el paquete funerario LTC1-S4, en la acumulación y/o de forma aislada, en los cuales también se registraron huellas antrópicas. Particularmente en el individuo adolescente LTC1-S4-4, se relevaron en total ocho elementos con al menos 35 huellas antrópicas vinculadas con actividades de desarticulación, de raspado y principalmente de descarnado. En cinco de estos elementos a su vez se observa pigmento sobre su superficie cortical y en tres de ellos pigmento dentro del surco de las huellas. Este individuo es el que posee más evidencias de huellas de corte y, además, el que se encuentra representado en distintos tipos de entierro. De tal forma, LTC1-S4-4 evidencia un tratamiento diferencial vinculado con una intensa manipulación de su cuerpo que se refleja en el proceso de esqueletización, en la selección de huesos, en la aplicación de pigmento sobre algunos de ellos y su inclusión en el paquete y en la acumulación ósea.

En cuanto a los entierros primarios, el relevamiento efectuado permitió identificar huellas de corte en tres de las siete inhumaciones de este tipo. Los huesos con evidencias

de acción antrópica corresponden tanto a elementos del esqueleto axial como apendicular. Para abordar estos resultados, en primer lugar, es menester destacar que las huellas observadas en estos tres entierros son escasas. Por otro lado, también es importante recordar que dos de estos tres esqueletos (LTC1-P1 y LTC1-P3) fueron hallados de forma completa y con sus relaciones anatómicas conservadas, sin evidenciar otras señales de manipulación antrópica (por ej. ausencia de partes esqueléticas, desarticulación parcial de regiones anatómicas, etc.). Por su parte, el entierro restante (LTC1-P7) se encuentra representado de forma incompleta, pero por el momento no puede vincularse ello con perturbaciones intencionales producto de las prácticas mortuorias dado que es posible que el resto del esqueleto pueda ser hallado en posteriores trabajos de campo. Otro aspecto a mencionar es que, al igual que en los paquetes funerarios, la aplicación de pigmento es una característica común en alguno de los entierros primarios del sitio. Los esqueletos LTC1-P1 y LTC1-P3 presentaban abundante pigmento rojo. En el caso de LTC1-P1, varios de los huesos del brazo izquierdo, como también vértebras y costillas, se encontraban teñidos con pigmento. Además, en el sedimento asociado con los elementos óseos, aparecían pequeñas concentraciones de hematita. El individuo LTC1-P3 en posición decúbito ventral, salvo los miembros inferiores, se encontraba cubierto en su parte dorsal por una gran cantidad de sedimento arcilloso mezclado con ocre (ver figura 5C en Scabuzzo et al., 2015). Aún así, justamente los elementos óseos con las trazas antrópicas de estos esqueletos no presentan pigmento en su superficie.

Sin lugar a dudas el registro de estas trazas antrópicas en tres entierros primarios resulta interesante, en tanto no son comunes de hallar en este tipo de contexto funerario y son más difíciles de interpretar en comparación con los entierros secundarios, aún más teniendo en consideración los aspectos recién mencionados. Los indicios de manipulación que son evidentes en estos casos (la presencia -aunque escasa- de huellas de corte

y/o la aplicación por encima de ellos de pigmento y/o sedimento arcilloso), invitan a discutir el carácter primario de estas inhumaciones. Tradicionalmente se considera que los entierros primarios se caracterizan por el entierro de los cuerpos de manera inmediata luego del deceso y con poca o nula intervención sobre los individuos (Sprague, 2005). Sin embargo, los datos aquí aportados sobre estos tres entierros dan cuenta de cierta manipulación antrópica intencional sobre ellos, de modo tal que podrían ser considerados como 'entierros primarios perturbados'. El entierro LTC1-P6 también podría ser considerado bajo este rótulo; si bien sobre los elementos óseos de este individuo no fueron registradas huellas de corte, es sugerente el hecho de que estén ausentes algunas regiones anatómicas de este esqueleto como se señaló previamente.

El estudio de las modificaciones antrópicas se viene desarrollando en distintas regiones del país con el fin de aportar al entendimiento de los patrones mortuorios y a la reconstrucción del repertorio de comportamientos vinculados con el tratamiento de los cuerpos. A nivel extrarregional, el relevamiento de huellas de corte en paquetes funerarios fue efectuado en diferentes sitios de la Región Pampeana (ver Barrientos et al., 2002; M. González, 2010; Flensburg et al., 2011; Bottini et al., 2020). En estos estudios, la frecuencia de elementos óseos afectados fue variable. Particularmente, en los sitios La Petrona y Paso Alsina 1 se registraron frecuencias de huellas de procesamiento entre el 4% y 38% en los entierros analizados (Flensburg et al., 2011; M. González, 2013). Tales inhumaciones son de tipo secundarias y se destaca además un entierro primario del sitio La Petrona, cuyas huellas fueron interpretadas como producto de la extracción de partes blandas y no de desarticulación del esqueleto (Flensburg et al., 2011). Por otro lado, en el sitio Médano Petroquímica, Bottini et al. (2020) relevaron huellas de corte en el 1% de los elementos analizados correspondientes a tres rasgos funerarios múltiples. En cuanto a los estudios efectuados en el registro bioarqueológico del NEA, se analizaron entierros procedentes tanto de sitios asignados

a la entidad arqueológica Guaraní como a sitios no vinculados con esta entidad; los fechados radiocarbónicos los ubican temporalmente en el Holoceno tardío, entre ca. 400 y 700 años 14C AP (Mazza et al., 2016; Plischuk et al., 2020). En el primer caso, se registraron huellas de corte en entierros secundarios de dos sitios (Arroyo Fredes y Arroyo La Glorieta, Delta Inferior del río Paraná); los resultados indicaron la presencia de trazas de descarnado y de desarticulación en el 3,45% de los huesos analizados, que corresponden a un número mínimo de seis individuos (Mazza et al., 2016). En el segundo caso, el análisis de un paquete secundario múltiple del sitio Pavenhan (provincia de Chaco), evidenció la presencia de huellas de corte en el 0,39% de los elementos, las cuales se interpretaron como parte del proceso de confección y armado de este entierro (Plischuk et al., 2020). Por otro lado, en las inhumaciones secundarias e indeterminadas procedentes de los sitios arqueológicos Cerro Mayor, Escuela 31 y Cerro Lutz (Humedal del Paraná Inferior; Mazza et al., 2018), los elementos óseos con huellas de corte alcanzan el 0,39%. Las mismas se asociaron con acciones de descarnado y desarticulación, y su presencia fue interpretada en relación con el armado de paquetes funerarios previo a las inhumaciones finales (Mazza et al., 2018).

Al comparar los trabajos mencionados con los resultados presentados en esta publicación, se distinguen ciertos aspectos. Por un lado, se destaca la elevada frecuencia de huesos con huellas de corte en LTC1 (6,68%), particularmente en relación con los registros del NEA. En relación con esta última observación, si bien hay similitud de las modalidades inhumatorias entre los sitios mencionados, las diferencias en las prevalencias de las huellas denotan que existieron distintas trayectorias en los procesos de formación, particularmente de los paquetes funerarios. Por otro lado, es notable el registro de huellas de manipulación en tres entierros primarios de LTC1, dado que no existen casos similares a nivel regional y solamente fue mencionado para un entierro de la Región Pampeana (Flensburg et al., 2011).

En el conjunto osteológico analizado, se identificaron huellas antrópicas de distintas longitudes, profundidades y grosores; mientras algunas son muy finas, en el otro extremo se hallaron algunas de tipo *chop mark*, las cuales dan indicio de una acción de impacto más que de corte. Esta variación de las trazas registradas evidencia varios aspectos: el empleo de distintos instrumentos para efectuarlas; la aplicación de distinta fuerza al realizar las acciones de desollamiento, raspado, descarnado y desarticulación; y el estado de los huesos en relación con la menor o mayor presencia de tejido blando aún presente en el momento de la manipulación de los esqueletos. Sobre el interrogante de qué clase de instrumentos se pudieron haber utilizado para realizar estas prácticas, debe mencionarse que en los conjuntos tecnológicos de sitios asignados a la entidad Goya-Malabrigo predominan los instrumentos óseos por sobre los líticos, debido a la escasa disponibilidad de rocas en la región (Bonomo et al., 2009, 2019; Bonomo, 2012, 2013; Bastourre, 2014; Apolinaire, 2017). El repertorio del instrumental óseo incluye principalmente puntas, cabezales de arpón, punzones, agujas, entre otros (Bonomo, 2012), cuyas funciones no se relacionarían con el descarnado y procesamiento de los cuerpos. Por su parte, los análisis funcionales sobre los instrumentos líticos indican que éstos han sido empleados -de forma intensiva y mediante una estrategia conservada dada su escasez- para trabajar huesos, astas, maderas y pieles (Bonomo, 2012; Leipus, 2019) y, de esta forma, podrían haber sido empleados durante las prácticas funerarias. Finalmente, otra posibilidad involucra el uso de valvas de molusco para llevar a cabo las tareas de procesamiento de los cuerpos. Los análisis experimentales realizados con valvas permitieron comprobar la efectividad de sus filos, los cuales dejarían como resultado marcas similares a las producidas por instrumentos líticos (Toth & Woods, 1989; Choi & Driwantoro, 2007; Buc et al., 2010). Cabe recordar en este punto que el registro malacológico (*Diplodon* sp. principalmente) es abundante en los sitios arqueológicos del Delta del Paraná y, particularmente en el sitio LTC1, fueron halladas concentraciones de valvas en asociación

con algunos entierros (Scabuzzo & Ramos van Raap, 2017). En síntesis, hasta el momento la información conocida para el área no permite vincular las huellas de procesamiento de los cuerpos con el uso de algún tipo específico de materia prima del instrumental. En este sentido, los futuros estudios se orientarán a realizar análisis específicos y de experimentación que permitan profundizar sobre este punto.

En lo que respecta al estado en el que se encontraban los cuerpos al momento de su manipulación, en primer lugar, hay que considerar que las acciones antrópicas podrían efectuarse en diferentes etapas del proceso de descomposición de los cuerpos. Como resultado de esto se pueden dejar huellas sobre los huesos que varían en su frecuencia, su distribución y sus características micromorfológicas (Bello et al., 2016). A partir de trabajos experimentales se planteó que la frecuencia de marcas de corte sobre los huesos durante las primeras etapas de descomposición sería baja, dado que la carne produciría el deslizamiento del filo. Por el contrario, durante una descomposición avanzada y al haber poca materia orgánica en los elementos, las incisiones podrían realizarse de forma más fácil (Wallduck & Bello, 2018). Particularmente con las actividades de desarticulación, es importante diferenciar entre las uniones persistentes (por ej. entre vértebras lumbares y torácicas, unión sacroilíaca, rodillas, tobillos y tarsos) y las lábiles (por ej. entre falanges, vértebras cervicales, cadera, temporomandibular), cuya principal diferencia está dada por la presencia de ligamentos más o menos gruesos y fuertes y, por lo tanto, difieren en el tiempo en el que ocurriría su desmembramiento natural (Duday & Guillon, 2006; Duday, 2009). Como mencionan algunos autores, en los entierros secundarios no sería común registrar huellas de desarticulación en articulaciones lábiles, dado que la intervención antrópica en el armado de los paquetes ocurriría después de un período de descomposición (Bello et al., 2016). Al tener en cuenta los aspectos recién resumidos y evaluar los resultados aquí obtenidos, en los paquetes funerarios y en los huesos aislados se observaron tanto huellas de descarnado como

de desarticulación, tanto en uniones persistentes como lábiles. Entre estas últimas se distinguen algunas huellas en la articulación lábil de la cadera, las cuales serían entonces indicio de que los cuerpos de estos individuos fueron manipulados durante momentos iniciales del proceso de descomposición y que aun así quedaron registradas estas actividades en los elementos. En conjunto, los resultados indican que los momentos en los cuales se efectuó el procesamiento de los cuerpos inhumados en LTC1 fue variable, desde aquellos que fueron intervenidos próximo a su deceso hasta aquellos con avanzado grado de esqueletización.

CONCLUSIÓN

A partir de este trabajo sobre el conjunto bioarqueológico de Los Tres Cerros 1, la implementación de diferentes índices permitió, en términos generales, aportar nuevos datos sobre la preservación de los entierros del sitio; y, particularmente, sustentar la ocurrencia de una perturbación antrópica del núcleo inhumatorio que afectó de manera homogénea al conjunto de los entierros humanos. Por su parte, el relevamiento de un considerable porcentaje de huellas antrópicas en individuos de ambos sexos, de distintas edades y de los distintos tipos de inhumaciones, evidencia una intensa y variable manipulación de los cuerpos. Las huellas encontradas varían de finas a gruesas, superficiales y profundas y se registraron en forma de corte, de raspado y también huellas producto de impactos más fuertes. A partir de sus características y su ubicación, los conjuntos de las trazas relevadas se asociaron con la desarticulación de porciones anatómicas, con la remoción de paquetes musculares y también de ligamentos y tendones. Asimismo, durante diferentes momentos de estas prácticas, se suma la aplicación de pigmento en algunos de los elementos óseos. Estos datos en conjunto dan cuenta de que mientras algunos cuerpos fueron enterrados sin ningún tipo de intervención previa a su inhumación final, sobre otros individuos se evidencian trayectorias distintas que involucraron una alta manipulación.

La información recabada en este trabajo colabora con una mayor comprensión de la historia de la formación del registro mortuario del sitio, la cual será complementada a su vez con la continuación de los análisis tafonómicos en el conjunto óseo. Finalmente, los datos recabados permiten acercarnos a la reconstrucción del repertorio de los comportamientos funerarios y acceder al plano simbólico de las interacciones entre la vida y la muerte por parte de los grupos prehispánicos que habitaron el área bajo estudio.

AGRADECIMIENTOS

La realización de estas investigaciones fueron posibles gracias al apoyo de distintos proyectos de investigación (PICT 0813 dirigido por la Dr. C. Scabuzzo y PIP 0467 dirigido por el Dr. G. Politis). Las autoras quieren agradecer a Carola Castiñeira por el apoyo brindado a lo largo de este trabajo.

REFERENCIAS

- Apolinaire, E. (2017). *Arqueología del suroeste de Entre Ríos: Tecnología, subsistencia e interacción social en tiempos prehispánicos* [Tesis doctoral, Universidad Nacional de La Plata, Buenos Aires, Argentina].
- Barrientos, G., Oliva, F., & Del Papa, M. (2002). Historia pre y postdeposicional del entierro secundario del sitio Laguna Los Chilenos I (Pcia. de Buenos Aires). *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología*, 27, 303-325.
- Bastourre, M. (2014). Estudios arqueofaunísticos en el Delta Superior del Paraná: El sitio Los Tres Cerros 1 (Provincia de Entre Ríos, Argentina). *Revista Chilena de Antropología*, 30, 109-115.
- Bello, S., Wallduck, R., Dimitrijevic, V., Zivaljevic, I., & Stringer, C. (2016). Cannibalism versus funerary defleshing and disarticulation after a period of decay: Comparisons of bone modifications from four prehistoric sites. *American Journal of Physical Anthropology*, 161(4), 722-743. <https://doi.org/10.1002/ajpa.23079>
- Binford, L. R. (1981). *Bones: ancient men and modern myths*. Academic Press.
- Bonomo, M. (2012). *Historia prehispánica de Entre Ríos*. Fundación de Historia Natural Félix de Azara.
- Bonomo, M. (2013). Reanálisis de la colección de Samuel Lothrop procedente del Delta del Paraná. *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología*, 38(1), 169-198.
- Bonomo, M., Capdepon, I., & Matarrese, A. (2009). Alcances en el estudio de colecciones: Los materiales arqueológicos del Delta del río Paraná depositados en el Museo de La Plata (Argentina). *Revista de Arqueología Sudamericana*, 5(1), 68-101.
- Bonomo, M., Politis, G., Silva, C., Bastourre, M., Ramos van Raap, M. A., Castiñeira, C., . . . Apolinaire, E. (2016). Estado actual de las investigaciones en la localidad arqueológica Laguna de los Gansos (Diamante, Entre Ríos). *Revista del Museo de Antropología*, 9(2), 51-66. <https://doi.org/10.31048/1852.4826.v9.n2.14530>
- Bonomo, M., Di Prado, V., Silva, C., Scabuzzo, C., Ramos van Raap, M. A., Castiñeira Latorre, C., . . . Politis, G. (2019). Las poblaciones indígenas prehispánicas del río Paraná Inferior y Medio. *Revista del Museo de La Plata*, 4(2), 585-620. <https://doi.org/10.24215/25456377e089>
- Botella López, M., Alemán, I., & Jiménez, S. A. (2000). *Los huesos humanos: manipulación y alteraciones*. Edicions Bellaterra.
- Botella López, M. (2005). Diagnóstico diferencial de las marcas de corte sobre los huesos humanos. In A. Cañelas Trobat (Ed.), *Nuevas perspectivas del diagnóstico diferencial en Paleopatología* (pp. 87-100). Asociación Española de Paleopatología.
- Bottini, M., Arrieta, M., & Bernardi, L. (2020). El comportamiento mortuario de los cazadores recolectores del sitio Médano Petroquímica (La Pampa, Argentina). Caracterización preliminar desde un abordaje tafonómico. *Chungara Revista de Antropología Chilena*, 52(2), 241-259. <http://dx.doi.org/10.4067/S0717-73562020005000901>
- Brown, J. A. (1981). The search for rank in prehistoric burials. In R. Chapman, I. Kinnes & K. Randsborg (Eds.), *The Archaeology of Death* (pp. 25-37). Cambridge University Press.
- Brea, M., Franco, M. J., Bonomo, M., & Politis, G. (2013). Análisis antracológico preliminar del sitio arqueológico Los Tres Cerros 1 (Delta Superior del río Paraná). *Revista del Museo de La Plata*, 13(87), 345-360.
- Buc, N., Silvestre, R., & Loponte, D. (2010). What about shells? analysis of shell and lithic cut-marks: The case of the Paraná wetland (Argentina). *Munibe Suplemento – Gehigarria*, (31), 252-261.
- Buikstra, J., & Ubelaker, D. (1994). *Standards for data collection from human skeletal remains*. Arkansas Archeological Survey.
- Caggiano, M. A., Flores, O., Méndez, M., & Salceda, S. (1978). Nuevos aportes para el conocimiento antropológico del Delta del Paraná. *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología*, 12(8), 155-174.
- Caggiano, M. A., & Flores, O. (2001). La ocupación humana en el delta del Paraná, a propósito de nuevos fechados radiocarbónicos. *Actas del XIV Congreso Nacional de Arqueología Argentina*, Argentina.

- Carr, C. (1995). Mortuary practices: Their social, philosophical-religious circumstantial, and physical determinants. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 2(2), 105-200.
- Choi, K., & Driwantoro, D. (2007). Shell tool use by early members of *Homo erectus* in Sangiran, central Java, Indonesia: cut mark evidence. *Journal of Archaeological Science*, 34(1), 48-58. <https://doi.org/10.1016/j.jas.2006.03.013>
- Cocco, G., Barboza, C., & Ayuso, M. P. (2004). La interpretación del registro bioarqueológico en el sector sur del Bajo de Los Saladillos, provincia de Santa Fe. *Revista de la Escuela de Antropología*, 9, 173-186.
- Comero, S. (2009). Apuntes de arqueología de islas. Sitio El Castaño, boca de La Milonga, río Paraná. *Anuario de Arqueología*, 1(1), 153-160.
- Comero, S. (2016). Sitio La Lechuza: Aportes para la investigación en la arqueología norte de Santa Fe. In *Actas del XIX Congreso Nacional de Arqueología Argentina* (pp. 480-484). Universidad Nacional de Tucumán.
- De Brito, A., & Vulcano C. (1985). Arqueología de un yacimiento indígena. *América*, 4, 93-104.
- Di Prado, V. (2015). Primeras etapas de elaboración cerámica en los Tres Cerros 1 (Victoria, Entre Ríos). Caracterización mediante petrografía de pastas. *Intersecciones en Antropología*, 3, 23-32.
- Duday, H., & Guillon, M. (2006). Understanding the circumstances of decomposition when the body is skeletonized. In A. Schmitt, E. Cunha & J. Pinheiro (Eds.), *Forensic Anthropology and Medicine: Complementary sciences from recovery to cause of death* (pp. 117-157). Humana Press Inc.
- Duday, H. (2009). *The Archaeology of the dead: Lectures in archaeoethanatology* (Vol. 3). Oxbow Books. <https://doi.org/10.2307/j.ctt1cd0pkv>
- Echegoy, C. (1994). *Los fechados C14 de Arroyo Aguilar. Arqueología del Paraná 2. Reconquista*. Museo Municipal de Arqueología y Paleontología.
- Fisher, J. W. (1995). Bone surface modifications in zooarchaeology. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 2(1), 7-68. <https://doi.org/10.1007/BF02228434>
- Flensburg, G., Martínez, G., González, M., & Bayala, P. (2011). Revisión de los restos óseos humanos del sitio La Petrona (transición Pampeano-Patagónica Oriental, Argentina). *Magallania*, 39(1), 179-191. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-22442011000100011>
- Garizoin, G., Petrone, S., García Mancuso, R., Plischuk, M., Desántolo, B., Inda, A. M., & Salceda, S. A. (2016). Análisis de preservación ósea y dentaria en dos grupos etarios: Su importancia en el estudio de conjuntos esqueléticos. *Intersecciones en Antropología*, 17, 353-362.
- Gaspar, F. (1950). *Investigaciones arqueológicas y antropológicas en un "cerrito" de la isla Los Marinos (prov. de Entre Ríos)*. Universidad Nacional de Córdoba.
- Gatto, S. (1939). El Paradero-Cementerio de Brazo Largo (Delta del Paraná): noticia preliminar. *Physis*, 16, 365-376.
- González, A. R. (1947). *Investigaciones arqueológicas en las nacientes del Paraná Pavón*. Universidad Nacional de Córdoba.
- González, M. E. (2010). Huellas de corte y análisis contextual en restos óseos humanos de la cuenca inferior del río colorado: Implicaciones para el entendimiento de las prácticas mortuorias. In M. Berón, L. Luna, M. Bonomo, C. Montalvo, C. Aranda & M. Carrera Aizpitarte (Eds.), *Mamül Mapu: Pasado y presente desde la arqueología pampeana* (pp. 215-226). Editorial Libros del Espinillo.
- González, M. E. (2013). Procesos de formación y efectos tafonómicos en entierros humanos: El caso del sitio Paso Alsina 1 en Patagonia Nororiental Argentina. *Magallania*, 41(1), 133-154. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-22442013000100007>
- Leipus, M. (2019). Resultados preliminares de la aplicación de la metodología de análisis funcional de base microscópica a conjuntos líticos del Delta del Paraná e interior de la provincia de Entre Ríos. In L. Salvatelli, M. V. Roca & A. Schmitz (Comps.), *Libro de Resúmenes del VIII Encuentro de Discusión Arqueológica del Nordeste* (p. 31). Universidad Nacional de Misiones.
- Lewis, M. (2007). *The bioarchaeology of children*. Cambridge University Press.
- Lothrop, S. (1932). Indians of the Paraná Delta River. *Annals of the New York Academy of Science*, 33(1), 77-232. <https://doi.org/10.1111/j.1749-6632.1931.tb55200.x>
- Luna, L. H. (2008). *Estructura demográfica, estilo de vida y relaciones biológicas de cazadores-recolectores en un ambiente de desierto. Sitio Chenque I (Parque Nacional Lihué Calel, provincia de La Pampa)* (BAR International Series 1886). Archaeopress.
- Lyman, R. (1987). Archaeofaunas and butchery studies: A taphonomic perspective. *Advances in Archaeological Method and Theory*, 10, 249-337.
- Lyman, R. (1994). *Vertebrate taphonomy*. Cambridge University Press.
- Mazza, B. (2010). Cerro Lutz: Aproximaciones al estudio de las prácticas mortuorias de las sociedades cazadoras-recolectoras del Humedal del Paraná Inferior. *La Zaranda de Ideas: Revista de Jóvenes Investigadores en Arqueología*, 6, 91-116.
- Mazza, B., Acosta, A., & Loponte, D. (2016). Nuevos datos para las inhumaciones en urnas de sitios arqueológicos guaraníes del extremo meridional de la Cuenca del Plata. *Revista Chilena de Antropología*, 34, 81-96.

- Mazza, B., Acosta, A., Guarido, A., Buc, N., & Loponte, D. (2018). Anthropogenic modifications to archaeological human bones from the lower Paraná River basin (Argentina). *Journal of Archaeological Science: Reports*, 20, 647-661. <https://doi.org/10.1016/j.jasrep.2018.06.013>
- Mengoni Goñalons, G. (1999). *Cazadores de guanacos de la estepa patagónica*. Sociedad Argentina de Antropología.
- Mondini, M. (2003). *Formación del registro arqueofaunístico en abrigos rocosos de la Puna Argentina* [Tesis doctoral, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina].
- Politis, G., Bonomo, M., Castiñeira, C., & Blasi, A. (2011). Archaeology of the Upper Delta of the Paraná River (Argentina): Mound construction and anthropic landscapes in the Los Tres Cerros locality. *Quaternary International*, 245(1), 74-88. <http://doi.org/10.1016/j.quaint.2011.02.007>
- Politis, G., & Bonomo, M. (2012). La entidad arqueológica Goya-Malabrigo (ríos Paraná y Uruguay) y su filiación Arawak. *Boletín de la Sociedade de Arqueologia Brasileira*, 25(1), 10-46. <https://doi.org/10.24885/sab.v25i1.338>
- Politis, G., & Bonomo, M. (2018). Estado actual y perspectivas de Goya-Malabrigo, una sociedad indígena del Noreste argentino. In Autor (Eds.), *Goya-Malabrigo: Arqueología de una sociedad indígena del noreste argentino* (pp. 9-44). Editorial UNICEN.
- Plischuk, M., Desántolo, B., Mancuso, R. G., Ceruti, C., & Lamenza, G. (2020). Entierro secundario múltiple en el chaco austral. Sitio Pavenhan (Vera, Santa Fé). *Revista Argentina de Antropología Biológica*, 22(2), 1-15. <https://doi.org/10.24215/18536387e021>
- Ramos van Raap, M. A. (2018). El registro mortuorio de la entidad arqueológica Goya-Malabrigo. En G. Politis & M. Bonomo (Eds.), *Goya-Malabrigo: Arqueología de una sociedad indígena del noreste argentino* (pp. 175-199). Editorial UNICEN.
- Ramos van Raap, M. A., Scabuzzo, C., Di Lorenzo, B., & Batalla, Y. (2019). Determinación de sexo a partir de métodos cuantitativos en entierros humanos del sitio Los Tres Cerros 1 (Delta superior del río Paraná, Entre Ríos). *Arqueología*, 25(3), 167-182. <https://doi.org/10.34096/arqueologia.t25.n3.7328>
- Robb, J., Elster, S. E., Isetti, E., Knusel, C. J., Tafuri, M. A., & Traverso, A. (2015). Cleaning the dead: Neolithic ritual processing of human bone at Scaloria Cave, Italy. *Antiquity*, 89(343), 39-54. <https://doi.org/10.15184/aqy.2014.35>
- Scabuzzo, C., & Ramos van Raap, M. A. (2017). Nuevos resultados de los estudios osteológicos del sitio Los Tres Cerros 1 (Delta Superior del río Paraná). *Comechingonia: Revista de Arqueología*, 21(2), 201-228.
- Scabuzzo, C., Ramos van Raap, M. A., Bonomo, M., & Politis, G. (2015). Estudios bioarqueológicos en el sitio Los Tres Cerros 1 (Delta Superior del río Paraná, Entre Ríos, Argentina). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 10(2), 509-535. <https://doi.org/10.1590/1981-81222015000200015>
- Schmitz, P., Ceruti, C., González, A., & Rizzo, A. (1972). Investigaciones arqueológicas en la zona de Goya (Corrientes, Rep. Argentina). *Dédalo, Revista de Arqueología y Etnología*, 8(15), 11-121.
- Shipman, P. (1986). Scavenging or hunting in early hominids: Theoretical framework and tests. *American Anthropologist*, 88, 27-43.
- Schroeder, S. (2001). Secondary disposal of the dead: Cross-cultural codes. *World Cultures*, 12(1), 77-93.
- Solari, A. (2010). *Identificación de huellas de manipulación intencional en restos óseos humanos de origen arqueológico* [Tesis doctoral, Universidad de Granada, Granada, España].
- Solari, A., & Monteiro da Silva, S. F. S. (2017). Sepultamentos secundários com manipulações intencionais no Brasil: Um estudo de caso no sítio arqueológico Pedra do Cachorro, Buíque, Pernambuco, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 12(1), 135-155. <https://doi.org/10.1590/1981.81222017000100008>
- Sprague, J. (2005). *Burial terminology: A Guide for Researchers*. Altamira Press.
- Strauss, A. (2016). Os padrões de sepultamento do sítio arqueológico Lapa do Santo (Holoceno Inicial, Brasil). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 11(1), 243-276. <https://doi.org/10.1590/1981.81222016000100013>
- Tainter, J. A. (1978). Mortuary practices and the study of prehistoric social systems. In M. B. Schiffer (Ed.), *Advances in Archaeological Method and Theory I* (pp. 105-41). Academic Press.
- Torres, L. M. (1911). *Los primitivos habitantes del Delta del Paraná*. Universidad Nacional de La Plata. [Biblioteca Centenaria 4].
- Toth, N., & Woods, M. (1989). Molluscan shell knives and experimental cut-marks on bones. *Journal of Field Archaeology*, 16(2), 250-255. <https://doi.org/10.1179/jfa.1989.16.2.250>
- Walker, P. L., Johnson, J. R., & Lambert, P. M. (1988). Age and sex biases in the preservation of human skeletal remains. *American Journal of Physical Anthropology*, 76(2), 183-188. <https://doi.org/10.1002/ajpa.1330760206>
- Wallduck, R., & Bello, S. M. (2018). Cut mark micro-morphometrics associated with the stage of carcass decay: A pilot study using three-dimensional microscopy. *Journal of Archaeological Science: Reports*, 18, 174-185. <https://doi.org/10.1016/j.jasrep.2018.01.005>
- White, T. (1992). *Prehistoric Cannibalism at Mancos 5MTUMR-2346*. Princeton University Press.

CONTRIBUCIÓN DE LOS AUTORES

C. Scabuzzo contribuyó con análisis formal, investigación, supervisión, borrador del escrito original; M. A. Ramos van Raap con investigación, supervisión, borrador del escrito original; B. M. Di Lorenzo con análisis formal, metodología, borrador del escrito original; D. Selan con análisis formal, metodología, borrador del escrito original; y M. P. Rios con análisis formal, metodología, borrador del escrito original.

História e memória da pesquisa e acervo arqueológico da Usina Hidrelétrica de Balbina

History and memory of the research and archaeological collection of the Balbina Hydroelectric Power Plant

Rhuan Carlos dos Santos Lopes^I  | Juliana Rossato Santi^{II}  | Anna Barbara Cardoso da Silva^{III}  |
Taciane Silveira Souza^{III}  | Amauri Assis Matos^{III}  | Wagner Fernando Veiga^{III}  | Guilherme Viana^I 

^IUniversidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção, Ceará, Brasil

^{II}Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, Rondônia, Brasil

^{III}Inside Consultoria Científica. Belém, Pará, Brasil

Resumo: O artigo objetiva reconstruir a memória do acervo arqueológico da Usina Hidrelétrica de Balbina, situada no município de Presidente Figueiredo, estado do Amazonas. Para isso, abordamos aspectos ligados à Arqueologia amazônica e à construção de usinas geradoras de energia elétrica na década de 1980, bem como as políticas do licenciamento ambiental brasileiras. Partimos do debate sobre formação de acervos arqueológicos no Brasil tendo em vista o conceito de estratigrafia do abandono. A pesquisa foi realizada em instituições arquivísticas e através de entrevistas com profissionais ligados ao Projeto de Salvamento Arqueológico da UHE Balbina (SAUHEB). Com isso, apresentamos como ocorreu o processo de esquecimento de um conjunto de fontes arqueológicas, circunscritas no terreno das memórias exiladas, e ressignificadas a partir das ações patrimoniais contemporâneas.

Palavras-chave: Arqueologia amazônica. Arqueologia e grandes empreendimentos. História da Arqueologia.

Abstract: This study aims to reconstruct the memory of the archaeological collection of the Balbina Hydroelectric Power Plant, located in the city of Presidente Figueiredo, Amazonas State. For this purpose, we addressed aspects related to Amazonian Archeology and the construction of power generation plants in the 1980s, as well as the Brazilian environmental licensing policies. We start with the debate on the formation of archaeological collections in Brazil focusing on the concept of abandonment stratigraphy. The research was carried out in archival institutions and through interviews with professionals connected to the Archaeological Rescue Project of Balbina Hydroelectric Power Plant (SAUHEB). Based on the findings, we present how the process of forgetting a set of archaeological sources occurred, circumscribed in the field of exiled memories and resignified through contemporary historical heritage actions.

Keywords: Amazonian Archeology. Archeology and big enterprises. Archeology History.

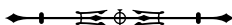
Lopes, R. C. S., Santi, J. R., Silva, A. B. C., Souza, T. S., Matos, A. A., Veiga, W. F., & Viana, G. (2022). História e memória da pesquisa e acervo arqueológico da Usina Hidrelétrica de Balbina. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 17(2), e20210043. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0043

Autor para correspondência: Rhuan Carlos dos Santos Lopes. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Avenida da Abolição, 3 – Centro. Redenção, CE, Brasil. CEP 62790-000 (rhuanlopes@unilab.edu.br).

Recebido em 15/05/2021

Aprovado em 09/12/2021

Responsabilidade editorial: Jorge Eremites de Oliveira



INTRODUÇÃO

O artigo objetiva reconstruir a memória do acervo arqueológico da Usina Hidrelétrica (UHE) de Balbina, situada no município de Presidente Figueiredo, no estado do Amazonas. Para isso, abordamos aspectos ligados à Arqueologia amazônica e à construção de usinas geradoras de energia elétrica, ambos na década de 1980, bem como as políticas do licenciamento ambiental brasileiras. Os resultados apresentados neste artigo são oriundos do levantamento histórico que integra o projeto de curadoria do acervo arqueológico do Museu de Balbina, atualmente em curso¹. Parte da pesquisa consistiu no levantamento de documentos primários produzidos ao longo do Programa de Pesquisa e Salvamento do Patrimônio Cultural e Arqueológico na Área do Reservatório da UHE Balbina (SAUHEB), tendo em vista os seguintes objetivos específicos: (a) pesquisa em acervos bibliográficos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e bibliotecas públicas de Manaus, Amazonas; (b) levantamento de acervos digitais disponíveis na rede mundial de computadores; (c) entrevistas com pesquisadores atuantes no salvamento arqueológico e nas análises laboratoriais; (d) identificação e registro de coleções particulares de documentos referentes à pesquisa arqueológica em Balbina.

Metodologicamente, a pesquisa consistiu na busca sistemática de informações, fundamentada na perspectiva de integração metodológica da História e da Arqueologia. A pesquisa em Arqueologia gera diferentes tipos de documentos destinados ao registro de dados de campo e de laboratório, tais como: fichas e planilhas de registro de escavação, croquis, mapas, inventário de material arqueológico coletado, fotografias, diários de campo, relatórios; planilhas com atributos de análise, fotografias após a curadoria do acervo, resultados de datações. Além de sua

relevância para contextualização dos dados arqueológicos, essa documentação importa para a história da pesquisa arqueológica (T. Lima, 2007). A documentação primária possui caráter público e deve estar disponível à consulta. Apesar disso, em geral, os instrumentos legais acerca da pesquisa arqueológica não eram específicos quanto à atenção necessária ao arquivamento da documentação primária. A guarda dessa documentação é de responsabilidade do IPHAN, em suas regionais e área central: pedidos de autorização/permissão para pesquisas arqueológicas; portarias publicadas no Diário Oficial da União (DOU); projetos de pesquisa; relatórios de pesquisa (contendo o registro de dados de campo e laboratório); laudos; pareceres. Esses registros fazem parte da concepção ampla de registro arqueológico, ao lado dos vestígios físicos identificados em sítio (C. E. Silva & Lima, 2007).

Essa documentação, portanto, foi levantada nos arquivos da Superintendência do IPHAN de Manaus, através da consulta a processos no SEI. Paralelo a isso, realizamos levantamento na Biblioteca Pública de Manaus, em busca de periódicos que circulavam no estado do Amazonas dentro do período da execução das obras de Balbina e do salvamento arqueológico, considerando as características e o alcance desses jornais. Localizamos materiais arquivísticos no Museu da Amazônia (MUSA), na Eletrobras e no Arquivo Nacional, bem como realizamos entrevistas no intuito de buscar informações e despertar interesse por parte do entrevistado. As entrevistas não foram finalidades em si (Arce, 2000), sendo direcionadas para busca de informações históricas sobre o SAUHEB e de acervos particulares contendo documentos do projeto.

Cabe destacar que a pesquisa foi realizada em um contexto de demanda do IPHAN e do Ministério Público Federal (MPF) sobre a Eletrobras e suas concessionárias

¹ Projeto Específico de Curadoria e Educação Patrimonial - Acervo Arqueológico da UHE Balbina, Amazonas, autorizado pela Portaria IPHAN n. 22, de 9 de abril de 2020, sob coordenação de Rhuan Carlos dos Santos Lopes e Juliana Rossato Santti e executado pela Inside Consultoria Científica, em associação com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e Universidade Federal de Rondônia (UNIR), com recursos da Eletrobras/AMGT. Todos os documentos citados neste artigo podem ser consultados nos relatórios parciais do projeto, através da consulta ao processo n. 01490.000066/2006-91 no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do IPHAN.

no Amazonas², conforme será apontado a seguir. Parte das exigências consiste no levantamento da documentação de campo e laboratório produzido no âmbito do SAUHEB. Esse conjunto documental encontra-se parcialmente nos arquivos do IPHAN. Há documentos digitalizados em diferentes processos, em particular o 01490.000106/2004-33. Contudo, o material esteve disperso nos arquivos da instituição, sendo parcialmente sistematizado após 2001 (IPHAN, 2001a). Apesar disso, o IPHAN reconhece que há pouca documentação referente às etapas do projeto SAUHEB, em particular à primeira (IPHAN, 2001b). Esses documentos e parte do acervo começaram a dissipar-se e ser dilapidados ainda durante a execução do SAUHEB (Amazonas, 1988a), dificultando sobremaneira o acesso a relatórios de pesquisa, o que tem sido apontado como recorrente para os outros estudos dos componentes ambientais da UHE Balbina (Fearnside, 2015).

Tal constituição histórica é associada ao debate sobre o patrimônio arqueológico, desde aspectos ligados à sua gestão, como guarda de acervo e divulgação do conhecimento produzido nas pesquisas. Se, por um lado, pesquisas realizadas em museus e universidades consolidaram a Arqueologia no país, por outro, a inserção da disciplina nos processos de licenciamento ambiental permitiu a ampliação de locais pesquisados, pelo menos desde a década de 1970 (Barreto, 1999-2000), com a identificação de significativo número de sítios arqueológicos e geração de acervos monumentais de difícil gerenciamento (Costa & Fernandes, 2020). Como exigência legal para concessão de licenças ambientais, as investigações arqueológicas desse tipo têm permitido a produção de conhecimento sobre diferentes regiões do Brasil, possibilitando a ampliação de debates sobre temas caros à Arqueologia brasileira (Caldarelli, 2015).

Desde a criação da Lei n. 3.924, de 26 de julho de 1961, conhecida como Lei da Arqueologia, há esforços para proteção efetiva do patrimônio arqueológico diante do avanço de atividades de infraestrutura sobre sítios ainda não estudados e sua consequente destruição (Saladino, 2014). Historicamente, porém, mesmo havendo a relação entre o exponencial aumento das pesquisas arqueológicas de contrato e os processos de licenciamento ambiental (T. Lima, 2001), o fenômeno desenvolvimentista traduz as práticas de preservação como entraves ao avanço de obras e frentes econômicas (Stanchi, 2017). As pressões que empreendedores exercem sobre arqueólogos, no âmbito da execução da arqueologia de contrato, transformam as premissas de uma Arqueologia que deveria ser preventiva em outra que se torna póstuma, dada a limitação de condições para exercer os procedimentos científicos pertinentes à disciplina e a posterior criação de mecanismos compensatórios à destruição do patrimônio arqueológico (Polo, 2018).

Para entender a formação de um acervo no contexto da UHE Balbina, utilizamos o conceito de estratigrafia do abandono (Bruno, 1995, 2013), responsável “. . . pelo esquecimento das fontes arqueológicas e pela sua circunscrição no terreno das memórias exiladas” (Bruno, 1995, p. 8). No caso do acervo de Balbina, ao longo dos primeiros 34 anos de sua existência, a sua longevidade restrita ao confinamento em reservas técnicas inadequadas tem sido sintomática de conflitos entre diferentes grupos e suas forças de negociação (Bruno, 2020). Assim, esses conceitos serão abordados no sentido de refletir a partir da dimensão histórica da produção da pesquisa arqueológica e dos acervos, considerando as situações conjunturais nas quais estão inseridos e que, portanto, possuem interinfluência entre si³.

² As concessionárias da Eletrobras no Amazonas foram renomeadas ao longo das três décadas de que trata este artigo: Eletronorte, Manaus Energia, Amazonas Geração e Transmissão de Energia. Adotamos ‘Eletrobras’ como forma de unificar a referência ao longo do debate.

³ A abordagem que propomos tem influência direta do campo de pesquisa da Antropologia Histórica, em particular a desenvolvida no Brasil sobre as relações entre povos indígenas e as políticas indigenista do Estado e suas instituições (A. Lima, 1995; Oliveira, 2011).

Conforme será debatido no artigo, a dispersão desses documentos e o negligenciamento sobre o acervo arqueológico estão associados às instabilidades no gerenciamento do SAUHEB, tensões políticas e insuficiência de recursos para pesquisa e gestão do material coletado. No âmbito nacional, apesar de o SAUHEB ter sido desenvolvido em uma das fases de consolidação dos debates acadêmicos, sua realização ocorreu em período anterior à consolidação da legislação ambiental e da regulação da participação da disciplina nesses processos.

EMPREENDIMENTOS DE INFRAESTRUTURA NO NORDESTE DO AMAZONAS

Entre as décadas de 1960 e 1970, um conjunto de projetos e programas foi gerido para a Amazônia brasileira, condicionados por interesses de grupos econômicos articulados tanto no país quanto no exterior (Oliveira, 1991). A construção das rodovias BR-174 e BR-319 e o estabelecimento de um empreendimento minerador e da UHE Balbina compuseram o conjunto de obras levadas a cabo no estado do Amazonas com vista à integração da Amazônia à economia nacional (Fearnside, 2015; Valente, 2017). As estradas eram justificadas como vias de acesso aos diferentes pontos na região, conectando os estados do Amazonas, de Roraima e de Rondônia à rede rodoviária brasileira (Valente, 2017).

Empreendimentos minerários, a rodovia BR-174 e a UHE Balbina, em particular, foram operacionalizados na região nordeste do Amazonas. A rodovia de 640 quilômetros ligou a cidade de Manaus a Boa Vista, em Roraima, e começou a ser viabilizada na década de 1960. Essas ações iniciais foram voltadas tanto para estudos de viabilidade técnica quanto para a 'pacificação' do povo Waimiri-Atroari, que ocupa desde tempos imemoriais a bacia do Uatumã (Valente, 2017). A partir de 1972, com o andamento das obras da estrada, a Eletrobras deu continuidade aos estudos de viabilidade técnica da UHE Balbina, através do consórcio das empresas privadas MONASA/ENGE-RIO, que, por sua vez, executaram os

projetos básico e executivo do empreendimento (Brasil, 1984a). Apesar de ter sido inaugurada em 1977, a BR-174 ficou incompleta em sua pavimentação, o que foi apontado, anos mais tarde, como condição técnica para garantir os prazos da construção da UHE Balbina (Brasil, 1982). A demora na pavimentação da rodovia afetava as atividades econômicas que haviam justificado sua construção, especialmente nos períodos chuvosos amazônicos, quando a estrada ficava intrafegável ("Últimas notícias", 1987a, p. 2).

A UHE Balbina, portanto, relaciona-se diretamente com a BR-174 e com as atividades de mineração na região. Além disso, está ligada a interesses do governo estadual em estimular a ocupação econômica das terras à margem da BR-174 e da AM-010, esta última ligando Manaus a Itacoatiara (Eletrobras, 1989). A usina foi apresentada como um empreendimento com orçamento inicial de 370 milhões de dólares, tendo previsão de construção em cinco anos e início de operação a partir de 1979 (Brasil, 1979a). Contudo, ainda em 1978, somente as estruturas auxiliares à usina estavam concluídas, tais como estrada de ligação de Balbina com a BR-174, a pista de pouso construída nessa mesma estrada e o acampamento pioneiro utilizado pelos funcionários da obra, além de outras obras preliminares (Brasil, 1984a).

Para garantir a área necessária para a formação do reservatório da usina, a Presidência da República declarou, via decreto, a utilidade pública de 10.344,90 km² de terras situadas nos municípios de Novo Airão, Urucará, Silves e Itapiranga (Decreto n. 85.989, de abril de 1981). Foi a partir de áreas desses municípios que foi criado Presidente Figueiredo, em 1981, no contexto da construção da UHE Balbina (Santos Júnior et al., 2017). As obras da usina foram efetivamente iniciadas em 1981 e o início da concretagem em 1982 (Brasil, 1982). Em 1985, a concretagem da casa de força, do vertedouro e da tomada d'água estavam com 75% das etapas concluídas. A barragem de terra de 2.600 m estava com 55% das etapas feitas (Brasil, 1985a). Nesse mesmo ano, a construção dos diques entre os rios Abonari e Taquari foi iniciada, o que possibilitaria a formação do lago

de Balbina (Brasil, 1984b). Com isso, havia a previsão de fechamento do reservatório para janeiro de 1987 e início da operação para abril de 1988 (Brasil, 1985b).

Constantemente, havia temores em relação aos cortes orçamentários para a usina, o que, de fato, aconteceu. Em 1979, com o boato de que o governo federal havia desistido de construir Balbina, e em seu lugar erguer uma usina termoelétrica, houve mobilização de setores econômicos locais a favor da construção da UHE (Brasil, 1979b). Esse temor acompanhou toda a construção da usina e, para legitimar sua execução, grupos locais apontavam para o possível racionamento de energia no Amazonas, pela crise gerada com o custo do petróleo no exterior, estagnação econômica da região, atrofia na Zona Franca de Manaus, indicando o risco de o executivo federal perder o apoio político de grupos locais (Brasil, 1980a, 1980b, 1980c, 1981, 1984a). Em 1981, um documento informava que os cortes no orçamento fizeram com que o início da operação da usina fosse adiado para 1987 e, depois, para 1988 (Brasil, 1981); em 1985, houve previsão de nova paralisação das obras, entre maio e novembro (Brasil, 1985a). Neste mesmo ano, um conjunto de notas publicadas em periódicos locais, e assinadas por lideranças políticas e do setor econômico, argumentava que havia negligência do governo federal – pós-governo militar – diante dos projetos econômicos para o Amazonas, incluindo Balbina (Brasil, 1985b). Em 1987, ano previsto para o fechamento das comportas, agentes públicos continuavam a capitalizar politicamente a construção da usina, apresentando argumentos acerca do “estrangulamento no processo de desenvolvimento sócio-econômico do Estado [sic]” para o caso de encerramento abrupto das obras (“Braga defende...”, 1987b, p. 6). Nesse sentido, às vésperas do início do fechamento das primeiras comportas, a Eletrobras continuava apresentando informações à imprensa sobre a urgência da usina (“Construção de Balbina...”, 1987c). Quando finalmente foi concluída, em 1989, as polêmicas entorno da usina continuaram (Fearnside, 2015).

A cronologia apontada acima indica o longo período de execução da obra, com reveses políticos e orçamentários. A UHE Balbina gerou uma série de debates acerca dos impactos ambientais e sociais na bacia do rio Uatumã. As dimensões do empreendimento, incluindo sobretudo o lago formado pelo fechamento das comportas, afetou diretamente o povo Waimiri-Atroari, notadamente pelo deslocamento compulsório decorrente da inundação de aproximadamente 75% do território indígena (Baines, 1994). Somam-se a isso os impactos com a abertura da rodovia BR-174 e a posterior exploração mineral de cassiterita na região do Uatumã, sobre a reserva indígena, com abertura de estrada vicinal ligando à BR-174, a doação de lotes de terra ao longo da estrada e a construção da sede da Mineração Paranapanema (Valente, 2017; Baines, 1994). Em 1984, no ensejo da construção de Balbina, a população Waimiri-Atroari era de 350 indivíduos, enquanto, em 1905, os dados indicam aproximadamente 6.000 pessoas (Ribeiro, 1990). Esse conjunto de obras de grande porte marcou uma virada na secular resistência desse povo à presença dos não indígenas na região nordeste de Manaus e possibilitou a ligação via terrestre com outra fronteira econômica, a região de Roraima e do rio Branco (Hemming, 2009).

A articulação de grupos locais e internacionais (Oliveira, 1991) criou o ambiente necessário para justificar a construção desses empreendimentos, em particular a UHE Balbina. As lideranças políticas do Amazonas atuavam junto à Brasília, em 1982, tendo a usina como fonte de negociação para apoio em eleições no estado e a consolidação do partido político que o administrava (Fearnside, 2015). O pleito eleitoral desse ano foi vencido por outro partido que, por sua vez, manteve a execução das obras de Balbina. Para Fearnside (2015, p. 102), efetivamente, o interesse na “oferta de emprego e dos lucros do fornecimento de bens e serviços ao esforço da construção” da usina foi a razão efetiva para a continuidade das obras. Antes da sua conclusão, em 1985, começou a ser gerido, sob sigilo na esfera federal, o projeto Calha Norte. A sua característica desenvolvimentista estava

associada ao interesse na atenção à segurança das fronteiras do país. O programa começou a ser executado apenas em 1987 e ainda apontava a baixa capacidade de infraestrutura do estado do Amazonas, seja por conta da reduzida rede viária, seja pela insuficiência na oferta de energia elétrica, já que a UHE Balbina ainda estava em construção (Oliveira, 1991).

É neste amplo contexto político e econômico, integrado às escalas nacionais e internacionais, que foram executados os programas de pesquisa ambiental na área afetada pela UHE Balbina. Contudo, esses estudos foram majoritariamente realizados ao longo da construção da usina e de suas estruturas auxiliares – e não previamente a eles (Fearnside, 2015). De fato, a política ambiental no Brasil estava em seu processo de elaboração nesse momento, o que não implica dizer que havia desconhecimento dos impactos que qualquer usina pudesse causar. A resolução que regulava a produção de Estudos de Impactos Ambientais e dos Relatórios de Impactos Ambientais (EIA-RIMA), publicada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), entrou em vigor em 23 de janeiro de 1986. Apesar da Resolução CONAMA n. 24, de 18 de setembro de 1986, ter determinado a apresentação dos EIA-RIMA para fins de licenciamento tanto de usinas em funcionamento como em construção da Eletrobras, a UHE Balbina foi dispensada por ter suas obras iniciadas anteriormente (Fearnside, 2015). No ano seguinte, contudo, houve necessidade de obtenção da licença de operação, que ocorreu quando a área do reservatório da usina estava completamente fechada e a formação do lago avançava (Fearnside, 2015).

Parte dos levantamentos ambientais, portanto, foi realizada não somente em paralelo às obras, mas no ensejo do enchimento do reservatório da usina. Como demonstraremos a seguir, as pesquisas arqueológicas foram realizadas no período de finalização das principais estruturas da UHE Balbina e às vésperas do fechamento das comportas, que permitiram a formação do lago.

O COMPONENTE ARQUEOLÓGICO DA UHE BALBINA

Realizado no âmbito do licenciamento ambiental – ainda quando a participação da Arqueologia nesses processos estava longe do consenso (Stanchi, 2017), em contexto de avanço de frentes econômicas na Amazônia (Valente, 2017), e com sistemático impacto sobre os povos indígenas locais (Baines, 1994) – o salvamento arqueológico da UHE de Balbina possui reveses desde sua consecução até as análises do material resgatado nos sítios no entorno do empreendimento (Cavalcante, 2018). Objetivamente, pode-se elencar: tempo exíguo para a realização da pesquisa, impossibilidade de investigar todos os sítios arqueológicos localizados e limitação das análises do material coletado (Santos Júnior et al., 2017).

No conjunto de atividades do licenciamento ambiental tardio da UHE Balbina (Quadro 1), o governo do estado do Amazonas foi o responsável pelo componente arqueológico (A. M. Souza, comunicação pessoal, 1 out. 2019). As pesquisas arqueológicas foram realizadas através de convênio entre a Eletrobras e o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas (CEDPHA), vinculado ao gabinete do vice-governador (Amazonas, 1986a). Este conselho atua como instituição de proteção aos bens patrimoniais em nível estadual no Amazonas. O CEDPHA passou a ter atuação efetiva em 1986 (Brasil, 1986). Ainda em outubro desse ano, Almir Farias Rivas, secretário do gabinete do vice-governador, enviou ao então Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) documento apresentando os arqueólogos coordenadores do SAUHEB, Arminda Mendonça de Souza e Walter Castilho Rocha. Além disso, pedia orientações sobre a obtenção da autorização para execução do programa (Amazonas, 1986b)⁴. As tratativas junto ao SPHAN também foram endossadas pelo consórcio

⁴ Destaca-se que também há registro de cooperação com o Instituto Superior de Cultura Brasileira (ISCB), no Rio de Janeiro, então presidido pela arqueóloga Sheila Ferraz Mendonça de Souza (Amazonas, 1986c).

Quadro 1. Cronologia da execução do SAUHEB.

Evento	Período
Início das obras da UHE Balbina	1981
Início da execução do SAUHEB - 1ª etapa	Abril de 1987
Fechamento do reservatório da UHE Balbina	Setembro de 1987
Desligamento da primeira Coordenadora geral	Dezembro de 1987
Início da execução do SAUHEB - 2ª etapa	Fevereiro de 1988
Encerramento das atividades de campo do SAUHEB	Agosto de 1988
Atividades de laboratório do SAUHEB	Dezembro de 1991 a fevereiro de 1994
Término das obras da UHE Balbina	1989

MONASA-ENGE-RIO, responsável pela supervisão das atividades da pesquisa arqueológica (Enge-Rio, 1986).

O Núcleo de Arqueologia do SPHAN, em resposta aos documentos acima, registrou que sítios arqueológicos “na área da UHE Balbina já foram destruídos [sic]” e solicitou “agilização do processo, uma vez que já foram infringidos artigos da Lei Federal n. 3924/61” (IPHAN, 1986, p. 1). Somente em dezembro de 1986, o Projeto de Salvamento Arqueológico foi enviado ao SPHAN, com pedido de autorização para execução, destacando que até então nada havia sido realizado para salvaguardar o patrimônio arqueológico na área do lago de Balbina. Além disso, ratificava que o fechamento das comportas da usina estava previsto para outubro de 1987, portanto, dez meses após o pedido de autorização para pesquisa (Amazonas, 1986d). Paralelo a isso, em janeiro do ano seguinte, o CEDPHA assinou “convênio de cooperação técnica e científica” com a Eletrobras, com fins de execução do SAUHEB (“Pesquisa arqueológica na usina...”, 1987d, p. 5). De maneira geral, o convênio possuía vigência de cinco anos e estabelecia que ao CEDPHA caberia dispor de seu pessoal especializado para execução da pesquisa, bem como dispor instalações necessárias, obter as licenças e autorizações juntos aos órgãos licenciadores, além de ser o responsável pela guarda do acervo e pelas posteriores atividades de divulgação científica. Por outro lado, a Eletrobras estaria encarregada de contratar parte da equipe que iria atuar juntamente com os técnicos do

CEDPHA e oferecer apoio logístico para a pesquisa. Em março de 1987, o IPHAN emitiu autorização para execução da primeira etapa do SAUHEB (IPHAN, 2006).

Segundo matéria publicada em abril de 1987, o SAUHEB seria subsidiado por recursos federais estimados em 7 milhões de cruzados (“Equipe salvará patrimônio”, 1987). O projeto gerava grandes expectativas, tendo em vista a dimensão da área a ser pesquisada – por volta de 2.350 quilômetros quadrados; o potencial arqueológico da região do rio Uatumã – com informações apontadas previamente pela equipe de pesquisadores; bem como pela possibilidade de construção de laboratório de Arqueologia, museus em Presidente Figueiredo e Manaus, além de uma exposição itinerante (“Equipe salvará patrimônio”, 1987). Segundo Robério Braga, secretário executivo do gabinete do vice-governador, o SAUHEB consistia em uma “operação de guerra na selva em favor da cultura”, considerando a amplitude das ações do projeto (“Equipe salvará patrimônio”, 1987, p. 11).

Todavia, os trabalhos de campo e de laboratório foram realizados em curto espaço de tempo. O SAUHEB foi dividido em três etapas, nas quais foram realizados levantamentos de dados de campo e análises laboratoriais de parte do material coletado (J. Silva & Santos, n.d., p. 2). Assim, a primeira etapa de salvamento arqueológico previa a pesquisa na área da cota de enchimento do lago, a 50 metros, enquanto a segunda previa as cotas superiores (A. M. Souza, comunicação pessoal, 1 out. 2019).

O trabalho de campo foi efetivamente iniciado em 30 de abril de 1987 (A. M. Souza, comunicação pessoal, 1 out. 2019), o reservatório da UHE Balbina, todavia, foi fechado em 30 de setembro, antes da previsão oficial de 31 de outubro de 1987 (Fearnside, 2015), e, portanto, ao longo da execução da primeira etapa do projeto.

O SAUHEB gerou um conjunto de tensões políticas que implicaram seu andamento e seus resultados (Corrêa, 1994). A partir de dezembro de 1987, houve afastamento de Arminda de Souza, formalmente desligada em fevereiro do ano seguinte. As razões e tensionamentos associados não são descritas nos documentos consultados, tampouco foram esclarecidas nas entrevistas que realizamos ao longo da pesquisa para este artigo. Por outro lado, é possível acompanhar a cronologia dos acontecimentos através dos poucos documentos presentes nos arquivos do IPHAN e disponibilizados no SEI do órgão. Em carta de 02 de fevereiro de 1988 ao SPHAN, Arminda de Souza informou que sua saída do SAUHEB ocorreu em função de “atitudes arbitrárias” da administração do CEDPHA que, por sua vez, “colocavam em risco a pesquisa” (Souza, 1988a, p. 1). No dia 25 do mesmo mês, Arminda de Souza ratificou seu desligamento, apresentando a síntese dos resultados obtidos e uma cópia de documento enviado ao vice-governador, Vivaldo Frota, datado de 17 de novembro de 1987. Neste último, a arqueóloga indicou novamente suas discordâncias junto ao CEDPHA. Ela exigia o direito de poder analisar o material arqueológico coletado na primeira etapa da pesquisa (Souza, 1988b) e, em março de 1988, recebeu apoio da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), através do presidente Ondemar Dias, ratificando os direitos autorais da arqueóloga junto ao acervo gerado durante sua coordenação (SAB, 1988a).

Ao se desligar do projeto, os arqueólogos coordenadores apresentaram um resumo dos resultados obtidos pelo SAUHEB entre 29 de abril e 15 de dezembro de 1987: foram 121 sítios arqueológicos localizados, sendo que houve pesquisa sistemática em 86 deles e oito

são apresentados como ‘destruídos’; aproximadamente 1.570.000 fragmentos cerâmicos; 3.000 artefatos líticos; 18 peças cerâmicas inteiras ou parcialmente inteiras; cinco ‘pães de índio’ naturais e um ‘cultural’; uma canoa produzida pelo povo Waimiri-Atroari; um muiraquitã; maquinário da usina Pau-Rosa; quatro matacões contendo registros rupestres; 1.500 fotografias; documentação de campo com sinalizações rupestres (Souza, 1987).

Diante desse debate junto ao SPHAN, o CEDPHA, contudo, se limitou a afirmar a necessidade de reorganização da gerência da pesquisa (Amazonas, 1988h). Antes do desligamento oficial de Arminda de Souza, houve a solicitação para a segunda etapa do programa. O ofício encaminhado ao SPHAN, de 11 de dezembro de 1987, propunha que a partir de janeiro do ano seguinte o SAUHEB iniciaria essa outra fase, sob coordenação de Walter Castilho da Rocha e subcoordenação de Arminda Mendonça de Souza (Amazonas, 1987a). Após isso, o CEDPHA encaminhou um conjunto de ofícios ao SPHAN informando que outro pesquisador, Adilson da Silva, responderia como coordenador, além de dar destaque para o fato de o arqueólogo ser o responsável pelo setor de Arqueologia do CEDPHA e integrar o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA) (Amazonas, 1988b, 1988c, 1988d).

O SPHAN, por sua parte, requisitou, em março de 1988, que o CEDPHA encaminhasse os relatórios referentes à primeira etapa do SAUHEB e o projeto de pesquisa para a segunda etapa que ocorreria a partir daquele ano (SPHAN, 1988a). Neste mesmo mês, a Coordenadoria de Arqueologia do órgão informou à 11ª Diretoria Regional (11ª DR), em Manaus, sobre a ida de arqueólogas para vistoriar as atividades de pesquisa arqueológica em Balbina, bem como encaminhou documentos referentes ao SAUHEB (SPHAN, 1988b). Em março deste ano, ocorreu a realização da vistoria nas dependências do Laboratório de Arqueologia na Vila Balbina (SPHAN, 1988c). A cópia do “Parecer (inspeção do material arqueológico Projeto SAUHEB)” (SPHAN, 1988d), elencado como integrante do acervo do IPHAN, não nos

foi acessível até o momento⁵. Deve-se registrar, porém, que até junho de 1988 o relatório resultante da atividade de fiscalização não havia sido encaminhado à 11ª DR (SPHAN, 1988e) e, atualmente, este documento não está presente no acervo arquivístico do IPHAN (IPHAN, 2004b).

Em abril de 1988, a Coordenadoria de Arqueologia do SPHAN comunicou à SAB a não aceitação de Adilson da Silva como novo coordenador do programa, pedindo que a entidade indicasse outros nomes para a função (SPHAN, 1988f). Mesmo assim, o arqueólogo atuou na coordenação do programa até o seu término. Em meio a isso, o debate sobre Balbina foi amplificado na arqueologia brasileira à época, tendo em vista a solicitação, feita pelo SPHAN à SAB, acerca do SAUHEB. Segundo Dias (2009, p. 74), “a discussão sobre o tema envolvia a questão do mercado de trabalho para arqueologia de contrato, colocado em cheque em função das pesquisas arqueológicas naquela hidrelétrica”. Parte do debate dizia respeito ao perfil profissional de quem poderia assumir a coordenação do SAUHEB (SAB, 1988b). A SAB formou uma comissão, constituída por arqueólogas atuantes e por duas representantes do SPHAN. As propostas da reunião, realizada em 05 de maio de 1988, estiveram centradas na regulamentação das pesquisas de contrato (Dias, 2009). Esse documento, porém, não está presente nos atuais acervos do IPHAN e da SAB. Esta última, por outro lado, havia sido provocada anteriormente por outros membros da equipe do SAUHEB que haviam sido desligados em razão de discordâncias quanto à metodologia da pesquisa e por ‘insubordinação’ (Amazonas, 1987b). Após isso, através de uma carta, esses profissionais solicitaram à SAB instauração de comissão de ética para averiguar contexto dos seus desligamentos (Souza & Rodrigues, 1987). Não há registro do andamento desse pedido.

Em meio às denúncias e aos debates gerados entre IPHAN, SAB e arqueólogos do SAUHEB, somente em

abril de 1988 o CEDPHA encaminhou o “Relatório preliminar I – 2ª etapa”, assim como o programa SAUHEB com pedido de autorização para fase seguinte da pesquisa (Amazonas, 1988e). O segundo relatório, denominado “Relatório preliminar II”, foi encaminhado ao SPHAN em julho (Amazonas, 1988f). Por fim, o relatório final, referente à segunda etapa do projeto, foi encaminhado ao SPHAN em abril de 1989. Neste último, o coordenador destaca que houve corte de verbas em agosto de 1988, impactando na redução da equipe em 90%, na paralização das atividades de campo, na destruição de sítios arqueológicos e, por fim, restringindo as atividades da pesquisa aos trabalhos de laboratório (Amazonas, 1988g). Neste mesmo ano, no mês de maio, a Coordenadoria de Arqueologia do órgão emitiu parecer desfavorável a este relatório final. Nos trechos do documento que pudemos ter acesso – citados no Anexo 1 da Informação Técnica n. 01/2004 (IPHAN, 2004b, p. 4) –, a pesquisa é descrita como incompatível com ‘um trabalho científico’ e ‘de baixa qualidade’, apontando o desaparecimento do muiraquitã que integrava a coleção e a inconsistência nos dados sobre o quantitativo de sítios arqueológicos identificados. Por fim, determinou que o fim do projeto fosse comunicado ao SPHAN e que o acervo fosse deslocado para o CEDPHA, com os devidos cuidados de acondicionamento e transporte (IPHAN, 2006).

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS E ACERVO DA UHE BALBINA

A proposta do projeto original do SAUHEB, aprovado em 1987, elencava como objetivos: identificação de sítios arqueológicos, através de prospecções em toda área do reservatório da UHE Balbina; resgate do material arqueológico desses sítios, com escavações sistemáticas em parte deles; coletas de amostras com fins de datação

⁵ Parte da documentação do SAUHEB não está digitalizada e não foi consultada, em razão das restrições provocadas pela pandemia de Covid-19.

e análise ambiental; registro e remoção de painéis de arte rupestre; levantamento etnoarqueológico; documentação gráfica dos sítios; produção de videodocumentário; análise do acervo gerado no salvamento; e criação de museus e exposição itinerante (Souza, 1986). Esta exposição foi montada ainda em 1988, dentro do Laboratório de Arqueologia do SAUHEB (Amazonas, 1988a). Como destacado anteriormente, a pesquisa foi iniciada nove anos após a execução das estruturas auxiliares, seis anos após o início das obras da usina e seis meses antes do fechamento das primeiras comportas para formação do lago.

Os registros sobre o quantitativo de sítios identificados são divergentes (Amazonas, 1988g; IPHAN, 2006; Miller et al., 1992). Há atualmente consenso de 143 sítios arqueológicos na área do lago da UHE Balbina (Corrêa, 1994), dos quais 102 foram de fato pesquisados pelo SAUHEB. Porém, atualmente, no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do IPHAN, consta o registro de 76 sítios no município de Presidente Figueiredo⁶. Na consulta aos relatórios disponíveis, observa-se que parte significativa da identificação de sítios ocorreu na primeira etapa do projeto, enquanto na segunda etapa de campo, realizada em 04 de janeiro e 30 de junho de 1988, foram localizados 22 sítios (Amazonas, 1988a, 1988i).

Os procedimentos metodológicos adotados ao longo do projeto são descritos como: "... preenchimento da matriz zero; setorização e quadriculamento do sítio, desenhos dos perfis estratigráficos das paredes dos cortes de cada sítio; documento fotográfico e ainda apresentação dos relatórios de campo sobre os sítios ... " (Amazonas, 1988a, p. 9). Parte significativa dessas intervenções, contudo, consistia na coleta de superfície (Miller et al., 1992) e parte dos fragmentos coletados foram classificados como 'material rolado' – este último, deduzimos, dizia respeito à retirada de material das áreas afetadas pelas obras da UHE Balbina, portanto, de sítios classificados pelo SAUHEB como 'destruídos'. O acervo resgatado

é formado por aproximadamente 1.500.000 objetos cerâmicos, 3.000 fragmentos líticos e quatro matacões com gravuras rupestres (Santos Júnior et al., 2017).

O maior contingente do acervo é composto pelo material cerâmico (Miller et al., 1992). Nas análises preliminares realizadas em 1988, os aspectos decorativos desses vestígios eram definidos como policroma, incisa ponteadada e borda incisa (Amazonas, 1988g). Ao lado disso, segundo Corrêa (1994), há duas tradições arqueológicas identificadas nos sítios SJ (AM-UR-31) e Caparú (AM-UR-32), definidas como Pitinga e Caparú, respectivamente. Esta última, segundo Miller et al. (1992, p. 17), foi a única "suficientemente analisada para permitir descrições", o que possibilitou sua associação à tradição Polícroma, subtradição Saracá, com duas datações entre 1000 e 430 AP (Corrêa, 1994). Suas características gerais são: "... antiplástico com cariapé ou com areia, raramente com cauxi; manufatura por acordelado; decorado principalmente com pintado, inciso, unglado ou acanalado, com menor percentual o corrugado simples, engobo vermelho, ponteadado, carimbado, e raramente o exciso, escovado e entalhado. Superfícies regularmente alisadas. ..." (Miller et al., 1992, p. 17). Dentro das perspectivas da arqueologia amazônica do período, chamou a atenção a identificação de uma fase com essas características para os sítios arqueológicos ao longo de rios de água preta, "... visto que a Tradição Polícroma é tipicamente restrita aos habitats das várzeas dos rios de água branca. ..." [ênfase adicionada] (Miller et al., 1992, p. 21). Em um esforço etnoarqueológico, um dos objetivos do SAUHEB, os pesquisadores registraram que o povo Waimiri-Atroari classificava os vestígios cerâmicos do sítio Tapupunã, situado na aldeia de mesmo nome, como 'maroaga' – indicando 'tudo que é antigo' – e 'Atroari'. Segundo A. M. Souza (comunicação pessoal, 1 out. 2019), os indígenas participavam da pesquisa observando as escavações e informando a tipologia de acordo com suas categorias classificatórias.

⁶ Cf. Consulta sobre Sítios Arqueológicos/CNSA/SGPA (n.d.).

Acerca do material lítico, a descrição geral do acervo afirma que são: “. . . artefatos polidos, confeccionados em gnaisse e em menor quantidade estão os artefatos lascados, confeccionados em arenito silicificados, variações de calcedônia, entre outros. . .” (Amazonas, 1988g, p. 11). A única categoria de vestígio arqueológico com ampla sistematização de análise foram os registros rupestres. Corrêa et al. (1987), integrantes da primeira etapa do SAUHEB, apresentaram proposta de análise preliminar de conjunto dos registros rupestres, a partir de dez sítios com petroglifos e um com pictoglifo, localizados nas áreas de cotas baixas do lago de Balbina: Cachoeira Balbina (AM-UR-47), Estevão (AM-UR-66), Corredeira da Aldeia Tapupunã (AM-UR-67), Pedra Pintada (AM-UR-65), Ilha de Nazaré (AM-UR-84) e Jacamim (AM-UR-78). Todavia, foi na dissertação de Corrêa (1994) que a abordagem foi ampliada. Nela, o autor propõe análise tipológica e estilística, bem como espacial e estatística dos registros presentes em 21 sítios petroglifos e um pictoglifo. Ao todo, foram analisados “. . . 151 motivos, sendo que destes 10 estão incompletos, 10 foram identificados como culturais, 16 como zoomorfos, 32 como antropomorfos e 83 como geométricos” (Corrêa, 1994, p. 89). Segundo o autor, há dois estilos rupestres: Uatumã-Abonari e Pitinga.

UM ACERVO EM EXÍLIO

Na documentação coligida ao longo da pesquisa que subsidiou este artigo, encontramos referências da atuação do IPHAN junto ao acervo da UHE Balbina no decorrer da execução do programa e, depois, somente a partir de 1995, portanto, 15 anos após o encerramento do SAUHEB. Como demonstraremos a seguir, o IPHAN constatou irregularidades sistemáticas na forma de armazenamento do material e, a partir de um conjunto de vistorias, notificações e da atuação do Ministério Público Federal, provocou a Eletrobras a tomar medidas efetivas para a salvaguarda do acervo. Durante a execução do SAUHEB, o material foi mantido em galpões localizados na Vila Balbina, onde havia um laboratório. Após isso, ele foi deslocado para uma

escola na sede do município de Presidente Figueiredo, sob guarda da prefeitura. Finalmente, em 1989, o conjunto de vestígios retornou à Vila de Balbina, sendo depositado no recém-construído Centro de Proteção Ambiental (CPA), local onde foi montada uma exposição, o laboratório e a reserva técnica de arqueologia (Santos Júnior et al., 2017). Não obtivemos informações sobre as condições desses deslocamentos e acerca da forma como as peças foram armazenadas quando estiveram sob a guarda da prefeitura. Já no CPA, os sacos de tecido foram organizados em estantes de madeira e, a partir de 1994, o laboratório foi gerido pelo arqueólogo da prefeitura de Presidente Figueiredo, Marcos Antônio Lima da Silva, que anteriormente integrava a equipe do SAUHEB (IPHAN, 2004b).

Foi no CPA que, em 1995, o IPHAN realizou a primeira vistoria após o SAUHEB. A técnica responsável destacou que a situação do armazenamento dos vestígios era inadequada, pois continuavam dispostos em sacos de tecido, originais da década de 1980, sob risco de prejuízo ao material (IPHAN, 2004b). Após isso, em 30 de junho de 2004, o IPHAN executou outra inspeção. Como resultado, o órgão reconheceu que as instalações do laboratório eram adequadas, contudo, indicou que as condições de armazenamento na reserva técnica eram precárias, inclusive por não haver controle sobre o acesso, e que o material continuava sem a curadoria desde sua retirada dos sítios arqueológicos. Ao lado disso, formalizava a necessidade de participação do IPHAN nas tratativas sobre o acervo (IPHAN, 2004a). A informação técnica elaborada após essa vistoria, e subsidiada pela análise da documentação do SAUHEB presente no Arquivo Noronha Santos, realizou um conjunto de recomendações que foram embrionárias para mudança da Eletrobras na atenção ao acervo arqueológico. Ao mesmo tempo, atualizaram a postura do próprio IPHAN diante da questão. As recomendações, sinteticamente, diziam respeito a: sugestão de celebração de termo de ajuste de conduta, por meio do Ministério Público Federal, entre IPHAN e Eletrobras; produção de termo de referência contendo

exigência de realização de curadoria do acervo, exposição museológica, levantamento sistemático e elaboração de programa de preservação dos sítios arqueológicos no lago da UHE Balbina; notificação extrajudicial aos coordenadores do SAUHEB e do então arqueólogo da Eletrobras, Eurico Miller, requisitando a documentação original do projeto e demais informações (IPHAN, 2004b).

A partir de 28 de setembro de 2004, o IPHAN passou a realizar as notificações. Todos os notificados afirmaram não possuir em sua guarda nenhum documento referente ao SAUHEB, pois tudo foi entregue ao CEDPHA quando de seu desligamento do projeto. Informaram também desconhecerem qualquer informação sobre a separação do acervo ou sobre o desaparecimento do muiiraquitã (A. Silva, 2005; A. M. Souza, comunicação pessoal, 1 out. 2019). A partir disso, e das diferentes tratativas entre IPHAN e Eletrobras e suas concessionárias, criou-se um termo de referência para contratação do “Programa de Preservação e Monitoramento para Área da UHE Balbina, Presidente Figueiredo, AM” (IPHAN, 2005). Em 2005, o MPF abriu inquérito civil público n. 1.13.000.0000354/2005-63 para averiguar as ações desde a década de 1980 (Ministério Público Federal, 2005).

Em maio de 2006, o IPHAN realizou vistoria técnica no CPA, constatando que o prédio havia sido interditado, tendo em vista laudo de inspeção da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) da UHE Balbina. A prefeitura de Presidente Figueiredo também comunicou ao IPHAN sobre a situação da edificação, pedindo orientações sobre o deslocamento do material arqueológico para outro local. Na informação técnica IPHAN 04/2006, foi sugerido que o acervo arqueológico fosse deslocado para uma das casas da vila permanente de Balbina, enquanto o CPA estivesse em reforma. Porém, para que houvesse salvaguarda do material, tendo em vista a situação precária dos sacos de tecido que o armazenavam, o órgão orientou que “. . . seria necessário guardar cada saco e sua etiqueta dentro de outro maior e mais resistente, de preferência transparente, com identificação da prateleira e ordenados

conforme se encontram atualmente dispostos. . .” (IPHAN, 2006, p. 14). Em 2006, de fato, o acervo foi alocado em uma casa na vila, que, por sua vez, foi denominada de Museu de Balbina (Santos Júnior et al., 2017). Segundo o arqueólogo M. A. L. Silva (comunicação pessoal, 20 nov. 2019), houve a troca dos sacos de tecido quando a deterioração estava muito grande. Todavia, os quatro matacões com registros rupestres permaneceram no CPA – local no qual foram depositados desde 1988 (Amazonas, 1988g) – e, considerando o risco de desabamento do prédio, o IPHAN solicitou a retirada destes (IPHAN, 2011).

Em janeiro de 2013 o IPHAN comunicou ao MPF que não houve avanço nas negociações acerca da execução de um programa de arqueologia, sugerido anteriormente, destinado ao passivo arqueológico da UHE Balbina. Destacou também que a situação do acervo, mantido no Museu de Balbina, permanecia inadequada (IPHAN, 2013). Em maio de 2014, o órgão realizou outra vistoria, tanto no CPA quanto no prédio do Museu de Balbina. O parecer técnico concluiu que o CPA estava em péssimo estado de conservação e sugeriu que a situação do acervo arqueológico era imprópria, apesar de o prédio estar em condição regular. A umidade, a presença de mofo e outros agentes biológicos eram evidentes já naquele momento, afetando diretamente as peças e suas embalagens de armazenamento (IPHAN, 2015).

Dois anos depois, em 2016, novamente ocorreu outra vistoria, na qual se constatou a situação de arruinamento do CPA, com o vandalismo nos matacões que ainda permaneciam neste prédio; no Museu de Balbina, onde se observou novamente a insegurança nas condições de manutenção dos espaços que acondicionavam o acervo arqueológico: na área destinada ao público, onde havia a exposição anteriormente presente no CPA, associada aos animais empalhados ou depositados em vidros com formol, e amostras de madeiras coletadas na área do lago da UHE Balbina; nas salas da reserva técnica, os sacos que armazenavam o acervo apresentavam sinais de corrosão e as suas etiquetas estavam deterioradas. Por fim, a vistoria

técnica foi estendida à Gruta do Batismo (AM-UR-40), um sítio arqueológico próximo à Vila Balbina, onde foram constatados sinais de vandalismo sobre os registros rupestres. Além da vistoria nesses espaços, foram solicitadas medidas de proteção conduzidas pela Eletrobras (IPHAN, 2016)⁷.

Diante disso, observa-se a reiterada inadequação da guarda do acervo em conformidade com a legislação vigente, bem como a ausência de curadoria ao longo de quase três décadas. Assim, a tramitação da ação civil pública ajuizada pelo MPF contra a Amazonas Distribuidora de Energia S/A, as Centrais Elétricas do Norte do Brasil e o estado do Amazonas culminou com a condenação dos réus, obrigando-os a apresentarem "... planos de ações emergenciais para evitar a ruína e o desabamento do prédio do Centro de Proteção Ambiental de Balbina – CPAB, bem como para impedir o perecimento do acervo arqueológico" (TRF1, 2016, p. 1).

Com isso, a Eletrobras realizou contratação de equipe técnica especializada e apresentou ao IPHAN, em julho de 2017, o Plano de Ação Emergencial (PAE) do acervo arqueológico da UHE Balbina: "O PAE prevê seis etapas de execução: ações imediatas, curadoria, armazenamento temporário, análise e acondicionamento definitivo, conservação/restauração/acondicionamento, e, por fim, a guarda final. ..." (Santos Júnior et al., 2017). A Eletrobras realizou a primeira etapa, adaptando duas casas na Vila Balbina para funcionarem como laboratório e reserva técnica provisórios para o desenvolvimento das outras etapas, bem como retirou a coleção de zoologia da exposição e realizou melhoramentos no museu, tal como climatização. Posteriormente, as etapas seguintes foram desenvolvidas pela Inside Consultoria Científica.

A POSSÍVEL DISPERSÃO DO ACERVO

A questão da situação inadequada do acervo, constatada nos documentos ora citados, era paralela ao debate sobre a sua possível separação entre diferentes instituições ao longo

de toda sua trajetória. A vistoria do IPHAN na década de 1990 destacava que era possível a existência de parte do material arqueológico em posse da prefeitura de Presidente Figueiredo, mesmo após a reintegração ao CPA (IPHAN, 2004b). Essa é uma questão pouco esclarecida, tendo em vista que há diferentes sugestões de que o material esteja disperso em outros locais. Um documento de 1992, oriundo do gabinete do vice-governador, menciona a solicitação do IGHA para transferência e guarda do acervo de Balbina. Todavia, a Informação Técnica IPHAN n. 01/2004 não identificou outros documentos que indiquem alguma movimentação, no IPHAN, acerca dessa demanda (IPHAN, 2004b). Um relatório do CEDPHA de 1993, produzido pelos arqueólogos Marcos Antônio Lima da Silva e Adilson Silva, informava que havia material em exposição na sede do município de Presidente Figueiredo, além de peças de outros 13 sítios não listados na relação oficial do SAUHEB (Amazonas, 1993). Ao longo das atividades de educação patrimonial, durante o projeto desenvolvido pelos autores deste artigo, alguns moradores afirmaram que parte do acervo havia sido deslocada para a Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Durante o mapeamento dos possíveis destinos do acervo primário do SAUHEB, entrevistamos, em 2019, o ex-secretário de cultura do estado do Amazonas, Robério Braga. Ele nos informou sobre a existência de uma pequena coleção de material arqueológico presente no IGHA e que, aparentemente, foi gerada nas etapas iniciais da pesquisa na UHE Balbina. Para verificação, contatamos o presidente do instituto, José Braga, que, por sua vez, apresentou três caixas plásticas engradadas, contendo sacolas de pano com material cerâmico arqueológico. Em 2020, o IPHAN realizou vistoria no local e constatou outras sete caixas de vestígios com características semelhantes. Segundo R. Braga (comunicação pessoal, 12 jan. 2019), esse material foi alocado no IGHA na década de 1980, sob orientação do MPF do Amazonas. Contudo, não foram localizados

⁷ Os danos a essa gruta são apontados pelo arqueólogo Corrêa (1994) desde o início da década de 1990.

os documentos que indiquem a data de transferência e a procedência do acervo.

Nas etiquetas presentes no acervo do IGHA, apesar da deterioração, foi possível identificar as inscrições de data (1983/09/27) do sítio Miracanguerana, o registro indicando coleta em superfície e na indicação do local de coleta a rua Costa e Silva; em outra etiqueta, o local indicado é Urucurituba e o ano também é 1983. O Miracanguerana não consta na lista de sítios arqueológicos identificados na pesquisa da UHE Balbina. Não há registro deste sítio no CNSA/IPHAN no estado do Amazonas, tampouco no município de Urucurituba – local no qual o arqueólogo Walter Castilho havia realizado pesquisas na década de 1980 (W. Rocha, 1985)⁸. Contudo, C. A. Silva (2016) faz referência ao sítio arqueológico Miracanguera identificado pelo naturalista Barbosa Rodrigues, em fins do século XIX, nos rios Urubu, Uatumã e Jatapu. Há uma indústria cerâmica da fase Miracanguera localizada próximo à cidade de Itacoatiara. O sítio, todavia, foi destruído pela ação do rio Amazonas. De todo modo, apesar de não ter havido análise do material do IGHA, deduz-se que faz parte de contextos arqueológicos aproximados em termos de estilo cerâmico e cronologia, considerando as informações sobre as pesquisas na região.

Para sanar essa questão, propusemos ao IPHAN e ao IGHA a curadoria e a análise do material, o que foi aceito por ambas as instituições. Porém, em razão da acentuação do quadro epidemiológico provocado pela pandemia de Covid-19 no Amazonas, entre 2020 e 2021, não foi possível ter acesso ao acervo do IGHA. A instituição, por razões de segurança biológica, permanece fechada. Essa interrupção nas atividades coincidiu com o encerramento das ações de curadoria e análise do acervo arqueológico de Balbina, em março de 2021.

Sobre a presença de parte do acervo na UFAM, em consulta informal ao arqueólogo do laboratório

de arqueologia da universidade, foi-nos indicado que a informação não procedia. Segundo informações coligidas ao longo da pesquisa, junto aos servidores da Eletrobras, efetivamente, parte do acervo zoológico, que integrava a exposição do Museu de Balbina, foi entregue à UFAM. Possivelmente, essa informação levou ao entendimento de que o material arqueológico tenha sofrido o mesmo destino.

Não se pode desconsiderar por completo, porém, a possibilidade de dispersão do acervo, pois algumas das movimentações realizadas não estão documentadas ou esses documentos não estão disponíveis. Conforme apontado anteriormente, a documentação escrita do salvamento (fichas de campo, relatórios, cadernos, croquis etc.) esteve dispersa em diferentes instituições e parte significativa continua sem localização. Além disso, é dado concreto que, desde a execução do SAUHEB, o material arqueológico sofreu impacto resultante da instabilidade no gerenciamento do programa (Amazonas, 1988a). Na documentação reunida junto ao MUSA, da qual não há informações sobre a forma como foi recebida, há um conjunto de documentos que registram o cotidiano da pesquisa. Todavia, esse material é fragmentário em si mesmo, pois não há possibilidade de se criar uma série histórica com eles: as anotações feitas em papel avulso são, em sua maioria, desconexas. Mesmo assim, é possível coligir indícios que apontam para a desorganização do acervo durante o ano de 1988: não localização dos alguns sacos contendo material arqueológico, ausência de ficha de identificação ou numeração, falta de relatórios de alguns sítios (Salvamento Arqueológico da UHE, 1988). Corrêa (1994) destacava que, entre 1991 e 1994, o todo material proveniente do sítio do Pesqueiro (AM-UR-23) havia sido extraviado antes de ser analisado. Parte desse acervo, contudo, foi localizada na curadoria realizada em 2020.

Nesse sentido, caso emblemático é o do muiraquitã coletado na primeira etapa do projeto, apontado como

⁸ Última consulta realizada no dia 26 de junho de 2020. Em Urucurituba, há quatro sítios arqueológicos registrados, a saber: Arrozal (AM00259), Tabocal (AM00260), Arrozal I (AM00261) e Uricurituba (AM00272).

desaparecido do acervo no início da etapa seguinte, em 1988, apesar de ter sido apresentado por Souza (1987) no documento em que registra sua saída do SAUHEB. A. Silva (2005), porém, informou ao IPHAN, em 2005, que a peça estava desaparecida desde o ano anterior à sua atuação como coordenador.

O ACERVO ARQUEOLÓGICO DE BALBINA E A ARQUEOLOGIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1980

De acordo com Trigger (2004), a análise histórica da relação entre arqueologia e meio social gera reflexões substanciais para o entendimento do pensamento arqueológico. Sendo assim, conforme apontado, é relevante destacar que a UHE Balbina foi construída na mesma década de uma das fases de consolidação da Arqueologia no Brasil, bem como a gradativa inflexão nos debates sobre a ocupação na Amazônia. No período pós-Segunda Guerra Mundial, a pesquisa em arqueologia no Brasil (1965-1982) tomou os contornos da pluralização dos projetos e dos centros de pesquisa acadêmica. Foi, então, que surgiu o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), seguido pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica (PRONAPABA). A formação de pesquisadores nacionais começou a ganhar gradativo relevo, principalmente em função do avanço das universidades. Não por acaso ocorreu a criação da SAB (Prous, 2019).

A formação das universidades e a entrada gradativa da arqueologia nesses espaços foram paralelas e não impediram a incorporação do difusionismo do PRONAPA/PRONAPABA como perspectiva teórica, extremamente preocupado com a identificação de áreas culturais e a comparação de culturas. Nesse contexto, consolidou-se uma tendência empírica e com pouco debate teórico como consequência, propiciando a consolidação do neo-evolucionismo, mas com metodologias histórico-culturalistas (Schaan, 2010). Ao lado da classificação cultural, esses métodos buscavam

criar sínteses regionais, ordenando dados de maneira diacrônica e espacial, buscando regularidades de atributos na cultura material e relacionando-as com povos específicos (T. Lima, 2011). Como resultado disso, houve a prevalência de estudos que procuram identificar culturas arqueológicas em fases e tradições, pelo menos até o fim da década de 1980 (Schaan, 2010).

Neste período, ocorreu a formação da segunda geração de profissionais brasileiros, com forte influência de debates acadêmicos (Barreto, 1999-2000), momento marcado pela existência do curso de graduação em Arqueologia ofertado pela Universidade Estácio de Sá (Bezerra, 2008). Uma das questões, nesse momento, dizia respeito à incorporação desses profissionais ao mercado de trabalho, pois, até então, a demanda era baixa (Bezerra, 2008). Na Amazônia, em particular, a trajetória na pesquisa arqueológica, com estabelecimento de problemas de pesquisas significativos (Neves, 1999-2000), possibilitou o debate de parte importante da teoria em arqueologia no Brasil (Schaan, 2010). Apesar disso, a região Norte possuía, na década de 1980, o menor número de pesquisadores vinculados à pesquisa, quando comparada ao Sudeste (Bezerra, 2008).

Parte significativa da equipe do SAUHEB era formada por arqueólogos recém-formados, vindos da Estácio, que tiveram no programa sua primeira experiência com pesquisa de campo na Amazônia e em um projeto de destaque e com grandes possibilidades de produção de conhecimento (M. A. L. Silva, comunicação pessoal, 20 nov. 2019). A principal exceção foi Arminda Souza, com atuação anterior em outras regiões, vinculada às articulações políticas da Arqueologia brasileira, sendo cofundadora da SAB e do primeiro curso de graduação em Arqueologia⁹. Além disso, o primeiro vice-coordenador, Walter Castilho, formado em Arqueologia em 1980, atuava desde 1981 no IGHA e havia desenvolvido investigações em acervos e em sítios arqueológicos no Amazonas (W. Rocha, 1985). Adilson

⁹ Informações disponíveis no CV Lattes da pesquisadora: Souza (2015).

Silva, por sua vez, teve formação na mesma instituição¹⁰ e era atuante no CEDPHA. Apesar de concordarmos que a pouca experiência da maior parte dos pesquisadores em estudo de larga escala pode ter afetado os resultados do trabalho, conforme posicionamento contemporâneo do IPHAN (2004b), parece-nos que as questões exteriores à pesquisa não devem ser desconsideradas.

No que diz respeito aos aspectos econômicos do país, a pesquisa em Balbina está inserida na dinâmica de projetos de salvamento arqueológico em áreas de inundação de usinas hidrelétricas construídas na década de 1980, e com impactos semelhantes, tais como: Itaipu, no Paraná; Sobradinho, na Bahia; Tocantins, no Pará (Caldarelli & Santos, 1999-2000); além de ser contemporânea da execução das usinas de Tucuruí, no Pará, e Samuel, em Rondônia, da década de 1970 (Miller et al., 1992). Todos esses casos estão inseridos no contexto dos ditos grandes projetos para a região, executados em períodos similares. Ao lado disso, essas pesquisas foram amplamente influenciadas pelos preceitos teórico-metodológicos do PRONAPABA: no caso de Tucuruí, essa influência se materializa com o convênio com o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e o *Smithsonian Institute* e, em Balbina e Samuel, através da associação com o *Smithsonian Institute*. De acordo com Miller et al. (1992, p. 12), quanto à análise do acervo, a "... classificação das amostras de fragmentos foi iniciada com base nos procedimentos para análises quantitativas e seriação, desenvolvidos por James Ford e elaborados por Meggers e Evans (1970)".

Mário Simões, em 1979, realizou as primeiras pesquisas no Uatumã, tendo em vista os interesses de pesquisa do PRONAPABA, com apoio do MPEG e do *Smithsonian Institute*. Foi então que os primeiros 21 sítios da região foram identificados, dando início a numeração sequencial, seguida posteriormente pelos pesquisadores do SAUHEB (Simões & Araujo-Costa, 1978; Miller et al., 1992). Nesse momento, Simões identificou a cerâmica do

baixo curso do Uatumã como pertencente às tradições inciso-ponteada Jatapu e Urucará (Simões & Corrêa, 1987). Porém, somente com o SAUHEB houve levantamentos no alto curso do Uatumã (Corrêa, 1994). Após isso, na primeira metade da década de 1990, Eurico Miller realizou pesquisa no médio Uatumã, autorizado por meio de portaria do IPHAN, mas seus relatórios de pesquisa são desconhecidos (IPHAN, 2004b).

Outro ponto a ser debatido é a atuação do IPHAN na década de 1980. Conforme visto na discussão feita, a sua participação junto ao SAUHEB possui documentação limitada. Contudo, vê-se ações que parecem restritas, inclusive com ausência de comunicação entre o órgão central e a regional no Amazonas. É de se destacar que, nesse período, o IPHAN ainda atuava delegando responsabilidades a arqueólogos presentes em instituições de pesquisa no país. A institucionalização da arqueologia no órgão ocorreu com a criação do Núcleo de Arqueologia nesta década (Stanchi, 2017), que, de fato, acompanhou o SAUHEB. Esse núcleo, por sua vez, possuiu alguns embates com os arqueólogos e antagonizou, por várias vezes, a SAB, também recém-criada (T. Lima, 2001). Esse aspecto pode situar, entre outras coisas, a constante troca de cartas entre os arqueólogos do SAUHEB, a SAB e o IPHAN. Frequentemente, como visto, os profissionais recorriam à SAB para intermediar as situações de conflito junto ao CEDPHA, ao passo que à SAB foi delegado, pelo IPHAN, o debate sobre a atuação profissional junto ao SAUHEB e as questões relativas a direitos autorais da coordenação da pesquisa. Isso quando a arqueologia de contrato já era executada desde a década de 1970, apesar da legislação exigir isso desde 1950 (Barreto, 1999-2000).

É de se notar, contudo, que não há na documentação coligida referências específicas à atuação da Eletrobras ou do consórcio MONASA-ENGE-Rio, ambos contraparte no convênio firmado para execução do programa. Pelo contrário, as reclamações eram diretamente sobre o órgão

¹⁰ Informações disponíveis no CV Lattes do pesquisador: C. A. Silva (2016).

estadual de patrimônio do Amazonas ou diretamente sobre os arqueólogos coordenadores. Nota-se que, apesar do indeferimento do relatório final do SAUHEB e do pedido de suspensão do projeto, não há posicionamento – ou não há registro – do IPHAN acerca das informações sobre ausência de recursos para o programa que, destaca-se, resultou na destruição de sítios arqueológicos, conforme indicou o coordenador Adilson Silva.

SITUAÇÃO ATUAL DO ACERVO

Como dito anteriormente, o acervo arqueológico da UHE Balbina está recebendo o tratamento de acordo com as perspectivas contemporâneas sobre conservação de acervos, bem como da legislação vigente, tendo em vista a execução do plano de ação elaborado a partir da condenação da Eletrobras pela justiça federal. Até o momento, foi realizada a curadoria do acervo, sendo que a análise está sendo processada. O quantitativo de material resultará da finalização desse processamento de dados, contudo, houve identificação de 2.003 sacos de tecido contendo esses vestígios. Entre as tipologias de material arqueológico, tem-se: cerâmica pré-colonial, lítico, cerâmica neobrasileira, louças, metal, sedimento, material osteológico, bolas de argila, além dos quatro matacões com registro rupestre. Junto à exposição do Museu de Balbina havia algumas peças etnográficas sem indicação de procedência, mas provavelmente oriundas do povo Waimiri-Atroari. Esse acervo foi tratado pela equipe de conservação e restauro e integrará a exposição da Casa dos Matacões.

Os métodos de curadoria realizados seguiram os princípios metodológicos básicos estabelecidos por Lôredo (1994) e pela Portaria n. 196, de 18 de maio de 2016, com os princípios intervencionistas adotados pelo *Intrenational Council of Museums – Committee of Conservation* (ICOM-CC) sobre conservação preventiva e curativa, bem como atendeu aos procedimentos padrão utilizados convencionalmente por arqueólogos e laboratórios de arqueologia no país, além dos preceitos estabelecidos no

PAE. Foram realizados três procedimentos: higienização, curadoria e numeração. Todas as ações de registro obedeceram às fichas/etiquetas originais (década de 1980 – SAUHEB) presentes nos sacos com material arqueológico, incluindo a numeração deles. Ressalta-se que em diferentes sacos não há informações de procedência, contudo, todo material recebeu a curadoria.

Ao longo da etapa de curadoria, realizada em 2020 no atual projeto junto ao acervo UHE Balbina, observou-se que, além do acervo estar nas mesmas condições em que foi coletado em sítio, havia acúmulo de fungos e outros agentes biológicos, bem como forte cheiro de urina de rato. Assim, de maneira geral, os fragmentos cerâmicos na curadoria passam pelo processo de limpeza. Nos fragmentos cerâmicos em que se realizou este procedimento, havia depósitos sedimentares nas superfícies externas e internas. A limpeza foi feita preferencialmente a seco ou, quando necessário, com higienização com água corrente. No material em que se realizou o procedimento, foram utilizadas escovas de cerdas macias, utilizadas preferencialmente nas quebras, através da lavagem com água, quando ocorre a percepção da ineficiência da limpeza a seco. Salienta-se a necessidade de verificação caso a caso e atenção especial aos fragmentos com presença de engobo e pinturas, priorizando a composição física do material para o resgate de informações culturais a serem obtidas com a peça. A numeração das peças obedece a uma sequência que foi definida antecipadamente, tendo em vista a instituição de guarda e seus protocolos – código do sítio e número da peça, respectivamente, quando havia informação necessária nas etiquetas originais.

Durante a observação das condições dos matacões, observou-se danos pós-deposicionais. Um deles, localizado na porção externa e dianteira do CPA, possui medidas de aproximadamente 1,82 m de altura e 1,70 m de comprimento, possuindo uma gravura rupestre, com comprimento por fissuras. A segunda peça, localizada na porção coberta do CPA, possui medidas de aproximadamente 83 cm de altura por 1,83 m de

comprimento, com presença de gravura rupestre estável e uma fissura pouco profunda em uma de suas extremidades, sem comprometer sua estrutura física. O terceiro matacão mede aproximadamente 1,45 m de altura por 1,33 m de comprimento, com boa conservação e com presença de cúpulas de polidores e uma gravura rupestre. Por fim, o bloco de rocha menor no conjunto de matacões, com medidas aproximadas de 43 cm de altura por 63 cm de comprimento, está com uma fissura profunda em uma das extremidades, o que deixou parte da rocha solta por dentro. No momento da retirada do bloco, confirmou-se a profundidade da fissura, pois houve descolamento de fragmento rochoso. Nessa rocha, não foram identificados vestígios arqueológicos na porção que estava voltada para cima. Contudo, quando foi retirada do local, verificou-se uma cúpula que pode ser indicativa de polimento ou fabricação de instrumento lítico. Portanto, o matacão foi alocado de maneira equivocada sobre o suporte de concreto. Há, ainda, um conjunto de inscrições recentes de nomes de visitantes do CPA.

Com exceção dos matacões, atualmente o acervo encontra-se no Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza, vinculado à Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Amazonas (SEC) e sediado em Manaus. Em acordo com o IPHAN, propusemos a permanência dos matacões na Vila Balbina, sob condição de inserção em uma sala de exposição. Para isso, foi elaborado o projeto Casa dos Matacões, com objetivo de narrar a história da presença humana no rio Uatumã, tendo em vista os dados arqueológicos e históricos, incluindo os blocos rochosos com registro rupestre (S. Rocha & Valente, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, o acervo arqueológico da UHE Balbina, por vezes apresentado como do Museu de Balbina, foi constituído em um complexo jogo de forças políticas e econômicas na década de 1980. A construção da usina estava associada com interesses de expansão econômica

sobre a Amazônia, integração nacional, defesa de fronteiras e, destaca-se, aspirações de poder de grupos locais. cremos que esse contexto é fundamental para o entendimento mais específico acerca da execução do SAUHEB, principalmente quando se verifica a pouca atuação do IPHAN no período. Obviamente que este último aspecto diz respeito ao contexto de legitimação do órgão no que concerne à defesa do patrimônio histórico nacional, considerando o momento de transição entre o governo militar, a abertura política de 1985 e os anos seguintes. Soma-se também a recente tentativa de consolidação da arqueologia no IPHAN nesse momento (Stanchi, 2017). Assim, vemos que a dispersão dos documentos primários do SAUHEB e o negligenciamento sobre o acervo arqueológico estão associados ao conjunto de instabilidades no gerenciamento do SAUHEB, tensões políticas e, por fim, nos cortes de recursos para pesquisa e gestão do material coletado.

Somente após três décadas de intercorrências de gestão é que o acervo, então, poderá cumprir com sua função comunicacional, permitindo a execução de diferentes pesquisas e a geração de conhecimento: “Acervos evidenciam indicadores de memórias e referências culturais e têm a vocação para servir à educação para o patrimônio, para os direitos humanos e para a identidade em todas as suas dimensões: a educação e o exercício da cidadania” (Bruno, 2020, p. 11).

A partir da atualização dos procedimentos de pesquisa e conservação do acervo da UHE Balbina, tendo em vista as mudanças nas perspectivas em arqueologia e, principalmente na legislação vigente, visa-se possibilitar a problematização da história da ocupação humana na Amazônia. Esse é um objetivo de ampla relevância, tendo em vista o contexto de violência contra povos indígenas no qual esse acervo foi gerado. Por outro lado, o resgate de parte da documentação referente ao SAUHEB nos permite entender as relações de poder que envolvem a prática arqueológica, notadamente quando se refere à arqueologia no licenciamento ambiental. Esse programa é exemplo evidente dos enfrentamentos

políticos que a disciplina precisou fazer, através de seus pesquisadores e articulados com a SAB, junto às demandas próprias do fazer arqueológico. Parte das reivindicações e situações de conflito vistas neste artigo estão, hoje, manifestas no amparo legal da arqueologia. A história do acervo e da pesquisa arqueológica em Balbina, portanto, diz respeito às “. . . tensões entre memória e esquecimento, entre silenciamentos e visibilidades, entre valorização e abandono” (Pereira et al., 2020, p. 6). Afinal, o pano de fundo do debate diz respeito às políticas de patrimônio e seus complexos jogos de força política (Gonçalves & Tamaso, 2018).

AGRADECIMENTOS

O artigo é resultado do projeto de pesquisa financiado pela Eletrobras/AMGT e executado pela Inside Consultoria Científica, em associação com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), via Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFC-Unilab) e Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Agradecemos às instituições e pessoas que nos concederam os documentos e as informações que compõem este texto.

REFERÊNCIAS

- Amazonas. (1986a). *Convênio ELETRONORTE/CEDPHA*. (Acervo Armindá Mendonça de Souza). Manaus.
- Amazonas. (1986b, outubro 13). *Carta de apresentação ao SPHAN*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Amazonas. (1986c, outubro 13). *Ofício [?]/86-CEDPHA/CVG*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Amazonas. (1986d). *Ofício 007/86-CEDPHA*. CEDPHA. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Amazonas. (1987a, dezembro 11). *Ofício No. 0291.09/87-SE/GVG*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Amazonas. (1987b, julho 3). *Telex 0943/87*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Amazonas. (1988a). *Programa de Pesquisa e Salvamento do Patrimônio Cultural e Arqueológico da área da UHE Balbina, Município de Presidente Figueiredo, estado do Amazonas: Relatório preliminar I – 2ª etapa*. Eletrobras, Manaus.
- Amazonas. (1988b, fevereiro 19). *Ofício 030.09/88-GS*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Amazonas. (1988c, fevereiro 22). *Ofício 032.09/88-GVG*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Amazonas. (1988d, fevereiro 26). *Ofício 038.09/88-GS/GVG*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Amazonas. (1988e, abril 15). *Ofício 0079/88-GS/GVG*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Amazonas. (1988f, julho 25). *Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas. Ofício n. 0145/88-GS*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Amazonas. (1988g). *Programa de Pesquisa e Salvamento do Patrimônio Cultural e Arqueológico da área da UHE Balbina, Município de Presidente Figueiredo, estado do Amazonas: Relatório final – 2ª etapa*. Eletrobras, Manaus.
- Amazonas. (1988h, fevereiro 3). *Portaria No. 004/88-GS/GVG*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Amazonas. (1988i). *Programa de Pesquisa e Salvamento do Patrimônio Cultural e Arqueológico da área da UHE Balbina, Município de Presidente Figueiredo, estado do Amazonas: Relatório preliminar II – 2ª etapa*. Eletrobras, Manaus.
- Amazonas. (1993). *Relatório da viagem realizada no período de 12 a 26/07/93*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Arce, R. S. (2000). La entrevista en el trabajo de campo. *Revista de Antropología Social*, 9, 105-126.
- Baines, S. G. (1994). A Usina Hidrelétrica de Balbina e o deslocamento compulsório dos Waimiri-Atroari. *Série Antropologia*, 166, 1-15.
- Barreto, C. (1999-2000). A construção de um passado pré-colonial: Uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP*, (44), 32-51. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i44p32-51>
- Bezerra, M. (2008). Bicho de nove cabeças: Os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil. *Revista de Arqueologia*, 21(2), 139-154. <https://doi.org/10.24885/sab.v21i2.255>
- Braga defende obras da hidrelétrica Balbina. (1987b, maio 29). *A Crítica*. Biblioteca Pública do Amazonas.
- Brasil. (1979a). *Hidrelétrica de Balbina, dossiê*. (Fundo: Serviço Nacional de Informações). Arquivo Nacional, Brasília.
- Brasil. (1979b). *Hidrelétrica de Balbina, dossiê*. (Fundo: Serviço Nacional de Informações). Arquivo Nacional, Brasília.
- Brasil. (1980a). *UHE Balbina, adiamento na construção*. (Fundo: Serviço Nacional de Informações). Arquivo Nacional, Brasília.

- Brasil. (1980b). *Repercussões da paralisação das obras da UHE de Balbina*. (Fundo: Serviço Nacional de Informações). Arquivo Nacional, Brasília.
- Brasil. (1980c). *Prosseguimento das obras da UHE Balbina, reflexos*. (Fundo: Serviço Nacional de Informações). Arquivo Nacional, Brasília.
- Brasil. (1981). *Obras da UHE Balbina*. (Fundo: Serviço Nacional de Informações). Arquivo Nacional, Brasília.
- Brasil. (1982). *Usinas hidrelétricas de Manaus (AM) e Porto Velho (RO) – Ofício No. 20/266/82-DSI-MME*. (Fundo: Serviço Nacional de Informações). Arquivo Nacional, Brasília.
- Brasil. (1984a). *Questão indígena: Danos ecológicos na área indígena Waimiri-Atroari – dossiê*. (Fundo: Serviço Nacional de Informações). Arquivo Nacional, Brasília.
- Brasil. (1984b). *Paralisação da Usina Hidrelétrica de Balbina*. (Fundo: Serviço Nacional de Informações). Arquivo Nacional, Brasília.
- Brasil. (1985a). *Retrospectiva do processo de tentativa de desmatamento da bacia de acumulação da UHE Tucuruí: Uma lição para UHE de Balbina e UHE de Samuel*. (Fundo: Serviço Nacional de Informações). Arquivo Nacional, Brasília.
- Brasil. (1985b). *Manipulação da opinião pública amazonense contra o governo federal*. (Fundo: Serviço Nacional de Informações). Arquivo Nacional, Brasília.
- Brasil. (1986). *Estrutura político administrativa e social IN72, Político DIN721, Executivo 7211, Judiciário 7213*. (Fundo: Serviço Nacional de Informações). Arquivo Nacional, Brasília.
- Bruno, M. C. O. (1995). *Musealização da arqueologia: Um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema* [Tese de doutorado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo].
- Bruno, M. C. O. (2013). Musealização da arqueologia: Caminhos percorridos. *Revista de Arqueologia*, 26 (2), 4-15.
- Bruno, M. C. O. (2020). Acervos arqueológicos: Relevâncias, problemas e desafios desde sempre e para sempre. *Revista de Arqueologia*, 33(3), 8-18. <https://doi.org/10.24885/sab.v33i3.845>
- Caldarelli, S. B., & Santos, M. D. C. M. (1999-2000). Arqueologia de contrato no Brasil. *Revista USP*, (44), 52-73. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i44p52-73>
- Caldarelli, S. B. (2015). Arqueologia preventiva: Uma arqueologia na confluência da Arqueologia Pública e da avaliação ambiental. *Habitus*, 13(1), 5-30. <http://dx.doi.org/10.18224/hab.v13.1.2015.5-30>
- Cavalcante, D. L. C. (2018). Resgate arqueológico UHR Balbina: De quem é o passivo? *Revista Manduarisawa*, 2(1), 123-139.
- Construção de Balbina é mais que necessária. (1987c, maio 29). *A Crítica*. Biblioteca Pública do Amazonas.
- Consulta sobre Sítios Arqueológicos/CNSA/SGPA. (n.d.). http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php
- Corrêa, M. M., Silva, J. P., Silva, M. A. L., Santos, J. F. P., & Cavalcante, M. L. (1987). *Os petroglifos da Bacia do Uatumã – resultados das primeiras etapas de campo*. (Acervo Marcos Antônio Lima da Silva). Manaus.
- Corrêa, M. M. (1994). *As gravações e pinturas rupestres na área do reservatório da UHE Balbina*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Costa, C. A. S., & Fernandes, H. L. A. (2020). “Joga fora no lixo”? reflexões sobre o descarte de espólio de pesquisas arqueológicas no Brasil. *Revista de Arqueologia*, 33(3), 189-205. <https://doi.org/10.24885/sab.v33i3.847>
- Decreto n. 85.989 (1981, abril 13). Declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra com benfeitorias, necessárias à formação do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina, da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ELETRONORTE, no Estado do Amazonas. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-85898-13-abril-1981-435913-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Dias, O. (2009). Síntese das atividades desenvolvidas no mandato 1987-1989 como presidente da SAB. In D. Schaan & M. Bezerra (Orgs.), *Construindo a Arqueologia no Brasil: A trajetória da Sociedade de Arqueologia Brasileira* (pp. 67-80). GK Noronha.
- Eletrobras. (1989). *Estudo de caso prático: Relatório diagnóstico, estudos ambientais UHE Balbina*. Eletrobras.
- ENGE-Rio. (1986, outubro 13). CA-DMA-470/86. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Equipe salvará patrimônio. (1987, abril 2). *Jornal do Comércio*. http://memoria.bn.br/pdf/170054/per170054_1987_34235.pdf
- Fearnside, P. M. (2015). *Hidrelétricas na Amazônia: Impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras*. Editora do INPA.
- Gonçalves, R. S., & Tamasso, I. (2018). A antropologia nos processos de patrimonialização: expansão de perspectivas. In A. C. S. Lima, J. F. Beltrão, A. Lobo, S. Castilho, P. Lacerda & P. Osorio (Orgs.), *A Antropologia e a esfera pública no Brasil: Perspectivas e prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º aniversário* (pp. 451-465). E-Papers.
- Hemming, J. (2009). *Fronteira amazônica: A derrota dos índios brasileiros*. Editora da Universidade de São Paulo.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (1986, novembro 06). Ofício No. 60/86. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.

- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (2001a, abril 25). *Memorando No. 037/2001 DID*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (2001b, junho 08). *Memorando No. 449/2001 COID/DID*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (2004a, julho 1). *Ofício No. 131/2004/IPHAN/1ª SR*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (2004b, agosto 16). *Informação técnica No. 01/2004-COPEDOC/IPHAN*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (2005, abril 19). *Memo. nº 130/2005-COPEDOC*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (2006, maio 23). *Informação técnica No. 06/06*. Processo IPHAN/SEI 01490.000066/2006-91.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (2011, julho 17). *Ofício No. 204/2011/IPHAN/AM*. Processo IPHAN/SEI 01490.000066/2006-91.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (2013, janeiro 17). *Ofício No. 039/2015/IPHAN/AM*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (2015, abril 16). *Memorando No. 203/2015*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (2016, fevereiro 26). *Informação técnica nº 26/2016/COORD. TÉC./IPHAN/AM*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Lei n. 3.924* (1961, julho 26). Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3924.htm
- Lima, A. C. S. (1995). *Um grande cerco de paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado brasileiro*. Vozes.
- Lima, T. A. (2001). A proteção do patrimônio arqueológico no Brasil: Omissões, conflitos, resistências. *Revista de Arqueologia Americana*, 20, 51-79.
- Lima, T. A. (2007). Um passado para o presente: Preservação arqueológica em questão. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, (33), 5-2. http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista_33compressed.pdf
- Lima, T. A. (2011). Cultura material: A dimensão concreta das relações sociais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 6(1), 11-23. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222011000100002>
- Lôredo, W. M. (1994). *Manual de conservação em Arqueologia de campo*. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural/ Departamento de Proteção.
- Meggers, B., & Evans, C. (1970). *Como interpretar a linguagem cerâmica: manual para arqueólogos*. Smithsonian Institution.
- Miller, E. T., [outros não especificados]. (1992). *Arqueologia nos empreendimentos hidrelétricos da Eletronorte*. Eletronorte.
- Ministério Público Federal. (2005, julho 4). *Ofício/Gab/AGA/PR/AM No. 8/2005*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Neves, E. G. (1999-2000). O Velho e o novo na arqueologia amazônica. *Revista USP*, (44), 86-111. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i44p86-111>
- Oliveira, J. P. (1991). A segurança das fronteiras e o novo indigenismo. In J. Hebette (Org.), *O cerco está se fechando* (pp. 321-347). Ed. Vozes.
- Oliveira, J. P. (2011). O paradoxo da tutela e a produção da indianidade: Ação indigenista no Alto Solimões (1920-1970). In C. A. R. Freire (Org.), *Memória do SPI: Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)* (pp. 427-439). Museu do Índio/FUNAI.
- Pereira, D., Ribeiro, D. L., Toledo, G. T., & Lima, S. C. (2020). Perspectivas para gestão de acervos arqueológicos. *Revista de Arqueologia*, 33(3), 2-7. <https://doi.org/10.24885/sab.v33i3.894>
- Pesquisa arqueológica na usina de Balbina. (1987d, maio 23). *A Crítica*. Biblioteca Pública do Amazonas.
- Polo, M. J. A. (2018). O Termo de Ajuste de Conduta entre as práticas do IPHAN para a Arqueologia: Avaliação de uma década de conflitos e negociação. *Revista de Arqueologia*, 31(1), 151-171.
- Portaria n. 22* (2020, abril 9). Ministério do Turismo/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Centro Nacional de Arqueologia. <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-22-de-9-de-abril-de-2020-252084805>
- Portaria n. 196* (2016 maio 18). Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel. Ministério da Educação e Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21527421/do1-2016-05-23-portaria-n-196-de-18-de-maio-de-2016-21527267

- Prous, A. (2019). *Arqueologia brasileira: a pré-história e os verdadeiros colonizadores*. Carlini & Caniato Editorial.
- Resolução CONAMA n. 24 (1986, setembro 18). <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/RE0024-180986.PDF>
- Ribeiro, B. G. (1990). *Amazônia urgente: 5 séculos de história e ecologia*. Itatiaia.
- Rocha, S. M., & Valente, L. S. B. (2020). *Casa dos Matacões: Patrimônio e memória de Balbina*. Inside Consultoria Científica.
- Rocha, W. C. (1985). *Notas sobre uma estatueta lítica arqueológica pré-histórica tapajônica: Possíveis correlações culturais*. IGHA.
- Saladino, A. (2014). IPHAN, arqueólogos e patrimônio arqueológico brasileiro: Um breve panorama. *Revista de Arqueologia*, 27(1), 40-58.
- Salvamento Arqueológico da UHE. (1988). *Fichas de campo e de laboratório referentes ao SAUHEB*. (Acervo Museu da Amazônia).
- Santos Júnior, V. S., Ribeiro, M. C., & Gama, E. C. (2017). *Plano de Ação Emergencial*. Eletrobras.
- Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). (1988a, março 15). *Telex No. 0331/88-SPHAN/FNPM*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). (1988b, março 15). *CI No. 038/88*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). (1988c, março 15). *CI No. 037/ARQ*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). (1988d, março 13). *CI No. 052/88*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). (1988e, março 25). *Ofício No. 049/88*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). (1988f, março 25). *Ofício No. 049/88*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Simões, M., & Araujo-Costa, F. (1978). *Áreas da Amazônia Legal brasileira para pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos*. Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Simões, M., & Corrêa, C. G. (1987). Pesquisas arqueológicas no baixo Uatumã-Jatapu (AM). *Revista de Arqueologia*, 4(1), 29-48. <https://doi.org/10.24885/sab.v4i1.55>
- Silva, A. R. (2016, janeiro 30). Currículo lattes. *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*. <http://lattes.cnpq.br/7346017239449355>
- Silva, A. R. (2005, janeiro 17). *Resposta à notificação extrajudicial No. 02/2004 1ªSR/IPHAN*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Silva, C. A. (2016). *Área de interface ceramista pretérita: A coleção arqueológica José Alberto Neves* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Amazonas].
- Silva, C. E. F. D., & Lima, F. H. B. (2007). A preservação dos registros documentais de Arqueologia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, (33), 175-287.
- Silva, J., & Santos, J. F. P. (n.d.). *Os sulcos artificiais do Abonari – UHE Balbina, AM*. (Acervo Marcos Antônio Lima da Silva).
- Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). (1988a, março 20). *Carta do Presidente da SAB à arqueóloga Arminda Mendonça de Souza*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). (1988b, abril 29). *Portaria SAB No. 2/88*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Souza, M. A. M. (1986). *Salvamento arqueológico da UHE Balbina – AM – Anteprojeto 2ª versão*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Souza, M. A. M. (1987). *Comunicação interna: Resumo dos resultados obtidos pelo SAUHEB – no período de 29/04 a 15/12/1987 – 1ª etapa*. (Acervo Ana Cardoso e Vicente Cardoso). Vila Balbina, AM.
- Souza, M. A. M. (1988a, fevereiro 2). *Carta de Maria Arminda Mendonça de Souza à Coordenadora de Arqueologia do SPHAN/FNPM*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Souza, M. A. M. (1988b, fevereiro 25). *Carta de Maria Arminda Mendonça de Souza à Coordenadora de Arqueologia do SPHAN/FNPM*. Processo IPHAN/SEI 01490.000106/2004-33.
- Souza, M. A. C. M. (2015, abril 16). Currículo lattes. *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*. <http://lattes.cnpq.br/5830626249741207>
- Schaan, D. P. (2010). Sobre os cacicados amazônicos: Sua vida breve e sua morte anunciada. *Jangwa Pana*, (9), 45-64.
- Stanchi, R. (2017). O Patrimônio arqueológico: Oitenta anos de delegações. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 35, 171-201.
- Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF1). (2016, agosto 9). *Autos No. 0011753-30.2016.4.01.3200*. Processo IPHAN/SEI 01490.000066/2006-91.

Trigger, B. G. (2004). *História do pensamento arqueológico*. Odysseus Editora.

Valente, R. (2017). *Os fuzis e as flechas: História de sangue e resistência indígena na ditadura*. Companhia das Letras.

Últimas notícias. (1987a, março 24). *A Crítica*. Biblioteca Pública do Amazonas.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

R. C. S. Lopes contribuiu com conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, administração de projeto e escrita (rascunho original, revisão e edição); J. R. Santi com conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia e escrita (rascunho original, revisão e edição); A. B. C. Da Silva com curadoria de dados e investigação; T. S. Souza com investigação; A. A. Assis Matos com curadoria de dados e investigação; W. F. V. Veiga com aquisição de financiamento, investigação e administração de projeto; e G. Viana com investigação.

Etnocentrismos incômodos: saberes, ontologias e cosmocentrismo ameríndio

Disturbing ethnocentrisms: knowledge, ontologies and Amerindian cosmocentrism

Guilherme Galhegos Felipe 

Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Resumo: Em uma colocação aparentemente simples, mas pungente, Pierre Clastres sugere que, se toda cultura é etnocêntrica, somente a ocidental é etnocida. Além de querer ressaltar a tendência quase inexorável do Ocidente de sobrepujar os outros povos com sua visão de mundo – chegando, muitas vezes, às vias de fato com o extermínio étnico –, o antropólogo francês se refere especialmente ao fato de que todas as populações humanas partem de suas próprias concepções sobre a realidade para construir sua coesão coletiva e, por consequência, delimitar o que lhe é externo e estranho. Pretendo demonstrar que os saberes ditos tradicionais, comumente associados às populações indígenas, possuem suas formas próprias de interação e engajamento com o meio e com os seres a ele associado, mantendo-se a uma distância do pensamento moderno, que não é apenas de ordem técnica ou empírica, mas epistemológica.

Palavras-chave: Saberes tradicionais. Etnocentrismo. Ontologia relacional. Mitologia. Animismo.

Abstract: In a seemingly simple but pungent statement, Pierre Clastres suggests that “if every culture is ethnocentric, only western culture is ethnocidal”. In addition to his intention to highlight the almost inexorable tendency of the West to surpass other peoples with its worldview — often culminating with ethnic extermination — the French anthropologist refers especially to the fact that all human populations build their collective cohesion and consequently delimit what is external and foreign to them from their own conceptions of reality. This study aims to demonstrate that the so-called traditional knowledge commonly associated with indigenous populations has its own forms of interaction and engagement with the environment and with the beings associated with it. Such knowledge is set apart from the modern thought, which is not only technical or empirical, but epistemological.

Keywords: Traditional knowledge. Ethnocentrism. Relational ontology. Mythology. Animism.

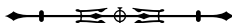
Felipe, G. G. (2022). Etnocentrismos incômodos: saberes, ontologias e cosmocentrismo ameríndio. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 17(2), e20210044. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0044

Autor para correspondência: Guilherme Galhegos Felipe. Universidade Federal de Santa Maria. Av. Roraima, nº 1000. Santa Maria, RS, Brasil. CEP 97105-900 (guilherme.felipe@ufsm.br).

Recebido em 06/05/2021

Aprovado em 22/12/2021

Responsabilidade editorial: Lúcia Hussak van Velthem



Não sei se concordo ou não.
Apenas acho difícil entender como
a verdade, por si só, pode ser
suficiente para uma pessoa.
(Vonnegut, 2017 [1963])

Em um artigo provocativamente intitulado de “Ciência para o Ocidente, mito para o resto?”, Scott (1996) procurou mostrar que, apesar dos esforços dos ocidentais em legitimar o procedimento e a produção científica como prerrogativa reservada apenas às suas bases epistemológicas, há mais procedimentos científicos pelo mundo entre os povos não ocidentais do que nossa ciência poderia imaginar. Segundo a definição do antropólogo, se ciência é uma atividade social que tira inferências dedutivas das primeiras premissas, que essas inferências são deliberada e sistematicamente verificadas em relação à experiência e que os modelos do mundo são ajustados reflexivamente para se conformar às regularidades observadas no curso dos eventos (Scott, 1996, p. 69), então não só os Cree, povo habitante dos Grandes Lagos na fronteira canadense sobre os quais o trabalho etnográfico de Scott (1996) se dedica, fazem parte de uma população cuja observação e experimentação do/no mundo não têm nada de ‘protocientífico’, como estabelecem conexões metafóricas entre o social e o ambiental de tal forma que definem e redefinem as relações entre os objetos no mundo, que, por sua vez, são assimiladas ao significado das metáforas básicas à medida que são aplicadas em situações e contextos particulares (Scott, 1996, p. 85).

Carneiro da Cunha (2009) afirma que a insistência em identificar o conhecimento tradicional como um conjunto completo e fechado de lendas e sabedorias transmitidas desde tempos imemoriais – sobre o qual despende-se um grande esforço de preservação pelas gerações atuais, sem, contudo, que haja a preocupação em atualizá-lo – reforça a má vontade ocidental em enxergar nos métodos tradicionais as suas relevâncias e eficácias. Carneiro da

Cunha (2009) prossegue pontuando que, apesar de os procedimentos (as formas, e não os referenciais) serem tradicionais, eles são bastante diversos, já que os “critérios de verdade e os protocolos de pesquisa em regimes de conhecimento tradicional não se baseiam só no experimento e na observação empírica perseguidos com paixão” – como ocorre no rigorismo restritivo da ciência moderna (Carneiro da Cunha, 2009, pp. 364-365).

Em outras palavras, a procura pelo conhecimento e a capacidade de relacionar elementos observáveis, experienciáveis e coletáveis do ambiente em que se está inserido e criar métodos para acumular, classificar e interpretar o seu conteúdo são atividades realizadas diariamente por populações cujos interesses em compreender o mundo que habitam e as relações dispostas entre eles e os demais seres é antes uma possibilidade do que uma necessidade determinada pela sobrevivência. Contudo, segundo os parâmetros da ciência moderna – em nome da qual muitos julgamentos foram atribuídos à vida de outros povos (Stengers, 2011, p. 4) –, os referenciais alternativos e a falta de uma institucionalização dos procedimentos experimentais determinam que o conhecimento tradicional tem apenas a função emergencial e perecível de suprir necessidades básicas da população que domina, estando seu real valor assegurado quando compõe os expositores de um museu ou é descrito minuciosamente em manuais. Strathern (citado em Carneiro da Cunha, 2009, p. 328) resumiu bastante bem a carência criativa que a rigidez cognitiva do objetivismo multiculturalista ocidental exerce sobre os demais povos: “Uma cultura dominada pelas ideias de propriedade só pode imaginar a ausência dessas ideias sob determinadas formas”. Estas formas, no caso, giram em torno do conflito entre economias de subsistência e economias de mercado – dois conceitos que só podem ser pensados a partir das regras epistemológicas de um

conhecimento que se diz moderno e só consegue enxergar atraso à sua volta¹.

Neste artigo pretendo demonstrar que os saberes ditos tradicionais comumente associados às populações indígenas possuem suas formas próprias de interação e engajamento com o meio e com os seres a ele associado, mantendo-se a uma distância do pensamento moderno que não é apenas de ordem técnica ou empírica, mas epistemológica. Em um primeiro momento, pretendo abordar a eficácia e coerência dos saberes tradicionais enquanto conjuntos de conhecimentos e experiências sobre o meio adquiridos e compartilhados entre as pessoas, apesar das investidas de menosprezo, descrédito e marginalização do pensamento moderno² em relação a qualquer lógica diversa à sua. Na segunda metade do artigo, discutirei alguns elementos destes saberes indígenas, principalmente, relacionados a aspectos sociológicos e de interação entre humanos e não humanos, como a mitologia e o animismo.

ETNOCENTRISMO INCÔMODO

A subsistência enquanto atividade dedicada à captação de recursos nutricionais para fazer subsistir os indivíduos que fazem parte de um grupo é uma preocupação generalizada nas mais diversas sociedades e grupos humanos, independentemente de sua complexidade tecnológica. O problema, de fato, começa quando o conceito de subsistência adquire outra

premissa e passa a significar um esforço apenas dedicado à sobrevivência coletiva, como se os indivíduos de um grupo, esmagados por uma incapacidade de maior produção alimentar, lutassem frente à natureza utilizando seus poucos recursos técnicos para não morrer de fome, conotando-se uma economia de sobrevivência (Rocha, 1988, p. 52). O fundamento desta interpretação é que existem determinadas etapas evolutivas as quais algumas sociedades têm mais dificuldade de superar, devido à rusticidade de suas técnicas, determinando o estágio de desenvolvimento social em que se encontram. Assim, a associação direta entre o aparato tecnológico de um grupo e o seu estágio de desenvolvimento civilizatório se traduz na ideia de que a capacidade funcional está relacionada à capacidade social e que alguns grupos são inaptos socialmente para desenvolver determinados aprimoramentos que a nossa sociedade moderna ocidental considera como parâmetros da evolução civilizatória. É esta confusão entre a “. . . noção puramente biológica da raça³ e as produções sociológicas e psicológicas das culturas humanas” que Lévi-Strauss (1993 [1952], p. 329) identifica como o “pecado original da antropologia” – que não apenas marcou o início e grande parte da trajetória da disciplina, como também definiu o espaço ao qual os povos considerados racial e culturalmente inferiores estariam relegados.

Portanto, a rusticidade de suas técnicas, impedidas de aprimoramento, provocaria o atraso social, político e

¹ Com isso, não estou afirmando que não haja situações de carência em que uma população volte seus esforços unicamente para a busca de sua sobrevivência. Basta recordar as grandes crises de fome que assolaram a Europa em sua história recente. O problema é a insistência em reservar às populações indígenas uma vida de excessos, regadas pelo limite da sobrevivência por pura incapacidade de administrar seus bens ou inaptidão tecnológica. A ‘grande divisão’ (adaptando a fórmula de Latour) entre economia de subsistência e economia de mercado é ilusória e ignora o que estudos etnográficos já vêm mostrando há algumas décadas: nenhuma sociedade, em sua forma plena, vive apenas para comer ou é tão rudimentar que não possa participar de uma economia de mercado. Quando bens ocidentais entram nas aldeias, as práticas de intercâmbio indígenas e as instituições capitalistas não se repelem: se ajustam (Hugh-Jones, 1992, p. 44; Sahlins, 1997).

² Identifico como pensamento moderno a projeção epistemológica que os modernos estabelecem ao criarem dois campos dicotômicos de pensamento sobre o mundo, colocando-se em um ponto de vista privilegiado sobre o todo e os ‘pré-modernos’ no campo oposto – reforçando uma relação duplamente assimétrica em que assinalam uma descontinuidade no estágio em que se encontram na passagem regular do tempo e um combate no qual o que há são os vencedores sobre os vencidos (Latour, 1994, p. 15). Os modernos são aqueles que acreditam que alcançaram (porque compreenderam) a ‘grande divisão’ ao romperem o “tecido inteiriço das naturezas-culturas” e, por isso, acham que dominam as duas zonas ontológicas (a dos humanos e a dos não humanos) e controlam a produção dos híbridos (a mistura entre gêneros de seres completamente novos) (Latour, 1994, pp. 12-16). Em suma, como Latour (1984, p. 15) pontuou em outra oportunidade: “moderno é aquele que acredita que os outros acreditam”.

³ Sobre o termo ‘raça’, que o antropólogo usa ao longo de todo o ensaio, esclarece: “supondo, por outro lado, que, mesmo neste campo limitado, esta noção possa pretender atingir qualquer objetividade, o que a genética moderna contesta” (Lévi-Strauss, 1993 [1952], p. 329).

cultural destes grupos, além da sua privação econômica, já que, por não disporem dos meios adequados para coletar recursos nutricionais, as sociedades primitivas estariam subordinadas à subprodutividade e condenadas a uma economia de subsistência, no sentido de sobrevivência. Sem a instrumentalização apropriada para aumentar o rendimento produtivo, estas populações estariam sempre em busca de alimentos, não lhes sobrando tempo para desenvolver novas técnicas, nem aprimorar seus meios, incapacitando-as para uma sofisticação social e civilizatória, dando a impressão de que, fragilizadas, estão sujeitas à aculturação⁴. Este tipo de pensamento resultou na noção do 'primitivo evanescente', que gera a "expressão de uma perda de objeto" para os antropólogos (Sahlins, 1997, p. 50) e uma sensação de invisibilidade para a sociedade envolvente, que se acostumou com o 'sumiço' dos indígenas ou a sua mimetização nas ruas. Remanescentes de um passado impresso em sua carne, em seus gestos, em sua indumentária e em sua língua, qualquer contato com a 'civilização' seria o suficiente para desvirtuá-los de sua pureza e retirá-los do estado natural, criando-se o impasse do 'índio misturado' (Oliveira, 1998).

Ao índio, portanto, é negada a capacidade de se adaptar a novos contextos ou compreender e atuar cognitivamente frente às adversidades que se impõem. Encontrando-se nesta estagnação, essas populações também acabam por ser um peso ao desenvolvimento da sociedade envolvente, cujos avanços tecnológicos geralmente são incompatíveis com a sua presença, gerando situações de violência e opressão. O mesmo se passa em um âmbito narrativo: a forma como as sociedades

organizam, classificam, interpretam e aplicam na sua vida prática o conhecimento adquirido através da observação e contemplação do ambiente exerce ora um fascínio exótico nos ocidentais, ora a ilusão de que são populações limitadas em sua compreensão, restando-lhes ações impulsivas ou instintivas. Daí a ideia de que os não modernos, ainda que experienciem o mundo, não conseguem ir além do que é diretamente captado pelos cinco sentidos, não extrapolando muito isso. Seth (2013 [2004], p. 174) usa como exemplo a noção de passagem de tempo: "... nós, modernos, acreditamos que cada pessoa tem uma história, ainda que nem todas as pessoas tenham uma historiografia". Esta visão sobre os demais povos é oriunda do que o autor chamou de 'razão': um complexo conjunto de comprometimentos a que o Ocidente se propõe, com uma ideia que seja singular e universal, sendo os compromissos epistêmicos parte disso:

E os compromissos epistêmicos que sugeriram que essas eram pessoas incapazes de representar o seu próprio passado foram os mesmos compromissos epistêmicos que sugeriram, mais adiante, que essas pessoas eram atrasadas. Ou vice-versa: que essas pessoas ainda pertencessem ao passado era algo indicado, entre outras coisas, pela sua incapacidade de representar o seu passado apropriadamente (Seth, 2013 [2004], p. 174).

Validar este tipo de teoria é aceitar que os diferentes grupos humanos, espalhados pelo globo terrestre, possuem capacidades cognitivas distintas. Admitir que alguns povos são atrasados é corroborar a falsa ideia de que o ser humano está dividido em raças biologicamente distintas, cada uma com características mentais, emocionais e psicológicas próprias. Pensar dessa forma é ir na

⁴ Aculturação é um termo polêmico e profusamente conceitualizado. Na sua acepção original alemã, era usada como referência às características semelhantes que as culturas amazônicas tinham entre si, não carregando a conotação ruim que adquiriu nos Estados Unidos de um objeto ilegítimo da Antropologia – quando virou "apelido de 'índio fodido'" (Amoroso & Lima, 2011, p. 527). Já Trigger (1986, pp. 256-257) recorda que os estudos sobre aculturação desenvolvidos na década de 1930, resultantes do interesse crescente no papel que a Antropologia poderia desempenhar na formulação de políticas mais eficazes para administrar os povos nativos, levaram os antropólogos a estudarem sistematicamente as mudanças que ocorreram na vida nativa desde o primeiro contato com os europeus, inserindo a perspectiva histórica na análise destas culturas, levando cada vez mais os etnólogos aos arquivos e dando origem à Etno-história. No campo da História, o termo encontrou relevância no contexto da conquista espanhola, em que Wachtel (1981 [1971]), ao analisar o contato entre espanhóis e as populações andinas, buscou escrever uma história dos vencidos, mas foi lido e interpretado como uma história das perdas culturais dos indígenas sob o domínio espanhol – a ponto de, recentemente, admitir que o termo 'andinização' seja mais adequado, pois diz respeito aos elementos ocidentais submetidos à lógica do pensamento andino, que continua com seu tipo de pensamento mesmo integrando elementos de fora (Daher, 2014, p. 269).

contramão de todo avanço que as ciências biológicas e as ciências sociais vêm apresentando a respeito de uma diversidade étnica, e não racial, entre os povos humanos. Isso significa que as especificidades fisiológicas de uma determinada população não são responsáveis (ou ocasionadas) pela rudimentaridade ou sofisticação de sua produção cultural: o tipo de ferramenta usada para coleta ou produção de alimentos, a utilização ou a ausência de um sistema de escrita, a forma como as expressões artísticas são representadas, a organização social em aldeias ou em cidades são variantes dos aspectos que compõem as características culturais dos distintos povos e que não estão submetidas, delimitadas ou determinadas em razão das características físicas dos membros do grupo.

O que diferencia, de fato, as sociedades não é o grau de complexidade de sua tecnologia ou de seus apetrechos instrumentais, mas o que Descola (2014, p. 272) chamou de “worlding”: o processo de juntar o que é percebido no ambiente – e que resulta na diversidade de resoluções que cada sociedade encontra para os problemas impostos pelo meio, bem como a posição que a subjetividade toma frente à relação entre humanos e não humanos com os quais suas vidas estejam entrelaçadas⁵. Ora, se a comunicação entre as pessoas que compartilham os mesmos ‘elementos simbólicos’, como palavras e gestos, só é possível porque estes têm significado para as partes dentro das associações adquiridas, criadas e experienciadas “. . . em toda sorte de contextos” (Wagner, 2010 [1975], p. 77) – que também são próprios e específicos daquela comunicação –, é um equívoco supor que cada cultura ou sociedade encontre soluções específicas para problemas que são universais. Se as associações são infinitas e nunca terminam de ser feitas,

deve-se esperar que as inquietações de uma população – aquilo que gera suas dúvidas sobre a existência, as motivações que mantêm tradições vivas e o devir que possibilita a coesão do grupo – sejam radicalmente diversas das nossas (Viveiros de Castro, 2002b, p. 117). Por isso, nenhuma experiência é uma função exclusivamente individual, já que só ‘acontece’ quando é compartilhada entre as pessoas não no nível da sensação, mas no nível do significado, que é a qualidade comunicável humana da experiência (Sahlins, 2008, p. 50).

Nessa medida, deve-se compreender que as pessoas organizam sua vida em função da relação que estabelecem com a natureza, os seres e os fenômenos que os circundam, e sua vida depende do tipo de intervenção que a sociedade humana faz sobre o meio ambiente:

Os objetos materiais e imateriais de nosso meio ambiente não estão nos céus de ideias eternas prontas para serem capturadas por nossas faculdades, nem são meras construções sociais que dão forma e significado a uma matéria-prima; eles são apenas agrupamentos de qualidades, algumas das quais detectamos, algumas das quais ignoramos⁶ (Descola, 2014, p. 273).

As pessoas que compartilham os mesmos significados e a mesma ‘percepção’, que, segundo Ingold (2000, p. 166), é o modo de ação direto e prático sobre o que o ambiente proporciona ao observador engajado. Elas têm que lidar com o fato de que:

. . . a informação potencialmente disponível para um agente é inesgotável: não há limite para o que pode ser percebido [E conclui o autor]: Percepções novas surgem de atos criativos de descoberta, não da imaginação, e as informações nas quais elas são baseadas estão disponíveis para qualquer um que esteja em sintonia para buscá-las⁷ (Ingold, 2000, p. 166).

⁵ Ingold (2000, p. 5) propõe que as relações ‘sociais’ são, dentro do que denomina de “perspectiva de habitação [dwelling perspective]”, apenas um subconjunto de relações ecológicas possíveis.

⁶ “The material and immaterial objects of our environment do not stand in the heavens of eternal ideas ready to be captured by our faculties, nor are they mere social constructs giving shape and meaning to a raw material; they are just clusters of qualities some of which we detect, some of which we ignore” (Descola, 2014, p. 273, tradução nossa).

⁷ “. . . the information that is potentially available to an agent is inexhaustible: there is no limit to what can be perceived. . . . Novel perceptions arise from creative acts of discovery rather than imagining, and the information on which they are based is available to anyone attuned to pick it up” (Ingold, 2000, p. 166, tradução nossa).

Para os grupos indígenas, esses conhecimentos sobre como estar e atuar no ambiente provêm da observação metódica, aliada ao interesse em descobrir o funcionamento das coisas:

Para transformar uma erva silvestre em planta cultivada, uma besta selvagem em animal doméstico, para fazer aparecer em uma ou em outra propriedades alimentares ou tecnológicas que, em sua origem, estavam completamente ausentes ou apenas podiam ser suspeitadas; para fazer de uma argila instável prestes a esfarelar-se, a se pulverizar ou a rachar uma cerâmica sólida e vedada. . . . ; para elaborar técnicas, muitas vezes longas e complexas, que permitem cultivar sem terra ou sem água; para transformar grãos ou raízes tóxicas em alimentos ou ainda utilizar essa toxicidade para caça, a guerra ou o ritual, não duvidemos de que foi necessária uma atitude de espírito verdadeiramente científico, uma curiosidade assídua e sempre alerta, uma vontade de conhecer pelo prazer de conhecer, pois apenas uma pequena fração das observações e experiências (sobre as quais é preciso supor que tenham sido inspiradas antes e sobretudo pelo gosto do saber) podia fornecer resultados práticos e imediatamente utilizáveis (Lévi-Strauss, 1989 [1962], pp. 30-31).

Assim, como demonstrou Lévi-Strauss (1964 [2004]) em seus estudos sobre os mitos indígenas, os povos que habitam regiões árticas, como os Inuíte, que conseguem enxergar a olho nu as estrelas circumpolares no céu noturno, percebem mais diferenças sazonais do que, por exemplo, os Bororo, que habitam a Amazônia na região do Trópico de Capricórnio (Pecker, 2009, pp. 179-180). Isto não faz nem de uns, nem de outros privilegiados de uma provável observação mais verdadeira a respeito do mundo, mas é o resultado de como as características salientes do mundo são atualizadas pelas diferentes capacidades humanas (Descola, 2014, p. 271). Um mesmo objeto pode ter infinitos significados ou utilizações, pois não há uma qualidade elementar ou imanente nele: é o ser humano, munido de seu olhar, cultura, tradições, experiências pessoais e coletivas que injetam significado ao que se observa:

As pessoas superestimam sua objetividade porque percebem apenas uma fração das características empíricas das coisas, uma atenção e avaliação seletivas que correspondem a um ato de categorização.

Observem que não estamos lidando simplesmente com sensação fisiológica, mas com juízos empíricos. Nem os mecanismos biológicos da percepção nem a universalidade deles estão em questão. O que está em questão é a organização da experiência, inclusive o treinamento dos sentidos, de acordo com os cânones sociais de relevância (Sahlins, 2001, p. 176).

A crença moderna de que os grupos indígenas vivem um atraso social e tecnológico devido à rudimentaridade de suas técnicas está, geralmente, respaldada pela ideia de que os componentes culturais de uma sociedade estão intrinsecamente relacionados às capacidades mentais e biológicas dos indivíduos. Esta precipitação culturalista ocorre em função da insistência em categorizar as sociedades humanas por estágios a serem superados ou etapas de desenvolvimento alcançadas, em um ideal que vê nos indígenas não só atraso, mas imobilismo. Lévi-Strauss já chamava a atenção, na década de 1950, para o fato de que esta percepção se origina da ignorância que temos a respeito dos verdadeiros interesses, conscientes ou inconscientes, dessas outras sociedades, cujos anseios, objetivos, temores, questionamentos e devires são diferentes dos nossos, porque têm critérios diferentes dos nossos (Lévi-Strauss, 1952 [1993], p. 346). Dez anos mais tarde, o antropólogo belga procurou desmentir a ideia de que o conhecimento dos povos indígenas era fruto do acaso ou movido pelo instinto e, por isso, menos qualificado do que o conhecimento científico moderno, argumentando que o homem não percebe as relações com o meio natural passivamente, ele as “. . . tritura depois de tê-las reduzido a conceitos, para dele inferir um sistema que nunca é predeterminado: supondo-se que a situação seja a mesma, ela sempre se presta a várias sistematizações possíveis. . .” (Lévi-Strauss, 1962 [1989], p. 113).

O que resulta disso é um envolvimento do indivíduo com o meio, compartilhado na forma de saberes e contemplação filosófica entre os membros do grupo, que lhes fornece todo um aporte sobre pensar, conhecer, experimentar e experienciar o ambiente em que habitam, provendo-lhes também de expedientes práticos, intelectuais e criativos, eficazes para atuação e intervenção

através de um engajamento ativo, prático e perceptivo com os constituintes do mundo habitado, a fim não de construir uma visão de mundo, mas de ter uma visão nele (Ingold, 2000, p. 42). Esta visão é fundamental para a formulação tanto da autorreferência, como das alorreferências que um grupo estabelece ao se posicionar frente aos outros. E este posicionamento é sempre etnocêntrico e autocentrado, partindo não só das próprias concepções, mas empenhado em enquadrar o outro como alteridade, propositalmente distante do 'nós'. O etnocentrismo, portanto, não é um privilégio dos modernos, mas uma "... atitude ideológica natural, inerente aos coletivos humanos" (Viveiros de Castro, 2002a, p. 368). A questão é a forma como as relações vão ser estabelecidas entre os distintos grupos humanos que se encontram: o ímpeto de colonizar o outro e impor sua visão de mundo não é uma atitude universal. Aplicam-nas aquelas sociedades cujos intentos baseiam-se na inferioridade dos outros – ou, como provocou Clastres (2004 [1980], p. 82), "... se toda cultura é etnocêntrica, somente a ocidental é etnocida".

Se duas populações diferentes entendem e dão significados distintos para os objetos, os costumes, as tradições, os anseios, os medos e toda sorte de práticas e sentimentos uma da outra, é porque as lógicas que dão razão ao sentido que se atribui ao que se vê, ao que se cheira, ao que se experimenta, ao que se toca e se sente partem de percepções do sensível específicas e compartilhadas pelos indivíduos daquele grupo – o que Wagner (2010 [1975], p. 78) chamou de 'contexto convencionalmente reconhecido': "... ambiente no interior do qual elementos simbólicos se relacionam entre si, e é formado pelo ato de relacioná-los. . .", possibilitando, assim, que a comunicação e a expressão sejam "... possíveis na medida em que as partes envolvidas compartilham e compreendem esses contextos e suas articulações".

A mitologia, enquanto um conjunto de narrativas que operam logicamente no nível da "... organização progressiva do mundo e da sociedade" (Lévi-Strauss, 1993 [1952], p. 65), é o melhor recurso para se buscar os elementos que formulam os conceitos com os quais as pessoas se basearão para apreender, significar e atuar no contexto em que estiverem inseridas.

A MITOLOGIA AMERÍNDIA

Entre os ameríndios, as narrativas mitológicas "... formavam um sistema de referência do conhecimento prático e conceitual que, além de prover os índios de importantes saberes a respeito dos seres e do ambiente no qual estavam inseridos, permitiam aos nativos um grau de interação com a realidade" (Felippe, 2014, p. 331). O mito é, antes de tudo, um conjunto de saberes reunidos na forma de uma narrativa, que existe, fundamentalmente, no momento em que está sendo declamada. Assim como no nosso conhecimento científico, em que a produção se realiza através da premissa de que os resultados de uma pesquisa geram dados ou recursos para a realização de pesquisas futuras (fazendo com que o conhecimento adquirido permita refinar ou redefinir o que se fará cientificamente dali em diante), os mitos não se esgotam neles mesmos – "os mitos são *in-termináveis*" [ênfase adicionada] (Lévi-Strauss, 2004 [1964], p. 24): sua estrutura é formada pelas experiências, investigações, saberes e definições que as pessoas de um determinado grupo foram adquirindo sobre a realidade com a qual convivem, mas também é o recurso pelo qual passam a conhecer o mundo. O mito é a forma narrativa da vivência social potencializada em escala cosmológica:

[eles] formam o polo temporalmente mais distante de um eixo que tem narrativas de experiência pessoal como o polo temporalmente mais próximo. Todo o resto deve, necessariamente, estar localizado em algum lugar entre eles. . .⁸ (Gow, 2001, p. 288).

⁸ "[Myths] form the most temporally distal pole of an axis that has personal-experience narratives as its most temporally proximal pole. Everything else must necessarily be located somewhere in between. . ." (Gow, 2001, p. 288, tradução nossa).

Um elemento bastante comum nas narrativas mitológicas de grupos indígenas da América é o personagem que ensina os índios a fazerem os utensílios domésticos, a caçar e a pescar, a fumar o tabaco ou a usar o fogo. Este personagem, comumente identificado como um demiurgo, bastante difundido nos mitos, ao invés de uma entidade a ser cultuada, é um identificador do que é externo ao grupo: funciona como um elemento discursivo que se refere à fronteira entre o 'nós' e os 'outros'. Isso porque, na lógica relacional ameríndia, "... a relação fundante não [é] a identidade consigo mesmo. . ." (Fausto, 2008, p. 341), mas com o que lhe é externo – o forasteiro sempre carrega consigo uma subjetividade outra, colocando-o em uma posição fundamental no campo de interação com o grupo.

E é justamente desta forma que os europeus aparecem em diversos mitos ameríndios. Sua vinda não estava prevista especificamente, mas implicitamente: a visita de povos que vêm de lugares distantes, trazendo armas e instrumentos não só diferentes, como superiores, é uma forma narrativa bastante comum entre os índios da América, pois "... os brancos estavam contidos virtualmente, isto é, estavam previstos, formal senão historicamente, em uma estrutura constitutiva do pensamento indígena" (Viveiros de Castro, 2000, p. 49; cf. Lévi-Strauss, 1993 [1952], p. 66). Como parentes muito distantes, cuja ancestralidade remete a tempos mitológicos, os brancos reapareceram no presente pós-mitológico em aparente contraditoriedade, pois, ao mesmo tempo que dispunham de armas e instrumentos muito superiores aos dos índios, mantinham um comportamento nada amistoso:

Se os ocidentais viam, e ainda veem com frequência, os índios em termos temporais como representantes de um estágio anterior no desenvolvimento da humanidade, os índios veem essas diferenças mais em termos espaciais e

não como uma questão de progresso relativo. Nos mitos dos índios, os brancos compartilham uma criação igual, mas que é seguida por uma separação original e declínio moral⁹ (Hugh-Jones, 1988, p. 145).

A tecnologia de alta complexidade que os europeus traziam consigo é um aspecto interessante a se observar pela ótica dos mitos: as trocas realizadas como forma de estabelecimento de alianças entre índios e brancos oportunizava aos primeiros o acesso a objetos como machados de ferro ou espingardas que eram, de fato, novos para os índios, mas não uma novidade em si. A desigualdade tecnológica é, segundo os próprios mitos, uma má escolha dos índios, que tiveram a mesma oportunidade de optar por espingardas, mas preferiram o arco e as flechas. É isso que o mito lhes ensina: ainda que tenham errado, a opção "... foi oferecida aos índios, que não são vítimas de uma fatalidade, mas agentes de seu destino. Talvez tenham escolhido mal. Mas fica salva a dignidade de terem moldado a própria história" (Carneiro da Cunha, 1992, p. 19; Hugh-Jones, 1988, p. 145).

Por isso, entre as populações ameríndias, os mitos são "... plans for land use. . ." (Århem, 1996, p. 200), funcionando não como um imperativo da passagem do tempo ou um fetiche do evolucionismo ocidental ao determinar o passado como domínio das caudas do presente, mas como um guia que tende a posicionar e, em momentos críticos, reposicionar as coisas no mundo, proporcionando às pessoas a possibilidade de interagir com ele: os mitos fornecem um estoque de ideias alternativas, interpretações e cursos de ação com potencial aplicação ao presente (Hugh-Jones, 1988, p. 151).

Fausto (2012) narra uma situação peculiar que pôde presenciar no alto Xingu, demonstrando o momento em que o mito deixa de ser apenas narrado e passa a ser um 'evento no presente'. Em 2003, durante a exibição do filme "A guerra do fogo" (Annaud, 1981) aos Kuikuro, na aldeia

⁹ "If Westerners saw, and still often see, Indians in temporal terms as representing an earlier stage in the development of humanity, the Indians see these differences more in spatial terms and not as a matter of relative progress. In the Indians' myths White People share an equal creation but one which is followed by an original separation and moral decline" (Hugh-Jones, 1988, p. 145, tradução nossa).

Ipatse, um eclipse lunar surpreendeu a todos, inclusive ao grupo de indígenas que, com câmeras filmadoras, estava registrando a sessão de cinema. Aproveitando a situação inusitada, os cinegrafistas filmaram a reação que os demais índios tiveram durante o eclipse, documentando o fenômeno meteorológico que é chamado pelos índios de *Nguné amatsotilü*, 'a menstruação de lua'. Assim que a lua começou a se avermelhar, a exibição do filme foi interrompida e os Kuikuro começaram a passar polvilho no rosto para evitar que as gotas de sangue manchassem a pele, a jogar toda comida e bebida fora, pois ficaram contaminadas e a escarificar os jovens para tirarem o sangue de lua que os impregnou (Fausto, 2012, p. 66). O que ocorreu foi um 'contexto extraordinário', em que o eclipse lunar, sob a perspectiva Kuikuro, foi um evento cosmológico que suspendeu e substituiu a ordem ontológica 'ordinária e intuitiva do cotidiano' por outra 'de caráter transformacional'. A isto, Fausto (2012) denominou de 'feito de colchete':

aquilo que era o *background* passa a *foreground* – o mundo transformacional, condição primeira do cosmos, se reatualiza e o mundo do cotidiano recolhe-se ao segundo plano. O eclipse é um macro-fenômeno que coloca entre colchetes o dia a dia, instaurando um outro espaço-tempo em que as fronteiras entre os seres tornam-se permeáveis e as espécies naturais passam umas nas outras: o tatu vira arraia, os peixes viram cobra e assim por diante (Fausto, 2012, p. 69)¹⁰.

Por meio das cantorias, danças e gritos, “. . . o céu reage ao ruído como se fosse uma ofensa pessoal” [ênfase adicionada] (Lévi-Strauss, 2004 [1964], p. 355), fazendo

com que a distância ontológica entre os homens e as demais entidades que compõem a realidade sejam muito mais discretas do que a epistemologia naturalista desejaria. Isto porque a narrativa mitológica ensina aos índios que, no tempo em que “. . . os homens se confundiam com os animais. . .” (Lévi-Strauss, 2004 [1964], p. 141), os seres compartilhavam a mesma condição humana e, por isso, mantinham relações socialmente humanas – casavam-se, bebiam cauim até caírem bêbados, roubavam objetos dos outros, brigavam por inveja ou ciúmes etc. Os animais descritos nas narrativas mitológicas ameríndias, portanto, não eram 'como' humanos: eles 'eram' humanos, ainda que mantivessem características particulares dos animais que viriam a se tornar após os eventos cataclísmicos narrados pelos mitos (dilúvios, incêndios, divisão dos estratos terrestre e celeste etc.).

Um mito Apinayé narra um grande dilúvio em que parte dos humanos conseguiram se manter em jangadas, dando origem aos atuais Apinayé; outros foram levados pelas águas, dando origem a outros povos; e outros conseguiram escalar as árvores e se refugiar nelas, tornando-se abelhas e cupins (cf. Lévi-Strauss, 2004 [1967], p. 423). O fato de as abelhas e os cupins serem animais que vivem em árvores preconiza sua singularidade frente aos outros humanos mitológicos:

Nesse estado primordial, a diferença está pressuposta, embora não ainda posta, pois o que o mito narra é precisamente a posição da diferença, i.e., a produção de discontinuidades entre as espécies, entre os coletivos humanos, entre o céu e a terra, entre o dia e a noite, entre as terras firmes e as águas que, em seu conjunto, irão constituir o mundo tal qual o conhecemos (Fausto, 2008, p. 338).

¹⁰ Um caso muito parecido foi presenciado pela antropóloga Tânia Stolze Lima, entre os Yudjá (Juruna), quando uma tempestade atingiu a aldeia Tubatuba e “muitos brandiram remos para dispersar os nimbo ou varrê-los para ir chover noutro lugar”, enquanto outros assopravam “sopro simples ou fumaça de tabaco” na direção das nuvens como forma de afastar a tempestade, que se tratava de um caso de “vingança da chuva contra as pessoas que ‘ridicularizam’ os animais, rindo deles, dirigindo-lhes a palavra ou dando-lhes alimentos impróprios” (Lima, 2005, p. 181). Este mesmo contexto de 'efeito de colchete', em que o cotidiano dos índios é assaltado por uma subversão ontológica e inundada de entidades cosmológicas capacitadas de agência, parece ter ocorrido também entre os índios Toba e Mocovi do Chaco, no século XVIII. O padre franciscano Antonio Lapa anotou em seu diário, no dia 30 de julho de 1776, a reação que os índios tiveram no início da madrugada, quando um eclipse lunar tomou conta das atenções de todos, que saíram de seus toldos aos gritos e passaram a direcionar golpes ao céu até o eclipse encerrar. Ao questionar os índios, o padre recebeu a resposta de que, quando a lua ficava avermelhada aquele jeito, certamente algumas doenças viriam sobre eles e, agindo daquela forma, perturbariam a praga (Lapa, 1776, fl. 40v; cf. Santos & Felipe, 2016, pp. 33-34).

Abelhas e cupins não são, na linguagem mitológica, elementos metafóricos (o que transformaria o mito em fábula); são metonímias, pois expressam contiguidades sintagmáticas que, diferente de “. . . deslocar sentidos entre elementos que se assemelham (como em uma metáfora), a narrativa mitológica parte de conceitos que substituem sentidos por serem dependentes e contíguos” (Felippe, 2016, p. 123). Os cupins e as abelhas não eram ‘como se’ fossem humanos no mito; eles ‘eram’ humanos e, após o evento cataclísmico, transmutaram-se nos animais que conhecemos hoje, mantendo os atributos característicos que os qualificam enquanto membros de suas espécies, mas mantêm sua condição interna humana. É isso que faz com que o universo ameríndio seja repleto de entidades que possuem subjetividades particulares, inalcançáveis para os índios, mas inegáveis enquanto expressões de mundos possíveis (Viveiros de Castro, 2002b, p. 118).

UMA ONTOLOGIA RELACIONAL: O ANIMISMO

O animismo, como o totemismo, é uma “. . . unidade artificial que existe somente no pensamento do antropólogo” (Lévi-Strauss, 1975 [1962], p. 21), já que, para nós, não animistas, ele só existe enquanto um conjunto de relações possivelmente interpretáveis, mas não experienciáveis. Isto por dois motivos: primeiro, porque o pensamento moderno, não animista, opera por meio de um paradigma objetivista em que a aquisição de conhecimento das coisas ocorre mediante a separação entre conhecedor e objeto e, muitas vezes, quebrando o objeto em suas partes para conhecê-lo (Bird-David, 1999, p. 77)¹¹; segundo, porque

não é uma condição da mente indígena, no sentido de ser uma alucinação ou ilusão coletiva: o animismo é uma “. . . teoria da mente aplicada pelo nativo. . .” [ênfase adicionada] (Viveiros de Castro, 2002b, p. 130) – ou, dito de outra forma, revertendo a afirmação proposta por Alberti e Marshall (2009, p. 344) – “Animism, then, is not a resource for theory but a source of theory” –, para nós, ocidentais, o animismo é, no máximo, uma fonte de teoria que se contrapõe à ideia tyloriana de um recurso para se pensar a teoria sobre a natureza – compreendendo-se, portanto, que ‘nós’ somos aqueles que aceitam a difícil verdade de que estamos sozinhos em um mundo mudo, cego, mas cognoscível, sobre o qual teríamos a tarefa de nos apropriar (Stengers, 2017 [2011], p. 3).

Assume-se, portanto, o animismo como um esquema ontológico (Descola, 2014, p. 275)¹², cujo referencial é a relação entre humanos e não humanos a partir de características sociais, em que os indivíduos de várias espécies compartilham um mesmo tipo de interioridade, que lhes faculta uma subjetividade humana em corpos não humanos. Portanto, os não humanos possuem capacidades de consciência, inteligência, intencionalidade, mobilidade e emocionalidade, bem como a capacidade de comunicar-se (Sahlins, 2008, p. 88). Mas estas não são capacidades mentais e dispositivos sociais inventados pelas pessoas. São condições imanentes aos seres que já estavam dispostos no ambiente mitológico, inclusive quando compartilhavam a mesma fisiologia. Por isso, além dos animais, outros entes compartilham a humanidade que atravessa os seres anímicos, como as plantas, os astros celestes (como a lua,

¹¹ Nas palavras de Montaigne: “Objetos externos rendem-se à nossa misericórdia, eles habitam em nós como queremos” (citado em Clark, 2007, p. 4).

¹² Nas últimas décadas, com a revitalização dos estudos sobre o animismo, diversos autores cunharam termos para identificar o fenômeno: “relational epistemology” (Bird-David, 1999), “relational ontology” (Hornborg, 2006, p. 28), “imagem do pensamento” ou “teoria da mente” (Viveiros de Castro, 2002b, p. 130), “sistema” (Descola, 2014, p. 275) e até mesmo um “jogo autossustentável” (Willerslev, 2015, p. 32). Prefiro o termo “esquema ontológico” [*schema of ontologies*], cunhado por Descola (2014, p. 275), por acreditar que facilita a compreensão geral, não senso comum, de uma disposição relacional entre humanos e não humanos, que vai muito além de uma visão de mundo ou crença (religiosa, política, ética ou qualquer outro enquadramento que leva – ou obriga – a nós, ocidentais, modernos a respeitarmos os animais). Ainda assim, aparentemente a forma mais completa de descrever o animismo é tanto como uma ontologia relacional, na medida em que é uma forma sofisticada de estar no mundo, como uma epistemologia relacional, pois também é uma forma de conhecer o mundo (Hall, 2011, p. 105).

o sol e algumas constelações), os ventos, os trovões e uma variedade de seres que, em suma, deixam seu rastro no céu ou na terra (Ingold, 2006 [2013], p. 21)¹³.

Estas pessoas outras-que-humanas (*other-than-human persons*) vivem em uma efetiva relação holística e inclusiva com os humanos (Domanska, 2014, p. 67), podendo-se comunicar de diversas formas, sendo a mais comum o encontro individual no meio da mata, que geralmente resulta na morte de um dos dois, estabelecendo, naquele contexto específico, a predominância do ponto de vista do assassino – seja ele um índio, uma onça, um espírito ou uma tempestade¹⁴. Diferente do que se pode imaginar, portanto, os humanos não veem os não humanos todo o tempo como pessoas, com quem podem conversar ou trocar objetos, pois a personalidade está subjacente, mas nem sempre aparente. A personalidade do outro não humano aflora em situações específicas, sendo uma “... potencialidade do seu ser-no-mundo, que pode ou não emergir como um resultado de sua posição em um campo de atividade relacional” (Willerslev, 2015, p. 26). Os índios não veem humanos em todos os lugares e em todas as coisas, mas sabem que quando estão mirando uma flecha em uma presa no meio da floresta podem acabar acertando uma pessoa.

Falar de animismo é falar sobre tempo e espaço. O animismo remete a um passado mitológico que não cessa de acontecer, revisitando os índios em momentos específicos – ou sendo revisitado em situações operadas por xamãs¹⁵ – e, com isso, alertando que a percepção sobre a passagem do tempo não é privilégio nem domínio dos índios. Daí a conclusão de que os mitos são “máquinas de suprimir o tempo” (Lévi-Strauss, 2004 [1964], p. 35), mas não qualquer tempo: a tarefa dos mitos é a de obliterar a consciência de aspectos da história e permitir que ela retenha sua escala geral, mesmo que os termos e a natureza das relações entre eles estejam mudando – por exemplo, quando elementos externos surgem em decorrência de um contexto histórico, como o contato com os brancos (Gow, 2001, pp. 287-288)¹⁶. Os mitos, portanto,

... existem por causa da história, eles existem para amortecer os efeitos das perturbações a fim de manter a coerência do significado. Os mitos geram aparente estabilidade; uma ilusão de atemporalidade que não pode ser afetada pelas mudanças do mundo, mas o fazem por meio de suas incessantes transformações, que marcam sua própria historicidade como objeto do ponto de vista do analista¹⁷ (Gow, 2001, p. 11).

A questão temporal do animismo, que diz respeito à mitologia, acaba por trazer à tona outra dimensão

¹³ Existe registro etnográfico, inclusive, de que se atribui vida a (o que para nós são) objetos totalmente inanimados, como as pedras – ou melhor, algumas pedras, como pôde constatar Hallowell (1960 [2002], p. 24), ao questionar um dos seus interlocutores Ojibwa se todas as pedras estavam vivas. Depois de refletir por um tempo, o velho respondeu: “Não! Mas alguns estão”.

¹⁴ Os *qom* (Toba) de Formosa, na Argentina, falam sobre a *Qasoxonaxa*, uma pessoa não humana que povoa o céu na forma de uma tempestade (mas nem toda tempestade é a *Qasoxonaxa*). Ela age em momentos específicos por meio de interações determinadas com os xamãs ou outros humanos poderosos (Medrano & Tola, 2016, p. 118; cf. Ingold, 2006 [2013], p. 18). Em determinada situação, um homem foi vítima da ira de *Qasoxonaxa* por ter agredido e matado injustamente um macaco (Medrano, 2018, p. 151).

¹⁵ Os xamãs, diferente dos demais índios, são pessoas poderosas que detêm o conhecimento dos espaços, seus caminhos e a forma de acessá-los para criar os meios adequados e estabelecer uma conversa, com responsividade mútua e recíproca (Bird-David, 1999, p. 77), com as demais “subjetividades alo-específicas”, assumindo o papel de “interlocutores ativos no diálogo transespecífico” (Viveiros de Castro, 2002a, p. 358). Seu conhecimento sobre a mitologia, portanto, não é apenas teórico, mas prático.

¹⁶ A função dos mitos não é explicar o presente, mas efetuar “... uma triagem entre os elementos do presente, outorgando a apenas alguns dentre eles o privilégio de ter um passado” (Lévi-Strauss, 1989 [1962], p. 270). Foi o que um xamã Barasana de Vaupés, no noroeste da Amazônia colombiana, fez depois que Hugh-Jones lhe explicou o que era um submarino. Mais tarde, o xamã narrou a um amigo o mito do herói Wāribi, em que o personagem é engolido por uma sucuri, tira duas costelas, faz uma tesoura com elas, abre um buraco na lateral da serpente e dispara uma flecha – concluindo que foi assim que os brancos conseguiram os submarinos (Hugh-Jones, 1988, p. 148).

¹⁷ “[they] exist because of history, they exist to dampen down the effects of disturbances in order to maintain the coherence of meaningfulness. The myths generate the appearance of stability; an illusion of timelessness that cannot be affected by changes in the world, but they do so by means of their ceaseless transformations, which marks their very historicity as objects from the analyst’s point of view” (Gow, 2001, p. 11, tradução nossa).

fundamental para se compreender as relações entre humanos e não humanos: o espaço. Ora, sendo o animismo a “compreensão de que a realidade é formada por uma pluralidade de pontos de vista projetados por subjetividades socialmente atuantes no mundo”, logo, “a realidade para a qual os índios projetam o seu ponto de vista é um composto de fronteiras separando domínios que, mesmo sendo autônomos, compõem setores interligados pelas relações estabelecidas entre si” (Felippe, 2020, p. 354). A divisão entre selvagem e doméstico, que orienta a composição dos domínios do inato e do artificial na projeção moderna sobre a natureza, não corresponde a uma forma de interação com o meio que os povos animistas levam em consideração. Esta oposição faz mais sentido a uma ontologia que projeta uma natureza impessoal e vazia, um espaço em que tudo é inerte, exceto aquilo que o homem já manipulou ou tomou para si na forma de domesticação e cativeiro. Para a maioria das populações ameríndias, o ambiente envolvente é habitação espaçosa e familiar, ordenada ao longo das gerações com tal discrição que o toque de cada um dos sucessivos inquilinos se torna quase imperceptível (Descola, 2005 [2012], pp. 70-71) – e, por inquilinos, entende-se aqui humanos e não humanos, que habitaram, habitam ou moveram seu ‘rastró’¹⁸, interagindo com o meio e com os demais seres ali presentes. O animismo, mais do que etnocêntrico, é cosmocêntrico (Viveiros de Castro, 2002a, p. 369).

Estes domínios não são espaços simplesmente dispostos para organizar os recursos disponíveis para os

índios e facilitar sua interação com o meio. Pelo contrário, uma das maiores inquietações dos humanos é saber que, para poder viver, acabam sempre tendo que desrespeitar os limites de um domínio de outrem: “. . . para plantar, caçar, pescar é preciso adentrar nos espaços alheios, quase sempre com intenções predatórias” (Fausto, 2008, p. 340). E a principal característica destes domínios é a presença dos donos ou mestres, identificados como seres protetores de uma espécie, “. . . sendo responsáveis por seu bem-estar, reprodução, mobilidade. . .”, o que vai além da noção de representação: “. . . o chefe-mestre é a forma pela qual um coletivo se constitui enquanto imagem; é a forma de apresentação de uma singularidade para outros” [ênfase adicionada] (Fausto, 2008, pp. 333-334). O dono, portanto, é um indivíduo que retém a imagem de sua espécie em uma condição de singularidade plural “mais-que-um-mas-menos-que-muitos” (Blaser, 2016, p. 558)¹⁹.

É isso que leva as relações interespecíficas a serem simétricas e a não possibilitarem, entre os humanos, um domínio do tipo domesticação em cativeiro sobre os animais. Descola (2002) já alertava para o equívoco de se estabelecer uma relação direta entre amansamento e domesticação, típico do pensamento naturalista objetivista, que toma como premissa a dessimetria entre humanos e animais. As populações ameríndias não andinas não praticam o cativeiro com finalidade de reprodução, pois correm o risco de ocasionar uma subversão da ordem relacional entre o homem e o ambiente – ainda que

¹⁸ Para retomar o conceito de Ingold (2013 [2006]) discutido: ‘supra’. Para explicar a relação anímica entre os seres e o ambiente, Ingold (2013 [2006]) faz uma interessante analogia utilizando a imagem do “micélio fúngico”, em que os organismos são representados como emaranhados, ao invés de serem imaginados metaforicamente como círculos (delineados e contidos por “. . . um perímetro que estabelece uma fronteira” – dentro e fora) ou como linhas, que marcariam “um movimento ou crescimento . . . de uma trilha ao longo da qual a vida é vivida”. Pensados de maneira rizomática, os organismos habitam, ao invés de ocupar, o mundo; “ao fazê-lo – ao percorrer[em] seus próprios caminhos através da teia –, eles contribuem para manter a trama sempre em evolução”, estendendo-se “da mesma forma pelos diversos caminhos de seu envolvimento no mundo” (Ingold, 2013 [2006], pp. 14-16).

¹⁹ “More-than-one-but-less-than-many” (Blaser, 2016, p. 558, tradução nossa). Kopenawa e Abert (2015, pp. 116-117) descrevem de maneira bastante didática esta característica do ser múltiplo dos donos de espécies contida na sua singularidade: “Quando se diz o nome de um *xapiri*, não é apenas um espírito que se nomeia, é uma multidão de imagens semelhantes. Cada nome é único, mas os *xapiri* que designa são sem número. São como as imagens dos espelhos que vi em um dos hotéis onde dormi na cidade. Eu estava sozinho diante deles, mas, ao mesmo tempo, tinha muitas imagens idênticas espalhadas neles. . . É assim com todos os *xapiri*. Há quem pense que cada um é único, mas suas imagens sempre são muito numerosas. Apenas seus nomes não o são. São como eu, de pé diante dos espelhos do hotel. Parecem únicos, mas suas imagens se justapõem ao longe sem fim”.

não lhes seja proibida a caça, a pesca ou outras ações predatórias, contanto que sejam realizadas sob algumas condições estabelecidas para que não ocorram exageros e desrespeitos que provoquem a ira dos donos (Felippe, 2014, p. 319). A própria relação entre os animais e os donos já é estabelecida na ordem da domesticação, em que o dono conserva na sua casa ou num cercado os animais da sua espécie, protegendo-os de predadores e alimentando-se deles, quando necessário (Descola, 2002, p. 106).

Enfurecer um dono é deparar-se com a ira de uma entidade poderosa que pode se vingar depois de alguma ofensa ou transgressão feita em seu domínio ou à sua espécie. Situações em que os xamãs humanos têm que intervir de alguma maneira a fim de solucionar problemas ou acalmar a irritação de um dono furioso não são raras, e muitas calamidades, como o sumiço repentino de animais de caça de uma determinada espécie, doenças que assolam uma aldeia ou acidentes que atingem um índio sozinho, como o ataque mortal de uma onça ou o afogamento em um rio, acabam fazendo parte do cotidiano indígena. Os Toba de Formosa, na Argentina, contam que 'si'yaixaua', ente responsável pelos rios e lagos, conseguiu barrar as intenções do governo de urbanizar uma região tipicamente turística, ao inviabilizar a construção de uma ponte após causar infortúnios que impediram as obras de drenagem da laguna pela qual o empreendimento passaria (Medrano & Tola, 2016, pp. 115-116).

O animismo das populações indígenas é uma epistemologia relacional de fato (Bird-David, 1999, p. 69) – ao contrário das 'tolerâncias' do naturalismo objetivista que, por exemplo, aceitam senhoras que dizem ser compreendidas por seus gatos (Stengers, 2017 [2011], p. 3). Não é simplesmente o oposto cínico do objetivismo naturalista – como um relativismo cultural disfarçado de engajamento político e preocupação ambiental –; o animismo é um relacionismo (Hornborg, 2006, p. 28). Mas não no sentido de poder falar o tempo todo com plantas, animais, espíritos ou com astros, nem os ver perambulando pela mata. Não é (ou não deveria ser) uma metáfora exótica

para um tipo de harmonia entre os índios e os animais projetada pelo *mea culpa* de um ecologismo fracassado e panfletado no mundo industrial. O animismo diz respeito a agenciamentos que afetam e são afetados em relações potencialmente estabelecidas, mas não necessariamente acessíveis. É, antes de tudo, saber que não se está sozinho no mundo (Stengers, 2011 [2017], p. 15).

REFERÊNCIAS

- Alberti, B., & Marshall, Y. (2009). Animating archaeology: local theories and conceptually open-ended methodologies. *Cambridge Archaeological Journal*, 19(3), 344-356. <https://doi.org/10.1017/S0959774309000535>
- Amoroso, M., & Lima, L. M. (2011). A aculturação é um objeto legítimo da Antropologia Entrevista com Peter Gow. *Revista de Antropologia*, 54(1), 517-539. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2011.38611>
- Annaud, J.-J. (1981). *A guerra do fogo* [Filme]. International Cinema Corporation, Ciné Trail, Belstar Productions, Stéphan Films, Gruskoff Film Organization, Royal Bank of Canada, Famous Players Limited.
- Århem, K. (1996). The cosmic food web: Human-nature relatedness in the Northwest Amazon. In P. Descola & G. Palsson (Orgs.), *Nature and Society: Anthropological perspectives* (pp. 185-204). Routledge.
- Bird-David, N. (1999). "Animism" revisited: personhood, environment, and relational epistemology. *Current Anthropology*, 40, 67-9. <http://doi.org/10.1086/200061>
- Blaser, M. (2016). Is another cosmopolitics possible? *Cultural Anthropology*, 31(4), 545-570. <http://doi.org/10.14506/ca31.4.05>
- Carneiro da Cunha, M. (1992). Política indigenista no século XIX. In M. Carneiro da Cunha (Org.), *História dos índios no Brasil* (pp. 133-154). Companhia das Letras.
- Carneiro da Cunha, M. (2009). *Cultura com aspas e outros ensaios*. Cosac Naify.
- Clark, S. (2007). *Vanities of the Eye: vision in early modern European culture*. Oxford University Press.
- Clastres, P. (2004 [1980]). *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. Cosac Naify.
- Daher, A. (2014). Nathan Wachtel: história e antropologia de uma América "subterrânea". *Sociologia & Antropologia*, 4(1), 259-276. <https://doi.org/10.1590/2238-38752014v4111>

- Descola, P. (2002). Genealogia de objetos e antropologia da objetivação. *Horizontes Antropológicos*, 8(18), 93-112. <http://doi.org/10.1590/S0104-71832002000200004>
- Descola, P. (2012 [2005]). *Más allá de naturaleza y cultura*. Amorrortu.
- Descola, P. (2014). Modes of being and forms of predication. *Hau: Journal of Ethnographic Theory*, 4(1), 271-280. <https://doi.org/10.14318/hau4.1.012>
- Domanska, E. (2014). Retroactive ancestral constitution, new animism and Alter-Native Modernities. *Storia della Storiografia*, 65(1), 61-75.
- Fausto, C. (2008). Donos demais: maestria e domínio na Amazônia. *Mana*, 14(2), 329-366. <http://doi.org/10.1590/S0104-93132008000200003>
- Fausto, C. (2012). Sangue de lua: Reflexões sobre espíritos e eclipses. *Journal de la Société des Américanistes*, 98(1), 63-80. <https://doi.org/10.4000/jsa.12143>
- Felippe, G. G. (2014). *A cosmologia construída de fora: a relação com o outro como forma de produção social entre os grupos chaquenhos no século XVIII*. Paco Editorial.
- Felippe, G. G. (2016). A lógica do mito e o lugar do Outro entre os índios do Chaco. *História Unisinos*, 20(2), 120-130. <http://doi.org/10.4013/htu.2016.202.01>
- Felippe, G. G. (2020). Animismo no Chaco do século XVIII. *Tempo*, 26(2), 342-362. <http://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2020v260204>
- Gow, P. (2001). *An Amazonian myth and its history*. Oxford University Press.
- Hall, M. (2011). *Plants as persons: a Philosophical Botany*. Suny Press.
- Hallowell, A. I. (2002 [1960]). Ojibwa ontology, behavior, and world view. In G. Harvey (Org.), *Readings in indigenous religions* (pp. 18-49). Continuum.
- Hornborg, A. (2006). Animism, fetishism, and objectivism as strategies for knowing (or not knowing) the world. *Ethnos*, 71(1), 21-32. <http://doi.org/10.1080/00141840600603129>
- Hugh-Jones, S. (1988). The gun and the bow: myths of white men and indians. *L'Homme*, 28(106-107), 138-155. <https://doi.org/10.3406/hom.1988.368974>
- Hugh-Jones, S. (1992). Yesterday's luxuries, tomorrow's necessities: business and barter in northwest Amazonia. In C. Humphrey & S. Hugh-Jones (Orgs.), *Barter, exchange and value: an anthropological approach* (pp. 42-74). Cambridge University Press.
- Ingold, T. (2000). *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. Routledge.
- Ingold, T. (2013 [2006]). Repensando o animado, reanimando o pensamento. *Espaço Ameríndio*, 7(2), 10-25. <https://doi.org/10.22456/1982-6524.43552>
- Kopenawa, D., & Albert, B. (2015). *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Companhia das Letras.
- Lapa, A. (1776). *Diario exacto y fiel de los acaecimientos sucedidos en la entrada al Gran Chaco Gualamba* (IX 30-1-7, Leg. 5, Exp. 10). Archivo General de la Nación, Buenos Aires.
- Latour, B. (2002 [1984]). *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. Edusc.
- Latour, B. (1994). *Jamais formos modernos: ensaio de Antropologia Simétrica*. Editora 34.
- Lévi-Strauss, C. (1993 [1952]). Raça e História. In Autor, *Antropologia estrutural dois* (pp. 328-366). Tempo Brasileiro.
- Lévi-Strauss, C. (1989 [1962]). *O pensamento selvagem*. Papirus.
- Lévi-Strauss, C. (1975 [1962]). *Totemismo hoje*. Vozes.
- Lévi-Strauss, C. (2004 [1964]). *Mitológicas 1: o cru e o cozido*. Cosac Naify.
- Lévi-Strauss, C. (2004 [1967]). *Mitológicas 2: do mel às cinzas*. Cosac Naify.
- Lévi-Strauss, C. (1993). *História de Lince*. Companhia das Letras.
- Lima, T. S. (2005). *Um peixe olhou para mim: o povo Yudjá e a perspectiva*. Editora UNESP.
- Medrano, C., & Tola, F. (2016). Cuando humanos y no-humanos componen el pasado. *Ontohistoria en el Chaco. Avá*, 29, 99-129.
- Medrano, C. (2018). Quando macacos e humanos compõem mundos: relações entre o carayá (bugio-preto) e os Qom no Gran Chaco. *Revista de Antropologia da UFSCar*, 10(2), 141-163. <https://doi.org/10.52426/rau.v10i2.257>
- Oliveira, J. P. (1998). Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, 4(1), 47-77. <https://doi.org/10.1590/S0104-93131998000100003>
- Pecker, J. C. (2009). O céu estrelado de Claude Lévi-Strauss. *Estudos Avançados*, 23(67), 173-182. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142009000300021>
- Rocha, E. P. G. (1988 [2017]). *O que é etnocentrismo?* Brasiliense.

- Sahlins, M. (1997). O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I). *Mana*, 3(1), 41-73. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131997000100002>
- Sahlins, M. (2001). *Como pensam os “nativos”: sobre o capitão Cook, por exemplo*. Edusp.
- Sahlins, M. (2008). *The western illusion of human nature*. Prickly Paradigm Press.
- Santos, M. C., & Felipe, G. G. (2016). Protagonismo como substantivo na História indígena. In M. C. Santos & G. G. Felipe (Orgs.), *Protagonismo ameríndio de ontem e hoje* (pp. 13-52). Paco Editorial.
- Saussure, F. (2006 [1916]). *Curso de Linguística Geral*. Cultrix.
- Scott, C. (1996). Science for the west, myth for the rest? The case of James Bay cree knowledge construction. In L. Nader (Org.), *Naked science: Anthropological inquiry into boundaries, power, and knowledge* (pp. 69-86). Routledge.
- Seth, S. (2013 [2004]). Razão ou raciocínio? Clío ou Shiva? *História da Historiografia*, 6(11), 173-189. <https://doi.org/10.15848/hh.v0i11.554>
- Stengers, I. (2017 [2011]). *Reativar o animismo* (Caderno de Leituras, No. 62). Chão da Feira.
- Trigger, B. G. (1986). Ethnohistory: the unfinished edifice. *Ethnohistory*, 33(3), 253-267. <https://doi.org/10.2307/481814>
- Viveiros de Castro, E. (2000). Os termos da outra história. In C. A. Ricardo (Ed.), *Povos indígenas no Brasil 1996/2000* (pp. 49-54). Instituto Socioambiental.
- Viveiros de Castro, E. (2002a). *A inconstância da alma selvagem*. Cosac Naify.
- Viveiros de Castro, E. (2002b). O nativo relativo. *Mana*, 8(1), 113-148. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132002000100005>
- Vonnegut, K. (2017 [1963]). *Cama de gato* [E-book]. Aleph.
- Wachtel, N. (1981 [1971]). *Los vencidos: los indios del Peru frente a la conquista española (1530-1570)*. Alianza Editorial.
- Wagner, R. (2010 [1975]). *A invenção da cultura*. Cosac Naify.
- Willerslev, R. (2015). A Antropologia está levando o animismo a sério demais? *Revista de Antropologia da UFSCar*, 7(1), 17-36. <https://doi.org/10.52426/rau.v5i1.130>

Shaping attitudes about indigenous languages and cultures: the exhibition project “Os Caxinauás – autonomia e contato” in Belém, State of Pará, Brazil

Moldando novas posturas em relação à culturas e línguas indígenas: o projeto de
exposição “Os Caxinauás – autonomia e contato” em Belém, estado do Pará, Brasil

Sabine Reiter^I  | Eliane Camargo^{II} 

^IUniversidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná, Brasil

^{II}Instituto Francés de Estudios Andinos. Lima, Peru

Abstract: The paper approaches the subject of using a multimedia documentation corpus on indigenous language and culture in a broader perspective: its promotion via an exhibition – and by means of this making research stored in a digital archive available to a general public and encouraging a debate between representatives of the majority society and of the speech community itself. The exhibition “Os Caxinauás – autonomia e contato” (Belém, 2018) described here is the result of a collaborative project between linguists, an artist and members of the Cashinahua (Huni Kuin) community.

Keywords: Cashinahua (Panoan). Language documentation and archiving. Participation. Exhibition project. Applied research.

Resumo: O trabalho aborda o uso de um *corpus* multimídia de documentação de língua e cultura indígena em uma perspectiva mais ampla: a difusão por meio de uma exposição – e, através desta, disponibilizar a pesquisa armazenada em acervo digital a um público geral e promover diálogo entre representantes da sociedade majoritária e da própria comunidade. A exposição “Os Caxinauás – autonomia e contato” (Belém, 2018) descrita aqui é o resultado de um projeto colaborativo entre linguistas, um artista e integrantes da comunidade caxinauá (huni kuin), grupo indígena pano (Brasil-Peru).

Palavras-chave: Caxinauá (pano). Documentação e arquivo de língua. Trabalho participativo. Projeto de exposição. Pesquisa aplicada.

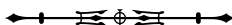
Reiter, S., & Camargo, E. Shaping attitudes about indigenous languages and cultures: the exhibition project “Os Caxinauás – autonomia e contato” in Belém, State of Pará, Brazil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 17(2), e20210028. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0028

Autora para correspondência: Sabine Reiter. Universidade Federal do Paraná. Departamento de Polonês, Alemão e Línguas Clássicas. Rua General Carneiro, 460. Curitiba, PR, Brasil. CEP 80060-150 (sabine_reiter@yahoo.com).

Recebido em 23/03/2021

Aprovado em 19/01/2022

Responsabilidade editorial: Hein van der Voort



INTRODUCTION

A narrative on indigenous communities of today is only complete when taking into account the influences from the outside world, especially political and economic ones. This text, reporting on an exhibition project in Brazil offering a special form of such a narrative, can be read as a proposal of how material from a documentation archive may be used to set up an exhibition by which the attention of a wider audience is drawn towards the overall situation of and changes within an indigenous group. These are largely determined by its contact with diverse protagonists from the majority society, such as explorers of raw material, merchants, missionaries, educators, but also researchers.

The group in question here are the Cashinahuas, or Huni Kuin as they call themselves, around 10,000 individuals who live on both sides of the Brazilian-Peruvian border. One of the authors had been in contact with this group since the 1980s when in 2005 she was approached by one of its leading authorities who asked her to organize a project in which Cashinahua community members would be able to study their own language and culture, especially the historical information that was stored in written documents, photographs and ethnographic objects stored in museums. He made clear that he did not want the project to be like the previous encounters with researchers which the community perceived very much as described by Haakanson, a researcher and museologist who himself belongs to an indigenous community from the Kodiak Island in Alaska:

In the past, researchers would come into a community on our island to conduct their research and then leave, taking away what they learned. This knowledge ended up in museums, archives and libraries that have until recently been inaccessible to our people. While the knowledge was not lost, it was located so far away that most community members could not visit these collections (Haakanson Jr., 2015, p. 125).

The focus of this new project should be on an exchange of knowledge between researchers and the

community, in both directions. The DoBeS¹ Cashinahua documentation project was carried out from 2006 to 2011. Its major outcome was a digital archive in which information was stored that had been gathered and elaborated by different researchers, including material from the past, as well as new material, also obtained by community members who interviewed their elders.

The exhibition format described here is a later outcome of the project that aims at promoting a dialogue between the Cashinahua indigenous community and protagonists of the national societies they are surrounded by. It is intended to be a long-term project, with further exhibitions to be shown in other places in Peru and Brazil and especially in places, which are nearer to the areas inhabited by the Cashinahuas themselves.

The paper is structured as follows: after a brief section about the Cashinahuas and their history of contact some background considerations with regard to the exhibition project will be outlined in more detail. Possibilities for participation of the indigenous community in the project, title and place of the exhibition as well as choice of exhibits will be discussed, taking into account current issues in museum studies. In the next section, dealing with the exhibition itself, significant aspects of each of the five adjoining rooms of the exhibition space will be pointed out and related to the issues previously discussed. Subsequently, an overall evaluation will be given which is followed by some concluding remarks.

THE CASHINAHUA AND THEIR HISTORY OF CONTACT

Like most indigenous languages in South-America, the Cashinahua language, one of about 30 remaining languages of the Panoan family, too, is threatened, even though most Cashinahuas still speak their language, and on the Peruvian as well as on the Brazilian side a bilingual education system has been established in the village schools. Historically,

¹ *Dokumentation bedrohter Sprachen* (DoBeS), in English 'documentation of endangered languages'.

all Cashinahuas were living along several rivers and their tributaries in the Juruá basin, a geographical area which nowadays is situated in the Brazilian state of Acre. The rubber boom, however, that set in in the second half of the 19th century eventually led to the separation of what now is the Peruvian community, when part of the group fled from a rubber plantation in the area of the Upper river Envira after they had killed a non-indigenous foreman and his wife who had been mistreating them (cf. Iglesias, 2008; Montag, 2008; Camargo & Villar, 2013; Córdoba & Villar, 2015).

The Cashinahua language and culture have been subject to scientific research from an early stage. Their language is the first to be extensively documented by a Brazilian scholar, the historian Capistrano de Abreu, who as early as 1914 published *Rã-txa hu-ni ku-ĩ*, a bilingual Cashinahua-Portuguese collection of phrases and historical and mythological narratives which also included a sketch grammar and a glossary. Capistrano de Abreu had been working with two young Cashinahuas from the river Muru who had spent a couple of years with him in Rio de Janeiro, providing the texts and word-by-word translations into Portuguese (cf. Capistrano de Abreu, 2015, foreword). At that time, scholars working on indigenous languages had formed an international network, influencing each other in methodology and way of presenting their work (cf. Protti, 2006). Capistrano de Abreu had followed a methodology developed by the German physician and ethnographer Karl von den Steinen to compile and describe oral indigenous languages. The international academic connection also led to the curiosity that several of the myths were translated

into German by Theodor Koch-Grünberg, a German ethnologist and explorer who himself had done linguistic research in the Brazilian Amazon, and published in 1921 in his collection of South-American indigenous myths (cf. Koch-Grünberg, 1921). Part of the Cashinahua myths could thus be read by a German non-academic audience long before any prose translation into Brazilian Portuguese was available (see Reiter, 2019 for details)².

In the course of time, other researchers as well as missionaries and educators visited the Cashinahuas in their villages, among them Kenneth Kensinger who carried out extensive fieldwork from 1955 to 1996 among the Peruvian group³. These established orthographies of the language and produced documents of various formats, including photographs and recordings on audio and video. The book by Capistrano de Abreu served many of them as a means for establishing contact, as is illustrated by the following quotation by a Cashinahua commenting on the visit of the German Brazilian photographer Harald Schultz⁴:

Os caxinauás viram um alemão alto, de cabelo ruivo. . . . Sabia tudo sobre nós. Tinha um livro grande em caxinauá que olhávamos. Ele não é *nauá*, é caxinauá, diziam as pessoas. Foi assim que o vimos⁵.

Adimaundan huni keyatapa, hawen bu huxinipa, huni kuinbun uinniki. . . . Dasibi unankin keyuaidan. Hantxa kuin haya nun uinniki una ewapakiadan. Nawamaki, huni kuinki inibuki. Haska nun uinni.

For a long time, the only products of this contact available to the Cashinahuas themselves were a translation of the New Testament into their language and primers developed

² The first publication, readable for a Portuguese-speaking audience as well as for the Cashinahuas themselves, was organized by Camargo (Capistrano de Abreu, 2016) who converted Capistrano's transcription of the Cashinahua language into current orthography and added a prose translation.

³ His collection of photographs, audio recordings and fieldnotes is stored in the Haffenreffer Museum of Anthropology at Brown University (Providence, USA) and not yet digitally available (see Haffenreffer Museum of Anthropology, n.d.).

⁴ Capistrano's book was used by Patrick Deshayes (personal communication) when contacting the Peruvian group in the late 1970s. It also inspired André Marcel d'Ans who in 1975 published a collection of myths called "La verdadera Biblia de los Cashinahua" (d'Ans, 1975) (see also Jaulin's review of the publication in French at Robert, 1982).

⁵ "The Cashinahuas saw a tall red-haired German. . . . He knew everything about us. He had a big book in Cashinahua which we looked at. He is no *nauá* (non-indigenous), he is a Cashinahua, the people said. That is how we saw him" (Camargo & Villar, 2013, pp. 185, 189, translation by Reiter). This was one of several Cashinahua quotations which – in their Portuguese translation – were placed in the exhibition as comments.

by Summer Institute of Linguistics (SIL) missionaries who had worked with the Peruvian group at Curanja river.

Capistrano de Abreu book again played a role when Camargo, in 2005, was approached by the above mentioned Brazilian Cashinahua leader who asked her to provide the group with a key to be able to read the Cashinahua orthography the historian had developed and with linguistic knowledge in order to understand his grammatical analyses. At that time, the idea was born of a documentation project which would have continuous linguistic workshops for indigenous teachers as an integral part. The DoBeS documentation project started in April 2006 with a first workshop held in the Brazilian Cashinahua community of Mucuripe at the Tarauacá-river⁶. Further activities of the project took place in villages on the Peruvian side of the border where Camargo had carried out most of her previous research. The official result of the project was a digital archive, which contained data on Cashinahua language and culture not only collected by the project team, but also by previous researchers who – in the case of Harald Schultz – had taken photographs and – in the case of the German anthropologist Barbara Keifenheim as well as Camargo – had recorded music and discourse on audio and video⁷. The linguistic data were transcribed and translated in order to be consulted by an international academic community. Additionally, two volumes were published on paper, a revised edition of Capistrano's collection with an orthography according to current standards and a prose translation as well as a trilingual (Cashinahua – Portuguese – Spanish) textbook on Cashinahua recent history with texts chosen from the corpus of recorded discourse and edited by members of the community themselves (*cf.* Capistrano de Abreu, 2016; Camargo & Villar, 2013). What, however, was still missing

was a real participation of the Cashinahua community with regard to knowledge exchange on a broader scale: entering in a dialogue with researchers, national society and beyond.

THE EXHIBITION: BACKGROUND CONSIDERATIONS AND PREMISES

In times, when decolonization issues are widely discussed, one should think that it would be taken for granted in scientific projects to 'give something back' to the indigenous communities a linguist or anthropologist enters in a relationship with in order to obtain his/her data, but – although financial support for doing documentation or museological work is granted by a variety of institutions worldwide – it is far less common to receive any funding for research output dedicated to the non-academic public or to the indigenous communities themselves⁸. Linguistic workshops in individual communities, for instance, offer the opportunity, for indigenous participants and non-indigenous researchers alike, to work together on the data, developing teaching material for bilingual village-schools, making linguistic analyses with a classroom's expertise and – in the case of a long-standing relationship between researcher and community – even developing a research methodology understandable to and agreed upon by all participating parties. However, while analyses with the help of native experts in the language as well as further data collection during these occasions are items that can be stressed in project reports, primers and other print material usually have to be financed elsewhere, and a continuation of the linguistic workshops is also limited by the overall duration of a project. The same applies to financial support of endeavours directed to a broader public such as the exhibition described here. Data processing is the sole issue that goes on long after a

⁶ *Cf.* DoBeS (2000-2022).

⁷ The earliest recordings of ritual chants date from 1977, while most of the spoken texts on the Peruvian Cashinahua's history of migration and contacts are from the early 1990s.

⁸ Within the context of the German DoBeS-programme, financed by the Volkswagen Foundation for more than a decade, it became common practice to integrate linguistic workshops for indigenous teachers into an individual budget proposal or receive further funding for regional indigenous gatherings for networking between indigenous groups and project teams. The two textbooks mentioned above as the output of the Cashinahua documentation project, however, had to be financed by other sources.

project is finished: digital formats need to be changed over time and annotation conventions within and across projects standardized in order for the academic community to be able to use the data for further analyses⁹.

Little thought is given to whether the members of the linguistic community do in fact have access to the digital archive where the data has been stored, or to whether such data can be made use of to their benefit in a broader perspective. With regard to the Cashinahuas, who were promised an archive that could still be used by their future generations, the experience of the years following the end of the documentation project showed that internet is still neither stable nor widely accessible in the geographic area most of them live in, that electronic devices continue to have short life-spans under the climatic conditions, and that the archive structure and formats do not seem to be sufficiently comprehensible or simply do not meet with structuring principles of this specific indigenous culture¹⁰. Interest in the data, however, is constantly expressed by members of the speech community who revitalize ritual chanting by listening to the old recordings or talk about myths and recent history, told by the elders, in their village schools. On various occasions, therefore, archive material stored on notebooks, DVDs and pen-drives has been handed over to members of the linguistic community.

Another issue is a possible effect of informing a broader public about the Cashinahuas' specific culture, reflecting a unique way of perceiving the world, as well as about the group's recent history which has been shaped

by its contacts and thus stands for similar experiences of innumerable indigenous groups in the Amazon and around the world. This gave rise to the idea of an exhibition, a format which – for offering a more vivid and directly appealing mode of presentation – would hopefully also render the utility value of the archive more plausible to Cashinahua community members themselves.

The exhibition “Os Caxinauás – autonomia e contato” took place from 1st of February to 25th of March of 2018 at the Museum of the State of Pará (MEP) in Belém (Figure 1). The original plan had been to exhibit, on a smaller scale, photographs of the Cashinahuas, taken in 1951 by Harald Schultz and digitized for the documentation archive, which show the Peruvian group, shortly after they had admitted to be re-contacted by non-indigenous woodcutters in the area of the Purus river¹¹. However, in



Figure 1. Opening of the exhibition with party ornament (left) and respectable persons' tunic (right) (©Reiter 2018).

⁹ In 2021, funding was granted to a project which plans to join two big digital language documentation archives (Endangered Languages Documentation Projects – ELDP and DoBeS) in a new ‘Humboldt language archive’ at Berlin-Brandenburgische Akademie der Wissenschaften in Berlin (see Bolay, 2021). Another initiative is the French-German collaborative project Language Documentation Reference Corpora (DoReCo) which builds up a resource from spoken language corpora for cross-linguistic research (see DoReCo, n.d.).

¹⁰ A current initiative showing a positive approach in this context is the ethnographic SAWA project (“Savoirs Autochtones Wayana et Apalaï, Guyane - Une nouvelle approche de la restitution et ses implications sur les formes de transmission”) of the Université de Paris Ouest Nanterre la Défense (UPOND) in collaboration with the *Musée du quai Branly*. Part of the project time has been dedicated to establishing an archive surface by directly consulting speakers of the two indigenous groups (Watau, n.d.). A similar collaborative approach towards a collection of Kwakwaka'wakw cultural objects at Ethnologisches Museum Berlin is described in detail by Glass (2015).

¹¹ 80 Cashinahua photographs taken by his father were given to the DoBeS project by Alexander Schultz. Since the Museum of Archaeology and Ethnology (MAE) in São Paulo, hosting the legacy of Harald Schultz which additionally consists of a large ethnographic corpus, claims the authorship rights for the photographs, the digital archive grants free access to copies in low resolution. For the exhibition, permission of presentation of photographs in high resolution was granted by Schultz' widow Vilma Chiara († 2020).

order to give the Cashinahuas themselves the opportunity to actively participate in the planning and realization of the exhibition and to include a 'view from within', thus also responding to the changing paradigms in museological and other work related to indigenous populations, other components were added.

The preparations of the exhibition took a number of years. In 2007, Schultz' photographs and film (Schultz, 1962) were shown in different Cashinahua communities, and in 2010, thirty Cashinahuas gathered in Puerto Esperanza (Peru) and preselected the photographs for the exhibition (Figure 2). Another important part of the exhibition were statements given by Cashinahua community members. These were taken from oral discourse, recorded and stored in the Cashinahua digital archive.

Funding for the exhibition was eventually granted in 2017¹². In its extended form it was conceptualized by the authors, in collaboration with members of the Cashinahua community from the Purus area (all of them descendants of the group contacted in 1951). The scenography was developed by the German artist Martin Juef in cooperation with Reiter¹³.

For the title of the exhibition, which also includes a historical dimension, the authors opted for *caxinauá* instead of *huni kuin*, since this – with different spellings in other languages – is the term the group has come to be known by. A second reason for the choice was that *huni kuin*, used by the Cashinahuas themselves as an auto-denomination since the 1990s and widely treated as an ethnonym of the group, is problematic in various ways. On the one hand it has probably been adopted by the group due to external influence, on the other hand it is used with some variation ('oni kui', 'uni koin', 'noke koĩ', etc.) by almost all groups of the same language family in the Jurua-Purus basin of whom

none has a specific auto-denomination differentiating them from one of the other groups.

Huni kuin has often erroneously been translated as 'real men'. However, 'real' in Cashinahua language is referred to by *kayabi*; it is in fact possible to say *huni kuin kayabi* ('a real being kuin'). The meaning of the construction *huni kuin* ('being kuin'), by contrast, highly depends on its context of use. In a village, for example, a group engaged in a specific task is considered *huni kuin* (or rather *huni kuinbu*, in its plural) in opposition to *huni kuinma*, those who do not participate in the activity. Likewise, the term may encompass a whole village, as opposed to other villages, the whole ethnic group, as opposed to other ethnicities, or even all indigenous groups in opposition to their alterity, denominated by *nawa* ('inka'). The term *nawa* by semantic extension refers to 'the other', 'outsider', 'foreigner'. In addition, both terms *kuin* and *nawa* are symmetrical: in the same way as an indigenous group perceives itself as *kuin* and the non-indigenous people as *nawa*, a non-indigenous may refer to his group as *kuin* and see the indigenous people as *nawa* (see also Keifenheim, 1990).

The term *caxinauá* or *kaxi nawa* (literally 'bat people'), on the other hand, is a mocking, non-offensive



Figure 2. Exhibition of Schultz' photographs (©Camargo 2018).

¹² The authors would like to thank the Goethe Institute (via Casa de Estudos Germânicos at Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém) and the German Academic Exchange Service (Deutscher Akademischer Austausch Service - DAAD) for giving them the opportunity to realize this exhibition. Thanks also to the local collaborators, especially to Sérgio Melo and Antonio Eutalio (MEP), Hein van der Voort, Cândida Barros and Joshua Birchal (Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG) as well as Marília Ferreira and Sidney Facundes (UFPA).

¹³ See Juef (2020).

denomination of the group by other Panoan groups. With this name a habit, perceived by these, was referred to that the Cashinahuas excessively used bananas in preparing their meals, thus attracting bats which were observed to frequently invade their houses.

The exhibition took place in a gallery consisting of five adjoining rooms on a space of altogether 350 m². The hosting institution, MEP, is located in the former Governors' Palace of the State of Pará in the old centre of Belém. Built in the 18th century as a residency for the Portuguese court, the building witnessed the most important moments in the history of the State. Having been the seat of a government in colonial times in one of the two Brazilian cities that most profited from the rubber boom in the Amazon region and hosting an exhibition about one of the indigenous groups that most suffered from the same development, turns the occupation of the place itself into a symbol. This corresponds to Ravelli's observation that a museum itself is a 'spatial text', a communicative resource replete with meaning that can be analysed in terms of what it represents, what we can 'see' in it and what we can do with it (Ravelli, 2016, p. 524-527). According to Antonio Eutálio Corrêa, MEP museologist, the mediation influenced by factors related to the place of the exhibition can be read as a "conquest":

Ao entendermos que a mediação ou o processo de mediação 'surge' ou ocorre ligado a contextos ou camadas de contextos, que trazem na semântica do objeto: narrativas, discursos, formas de comunicação, inerentes a uma orientação 'promocional/institucional' e a 'mediação cultural', entende-se assim, esse processo de mediação enquanto uma 'conquista', influenciada por fatores em torno do 'lugar', seu processo histórico, pedagógico, social e cultural, diante dos preceitos e abordagens (Antonio Eutálio Corrêa, personal communication, 2019)¹⁴.

From the late 19th to the early 20th century, at the same time when Belém, alongside Manaus, had developed into a flourishing modern city, the entire Juruá-Purus river basin, today belonging to the state of Acre, was turned into an area of rubber exploitation and its indigenous population, including the Cashinahuas, forced to work in the plantations.

Contemporary Belém continues to be the largest and most important city in the north of Brazil. The *Belle Époque*, as the short period of the rubber boom was labelled, is still omni-present in the memory of its population and constantly alluded to, but the approach towards these years of abundance for a small elite as well as Belém's colonial past in general is mostly non-critical¹⁵. Another aspect, which needed to be taken into account when setting up the exhibition, is the overall attitude of Belém's population with regard to its own indigenous inheritance. Most inhabitants of today's city are of mixed ethnic origin, and indigenous customs and habits form a natural component of the popular culture. Few but increasingly more people consciously acknowledge this fact, whereas a majority prefers to emphasize European ancestry. Although, Belém, too, has been reached by the academic identity debate, 'the indigenous', in the opinion of many, is still perceived as something indiscriminate, uncultured and undesirable¹⁶.

Another aspect to be considered is that museums and other exhibition places in Belém until very recently were mostly visited by the educated classes, and that it has become a declared goal of museological work to encourage other social groups to frequent such spaces (Antonio Eutálio Corrêa, personal communication, 2019).

Although the exhibition took place in Belém with its renown Centre of Amazonian Study MPEG, it is no direct

¹⁴ "By understanding that mediation or a mediation process "comes up" or occurs connected to contexts or context layers that add to the semantics of the object: narratives, discourses, forms of communication inherent to a 'promotional/ institutional' orientation and 'cultural mediation', this mediation process is understood as a "conquest", influenced by "spatial" factors, its historic, pedagogical, social and cultural process, with regard to precepts and approaches" (Antonio Eutálio Corrêa, personal communication via email, 2019, translation by Reiter).

¹⁵ The MEP itself with its constant exhibition in the first floor of the building, displaying five salons, lavishly decorated during the administration of governor Augusto Montenegro (1903-1908), is an example for the idealization of the *Belle Époque*.

¹⁶ Personal observations made by both authors on many occasions during the last two decades.

output of the new tradition regarding museological work with indigenous patrimonies which was established by researchers of this institution. And the MEP is certainly not an exhibition place with an ethnographic bias but usually rather focusses on visual arts. However, in many respects “Os Caxinauás – autonomia e contato” meets the demands outlined for the “ethnomuseological approach” by Shepard et al. (2017). This new and critical approach aims at “making the other present” within the institutions, giving indigenous peoples the opportunity to enter in a dialogue with and about their patrimony (see Shepard et al., 2017, p. 767). Such a dialogue was promoted by the contributions to the exhibition which were decided upon by the Cashinahua themselves, not only in form of objects but especially by the explanations given by two young representatives during their guiding tours at the opening and a ‘guiding tour capacitation’ they gave to the museum guides beforehand.

With regard to the items to be displayed it was decided to show only reproducible objects such as photographs, films and books, or pieces that had been produced by older Cashinahua community members specifically for the exhibition. This had practical, financial as well as ethical and proprietary reasons. Permission had been granted by Schultz’ widow and his son to show his photographs, and a screening licence for his film had been obtained. Other videos, photographs and texts had been collected by the authors themselves or were of open access (as in the case of the two digital versions of the New Testament). For traditional objects of material culture as stored in other museums, however, there was no way to integrate them into the exhibition, even though it might have been interesting to show some of them, especially those that had been collected by Schultz himself and that could be seen on his photographs.

During the Cashinahua documentation project and afterwards there had been visits of several younger (2008, 2014) and one older Cashinahua (2007) team members to the archive of the Museum of Archaeology and Ethnology (MAE) at University of São Paulo (USP) to see the material objects gathered by Schultz in the 1950s¹⁷. These were arrows, pottery as well as headdresses and diadems made with feathers. The older man who was born in the 1940s pointed out that arrows laced with curare poison – even after many decades – needed to be handled very carefully because their owner and producer could have been a powerful shaman in which case the object would still have a negative impact on the ones who touched it. He further gave information on one of the diadems of the collection, made of blue hummingbird-feathers, which was also shown on one of Schultz’ photographs. This item used to be worn by a chief on the occasion of an outsider’s visit to the village so that the former could be identified by the latter. The younger men (between 25 and 40 years of age), on two visits, showed less knowledge with regard to their ancestors’ material culture; they were, for example, very much astounded by the beauty of the design of some of the clay pottery they saw at the MAE. All of them, however, were able to identify the arrows as belonging to their culture because of the diagonal way in which the feathers were attached to it.

A transport of such sensitive objects from São Paulo to Belém would have been too expensive, also with regard to insurance costs, for the exhibition project, and it is usually not easy to get permission for such an endeavour from the institution that owns the collection¹⁸. Another important aspect is what here has been called an ‘ethical’ one: it is most often the case that the origin of an object is not known by the indigenous people from the community it originally belonged to and that these have reservations with regard to its usage

¹⁷ Such visits of representatives from descendant communities to ethnographic collections have become common practice in museological work throughout the world (see, for example, AMNH, n.d.).

¹⁸ A solution could have been to show photographs of the objects, as was done in another exhibition, “Diálogos – Os Snethlage e as ciências humanas no Museu Goeldi”, organized in 2014 by Reiter, as representative of DAAD/Casa de Estudos Germânicos (UFPA), in cooperation with MPEG. In that case, however, the photographs had been officially taken and authorized by the museum the collection belonged to which was Ethnologisches Museum Berlin.

in an exhibition. Researchers working with indigenous communities from the Amazon basin could give innumerable examples for this kind of attitude which is not only visible in the avoidance of the old Cashinahua to touch the arrows from the Schultz collection. Shepard et al. (2017) describe the strong reactions of members of the Mebêngôkre-Kayapó community who, when visiting the ethnographical archive of the MPEG, were afraid of being attacked by the spirits associated with the old objects. One of the authors, when in 2003 visiting the archive of Ethnologisches Museum Berlin together with an Awetí (Tupian) chief, was asked by him to record on video an object, officially labelled 'Tierfigur aus Wachs' ('animal figure made of wax') by the collector Karl von den Steinen¹⁹. The chief himself did not even want to touch it, and when asked why he was specifically interested in that object he explained that it had been made by a sorcerer and that nowadays the Awetí would not let outsiders see and even less so buy such objects²⁰. The other author had similar experiences with members of the Wayana (Cariban) group at the *Musée du quai Branly* in Paris. She observed that the Wayana visitors to the archive commented among themselves in their own language about the ethnographer from the museum, touching and shaking some figurines from their material culture. They considered his behaviour to be extremely risky because they did not know whether the figurines had been made for sale or for 'internal use'²¹. All this shows that a different attitude towards such 'traditional' ethnographic objects in exhibitions must be adopted when living members of the indigenous groups in question are involved in a project.

ASPECTS OF THE EXHIBITION

In order to meet the conditions of reaching a wide, not necessarily academic audience in the city of Belém, an approach for the exhibition was chosen which permitted an empathizing approximation to Cashinahua cosmology and a further presentation of their culture as a matter of perception of self and other in situations of contact and in changing perspectives. The exhibition deliberately reduced written texts to a minimum, also, because many of the expected visitors do not read them. But the objects were joined in a way to make people draw conclusions, and guided tours were offered, giving the opportunity to ask further questions²². This way, the visitor to the exhibition was placed in the centre of "meaning making practices" (cf. Ravelli, 2016), having at his/her disposition a broad range of multimodal resources. These included not only the visual – films, photographs, written text and material objects, but also sound (music and oral discourse), scent, light and spatial arrangements. In fact, even touch was involved, since a glass case containing several feather headdresses was open²³.

The concept of the exhibition thus can be seen as following the social semiotic framework, building on Halliday's work (see Halliday, 1978; Halliday & Matthiessen, 2014). According to this approach, meaning is understood as systemic, conceptualized as a system of choices, and as functional. The latter is divided in three intertwined strands: an ideational function, representing experience, an interpersonal function, enacting relationships and values, and a textual function which forms coherent 'texts' from smaller units of meaning (Blunden, 2020, p. 46-47; see

¹⁹ The German explorer Karl von den Steinen had visited the headwaters of the Xingu river in Central Brazil in 1884 and 1887. From his second expedition he brought back a considerable number of ethnographic objects from the different indigenous peoples living in that area which he gave to the *Museum für Völkerkunde* (today *Ethnologisches Museum*) in Berlin.

²⁰ Reiter (personal observation, 2003).

²¹ The figurines, from a collection dating back to 1938, normally were made by shamans to call back the 'vital energy' from a person who got lost and may have died in the forest during a hunting trip. After calling back the vital energy of a deceased to the figurine, his relatives were able to bury it instead of the body (Camargo, personal observation, 2016).

²² See also Tyradellis (cited in Berkenheide, 2020) who emphasizes the role of the museum as a site of public debate, a concept to be followed by the newly opened Humboldt-Forum in Berlin.

²³ See Classen and Howes' (2006) description of the changing paradigms towards the museum as a sensescape throughout the centuries. They argue that indigenous artifacts can only be apprehended by using more than just the visual sense which predominates in Western perception.

also Ravelli, 2016, p. 526). Important is further that each of the modalities has its own system and that intermodal relationships may be complementary and converging, but also diverging, with differing meanings (cf. Blunden, 2020, p. 47). While meaning in a text may co-pattern with that displayed in an artifact as mostly occurs in the here described exhibition, this may not always be the case. An example for the latter will be given further down in the context of a quotation related to the translation of the Bible into Cashinahua.

A starting point for the meaning-making process within a visitor to the exhibition were the explanations given by Keifenheim (2000, pp. 69-71) on Cashinahua perception as reflecting a specific view of the world²⁴:

Die Schöpfungsmythen der Kashinawa erzählen Begebenheiten aus einer Epoche, in der sich das Leben in einem Fluxus ständiger Transformationen (*dami*) entfaltete. Alles Bestehende konnte die Gestalt austauschen, sich anderen Formen des Seins anverwandeln und allumfassend kommunizieren. Sichtbares und Unsichtbares, Materielles und Immaterielles standen sich nicht als Gegensätze gegenüber, sondern waren fließende Erscheinungen ein und derselben ungebrochenen Wirklichkeit. Zeit war Gleichzeitigkeit, in der alles es selbst und etwas anderes sein konnte. . . . Mit dem Bruch der Urschöpfung geht die Verwandlungsfähigkeit der ersten Wesen verloren und es entstehen getrennte Wirklichkeitsebenen von Materialität und Immaterialität, von Sichtbarem und Unsichtbarem, von Raum und Zeit. Dennoch sind diese nicht streng geschieden, sondern besitzen fließende Grenzen, wodurch es immer wieder zu Interferenzen kommen kann.

Als Folge der Differenzierung hat nun jedes Lebewesen einen gattungsspezifisch festgelegten Körper (*yuda*), der von einem oder mehreren Geistern (*yushin*) belebt wird, und muss sich damit begnügen, während der kurzen Zeit seiner Endlichkeit „in sich“ zu sein. . . . Diese Beschränkung ist um so einschneidender, als es die Fähigkeit der Allkommunikation verloren hat. Die Tiere sind nur noch in der Lage, Schreie auszustoßen, und die Menschen sind in eine Sprache eingefangen, die mehr Mißverständnisse als Verstehen erzeugt. Mit der Sprache, die alles benennend zu fixieren sucht, sind . . . zudem auch die Krankheiten und der Tod entstanden. So führt der Schöpfungsbruch zur gleichzeitigen Hervorbringung der Sprache und der trügerischen Kommunikation, der Krankheiten und des Todes sowie des Problems von Schein und Wirklichkeit. Es gehört seitdem zur *conditio humana*, daß jeder Lebensvollzug in einem gefährlichen Spannungsfeld stattfindet, da alles zwischen der Illusion der Realität und der Realität der Illusion zu schwanken scheint. Immer läuft man Gefahr, sich in trügerischer Realitätswahrnehmung und -deutung zu verlieren und als einer, der „außer sich“ gerät, in den Sogstrom der Alteration gezogen zu werden. . . . [D]er Blick [erfasst] lediglich eine auf Sichtbarkeit reduzierte Welt, hinter der sich weitere Wirklichkeiten verbergen. . . . Dies betrifft nicht nur den Bereich des Visuellen. Es besteht vielmehr eine prinzipielle Skepsis gegenüber allen Sinneswahrnehmungen (Keifenheim, 2000, pp. 69-71)²⁵.

According to Keifenheim (2000), a Cashinahua for his/her orientation in the world therefore relies not only on vision and audition, but also on impressions conveyed by the usually less developed senses. Such a perception with all senses is reflected in the first of the five rooms, where the visitors face – lit up in the dark – an

²⁴ This citation – in Portuguese translation – was the only written text in the “room of the senses”, the first of the five rooms of the exhibition.

²⁵ “The creation myths of the Cashinahua talk about a time, when life was unfolding in a flux of continuous transformations (*dami*). Everything that existed was able to change its form, to take on other forms of being and communicate in all directions. The visible and the invisible, the material and the immaterial were no opposites but floating appearances of one and the same unbroken reality. Time was simultaneity where everything could be itself and something different. . . . Rupture with the original creation made these first entities lose their capacity to transform, and separate layers of reality, of materiality and immateriality, of the visible and the invisible, of space and time, come into being. These, however, are not strictly separate, but have floating boundaries, constantly causing interferences. As a consequence of differentiation every living being now has a body (*yuda*), determined by its species, which is animated by one or several spirits (*yuxin*), and has to be content with being ‘within itself’ in the short time of its finite existence. This limitation is aggravated by the fact that it has lost the capacity for universal communication. Animals are merely capable of uttering their cries, and humans are trapped in a language that creates more misunderstandings than comprehension. With a language, striving to fixate everything by naming it, have also emerged diseases and death. Rupture with creation, therefore, at the same time brings language and treacherous communication, diseases and death as well as the problem of appearance and reality. Since then, it belongs to human condition that each life is lived in a dangerous tension area, everything seeming to oscillate between the illusion of reality and the reality of illusion. A person is in constant danger of losing oneself in treacherous perception and interpretation of reality and to be sucked into alteration as someone who is ‘outside oneself’. . . . Sight merely captures a world reduced to visibility which hides other realities behind it. . . . This is not only true for the realm of the visual. There is a general scepticism [of the Cashinahua] regarding all perceptions with the senses” (Keifenheim, 2000, pp. 69-71, translation by Reiter).

enlarged *kene*, one of the characteristic graphic designs of the Cashinahua, while listening to ritual chanting and perceiving what is considered to be a fragrant smell by the indigenous community²⁶. They can dive into this other realm of perception, from where they are led out into the second room with the photographs and a film produced by Schultz in 1951. These historical records show a return of the Peruvian group to a near-traditional way of life, approximately four decades after their flight from the rubber plantation (Figure 3).

The next room is dominated by the projection of a video, the documentation of a myth usually told in preparation of a successful hunting trip²⁷. The narration gives visitors the opportunity to listen to the Cashinahua language spoken by one of the descendants of the group that Schultz met in 1951. A translation of the discourse is given in the form of subtitles, also to avoid any exoticization of the language (Figure 4).

The general subject of this third room is migration, which in the case of the Cashinahuas is mostly characterized by flight and expulsion from their traditional territories. Their violent enslavement on the plantations is alluded to by several specimen of the rubber tree (*Hevea brasiliensis*). A map of the territory occupied by the Cashinahua population in a vast area along the rivers Purus and Juruá and their tributaries exemplifies their dispersal as a group. At the same time the map – together with a smaller map showing its location in Brazil – may remind the visitor of the fact that a place far from the city of Belém used to have a major impact on the development of the city²⁸.



Figure 3. Visitors at the exhibition (©Reiter 2018).



Figure 4. The hunting myth and conversation between Cashinahua community members and visitors (©Reiter 2018).

The rubber boom that invaded the Western Amazon region was extremely damaging to the indigenous peoples living there. The Cashinahuas had to give up their rites, especially those with songs and dances, and in the rubber plantations Portuguese became their primary means of communication. Today, the variety of Cashinahua spoken in the Juruá basin in Brazil shows strong influence of the

²⁶ The perfume was produced by Isaka Mateus, a young Cashinahua from the Jordão area who joins local ingredients with modern methods of gaining essences.

²⁷ A written version of the same myth *O caxinauá de coxas pegadas* was published by Capistrano (see Capistrano de Abreu, 2015, p. 317-321 or – with revised Cashinahua orthography and Portuguese translation in prose – Capistrano de Abreu, 2016, pp. 472-478). The myth presented in the exhibition was told by Joaquin Cumapa and recorded for the DoBeS archive (cf. Camargo et al., 2011). His speech exhibits some Spanish influence on the language which started in the 1950s and since the 1980s has continuously intensified due to the administration of the Peruvian Cashinahua villages at Puerto Esperanza, a small urban centre situated at the river Purus near the Brazilian border.

²⁸ In fact, the map made various visitors ask why there was an exhibition of an indigenous group so far away from them, even from a different state (personal observations of the authors).

Portuguese language, on the lexical as well as on the grammatical level²⁹. The impact of Portuguese on the Brazilian Cashinahua variety, however, varies individually and from region to region.

In the fourth room the interconnection of cultures is illustrated by written works reflecting the Cashinahuas' early presence as objects of international research. The earliest documentation of their language, Capistrano's text collection, time and again found its way back to the speakers themselves being read aloud by outsiders, as mentioned in the above quotation. Another written example is the collection of indigenous myths which was translated into German and published by Theodor Koch-Grünberg to a German audience in 1921. Both works, together with other books about the group, are exhibited in a glass case as traditionally used in museums, being the only ‘untouchable’ objects of the exhibition and at the same time representing ‘exclusive’ knowledge. An identical glass case in the same room contains five feather diadems, the Cashinahua artifacts that had been produced by the elders as examples of the material patrimony. This case, by contrast, is open and thus invites the visitors to touch the objects³⁰ (Figures 5 and 6).

The impact of the non-indigenous world on the Cashinahuas' perception of themselves in relation to the other is made explicit by a video from 1996 in which an important Cashinahua chief, Grompez Puricho, tells Keifenheim about his groups' recent encounter with members of an uncontacted Panoan group. Confronted with people resembling themselves on the photographs taken in 1951 and thus representing their own recent past, they become scared and even think about asking national authorities for help³¹. The subject of transformation is taken



Figure 5. Glass case with written works about the group (©Octávio Cardoso, 2018).



Figure 6. The glass cases (©Octávio Cardoso, 2018).

over to the fifth room with another quotation: “Eu era assim. Agora sou *nawa*. Agora sei escrever. Agora tenho coisas³² / En haskaniki. . . . Eskatian en nawaki, iki. Eskatian en kenenikaki, iki. Eskatian en mabuyaki, iki”.

The quotation is from an audio recording collected in 2006 with Mario Bardales, one of the elders who had worked from an early age with SIL-linguists visiting his village of Balta. He became one of the first literate community

²⁹ This can be illustrated by a recording from the Cashinahua archive, the myth “O panema de mulher bonita” told by one of the elders from the Jurua basin (see Reiter & Kaxinauá, 2006).

³⁰ In order to allow for save transport and storage, the diadems are provided with a mechanism by which the feathers can be either put upright or closed ‘automatically’, as the Cashinahuas say

³¹ See Keifenheim (2000, p. 49ff.) for an analysis of the event.

³² “I was like that. Now I’m a *nawa* (non-indigenous person). Now I know how to write. Now I own things” (Mario Bardales, 2006, cited in Reiter & Tuesta, 2006).

members and later worked as a school teacher in his village. In the recording he reflects on the changes he has passed through in his life and attributes them to the contact with outsiders. The quotation itself is neutral; the speaker does not attribute any value to his self-categorization as a *nawa*, one of the 'others', but it may also be interpreted as a loss of identity.

This room also contains an interview with Barbara Keifenheim, recorded in 2017 especially for the exhibition. The anthropologist talks about the changes within the group she observed in the course of 20 years of research in the field. In addition, she reads important passages from her book "Wege der Sinne" (Keifenheim, 2000) which thus are made accessible to a Brazilian public in a translation provided by subtitles (Figure 7).

Another aspect leading to massive change especially within the Peruvian group, is their exposure to Christian religion. A result of their cooperation with a SIL-missionary is a translation of the New Testament into their language. In the exhibition, two tablets illustrate the availability of digital formats of this translation in a Peruvian as well as a Brazilian orthography, thus presenting integration into two national administrative systems as another dividing factor³³. These exhibits are further accompanied by a quotation of a Cashinahua describing the task of translating the bible:

[Ricardo] me falou da palavra de Deus e me fez trabalhar logo nela. Ele me fazia trabalhar com a palavra de Deus, mas eu não falava espanhol, não entendia nada, não sabia escrever, então ele ralhava comigo e eu tinha medo³⁴.

Há diusun hantxa yuia ma ea wamakin. Em nawan hantxauma, nawan hantxa en ninkadiama en kenea unama ea dayamakin, ea haa aka, datei.

In this part of the exhibition the two modalities clearly do not connect (*cf.* Blunden, 2020, mentioned at the beginning of this section). While there are two translations



Figure 7. Interview with Keifenheim and tablets presenting two Cashinahua versions of the New Testament (©Reiter 2018).

digitally available to modern bible-reading Cashinahuas from the Peruvian as well as the Brazilian side of the border, the quotation suggests that the Cashinahua bible translators (from 1980 onwards) did not dominate the source language Spanish sufficiently to produce an equivalent text in their own language. In addition, the representative of 'the word of God' is characterized as a choleric person of whom the Cashinahua collaborators were afraid. From such a 'diverging intermodal relationship' the visitors may draw their own conclusions.

The walk through the exhibition ends with sequences of photographs portraying modern Peruvian and Brazilian Cashinahuas. When comparing the photographs showing day-to-day activities of the Peruvian group between 2006 and 2011 with those taken by Schultz in 1951, many of the changes that have occurred from then to the present become clearly visible.

The exhibition was limited by its low budget and therefore could not integrate other features which characterize modern exhibitions, such as interactive tools. It was, however, accompanied by a small supporting programme which consisted in activities in and outside the museum. Alberto Roque Toribio and Hulício Moisés Kaxinawá, two young Cashinahua community members

³³ See Scripture Earth (n.d.a, n.d.b).

³⁴ "He [Richard Montag] talked to me about God's word and made me work with it right away. He made me work with God's word, but I didn't speak Spanish, didn't understand anything, didn't know how to write, so he scolded me and I was afraid (of him)" (Camargo & Villar, 2013, p. 201, translation by Reiter).

from the Purus area who had worked as research assistants in the documentation project, led through the exhibition, explaining it to museum guides and visitors³⁵. Together with the authors, they held a talk at the MPEG, participated in a panel discussion ("Focus on Indigenous Patrimonies") with researchers from the MPEG at the MEP, and gave a workshop on their language to students of linguistics at the Federal University of Pará.

ACHIEVEMENTS AND CONTROVERSIES

Within the seven weeks of the exhibition's duration 1,500 of all visitors registered in a list; the overall number was estimated to have been considerably higher. Among the visitors were also a number of school classes. Supported by educational guided tours, the students were made aware that the history of the Cashinahuas reflected the histories of many indigenous peoples of the Amazon and that this exhibition on the ground floor of the MEP permitted a reinterpretation of the victorious narration of European colonization and especially of the *Belle Époque*, represented by the pompous and lavishly decorated rooms of the palace's first floor. This is reflected in a written statement given by Antonio Eutalio Corrêa, MEP museologist:

A Exposição "Os Caxinauás – autonomia e contato" . . . apresentou uma narrativa oportuna e pertinente enquanto contraponto a museografia do Museu do Estado do Pará (MEP) diante do contexto da *Belle Époque* e a profusão econômica da borracha no Pará no início do século XX³⁶ (Antonio Eutalio Corrêa, personal communication, 2019).

The memory of the *Belle Époque* during the rubber boom, when Belém turned into one of the most modern

cities of Brazil and got its nickname of a 'tropical Paris', is still very present in the minds of many inhabitants of the place and often subject of cultural events. However, little is known of the indigenous peoples living far from these urban centres who were forced to extract rubber and abandon their *modus vivendi*, in order to fulfil an international commercial demand and thus contributed to the prospering of this place. This became clear during preparatory talks to museum guides and in conversations with visitors to the exhibition. Many people asked why there was an exhibition about indigenous people who were not from the state of Pará and were surprised when finding out about the historical connection.

A related aspect that made the exhibition an important event in Belém is a still prevalent negative attitude towards indigenous people in its population. While being well-received in the institutions, the two Cashinahua representatives had a very different experience in the streets, when exploring the *Ver-o-Peso* market or a shopping centre. Here they felt to be looked at or overheard that passers-by loudly referred to them as '*índios selvagens*', i.e., as 'avages'.

They themselves, by contrast, felt to be in a city with an indigenous population and perceived the exhibition as "a Brazilian indigenous face" brought by natives to the knowledge of the people of Belém who were "as native as themselves" (Alberto Roque and Húlcio Moises, personal communication, 2018).

The Cashinahua people participated in the exhibition project in many ways, not only as authors and by choosing the exhibited material, but also – in the case of the two

³⁵ Both are direct descendants of the Peruvian group captured in Schultz's photographs but do not live at the same place and did not know each other very well before travelling together to Belém. During a pre-visit to the exhibition, they walked slowly from room to room, making comments and pointing out details of each photograph to each other, laughing about the story-teller's lively presentation of the hunting-myth, discussing about how they wanted to present aspects of their world to an audience of *nawa* (Brazilians). In the room with the feather-headdresses they stayed for a long time to remember, by the sight of these, what the elders had told them about their original function in rituals with dancing and chanting. This reflects the vital interest of the Cashinahua community of today in this specific aspect of their culture, as had also been pronounced by others during the documentation project. For both Cashinahuas in Belém it had been the first time that they entered a museum.

³⁶ "The exhibition 'Os Caxinauás – autonomia e contato' [...] presented an appropriate narrative, counterbalancing the museography of the Museu do Estado do Pará regarding Belém's so-called *Belle Époque* and the economic wealth of the State of Pará at the beginning of the 20th century" (Antonio Eutalio Corrêa, personal communication via email, 2019, translation by Reiter).

invited community members – by providing further information and interacting with the public during their guided tours and in the supporting events. For the opening of the exhibition, they decided to chant and invite the visitors to join them for dancing in the ‘room of the senses’. This way they turned themselves as well as the visitors into ‘integral parts of the exhibit’ that could be observed by others and took on agentive roles in the meaning-making process (cf. Ravelli, 2016, p. 530). Unaware of such theoretical considerations in modern museology, the two Cashinahuas had uttered this idea after their pre-visit to the exhibition. Their intention was, as they pointed out, to give visitors the opportunity to dive into their culture together with them, taking as a model their famous myth about an anaconda that takes a human to the ground of the river to show him its/her world in a state of indifferentiation (cf. Keifenheim’s citation above, Camargo, 1999). For the visitor the effect of immersion into an unknown realm was further enhanced by the features of the ‘spatial text’: a dark, windowless room with high ceilings, in which only the *kene* was illuminated.

During their guided tours the two Cashinahuas drew the visitors’ attention to aspects they considered most important and, by entering in a dialogue with them, participated in the construction of interactional meaning (cf. Ravelli, 2016, p. 528). An interesting side-effect of explaining the exhibition to the visitors was that an exchange of knowledge even occurred among the two guides themselves, who both grew up in the Purus area, but in different villages and on different sides of the national border (Figure 8).

In some respects, however, the exhibition could only be an approximation. One of them was the fact that ‘the Cashinahuas’ here were represented by a small group of descendants of the Peruvian community³⁷. Accordingly, the exhibition was hotly debated and criticized especially by the politically well-organized Brazilian Cashinahuas in the social



Figure 8. Dancing in the ‘room of the senses’ led by the two Cashinahua representatives (©Reiter 2018).

networks (facebook and whatsapp), showing, once again, that national borders can be a strong dividing factor for a speech community. If the story had been told by one of the Cashinahua groups who stayed in the rubber plantations, the contact situations would have been slightly different.

Another approximation was the choice of objects in the exhibition which was determined by aspects of feasibility and practicality, because the project, set up with a very limited budget, did not permit a consultation of the group with regard to every detail.

Finally, the exhibition was scientifically coherent, but no attempt was made for completeness. Instead, the focus had been on a presentation that made scientific research, kept in an archive, perceivable by the senses and available to a broader public. Almost needless to say, that the inclusion of additional dimensions of perception than just the visual and the auditory in the scenography is also an approximation, because questions like the following cannot be satisfactorily answered: “How is the . . . presentation of indigenous artifacts related to Western notions of the sense lives of indigenous peoples? . . . To what extent can one ever apprehend the sensory world of the ‘other’?” (Classen & Howes, 2006, p. 201).

³⁷ In order for the community members ‘at home’ to participate in the exhibition, the two representatives documented the events they participated in on their smartphones. In addition, a film of aspects of the exhibition which they took back to their communities was produced by a professional filmmaker.

CONCLUDING REMARKS AND PROSPECTS

Each indigenous language reveals the richness of a unique sociocultural, spiritual and linguistic universe. Every single contact has brought about changes, destroyed traditions, modified and strengthened others, and – in the specific case of the Cashinahuas – preserved some of the older structures in scientific archives which are interesting not only to researchers, but also and especially to members of the speech community themselves.

In this specific exhibition, furthermore, it was possible to present facts with regard to an indigenous culture that did not touch on the subject of ownership and property: no historical material was presented that had the character of traditional artefacts. Some cultural objects were produced specifically for the exhibition by older community members. Other items, such as photographs, films and books are reproducible. Instead; the focus of the exhibition was on restitution, division and exchange of knowledge. Such endeavours had started with the Cashinahua documentation project when researchers and Cashinahua team members gathered in workshops to make Capistrano's book, his transcription of Cashinahua discourse as well as his grammatical observations, more intelligible to a Cashinahua audience or by the creation of an archive that also included older material collected by other researchers. The exhibition, in this context, was meant to mark a further step in that it makes research results known to a wider public and offers a variety of possibilities for members of the speech community to get involved. Such a cooperative work represents for an indigenous speech community a way of valuing knowledge by not only being informants but active participants in projects which may even have a positive impact on the society they are surrounded by. For the two young Cashinahuas who had been invited to Belém the interest in and appreciation of their ancestors'

language and culture during the event certainly was a very positive experience. For the visitors of the exhibition, too, such a direct contact and exchange of ideas with representatives of an indigenous culture who – at the same time – could be perceived as modern young people, teachers, university students, users of social media, etc., was a stimulus for breaking down existing prejudices and rethinking colonialism, especially in a place like Belém. Such an approach by which indigenous peoples become subjects of research and act in public as experts of their own language and culture becomes even more important in the light of recent political developments in Brazil which are little favourable for indigenous peoples³⁸.

REFERENCES

- American Museum of Natural History (AMNH). (n.d.). *Descendant communities*. <https://www.amnh.org/research/anthropology/projects/descendant-communities>
- Berkenheide, M. (2020). Clever arrangements are more important than world-famous objects. The philosopher and curator Daniel Tyradellis researches which factors make exhibitions successful and how they can become places of public debate. *Humboldt-Labor*, 65-71. Magazin zur Eröffnung des Humboldt-Labors. Humboldt-Universität.
- Blunden, J. (2020). Adding something more to looking: The interaction of artefact, verbiage and visitor in museum exhibitions. *Visual Communication*, 19(1), 45-71. <https://doi.org/10.1177%2F1470357217741938>
- Bolay, A.-C. (2021). *Neues Berliner Zentrum zur Dokumentation bedrohter Sprachen*. https://www.bbaw.de/files-bbaw/presse/pressemitteilungen/pressemitteilungen-2021/PM-18_Dokumentation_bedrohter_Sprachen/BBAW_PM_ELDP_dt.pdf
- Camargo, E. (1999). Yube, o homem-sucuriçu. Relato caxinauá. *Amerindia*, 24, 195-212.
- Camargo, E., Comrie, B., Erikson, P., & Reiter, S. (Orgs.). (2011) *A documentation of Cashinahua language and culture*. With collaboration of A. Toribio, T. Capitán, H. M. Kaxinauá (field assistants) and other members of the Cashinahua community. DOBES Project 2006-2011. https://archive.mpi.nl/tla/islandora/object/tla%3A1839_00_0000_0000_0008_4070_6

³⁸ Just to mention some facts: Since 2018, deforestation of the Amazon rainforest has massively increased. In addition, ratification of indigenous territories came to a stop, and the *Fundação Nacional do Índio* (FUNAI - Brazilian governmental protection agency for indigenous people) was moved from the Ministry of Justice and subordinated to the Ministry of Women, Family and Human Rights.

- Camargo, E., & Villar, D. (2013) (Orgs.). *Huni kuin hiwepaunibuki. A história dos caxinauás por eles mesmos. La historia de los cashinahuas por ellos mismos*. With collaboration of T. Capitán e A. Toribio. Edições SESC.
- Capistrano de Abreu, J. (2015). *Rã-txa hu-ni-ku-ĩ*. Gramática, textos e vocabulário caxinauás. A língua dos caxinauás, do rio Ibaçu, afluente do Muru (Prefeitura de Tarauacá) (Vol. 200). Fac-similar da 2ª edição com as emendas do autor e um estudo crítico do Prof. Theodor Koch-Grünberg. Edições do Senado Federal.
- Capistrano de Abreu, J. (2016). *Rã-txa hu-ni-ku-ĩ. A língua dos caxinauás, do rio Ibaçu, afluente do Muru. Textos bilingues caxinauá-português*. Organizado por E. Camargo. Editora da Unicamp.
- Classen, C., & Howes, D. (2006). The museum as sensescape: Western sensibilities and indigenous artifacts. In E. Edwards, C. Gosden & R. B. Phillips (Eds.), *Sensible objects. colonialism, museum and material culture* (pp. 199-222). Berg.
- Córdoba, L., & Villar, D. (2015). El revés de la trama. Dos asesinatos caucheros. In L. Córdoba, F. Bossert & N. Richard (Orgs.), *Capitalismo en las selvas. Enclaves industriales en el Chaco y Amazonía indígenas (1850-1950)* (pp. 161-178). Ediciones del Desierto.
- D'Ans, A.-M. (1975). *La verdadera biblia de los Cashinahua: Mitos, leyendas y tradiciones de la Selva peruana*. Mosca Azul.
- Documentation of Endangered Languages (DOBELS). (2000-2022). *Cashinahua*. <https://dobels.mpi.nl/projects/cashinahua/project/>
- Glass, A. (2015). Indigenous ontologies, digital futures: plural provenances and the Kwakwaka'wakw Collection in Berlin and beyond. In R. A. Silverman (Ed.), *Museum as process. Translating local and global knowledges* (pp. 19-44). Routledge.
- Haakanson Jr., S. (2015). Translating knowledge: Uniting Alutiiq people with heritage information. In R. A. Silverman (Ed.), *Museum as process. Translating local and global knowledges* (pp.123-129). Routledge.
- Haffenreffer Museum of Anthropology (n.d.). *Archive - The Haffenreffer Museum's Archival Collection*. <https://hma.brown.edu/collection/archive>
- Halliday, M. (1978). *Language as social semiotic*. Arnold.
- Halliday, M., & Matthiessen, C. (2014). *Halliday's introduction to functional grammar* (4th ed.). Routledge.
- Iglesias, M. M. P. (2008). *Os Kaxinawá de Felizardo: correrías, trabalho e civilização no Alto Juruá* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Juef, M. (2020). *Curatorial projects*. <https://www.martinjuef.de/kuratorische-projekte-curadoria/>
- Keifenheim, B. (1990). Nawa : Un concept clé de l'altérité chez les Pano. *Journal de la Société des Américanistes*, (76), 79-94. <https://doi.org/10.3406/jsa.1990.1358>
- Keifenheim, B. (2000). *Wege der Sinne. Wahrnehmung und Kunst bei den Kashinawa-Indianern Amazoniens*. Campus Verlag.
- Koch-Grünberg, T. (1921). *Indianermärchen aus Südamerika*. Eugen Diederichs.
- Language Documentation Reference Corpus (DoReCo). (n.d.). <https://doreco.info/>
- Montag, R. (2008). *Una historia del grupo de Pudicho. Narración cashinahua que habla del contacto con los europeos en el siglo veinte*. SIL.
- Protti, C. B. (2006). *A rede de Capistrano de Abreu (1853-1927): uma análise historiográfica do rã-txa hu-ni ku-ĩ em face da Sul-americanística dos anos 1890-1929* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo].
- Ravelli, L. (2016). Bringing a museum of language to life: The use of multimodal resources for interactional engagement in the Museu da Língua Portuguesa, Brazil. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 16(4), 521-546. <https://doi.org/10.1590/1984-639820159920>
- Reiter, S., & Kaxinauá, R. P.L. (2006). Item "RE_Panemo" in collection "Cashinahua project". *The Language Archive*. <https://hdl.handle.net/1839/00-0000-0000-000C-3B9E-2>
- Reiter, S., & Tuesta, M. B. (2006). *Autobiografia de Mario*. https://archive.mpi.nl/islandora/object/tla%3A1839_00_0000_0000_000C_3B48_4, translation by an
- Reiter, S. (2019). Die Übersetzung der Kashinawa-Mythen in Theodor Koch-Grünbergs Indianermärchen aus Südamerika. *Pandemonium Germanicum*, 22(37), 199-230. <https://doi.org/10.11606/1982-88372237199>
- Robert, J. (1982). André-Marcel D'Ans. Le Dit des Vrais Hommes. Mythes, contes, légendes et traditions des indiens Cashinahua. *Journal de la Société des Américanistes*, 68, 259-260. https://www.persee.fr/doc/jsa_0037-9174_1982_num_68_1_2218_t1_0259_0000_1
- Schultz, H. (1962). *Kaschinaua (Amazonasgebiet, Oberer Purus) – Fischzug und anschließendes Fest* [Video DVD]. Leibniz-Institut für Medien in der Wissenschaft.
- Scripture Earth (n.d.a). The Bible in Kaxinawá (Brazil edition). https://www.scriptureearth.org/00i-Scripture_Index.php?idx=334&language=Kaxinawá&iso_code=cbs
- Scripture Earth (n.d.b). The Bible in Juni Kui (Peru edition). https://www.scriptureearth.org/00i-Scripture_Index.php?idx=22&language=Juni_Kui&iso_code=cbs

- Shepard, G., López Garcés, C. L., de Robert, P., & Chaves, C. E. (2017). Objeto, sujeito, inimigo, vovô: Um estudo em etnomuseologia comparada entre os Mebêngôkre-Kayapó e Baniwa do Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 12(3), 765-787. <https://doi.org/10.1590/1981.81222017000300006>
- Watau. (n.d.). *Le projet*. <https://watau.fr/s/watau-fra/page/projet-sawa>

AUTHORS' CONTRIBUTION

All authors declared active participation during the stages of elaboration of the manuscript.

Circulación de objetos, personas y saberes técnicos en el humedal del río Salado Bonaerense, Argentina

Circulation of objects, people, and technical knowledge in the Salado River Wetland, Argentina

María Magdalena Frere^I  | María Isabel González^I  | Rodrigo Costa Angrizani^{III} 

^IUniversidad de Buenos Aires. Instituto de Arqueología. Buenos Aires, Argentina

^{II}Centro de Investigaciones Científicas y Transferencia de Tecnología a la Producción. Diamante, Argentina

^{III}Universidad Nacional de la Plata. La Plata, Buenos Aires, Argentina

Resumen: En este artículo, presentamos y discutimos la presencia de una serie de innovaciones o rasgos particulares con una representación minoritaria en el conjunto cerámico del río Salado bonaerense, Argentina. Estos rasgos, los vinculamos con la cultura material de los grupos guaraníes quienes solían moverse por entornos fluviales y boscosos. En el contexto de cazadores-recolectores-pescadores de la microrregión del río Salado durante el Holoceno tardío, la incorporación de elementos de la tradición tecnológica guaraní, supuso la existencia de escenarios de interacción con estos grupos horticultores. Teniendo en cuenta los resultados obtenidos, proponemos que los contactos pudieron darse a partir del primer milenio de nuestra era, es decir, desde los momentos tempranos de la expansión meridional guaraní. La interacción entre estos grupos implicó la existencia de amplias redes de intercambio que se reflejó en la circulación y aceptación de bienes, ideas o personas. Planteamos que estas relaciones intergrupales no implicaron cambios o variaciones tecnológicas estructurales ni produjeron el desplazamiento o la eliminación de las bandas locales.

Palabras clave: Cazadores. Recolectores. Pescadores. Tradiciones tecnológicas. Alfarería guaraní. Redes de interacción.

Abstract: This paper presents and discusses a series of innovations and particular traits that have a low presence in the ceramic assemblages of the Salado River (Buenos Aires, Argentina). We associate these traits with the material culture of the Guaraní groups, moving along fluvial and forest environments. In the cultural context of the hunter-gatherer-fishers of the Salado River micro-region, incorporating elements of the guaraní technological tradition entails the existence of scenarios of interaction with horticultural groups during the Late Holocene. Our research allows us to propose that these contacts probably began in the first millennium of our era, during the early southern expansion of the guaraní groups. The interaction between these groups involved wide exchange networks, which was reflected in the circulation and incorporation of goods, ideas, or people. We propose that these inter-group relations did not lead to structural, technological changes or variations, or to the displacement or elimination of the local groups.

Keywords: Hunters. Gatherers. Fishers. Technological traditions. Guaraní pottery. Interaction networks

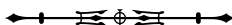
Frere, M. M., González, M. I., & Costa Angrizani, R. (2022). Circulación de objetos, personas y saberes técnicos en el humedal del río Salado Bonaerense, Argentina. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 17(2), e20210041. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0041

Autora para correspondência: María Magdalena Frere. Universidad de Buenos Aires. Instituto de Arqueología. Facultad de Filosofía y Letras. 25 de Mayo, 217, 3 piso, 1002. Ciudad de Buenos Aires, Argentina (magdafrere@gmail.com).

Recebido em 07/05/2021

Aprovado em 03/11/2021

Responsabilidade editorial: Cristiana Barreto



INTRODUCCIÓN

Las características destacadas de la arqueología pampeana en Argentina durante el Holoceno tardío fueron la diversidad de ambientes ocupados, el surgimiento de innovaciones marcadas por la presencia de la cerámica y la utilización de un nuevo sistema de armas como el arco y la flecha. Estas innovaciones habrían permitido la obtención de nuevas presas y/o mejorado la caza de otras, así como la implementación de diferentes modos de cocción y almacenamiento de alimentos. También, durante este momento tardío hubo un aumento del uso de artefactos de molienda y en la manufactura de una mayor diversidad de instrumentos (Politis & Madrid, 2001; Politis et al., 2001; Weitzel & González, 2012; Vecchi & González, 2018; Acosta et al., 2020, entre otros). Con respecto a la gestión de las rocas, durante el Holoceno tardío se constató la existencia de estrategias de traslado, de obtención y aprovechamiento de las materias primas que demuestran algunas continuidades, discontinuidades e innovaciones con respecto a los períodos previos (Bayón et al., 2006). De esta manera, el empleo de la roca se realizó de maneras disímiles en diferentes áreas de la región pampeana (González de Bonaveri et al., 1998; Martínez, 2002; Barros & Messineo, 2006; Bayón et al., 2006; Colombo, 2011; Barros, 2018; Arislur et al., 2020; entre otros). Además, la explotación combinada de diferentes vertebrados de tamaños pequeño y mediano formó parte de estrategias de diversificación e intensificación (Martínez & Gutiérrez, 2004; Frontini & Bayón, 2015; Escosteguy et al., 2015; Quintana, 2016; González & Frère, 2017; Politis et al., 2019; Escosteguy, 2020; González et al., 2021; entre otros). Asimismo, se propone para este momento del Holoceno tardío una reducción de la movilidad al tiempo que se da un incremento de la territorialidad y una intensificación en las relaciones sociales, favoreciendo la extensión de redes regionales y extrarregionales (Paleo & Pérez Meroni, 2005-2006; González et al., 2007; Weitzel & González, 2012; Loponte et al., 2020; Oliva & Panizza, 2020; entre otros).

De este modo, son varias las innovaciones reconocidas en la región pampeana para el Holoceno

tardío. Al hablar de innovación, Torrence y van der Leeuw (1989) opinan que involucra un proceso que empieza con la concepción o invención de una nueva idea y además engloba su aceptación y desarrollo. Este proceso puede darse tanto en la tecnología, como en la subsistencia o en las relaciones sociales. La implementación de una innovación puede a su vez incorporar un conjunto potencialmente distinto de relaciones sociales (Sassaman, 1995). Además, Renfrew y Bahn (2008) puntualizan que es un proceso espacial, temporal y social que supone la aceptación de nuevos elementos en una práctica conocida. Complementando estos conceptos, Simonton (2018) afirma que la innovación involucra al acto de introducir algo nuevo, ya sea una idea o un comportamiento nuevo. A su vez, Almeida y Neves (2015) y Almeida y Torino (2020) observan que la transmisión de técnicas implica también un proceso de socialización e integración que transforma la tecnología y refuerza los vínculos sociales. Estos autores diferencian, la transmisión vertical dentro de un mismo grupo de la transmisión horizontal que ocurre entre distintos grupos considerando que ambas pueden generar cambios.

En este artículo, presentaremos y discutiremos la presencia de una serie de innovaciones o rasgos particulares con una representación minoritaria en el conjunto cerámico del río Salado bonaerense que vinculamos con la cultura material de los grupos guaraníes. Al hablar de variaciones o de innovación, tomaremos los conceptos de Calvo Trías y García Roselló (2012) quienes diferencian entre aquellos cambios que resultan estructurales o estratégicos y por otro lado los cambios/variaciones parciales o secundarios. Los primeros incluyen cambios profundos en la tradición tecnológica, en las secuencias de fabricación, cambios que alteran el modo de hacer aprendido. Mientras que en las innovaciones o variaciones parciales o secundarias no hay cambios significativos ni en los procesos de aprendizaje ni en las técnicas. En este caso, los autores entienden que se trata de modas, variaciones estéticas o elecciones individuales las que no implican profundas modificaciones en el saber hacer del grupo.

Ahora bien, ¿De qué manera podemos identificar situaciones de innovación o de cambio en el registro arqueológico? ¿Abandono de tradiciones tecnológicas? ¿Reemplazo de artefactos tradicionales por otros nuevos? o ¿Añadido de rasgos nuevos incorporando elementos de diversos orígenes?

Para dar respuesta a algunos de estos interrogantes trabajaremos desde una perspectiva microrregional (Aschero, 1988) con el análisis de las ocupaciones de asentamientos residenciales situados sobre el río Salado bonaerense y con sitios en los bordes de lagunas, probablemente espacios de actividades logísticas. En estos sitios los materiales están ubicados en el horizonte A de los suelos actuales, a profundidades variables, desde pocos centímetros a decenas de centímetros de la superficie, en una matriz sedimentaria fuertemente afectada por los procesos edáficos. Por ello, entendemos que se apartan de lo que definimos como sitios de superficie, tampoco podemos considerarlos como verdaderos sitios en estratigrafía, o sellados, aunque el material esté cubierto por un manto sedimentario. Los llamamos sitios someros en ellos predominan los procesos pedogenéticos, con una intensa actividad de bioturbación por microfauna y raíces vegetales (Zárate et al., 2000-2002). Estos sitios tienen un bajo grado de resolución ya que los suelos representan superficies de tiempo-transgresiva que pueden contener asociaciones culturales diacrónicas, por esto la evaluación de la integridad y el grado de resolución lo debemos controlar con indicadores arqueológicos. Se justifica trabajar con ocupaciones residenciales en las cercanías del río Salado como las de las localidades La Guillerma (LG) y San Ramón (SR) ya que las edades radiocarbónicas calibradas indican la presencia continua de cazadores-recolectores-pescadores (C-R-P), por períodos reiterados, comenzando desde los 2400 años AP (Frère, 2015; Frère et al., 2016a).

Al mismo tiempo, la ubicación de estos sitios indica que el río Salado podría ser una ruta de tránsito de los grupos humanos que ocuparon esta microrregión durante el Holoceno tardío. El paisaje habilita entradas desde el este

por la bahía de Samborombón y también se encuentran, en las cercanías de los asentamientos, pasos bajos para cruzar el río en sentidos norte sur y a la inversa. No descartamos movimientos hacia el oeste. Así la ubicación de los sitios en este paisaje puede contribuir a entender situaciones de contacto e interacciones con grupos sociales de diferentes territorios (Figura 1). Por otro lado, algunos de estos sitios residenciales pudieron haber sido escenarios de agregación en momentos especiales, donde se reunirían diferentes bandas o familias de un mismo o de distintos grupos, quizás por períodos cortos, para compartir, intercambiar objetos, información, establecer alianzas o matrimonios (González & Frère, 2009; Frère, 2015).

CAZADORES-RECOLECTORES- PESCADORES DE LA DEPRESIÓN DEL RÍO SALADO BONAERENSE

Los C-R-P del río Salado bonaerense ocuparon de manera redundante este humedal, cuyo paisaje se caracteriza por dos espacios diferentes, el talar y la llanura abierta. El primero, se destaca por la presencia del río, de lagunas permanentes y de montes de talas con sus especies arbustivas asociadas, cuya densidad dificultaría la circulación. El segundo, se conforma por espacios abiertos de amplias llanuras con especies herbáceas, que por sus condiciones topográficas ofrecen gran visibilidad para divisar a las presas. En este ambiente, la bandas explotaron los montes de tala y las diversas especies animales, como mamíferos de distintos tamaños (*Myocastor coypus*, *Blastocerus dichotomus* y *Ozotoceros bezoarticus*), variados tipos de aves (*Fulica armillata*, *Fulica leucoptera* y *Fulica rufifrons*, *Chloephaga*) y peces (*Australoheros facetus*, *Hoplias argentinensis*, *Rhamdia quelen* y *Corydoras paleatus*). Además, hicieron uso de las abundantes fuentes de arcillas disponibles localmente (González, 2005; Vigna et al., 2014; Escosteguy et al., 2015; Escosteguy, 2020; González & Frère, 2019).

Por otro lado, el problema más importante que debieron sortear estos grupos asentados en un ambiente con ausencia total de rocas se vincula con las formas y

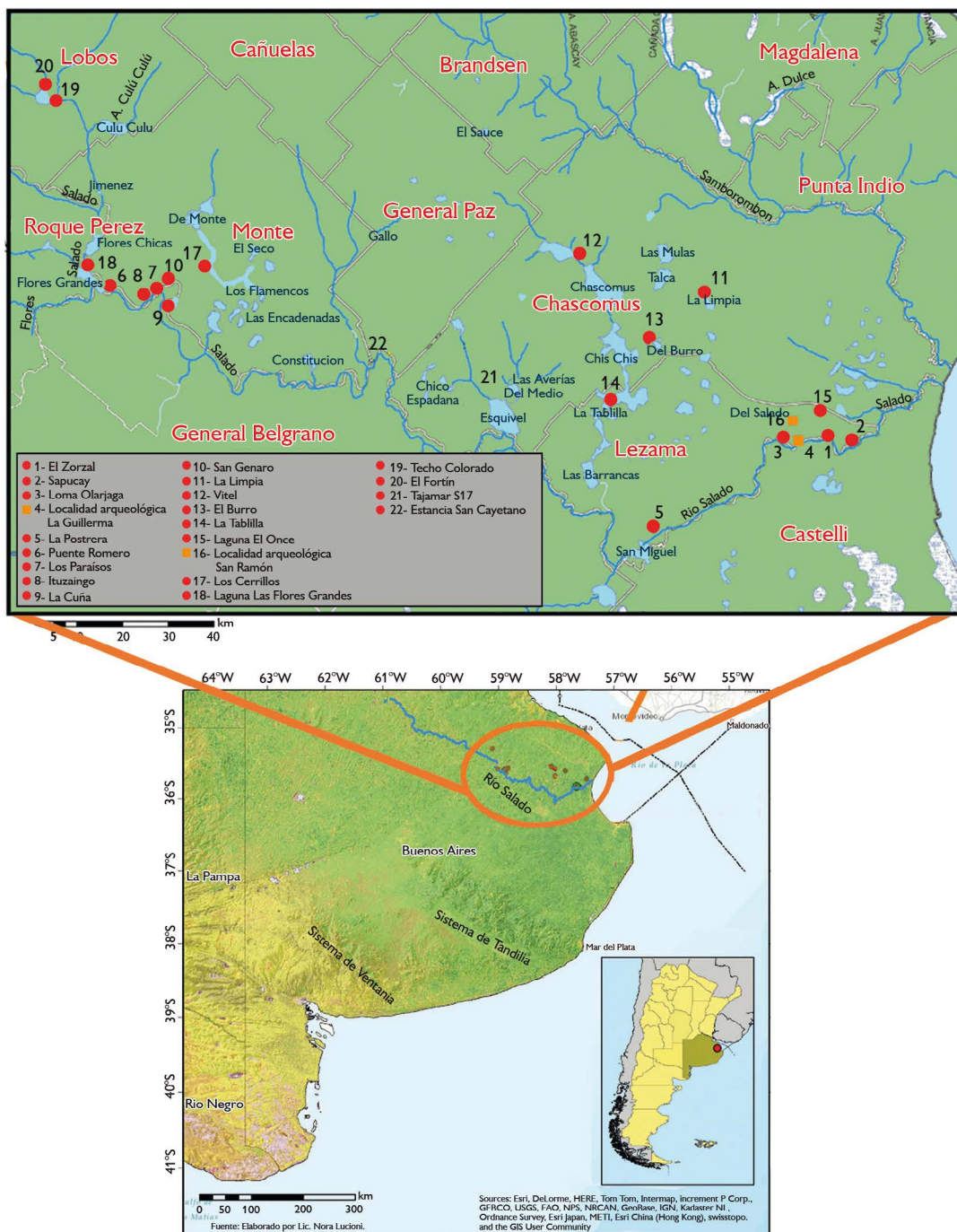


Figura 1. Ubicación de sitios arqueológicos de la microrregión del río Salado, se resaltan las localidades La Guillerma y San Ramon. Se observan las Sierras de Tandilia, Argentina y afloramientos y canteras de calizas del Queguay, Uruguay. Mapa: Olivia Sokol (2018).

las decisiones de la gestión de los recursos líticos. En este paisaje sin rocas por cientos de kilómetros y en un contexto de uso intensivo de las mismas, hemos afirmado que la talla bipolar y la rotura intencional de los artefactos líticos formatizados fueron estrategias de maximización de las materias primas reconocidas en el área (Weitzel & González, 2012). Para el Holoceno tardío las investigaciones arqueológicas en la microrregión del río Salado bonaerense, permitieron reconocer la existencia persistente de distintas situaciones de intercambio y de interacciones grupales para el aprovisionamiento de rocas. En primer lugar, sabemos que tanto las rocas mayoritarias (ortocuarcitas de sierras Bayas, ftanitas) como los pigmentos encontrados en los sitios fueron trasladados a los campamentos desde el sector centro-sur de las sierras de Tandilia (provincia de Buenos Aires) formando parte del circuito de abastecimiento y del transporte de rocas por largas distancias, de alrededor de 250 km. Por otra parte, hay un conjunto de rocas minoritarias, se trata de artefactos e instrumentos de caliza silicificada cuya fuente de abastecimiento se encuentra del otro lado del río de la Plata, en la República Oriental del Uruguay y/o en la provincia argentina de Entre Ríos, a una distancia lineal de 300 km. Pudieron entrar al registro en forma de artefactos terminados y ser empleados posteriormente como materia prima de manera intensiva. Otros elementos particulares recuperados en la localidad LG fueron dos cuentas de collar,

una de mineral de cobre (*chrysocolla*) y otra de serpentina, además en los sitios SR5 y SR7 se encontraron una cuenta y un fragmento de amazonita. Asimismo, en SR7 se han recuperado ocho fragmentos de hojas de mica con tamaños comprendidos entre los cinco y los 17 mm de largo, el ancho entre 0,2 a 11 mm y espesores que llegan hasta 0,8 mm. Fueron identificados macroscópicamente como muscovita (González et al., 2006, p. 191; González & Frère, 2019, p. 635).

También en la localidad La Guillerma hay tres sitios en los que se recuperaron restos humanos (La Guillerma Ñandú, La Guillerma uno y La Guillerma 5), que totalizan un número mínimo de seis individuos enterrados de manera aislada. Los análisis de isótopos estables indicaron una dieta carnívora u omnívora con un significativo consumo de coipo (Scabuzzo & González, 2007). Asimismo, los análisis químicos de ácidos grasos realizados sobre fragmentos de alfarería confirmaron el empleo de fauna de tamaño pequeño como el coipo, además del consumo de peces (Frère et al., 2010; González et al., 2012; Frère et al., 2016b).

En estos sitios se manufacturó la alfarería, cuya secuencia de producción está representada en todas sus etapas. En la Tabla 1 mostramos el tamaño de las colecciones y los metros cuadrados excavados correspondientes a las localidades arqueológicas San Ramón y La Guillerma donde se han recuperado los tios de alfarería mencionados en este artículo.

Tabla 1. Alfarería recuperada en las excavaciones de los sitios San Ramón y La Guillerma.

Sitios	m ²	Cuerpo	Borde	Indiferenciados (menores a 2 cm)	Masas de arcillas	Totales
SR4	30	544	125	239	11	919
SR5	8	247	32	185	0	464
SR7	41	2.102	332	1.663	3	4.100
LG1	30	4.425	929	7.177	156	12.687
LG4	10	1.129	229	943	0	2.301
LG5	12	6.249	1.154	5.433	106	12.942
LG2	4	233	45	388	4	670
LGÑ	8	327	104	379	1	811
Totales		15.256	2.950	16.407	281	34.894

Se trata de una tradición tecnológica que perduró por lo menos durante 2000 años. Esta tradición se caracteriza por modos de hacer particulares donde los alfareros eligieron el uso de arcillas locales, decidieron sobre la necesidad de agregar tiesto molido y realizaron la quema de las piezas en fogones abiertos utilizando leña local. Las técnicas para levantar los recipientes fueron el enrollamiento y el modelado. El alisado y el pulido configuraron los acabados de superficie más elegidos. En algunos casos, también se aplicaron el engobe y la pintura roja (González, 2005; González et al., 2006; González & Frère, 2009; Frère, 2015; Frère et al., 2016c). Las decoraciones descritas por González y Frère (2010) fueron diseños geométricos y algunos figurativos reproducidos en el tiempo, realizados mediante la técnica de impresión -puntos, banderitas, unguicular, círculos- también utilizando la incisión de línea e incisión de surco rítmico -diseños rectos, ondulados, en zig-zag, chevrons, almenados y combinaciones de estas formas (Figura 2). El conjunto cerámico aparece fragmentado, no se encontraron recipientes enteros sin embargo mediante el remontaje de los tiestos, la arqueología experimental y la reconstrucción virtual se pudieron reconocer diferentes formas y tamaños. En base a esta información se trabajó en la confección de réplicas. Estas formas proyectadas indican la elaboración de piezas que en su mayoría son globulares de tamaño mediano y pequeño (González & Frère, 2010; Francese et al., 2011; González et al., 2012; Sokol et al., 2019).

ALGUNOS RASGOS ATÍPICOS DENTRO DEL CONJUNTO ALFARERO

La tradición alfarera de la microrregión bajo estudio muestra homogeneidad y se mantiene en el tiempo indicando que quienes elaboraron estos recipientes habrían adquirido los saberes necesarios para diseñar los artefactos cerámicos de acuerdo con sus pautas sociales. Estos modos de hacer se transmitirían de manera vertical (*sensu* Almeida & Torino, 2020) en las mismas unidades residenciales

donde las vasijas fueron manufacturadas y usadas. De esta manera, se incorporaron saberes, hábitos motrices y gestos que se expresaron en estos objetos utilizados cotidianamente (González, 2005; González et al., 2006; González & Frère, 2009; Frère, 2015). Ahora bien, dentro de este conjunto observamos rasgos atípicos que tienen una representación minoritaria respecto a los materiales de la tradición cerámica de la microrregión del Salado.

Entre los rasgos singulares que estamos considerando, se encuentran algunos tiestos cuyas formas y tamaños se distinguen del patrón descrito en el acápite anterior. Particularmente, se identificaron fragmentos de vasijas con acabados de superficie corrugado, unguiculado y cepillado, además de fragmentos con coberturas blanquecinas y un único ejemplar bicolor de fondo blanco con líneas finas pintadas en rojo. También se reconocieron formas de contornos compuestos de recipientes de tamaño grande, algunas con líneas anchas en rojo. Planteamos que estas particularidades de las formas, de los acabados de la superficie y de las decoraciones podrían relacionarse con materiales cerámicos tradicionalmente descriptos como de la tradición tecnológica guaraní.

Como sabemos, los grupos de la familia lingüística Tupí-Guaraní eran horticultores, obtenían también recursos de la pesca, de la caza y de la recolección de vegetales silvestres (Brochado, 1984; Noelli, 2004). Estos grupos se expandieron desde la floresta tropical amazónica hasta el delta bonaerense y el Río de la Plata. Brochado (1984), La Salvia y Brochado (1989), Brochado y Monticelli (1994) caracterizan a la alfarería guaraní como aquella confeccionada por la técnica del enrollamiento espiralado con cocción incompleta. Las técnicas de tratamiento de la superficie de las vasijas varían entre: alisado, decoración plástica y pintada. La decoración plástica incluye el corrugado en todas sus variantes, el unguiculado y el cepillado o escobado. La decoración pintada incluye líneas en rojo y/o negro sobre engobe blanco; líneas blancas o negras sobre el engobe rojo; fajas rojas o negras aplicadas sobre superficies con o sin engobe.



Figura 2. Fragmentos de alfarería con diseños característicos de la tradición tecnológica del río Salado. Credito de imagen: M. M. Frère (2018).

Es frecuente la combinación de distintas técnicas de tratamiento en la misma vasija, así como la decoración zonal. Las vasijas presentan variedad de formas, desde pequeñas escudillas hasta grandes vasijas. Muchos de los recipientes grandes son restringidos, de contorno compuesto y han sido utilizados como urnas funerarias cubiertos con otros más pequeños a modo de tapa. Otras características de la alfarería guaraní son las bases cónicas o redondeadas, vasijas con cuello y hombros, bordes con inflexiones donde cambia el perfil del recipiente, platos de boca oval o cuadrangular y la ausencia de asas. La Salvia y Brochado (1989), Brochado et al. (1990) diferencian seis clases principales de vasijas: *japepo* (vasijas para cocinar alimentos mediante el hervido); *kambuchi* (vasijas para almacenar y producir bebidas); *ñaetá* (cacerola); *tembiyru* o *ña'ëmbé* (plato); *kambuchi kaguava* (vasijas para servir y consumir bebidas) y *ñamypyū* (tostador). La grafía de los tipos de vasijas fue actualizada según la revisión propuesta por Noelli et al. (2018).

Resulta significativo integrar los aspectos tecnológicos recién mencionados con la información del momento de la dispersión de los grupos guaraníes hacia el río de la Plata. Varios autores señalaron la importancia que tuvieron los ríos Paraná, Paraguay y Uruguay en los movimientos de los grupos indígenas portadores de la tradición alfarera guaraní y en el desarrollo de extensas redes de intercambio (Brochado, 1984; Noelli, 2004; Capdepon & Bonomo, 2011; Bonomo, 2012; Costa Angrizani, 2012; Bonomo et al., 2015; Costa Angrizani et al., 2019, entre otros). En los últimos años, se ha podido establecer que la expansión meridional de los guaraníes se inicia hace 2000 años. A su vez se ubica la llegada de poblaciones guaraníes para la zona del bajo Paraná alrededor de los 1300 AD, producto del segundo pulso de expansión territorial conforme el modelo de ocupación de la Cuenca del Plata propuesto por Bonomo et al. (2015). Particularmente, el sitio arqueológico Arroyo Malo, excavado en 1925 por Lothrop, corresponde al asentamiento guaraní más consistente documentado para el área del Delta inferior

del río Paraná y más cercano a nuestra área de estudio. Esta ocupación presenta una edad calibrada de 1452-1508 AD y de 1584-1619 AD (Bonomo, 2013). Finalmente, se planteó la presencia efectiva de asentamientos guaraníes en las islas de los ríos Paraná y del río de La Plata, al menos tres siglos antes de la llegada de los europeos a la región que interactuaron con los primeros asentamientos españoles (Cigliano et al., 1971; Austral, 1974; Loponte & Acosta, 2008; Loponte et al., 2011; Capdepon & Bonomo, 2011; Bonomo, 2012; Bonomo et al., 2015; Costa Angrizani et al., 2019; entre otros).

A continuación, ampliaremos el análisis del registro material minoritario encontrado en los sitios de la Depresión del río Salado que diverge del conjunto mayoritario de la tradición tecnológica cerámica de los C-R-P de este humedal. Nos referiremos en primer lugar al corrugado (Figura 3). Los tiestos correspondientes a la cerámica corrugada en la microrregión de estudio son escasos, suman, hasta el momento 191 fragmentos que representan aproximadamente el 0,5% del conjunto y casi la totalidad de ellos se han encontrado en los sitios de la localidad arqueológica La Guillerma. Con base en los relevamientos bibliográficos realizados por Pérez et al. (2018), se puede observar que la frecuencia de tiestos corrugados en contextos de ocupación guaraní varían de 50% (en conjuntos del Alto Paraná y Alto Uruguay) y entre 13 y 47% (en conjuntos del Paraná inferior). En comparación con estos guarismos, la representatividad de este tipo de tratamiento de superficie en los contextos de la Depresión del Salado es ínfima.

Algunos de los fragmentos, recuperados en el humedal del río Salado, pudimos asociarlos a tamaños grandes de vasijas. A partir del estudio de uno de los ejemplares remontados, se pudo conocer que el diámetro máximo de la vasija fue algo mayor a 80 cm. Por otro parte, los estudios petrográficos de los fragmentos corrugados señalan que las pastas con las que fueron confeccionados no muestran diferencias composicionales ni texturales con el resto de la mayoría de los tiestos característicos de la

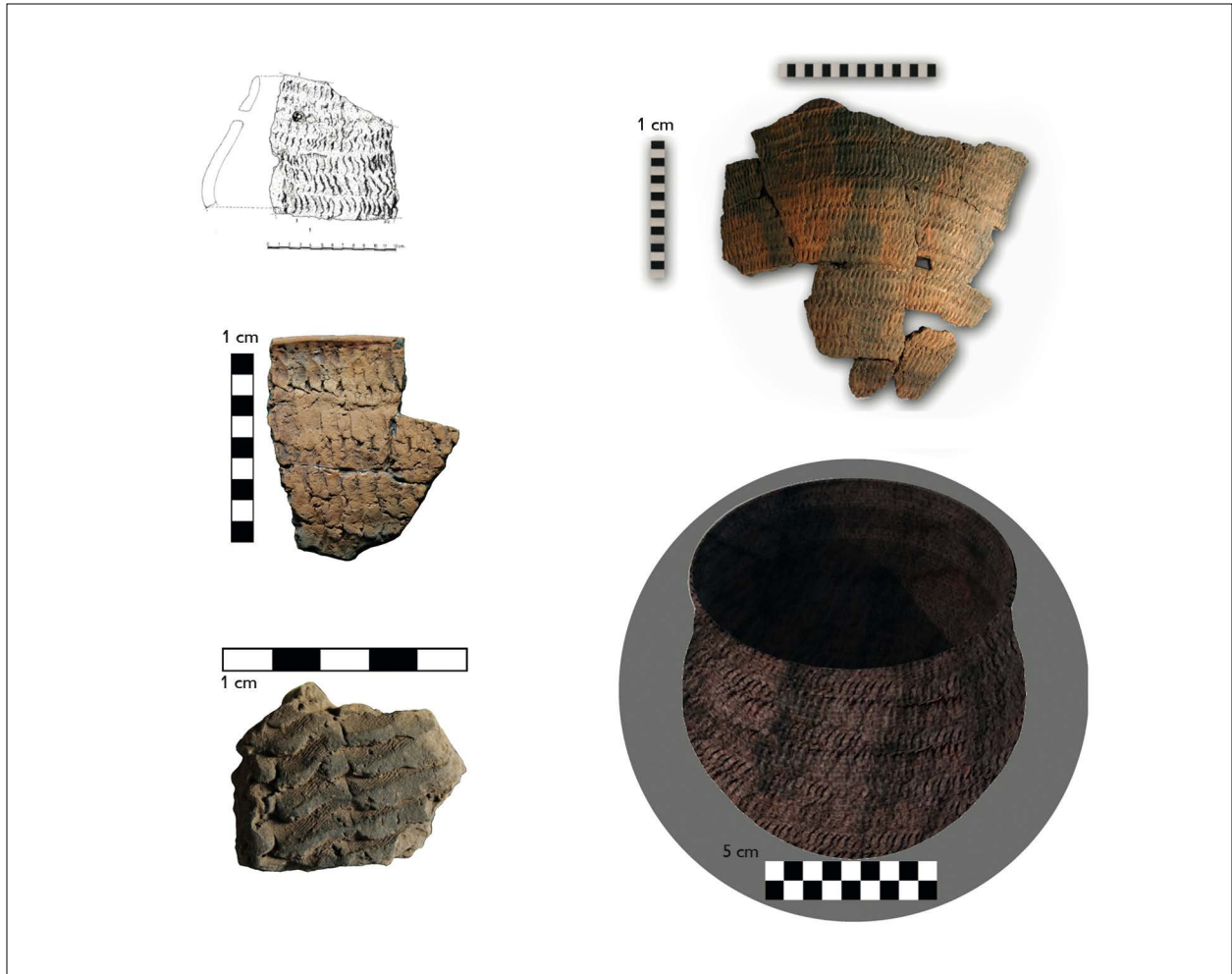


Figura 3. Fragmentos de alfarería recuperados en el río Salado bonaerense con acabados de superficie corrugada. Vasija entera proyectada con metodología 3D: Japepo. Credito de imagen: M. M. Frère (2018).

tecnología alfarera del Salado. Sin embargo, en algunos de los fragmentos corrugados, el agregado intencional de tiestos molidos fue mayor que en las piezas del conjunto mayoritario. Esta decisión tecnológica pudo haberse tomado para reforzar la estructura de estas vasijas que son de mayor espesor y de tamaño grande (González de Bonaveri et al., 2000; Frère et al., 2012). Asimismo, a través de los análisis de los residuos grasos en algunos recipientes corrugados, se pudo observar que estos contenedores fueron empleados para la cocción de algún tipo de carne. Pero al mismo tiempo, un ejemplar

de LG1 que no tiene rastros de haber sido sometido al fuego, se destaca por la presencia de ácido oleico en muy alto porcentaje (40,80%), por lo que afirmamos que este recipiente fue empleado para el procesamiento o almacenamiento de algún tipo de vegetal (Frère et al., 2016b). Del mismo modo, se hicieron estudios de isótopos estables de diversos fragmentos de cerámica, el único fragmento corrugado analizado se diferencia del resto del conjunto ya que el análisis dio como resultado valores de $\delta^{13}\text{C}$ (-11,3‰), que se acercan a los rangos de las plantas tipo C4 (González & Frère, 2017).

En cuanto a las dataciones realizadas sobre fragmentos de cerámica corrugada dieron como resultado fechas anteriores al momento del contacto con los europeos. Una de ellas procedente del sitio LG1 ofrece un fechado temprano de 1063 ± 46 años ^{14}C (AA103455), cuya calibración en años calendáricos (OxCal v4.2.3) arroja edades con un 95,4 % de probabilidad de 966 y 1150 AD. Este fragmento de cuerpo de cerámica corrugada está en asociación con otros tiestos cerámicos, instrumentos, núcleos, lascas y desechos de cuarcita y ftanita, pigmentos, madera quemada, masa de arcilla, fragmento discoidal de serpentina, huesos de pescado y huesos de roedor. Asociado a este fechado directo sobre alfarería se dató también una muestra de carbón vegetal que dio un fechado de 1190 ± 110 (ISGS 23548) el cual calibrado en años calendáricos arroja edades de 662 y 1048 AD con un 95,4% de probabilidad. En consecuencia, ambos fechados son estadísticamente contemporáneos de acuerdo con el test de significancia Calib7.04 ($T = 1,134567$; $\chi^2 = 3,84$), indicando que el fechado sobre cerámica corrugada está en clara asociación con ocupaciones contemporáneas del sitio LG1. Otra datación sobre un tiesto corrugado del sitio LG5 que es posterior, brinda una edad de 524 ± 45 años ^{14}C (AA82700), cuya fecha calibrada con un 95,4% de probabilidad es de 1390 y 1486 AD (Frère, 2015; Frère et al., 2016a).

Desde distintos marcos teóricos, muchos investigadores, han interpretado al corrugado o texturizado ya sea como indicador étnico de los grupos guaraníes, como un rasgo técnico o como un acabado de superficie y secundariamente decorativo (Cigliano et al., 1971; Loponte & Acosta, 2008; González & Frère, 2009; Aldazábal & Eugenio, 2013; Primera Convención Nacional de Antropología, 1966; Cremona, 1986-1987; Rice, 1987; Rye, 1994; entre otros). En trabajos previos (González de Bonaveri & Frère, 1995; Ceruti & González, 2007) habíamos considerado al corrugado como una técnica de acabado de superficie cuyas peculiaridades manifestarían tanto razones tecnológicas como funcionales y no necesariamente a un diseño estilístico vinculado a un determinado grupo étnico

y a un momento tardío cercano a la llegada del europeo. Añadíamos que siendo, en estos contextos arqueológicos del Salado, “el único elemento atribuible a lo guaraní, no podía tomarse como atributo diagnóstico y prueba suficiente para sostener la expansión de grupos guaraníes hacia esta región” (Ceruti & González, 2007, p. 122). Sin embargo, con el avance de nuestras investigaciones, podemos aportar nueva información que discutimos en este trabajo, dado que en los últimos años hemos reconocido otros rasgos, además de los fragmentos corrugados, que pueden ser atribuidos a la tradición tecnológica guaraní. En efecto, encontramos tiestos con líneas anchas de pintura roja sobre la superficie del cuerpo del recipiente, líneas rojas de diferentes grosores en el borde, en el labio, o donde cambia el perfil de la vasija. Se encuentran además fragmentos de espesores gruesos con puntos de inflexión e intersección que indican la existencia de formas de vasijas con perfiles compuestos. Por ejemplo, a través del remontaje se obtuvo la forma parcial de un recipiente de tamaño grande correspondiente al sitio LG5 con un diseño pintado con bandas anchas rojas (Figura 4). En el perfil del borde se observan puntos de inflexión e intersección y en la parte superior del cuerpo presenta un surco perimetral que facilitaría la sujeción mediante algún tipo de cordel (González, 2005). Se dató un fragmento de esta pieza y se obtuvo un fechado de 661 ± 19 años ^{14}C (AA109211) cuyas calibraciones brindan edades con un 95,4% de probabilidad de 1301 y 1398 AD (Frère, 2015; González & Frère, 2019).

De la misma manera, otros acabados de superficie vinculados con la tradición tecnológica guaraní que se encuentran en la microrregión son el cepillado o escobado ($n = 64$) y el unguiculado ($n = 10$). El aspecto de la superficie de los tiestos mencionados en primer lugar, se obtiene por medio de diversos instrumentos, los cuales dejan rayas sobre la cara externa en forma asimétrica o de manera longitudinal al borde de la vasija. A su vez, la superficie de los tiestos unguiculados se obtiene presionando sobre el soporte arcilloso con la uña, de manera perpendicular (Figura 5).

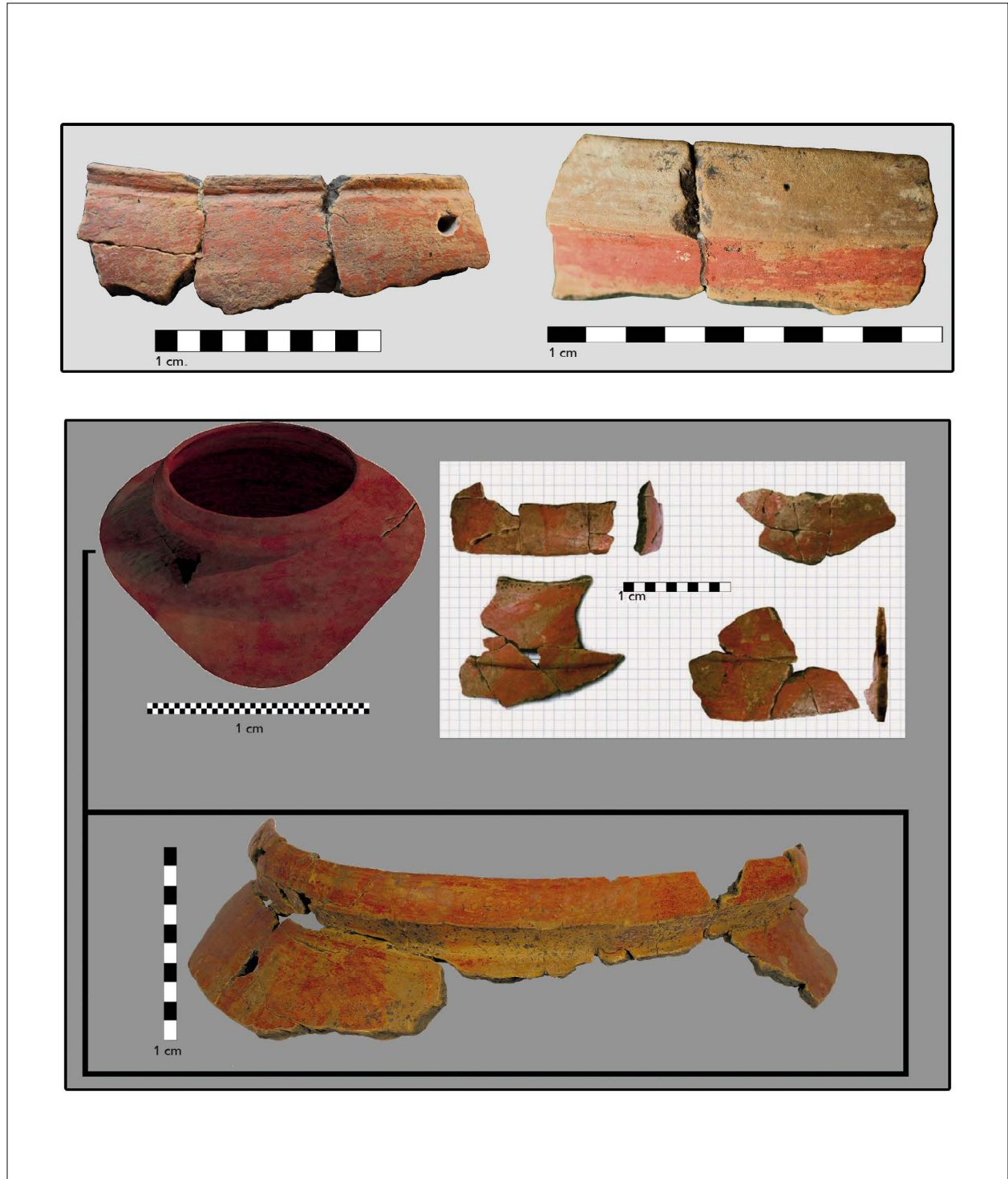


Figura 4. Fragmentos de alfarería recuperados en el río Salado bonaerense con decoración pintada en color rojo. Vasija entera proyectada con metodología 3D: Kambuchi. Credito de imagen: M. M. Frère (2018).

Además, encontramos fragmentos con engobe o pintura blanquecina, utilizamos este término porque no se trata en ningún caso de un color blanco nítido. En efecto, estos tiestos blanquecinos, muy escasos ($n = 55$), se hallaron en los sitios de la localidad arqueológica LG y algunos pocos en SR (Figura 6). Los alfareros aplicaron este color sobre una superficie pulida o alisada, de manera muy cuidadosa, exclusivamente en la cara externa. Cabe destacar que en ninguno de los sitios intervenidos hemos recuperado fragmentos de pigmentos blancos, y solamente los identificamos en la cobertura blanquecina de estos tiestos. Los resultados de estudios de Fluorescencia de Rayos X, Difracción de Rayos X y Espectroscopía Raman señalan que los alfareros utilizaron colorantes ricos en calcio para realizar estas coberturas que luego aplicaron en las superficies de los recipientes (Frère, 2015; Frère et al., 2016c).



Figura 5. Fragmentos de alfarería recuperados en el río Salado bonaerense con acabado ungüiculado y cepillado o escobado. Credito de imagen: M. M. Frère (2018).

En algunos casos, los fragmentos de color blanquecino están asociados con pintura roja, tanto en el labio como en el cuerpo del recipiente; otro ejemplar blanquecino presenta incisiones de puntos, finalmente, el color fue aplicado sobre la cara externa de un tiesto corrugado. Queremos destacar, el hallazgo, en el sitio LG5, de un único fragmento bicolor de fondo blanco con líneas muy finas rojas. Esta decoración fue aplicada en forma zonal en la cara externa del tiesto que tiene un perfil compuesto (Figura 6C). Algunos investigadores, asocian las coberturas blanquecinas con la alfarería tubular (Loponte, 2007; Loponte & Acosta, 2008), nosotros no podemos afirmar esto, ya que, el único ejemplar que se ha podido definir como tubular, no tiene esta cobertura (Ghiani Echenique et al., 2013), pero sí hemos observado que en algunos casos esta sustancia colorante fue aplicada a lo que hemos denominado cuellos de botellas.

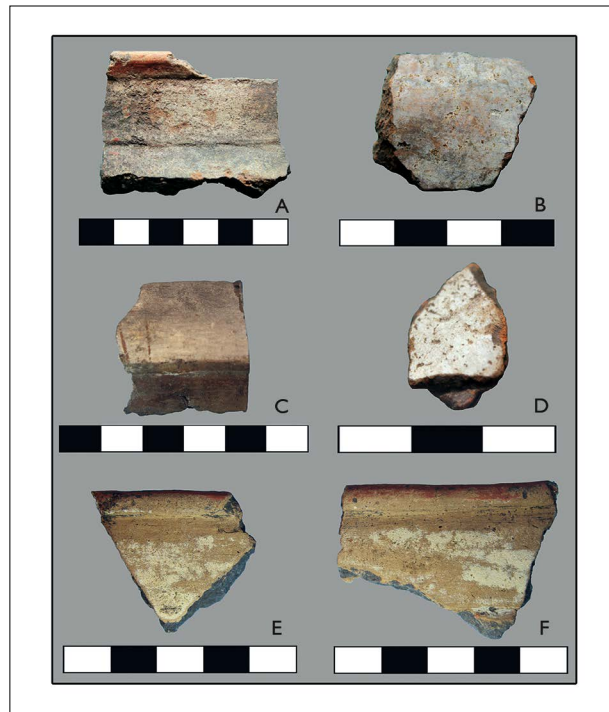


Figura 6. Fragmentos de alfarería recuperados en el río Salado bonaerense con acabados blanquecinos. Figura 6C fragmento de pintura bicolor: líneas rojas sobre blanco. Credito de imagen: M. M. Frère (2018).

Cabe aclarar que se hicieron estudios petrográficos de ocho muestras de fragmentos de color blanquecino que se destacan por su matriz fina y sus pastas compactas con porcentajes de cavidades bajas (de 3% a 16%). Estas frecuencias son menores en relación con los del conjunto cerámico de la tradición local que tiene un contenido de poros entre 15 y 25%. En cuanto al tipo de material antiplástico que se encuentra en los tiestos blanquecinos, la mayoría es de tamaño limo y muestra una gran similitud entre sí. A su vez se diferencia del resto del conjunto de la alfarería de la microrregión del Salado por sus escasas proporciones de tiesto molido y porcentajes mayores de cuarzo, feldspatos, vidrio volcánico y hematita. Considerando las características macroscópicas particulares y la composición de sus pastas, planteamos que los recipientes con coberturas blanquecinas muestran comportamientos tecnológicos distintivos (Frère, 2015; Frère et al., 2016c).

Al mismo tiempo y sumado a estos materiales cerámicos que remiten a la tradición tecnológica guaraní, encontramos rocas que recorrieron largas distancias y podrían estar relacionadas con la cultura material de estos grupos amazónicos. Se trata, como ya dijimos, de un fragmento de amazonita y una cuenta fragmentada del mismo material, ambos hallados en sitios de SR. La localidad tipo de esta piedra semipreciosa se encuentra en el basamento cristalino del Amazonas (Dana & Ford, 1973; González, 2005). Si bien la amazonita pudo incorporarse a este contexto arqueológico en distintos momentos durante el Holoceno tardío es oportuno mencionar que los grupos tupí guaraníes la utilizaban ocasionalmente en la elaboración de tembetás y adornos (Corrêa, 2011).

En síntesis, se encontraron en los sitios de las localidades La Guillerma y San Ramón rasgos vinculados con la tradición arqueológica guaraní. Como vemos esta asociación de cultura material se basa no solamente en un tipo de acabado de superficie de las vasijas sino en la existencia de varios ítems culturales propios de la tradición tecnológica guaraní. Observamos que no hay una mezcla de atributos de distintas tradiciones tecnológicas, ni reemplazo

de una tradición por otra sino que se suman o se agregan nuevos objetos a los ya existentes que dan cuenta de procesos de interacción social. Estos objetos nos llevaron a preguntar sobre el porqué de su presencia en estos contextos alfareros. ¿Fueron innovaciones tecnológicas favorecidas por la existencia de redes de interacción, de movimientos de artesanos, de tecnologías y de ideas que pudieron estimular la incorporación de nuevos objetos al repertorio material?

DISCUSIÓN

La introducción de una idea o de un comportamiento nuevo se enmarca en un proceso espacial, temporal y social que implica la aceptación de componentes de una tradición tecnológica en una práctica ya conocida. A su vez, esta nueva admisión estrecharía los lazos y reforzaría el intercambio entre grupos. La arqueología de la microrregión del río Salado durante el Holoceno tardío muestra numerosos indicadores que reflejan prolongados mecanismos de intercambio a nivel regional y que permitieron a los grupos C-R-P compensar la ausencia local de algunos recursos, asegurar los lazos sociales a mayor escala, mantener -posiblemente- prácticas rituales y asegurar la supervivencia biológica. Es así como en este humedal donde no hay disponibilidad de rocas, la interacción para su obtención actuaba a gran escala. Existieron circuitos de larga distancia para el abastecimiento de las rocas más utilizadas que fueron trasladadas desde el sector centro-sur de las sierras de Tandilia. En esta interacción, también se transportaron pigmentos que pudieron ser utilizados en diferentes tecnologías como en la decoración de recipientes cerámicos y posiblemente en la pintura de cueros o en la pintura corporal. A su vez, los grupos del Salado, participaban en otros circuitos de intercambio de rocas minoritarias, como artefactos e instrumentos de caliza silicificada provenientes de canteras de lo que hoy es la República Oriental del Uruguay y/o en la provincia de Entre Ríos en Argentina. Además, otros objetos que circularon desde amplias regiones fueron las cuentas de collar de *chrysocolla*, de serpentina, recuperadas en la localidad LG,

cuenta y fragmento de amazonita de los sitios de SR. Otros materiales vistosos, son los fragmentos de hojas de mica recuperados en SR que podrían provenir de Tandilia o de la provincia argentina de Córdoba, no hay evidencias de su funcionalidad, podríamos plantear la posibilidad de que fueran empleadas para realizar ornamentos.

Sabemos que los contactos interpersonales, los desplazamientos poblacionales o la circulación de bienes y saberes pueden quedar registrados en la cultura material (Stark, 2003). Como señala Gosselain (2000), las tradiciones alfareras no habrían circulado como un todo, sino que algunos de sus elementos habrían sido intercambiados, copiados o adoptados por ceramistas locales. La presencia de algunos motivos decorativos, acabados de la superficie o formas de los recipientes sería el resultado de contactos en los que, a través de la alfarería, se expresan y se definen relaciones sociales (Hodder, 1982; Lemonnier, 1986; Gosselain, 2000). Vale la pena comentar, teniendo en cuenta estudios actualísticos, que algunas etapas de la cadena de elaboración de artefactos cerámicos tienden a ser más estables y duraderas que otras, porque involucran distintos procesos de interacción social. Así, en la etapa de aprendizaje primario, transmisión vertical, participan un número reducido de personas y se considera que estas acciones no dejan evidencias visibles en el objeto, están internalizadas y son más resistentes al cambio. De acuerdo con Gosselain (2000), los gestos y las técnicas en el modelado de una vasija son el núcleo del proceso de transmisión. Los aprendices, a su vez, adquieren otros conocimientos mediante la participación en el trabajo con artesanos especialistas donde se familiarizan con las características físicas de la arcilla, las técnicas de extracción y su procesamiento, el horneado, las prescripciones simbólicas y sociales del oficio. Entonces, estos conocimientos y hábitos motrices que se vinculan con las etapas iniciales del aprendizaje tecnológico proveen, a los aprendices, la mayoría de las habilidades del oficio y son los aspectos más difíciles de modificar. En cambio, las acciones que dejan evidencias

visibles en el objeto terminado, como los tratamientos de superficie o las técnicas de decoración, se las vinculan con manipulaciones conscientes ya que son aspectos fácilmente modificables a través de situaciones de interacción post-aprendizaje o a través de una interacción horizontal (Lemonnier, 1986; Gosselain, 1992, 2000; Almeida & Torino, 2020; entre otros).

Las vasijas del río Salado pueden ser entendidas como la materialización de los modos de hacer, modos que son socialmente adquiridos y que están fuertemente internalizados. En estos sitios dedicados a la manufactura de cerámica se realizaba la transmisión de conocimiento acerca del uso de determinados materiales y técnicas, lo cual favorecería la obtención de productos relativamente homogéneos. La regularidad observada en las prácticas tecnológicas del río Salado sugiere que sus alfareros habrían compartido saberes y que sus cerámicas fueron percibidas de forma similar e incorporadas en la práctica social de manera continua a lo largo de más de 2000 años.

Este paisaje fluvial nos brinda información de escenarios donde se desarrollaban actividades no solo de la vida diaria sino también reuniones sociales en momentos de encuentro de diferentes bandas. En este paisaje donde se encontraban los bosques de tala con sus especies asociadas, disponían de leña, sombra, refugios, vegetales y fauna. Además, a lo largo del río existían tramos angostos y menos profundos que posibilitarían cruzarlo con facilidad. Uno de ellos es el Paso de los Quilmes, así denominado en cartografías históricas y por pobladores actuales, el cual se encuentra a 1.000 metros de la localidad arqueológica LG (Funes Derieul, 1979; González de Bonaveri, 1989). Nos preguntamos si el río Salado o al menos en algunos puntos de su recorrido, como los sitios de la localidad arqueológica LG y SR, constituirían en determinadas ocasiones lugares de agregación, habrían sido lugares de concentración e interacción de bandas. Proponemos que se tratarían de espacios de encuentro entre diferentes unidades sociales que luego volverían a dispersarse. Estas reuniones se

realizarían en forma periódica y las posibles causas serían la necesidad de establecer relaciones económicas (intercambios de bienes), sociales (establecimiento de alianzas y concertación de matrimonios) y la realización de rituales. La presencia de recipientes cerámicos en estos contextos de interacción sería importante no sólo para la elaboración y el servicio de alimentos o el almacenamiento de algunos productos, sino también como cultura material para exhibir el rol social de los individuos. En los sitios de la localidad LG, se encontraron fragmentos de vasijas de tamaño grande, asimilables a la tradición alfarera guaraní. Estos enseres de mayores dimensiones remitirían a un incremento en la preparación de alimentos durante ocasiones de agregación. A través de fuentes históricas y etnográficas se sabe que entre otros, los grupos guaraníes, las etnias chaqueñas, consumían en vasijas de tamaño grande bebidas fermentadas alcohólicas y analcohólicas en algunas ceremonias para concretar y consolidar alianzas políticas o durante eventos sociales o religiosos (Lucaoli, 2011; Costa Angrizani et al., 2019; Scala, 2019).

Dentro de esta tradición tecnológica alfarera bonaerense de larga duración, los elementos atípicos que vinculamos con la tradición tecnológica guaraní, mostrarían en términos de Calvo Trías y García Roselló (2012), variaciones parciales o secundarias que implican elecciones de los alfareros e incorporan nuevos rasgos materiales en sus prácticas tecnológicas. Para nuestro caso de estudio, asumimos que estas innovaciones fueron el resultado de situaciones de contacto que se reflejan en la circulación de objetos, de personas o en el aprendizaje de ciertas técnicas y diseños. A partir de los fechados realizados sobre dos fragmentos de cerámica corrugada y un tiesto de una vasija de perfil compuesto con pintura roja, sostenemos la continuidad de las interacciones con grupos guaraníes durante más de 400 años (Figura 7). El fechado de alrededor de los 1000 años AD brinda datos acerca de esos primeros contactos entre los C-R-P del Salado con estos grupos amazónicos coincidiendo con su dispersión meridional. Asumimos que estas interacciones

tempranas formarían parte del circuito de las redes sociales ampliadas bien conocidas por estas bandas bonaerenses según muestran elementos de la cultura material como la caliza, la amazonita, procedentes de territorios conectados con los cursos fluviales Paraná-Uruguay. Por consiguiente, podrían haber tenido, en forma temprana, algún tipo de comunicación, sea a través de la circulación de bienes, de ideas o de personas, con los grupos guaraníes en su proceso de expansión meridional por la ruta fluvial del río Uruguay. Planteamos que la presencia de alfarería guaraní en el río Salado es anterior a la ocupación efectiva del Delta inferior del río Paraná por estos grupos amazónicos. A su vez, los otros dos fechados más tardíos de 1300 y 1400 AD (siglos XIV y XV) concuerdan con las instalaciones efectivas de los guaraníes en el Delta Inferior del río Paraná (Loponte & Acosta, 2013; Bonomo et al., 2015).

Estas innovaciones se aceptaron en la medida que pudieron ser integradas, de alguna manera, en el marco social y simbólico de las sociedades locales. En esta integración, diferenciamos dos situaciones que implicaron modificaciones en la cultura material ya existente. Por un lado, planteamos que algunos de los tiestos con características singulares encontrados en el río Salado, son producto de manufacturas con materias primas locales que reproducen gestos y diseños de la tradición tecnológica guaraní (González de Bonaveri et al., 2000; Frère, 2015; Frère et al., 2016a). Estas formas y tamaños de recipientes implican un elevado control de la técnica alfarera, ya que se trata de vasijas de tamaño grande, con espesores gruesos, perfiles compuestos, con acabados de superficie corrugada, cepillada o pintura de bandas rojas. En este aspecto, acordamos con la propuesta de Aldazábal y Eugenio (2013) sobre la posible presencia de alfareras guaraníes en estos grupos del Salado. De este modo, se reforzaría la existencia de vínculos y de actividades de intercambio mediante movimientos de artesanos que transmitirían los conocimientos sobre sus modos de hacer. En conclusión, se trataría de bienes que son composicionalmente locales, pero estilísticamente no locales (Druc, 2013).

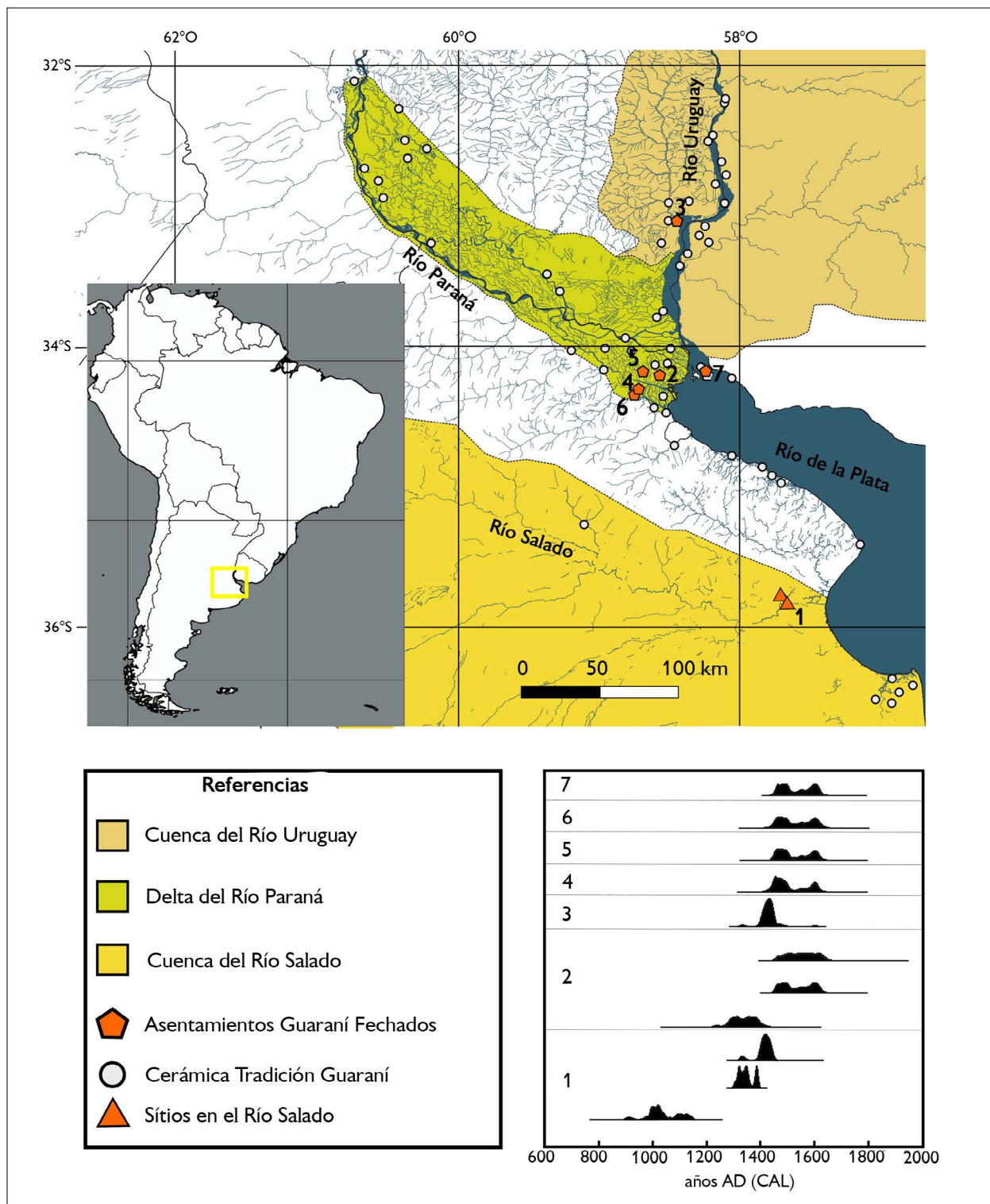


Figura 7. Ubicación de sitios con cerámica de tradición guaraní y sus fechados. Mapa: R. Costa Angrizani (2021).

Por otro lado, proponemos un comportamiento tecnológico diferente para los fragmentos blanquecinos y el tiesto bicolor. En este caso, asumimos que fueron incorporados como objetos terminados. Este enunciado se sustenta por los aspectos macroscópicos y microscópicos que los diferencian del conjunto alfarero típico de la microrregión del Salado. De esta manera, algunas de las interacciones entre grupos guaraníes y C-R-P del Salado quedaron plasmadas en el intercambio de objetos terminados como estos recipientes cerámicos. Asimismo, junto con estas vasijas pudieron llegar otros bienes como las cuentas de amazonita. Estas dos estrategias pueden explicar la existencia de algunos objetos de la cultura guaraní en contextos de cazadores-recolectores del territorio bonaerense vinculados con el río de La Plata. La presencia de alfareras guaraníes o la circulación de bienes e información serían los mecanismos de interacción materializados como rasgos atípicos en el Salado. Esta interpretación coincide con la propuesta de Politis y colaboradores para justificar los objetos guaraní 'aislados' encontrados en esta región (Politis et al., 2018).

Finalmente, señalamos que el cauce del río Salado, particularmente en ciclos húmedos, es ancho y caudaloso, lo cual lo transforma en una vía de circulación navegable. Los grupos guaraníes, habituados a trasladarse por los ríos, pudieron navegar por el Delta del Paraná inferior, por la costa del río de la Plata, entrar a la bahía de Samborombón y remontar el río Salado. Este ambiente bonaerense, fluvial y boscoso, pudo ser un entorno buscado por los grupos guaraníes quienes en su dispersión siguieron los cursos de vías navegables rodeadas por densos bosques (Noelli, 2004; Bonomo et al., 2015). Este paisaje donde se asentaron C-R-P del río Salado pudo ser además un escenario de interacción con grupos horticultores. Ahora bien, para momentos tempranos sugerimos que los objetos guaraníes se intercambiaban por el circuito del río Uruguay. En cambio, en los períodos más tardíos, las interacciones se vieron favorecidas por la presencia de asentamientos guaraníes estables en el Delta inferior, sitio Arroyo Malo, y en la costa del Río de La Plata, sitio Las Cañas (Bonomo, 2013;

Bonomo & Latini, 2012). De modo que, los encuentros facilitaron la incorporación de elementos de la tradición tecnológica guaraní sin que eso produjera cambios o variaciones estructurales en la tradición tecnológica de los grupos bonaerenses.

CONCLUSIONES

La regularidad observada en las prácticas tecnológicas en estos sitios de manufactura sugiere que los alfareros del río Salado bonaerense habrían compartido una tradición tecnológica donde percibieron la alfarería de forma similar, la transmitieron y la incorporaron en sus prácticas sociales. De la misma manera, entre estas bandas de C-R-P funcionaron diferentes mecanismos de intercambio. Es así como, los rasgos atípicos reconocidos en este trabajo nos llevaron a discutir las vinculaciones entre grupos de filiación guaraní con las bandas de C-R-P de la microrregión en estudio. Estos contactos pudieron darse a partir del primer milenio de nuestra era, es decir, desde los momentos tempranos de la expansión meridional guaraní. La interacción entre estos grupos implicó la existencia de amplias redes de intercambio que se reflejan en la circulación y aceptación de bienes, ideas o personas como también en la réplica de objetos y diseños. Nos queda como desafío profundizar cómo estas interacciones resignificaron las prácticas tecnológicas locales.

AGRADECIMIENTOS

Agradecemos a la Agencia Nacional de Promoción Científica y Técnica (Ministerio de Ciencia y Tecnología, Argentina) y a la Universidad de Buenos Aires por el apoyo financiero brindado.

REFERENCIAS

- Acosta, A., Buc, N., & Loponte, D. (2020). Tecnología ósea de los grupos cazadores-recolectores de la Pampa Ondulada (provincia de Buenos Aires). *Revista del Museo de Antropología*, 13(2), 79-92. <https://doi.org/10.31048/1852.4826.v13.n2.25387>
- Aldazábal, V., & Eugenio, E. (2013). La cerámica unguicular y corrugada en la Pampa Deprimida, contextos y discusión. *Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamientos Latinoamericano*, 1(4), 95-107.

- Almeida, F. O., & Neves, E. G. (2015). Evidências arqueológicas para a origem dos Tupi-Guarani no leste da Amazônia. *Mana*, 21(3), 499-525. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p499>
- Almeida, F. O., & Torino, R. (2020). Sobre la materialidad de los encuentros entre los tupi-guaraní y los no tupi. *Comechingonia*, 24(3), 80-89. http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1851-00272020000300080
- Arislur, S., Pazzi, F., Mazzia, N., & Flegenheimer, N. (2020). Materias primas en la Región Pampeana bonaerense: Panorama actual y convocatoria a un trabajo colectivo. *Revista del Museo de Antropología*, 13(1), 289-298. <https://doi.org/10.31048/1852.4826.v13.n1.23915>
- Aschero, C. (1988, octubre/noviembre). De punta a punta: Producción, mantenimiento y diseño en puntas de proyectil precerámicas de la Puna argentina. *Actas del IX Congreso Nacional de Arqueología Argentina*, Buenos Aires.
- Austral, A. G. (1974). Contacto hispano-indígena en el norte de la provincia de Buenos Aires a través de la arqueología. *Actas del III Congreso Nacional de Arqueología/IV Encuentro de Arqueología del Litoral*, Montevideo.
- Barros, M. P., & Messineo, P. G. (2006). Modos de abastecimiento y explotación de materias primas líticas en la cuenca del Arroyo Tapalqué (Olavarría, Provincia de Buenos Aires, Argentina). *Habitus*, 4(2), 711-737. <http://dx.doi.org/10.18224/hab.v4.2.2006.711-737>
- Barros, M. P. (2018). La elección de soportes laminares a lo largo del Holoceno en el área Interserrana bonaerense (Argentina). *Revista del Museo de Antropología*, 11(1), 15-24. http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1852-48262018000100003&script=sci_abstract&tlng=en
- Bayón, M. C., Flegenheimer, N., & Pupio, A. (2006). Planes sociales en el abastecimiento y traslado de roca en la pampa bonaerense en el Holoceno temprano y tardío. *Relaciones-Sociedad Argentina de Antropología*, 31, 19-45.
- Bonomo, M. (2012). *Historia prehispánica de Entre Ríos*. Fundación de Historia Natural de Félix de Azara.
- Bonomo, M., & Latini, S. (2012). Arqueología y etnohistoria de la región metropolitana: las sociedades indígenas de Buenos Aires In M. Bonomo & S. Latini (Eds.), *Buenos Aires. La historia de su paisaje natural* (pp. 70-98). Fundación de Historia Natural "Félix Azara".
- Bonomo, M. (2013). Reanálisis de la colección de Samuel Lothrop procedente del Delta del Paraná. *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología*, 38(1), 169-198.
- Bonomo, M., Costa Angrizani, R., Apolinaire, E., & Noelli, F. (2015). A model for the Guaraní expansion in the La Plata Basin and littoral zone of southern Brazil. *Quaternary International*, 356, 54-73. <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2014.10.050>
- Brochado, J. P. (1984). *An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture Into Eastern South América* [Tesis de Doctorado, University of Illinois, Champaign].
- Brochado, J. P., & Monticelli, G. (1994). Regras práticas na reconstrução gráfica da cerâmica Guarani por comparação com vasilhas inteiras. *Estudos Ibero-Americanos*, 20(2), 107-118.
- Brochado, J. P., Monticelli, G., & Neumann, E. S. (1990). Analogía etnográfica na reconstrução gráfica das vasilhas Guarani arqueológicas. *Veritas: Revista da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*, 35(140), 706-726.
- Calvo Trías, M. A., & García Roselló, J. M. (2012). Tradición técnica y contactos: Un marco de reflexión centrado en la producción cerámica. *Rubricatum: Revista del Museu de Gavà*, (5), 393-401.
- Capdepon, I., & Bonomo, M. (2011). Análisis petrográfico de material cerámico del Delta del Paraná. *Anales de Arqueología y Etnología*, (65-67), 127-147.
- Ceruti, C., & González, M. I. (2007). Modos de vida vinculados con ambientes acuáticos del Nordeste y Pampa Bonaerense de Argentina. *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología*, 32, 101-140.
- Cigliano, E., Schmitz, P. I., & Caggiano, M. A. (1971). Sitios cerámicos prehispánicos en la costa septentrional de la Provincia de Buenos Aires y Salto Grande, Entre Ríos. *Anales de la Comisión de Investigaciones Científicas de la Provincia de Buenos Aires*, 192(3-4), 129-191.
- Colombo, M. (2011). El área de abastecimiento de las ortocuarcitas del grupo Sierras Bayas y las posibles técnicas para su obtención entre los cazadores y recolectores pampeanos. *Intersecciones en Antropología*, 12(2), 155-166.
- Corrêa, Â. A. (2011). Cadeias operatórias Tupi. *Habitus*, 9(2), 221-238.
- Costa Angrizani, R. (2012). *Variabilidade, mobilidade e paisagem. Uma proposta interpretativa para os vestígios de los asentamientos precoloniales en el noroeste del Rio Grande do Sul (Brasil)* [Tesis de doctorado, Universidad Nacional de La Plata, La Plata].
- Costa Angrizani, R., Colobig, M. M., & Zucol, A. F. (2019). Identificación de microrrestos botánicos en vasijas guaraníes de la cuenca del río Paraná (Argentina). *Arqueología*, 25(3), 37-57. <https://doi.org/10.34096/arqueologia.t25.n3.7323>
- Cremonte, M. B. (1986-1987). Alcances y objetivos de los estudios tecnológicos en la cerámica arqueológica. *Anales de Arqueología y Etnología*, (38-40), 179-217.
- Dana, E. S., & Ford, W. (1973). *Tratado de Mineralogía*. Continental S.A.
- Druc, I. (2013). What is local? Looking at ceramic production in the peruvian highlands and beyond. *Journal of Anthropological Research*, 69(4), 485-513.

- Escosteguy, P., González M. I., & Frère, M. M. (2015). Nuevos datos sobre fauna menor de la depresión del río Salado (Provincia de Buenos Aires, Argentina): el caso de San Ramón 7. *Archaeofauna. International Journal of Archaeozoology*, 24, 295-313.
- Escosteguy, P. (2020). The experimental butchering of coypu (*Myocastor coypus*): Implications for the analysis of the archaeofaunal record. *Journal of Archaeological Science: Reports*, 31, 102330. <https://doi.org/10.1016/j.jasrep.2020.102330>
- Francese, A., Migueliz, G., & Sabbatella, M. (2011). *Cerámica y Arqueología. producción interdisciplinaria del conocimiento*. ISFA-Escuela de Cerámica de Chascomús.
- Frère, M. M., González, M. I., Constenla D., & Bayón C. (2010). Experimentación con recursos actuales mediante el empleo de análisis químicos. In M. Berón, L. Luna, M. Bonomo, C. Montalvo, C. Aranda & M. Carrera Aizpitarte (Eds.), *Mamül Mapu: pasado y presente desde la arqueología pampeana* (pp. 65-76). Editorial Libros del Espinillo.
- Frère, M. M., González, M. I., Chan, D., & Flores, M. (2012). Análisis comparativo de la petrografía cerámica en la región del río Salado (provincia de Buenos Aires). *Comechingonia Revista de Arqueología*, 16(2), 115-137.
- Frère, M. M. (2015). *Tecnología cerámica de los cazadores-recolectores-pescadores de la microrregión del río Salado, provincia de Buenos Aires* [Tesis de doctorado, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires].
- Frère, M. M., González, M. I., & Greco, C. (2016a). Continuity of the use from shallow sites of the Salado River basin in the Pampean Region, Argentina. *Radiocarbon*, 58(4), 921-933. <http://dx.doi.org/10.1017/RDC.2016.63>
- Frère, M. M., Chan, D., Flores, M., & González, M. I. (2016b). Evidencias químicas de preparación de alimentos en la alfarería de la Depresión del río Salado. *Anuario de Arqueología*, 8(8), 141-152.
- Frère, M. M., González M. I., Di Lello, C., Polla, G., Freire, E., Halac, E., . . . Ortiz, M. (2016c). Empleo de colorantes en coberturas C. de fragmentos de alfarería del río Salado bonaerense. *Intersecciones en Antropología*, 3, 45-55.
- Frontini, R., & Bayón, C. (2015). Consumo de recursos animales de porte menor durante el Holoceno tardío en el sudoeste de la provincia de Buenos Aires (Argentina). *Archaeofauna. International Journal of Archaeozoology*, 24, 271-293.
- Funes Derieul, C. F. (1979). *Atlas cartográfico de los primeros pedidos de tierras públicas, realengas o enfitéuticas en el Partido de Chascomús*. Municipalidad de Chascomús.
- Ghiani Echenique, N., Uvietta, A. R., & Gambaro, R. C. (2013). Alfarerías tubulares en el noreste de la provincia de Buenos Aires: Caracterización y distribución. *Revista del Museo de La Plata, sección Antropología*, 13(87), 299-314.
- González, M. I. (2005). *Arqueología de alfareros, cazadores y pescadores pampeanos*. Sociedad Argentina de Antropología.
- González, M. I., Frère, M. M., & Escosteguy, P. (2006). El Sitio San Ramón 7. Curso inferior del río Salado, provincia de Buenos Aires. *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología*, 31, 187-200.
- González, M. I., Frère, M. M., & Fiore, D. (2007). Redes de interacción en la cuenca inferior y media del Salado. In C. Bayón, A. Pupio, M. I. González, N. Flegenheimer & M. M. Frère (Eds.), *Arqueología en las Pampas* (Vol. 1, pp. 365-385). Sociedad Argentina de Antropología.
- González, M. I., & Frère, M. M. (2009). Talaes y paisaje fluvial Bonaerense: Arqueología del río Salado. *Intersecciones en Antropología*, 10(2), 249-266.
- González, M. I., & Frère, M. M. (2010). *Diseños prehispánicos de la Alfarería pampeana*. Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras.
- González, M. I., Frère, M. M., & Frontini, R. (2012). Consumo de alimentos en ollas de cerámica pampeana. In P. Babot, F. Pazzarelli & M. Marschoff (Eds.), *Las manos en la masa. Arqueologías y antropologías de la alimentación en Sudamérica* (pp. 409-428). Universidad Nacional de Córdoba.
- González, M. I., & Frère, M. M. (2017). Análisis de isótopos estables en cerámica arqueológica del Río Salado bonaerense. *Comechingonia*, 21(2), 229-254. <https://doi.org/10.37603/2250.7728.v21.n2.26782>
- González, M. I., & Frère, M. M. (2019). Río Salado: Espacio de interacción de cazadores-recolectores-pescadores (provincia de Buenos Aires, Argentina). *Revista del Museo de La Plata*, 4(2), 621-642. <https://doi.org/10.24215/25456377e090>
- González, M. I., Escosteguy, P. D., Salemmme, M. C., Frère, M. M., Weitzel, C., & Vecchi, R. (2021) Assessing strategies for coypu hunting and use in the Salado River Depression (Buenos Aires province). In J. B. Belardi, D. Bozzuto, P. M. Fernández, E. Moreno & G. Neme (Eds.), *Ancient hunting strategies in southern south America* (pp. 59-81). Springer AG.
- González de Bonaveri, M. I. (1989). El uso de la imagen satelitaria como técnica de investigación arqueológica. In *Actas de las Primeras Jornadas de Becarios UBA*, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.
- González de Bonaveri, M. I., & Frère, M. M. (1995). La elección técnica del texturizado en el acabado de la superficie. In *Actas de las Jornadas Chivilcoyanas en Ciencias Sociales y Naturales*, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires Buenos Aires.
- González de Bonaveri, M. I., Frère, M. M., Bayon, C., & Flegenheimer, N. (1998). La organización de la tecnología lítica en la cuenca del Salado (Buenos Aires, Argentina). *Arqueología*, 8, 57-76.

- González de Bonaveri, M. I., Frère, M. M., & Solá, P. (2000). Petrografías de cerámicas arqueológicas de la cuenca del río Salado, provincia de Buenos Aires. *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología*, 25, 207-226.
- Gosselain, O. P. (1992). Technology and style: potters and pottery among Bafia of Cameroun. *Man (New Series)*, 27(3), 559-586. <https://doi.org/10.2307/2803929>
- Gosselain, O. P. (2000). Materializing identities: An african perspective. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 7(3), 187-217. <https://doi.org/10.1023/A:1026558503986>
- Hodder, I. (1982). *Symbols in action: ethnoarchaeological studies of material culture*. Cambridge University Press.
- La Salvia, F., & Brochado, A. (1989). *Cerámica Guaraní*. Posenato.
- Lemonnier, P. (1986). The study of material culture today: Toward and anthropology of technical systems. *Journal of Anthropological Archaeology*, 5(2), 147-186. [https://doi.org/10.1016/0278-4165\(86\)90012-7](https://doi.org/10.1016/0278-4165(86)90012-7)
- Loponte, D. (2007). *La economía prehistórica del norte bonaerense (Arqueología del humedal del Paraná inferior, Bajíos Ribereños meridionales)* [Tesis de doctorado, Universidad Nacional de La Plata, La Plata].
- Loponte, D., & Acosta A. (2008). Estado actual y perspectivas de la arqueología de la tradición Tupíguaraní en Argentina. In A. Prous & T. Andrade (Eds.), *Os ceramistas Tupiguaraní* (Vol. 1, pp.197-215). Sigma.
- Loponte, D., Acosta, A., Capparelli, I., & Pérez, M. (2011). La arqueología guaraní en el extremo meridional de la cuenca del Plata. In D. Loponte & A. Acosta (Eds.), *Arqueología Tupiguaraní* (pp. 111-154). AINA.
- Loponte, D., & Acosta, A. (2013). La construcción de la unidad arqueológica guaraní en el extremo meridional de su distribución geográfica. *Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano*, 1(4), 193-235.
- Loponte, D., Ottalagano, F., Pérez, M., Malec, L., Ramos, C., Bozzano, P., & Acosta, A. (2020). Mortuary pottery and sacred landscapes in complex hunter-gatherers in the Paraná Basin, South America. *Cambridge Archaeological Journal*, 30(1), 21-43. <https://doi.org/10.1017/S0959774319000477>
- Lucaioli, C. (2011). *Abipones en las fronteras del Chaco. Una etnografía histórica sobre el siglo XVIII*. Sociedad Argentina de Antropología.
- Martínez, G. (2002). Organización y cambio en las estrategias tecnológicas. Un caso arqueológico e implicaciones conductuales para la evolución de las sociedades cazadoras-recolectoras pampeanas. In G. Martínez & J. L. Lanata (Eds.), *Perspectivas integradoras entre arqueología y evolución. Teoría, métodos y casos de aplicación* (pp. 121-156). INCUAPA, FACS-UNCPBA.
- Martínez, G., & Gutiérrez, M. A. (2004). Tendencias en la explotación humana de la fauna durante el Pleistoceno final y Holoceno en la Región Pampeana (Argentina). In Mengoni Goñalons, G. L. (Ed.), *Zooarchaeology of South America* (pp. 81-98). B.A.R. International Series.
- Noelli, F. S. (2004). La distribución geográfica de las evidencias arqueológicas guaraní. *Revista de Indias*, 64(230), 17-34. <https://doi.org/10.3989/revindias.2004.i230.408>
- Noelli, F., Brochado, J. P., & Corrêa, Â. (2018). A linguagem da cerâmica Guaraní: sobre a persistência das práticas e materialidade (parte 1). *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, 10(2), 167-200. <https://doi.org/10.26512/rbla.v10i2.20935>
- Oliva, F., & Panizza, M. C. (2020). Códigos compartidos y redes de comunicación en el arte mobiliario del ecotono pampeano. *Atek Na [En la tierra]*, 9, 27-75. <https://plarci.org/index.php/atekna/article/view/643>
- Paleo, M. C., & Pérez Meroni, M. D. L. M. (2005-2006). Dimensión social de la tecnología cerámica en sociedades cazadoras-recolectoras. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, (15-16), 73-85. <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2006.89710>
- Pérez, M., Silvestre, R., & Buc, N. (2018). Tecnología de grupos guaraníes en las cuencas alta y baja de los ríos Paraná y Uruguay. *Revista de Antropología del Museo de Entre Ríos*, 4(2), 41-65. <http://hdl.handle.net/11336/81255>
- Politis, G., & Madrid, P. (2001). Arqueología pampeana: estudio actual y perspectivas. In E. Berberian & A. Nielsen (Comps.), *Historia argentina prehispánica* (Vol. 2, pp. 737-814). Editorial Brujas.
- Politis, G., Martínez, G., & Bonomo, M. (2001). Alfarería temprana en sitios cazadores-recolectores de la región pampeana (Argentina). *Latin American Antiquity*, 12(2), 167-181. <http://dx.doi.org/10.2307/972054>
- Politis, G. G., Domic, A. I., Bonomo, M., & Capriles, J. M. (2018). Modelamiento de los parámetros ambientales de la distribución de sitios Goya-Malabrigo mediante Maxent. In G. Politis & M. Bonomo (Eds.), *Goya-Malabrigo: arqueología de una sociedad indígena del Noreste argentino* (pp. 289-305). Editorial UNICEN.
- Politis, G. G., León, C., Mari, F., Blasi, A. M., & Vitale, P. (2019). Análisis y datación de los restos faunísticos de la colección Ameghino del sitio Cañada Rocha (Luján, Buenos Aires). *Intersecciones en Antropología*, 20(2), 181-194. http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-373X2019000200181
- Primera Convención Nacional de Antropología*. (1966). (Publicaciones/ Facultad de Filosofía y Humanidades, Instituto de Antropología, nueva serie; no. 1, 26). Universidad Nacional de Córdoba, Dirección General de Publicaciones. https://books.google.com.br/books/about/1a_i_e_Primer_Convenc%C3%B3n_Nacional_de_A.html?id=-b0LAQAAIAAJ&redir_esc=y

- Quintana, C. A. (2016). Tafonomía de los microvertebrados del sitio arqueológico Cueva Tixi (Pleistoceno tardío–Holoceno tardío), Tandilia Oriental (provincia de Buenos Aires, Argentina). *Publicación Electrónica de la Asociación Paleontológica Argentina*, 16(1), 14–51. <https://doi.org/10.5710/PEAPA.06.04.2016.87>
- Renfrew, C., & Bahn, P. (2008). *Arqueología. Conceptos claves*. Akal.
- Rice, P. M. (1987). *Pottery analysis: a sourcebook*. University of Chicago Press.
- Rye, O. (1994). *Pottery technology. Principles and reconstruction*. Taraxacum.
- Sassaman, K. (1995). The social contradictions of traditional and innovative cooking technologies in the prehistoric American Southeast. In W. Barnett & J. W. Hoopes (Eds.), *The emergence of pottery technology and innovation in ancient societies* (pp. 223–240). Smithsonian Institution.
- Scabuzzo, C., & González, M. I. (2007). Un acercamiento a la dieta de las poblaciones prehispánicas de la depresión del Salado durante el Holoceno tardío. In C. Bayón, A. Pupio, M. I. González, N. Flegenheimer & M. M. Frère (Eds.), *Arqueología en las Pampas Buenos Aires* (pp. 59–73). Sociedad Argentina de Antropología.
- Scala, M. J. F. (2019). *La reducción jesuítica de San Javier de mocovíes*. Ediciones Periplos.
- Simonton, D. K. (2018). Spontaneity in evolution, learning, creativity, and freewill: spontaneous variation in four selectionist phenomena. In K. Christoff & K. C. R. Fox (Eds.), *The Oxford Handbook of Spontaneous thought: mind-wandering, creativity, and dreaming* (pp. 113–122). Oxford Handbooks.
- Sokol, O. L., González, M. I., & Frère, M. M. (2019). Reconstrucción 3d de vasijas de tradición tecnológica Guaraní en la microrregión del río Salado bonaerense. *Actas del VIII Encuentro de Discusión Arqueológica del Nordeste*, Posadas, Argentina.
- Stark, M. T. (2003). Current issues in ceramic ethnoarchaeology. *Journal of Archaeological Research*, 11(3), 193–242. <http://dx.doi.org/10.1023/A:1025079730891>
- Torrence, R., & van der Leeuw, S. (1989). Introduction: what's new about innovation? In S. van der Leeuw & R. Torrence (Eds.), *What's new? A closer look at the process of innovation* (pp. 1–15). Unwin Hyman.
- Vecchi, R., & González, M. I. (2018). Artefactos formatizados por picado, abrasión, pulido y modificados por uso en la depresión del río Salado, Provincia de Buenos Aires, Argentina. *Revista del Museo de Antropología*, 11(2), 85–100. <http://hdl.handle.net/11336/91943>
- Vigna, M., González M. I., & Weitzel, C. (2014). Los cabezales líticos de la microrregión del río Salado bonaerense, Argentina. Diseños e historias de vida. *Intersecciones en Antropología*, 15(1), 55–69.
- Weitzel, C., & González, M. I. (2012). Técnicas y decisiones sociales para el empleo de las rocas. Nuevos datos para la Guillerma 5 (área del río Salado, región pampeana). *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología*, 37(2), 243–264.
- Zárate, M. A., González de Bonaveri, M. I., Flegenheimer, N., & Bayón, C. (2000–2002). Sitios arqueológicos someros: el concepto de sitio en estratigrafía y sitio de superficie. *Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamientos Latinoamericano*, 19, 635–653.

CONTRIBUCIÓN DE LOS AUTORES

M. M. Frere contribuyó con conceptualización, selección de datos, análisis formal, adquisición de financiación, investigación, metodología, administración de proyectos, recursos, borrador del escrito original y revisión del escrito y edición; M. I. González con conceptualización, selección de datos, análisis formal, adquisición de financiación, investigación, metodología, administración de proyectos, validación, visualización, borrador del escrito original y revisión del escrito y edición; y R. Costa Angrizani con conceptualización, selección de datos, análisis formal, investigación, metodología, software, visualización, borrador del escrito original y revisión del escrito y edición.

Estratigrafia e zooarqueologia de cerritos de Santa Vitória do Palmar, Rio Grande do Sul. Novos dados sobre o sítio RS-158: Alberto Talayer

Stratigraphic and zooarchaeology of cerritos from Santa Vitória do Palmar, Rio Grande do Sul. New data on the site RS-158: Alberto Talayer

Diego Dias Pavei^I  | Marcos César Pereira Santos^{II,VII}  | Vitor Hugo Rosa Biffi^{III,VII}  |
Carla Bica^{IV}  | Marlon Borges Pestana^V  | Juliano Bitencourt Campos^{VI} 

^IUniversidade Federal de Sergipe. Laranjeiras, Sergipe, Brasil

^{II}Museum National d'histoire Naturelle de Paris. Paris, França

^{III}Universidade Estadual de Maringá. Maringá, Paraná, Brasil

^{IV}Universidad de la Republica. Montevideo, Uruguai

^VUniversidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil

^{VI}Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma, Santa Catarina, Brasil

^{VII}Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Núcleo de Estudos Paleoambientais. Francisco Beltrão, Paraná, Brasil

Resumo: Este estudo visa apresentar os resultados estratigráficos e zooarqueológicos do sítio arqueológico RS-158: Alberto Talayer, localizado no município de Santa Vitória do Palmar, Rio Grande do Sul. O objetivo é revisar as informações estratigráficas das campanhas de escavação dos anos 1970 e apresentar novos resultados zooarqueológicos e estratigráficos da escavação realizada em 2014. Os dados estratigráficos indicam que as ocupações desse sítio possuem uma sequência com mais de 2 metros de profundidade, com cinco camadas e indícios de diferentes níveis de ocupação (níveis arqueológicos IIa e IIIa), marcadas por períodos pré-cerâmico e cerâmico (tradição Vieira). Nos dois montículos que compõem o sítio arqueológico RS-158, a caça de mamíferos teria sido a principal atividade econômica, se destacando com a abundância do veado-campeiro. O problema relativo à sobreposição de diferentes níveis arqueológicos em uma estrutura antrópica encontra nesse estudo um contributo direto com o estabelecimento de variados níveis de ocupação e sua correlação entre os diferentes montículos. Assim, o sítio apresenta características específicas do ambiente no qual se localiza, com interações com os ecossistemas pampeanos, como campos sulinos, rios e lagoas.

Palavra-chave: Cerritos. Arqueologia pampeana. Zooarqueologia. Estratigrafia.

Abstract: This study aims to present the stratigraphic and zooarchaeological results of the RS-158 archeological site Alberto Talayer, located in the municipality of Santa Vitória do Palmar, Rio Grande do Sul, Brazil. The study aims to review the stratigraphic information from the excavation campaigns of the 1970s and to present the new zoo-archaeological and stratigraphic results of the excavation carried out in 2014. The stratigraphic data indicate that the occupations of this site have a sequence of more than 2 meters in depth, with five layers, and evidence of different levels of occupation (archaeological levels IIa and IIIa) marked by pre-ceramic and ceramic periods (Vieira tradition). In the two mounds that make up the RS-158 archaeological site, hunting of mammals would have been the main economic activity, as shown by the abundance of pampas deer. Thus, the site presents specific characteristics of the environment in which it is located, with interactions with Pampa ecosystems such as its southern plains, rivers and lakes.

Keywords: Cerritos. Pampean Archeology. Zooarcheology. Stratigraphy.

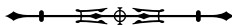
Pavei, D. D., Santos, M. C. P., Biffi, V. H. R., Bica, C., Pestana, M. B., & Campos, J. B. (2022). Estratigrafia e Zooarqueologia de cerritos de Santa Vitória do Palmar, RS. Novos dados sobre o sítio RS-158: Alberto Talayer. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 17(2), e20210009. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0009

Autor para correspondência: Diego Dias Pavei. Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, Sergipe, Brasil. (diego.pavei@unesb.net).

Recebido em 27/03/2021

Aprovado em 20/01/2022

Responsabilidade editorial: Cristiana Barreto



INTRODUÇÃO

CONTEXTO ARQUEOLÓGICO REGIONAL

A planície costeira e o sistema de lagoas Patos-Mirim apresenta uma significativa gama de dados publicados associados a contextos arqueológicos com sítios conhecidos como cerritos (López Mazz, 2001; Milheira et al., 2016, 2017, 2019a, 2019b; Rogge, 2004; Schmitz et al., 1997). Esses sítios arqueológicos são descritos como aterros artificiais, formando pequenas elevações como microrrelevos no terreno (montículos); de sua construção, resultam negativos topográficos, erguendo formas circulares, ovais ou elípticas (Milheira et al., 2016; Schmitz, 1976). São compostos principalmente por sedimento de matriz arenosa e material orgânico, podendo chegar até 100 m de diâmetro e 7 m de altura (Bracco et al., 2008; Gianotti, 2015; Iriarte, 2003; López Mazz, 2001; Milheira & Gianotti, 2018; Schmitz, 1976).

As evidências encontradas em cerritos permitem sugerir que alguns foram utilizados como locais de sepultamentos, áreas de descarte de refugio e também como zonas de habitações. Os cerritos, muitas vezes, ocorrem em áreas sazonalmente alagadiças, possuindo arquitetura considerada um marco histórico ligado à identidade social dos nativos pampeanos (Becker, 1992; Menestrino & Mentz Ribeiro, 1995; Milheira et al., 2016; Rogge, 2004).

Em relação à cultura material, a associação entre o que se considera como cerâmica da Tradição Vieira e o tipo de sítio cerrito é clara. No entanto, a descoberta de sítios líticos com material façonado bifacialmente sugere a existência de momentos de ocupações pré-ceramistas durante o Holoceno inicial e médio nas áreas de ocorrência dos cerritos (O. Oliveira, 2014; Schmitz, 1976).

Os cerritos aparecem majoritariamente concentrados entre as porções leste e norte do Uruguai até a metade sul do Rio Grande do Sul e em partes do nordeste argentino e delta do rio Paraná (Milheira et al., 2016). Sua dispersão sul-norte cobre desde a desembocadura do rio da Prata em território uruguaio até o rio Jacuí, no Rio Grande do

Sul, e na costa atlântica uruguaia e extremo sul brasileiro à porção média e baixa do rio Uruguai (Garcia, 2019; Rogge, 2004). São encontrados nas proximidades das lagoas e banhados ao longo das planícies fluviais e/ou flúvio-deltaicas. São geralmente agrupados, mas há também os isolados (Schmitz et al., 2006). Quando agrupados, podem apresentar entre eles indícios de caminhos e praças centrais (Milheira et al., 2016).

De maneira geral, o surgimento e o desenvolvimento dos cerritos como um fenômeno arqueológico meridional se dividem em dois grandes grupos geográficos: setentrional e meridional. Os cerritos setentrionais estão localizados ao redor da lagoa dos Patos (Camaquã, Rio Grande, Rio Grande do Sul). A sequência cronológica local é de cerca de 2.200 anos, indo de 2.500 a 300 anos AP. A fase mais antiga, pré-cerâmica, vai de 2.435 a 2.000 anos AP e a cerâmica, de 2.000 a 1.335 anos AP (fase Torotama) e entre 1.335 e 200 anos AP (fase Vieira). Nessa última fase, foi percebido um contato cultural com grupos Guarani até o período colonial. Do ponto de vista arqueofaunístico, é possível pensar em sítios com características pesqueiras em ambientes estuarinos (Chanca et al., 2021; Garcia & Milheira, 2011; Milheira et al., 2016; Silva et al., 2006; Schmitz, 1976; Schmitz et al., 2006; Ulguim, 2018). Os sítios meridionais estão dispersos ao redor das lagoas Mirim, Mangueira e de seus tributários (municípios de Santa Vitória do Palmar, Rio Grande do Sul, e, no Uruguai, na região de Tremta y Tres e no alto curso do rio Negro), com data basal de 5.000 anos AP (Bracco et al., 2008). A característica que permeia esses sítios mais ao sul do Brasil é a semelhança com os da região de rio Negro, Uruguai, compartilhando uma tendência para atividades de caça (López Mazz et al., 2003; A. Rosa & Jacobus, 2009; Schmitz et al., 1997, 2006). Na área aqui definida como Meridional (terras baixas sul-rio-grandenses e Uruguai), os dados indicam que os cerritos eram compostos por grupos especializados na caça majoritária de cervídeos e outros mamíferos de médio e pequeno portes

(Pavei et al., 2016; Moreno, 2016; A. Rosa, 2006; Schmitz et al., 1997) e na pesca em ambientes de água doce, com forte incidência da espécie *Synbranchus cf. marmoratus* (Bica-Méndez, 2020).

Apesar de avanços no registro de dados culturais sobre padrões arquitetônicos, geográficos, cronológicos e comportamentais, poucas pesquisas sistemáticas foram realizadas na região meridional do Rio grande do Sul. Assim, percebe-se que o conhecimento arqueológico sobre os sítios cerritos está em construção, principalmente nos meridionais, fazendo com que novos estudos possam contribuir diretamente com o preenchimento de lacunas referentes aos dados arqueológicos da planície costeira do Atlântico Sul ligada ao sistema de lagoas Patos-Mirim.

Este trabalho tem como objetivo revisar as informações estratigráficas do sítio RS-158 e apresentar os resultados arqueológicos da escavação realizada no ano de 2014. A pesquisa visa colaborar com dados arqueológicos inéditos para as discussões culturais associadas às ocupações humanas ocorridas na planície litorânea do extremo sul brasileiro. Os dados fornecidos neste artigo refinam o conhecimento arqueofaunístico, contextual e arqueostratigráfico da área arqueológica das lagoas Mirim-Mangueira referente às ocupações do Holoceno final. Além disso, contribui com as discussões sobre esse tipo de sítio arqueológico e os vestígios faunísticos associados aos grupos humanos que ocuparam o sistema lacustre atlântico Mirim-Patos (e.g., Bica-Méndez, 2020; Chim, 2016; Moreno, 2014, 2016; Pintos, 2000; Schmitz et al., 1997; Schorr & Schmitz, 1975; Ulguim, 2010).

HISTÓRICO DAS PESQUISAS NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO RS-158

Entre os anos 1967 e 1972, os pesquisadores do Instituto Anchietano de Pesquisas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (IAP/UNISINOS) identificaram, na região do Chuí, 48 locais com cerritos, compostos por mais de 150 estruturas monticulares (Schmitz et al., 1997).

Nessa pesquisa, ficou constatado que os cerritos tinham ampla distribuição ao longo dos terraços pleistocênicos e holocênicos e das margens das áreas de inundação dos arroios Chuí, del Rei, do Pastoreio, dos Provedores e da lagoa Mangueira (Schmitz et al., 1997).

Um dos sítios escavados pelo IAP e que forneceu dados arqueológicos regionais foi o RS-158: Alberto Talayer (Instituto Rio Grande do Arroz – IRGA) (Figura 1).

O sítio arqueológico RS-158 está localizado na margem direita do arroio Chuí, no município de Santa Vitória do Palmar (Figura 1). Os trabalhos no sítio ocorreram em duas campanhas: 1967 e 1971. O sítio era composto por sete cerritos, sendo escavados os 1, 2, e 5.

Os trabalhos ocorreram em duas áreas de intervenção por cerrito, resultando em aproximadamente 16 m² escavados, que representam cerca de 27 m³ de volume de sedimento (Tabela 1). Os resultados indicaram que se tratava de um sítio principalmente pré-cerâmico (Figura 2). Os componentes arqueológicos identificados mais significativos foram: material lítico na forma de pequenas lascas (203), núcleos (11), fragmentos (41), um fragmento cerâmico, um enterramento humano e remanescentes de fauna (Schmitz et al., 1997).

Do ponto de vista estratigráfico, as descrições dos seis perfis do sítio RS-158 contidos em Schmitz et al. (1997) indicam que os cerritos 1, 2 e 5 apresentavam o mesmo padrão sedimentar. Em resumo, os depósitos evidenciavam matriz sedimentar areno-argilosa dividida em quatro camadas estratigráficas. As descrições do corte 1 (cerrito 1) indicam que a divisão estratigráfica se baseou principalmente na diferença da coloração e em componentes arqueológicos que eram mais abundantes entre os 75-150 cm de profundidade. Assim, visando unificar a descrição estratigráfica dos perfis dos seis setores de escavação (Tabela 1), propomos a construção de uma seção colunar que represente as descrições estratigráficas contidas em Schmitz et al. (1997). A nomenclatura pedostratigráfica foi adotada com base nas descrições dos trabalhos de 1968 e reinterpretadas (Figura 2).

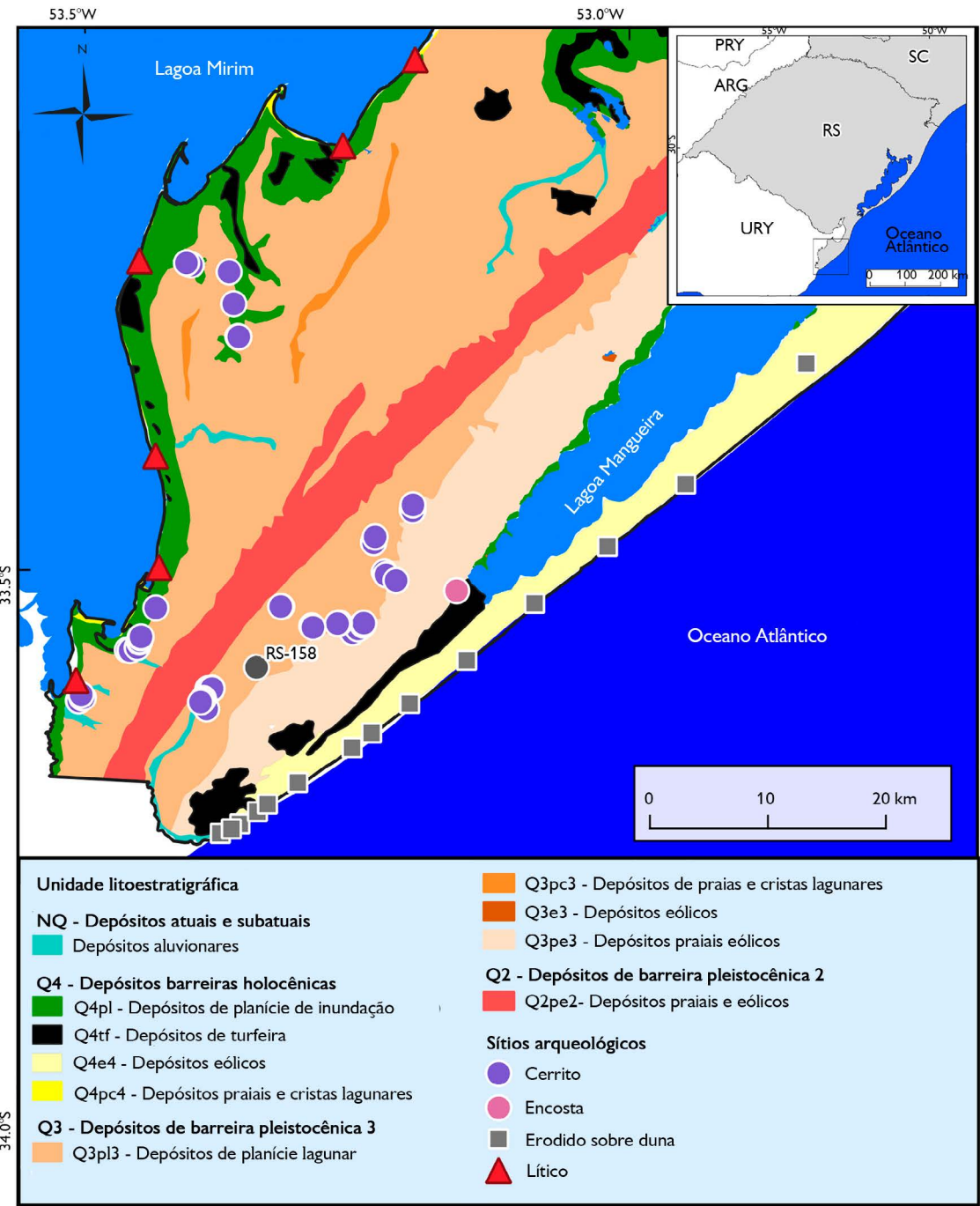


Figura 1. Mapa de localização e distribuição dos sítios arqueológicos localizados na planície costeira sul-riograndense. Tipologia e distribuição dos sítios foram modificadas de O. Oliveira (2014). Mapa: Vitor Hugo Rosa Biffi (2022).

Tabela 1. Síntese das intervenções arqueológicas realizadas entre os anos de 1967-1971 no sítio arqueológico RS-158. Dados adaptados de Schmitz et al. (1997).

Cerritos	Diâmetro (m)	Altura (m)	Setores de escavação	Profundidade máxima escavada (m)	Área escavada (m²)	Volume escavado (m³)
1	44,7	2,35	Corte 1, 2	2,25	6,0	11,35
2	42,3	1,9	Corte 1, 2	1,60	3,75	5,85
3	42,2	2,24				
4	27,2	2,3				
5	36	1,2	Corte 1, 2	1,94	6,0	10,36
6	43	2,42				
7	32	1				
8	27,2	1,3				

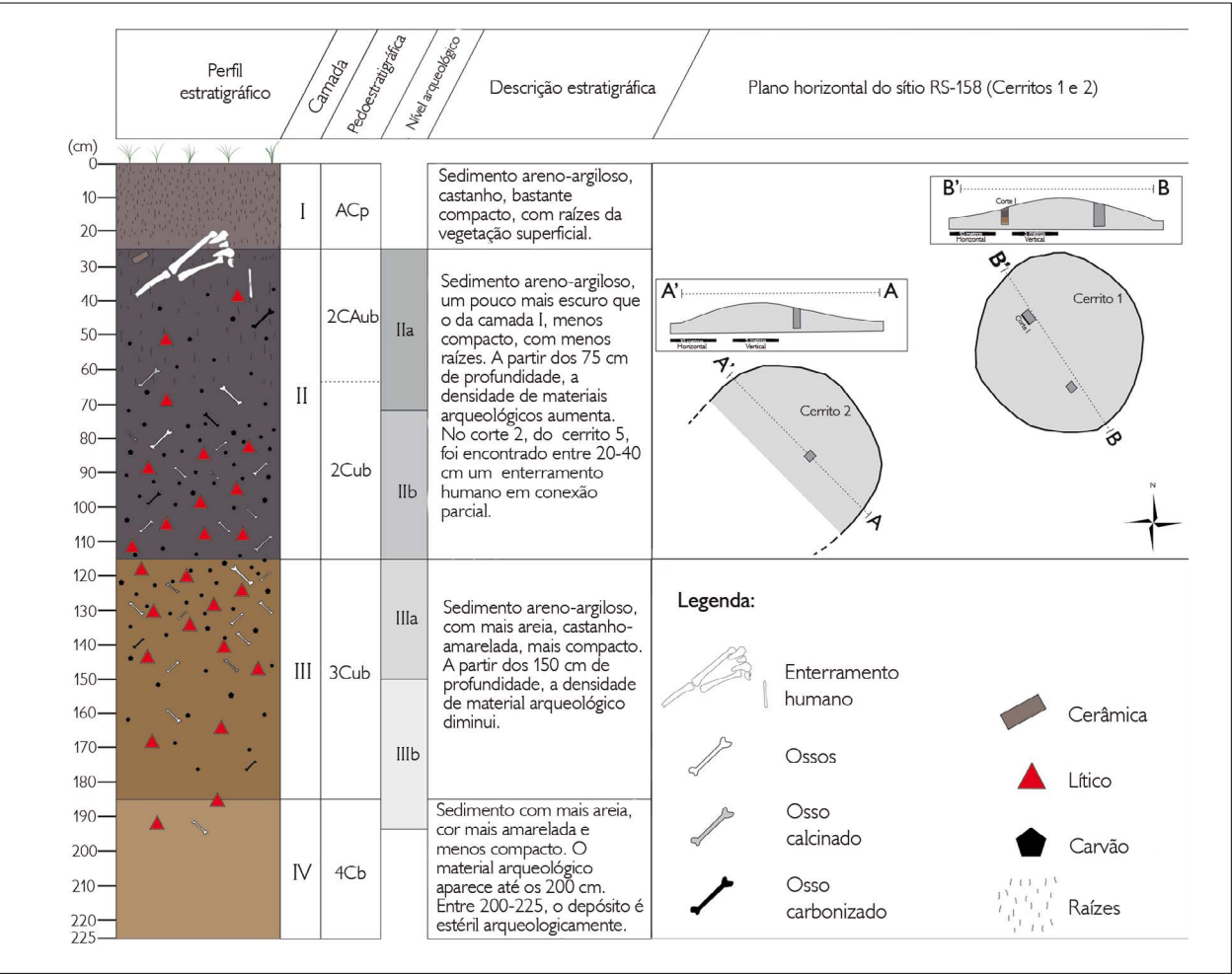


Figura 2. Secção colunar composta do sítio arqueológico RS-158 (cerritos 1 e 2). Os dados foram revisados e adaptados de Schmitz et al. (1997). Imagem elaborada por Marcos César Pereira Santos (2022).

CONTEXTO FÍSICO E CENÁRIO PALEOAMBIENTAL

Do ponto de vista geológico, a região está inserida na bacia sedimentar de Pelotas (Barboza et al., 2011). Na área de estudo, ocorrem sedimentos quaternários siliciclásticos (areias quartzosas) derivados de planícies aluviais, justapostas em quatro sistemas deposicionais do tipo Laguna-Barreira (transgressão e regressão do nível relativo do mar), além de fatores autogênicos (Tomazelli & Villwock, 2005; M. Rosa et al., 2017). Do ponto de vista cronológico, foram propostas para o Pleistoceno as formações dos sistemas Laguna-Barreira I, II, III (interglaciares) e para o Holoceno o sistema Laguna-Barreira IV (interglacial) (Caron, 2014; Tomazelli et al., 2000).

Esse arcabouço geológico resultou em uma paisagem suprida por sedimentos costeiros e marinhos, que formaram no sistema emerso praias, campos de dunas e lagoas litorâneas (Reinson, 1992).

As características físicas e climáticas favoreceram as condições necessárias para a consolidação do bioma específico: o pampeano. No Brasil, ele está presente na porção centro-sul do Rio Grande do Sul e forma zonas ecotonais com a Mata Atlântica. O bioma Pampa é dividido entre fitossociologias distintas, classificadas como campestres, florestais e uma área de transição localizada na região do Escudo sul-rio-grandense, porém, devido às condições morfoclimáticas, o que predomina é a fitofisionomia campestre (Freitas et al., 2009).

Esse mosaico ambiental abriga uma riquíssima biodiversidade. São estimadas mais de 3.000 espécies, compostas majoritariamente por gramíneas, com quase 500 espécies descritas (Stefanello, 2020). Essas características peculiares do bioma são refletidas também na diversidade da fauna, com considerável endemismo. Para o bioma, são descritas mais de 400 espécies de aves (EMBRAPA, 2020). Para a mastofauna, Paglia et al. (2012) citam 83 espécies, sendo 13 endêmicas da região. Algumas espécies de mamíferos

são emblemáticas, tais como o zorrinho [*Conepatus chinga* (Molina, 1782)], o graxaim-do-campo ou 'zorro' [*Lycalopex gymnocercus* (G. Fischer, 1814)], o cervo-do-pantanal [*Blastocerus dichotomus* (Illiger, 1815)] e o veado-campeiro [*Ozotoceros bezoarticus* (Linnaeus, 1758)]. Para a herpetofauna e ictiofauna, é descrita uma miríade de espécies no bioma Pampa (Herpetologia-UFRGS, 2019). A ictiofauna chama a atenção devido aos peixes anuais endêmicos dos alagamentos sazonais dos pampas, que apresentam rápido desenvolvimento e conseguem manter seus ovos enterrados no período de seca (diapausa) (Furness, 2016).

O cenário evolutivo da paisagem da área está associado às mudanças paleoambientais ocorridas no Quaternário Superior e que provocaram sucessivos episódios de transgressão e regressão marinha (M. Rosa et al., 2017; Tomazelli & Villwock, 2005). No recorte estudado, ocorrem as unidades de sistema Barreiras III (125 ky AP) e IV (6-5 ky AP) (Adlam, 2014).

A área costeira local (praia do Hermenegildo) evoluiu de 6-5 mil anos AP até o presente sob um comportamento costeiro caótico e condição de erosão costeira durante uma lenta queda do nível do mar a partir dos 6-5 mil anos AP (Caron, 2014; Lima et al., 2013). A parte interna (continental) da barreira existente em 6-5 anos AP estava localizada a pelo menos algumas centenas de metros ou possivelmente a alguns quilômetros a leste (Caron, 2014). Do ponto de vista paleoclimático, a formação do sistema de dunas transgressivas pós-5ky AP ocorreu em condições climáticas mais secas, em intervalos de aproximadamente 405 a 583 anos AP (Dillenburg et al., 2017).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

ESCAVAÇÃO

A escavação do ano de 2014 foi definida em áreas horizontais quadradas, retangulares e trincheiras. Cada área de escavação foi dividida em quadrículas de 1 m², nomeadas com letras maiúsculas, em ordem alfabética.

O método de escavação foi por decapagens em níveis arbitrários de 10 cm e o sedimento foi triado em malha de 3 mm. Foram abertas seis áreas de escavação, totalizando 62 m² escavados em áreas (Figura 3, Tabela 2).



Figura 3. Áreas de escavação do sítio arqueológico RS-158. Cerrito 1: A) área 1 (central); B) área 2 (lateral leste); C) área 3 (lateral sul). Cerrito 2: D) área 4 (lateral leste); E) área 5 (central); E) área 6, com epífise distal de fêmur de Cervidae (lateral oeste). Imagem elaborada por Diego Dias Pavei e Marcos César Pereira Santos (2022).

Tabela 2. Áreas de escavações realizadas no ano de 2014.

Cerrito	Área de escavação	Posição topográfica	Área escavada (m ²)
1	1	Central	14
	2	Lateral leste	5
	3	Lateral sul	6
2	4	Lateral leste	16
	5	Central	16
	6	Lateral oeste	5

DESCRIÇÃO ESTRATIGRÁFICA

O estudo dos perfis estratigráficos do sítio RS-158 foi realizado segundo critérios lito e pedostratigráficos, através de descrição macromorfológica e aplicação de nomenclatura numérica. A numeração das camadas sedimentares e dos níveis arqueológicos seguiu o sentido do topo para a base usado em arqueologia (Brown & Harris, 1993; Harris, 1989). A descrição estratigráfica seguiu procedimentos sedimentológicos adaptados de Nichols (2009) e pedológicos, de Santos et al. (2015) e IBGE (2013), utilizando as seguintes etapas e procedimentos: individualização e denominação de camada e/ou sequência deposicional; tipo de contato entre camadas; estrutura interna; transição entre camadas; bioturbação; matriz sedimentar e cor. Os componentes arqueológicos coletados foram agrupados em abundância percentual relativa aos níveis arbitrários de 10 cm. Após realizar a descrição estratigráfica, as informações foram sintetizadas em uma secção colunar que conjuga as características estratigráficas dos perfis analisados.

ANÁLISE ZOOARQUEOLÓGICA

A análise dos vestígios faunísticos utilizou-se de índices quantitativos e qualitativos referentes ao número de partes de esqueleto identificado (NISP) e ao número mínimo de indivíduos (NMI) (Reitz & Wing, 2008). Alterações de origem antrópica, como corte, fratura e queima, seguiram os parâmetros contidos em Reitz e Wing (2008). Os restos ósseos foram identificados com auxílio da coleção osteológica de referência do Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS), da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), bem como bibliografia especializada (Higuchi, 1982; Loponte, 2004; Cherem & Ferigolo, 2012). A descrição taxonômica para os mamíferos seguiu Paglia et al. (2012) e para os peixes consultamos o Sistema Integrado de Informações Taxonômicas (ITIS)¹. O porte dos mamíferos foi consultado em Jacobus (2013) e Paglia et al. (2012).

¹ Integrated Taxonomic Information System (2022).

RESULTADOS

ESCAVAÇÃO E ESTRATIGRAFIA

A análise estratigráfica indica que o depósito é composto predominantemente por areia quartzosa e sedimento orgânico, resultando em textura predominantemente franco-arenosa. A sequência apresenta diversificados componentes arqueológicos, como lítico lascado, microcarvões (média de 1 cm²) e ossos fragmentados, sendo que alguns estão carbonizados e/ou calcinados.

Os dados macroscópicos demonstram que não ocorreram mudanças no sistema de deposição a ponto de marcar zonas de contato abruptas entre diferentes camadas. O registro estratigráfico parece ter sido formado sob influência majoritariamente antrópica artificial, materializando sequências estratigráficas sem limites entre as camadas bem delimitadas, com material em contexto e transições difusas. A lateralidade das camadas segue a convexidade topográfica atual do cerrito. A acumulação de sedimento orgânico indica níveis com a maior densidade de

componentes arqueológicos nas sequências estratigráficas do sítio arqueológico.

Foram identificadas quatro camadas estratigráficas com materiais arqueológicos em cerca de 80 cm de profundidade máxima escavada. Do ponto de vista arqueológico, os materiais estão distribuídos com maior abundância entre os 20-30 e 40-60 cm de profundidade em ambas sequências (cerritos 1 e 2), associados às camadas II e III (Figuras 4 e 5). A seção colunar do cerrito 1 representa as maiores profundidades alcançadas nas escavações ocorridas no ano de 2014, sendo que nenhuma alcançou a base estéril do cerrito (Figuras 4 e 5).

ARQUEOFAUNA

Ao total, foram analisados 4.112 fragmentos faunísticos (NISP) de dois níveis arqueológicos dos cerritos 1 e 2 do sítio RS-158. Os vestígios faunísticos determinados no cerrito 1 somam 1.517 no nível arqueológico IIa e 1.861 no nível IIIa e, no cerrito 2, somam 146 vestígios no nível IIa e 588 no nível IIIa. Do total (4.112),

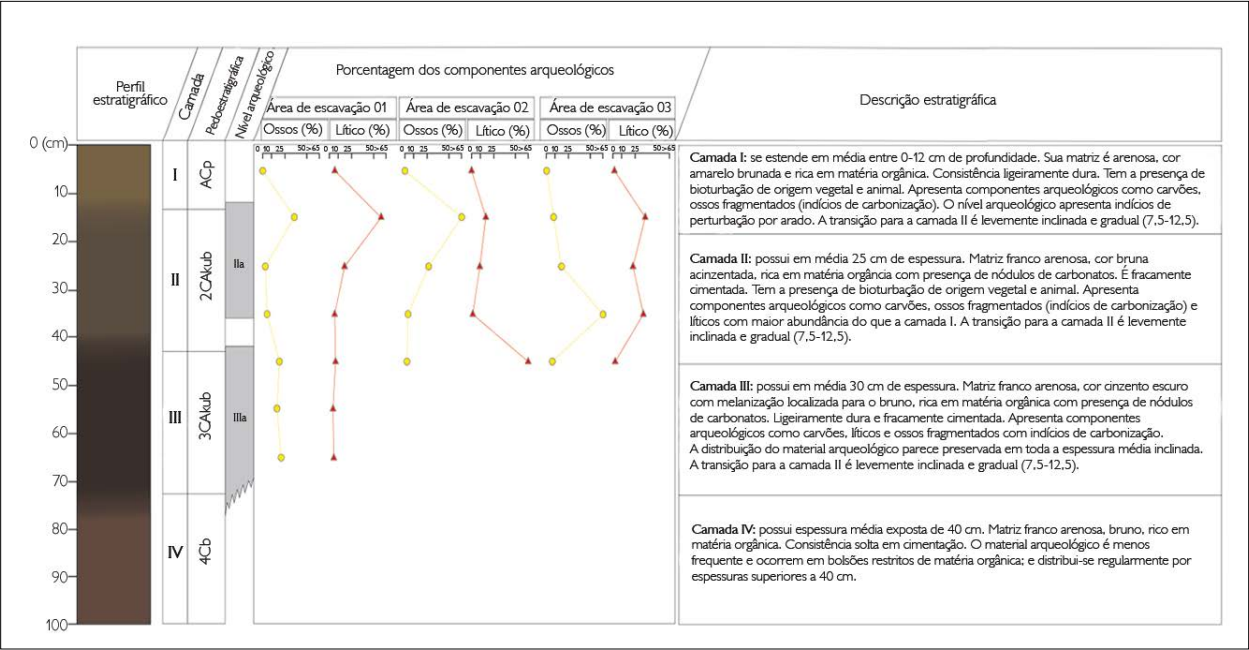


Figura 4. Seção colunar sintética do cerrito 1 do sítio arqueológico RS-158 (escavação de 2014). Imagem elaborada por Marcos César Pereira Santos (2022).

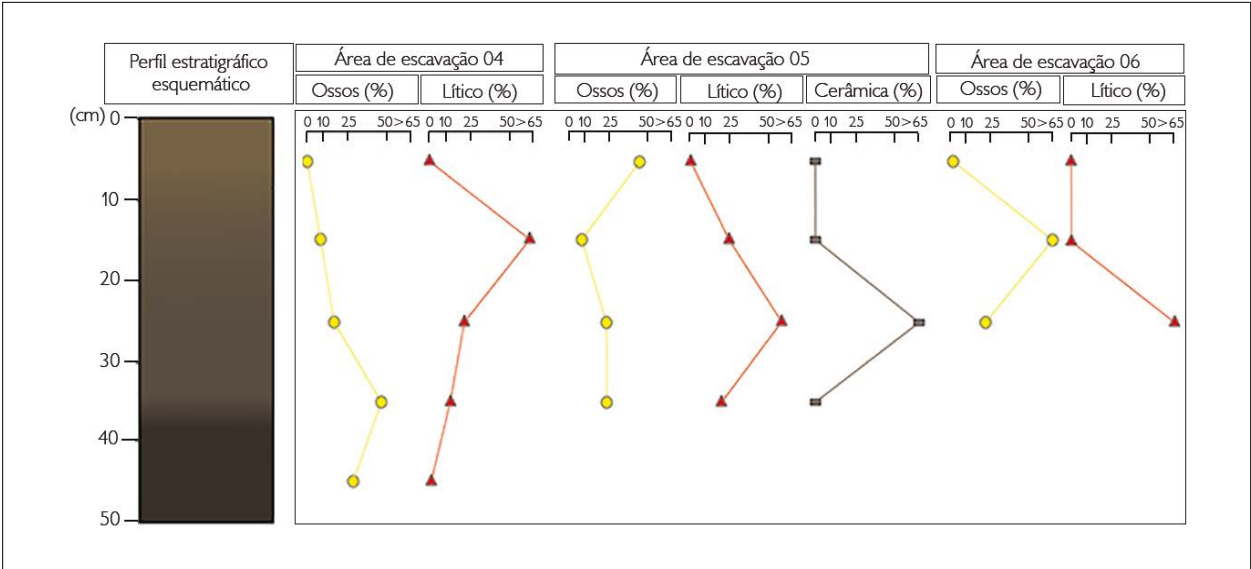


Figura 5. Seção colunar sintética do cerrito 2 do sítio arqueológico RS-158 (escavação de 2014). A descrição das camadas está contemplada pela seção colunar do cerrito 1. Imagem elaborada por Marcos César Pereira Santos (2022).

671 vestígios foram apenas contabilizados como vertebrados indeterminados por estarem muito fragmentados e de impossível classificação taxonômica mais apurada, sendo contabilizados 662 no cerrito 1 e 49 no cerrito 2 (Tabela 3).

A composição taxonômica do sítio RS-158 é caracterizada por três classes de vertebrados (peixe, ave e mamífero), entre os quais cinco ordens, seis famílias e nove espécies são de mamíferos; três ordens e três espécies são de peixes ósseos; e de ave, uma espécie (Tabela 3).

Em relação à distribuição vertical destes vestígios, nota-se que o nível arqueológico IIIa de ambos os cerritos apresentou maior diversidade e abundância de espécies.

Em ambos cerritos, é clara a abundância de cervídeos, sendo que a espécie *O. bezoarticus* se destaca entre as demais. Foi identificado apenas um indivíduo de cervo-do-pantanal (*B. dichotomus*) em ambos cerritos.

O roedor foi o segundo grupo mais expressivo, destacando-se a família Caviidae, que aparece em todos os níveis arqueológicos de ambos os cerritos, porém com expressiva quantidade de indivíduos no nível arqueológico IIIa do cerrito 1. Os tatus (*Dasypodidae*) aparecem no cerrito 1 com oito indivíduos no nível arqueológico IIIa e cinco indivíduos no nível IIa. E, por fim, também ocorrendo somente no nível arqueológico IIIa do cerrito 1, a ordem

Tabela 3. Quantidade de NISP por classe taxonômica distribuída por nível arqueológico de ambos os cerritos.

Classe	Cerrito 1 (NISP)			Cerrito 2 (NISP)			
	IIa	IIIa	Total	IIa	IIIa	Total	Total
Peixe	12	43	55	1	5	6	61
Ave	1	4	5		6	6	11
Mamífero	1.384	1.312	2.696	135	538	673	3.369
Total determinado	1.397	1.359	2.756	136	549	685	3.441
Vertebrado indeterminado	120	502	622	10	39	49	671
Total	1.517	1.861	3.378	146	588	734	4.112

Carnívora apresenta fragmentos ósseos de um indivíduo indeterminado e de um indivíduo de cachorro-do-mato (*L. gymnocercus*) (Tabela 4).

Os peixes são mais abundantes no nível arqueológico IIIa do cerrito 1. Dentre eles, três ordens, três famílias e duas espécies foram identificadas. Os cieniídeos predominam especialmente com a miragaia [*Pogonias cromis* (Linnaeus, 1766)]. Os bagres da família *Ariidae* são os menos capturados, compondo dois indivíduos distribuídos nas duas camadas do cerrito 1. Nesta amostra, o mugum [*Synbranchus cf. marmoratus* (Bloch, 1795)] aparece com dois indivíduos no nível arqueológico IIIa. No cerrito 2, foram identificados somente vestígios de peixes ósseos e Perciformes indeterminados (Tabela 4). E, por fim, da classe das aves, foram identificados três indivíduos no nível arqueológico IIIa do cerrito 2 e em ambos os níveis arqueológicos do cerrito 1 (Tabela 4).

MODIFICAÇÃO ÓSSEA E ABUNDÂNCIA ANATÔMICA

O material faunístico encontra-se muito fragmentado, podendo estar relacionado ao processamento do indivíduo ainda fresco ou atribuído a um processo pós-deposicional. Indiferentemente do fato, esse alto grau de fragmentação afeta diretamente na qualidade da amostra, influenciando os resultados de número mínimo de indivíduos. No entanto, durante as análises do material em laboratório, foram observadas três categorias de modificação óssea nos remanescentes faunísticos ocasionadas pelo processamento humano: marcas de corte, fratura e queima (Tabela 5).

Na camada IIa do cerrito 1, um total de 537 remanescentes faunísticos, de 1.515, apresenta alteração antrópica. Destes, 534 (99,44%) vestígios exibem sinais de carbonização. As marcas de cortes e fraturas equivalem a somente um fragmento, correspondendo apenas em 0,19% dos vestígios, respectivamente. As modificações predominaram nos mamíferos, sendo que a carbonização foi registrada em 490 (91,81%) vestígios.

Fratura, corte/fratura e carbonização/corte também com foram registrados em apenas um vestígio cada (0,19% respectivamente). Nos peixes, foi identificada somente carbonização em três (0,29%) remanescentes. Em fragmentos de táxons indeterminados, foram registrados 41 (7,64%) fragmentos com marca de carbonização.

Na camada IIIa, 350 remanescentes faunísticos, de um total de 1.861, estão com presença de alteração antrópica. A queima equivale a 335 (95,7%) do total de elementos com alterações antrópicas, seguidos por 11 (3,14%) ossos de mamíferos com fraturas. A categoria corte/fratura é identificada em um (0,29%) elemento anatômico de mamífero e marca de corte em três remanescentes também de mamíferos, equivalendo a 0,86% do total. Em 244 (69,71%) vestígios de mamíferos, foram observadas marcas de carbonização. Nos peixes, foi constatada a modificação ocasionada por carbonização em apenas um elemento, equivalendo a 0,29% dos fragmentos. Por fim, os fragmentos de táxons indeterminados correspondem a 90 (25,71%) elementos carbonizados.

O mesmo aspecto é observado no cerrito 2, onde vê-se predominância das marcas de carbonização, sobretudo nos mamíferos. Na camada IIa, dois tipos de modificação óssea foram identificados em 60 vestígios faunísticos, de 146, sendo que carbonização corresponde a 59 (98,3%) e fratura somente a um (1,67%) vestígio. Um total de 50 (83,3%) fragmentos de mamíferos e nove (15%) de táxons indeterminados está carbonizado. Fratura ocorre apenas em um (1,67%) osso longo de mamífero. Já na camada IIIa, foram identificados 237 fragmentos com alteração antrópica. Carbonização aparece em 228 (96,2%), seguida por fratura, marca de corte e carbonização/fratura em três elementos, respectivamente, equivalendo a 1,3% cada categoria somente em fragmentos de mamíferos. 224 (94,5%) vestígios da mastofauna estão carbonizados. Em sequência, dois (0,84%) ossos de peixes e também dois (0,84%) ossos de táxons indeterminados estão carbonizados (Tabela 6).

Tabela 4. Mamíferos presentes nos dois cerritos do sítio arqueológico RS-158.

Categoria taxonômica	Nome vernacular	Cerrito 1				Cerrito 2			
		Camada IIa		Camada IIIa		Camada IIa		Camada IIIa	
		NISP	NMI	NISP	NMI	NISP	NMI	NISP	NMI
Ave indeterminado									
Ave indeterminado		1	1	4	1			6	3
Cervidae									
Cervidae indeterminado		83	4	81	5	3	1	23	2
<i>Blastocerus dichotomus</i>	Cervo-do-pantanal			3	1	2	1	1	1
<i>Ozotoceros bezoarticus</i>	Veado-campeiro	18	6	27	7	2	2	12	2
Carnivora indeterminado									
Carnivora indeterminado				1	1				
Canidae									
Canidae indeterminado		1	1						
<i>Lycalopex gymnocercus</i>	Graxaim-do-campo	1	1						
Rodentia indeterminado									
Rodentia indeterminado				6	3				
Caviidae									
<i>Cavia</i>	Preá	3	1	17	8	1	1	1	1
Echimyidae									
<i>Myocastor coypus</i>	Ratão-do-banhado	1	1	1	1				
Dasypodidae									
<i>Cabassous tatouay</i>	Tatu-de-rabo-mole	7	2	7	3				
Dasypodidae indeterminado		2	2	4	2				
<i>Dasyus</i> sp.	Tatu	1	1	3	3				
Didelphidae									
Didelphidae indeterminado		1	1	2	1				
<i>Didelphis</i> sp.	Gambá			1	1				
<i>Lutreolina crassicaudata</i>	Cuíca-de-calda-grossa	1	1	1	1				
Peixe indeterminado									
Peixe indeterminado		8	1	21	1	1	1	3	1
Siluriformes indeterminado									
Siluriformes indeterminado		1	1						
Ariidae									
Ariidae indeterminado	Bagres			1	1				
Perciformes indeterminado									
Perciformes indeterminado		1	1	9	3			2	1
Sciaenidae									
<i>Pogonias cromis</i>	Miragaia			4	3				
Sciaenidae indeterminado		2	1	6	1				
Synbranchidae									
<i>Synbranchus</i> cf. <i>marmoratus</i>	Muçum			2	2				
Total geral		132	26	201	49	9	6	48	11



Tabela 5. Alterações antrópicas nas classes presentes no cerrito 1 do sítio arqueológico RS-158.

Nível/ Modificação óssea	Mamífero	Peixe	indet.	Total
	NISP Abundância absoluta/relativa	NISP Abundância absoluta/relativa	NISP Abundância absoluta/relativa	
Ila				
Carbonizado	490 / 91,25%	3 / 0,56%	41 / 7,64%	534 / 99,44%
Fratura	1 / 0,19%			1 / 0,19%
Corte/Fratura	1 / 0,19%			1 / 0,19%
Carbonizado/Corte	1 / 0,19%			1 / 0,19%
Total	493 / 91,81%	3 / 0,56%	41 / 7,64%	537 / 100%
Illa				
Carbonizado	244 / 69,71%	1 / 0,29%	90 / 25,7%	335 / 95,7%
Fratura	11 / 3,14%			11 / 3,14%
Carbonizado/Fratura	1 / 0,29%			1 / 0,29%
Marca de corte	3 / 0,86%			3 / 0,86%
Total	259 / 74%	1 / 0,29%	90 / 25,7%	350 / 100%

Tabela 6. Alterações antrópicas nas classes presentes no cerrito 2 do sítio arqueológico RS-158.

Nível/ Modificação óssea	Mamífero	Peixe	Indeterminado	Total
	NISP Abundância absoluta/relativa	NISP Abundância absoluta/relativa	NISP Abundância absoluta/relativa	
IIa				
Carbonizado	50 / 83,3%		9 / 15%	59 / 98,3
Fratura	1 / 1,67%			1 / 1,67%
Total	51 / 85%		9 / 15%	60 / 100%
IIIa				
Carbonizado	224 / 94,5%	2 / 0,84%	2 / 0,84%	228 / 96,2%
Fratura	3 / 1,3%			3 / 1,3%
Marca de corte	3 / 1,3%			3 / 1,3%
Carbonizado/Fratura	3 / 1,3%			3 / 1,3%
Total	233 / 98,3%	2 / 0,84%	2 / 0,84%	237 / 100%

DESCRIÇÃO ANATÔMICA E ALTERAÇÕES ANTRÓPICAS DOS CERVÍDEOS

No nível arqueológico Ila do cerrito 1, nota-se que os dentes correspondem às partes mais abundantes deste nível arqueológico, pois 58,42% são de fragmentos indeterminados de molares e/ou pré-molares. Dos dentes

possíveis de identificar, 5,94% equivalem aos molares e 0,94% aos pré-molares. Também da região do crânio, uma fração de um chifre foi identificada, equivalendo a 0,99% dos restantes (Figura 6).

Do esqueleto axial, foi identificada apenas uma vértebra (0,99%) de região indeterminada. Dos elementos

apendiculares, o úmero e a ulna aparecem com 0,99%, respectivamente. O osso navicular apresenta 1,98%, metapodiais com 5,94%, sendo seis elementos, um deles com marca de queima. O fêmur aparece com dois fragmentos (1,98%), entre os quais um apresenta marca de corte e fratura intencional. Vestígios de tibia somam 1,98%, correspondendo a dois fragmentos, sendo um com fratura intencional. O osso calcâneo corresponde a 2,97%, com três vestígios e astrágalo correspondendo a 7,92%, com oito elementos, sendo que dois apresentam marcas de queima. Por fim, das falanges foram recuperados quatro fragmentos, sendo uma mesial, uma distal, uma proximal e uma indeterminada. Destas, duas estão queimadas.

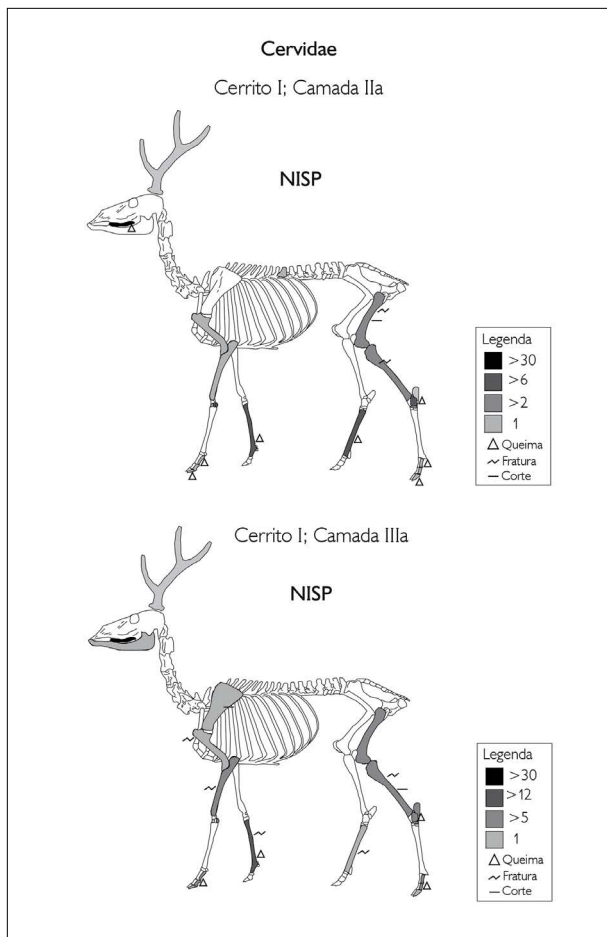


Figura 6. Porcentagem de NISP e quantidade de ossos modificados no cerrito 1. Imagem elaborada por Diego Dias Pavei (2022).

No nível arqueológico IIIa do cerrito 1, os fragmentos recuperados que compõem o crânio são compostos pelos dentes, chifre, mandíbula e maxilar. Dos dentes, a maioria está fragmentada e soma 36,04%, sendo 5,41% de molares e 0,9% de pré-molares e incisivos. Mandíbula e maxilar também representam 0,9% dos fragmentos. Os demais fragmentos compõem o esqueleto apendicular. A escápula é identificada com 0,9%, sendo um fragmento com marca de corte. Quatro úmeros somam 3,6%, sendo três deles com fratura intencional. Um fragmento de ulna apresenta marca de fratura (4,5%). Não foi possível definir os metapodiais, devido à fragmentação, os quais somam 10,81%, sendo que três apresentam fraturas intencionais e dois, queima. Dois metatarsos foram identificados (1,8%), sendo um deles com marca de fratura. Um fêmur foi identificado sem modificação óssea (0,9%). Uma tibia (4,55%), com marca de corte/fratura.

Nenhuma modificação óssea foi identificada no único fêmur presente na amostra. Os cinco calcâneos também não apresentaram nenhuma modificação óssea. Navicular e escafoide também não apresentaram nenhuma modificação. Navicular representa 6,31% dos fragmentos de cervídeo e escafoide, 1,8%. Os astrágalos representam 8,11% dos fragmentos, sendo que três deles estão queimados. E, finalmente, as falanges indeterminadas aparecem com 4,5% dos fragmentos, sendo uma falange distal queimada e apenas dois fragmentos sem modificação óssea.

No nível arqueológico IIa do cerrito 2, foram encontrados dois astrágalos (28,57%) queimados, uma tibia (14,29%) também queimada, um fêmur (14,29%) com fratura intencional, além de um fragmento de dente indeterminado, um molar e um pré-molar (Figura 7).

No nível arqueológico IIIa do cerrito 2 dos ossos apendiculares, foram recuperadas três falanges distais (13,89%), sendo: duas com marca de queima; dois fragmentos de úmeros (5,56%), um queimado e outro com queima e fratura intencional; dois metapodiais (5,56%), um deles fraturado intencionalmente; dois escafoides

(5,56%) queimados; um rádio (5,56%) fraturado e um sem modificação óssea. Também foram recuperados um calcâneo (2,78%) queimado, um fêmur (2,78%) com queima e fratura e um astrágalo (2,78%) queimado.

Demais fragmentos apendiculares, como um fragmento de metatarso, um navicular, um fragmento de falange indeterminada e uma falange proximal, representam 2,78% dos fragmentos e não possuem modificações ósseas. Do esqueleto axial, foram encontrados três fragmentos da cintura pélvica e uma vértebra, sem marcas antrópicas. Finalmente, do esqueleto do crânio foram identificados seis fragmentos (16,67%) de dentes indeterminados, dois incisivos (2,78%), um molar e uma mandíbula, que

equivalem a 2,78% da amostra e não apresentaram nenhuma modificação óssea. Um fragmento de pré-molar (2,78%) foi encontrado com marca de queima.

Associada ao conjunto faunístico, foi identificada uma falange proximal humana no nível arqueológico IIIa do cerrito 1 nos 40 cm de profundidade (Figura 8).

DISCUSSÃO

Os cerritos analisados estão associados a uma planície lagunar com altitude média atual de 16 metros acima do nível do mar, assentados sobre o sistema laguna-barreira III. A estratigrafia do depósito é constituída majoritariamente por areias quartzosas, cuja cronologia geológica remete ao Pleistoceno superior. A textura arenosa, rica em sedimento orgânico e pontuada por nódulos carbonáticos, sugere que a construção do cerrito foi realizada com material sedimentar local, provavelmente em condições de baixo regime das águas, que permitiriam a precipitação de carbonatos e a construção e o gerenciamento da estrutura. Essa interpretação pode ser corroborada pela cimentação do depósito areno-quartzoso através de sedimentos lamíticos depositados em regime hídrico calmo, típico de lagoas e lagunas.

Os níveis arqueológicos identificados e sua leitura através das secções colunares dos cerritos indicam que a maior densidade de ocupação do sítio ocorreu entre

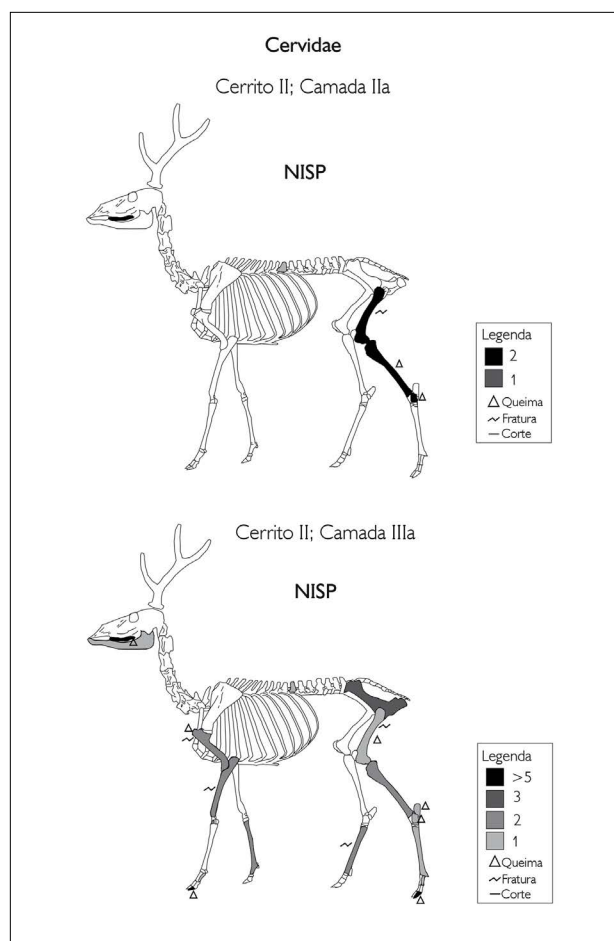


Figura 7. Porcentagem de NISP e quantidade de ossos modificados no cerrito 2. Imagem elaborada por Diego Dias Pavei (2022).



Figura 8. Vista dorsal e palmar da falange presente no cerrito 1. Imagem elaborada por Diego Dias Pavei (2022).

20-30 e 40-60 cm de profundidade, associadas às camadas sedimentares II e III. No entanto, as densidades percentuais verticais do material lítico e ósseo plotados indicam a possibilidade de diferentes níveis de ocupação do sítio.

Assim, os dados em conjunto da escavação de 2014 sugerem 2 níveis arqueológicos (IIa e IIIa). O nível IIa está associado à camada sedimentar II e representa o início mais preservado das últimas ocupações ocorridas no sítio. Nesse nível, foi identificado um fragmento de cerâmica associada à tradição Viera (cerrito 2, com 20-30 cm de profundidade). Já o nível IIIa, associado à camada sedimentar III, representa a maior densidade de materiais arqueológicos. Material cerâmico não foi identificado.

A conjugação dos perfis estratigráficos e dados arqueológicos entre as escavações de 1968-1971 e 2014 indica que as ocupações desse sítio possuem uma sequência estratigráfica com mais de 2 m de profundidade e indícios de diferentes níveis de ocupação, sendo que o mais recente está associado a cerâmica e práticas mortuárias. A natureza antrópica do depósito sedimentar escavado e sua exposição a perturbações pós-deposicionais impelem limites de correlação estratigráfica entre os diferentes cerritos. No entanto, a análise dos dados em conjunto indica coerência estratigráfica, com sobreposição de nível cerâmico ao pré-cerâmico (Figura 9).

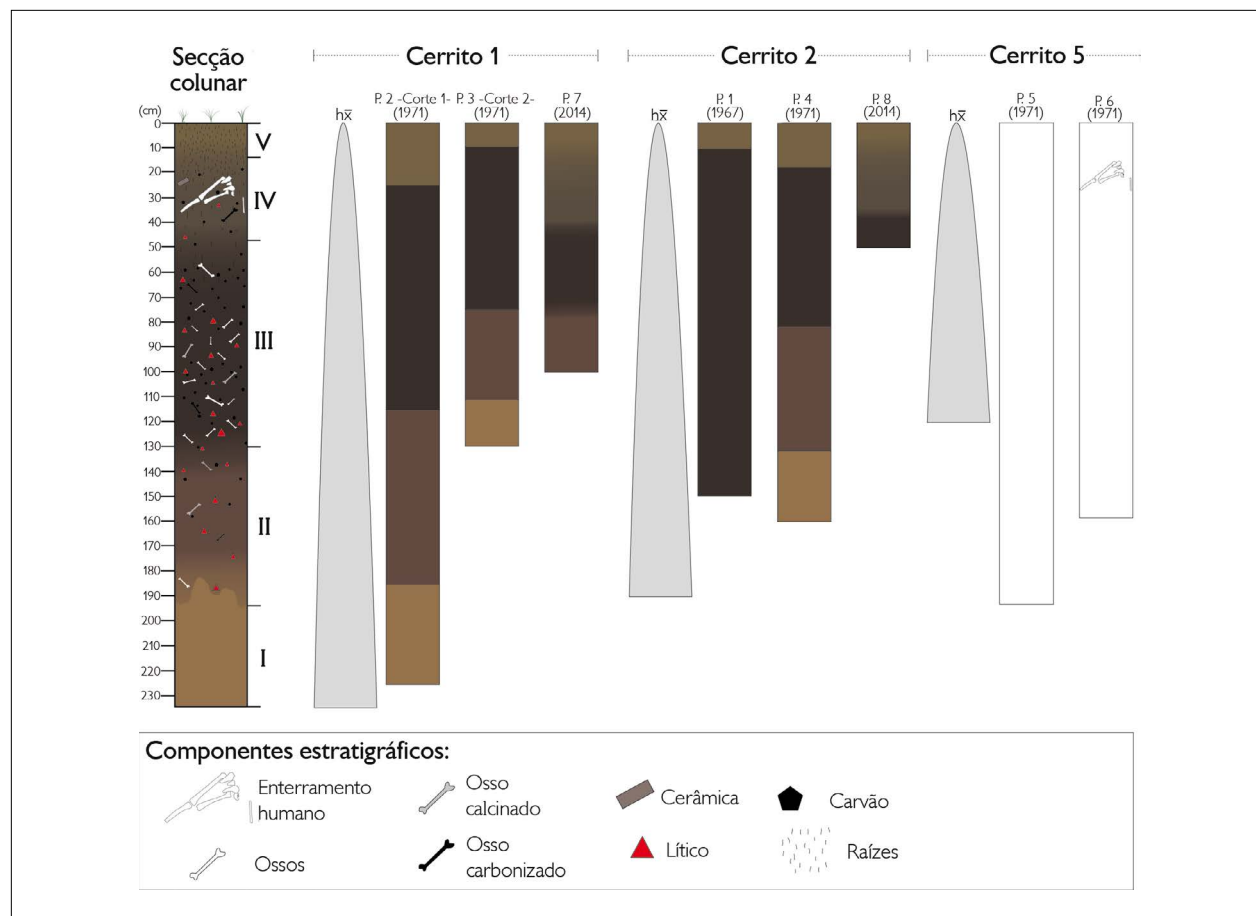


Figura 9. Seção estratigráfica sintética do sítio arqueológico RS-158. h: altura média do cerrito. Dados estratigráficos do cerrito 5, contidos em Schmitz et al. (1997), apresentam a cota do enterramento e profundidade máxima escavada. A sequência estratigráfica do cerrito 5 fora descrita como similar às dos cerritos 1 e 2. Imagem elaborada por Marcos César Pereira Santos (2022).

Assim, a sequência estratigráfica do sítio RS-158 tem origem antrópica que resultou em cinco unidades em aproximadamente 2 m máximos de potência arqueostratigráfica, com a seguinte sequência e características gerais (Figura 9):

- Unidade estratigráfica I: sedimentos inconsolidados constituídos por depósito areno-quartzoso de planície lagunar da barreira pleistocênica 3 (Q3pl3). Esse depósito foi manipulado para o início da construção dos cerritos. Sem componentes arqueológicos;

- Unidade estratigráfica II (pré-cerâmico): marca o início da acumulação sedimentar antrópica em discordância erosiva com a camada I. Os sedimentos se caracterizam pela acumulação de matéria orgânica. A base da camada tem os componentes arqueológicos ocorrendo pontualmente em bolsões, indicando intermitência no limite vertical dos níveis arqueológicos;

- Unidade estratigráfica III (pré-cerâmico): indica as maiores densidades de componentes arqueológicos e sedimentos orgânicos. No topo da camada, foi exposto a raízes de gramíneas;

- Unidade estratigráfica IV (cerâmico): queda da densidade dos componentes arqueológico e sedimentos orgânicos. Está associada a enterramento humano e cerâmica Viera. Está exposta a raízes de gramíneas;

- Unidade estratigráfica V: fecha a sequência arqueostratigráfica local. Apresenta raízes de gramíneas e os maiores indícios de perturbação pós-deposicional.

Do ponto de vista sedimentar, os dados do presente estudo são similares aos encontrados em cerritos setentrionais e meridionais, que indicam a manipulação de material sedimentar local na construção das estruturas monticulares, resultado de dois sistemas deposicionais: um inferior natural e um superior antropogênico (Milheira et al., 2019a; Castiñeira et al., 2013; Bonomo et al., 2011; Villagran & Gianotti, 2013).

A falta de evidências arqueológicas (fogueiras, buracos de estaca, níveis arqueológicos horizontalizados) e a característica sedimentar predominantemente homogênea,

semelhante a solos naturais com evidências de bioturbação, indicam similaridades com o modelo espaço-temporal descontínuo de interpretação de formação dos cerritos, que vê os complexos de montículos como áreas multifuncionais, com diversas obras de terraplenagem ocupadas e abandonadas de forma intermitente (Villagran & Gianotti, 2013).

A localização dos cerritos do sítio RS-158 a 100 metros do atual canal do arroio sugere uma característica de assentamento semelhante aos sítios correspondentes encontrados na área de dispersão de cerritos do leste Uruguio (banhados de India Muerta, Sierra de San Miguel y Cuenca de la Laguna Negra) (Bonomo et al., 2011).

Os dados estratigráficos sugerem que o sítio RS-158 tem seu surgimento associado à exploração de recursos terrestres específicos, com a predominância do veado-campeiro, indicando atividade de predação especializada. Em períodos mais recentes, o local parece ter sido ressignificado, com surgimento de vestígios humanos em deposição secundária associada ao aparecimento da cerâmica Vieira (Schmitz et al., 1997).

Em relação à fauna, os mamíferos foram os recursos mais explorados em todos os níveis arqueológicos de ambos os cerritos. No entanto, o número mínimo de indivíduos é baixo, possivelmente devido à alta fragmentação, o que pode influenciar na compreensão do sítio como um todo. O cerrito 1 apresenta o maior número de fragmentos ósseos do sítio RS-158. Assim, os dados indicam que a caça teria sido a principal atividade econômica da população do RS-158 na obtenção de proteína, principalmente de cervídeos, como o veado-campeiro (*O. bezoarticus*).

Se compararmos o número de espécies de mamíferos presentes no ambiente de Pampa, apenas algumas delas [*Ozotoceros bezoarticus*, *Blastocerus dichotomus*, *Cabassous tatouay* (Desmarest, 1804), *Dasypus* spp., *Lycalopex gymnocercus*, *Cavia* sp. e *Lutreolina crassicaudata* (Desmarest, 1804)] estão presentes no registro arqueológico (apenas 13% da fauna do Pampa) e foram escolhidas pelos grupos humanos que ocuparam o cerrito (Paglia et al., 2012). Esse

fato elucida a disponibilidade de algumas espécies para serem encontradas no bioma e preferencialmente capturadas durante a ocupação pré-colonial local, como é o caso do veado-campeiro.

O veado-campeiro (*O. bezoarticus*) é comum em ambientes de vegetação campestre, o que provavelmente favoreceu a sua abundância e, conseqüentemente, a manutenção econômica dos grupos pré-coloniais nos pampas. Indivíduos de veados-campeiros podem ser vistos como gregários, em pares, trio ou até mesmo em grupos com até quatro membros, com formação de grupos maiores na primavera, sendo os machos preferencialmente solitários em todas as estações (Nowak & Paradiso, 1983 citado em Góss Braga et al., 2000). O porte médio e sua biomassa na faixa dos 20 a 40 kg (Paglia et al., 2012) os configuram como o recurso calórico mais importante em ambos os cerritos, mesmo com predomínio das espécies de pequeno porte, como roedores, marsupiais, tatus e cachorro-do-mato.

O veado-campeiro possui enorme importância na dieta de diferentes grupos humanos do Rio Grande do Sul, estando presente em 84% dos mamíferos registrados nos sítios arqueológicos de diferentes ambientes (A. Rosa & Jacobus, 2009). O processamento destes indivíduos é notado sobretudo na evidência direta de contato com o fogo, possivelmente como descarte, e nas fraturas de ossos longos, que poderiam estar ligadas à retirada da medula óssea, rica em calorias, ou mesmo à retirada de tendões para a confecção de atilhos e cordéis, como salientado por Chim (2019), ou na confecção de artefatos (Mingatos & Okumura, 2020) (Figura 10).

O cervo-do-pantanal (*B. dichotomus*), maior cervídeo brasileiro, foi encontrado nos dois montículos, porém em baixa quantidade. O *habitat* de maior incidência desta espécie são os ambientes de várzeas. Cervídeos desta espécie podem chegar a 1,5 m de altura e pesam de 100 kg (fêmeas) a 300 kg (machos) (Duarte, 1996).

A obtenção destes grupos se baseou na especialidade da caça de cervídeos, porém a captura de mamíferos de pequeno e médio portes, como marsupiais, tatus, ratão-do-

banhado e cachorro-do-mato, ocorria esporadicamente, destacando-se, sobretudo, a relevância dos preás (*Cavia* sp.). Existem quatro espécies congêneres deste pequeno roedor no Brasil, sendo *Cavia magna* (Ximénez, 1980) e *C. aperea* (Erxleben, 1777) recorrentes no bioma Pampa (Paglia et al., 2012; Queirolo, 2016). Essas espécies possuem peso de 549g (*C. aperea*) até 750g (*C. magna*) (Paglia et al., 2012), e hábitos gregário, crepuscular quer possibilitariam compor a dieta das populações pré-coloniais, uma vez que as tornam conspícuas nesses ambientes.

A presença marcante desses pequenos roedores pode estar ligada aos hábitos reprodutivos, uma vez que se trata de um processo rápido e ficam aptos reprodutivamente o

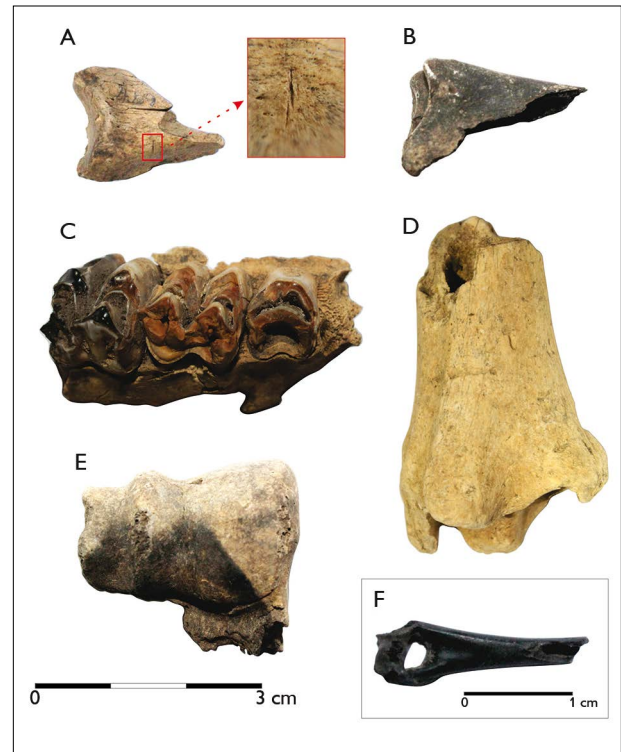


Figura 10. Modificações ósseas em cervídeos e preás da assembleia faunística do sítio arqueológico RS-158: A) falange indeterminada de mamífero de médio porte com marca de corte; B) falange distal de *O. bezoarticus* com marca de queima; C) maxilar com um molar parcialmente queimado; D) tíbia com fratura na diáfise; E) úmero distal esquerdo de *O. bezoarticus* parcialmente carbonizado; F) úmero distal de *Cavia* sp. carbonizado. Imagem elaborada por Diego Dias Pavei e Marcos César Pereira Santos (2022).

ano inteiro, com picos na primavera e no verão (Kraus et al., 2003). Essa estratégia reprodutiva dos roedores, de rápida recuperação, teria sido crucial para a manutenção demográfica das populações humanas, garantido vantagens de sobrevivência em ambientes úmidos (Stiner, 2001 citado em Acosta & Pafundi, 2005). A presença do preá no sítio é marcada por partes anatômicas predominantemente da região do crânio, sobretudo fragmentos da mandíbula, corroborando a ideia de que seriam levados inteiros para o sítio. As marcas de alterações antrópicas estariam somente nos ossos longos, em partes com maior quantidade de carne, onde foram observadas fraturas e marcas de queima.

Os mamíferos menos representativos teriam sido capturados de maneira aleatória ou oportunística. Esses espectros de mamíferos identificados possibilitam pensar numa caça ativa, com auxílio de indústrias bélicas ou com as próprias mãos.

Outros grupos de fauna explorada que estariam disponíveis o ano todo, e garantiriam a permanência dos construtores do cerrito por longos períodos no sítio, foram os peixes, segunda classe mais representativa no lugar. Observou-se tanto a presença de espécies marinhas/estuarinas, como a miragaia (*P. cromis*) e os bagres (*Ariidae*), equanto aquelas de água doce, como o muçum (*S. cf. marmoratus*); estas, todavia, ocorreram apenas no cerrito 1. Sua presença em sítios arqueológicos também é destacada por Bica-Méndez (2020), que destaca a abundância de indivíduos para o sítio CH2D01 (2360-250 anos ¹⁴C BP), com a segunda taxa mais explorada, sendo preferencialmente selecionados indivíduos com mais de 1 m de comprimento. Jacobus e A. Rosa (2013) também destacam a presença desta espécie em sítios de abrigos da tradição Umbu, no nordeste do Rio Grande do Sul. Além desses, Prestes-Carneiro e Bearez (2017) destaca a ocorrência da espécie em diversos sítios arqueológicos e salienta a importância da espécie para a dieta das populações humanas durante o período pré-colonial amazônico. O muçum, única espécie dulciaquícola encontrada no sítio RS-158, possui distribuição ampla e ocorre em diversos ambientes, como rios, lagoas e

banhados, estando adaptado a locais pobres em oxigênio, podendo sobreviver longos períodos enterrado na lama (semi-estivação) (Kramer et al., 1978; Moraes et al., 2005). Essa característica ecológica faz dele um animal de fácil captura, ocorrendo em diversos sítios da América do Sul até o Panamá, com destaque para a região da Amazônia no período pré-colombiano.

Espécies de peixes marinhos/estuarinos eram frequentemente pescadas, principalmente de cianídeos e arídeos, representados pelas miragaia, corvinas e pelos bagres. De forma geral, a miragaia é estuarina-dependente e apresenta hábitos relacionados aos estuários, como forrageio ou reprodução (A. Oliveira & Bemvenuti, 2006; Andrade-Tubin et al., 2008). Duas espécies do gênero *Genidens* são descritas: *Genidens barbatus* (Lacépède, 1803) e *Genidens genidens* (Valenciennes, 1839). O bagre *G. genidens* é uma espécie eurialina (com adaptação à variação de salinidade) e é dependente dos ambientes lagunares e das lagoas costeiras (A. Oliveira & Bemvenuti, 2006; Andrade-Tubin et al., 2008). Esses peixes poderiam ser capturados esporadicamente, de modo a complementar a dieta ou na substituição da caça. Seriam capturados nas lagoas adjacentes, como Mirim e Patos, ou no arroio Chuí. Corroborando resultados de análises isotópicas de carbono e nitrogênio em 20 indivíduos humanos e em um cachorro doméstico (*Canis lupus familiaris* Linnaeus, 1758) para os sítios cerritos setentrionais PSGLF-02, PSG-01, PSG-02, PSG-03, PSG-06 e PSG-07 (Lagoa do Fragata e Pontal da Barra), há indícios de uma predileção alimentar mista por espécies marinhas/estuarinas, de água doce e por animais terrestres (Milheira et al., 2016; Ulguim & Milheira, 2017; Chanca et al., 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados analisados no presente artigo, à luz da bibliografia arqueológica regional, sugerem algumas possibilidades comportamentais dos grupos construtores de cerritos. A construção de grandes volumes de sedimento em ambiente propício a alagamentos requereu organização coletiva. Além da construção, essa organização se manifestou na fauna

obtida, sendo que a predominância do veado-campeiro sugere atividade de caça especializada. A falta de evidências arqueológicas condizentes com habitações fixas sugere que os cerritos do sítio RS-158 seriam estruturas erguidas com associação à caça. Essa atividade específica resultou em camadas arqueológicas ricas em fauna, matéria orgânica, material lítico pequeno ($\approx 3 \text{ cm}^3$) e restos de combustão, principalmente microcarvões.

O sítio RS-158 apresenta características específicas do ambiente no qual se localiza, com interações com os ecossistemas pampeanos, como campos sulinos, rios e lagoas. Essa interação é visualizada nos remanescentes faunísticos, que outrora dominavam o cenário paisagístico local. A baixa incidência ou a virtual ausência de outros grupos faunísticos, como peixes, aves e répteis, pode estar relacionada com uma especificidade do grupo. Além do veado, pode-se observar que os mamíferos de pequeno porte estariam completando a dieta ou fazendo interações indiretas com a população, como é o caso do preá (*Cavia* sp.). Os veados abatidos parecem ter sido caçados nas margens dos acampamentos e levados inteiros, devido à presença predominante das partes pobres em proteínas, como fragmentos de mandíbula, dentes e falanges. Após a utilização, os vestígios estariam, muitas vezes, sendo jogados diretamente ao fogo. As marcas antrópicas, como fratura e corte, sugerem duas atividades específicas: uma relacionada à retirada da medula óssea, rica em proteína, e outra aos cortes, sobretudo nos ossos apendiculares inferiores, possivelmente relacionados à retirada quase completa dos tendões para confecção de ferramentas, além da retirada do couro.

Assim, o Pampa como bioma, é marcado por uma paisagem de campos secos, sedimentos arenosos e fauna rica e dispersa. O clima é majoritariamente seco e frio, exposto a fortes ventos e incidência solar, resultando em uma paisagem interpretada como monótona, pobre e alheia a ocupações humanas fixas e densas em períodos pré-coloniais. No entanto, a manipulação de grandes volumes de sedimentos como intervenção direta nas características físicas desse ambiente indica o forte caráter

antrópico da paisagem atlântica sul-oriental do sistema das lagoas Mirim-Patos. O fenômeno humano de construção dos cerritos transformou a paisagem natural em cultural, modificando-a e adaptando-a ao estilo de vida humano no ambiente pampeano.

AGRADECIMENTOS

Somos gratos à bióloga mestra Daniela Bôlla e à arqueóloga doutora Giulia Marciani, pela ajuda com a língua estrangeira, na revisão do *abstract*, e também aos editores e pareceristas, pelas contribuições que melhoraram a versão final deste artigo.

REFERÊNCIAS

- Acosta A., & Pafundi, L. (2005). Zooarqueología y tafonomía de *Cavia aperea* en el humedal del Paraná inferior. *Intersecciones en Antropología*, 6, 59–74.
- Adlam, K. (2014). Coastal lagoons: Geologic evolution in two phases. *Marine Geology*, 355, 291–296. <https://doi.org/10.1016/j.margeo.2014.06.005>
- Andrade-Tubin, M. F., Ribeiro, A. L. R., & Vianna, M. (2008). Organização espaço-temporal das ictiocenoses demersais nos ecossistemas estuarinos brasileiros: Uma síntese. *Oecologia Brasiliensis*, 12(4), 640–661. <http://dx.doi.org/10.4257/oeco.2008.1204.05>
- Barboza, E. G., Rosa, M. L. C. C., Hesp, P. A., Dillenburg, L. J., Tomazelli, L. J., & Ayup-Zouain, R. N. (2011). Evolution of the Holocene Coastal Barrier of Pelotas Basin (Southern Brazil) - a new approach with GPR data. *Journal of Coastal Research*, (64), 646–650.
- Becker, I. I. B. (1992). O que sobrou dos índios pré-históricos do Rio Grande do Sul. *Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul*, 5, 331–356.
- Bica-Méndez, C. A. (2020). *Peces y pesca en las tierras bajas de la Laguna Merín. Análisis de la ictiofauna recuperada en el sitio arqueológico CH2D01 (Rocha, Uruguay)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pelotas].
- Bracco, R., Puerto, L., & Inda, H. (2008). Prehistoria y arqueología de la Cuenca de Laguna Merín. In D. Loponte & A. Acosta (Orgs.), *Entre la tierra y el agua: Arqueología de Humedales de Sudamérica* (pp. 1–60). Buenos Aires.
- Brown, M. R., & Harris, E. C. (1993). Interfaces in archaeological stratigraphy. In E. C. Harris (Org.), *Practices of Archaeological Stratigraphy* (pp. 7–20). Academic Press

- Bonomo, M., Politis, G., & Gianotti, C. (2011). Montículos, jerarquía social y horticultura en las sociedades indígenas del delta del Río Paraná (Argentina). *Latin American Antiquity*, 22(3), 297-333. <http://dx.doi.org/10.2307/23072525>
- Caron, F. (2014). *Estratigrafia e evolução da barreira holocênica na Região Costeira de Santa Vitória do Palmar, Planície Costeira do Rio Grande do Sul, Brasil* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre].
- Castiñeira, C. Blasi, A., Politis, G., Bonomo, M., del Puerto, L., Huarte, R., . . . García-Rodríguez, F. (2013). The origin and construction of pre-Hispanic mounds in the Upper Delta of the Paraná River (Argentina). *Archaeological and Anthropological Science* (5), 37-57. <https://doi.org/10.1007/s12520-012-0107-2>
- Chanca, I., Borges, C., Colonese, A. C., Macario, K., Toso, A., Fontanals-Coll, M., . . . Milheira, R. G. (2021). Food and diet of the pre-Columbian mound builders of the Patos Lagoon region in southern Brazil with stable isotope analysis. *Journal of Archaeological Science*, 133, 105439. <https://doi.org/10.1016/j.jas.2021.105439>
- Cherem, J. J., & Ferigolo, J. (2012). Descrição do sincrânio de *Cavia aperea* (Rodentia, Caviidae) e comparação com as demais espécies do gênero no Brasil. *Papéis Avulsos de Zoologia*, 52(3), 21-50. <https://doi.org/10.1590/S0031-10492012000300001>
- Chim, E. N. (2016). Análise de otólitos do cerrito RS-LS-11 e reconstrução do tamanho de corvina, *Micropogonias furnieri* Demarest 1823 (Osteichthyes, Scianidae). *Tessituras*, 4(1), 188-207.
- Chim, E. N. (2019). *Zooarqueologia da Lapa Grande de Taquaruçu* [Dissertação de mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo].
- Dillenburg, S. R., Barboza, E. G., Rosa, M. L. C. C., Caron, F., & Sawakuchi, A. O. (2017). The complex prograded Cassino barrier in southern Brazil: Geological and morphological evolution and records of climatic, oceanographic and sea-level changes in the last 7–6 ka. *Marine Geology*, 390, 106–119. <https://doi.org/10.1016/j.margeo.2017.06.007>
- Duarte, J. M. B. (1996). *Guia de identificação de cervídeos brasileiros* (1 ed.). FUNEP.
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). (2020, abr. 20). Contando ciência na web: Bioma Pampa. *Blog*. <https://www.embrapa.br/contando-ciencia/bioma-pampa>
- Freitas, E. M., Boldrini, I. I. B., Müller, S. C., & Verdum, R. (2009). Florística e fitossociologia da vegetação de um campo sujeito à arenização no sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. *Acta Botânica Brasílica*, 23(2), 414-426. <https://doi.org/10.1590/S0102-33062009000200013>
- Furness, A. I. (2016). The evolution of an annual life cycle in killifish: Adaptation to ephemeral aquatic environments through embryonic diapause. *Biological Reviews*, 91(3), 796–812. <https://doi.org/10.1111/brv.12194>
- Garcia, A. M., & Milheira, R. G. (2011). As cadeias operatórias líticas do Sítio PT-02 (Cerrito da Sotéia), Ilha da Feitoria, Pelotas-RS: Uma hipótese interpretativa referente ao aproveitamento litológico no litoral sudoeste da laguna dos Patos. *Cadernos do LEPAARQ*, 8(15–16), 41–82.
- Garcia, A. M. (2019). Cerritos en Brasil: Pensando en los montículos de la costa y tierra adentro del estado de Rio Grande do Sul. *Revista del Museo de Antropología*, 12(2), 41-54. <https://doi.org/10.31048/1852.4826.v12.n2.19836>
- Gianotti, C. (2015). *Paisajes Sociales, Monumentalidad y Territorio en las Tierras Bajas de Uruguay* [Tese de doutorado, Universidade de Santiago de Compostela].
- Góss Braga, F., Moura-Britto, M., Cristina, T., & Margarido, C. (2000). Estudo de uma população relictual de veado-campeiro, *Ozotoceros bezoarticus* (Linnaeus) (Artiodactyla, Cervidae) no município da Lapa, Paraná, Brasil. *Revista Brasileira de Zoologia*, 17(1), 175–181. <https://doi.org/10.1590/S0101-81752000000100012>
- Harris, E. C. (1989). *Principles of archaeological stratigraphy*. Academic Press.
- Herpetologia-UFRGS. (2019, abril 16). Lista das espécies de répteis do Rio Grande do Sul. *Blog*. <http://www.ufrgs.br/herpetologia/>
- Higuchi, H. (1982). *Estudo osteológico de bagres marinhos do litoral Sul do Brasil (Osteichthyes; Siluroidei, Ariidae)* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo].
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2013). *Manual Técnico de Pedologia* (3 ed., Série Manual Técnico em Geociências). IBGE.
- Integrated Taxonomic Information System. (2022, julho 29). <https://www.itis.gov>
- Iriarte, J. (2003). *Mid-Holocene emergent complexity and landscape transformation: The social construction of early formative communities in Uruguay, La Plata Basin* [Tese de doutorado, Universidade do Kentucky].
- Jacobus, A. L. (2013). O contexto espacial em zooarqueologia. *Pesquisas Antropologia*, (70), 231–240.
- Jacobus, A. L., & Rosa, A. O. (2013). Os antigos habitantes do quadrante patulhense e os animais. *Pesquisas Antropologia*, (70), 241-254.
- Kramer, D. L., Lindsey, C. C., Moodie, G. E. E., & Stevens, E. D. (1978). The fishes and the aquatic environment of the central Amazon basin, with particular reference to respiratory patterns. *Canadian Journal of Zoology*, 56(4), 717–729. <http://dx.doi.org/10.1139/z78-101>
- Kraus, C., Künkele, J., & Trillmich, F. (2003). Spacing behaviour and its implications for the mating system of a precocial small mammal: An almost a social cavy *Cavia magna*? *Animal Behaviour*, 66(2), 225–238. <https://doi.org/10.1006/anbe.2003.2192>

- Lima, L. G., Dillenburg, S. R., Medeanic, S., Barboza, E. G., Rosa, M. L. C. C., Tomazelli, L. J., . . . Caron, F. (2013). Sea-level rise and sediment budget controlling the evolution of a transgressive barrier in southern Brazil. *Journal of South American Earth Sciences*, 42, 27–38. <https://doi.org/10.1016/j.jsames.2012.07.002>
- López Mazz, J. M. (2001). Las estructuras tumulares (cerritos) del litoral atlántico uruguayo. *Latin American Antiquity*, 12(3), 231–255. <https://doi.org/10.2307/971631>
- López Mazz, J. M., Amaral, A. G., & Rudolph, F. M. (2003). La prehistoria del este de Uruguay: Cambio cultural y aspectos ambientales. *Anales de Prehistoria y Arqueología*, 19–20, 9–24.
- Loponte, D. (2004). *Atlas osteológico de Blastocerus dichotomus (cervo de los pantanos)* (1 ed.). Los Argonautas.
- Menestrino, E. H., & Mentz Ribeiro, P. A. (1995). Vieira, Charrua e Minuano: Um mesmo grupo? In F. N. Alves & H. Torres (Orgs.), *A Cidade do Rio Grande: Estudos históricos* (pp. 5–24). Universidade do Rio Grande, Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
- Milheira, R. G., Loponte, D. M., García Esponda, C., Acosta, A., & Ulguim, P. (2016). The first record of a pre-Columbian domestic dog (*Canis lupus familiaris*) in Brazil. *International Journal of Osteoarchaeology*, 27(3), 488–494. <https://doi.org/10.1002/oa.2546>
- Milheira, R. G., Macario, K. D., Chanca, I. S., & Alves, E. Q. (2017). Archaeological earthen mound complex in Patos Lagoon, Southern Brazil: Chronological model and freshwater influence. *Radiocarbon*, 59(1), 195–214. <http://dx.doi.org/10.1017/RDC.2017.5>
- Milheira, R. G., & Gianotti, C. (2018). The earthen mounds (Cerritos) of Southern Brazil and Uruguay. In C. Smith (Org.), *Encyclopedia of Global Archaeology* (pp. 1-9). Springer International Publishing.
- Milheira, R. G., Attorre, T., & Borges, C. (2019a). Construtores de cerritos na Laguna Dos Patos, Pontal da Barra, sul do Brasil: Lugar persistente, território e ambiente construído no Holoceno recente. *Latin American Antiquity*, 30(1), 35–54. <http://doi.org/10.1017/laq.2018.66>
- Milheira, R. G., De Souza, J. G., & Iriarte, J. (2019b). Water, movement and landscape ordering: A GIS-based analysis for understanding the mobility system of late Holocene mound-builders in southern Brazil. *Journal of Archaeological Science*, 111, 105014. <https://doi.org/10.1016/j.jas.2019.105014>
- Mingatos, G. S., & Okumura, M. (2020). Cervídeos como fonte de matéria-prima para produção de artefatos: Estudos de caso em três sítios arqueológicos associados a grupos caçadores-coletores do sudeste e sul do Brasil. *Latin American Antiquity*, 31(2), 292–307. <http://doi.org/10.1017/laq.2020.4>
- Moraes, G., Altran, A. L., Avilez, I. M., Barbosa, C. C., & Bidinotto, P. M. (2005). Metabolic adjustments during semi-aestivation of the marble swamp eel (*Synbranchus marmoratus* Bloch 1795) - a facultative air breathing fish. *Brazilian Journal of Biology*, 65(2), 305–312. <https://doi.org/10.1590/S1519-69842005000200015>
- Moreno, F. (2014). *La gestión de los recursos animales en la prehistoria del Este de Uruguay (4000 años AP-Siglo XVI)* [Tese de doutorado, Universidad Autonoma de Barcelona].
- Moreno, F. (2016). La gestión animal en la Prehistoria del Este de Uruguay: de la economía de amplio espectro al control de animales salvajes. *Tessituras*, 4(1), 161–187.
- Nichols, G. (2009). *Sedimentology and stratigraphy* (2 ed.). Wiley-Blackwell.
- Nowak, R., & Paradiso, J. (1983). *Walker's Mammals of the World 2*. Johns Hopkins University Press.
- Oliveira, A. F., & Bemvenuti, M. D. A. (2006). O ciclo de vida de alguns peixes do estuário da Lagoa dos Patos, RS, informações para o ensino fundamental e médio. *Caderno de Ecologia Aquática*, 1(2), 16–29.
- Oliveira, O. A. (2014). *Os povos caçadores e coletores que habitaram as margens da Lagoa Mirim* [Tese de doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos].
- Paglia, A. P., Fonseca, G. A. B., Rylands, A. B., Herrmann, G., Aguiar, L. M. S., Chiarello, A. G., . . . Patton, J. L. (2012). *Lista anotada dos mamíferos do Brasil: Annotated checklist of Brazilian mammals* (No. 6). Conservation International.
- Pavei, D. D., Campos, J. B., & Santos, M. C. P. (2016, outubro). Assinaturas Tafonômicas em Restos de *Ozotoceros Bezoarticus* em um sítio Cerrito no Extremo sul do Rio Grande do Sul. *X Encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira: Desconstruindo assimetrias; III Jornada de Atualização em Arqueologia Tupi-Guarani*, Sociedade de Arqueologia Brasileira, Pelotas.
- Pintos, S. (2000). Economía húmeda del Este del Uruguay: El manejo de recursos faunísticos. In A. D. Coirolo & R. B. Boksar (Orgs.), *Arqueología de las Tierras Bajas* (pp. 249–266). Ministerio de Educación y Cultura.
- Prestes-Carneiro, G., & Bearez, P. (2017). Swamp Eel (*Synbranchus* spp.) fishing in Amazonia from Pre-Columbian to present times. *Journal of Ethnobiology*, 37(3), 380–397. <https://doi.org/10.2993/0278-0771-37.3.380>
- Queirolo, D. (2016). Diversidade e padrões de distribuição de mamíferos dos campos do Uruguai e sul do Brasil. *Boletín de la Sociedad Zoológica del Uruguay*, 25(2), 92–247.
- Reinson, G. E. (1992). Transgressive barrier island and estuarine systems. In R. G. Walker & N. P. James (Orgs.), *Facies models: Response to sea level changes* (pp. 179–194). St. John's, Nfld.; Geological Association of Canada.

- Reitz, E. J., & Wing, E. S. (2008). *Zooarchaeology* (2 ed.). Cambridge University Press.
- Rogge, J. H. (2004). *Fenômenos de fronteira: Um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pre-históricas no Rio Grande do Sul* [Tese de doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos].
- Rosa, A. O. (2006). Caçadores de cervídeos no Litoral Central: O sítio RS-LC-96. *Pesquisas Antropologia*, 63, 223–248.
- Rosa, A. O., & Jacobus, A. L. (2009). Registro de mamíferos em sítios arqueológicos do Rio Grande do Sul, Brasil. In N. M. Ribeiro, S. G. Bauermann & C. S. Scherer (Orgs.), *Quaternário do Rio Grande do Sul: Integrando conhecimentos* (pp. 233–241). Sociedade Brasileira de Paleontologia.
- Rosa, M. L. C. C., Barboza, E. G., Abreu, V. S., Tomazelli, L. J., & Dillenburg, S. R. (2017). High-Frequency Sequences in the Quaternary of Pelotas Basin (coastal plain): A record of degradational stacking as a function of longer-Term base-level fall. *Brazilian Journal of Geology*, 47(2), 183–207. <https://doi.org/10.1590/2317-4889201720160138>
- Santos, R. D., Santos, H. G., Ker, J. C., Anjos, L. H. C., & Shimizu, S. H. (2015). *Manual de descrição e coleta de solo no campo* (7 ed.). Sociedade Brasileira de Ciência do Solo.
- Schmitz, P. I. (1976). *Sítios de pesca lacustre em Rio Grande* (1 ed.). Habilis Press Editora.
- Schmitz, P. I., Girelli, M., & Rosa, A. O. (1997). Pesquisas Arqueológicas em Santa Vitória Do Palmar, RS. *Pesquisas Antropologia*, 7, 1–94.
- Schmitz, P. I. (2006). O mundo da caça, da pesca e da coleta. *Documentos*, (5), 13–30.
- Schorr, M. H. A., & Schmitz, P. I. (1975). A utilização dos recursos naturais na alimentação dos indígenas da região sudeste do Rio Grande do Sul, Brasil. Estudos sobre o abastecimento indígena. *Publicações Avulsas*, 2, 3–37.
- Silva, G. O. S., Löf, A. M., & Schmitz, P. I. (2006). O sítio de pesca lacustre RS-RG-49. *Pesquisas Antropologia*, (63), 337–354.
- Stefanello, R. (2020, novembro 16). Bioma Pampa gaúcho e espécies endêmicas. *Blog*. <http://biogeografia-ufrs.com.br/2010/06/bioma-pampa-gaucha-e-especiesendemicas/>
- Stiner, M. (2001). Thirty years on the “Broad Spectrum Revolution” and paleolithic demography. *Proceedings of the National Academy of Science*, 98(13), 6993–6996. <https://doi.org/10.1073/pnas.121176198>
- Tomazelli, L. J., Dillenburg, S. R., & Villwock, J. A. (2000). Late Quaternary Geological History of Rio Grande do Sul Coastal Plain, Southern Brazil. *Revista Brasileira de Geociências*, 30(3), 474–476.
- Tomazelli, L. J., & Villwock, J. A. (2005). Mapeamento geológico de planícies costeiras: O exemplo da costa do Rio Grande do Sul. *Gravel*, (3), 109–115.
- Ulguim, P. (2010). *Zooarqueologia e o estudo dos grupos construtores de cerritos: Um estudo de caso no litoral da Laguna dos Patos – RS, Sítio PT-02 Cerrito da Sotéia*. [Monografia de graduação, Universidade Federal de Pelotas].
- Ulguim, P., & Milheira, R. G. (2017). Remanescentes Humanos em sítios Cerritos no Sul do Brasil: Uma Análise Osteoarqueológica e Bioarqueológica. *Cadernos do LEPAARQ*, 14(27), 530–568.
- Ulguim, V. F. (2018). *Espinhos, esporões e especulações: Análise Zooarqueológica do Cerrito PSG-02 Valverde, Pelotas-RS* [Monografia de graduação, Universidade Federal de Pelotas].
- Villagran, X., & Gianotti, C. (2013). Earthen mound formation in the Uruguayan lowlands (South America): micromorphological analyses of the Pago Lindo archaeological complex. *Jornal Archaeological Science*, 40(2), 1093–1107. <https://doi.org/10.1016/j.jas.2012.10.006>

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

D. D. Pavei contribuiu com conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, software, supervisão, validação, visualização e escrita (rascunho original, revisão e edição); M. C. P. Santos com conceituação, curadoria de dados, análise formal, aquisição de financiamento, investigação, metodologia, recursos, software, supervisão, validação, visualização e escrita (rascunho original, revisão e edição); V. H. R. Biffi com análise formal e escrita (rascunho original, revisão e edição); C. Bica com análise formal e escrita (rascunho original); M. B. Pestana com análise formal, metodologia, visualização e escrita (revisão e edição); J. B. Campos com supervisão, validação, visualização e escrita (rascunho original, revisão e edição), administração de projeto e recursos.

A revised reconstruction of the Proto-Tupian vowel system

O sistema vocálico do Proto-Tupi: uma nova proposta reconstrutiva

Andrey Nikulin^I  | Fernando Carvalho^{II} 

^INúcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena/Universidade Federal de Goiás. Goiânia, Goiás, Brasil

^{II}Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Abstract: This contribution is concerned with the reconstruction of the vowel qualities of Proto-Tupian, the ancestral language of the Tupian language family. The study is grounded in a bottom-up application of the comparative method and seeks to offer a more balanced reconstruction that avoids an overreliance on the Tupí-Guaraní branch. It is first shown that the height opposition traditionally reconstructed for the rounded vowel series (**o* vs. **u*) is best interpreted as an opposition between an unrounded vowel and a rounded one (**ə* vs. **o*). It is also argued that multiple instances of **e* in the traditional reconstruction should be rather attributed to **ə*. Finally, it is shown that two vowels (symbolized as **i* and **u*) must be reconstructed in lieu of the traditional **j*. The resulting proposal has consequences for the subgrouping of the Tupian family.

Keywords: Tupian languages. Comparative reconstruction. Vowels. Sound change.

Resumo: O foco do presente trabalho é a reconstrução do sistema vocálico do Proto-Tupi, a língua ancestral da família linguística Tupi. A investigação baseia-se em uma aplicação *bottom-up* do método comparativo e busca oferecer uma reconstrução mais equilibrada, evitando uma influência desproporcional do ramo Tupi-Guarani. Mostraremos primeiro que a diferença de altura tradicionalmente reconstruída para a série de vogais arredondadas (**o* vs. **u*) pode ser melhor compreendida como uma oposição entre uma vogal não arredondada e uma vogal arredondada (**ə* vs. **o*). Argumentamos também que múltiplas instâncias de **e* na reconstrução tradicional devem ser atribuídas a **ə*. Por fim, duas vogais (simbolizadas **i* e **u*) devem ser reconstruídas em lugar do segmento **j* da reconstrução tradicional. Estas propostas têm implicação para a classificação interna da família Tupi.

Palavras-chave: Línguas Tupi. Reconstrução comparativa. Vogais. Mudança sonora.

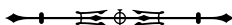
Nikulin, A., & Carvalho, F. (2022). A revised reconstruction of the Proto-Tupian vowel system. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 17(2), e20210035. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0035

Autor para correspondência: Fernando Carvalho. Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Quinta da Boa Vista, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP 20940-040 (fernaoorphao@gmail.com).

Recebido em 15/03/2021

Aprovado em 22/12/2021

Responsabilidade editorial: Ana Vilacy Galúcio



INTRODUCTION

This article addresses the reconstruction of the vowels of Proto-Tupian (PT). Tupian is a major language family of South America, which comprises as many as ten universally recognized close-knit branches: Tupí-Guaraní, Awetí, Sateré-Mawé, Mundurukú, Juruna, Mondé, Tuparian, Arikém, Karo (= Ramarama), and Puruborá. Of these, four consist of only one language (Awetí, Sateré-Mawé, Karo, Puruborá), while Mundurukú, Juruna, and Arikém are similar in that each of them comprises one living language (Mundurukú, Yudjá, and Karitiana, respectively) and one extinct (or dormant), less well-attested language (Kuruaya, Xipaya, and Arikém, respectively); the Juruna branch also includes a third extinct language, Manitsawá, of which very little is known.

It is now universally accepted that Tupí-Guaraní, Awetí, and Sateré-Mawé are particularly closely related to each other, constituting thus a node within Tupian; furthermore, Tupí-Guaraní and Awetí share some innovations that did not affect Sateré-Mawé, suggesting an early split of the latter language off Proto-Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní (Rodrigues, 1984-1955, p. 35; Rodrigues & Dietrich, 1997; Corrêa da Silva, 2010; Meira & Drude, 2015). In the remainder of this paper, we will label the node that comprises Tupí-Guaraní and Awetí ‘Awetí-Guaraní’, and the node that comprises Awetí-Guaraní and Sateré-Mawé will be accordingly called ‘Mawé-Guaraní’. Another proposal related to the internal classification of Tupian advances a hypothesis according to which Puruborá and Karo would form a subgroup (‘Ramarama–Puruborá’, see Rodrigues, 2007, p. 168, fn. 2; Galucio & Gabas Jr., 2002).

In this article, we critically assess the only existing reconstructive proposal that has ever been put forward for the PT segmental inventory (cf. Rodrigues, 1999, 2005, 2007), focusing on the vowel system as reconstructed in Rodrigues (2005). Rodrigues (2005) proposal is presented as established common knowledge in later reference works on the Tupian family (see e.g. Rodrigues & Cabral, 2012). However, we will argue that although the author’s cognacy judgments are, for the most part, precise, his analysis of the attested correspondence sets is problematic and, for this reason, in need of revision. Specific problems which we attempt to resolve in this contribution include the sound correspondence in the pan-Tupian word for ‘cultivated field’ (cf. Sateré-Mawé *ŋo/ko*, Awetí *ko*, Mundurukú *kə*, Yudjá *kúá*, but Makurap and Wayoró *ŋge*, Karitiana *nga*), which is considered irregular by Rodrigues (2005, p. 40), as well as the reason why the vowel **o* in Rodrigues’ (1999) reconstruction occurs predominantly after labial consonants (cf. Rodrigues, 1999, pp. 110–111).

After a brief presentation of the relevant aspects of Rodrigues (2005) PT reconstruction (“Earlier scholarship”), we discuss some vowel correspondences that are especially troublesome in Rodrigues’ (2005) framework, and put forward an alternative account of the evolution of the vowel system of PT (sections “PT **ə*” and “PT **u* vs. **i*”). The scenario we propose requires positing some non-trivial innovations shared by specific groups of Tupian, as discussed in “Implications for the subgrouping of Tupian”. After the “Conclusions”, the “List of abbreviations”, and the “References”, we include two appendices. Appendix 1 contains all the cognate sets discussed in this contribution, whereas Appendix 2 summarizes our reconstruction of Proto-Tupian consonants.

NOTATION

Before proceeding to the bulk of the discussion, we make explicit our conventions regarding the representation of linguistic data. In order to warrant the comparability of the data, which are extracted from a variety of sources on multiple Tupian languages, we have unified the representation of all cited forms according to the following principles.

First of all, the flap *r* is represented as *r* throughout this paper, and the open-mid vowels *ɔ* and *ɛ* as *o* and *e*, respectively, as is in fact commonly done in Tupian linguistics. An exception is made for Kuruaya, where */ɔ/* and */o/*

contrast and are thus represented as **ɔ** and **o**. The vowels of the extinct language Arikém, as well as of its direct ancestor Proto-Arikém, are represented as **/i e æ ɒ ʉ/**. The choice of the less common characters **/æ ɒ ʉ/** is suggested by the variable representation of these vowels as **<a> ~ <e>**, **<o> ~ <ə> ~ <a>**, **<u> ~ <ʉ> ~ <i>** in our only sources on the language (Rondon & Faria, 1948; Nimuendajú, 1932).

In most Tupian languages, consonants in the coda position do not contrast for features other than the place of articulation. This is true for Sateré-Mawé, Awetí, Proto-Tupí-Guaraní (and most contemporary Tupí-Guaraní languages), Proto-Tuparian (and all contemporary Tuparian languages), Proto-Arikém, and Puruborá. We write such codas in small caps: **p** (labial), **ɾ** (dental/alveolar), **c** (palatal), **κ** (velar). Their precise surface realizations vary depending on the language, on the point of articulation, and on the phonological environment, and include **[p̚ m β]** for **p**, **[ɾ̥ n ɾ]** for **ɾ**, **[(i)ɕ ɲ j]** for **c**, **[k̟ ɳ ɣ g]** for **κ**.

The phonetic inventory of many Tupian languages has two-phase stops that start out with a lower velum which raises during the occlusion. These are variably analyzed as postoralized allophones of underlying nasals or prenasalized allophones of underlying voiced stops (cf. Wetzels & Nevins, 2018), or (more rarely) as underlying prenasalized stops (cf. González, 2008). In this paper, such segments are always spelt as **mb**, **nd**, **ndʒ**, **ɳg**, regardless of their phonological status in a given language.

Nasal vowels are always explicitly marked with a tilde, even if our sources leave nasality unmarked in some environments (usually following or preceding nasal consonants).

In languages where **[s]** and **[ts]** are free, idiolectal, dialectal, or chronological variants of one phoneme, we have normalized the data from our sources in order to warrant consistency across examples (e.g., only **s** is used in Tuparí, and only **ts** in Sakurabiat), following the current transcription practices in the most recent expert source in each case.

Proto-Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní (= Proto-Mawetí-Guaraní = PMG) reconstructions are mostly those by Meira and Drude (2015), with the following modifications. Meira and Drude (2015) ***t̥** is rewritten as ***c**, except when it follows an ***i** or a ***j** in their reconstruction, in which case we employ an *ad hoc* character ***č** in order to capture the fact that the reflexes of ***č** in all daughter languages are different from those of ***c** (this also allows us to give up the reconstruction of ‘phantom’ instances of PMG ***i** and ***j**, which are in Meira and Drude (2015) proposal hypothesized to have been lost in all daughter languages). For example, Meira and Drude’s (2015) reconstructions such as ***it̥et** ‘his/her name’ and ***t̥aj̥t̥u** ‘armadillo’ are replaced with ***čer** and ***caču**, given that no daughter language preserves any segmental trace of the alleged PMG segments ***i** and ***j** (Sateré-Mawé *her*, *sahu*; Awetí *ter*, *tatu[peɾ]*; PTG *tset*, *tatu*). We also posit PMG ***t̥** alongside ***c** and ***č** in order to account for the sound correspondence involving Sateré-Mawé **t̥** (in unstressed syllables) / **ɾ(j)** (in stressed syllables), Awetí **z̥**, and PTG ***t̥**, found in the stem for ‘fire’ (reconstructed as ***atia**, ***atja** in Meira & Drude, 2015; ***(c)at̥a** in our proposal) as well as before ***i** (in complementary distribution with ***t̥**)¹. We also diverge from Meira and Drude (2015) in reconstructing ***w** instead of their ***kʷ**, whereas the segment they reconstruct as ***w** is considered to have been independently epenthesized in the environment ***u_V** after the split of PMG (that way, Meira & Drude’s (2015) reconstructions such as ***t̥uwaj** ‘tail’ and ***t̥uwi(k)** ‘blood’ are replaced here

¹ The reconstruction of ***t̥** as one segment in the word for ‘fire’ (as opposed to ***ti ~ *tj**) is supported by the fact that not only PTG ***tata** / ***-rata**, Awetí **taza** / **-aza**, but also Mundurukú **dafá**, Kuruya **láfa**, Yudjá **afí**, Xipaya **afí** have precisely one segment as its correspondence. Only Sateré-Mawé would have unfolded ***t̥** to **ɾj** in *arja* ‘fire’.

with **cuac*, **cui* > Sateré-Mawé *suwac-po*, *su*; Awetí *-uwac*, *-uwi[k]*; PTG **tuwac/*-ruwac*, **tuwi/*-ruwi*)². We accept Schleicher's (1998, pp. 18–24) suggestion, reinforced by Meira and Drude (2015, pp. 278–279), whereby only one PTG affricate is reconstructed instead of the traditional **c* (**ts*) and **č* (**tʃ*); we symbolize it as **ts*³.

Proto-Mundurukú reconstructions are taken from Picanço (2019). For relational stems, whose leftmost consonant often alternates depending on the left context, Picanço (2019) lists all possible allomorphs. In this article, only the allomorphs with **p-*, **ð-*, and **tʃ-* (rather than **b-*, **t-*, **j-*) are given for such stems. We also omit the hyphen, used by Picanço (2019) in order to indicate that the relational stems are bound.

For Proto-Juruna and Proto-Tuparian, a variety of proposals exist; the reconstructions in this article are mostly extracted from the more recent ones (Carvalho, 2019 for Proto-Juruna; Nikulin & Andrade, 2020 for Proto-Tuparian) or adapted from earlier proposals (Fargetti & Rodrigues, 2008 for Proto-Juruna; Moore & Galucio, 1994; Nogueira et al., 2019 for Proto-Tuparian) so as to match the phonological reconstruction of the most recent works.

The reconstruction of the Proto-Tupian consonants adopted here differs from previous proposals and is based on the correspondence sets summarized in Appendix 2. For reasons of space, it is impossible to discuss this problem in detail in this contribution. Note, however, that nothing in our reconstruction of the Proto-Tupian vowels hinges on our interpretation of the PT consonants, and the validity of our proposal would remain intact if one adopted a different interpretation (such as that of Rodrigues, 2007).

The acute accent symbolizes the high tone in tonal languages (including the languages of the Mundurukú, Juruna, and Mondé branches, Karo, and maybe also Makurap); the low tone is left unmarked. Tones other than high and low are found only in the Mondé languages, and the transcription of our sources is retained in such cases. In the Tuparian languages Tuparí and Akuntsú, contrastive stress has been described, which is also symbolized by means of an acute accent (when its position is known).

Data quoted from premodern sources, which are not expected to faithfully represent all the relevant phonological oppositions, are given ‘verbatim’ enclosed in chevrons. Subscript letters after such forms indicate the ultimate source of the data: $\diamond_s$ and $\diamond_L$ refer to Emilie Snethlage's and Lopes' data on Kuruaya (Snethlage, 1932); $\diamond_B$ and $\diamond_N$ refer to Barbosa's and Nimuendajú's data on Arikém (Rondon & Faria, 1948; Nimuendajú, 1932). Forms followed by $\diamond_{KG}$ come from Koch-Grünberg (1932) on Puruborá, and those with $\diamond_{ES}$ from Snethlage (1934), again on Puruborá. Forms in chevrons without subscript letters are from Steinen (1886) for Manitsawá, Nimuendajú (1923–1924, 1928, 1929) for Xipayá, and Sekelj (1948) for Aruá and Makurap.

Much of the discussion in this paper is based on analyzing cognate sets. In some cases, a given form is not synchronically segmentable, but only a part of it is cognate with the material of other languages. The part which is deemed non-cognate is then given in brackets. In premodern attestations (enclosed in chevrons), the cognate part is given in boldface.

² The epenthetic nature of the *w* in these stems is likewise confirmed by the fact that no corresponding consonant is found in branches such as Mundurukú (**ðoj* ‘blood’, **t-oaj-bi* ‘tail’; see Picanço, 2019) or Tuparian (**jei* ‘blood’, **joac* ‘tail’; see Nikulin & Andrade, 2020). Our amendment to Meira and Drude's (2015) reconstruction spares us from the necessity of positing a typologically improbable ‘zigzag’ development in Sateré-Mawé, whereby PT **w* > PMG **kʷ* > Sateré-Mawé *w* (*h* before *u* in stressed syllables; $\emptyset$ before *u* in unstressed syllables). In our account, Sateré-Mawé *w* (*h*/ $\emptyset$ before *u*) simply continues PT **w* > PMG **w*. Only the ancestral language of Awetí and PTG would thus have innovated by transforming PT **w* > PMG **w* into a stop.

³ The diverging reflexes in the Guaraní varieties that were earlier seen as warranting the reconstruction of two affricates **c* and **č* for PTG are now explained as late developments involving diffusion or dialect borrowing among Guaraní dialects.

EARLIER SCHOLARSHIP

The vocalic system of Proto-Tupian has been reconstructed by Rodrigues and Dietrich (1997, p. 268) and Rodrigues (1999, p. 110, 2005) as comprising six vowel qualities (*a, *i, *o, *u, *e, *ɨ), each of which would also have a nasal counterpart (*ã, *ĩ, *õ, *ũ, *ẽ, *ĩ̃; see Rodrigues & Cabral, 2012, p. 502). In Table 1, we list the reflexes of the Proto-Tupian oral vowels according to the proposal by Rodrigues (2005).

Table 1. The reflexes of PT oral vowels (after Rodrigues, 2005, p. 37).

PT	PTG	Awetí	S.-Mawé	Yudjá	Mundurukú	Karitiana	Tuparí	Suruí-Paiter	Karo	Puruborá
*a	*a	a	a	a	a	o	a	a	a	a
*i	*i	ɨ	ɨ	ɨ, i	i	i, e	ɨ, u	i	ɨ, i	ɨ, i
*o	*o	o	o	a	ə	ɨ	o	a	a	a
*u	*u	u	u	u	o	ɨ	o	o	o	o
*e	*e, *o	e, o	e, o	e, a	e, ə	a	e	e	e	e
*ɨ	*ɨ	i	i	i	i	i	i	i	i	i

It can be easily seen from the table above that, according to Rodrigues (2005), the evolution of Proto-Tupian *e and *ɨ in the constituent families involved some phoneme splits. In the case of PT *e, Rodrigues (2005) posits a split in the so called ‘Eastern’ Tupian languages (Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní, Mundurukú, and Juruna) allegedly conditioned by an adjacent consonant. The examples 1-2 illustrate the default development of PT *e, whereas 3 instantiates the development of PT *e affected, according to Rodrigues’ (2005, p. 40) proposal, by a following labialized stop (the labialization is reconstructed here exclusively in order to account for what are thought to be the divergent reflexes of PT *e)⁴.

- (1) PT *k^het ‘to sleep’ (Rodrigues, 2005, p. 40) > PTG *k^her, Aw ket, Mw ket || Mu fet || Tu ?et || Kt kat || Kr ket || Pu ket-a || Pa ker
- (2) PT *men ‘husband’ (Rodrigues & Cabral, 2012, p. 507) > PTG *men, Aw men || Yu méná, Xi mén-a || Ma/Wy/Sk/Ak men || Kt mǎn, Ari man || Kr mén || Pu men || Ar men, Gv mǎt [mǎnt], Zo met
- (3) PT *ep^w ‘leaf’ (Rodrigues, 2005, p. 40; Rodrigues & Cabral, 2012, p. 505) > PTG *(-)oβ, Aw (-)op, Mw -op || Mu -əp || Yu -up-á ~ úp-a, Xi s-up-á || Tu/Ak -ep || Kt s-ap || Pu tap || Gv s-ep, Cl s-ép

For *ɨ, Rodrigues (2005, pp. 40–41) posits a split in Juruna and in the so called ‘Western’ Tupian languages of the Arikém, Tuparian, Karo (Ramarama), and Puruborá groups. This time, however, he does not identify a phonological environment which could have conditioned the alleged split (beyond a generic reference to the ‘immediate consonantal context’), nor is he explicit about whether the alleged split proceeded in the same way in all the aforementioned languages. The examples 4-6 illustrate.

- (4) PT *k^hip ‘tree, wood’ (Rodrigues, 2005, p. 41; Rodrigues & Cabral, 2012, p. 506) > PTG *ʔiβ, Aw/Mw ʔip || Mu/Ku ʔip || Yu ʔip-á || PTpr *k^hip > Ma kip, Tu kup, Sk/Ak/Kp kip || Kt ʔep || Kr ma-ʔip || Pu mamka-ʔip ‘castanha tree’ || Pa [ʔ]í:b, Gv [ʔ]iip
- (5) PT *pi ‘foot’ (Rodrigues, 2005, p. 41; Rodrigues & Cabral, 2012, pp. 503, 504) > PTG *pi, Aw/Mw pi || Mu/Ku i || Ma mi, Tu si-to, Sk/Ak pi || Kt pi || Kr pi, pi:-be || Pu ši-be || Pa pí:-pe, Gv pi

⁴ When citing comparanda after Rodrigues (2005) and Rodrigues and Cabral (2012), we leave unchanged their transcription conventions, morphological segmentations, cognation judgments, and reconstructions. Our analysis, which may differ significantly, is available in the Appendix 1. We have been unable to confirm the existence of some of the forms given by these authors (such as Makurap men ‘husband’).

- (6) PT **počij* ~ **pocij* 'heavy' (Rodrigues, 2005, p. 41; Rodrigues & Cabral, 2012, p. 504) > PTG **pocij*, Aw/Mw *potij* || Mu *poši*
 || Yu *i-pade-tú* ~ *pade-*, Xi *pade-* || Ma/Wa *poti*, Tu *poci* ~ *posi* || Kt *piti* || Kr *piʔtí* ~ *piʔti* || Pa *pati-ga*,
 Ar <*patí* ~ *pati-í* 'heavy, thick', Gv *patí* ~ *patî*, Zo *pati*, Cl *pattí*

In the subsequent sections, we will argue against the proposal by Rodrigues (2005), suggesting instead that the observed sound correspondences are best accounted for by reconstructing a phonemic inventory of seven (rather than six) vowel qualities for Proto-Tupian and positing a number of mergers in the daughter languages, in addition to one conditioned split. That way, the examples in 1-6 are reconstructed in our proposal as **k'et* 'to sleep', **mẽt* 'husband', **jəp* 'leaf', **kʷp* 'tree; stick-like', **mbi/*pi* 'foot', **pətic* 'heavy'. Tables 2 and 3 show the oral vowel inventories of Proto-Tupian in Rodrigues' (2005) and our proposals, respectively.

Table 2. PT vowel inventory in Rodrigues' (2005) proposal.

<i>*i</i>	<i>*ĩ</i>	<i>*u</i>
<i>*e</i>		<i>*o</i>
	<i>*a</i>	

Table 3. PT vowel inventory in our proposal.

<i>*i</i>	<i>*ĩ</i>	<i>*u</i>
<i>*e</i>	<i>*ə</i>	<i>*o</i>
	<i>*a</i>	

PT **ə*

This section deals with the reconstruction of a vowel we chose to represent as **ə*. We start by stating its proposed reflexes in the daughter branches and listing the relevant cognate sets. In subsequent sections, we discuss how our findings relate to Rodrigues' (2005) reconstruction of the PT vowels and consonants. We conclude that the recognition of **ə* as a contrastive unit allows reducing the phonological inventory of Proto-Tupian by three phonemes (**pʷ*, **kʷ*, **kʷʷ*), to account for the sound correspondences in a number of cognate sets which are unexplainable in Rodrigues' (2005) proposal, and to account for the limited distribution of the sound correspondence which underlies Rodrigues' (2005) reconstruction of PT **o* (which occurs exclusively following labial consonants). Our proposal also entails that the vowels traditionally reconstructed as **o* and **u* should be reinterpreted as PT **ə*, **o*.

PROPOSAL

The vowel we reconstruct as PT **ə* has evolved in the following way in the daughter languages⁵. In the Mawé-Guaraní branch, it has acquired rounding and changed to PMG **o* (in fact, in our proposal PT **ə* is the only source of PMG **o*). In addition, it has been raised to **u* before a vowel (as in 'blood', 'sun') or before a glottal stop and a vowel (as in 'arrow'). In the Mundurukú branch, PT **ə* is regularly reflected as Mu *ə*, Ku *ĩ* (< PMu **ĩ* in Picanço's (2019) reconstruction) and

⁵ Note that in this article we take nasality to be an autosegmental feature in Proto-Tupian and most Tupian languages. It rarely interacts with the development of the vocalic segments (we note it explicitly when it does).

is the only source of this PMu vowel. Before a pre-PMu vowel, however, PT *ə is reflected as PMu *o ('blood', 'arrow', 'sun', provided that PMu *đoj and *op/*đop go back to pre-PMu *đoi, *oip/*đoip). The sequence *mã is reflected as Mu *mã*, Ku *mã* (< PMu *mã in Picanço's (2019) reconstruction). In the *Juruna* branch, one finds PJu *a except next to a labial consonant in the final syllable of the PT stem ('leaf', 'snake', 'hand', 'wing'; exception: 'what') or before a vowel ('sun'), where the regular reflex is *u. In the *Tuparian* branch, PT *ə is fronted to PTpr *e except after labial consonants, in which case the regular reflex is PTpr *o ('to return', 'hand', 'wing/feather', 'heavy', 'causative'). Likewise, in the *Arikém* branch PT *ə is reflected as a low vowel (Kt *a*, Ari *æ*) except after labial consonants, in which case one finds Kt *i*, Ari *u* ('hand', 'vine', 'wing/feather', 'heavy'). *Puruborá* retains PT *ə as ə (or ă, if nasality is present). In the *Mondé* languages, PT *ə is reflected as *a* except after coronal consonants and word-initially, in which case *e* is found ('leaf', 'larva', 'house/village'). Only in *Karo* do the reflexes seem chaotic at present: one finds *i* in two examples ('cylindrical and small', 'to hold'), *i* in two examples ('heavy', 'to go', in both cases next to a *t), *o* in two examples ('leaf', 'third person coreferential'), *a* in two prefixes ('causative', 'sociative causative'), as well as the following vowels in one example each: ə ('to go, to walk'), ă ('snake'), and *u* ('blood', a likely result of contraction of the unique vowel sequence *əu).

- (7) PT *apə 'interrogative word' > PMG *apo (only Mw *apo* 'yes/no question particle') || PMu *abi 'who' || (?) PJu *apá 'what' || PTpr *apo 'who; what (subject)'
- (8) PT *đəp 'bitter' > PMG *đop || PMu *tjip || PTpr *tep || Kt *ta:p*
- (9) PT *etə- 'sociative causative' > PMG *ero- || (?) PMu *[đ]iji- (only Mu *dədʒə*) || PTpr *ete- || Kt *at-ot* 'to take away' || Kr *ta-*
- (10) PT *ək/*jək 'house' > PMG *ok/*cok || PMu *ik-ʔa/*đik-ʔa || PJu *ak-á || PTpr *ek/*jek || Ari *æk-ə* 'house' || Pu *ʔək-a* || Ar <eg> 'house, village'
derived: PT *ək-at 'plaza' > PMG *ok-at (only PTG *ok-at) || Kt *ak-ot* 'together', Ari *ækəð-ə* 'plaza'
derived: PT *ək-ēt/*jək-ēt 'plaza'/'door' > PMG *ok-ēt 'door' || PMu *ik-ēn/*đik-ēn (only Ku *ifēn* 'door') || PTpr *ek-ēt (only Tu *ek-ēt* 'plaza') || Kt *ak-ān* 'village'
- (11) PT *əkʷip/*jəkʷip 'arrow' > PMG *uʔip/*cuʔip || PMu *op/*đop || PTpr *ekip/*jekip || (?) Pa *jáb*, Ar <ndjap>, Gv *dʒáp/ádʒáp ~ ídʒáp*, Zo *dʒap*
- (12) PT *jakək 'army ant' > PMG *caʔok (only PTG *taʔok) || PMu *đaʔik (only Mu *daʔək*) || PTpr *jakek
- (13) PT *jəβa 'forehead' > PMG *coβa 'face' || PTpr *jeβa
- (14) PT *jəp 'leaf' > PMG *-cop || PMu *đip || PJu *súp-á || PTpr *jep || Kt *sap*, Ari *sæβ-ə* || Kr *naʔ-jop* || Pu *təp* 'leaf, hair' || Ar/Gv *tsep*, Zo *sep*, Sl *bá-sep*
- (15) PT *jəu 'blood' > PMG *cui || PMu *đoj || PTpr *jei || Ari *næe* || Kr *ju*
- (16) PT *kə 'to go, to walk' > (?) PMG *[e]ko 'to be, to live' || PMu *[ki]ki || Kr *kə* || Pa *ka:*, Gv *kaà*, Zo *ka*
- (17) PT *kəc 'to plant' > PMG *koc || PJu *kat-ú 'to bury, to plant' || Gv *kaja*
- (18) PT *kək 'to hold' > PMG *kok (only PTG *kok 'to support') || PMu *kik (only Mu *kək*) || Kt *kak* || Kr *kik*
- (19) PT *mbə (absolute)*pə (relational) 'hand, finger, vine-like' > PMG *mbo/*po || PMu *pi || PJu *bu-á || PTpr *mbo 'hand' || Kt *pi*, Ari *pə* 'hand' || Kr *piʔ* 'cylindrical and small' || Pu *bə* 'long, vine-shaped' || Pa/Ar/Gv/Zo/Sl *pá-be*
derived: PT *utu-pə 'vine' > PMG *itipo || PMu *tji-bi || PTpr *itimbo (only Ma <ötömbó>) || Kt *tepi*, Ari *tepu*
derived: PT *ja-pə 'root' > PMG *capo || PMu *tabi(?) (fossilized 3rd person)
- (20) PT *mbəc 'snake' > PMG *mboc || PMu *pij || PJu *put-á || (?) Kr *māj[gāra]* || Pu *māñ[ũp]ʔ* || Pa *māj[kir]*, *maj[kó:ra:]* (spp.), Gv/Zo *baj*
- (21) PT *mã- 'causative' > PMG *mõ- || PMu *ma- || PJu *mã- || PTpr *mõ- || Kt *m-* (irregular vowel loss), Ari *mũ-* || Kr *ma-* || Gv *mã-*
- (22) PT *mők 'to stick, to glue' > PMG *mők || PMu *māñ 'to lean'
- (23) PT *ngə 'cultivated field' > PMG *ngo || PMu *ki 'women's field' || PJu *kú-á || PTpr *nge || Kt *nga*, Ar *ngæ* || Pu <tá>_{KG} (if Koch-Grünberg's <á> stands for ə) || Pa *ŋa*, Ar <ngá>, Gv/Zo *ga*
- (24) PT *ngəat 'sun' > PMG *nguət || (?) PMu *koat[o] 'summer' || PJu *kuaɟ[adɟ] || PTpr *ngəat 'sun, sky' || Pa *ŋád*, Ar/Gv/Zo/Sl *gát*
- (25) PT *paβək 'to be visible' > PMu *-pápik (only Mu *papák*) || PTpr *[e]paβok- (only Tu *epapók-* 'to return')
- (26) PT *pepʔə 'wing, flight feather' > PMG *pepo || PJu *pebu-a || PTpr *pepʔo || Kt *papi* 'arrow feather, fin', Ari *pæpə* 'wing'

⁶ Galucio (2005) gives the phonetic form as [mẽˈñũm] and analyzes [ẽ] as a realization of /ã/. In Galucio et al. (2015, p. 271), the form *mājũp(m)* is given instead. We assume the representation /ă/ for the vowel in question.

- (27) PT **pətic* 'heavy' > PMG **potic* || PMu **pítʃi* || PJu **padét-ú* || PTpr **poti* || Kt *piti* || Kr *piʔti* || Pa *pati-ga*, Ar *patií ~ pati-í* 'heavy, thick', Gv *patî*
- (28) PT **tə* 'to go (*singular*)' > PMG **to* || PMu **tʃi* || PJu **tʃa* || Kr *ti*
- (29) PT **-tə* 'pronominal formative (pl.)' > PMG **-to* || PMu **-ji* || PTpr **-te* || Kt *-tʃa /-ta/*, Ari *-tæ* || Kr *-tə*
- (30) PT **tə-* 'third person coreferential' > PMG **to-* (only Mw *to-*) || (?) Xi *d(u)-*⁷ || PTpr **te-* || Kt *ta-*, Ari *tæ-* || Kr *to-*
- (31) PT **tək* 'to pound, to grind' > PMG **tok* || PMu **tʃik* (only Mu *tʃək* 'to break') || PJu **(pá-)dák-u* || Kt *tak*
- (32) PT **tək* 'larva' > PMG **tok* (only PTG **tsok*) || PJu **[a]dák-á* || PTpr **tek* (only Tu *tek*) || Kt *[ken]tak* || Pa *[ka]dé:g* 'coconut larva', (?) *[mã:m]nég* 'caterpillar sp.', (?) *nég* 'boil', Ar *mandeg* 'caterpillar', Gv *mã-dék* 'lizard'
- (33) PT **ʔək* 'tuber' > PMG **ʔok* || PMu **ʔik* 'belly' || PTpr **ek* (only Tu *ek*)
derived: PT **mānī-ʔək* 'manioc' > PMG **mānīʔok* || PMu **másik* || PJu **maniak-á*

ADVANTAGES WITH RESPECT TO RODRIGUES (2005)

In what follows, we discuss four correspondence sets derived by Rodrigues (2005) from three Proto-Tupian vowels. Two of them, identified by Rodrigues (2005) with PT **e* and **u*, show no overlap at all; these correspondence sets appear as (a) and (d), respectively, in Table 4 below. The remaining two correspondences, given as (b) and (c) in Table 4, are attributed in our account to PT **ə*, yet an entirely different account is proposed by Rodrigues (2005). The correspondence (c) has the same reflexes as (d) in Karitiana and Tuparí, but other languages show distinct reflexes, which are typically lower than those of (d); it is associated by Rodrigues (2005) with PT **o*. The correspondence (b) shows significant overlaps with (a) and (c): in Tupí–Guaraní, Awetí, Sateré-Mawé, Mundurukú, and Yudjá, the observed reflexes are identical to those of (c), whereas in all other branches the correspondence set in question — in Rodrigues' (2005) account — coincides completely with (a).

Table 4. Four correspondence sets for Tupian vowels (adapted from Rodrigues, 2005, p. 37).

	PTG	Awetí	S.-Mawé	Yudjá	Mundurukú	Karitiana	Tuparí	S.-Paiter	Karo	Puruborá
(a)	<i>*e</i>	e	e	e	e	a	e	e	e	e
(b)	<i>*o</i>	o	o	a	ə	a	e	e	e	e
(c)	<i>*o</i>	o	o	a	ə	ɨ	o	a	a	a
(d)	<i>*u</i>	u	u	u	o	ɨ	o	o	o	o

According to Rodrigues (2005, pp. 40, 42, 2007, pp. 175–176, 181–182, 186), the overlapping pattern that involves the correspondence (b) — which coincides with (c) in Tupí–Guaraní, Awetí, Sateré-Mawé, Mundurukú, and Yudjá, but with (a) in the remaining branches — can be explained by reconstructing a secondary rounding feature for the consonant that immediately follows the vowel (the available options in Rodrigues's, 2005 reconstruction are **pʷ*, **kʷ*, **kʷʔ*). In the proto-language of Mawé-Guaraní, Mundurukú, and Yudjá ('Eastern' Tupian languages in Rodrigues', 2005 terms), this contextual factor would have induced the merger of the correspondence set in (b) with the **o* series, Yudjá being later subject to **o* > *a* and Mundurukú undergoing **o* > *ə*. The remaining branches

⁷ Word-initially, PT **t* is expected to yield PJu **tʃ* > Xi *t*, not *d*. Also the regular reflex of PT **ə* is *u* only before vowels, but not before consonants. Together, these facts cast doubt on the inclusion of the Xipaya prefix in this cognate set. Note, however, that at least the apparently irregular vowel reflex could be attributed to leveling: at an earlier stage, **da-* may have occurred before consonants and **du-* before vowels. The allomorph *du-* is still used in some pre-vocalic contexts in Xipáya (*du-ázi* 'his (own) wife'), but shows up as *d-* before unaccented vowels (*d-aká* 'his/her (own) house'; Rodrigues, 1995, p. 12).

— that is, Arikém, Tuparian, Mondé, Ramarama, and Puruborá — would have not been subject to any contextual coloring and show reflexes identical to those of PT **e*, which leads Rodrigues (2005, 2007) to reconstruct **e* for the correspondence set in question and to posit a conditioned split in his ‘Eastern’ languages. In synthesis, then, Rodrigues’ (2005) proposal for the PT segments whose reflexes appear in the correspondences in Table 4 above is as follows: **e* for the correspondences (a) and (b), **o* for (c), and **u* for (d). Moreover, the context-dependent merger of the series (b) and (c) in Mawé-Guaraní, Mundurukú, and Juruna is attributed to the influence of a secondary rounding feature hosted on the following consonant.

Under closer scrutiny, however, it appears that the available evidence does not support either the identification of the correspondence (b) as a context-dependent offshoot of (a) or the reconstruction of a labialized stop series for Proto-Tupian. Although we concur with Rodrigues (2005) in reconstructing PT **e* for the correspondence (a), we disagree with his diachronic interpretation of the remaining three correspondences in that:

- we consider (b) to be the default development of PT **ə* (rather than a positional development of **e*);
- we consider (c) to be a positional development of PT **ə* (rather than the default reflex of a PT phoneme of its own, symbolized as **o* by Rodrigues (2005));
- we derive (d) from PT **o*, which in our account is the only rounded vowel of PT (as opposed to Rodrigues’ (2005) reconstruction, whereby PT had both **u* and **o*).

Rodrigues’ (2005) account is seriously undermined by the following facts.

1. First of all, the consonants reconstructed as labialized by Rodrigues (2005) in etyma that instantiate the correspondence set (b) appear not to have reflexes distinct from those of non-labialized consonants.
2. Furthermore, the correspondence in (b) may also occur morpheme-finally or morpheme-internally before vowels, making it impossible to attribute the emergence of the correspondence to a following consonantal segment.
3. The correspondence set in (c) may be explained away as a conditioned offshoot of (b).
4. The reflexes listed by Rodrigues (2005) for (b) and (c) in Suruí-Paiter, Karo, and Puruborá are partially based on non-cognate material and are thus incorrect.
5. Finally, there is typological evidence that renders Rodrigues’s (2005) hypothesis implausible.

Each of these five points is discussed in the subsequent sections.

PURPORTED LABIALIZED CONSONANTS HAVE THE SAME REFLEXES AS PLAIN CONSONANTS

Let us consider the reflexes of the PT segments that Rodrigues (2007) reconstructs as labialized consonants. As will become clear, their reflexes do not differ from those of their plain (non-labialized) counterparts, and the only reason for positing such phonemes in Rodrigues (2007) reconstruction is to account for the correspondence set (b). Once it is recognized that the (b) series does not result from a conditioned split of **e*, it is no longer necessary to reconstruct labialized consonants for Proto-Tupian.

We will start by examining the occurrences of **pʷ* that are supposed to account for the alleged rounding of PT **e* in ‘Eastern’ Tupian. Rodrigues (2007) reconstructs it for two roots, **epʷ* ‘leaf’ and **epʷa* ‘face’ (as well as in its derivative **epʷa-pokʷ* ‘to appear’). In the former case, all Tupian branches have a reflex with a plain labial stop *p* (in some languages, which lack an opposition between oral and nasal codas, it is symbolized as *p̥*). In most Tupí-Guaraní languages, as well as in the Arikém language before the suffix *-a*, the stop is lenited to *β* or a similar

sound (cf. Schleicher, 1998, pp. 29–32; Storto & Baldi, 1994); this development regularly targets word-final stops of any origin in these languages⁸. In our reconstruction, the vowel correspondence between PMG *o, PMu *i, PTpr *e, Kt a, Ari æ, Pu ə, and Mo e is derived from PT *ə, whereas the correspondence between the word-final consonants straightforwardly continues PT *-p. That way, there is no need to reconstruct a labialized stop for ‘leaf’ in our proposal.

- (34) PT *jəp ‘leaf’ (Rodrigues (2007): *ep^w) > PMG *-cop || PMu *ðip || PJu *súp-á || PTpr *jep || Kt sap, Ari -sæβ-o || Kr naʔ-jop || Pu təp ‘leaf, hair’ || Ar/Gv tsep, Zo sep, Sl bá-sep

An identical rhyme is found in the word for ‘bitter’. Rodrigues (2007, p. 196) reconstructs its PT etymon as *rɔp and lists its reflexes in Sateré-Mawé, Awetí, PTG, and Mundurukú. Had he considered the Tuparí and Karitiana cognates, he would have likely reconstructed *rɛp^w.

- (35) PT *ðəp ‘bitter’ (Rodrigues, 2007: *rɔp) > PMG *ðop || PMu *tʃip || PTpr *tep || Kt ta:p

In Rodrigues’ (2007) account, *p^w is claimed to have a divergent reflex between vowels in the languages of the Mawé-Guaraní (PT *p^w > PMG *β, as opposed to PT *p > PMG *p) and Mundurukú (PT *p^w > PMG *p, as opposed to PT *p > PMG *b) branches. Rodrigues (2007) gives only two cognate sets that instantiate the sequence *ep^w: PT *ep^wa ‘face’ and *ep^wapok[?] ‘to appear’; Corrêa da Silva (2010, p. 128) claims the latter to be a derivative of the former. Rodrigues (2007, p. 186) lists the following reconstructions and reflexes (quoted *verbatim*).

- (36) PT *ep^wa ‘face’ (Rodrigues, 2007 reconstruction) > Mw -ewa, Aw -owa, PTG *-oβa || Mu dopa, Ku t-upa || Ma č-epa ‘forehead’, Tu epa ‘eye, light’, epa-psi ‘face’, Sk/Ak ebapi ‘face’, eba-opap ‘eye’ || Kt s-ipo ‘eye’
 (37) PT *ep^wapok[?] ‘to appear’ (Rodrigues, 2007 reconstruction) > PTG *oβapo || Mu j-ebapək || Tu epapok ‘to arrive’

Note, however, that even within Rodrigues’ own framework the proposed etymology for ‘face’ presents serious irregularities. In his account, PT *e before a labialized consonant would be expected to yield Mw o (rather than e), Mu ə (rather than o), Ku i (rather than o — note that u in the datum cited by Rodrigues (2007) is a phonetic variant of /o/), and Kt a (rather than i). We surmise that in this case Rodrigues (2007) has failed to distinguish between two unrelated cognate sets, which we derive from PT *jəβa ‘forehead’ and *jopʔa ‘face’ (in addition, Mw -ewa, or sewa in our notation, appears to be unrelated to either etymon).

- (38) PT *jəβa ‘forehead’ (Rodrigues, 2007: *ep^wa ‘face’) > PMG *coβa || PTpr *jeβa
 (39) PT *jopʔa ‘face’ (Rodrigues, 2007: *ep^wa) > PMu *ðópa || Kt si:po ‘eye’, sipo ‘seed’

PT *β in *jəβa ‘forehead’ is reconstructed based on the correspondence PMG *β ~ PTpr *β, otherwise found in the cognate set for ‘wind’, PMG *iβiçu ~ PTpr *iβijo (cf. Nikulin & Andrade, 2020, p. 292). In *jopʔa, the consonant cluster is reconstructed in order to account for the voiceless intervocalic stop *p in PMu, also found in etymologies

⁸ At the PTG level, at least, only *-p and *-ɾ were subject to lenition, but the dorsal stop *-k was not (Schleicher, 1998, p. 32; Meira & Drude, 2015, p. 281). A few languages like Kayabí and members of the Kagwahiva cluster extended the process to reflexes of PTG *-k as well.

such as PMu **óropo* ~ PTpr **oropʔo* ~ PMG **uruβu* 'vulture'⁹. In our account, the correspondence between PMG **o* and PTpr **e* need not be conditioned by any feature hosted on the following consonant.

As for the cognate set for 'to appear', we believe that PTG **oβapo* should be excluded from it (no other examples are known where a velar coda in Mundurukú or Tuparian would correspond to zero in PTG)¹⁰. Moreover, the Mundurukú cognate does not actually contain an initial vowel (the root is *papák* 'to be visible', with the allomorph *bapák* occurring after vowels; cf, Picanço, 2005, p. 17). That way, this cognate set does not instantiate the vowel correspondence which interests us in this section, nor does it back up the reconstruction of **pʷ*.

- (40) PT **paβæk* 'to be visible' > PMu **-párik* (only Mu *papák*) || PTpr **[e]paβok-* (only Tu *epapók-* 'to return')

Now we turn to the purported PT **kʷ*. According to Rodrigues (2007), this phoneme induces contextual coloring in the preceding vowel in the following cognate sets.

- (41) PT **ək/*jək* 'house' (Rodrigues, 2007: **ekʷ*) > PMG **ok/*cok* || PMu **ík-ʔa/*ðík-ʔa* || PJu **ak-á* || PTpr **ek/*jek* || Ari *æk-o* 'house' || Pu *ʔək-a* || Ar <eg> 'house, village'
derived: PT **ək-at* 'plaza' (Rodrigues, 2007: **ekʷat*) > PMG **ok-at* (only PTG **ok-at*) || Kt *ak-ot* 'together', Ari *ækod-o* 'plaza'
derived: PT **ək-ēt/*jək-ēt* 'plaza'/'door' (Rodrigues, 2007: **ekʷen*) > PMG **ok-ēt* 'door' || PMu **ik-ēn/*ðik-ēn* (only Ku *ifēn*, 3rd *t-ifēn* 'door') || PTpr **ek-ēt* (only Tu *ek-ēt* 'plaza') || Kt *ak-ān* 'village'
- (42) PT **tək* 'to pound, to grind' (Rodrigues, 2007: **čekʷ*) > PMG **tok* || PMu **tjik* (only Mu *tjak* 'to break') || PJu **(pá)-dák-u* || Kt *tak*
- (43) PT **tək* 'larva' (Rodrigues, 2007: **čekʷ*) > PMG **tok* (only PTG **tsok*) || PJu **[a]dák-á* || PTpr **tek* (only Tu *tek*) || Kt *[ken]tak* || Pa *[ka]dé:g* 'coconut larva', (?) *[mā:m]nég* 'caterpillar sp.', (?) *nég* 'boil', Ar <mandeg> 'caterpillar', Gv *mā-dék* 'lizard'
- (44) PT **ʔək* 'tuber' (Rodrigues, 2007: **ʔekʷ*) > PMG **ʔok* || PMu **ʔik* 'belly' > Mu *ʔək*, Ku *ʔik* || PTpr **ek* (only Tu *ek*)
derived: PT **mānī-ʔək* 'manioc' (Rodrigues, 2007: **mani* + **ʔekʷ*) > PMG **mānīʔok* || PMu **māsik* || PJu **maniak-á*

To the best of our knowledge, no PT reconstructions for the following cognate sets are proposed in the works by Rodrigues (2007). He would probably reconstruct **tʔakʔekʷ* 'army ant' and **kekʷ* 'to hold'.

- (45) PT **jaʔək* 'army ant' > PMG **caʔok* (only PTG **taʔok*) || PMu **ðaʔik* (only Mu *daʔək*) || PTpr **jakek*
- (46) PT **kək* 'to hold' > PMG **kok* (only PTG **kok* 'to support') || PMu **kik* (only Mu *kək*) || Kt *kak* || Kr *kik*

As can be seen in these examples, the putative PT **kʷ* does not have labialized reflexes in any single Tupian branch. In fact, in all cases it is reflected precisely in the same way as PT **k* (represented as **k* in the coda position).

⁹ An anonymous reviewer notes that positing PMu **p* as a regular reflex of PT **pʔ* could be problematic if one accepts that PMu **eba* 'wing' (Picanço, 2019, p. 136) is related to PT **pepʔə* 'wing'. Although we find the comparison in question tempting, the mismatch between PMu **a* and PT **ə* precludes us from considering PMu **eba* a reflex of PT **pepʔə*. Instead, it is possible that the Mundurukú form continues a different derivative of a hypothetical PT root **pep-*, whose erstwhile existence is suggested by Tuparí *pépʔe* 'fin' and *pépʔa* 'butterfly' (Alves, 2004, p. 236) alongside *pépʔo* 'feather' (< PT **pepʔə*).

¹⁰ Of relevance to this issue, note that the lack of an explicit bottom-up lexical reconstruction of PTG is a significant drawback of the Tupian comparative literature. Although much of the work by Rodrigues often uses Old Tupi (or some other conservative/well-attested language) as a kind of proxy for PTG, we were unable to find either PTG **oβapo* 'to appear' (Rodrigues, 2007, p. 186), or any presumed reflex of this etymon, after searching the PTG vocabulary of Mello (2000) and the extensive lexical documentation of conservative languages such as Old Guaraní (Restivo, 1893 [1722]) and Old Tupi (Drummond, 1952–1953). These are reasons strong enough to believe that Rodrigues' (2007) PTG **oβapo* is a lexical ghost.

The only example which, according to Rodrigues (2007, p. 182; 2008, p. 6), instantiates a labialized reflex of PT **kʷ* in a Tupian language is PT **ekʷ-at* ‘plaza’ > Xi *koað-á*, Sk *ekʷat*, Tu *ekoat-pe* ‘area around the house’¹¹. We reconstruct the etymon in question as PT **ək-ər* and reject the appurtenance of the cited words to this cognate set. First of all, the ultimate sources of the Xipaya and Sakurabiat words provide glosses which are quite distant from ‘(village) plaza’: <ɰʷazá> ‘village of foreigners’ (Nimuendajú, 1928, p. 827), <hekʷat> ‘field’ (Hanke et al., 1958, p. 205). Second, Sakurabiat *kʷ* does not regularly correspond to Tuparí *ko* (cf. Nikulin & Andrade, 2020).

The third purported labialized stop of Proto-Tupian is reconstructed by Rodrigues (2007) as **kʷʔ* for one single etymon.

- (47) PT **əkʷʔ/*jəkʷʔ* ‘arrow’ (Rodrigues, 2007: **ekʷʔip*) > PMG **uʔip/*cuʔip* || PMu **op/*ðop* || PTpr **ekip/*jekip* || (?) Pa *jáb*, Ar <ndjap>, Gv *dʒáp/ádʒáp* ~ *ídʒáp*, Zo *dʒap*

Rodrigues (2007, p. 186) states explicitly that **kʷʔ* is reflected in the daughter languages precisely in the same way as **kʔ* (we prefer to symbolize the segment in question with the *ad hoc* character **k̠*), and the labialization in the etymology for ‘arrow’ is reconstructed only in order to account for the correspondence between a front vowel in the Tuparian languages and rounded vowels in the ‘Eastern’ Tupian languages. Also note that the PT stem for ‘arrow’ almost certainly contains the formative for tree- or stick-like objects **-kʷʔip* in Rodrigues’, 2007 reconstruction), with reflexes in all Tupian languages, none of which shows any trace of labialization. In this sense, our proposal is superior to Rodrigues’ (2007) in that no need arises to reconstruct an extra consonant found in only one stem.

THE CORRESPONDENCE SET (B) BEFORE VOWELS OR PAUSE

In this subsection, we examine the instances of the correspondence set (b) in environments in which no consonant follows the vowel in question. These receive no explanation in the framework of Rodrigues (2007): his proposal attributes the emergence of the series (b) to the rounding conditioned by a following labialized consonant, whereas in the etyma under consideration there is no consonant which could have triggered the alleged conditional rounding. The relevant data are provided below.

- (48) PT **etə-* ‘sociative causative’ > PMG **ero-* || (?) PMu **[ð]iji-* (only Mu *dəðʒə-*) || PTpr **ete-* || Kt *at-ot* ‘to take away’ || Kr *ta-*
 (49) PT **ɲgə* ‘cultivated field’ > PMG **ɲgo* || PMu **kɪ* ‘women’s field’ || PJu **kú-á* || PTpr **ɲge* || Kt *ɲga*, Ar *ɲgæ* || Pu <tá>_{KG} || Pa *ɲa*, Ar <ngá>, Gv/Zo *ga*
 (50) PT **ɲgəər* ‘sun’ > PMG **ɲguar* || (?) PMu **koə[tə]* ‘summer’ || PJu **kuaʒ[adɪ]* || PTpr **ɲgear* ‘sun, sky’ || Pa *ɲád*, Ar/Gv/Zo/SI *gát*
 (51) PT **jəw* ‘blood’ > PMG **cui* || PMu **ðoj* || PTpr **jei* || Ari *ɲæe* || Kr *ju*
 (52) PT **-tə* ‘pronominal formative (pl.)’ > PMG **-to* || PMu **-ji* || PTpr **-te* || Kt *-tʃa /-tal*, Ari *-tæ* || Kr *-tə*
 (53) PT **tə-* ‘third person coreferential’ > PMG **to-* (only Mw *to-*) || (?) Xi *d(u)-* || PTpr **te-* || Kt *ta-*, Ari *tæ-* || Kr *to-*

Regarding the etymology for ‘field’, Rodrigues (2005, p. 40) explicitly notes that the vowel of the Karitiana reflex (Kt *ɲga /ɲa/*) corresponds to that of the Makurap (Tuparian) reflex (Ma *ɲge /ɲe/*), but is not the regular outcome of PT **o*,

¹¹ Rodrigues (2007, p. 182) and Rodrigues and Cabral (2012, p. 508) also reconstruct word-initial instances of PT **kʷ* in some cognate sets, which are allegedly preserved in the Awetí–Guaraní languages as Aw *kw*, PTG **kʷ*. Meira and Drude (2015) show that the structure *(*)kʷV* in these languages continues earlier sequences of the type **koV*, which may or may not result from elision of an erstwhile intervocalic consonant. Some examples are PMG **kocap* ‘to pass’ > Aw *kwap*, PTG **kʷap* (Meira & Drude, 2015, p. 294); PT **ɲgəər* ‘sun’ > Aw *kwat*, PTG **kʷat* (this paper). It is, therefore, doubtful that PT had **kʷ* word-initially.

reconstructed by Rodrigues (2005) based on the reflexes in other branches of Tupian¹². Rodrigues (2005, pp. 39-40) also notes that his proposal fails to account for the Yudjá reflex (Yu **kú-á**), as PT ***o** in his proposal is supposed to be reflected as **a** in the Juruna branch; he tentatively suggests that the Yudjá word is a loan from Língua Geral Amazônica, a Tupí-Guaraní language. In our account, none of these problems arises, as we hypothesize that PT ***ə** regularly yields Kt **a**, Ma **e**, and (before vowels) Yu **u**.

ROUNDING OF PT ***ə** IN TUPARÍ AND ARIKÉM

Rodrigues (1999, pp. 110-111) notes that PT ***o** — in his own reconstruction — occurs almost exclusively after labial consonants, and tentatively suggests that this vowel arose as a positional variant of PT ***u**. We argue that the correspondence set which Rodrigues (1999, 2005) equates with PT ***o** is indeed secondary: it may be indeed explained away as an offshoot of another PT vowel in the environment $C_{[+labial]}(?)$. However, our account differs from Rodrigues' (1999) suggestion in that the correspondence set in question is derived from PT ***ə** (rather than from another rounded vowel) and in that the proposed conditioned split is attributed to a shallower level than Proto-Tupian: its effect is clearly visible in only two Tupian branches, Tuparian and Arikém. Instead of yielding PTpr ***e**, Kt **a**, Ari **æ**, one finds PTpr ***o**, Kt **i**, Ari **u** in the aforementioned context. The following examples illustrate.

- (54) PT ***apə** 'interrogative word' > PTpr ***apo** 'who; what (*subject*)'
- (55) PT ***papək** 'to be visible' > PTpr ***[e]papok** (only Tu **epapók** 'to return')
- (56) PT ***mbə** (abs.) ***pə** (rel.) 'hand, finger, vine-like' > PTpr ***mbo** || Kt **pí**, Ari **pɯ**
derived: PT ***utu-pə** 'vine' > PTpr ***itimbo** (only Ma <ötömbó>) || Kt **tepí**, Ari **tepu**
- (57) PT ***mā-** 'causative' > PTpr ***mō-** || Ari **mɯ-** (but Kt **m-**)
- (58) PT ***pətic** 'heavy' > PTpr ***poti** || Kt **piti**
- (59) PT ***pepə** 'wing, flight feather' > PTpr ***pepo** || Kt **papí** 'arrow feather, fin', Ari **pæpu** 'wing'

After non-labial consonants or word-initially, the reflexes are PTpr ***e**, Kt **a**, Ari **æ**.

- (60) PT ***ək/*jək** 'house' > PTpr ***ek/*jek** || Ari **æk-ɔ** 'house'
derived: PT ***ək-ət** 'plaza' > Kt **ak-ot** 'together', Ari **ækɔð-ɔ** 'plaza'
derived: PT ***ək-ët/*jək-ët** 'plaza'/'door' > PTpr ***ek-ët** (only Tu **ek-ët** 'plaza') || Kt **akân** 'village'
- (61) PT ***əkɯp/*jəkɯp** 'arrow' > PTpr ***ekip/*jekip**
- (62) PT ***jakək** 'army ant' > PTpr ***jakek**
- (63) PT ***jəβa** 'forehead' > PTpr ***jeβa**
- (64) PT ***jəp** 'leaf' > PTpr ***jep** || Kt **sap**, Ari **-sæβ-ɔ**
- (65) PT ***jəw** 'blood' > PTpr ***jei** || Ari **ɲæe**
- (66) PT ***kək** 'to hold' > Kt **kak**
- (67) PT ***dəp** 'bitter' > PTpr ***tep** || Kt **ta:p**
- (68) PT ***ŋgə** 'cultivated field' > PTpr ***ŋge** || Kt **ŋga**, Ar **ŋgæ**
- (69) PT ***ŋgəat** 'sun' > PTpr ***ŋgeat** 'sun, sky'
- (70) PT ***paβək** 'to be visible' > PTpr ***[e]paβok** (only Tu **epapók** 'to return')
- (71) PT ***tək** 'to pound, to grind' > Kt **tak**
- (72) PT ***tək** 'larva' > PTpr ***tek** (only Tu **tek**) || Kt **[ken]tak**
- (73) PT ***ʔək** 'tuber' > PTpr ***ek** (only Tu **ek**)

¹² cf. the original: ". . . AR [= Arikém branch] Karitiána **ɲa** (a vogal desta forma corresponde à do Makuráp, mas não à do étimo ****ɲko**, TP [= Tuparian branch] Kepkiriwat **go**, mas Makuráp **ke** (e não é o reflexo regular de ****o** nesta língua) . . ." (Rodrigues, 2005, p. 40). Note that Rodrigues (2005) takes Kepkiriwat to be a Tuparian language, in which we do not concur.

Not a single exception has been identified.

REFLEXES OF (B) AND (C) IN KARO, PURUBORÁ, AND MONDÉ

According to Rodrigues (2005), the correspondence sets (b) and (c) have different reflexes not only in Tuparí and Karitiana (as we have shown in the previous section, they are in fact in a complementary distribution in these languages), but also in Karo, Puruborá, and Mondé (represented by Suruí-Paiter in Rodrigues', 2005 study). The (b) series (derived from PT **e* before a labialized consonant in Rodrigues', 2005 proposal) is supposed to be reflected as *e* in Karo, Puruborá, and Suruí-Paiter, whereas the correspondence set (c) (< PT **o* according to Rodrigues, 2005) is expected to yield *a* in the three languages.

In reality, however, the Karo and Puruborá reflexes listed by Rodrigues (2005, pp. 39-40) for the correspondence sets (b) and (c) turn out to be nonexistent, and the Mondé reflexes may be equally accounted for if one accepts our reconstruction of PT **ə*. Consider the following etymologies (R = Rodrigues, 2007):

- (74) PT **etə*- 'sociative causative' (R **erie*-/ **erio*-) > Kr *ta*-
- (75) PT **ək*/**jək* 'house' (R **ek*^w) > Pu *ʔək-a* || Ar <*eg*> 'house, village'
- (76) PT **jəp* 'leaf' (R **ep*^w) > Kr *naʔ-jop* || Pu *təp* 'leaf, hair' || Ar/Gv *tsep*, Zo *sep*, Sl *básep*
- (77) PT **kə* 'to go, to walk' (R **eko*) > Kr *kə* || Pa *ka*·, Gv *kaà*, Zo *ka*
- (78) PT **kək* 'to hold' (would-be reconstruction in Rodrigues' terms: **kek*^w) > Kr *kik*
- (79) PT **mbə* (absolute)/**pə* (relational) 'hand, finger, vine-like' (R **po*/**mpo*) > Kr *pɪʔ* 'cylindrical and small' || Pu *bə* 'long, vine-shaped' || Pa/Ar/Gv/Zo/Sl *pá-be*
- (80) PT **mbəc* 'snake' (R **mpoj*) > (?) Kr *mǎj[gǎra]* || Pu *mǎŋ[ũp]* || Pa *máj[kir]*, *maj[kó:ra:]* (spp.), Gv/Zo *baj*
- (81) PT **mǎ*- 'causative' (R **mǎ*-) > PMG **mǎ*- || PMu **ma*- || PJu **mǎ*- || PTpr **mǎ*- || Kt *m*- (irregular vowel loss), Ari *mú*- || Kr *ma*- || Gv *mā*-
- (82) PT **ŋgə* 'cultivated field' (R **ŋko*/**ŋke*) > Pu <*tá*>_{KG} || Pa *ŋa*, Ar <*ngá*>, Gv/Zo *ga*
- (83) PT **ŋgəar* 'sun' (R **ŋat*[?]) > Pa *ŋád*, Ar/Gv/Zo/Sl *gát*
- (84) PT **pətic* 'heavy' (R **pocij*) > Kr *piʔti* || Pa *pati-ga*, Ar <*patií* ~ *pati-í*> 'heavy, thick', Gv *patî*
- (85) PT **tə* 'to go (singular)' (R **co*) > Kr *ti*
- (86) PT **tə*- 'third person coreferential' > Kr *to*-
- (87) PT **tək* 'larva' (R **ček*^w) > Pa [*ka*]*dé:g* 'coconut larva', (?) [*mā:m*]*nég* 'caterpillar sp.', (?) *nég* 'boil', Ar <*mandeg*> 'caterpillar', Gv *mā-dék* 'lizard'
- (88) PT **jəu* 'blood' > Kr *ju*

The reflex *e*, listed by Rodrigues (2005) for Karo and Puruborá, simply does not occur in the available data. In Karo, one finds *o*, *i*, *ə*, *ǎ*, *a*, and *u* (with no obvious distribution), and in Puruborá, *ə* is found in all cases. Currently we have no explanation for the reflexes in Karo (but note that Rodrigues' proposal also fails to account for them).

In the Mondé languages, one does indeed find *a* and *e* in accordance with Rodrigues' (2005) predictions (PT **e* > *e*; PT **o* > *a*). However, it is also possible to account for the Mondé reflexes if one recognizes that the etyma of all the aforementioned cognate sets contained one and the same vowel, PT **ə*. Note that all instances of *e* occur following a coronal consonant ('leaf', 'larva') or word-initially ('house/village'), whereas all instances of *a* ('hand', 'snake', 'cultivated field', 'sun', 'heavy') occur following a peripheral (labial or velar) consonant. We propose, therefore, that PT **ə* was fronted to Proto-Mondé **e* following coronal consonants or word-initially and yielded Proto-Mondé **a* elsewhere, and that the Mondé languages lend no support to the Proto-Tupian age of the distinction between the correspondence sets (b) and (c). We parenthetically note that the fronting of the type **ə* > *e* following coronal consonants is also known from the history of Djeoromitxi, a Macro-Jê language of the Jabutian branch (Voort, 2007, p. 147), which is, like the Mondé languages, spoken in the Rondonian East. Typologically, the

functioning of labial and velar consonants as a natural class in processes triggering vowel backing (as in $*\text{ə} > \text{a}$) is amply documented (Hyman, 1973; Vago, 1976)¹³.

GENERAL PHONETIC CONSIDERATIONS

The development PT $*\text{eC}^w > *oC$, posited by Rodrigues (2005), inter alia for his 'Eastern' Tupian languages, conjoined with the reconstruction of such consonants with labial off-glides — the factor that accounts for these environmentally restricted vocalic outcomes — raise two issues of phonetic plausibility of historical reconstructions: one related to directionality considerations of the presumed coloring effect of the PT consonants, the other related to the distribution of the labialized consonants. First of all, a baffling aspect of the labializing effect exerted by these consonants is that it always affects the preceding, not the following vowel: a pre-vocalic labialized stop has no effect on a following vowel. From a phonetic point of view this is extremely counterintuitive. If labialization, or, more precisely, a labial release feature, is to play the role of contrastive feature distinguishing between these consonants (i.e. $*p^w$ and $*k^w$) and their plain counterparts (i.e. $*p$ and $*k$), one would expect its 'coloring' influence upon adjacent vowels to be realized more strongly (if not exclusively) on a following rather than a preceding vowel (that is, in a C^w -to-V transition, as opposed to the V-to- C^w boundary).

As to their distribution, Rodrigues' (2007) PT labialized stops tend to occur, or are found quite frequently, in word-final position. In fact, the most significant phonotactic gap in their distribution in Rodrigues' (2007) proposal is the absence of $*p^w$ from word-initial position. The expectation, commented on above, that a consonant with a secondary articulation will exert a stronger coarticulatory effect on a following rather than a preceding vowel derives from the fact that such segments depend, for their realization, on a following resonant element. As a consequence, we also expect such consonants to be less-optimally realized (*qua* contrastive segments) in word-final or pre-consonantal position, with no vocoid to work as a base for its contrastive release features to be imposed. As a matter of fact, plenty of evidence suggests that this is the case (see, e.g., Blevins, 2004, p. 116). In the words of Ladefoged and Maddieson (1996, p. 357):

Thus we can say that labialization is typically concentrated on the release phase of the primary articulation it accompanies. This observation has both phonetic and phonological significance. Many more languages have a restriction between the presence of labialization and the choice of the following vowel, than between its presence and the choice of the preceding vowel, and in many languages with labialized consonants the set of syllable-final consonants, if any, does not include labialized ones.

Aside from general considerations stemming from principles of acoustics and perceptual phonetics, it is not hard to find cross-linguistic evidence supporting the contention that such secondary articulations found in stop consonants behave phonologically as if 'looking for' a supporting vowel. Thus, in Khwarshi, an Eastern Caucasian language, labialization is found as a secondary articulation feature, mostly in velar and uvular consonants (Khalilova, 2009, pp. 17-18). The contrast is restricted basically to word-initial and word-medial position preceding a vowel, as in *et^wa* 'fly' vs. *eta* 'touch', *lak^wa* 'see' vs. *laka* 'lick'. The dynamic phonology of the language also demonstrates a preference for such labialized release

¹³ In principle, it is still possible that the regular Mondé reflex of PT $*\text{ə}$ is *a* even after *t/d*. This would allow us to propose two new Tupian etymologies for Mondé roots at the expense of the etymology for 'larva' shown above: PT $*\text{təx}$ 'to pound, to grind' > Pa *-tagá* 'to smash' (as in *to-dagá* 'to pound'), Gv *tágá* 'to beat'; PT $*\text{dəp}$ 'bitter' > Pa *[pe]táp*, Ar *<petab>*, Gv *[pe]típ* (note that Gv *i* is usually derived from /a/ in diminutives). We thank an anonymous reviewer for bringing the Paiter form *[pe]táp* 'bitter' to our attention.

consonants to occur preceding a vowel. Labialization is either lost (89a) or transferred to another consonant, one that precedes a vowel (89b), whenever a $-C(V)$ suffix is added to a root containing a final labialized stop.

- (89) a. $I-ak^w-a$ → $I-ak-fe$ b. $I-ak^w-a$ → $I-ak-x^w-a$
 IV-see-INF IV-see-PRS IV-see-INF IV-see-CAUS-INF

The joint effect of these generalizations, both static phonotactic patterns and processes in the dynamic phonology of Khwarshi, is to suggest that having consonants with a labial release preceding something other than a vowel is a highly undesirable or marked configuration in this language. Similar regularities are found in the phonologies of many unrelated languages, and can be understood more broadly in terms of the acoustic and phonetic constraints mentioned above, the same that make Rodrigues' (2007) proposal of stop consonants with secondary offglides that are almost always realized in contexts other than that of a following vowel very implausible.

INTERIM SUMMARY

Above we have presented evidence against positing a sound change whereby PT $*e$ would have acquired rounding ($> *o$) preceding labialized consonants as well as against reconstructing these labialized consonants for PT. Instead, we have proposed that the suspect correspondence should be derived from PT $*ə$. Moreover, in our reconstruction, PT $*ə$ accounts for some sound correspondences deemed irregular in Rodrigues' (2005) proposal as well as for the correspondences which underlie his reconstruction of $*o$. Our proposal is summarized in Table 5, where we list the reflexes of PT $*ə$ as well of two other vowels which do not present split reflexes: PT $*e$ and $*o$ (in Rodrigues', 2005, 2007 interpretation, $*e$ and $*u$).

Table 5. PT $*ə$, $*e$, and $*o$ and their reflexes. ^A = before PT $*i$ or $*u$ in the next syllable;¹⁴ ^B = before a vowel; ^C = next to a labial in a stem-final syllable; ^D = after a labial; ^E = after a coronal.

PT	PMG	PMu	PJu	PTpr	Kt/Ari	Kr	Pu	Mo
$*e$	$*e$	$*e$	$*e, *a^A$	$*e$	$a/a\epsilon$	e	e	e, i^A
$*ə$	$*o, *u^B$	$*i, *o^B$	$*a, *u^{BC}$	$*e, *o^D$	$a/a\epsilon, i/u^D$	$o, i, i, \epsilon, \tilde{\epsilon}, a, u$	ϵ	$a, (?) e^E$
$*o$	$*u$	$*o$	$*u$	$*o$	i/u	o	o	o

The notational change in the reconstruction of the sole rounded vowel of Proto-Tupian ($*o$) as opposed to ($*u$) does not affect the correctness of the sound correspondences identified by Rodrigues (2005) in any way. It is suggested by the fact that the typical realization of its reflex is a mid vowel in most Tupian branches (Mundurukú, Tuparian, Karo, Puruborá, and Mondé). Since Rodrigues' (2005) $*o$ is reinterpreted as an unrounded vowel $*ə$ in our account, it is now unproblematic to reconstruct $*o$ in PT stems such as $*am\tilde{e}ko$ 'jaguar', $*jacjo$ 'armadillo', $*jako$ 'lizard', $*jeko$ 'monkey', $*j\tilde{o}k$ 'flea', $*jopi(-?a)$ 'egg', $*ko$ 'to ingest', $*ndo$ 'hill, rock', $*ndok$ 'to eat (intr.)', $*\tilde{o}p$ 'to give', $*\tilde{o}r$ 'I' (and the first person prefix $*o-$), $*to\tilde{o}ko$ 'to bite', $*top$ 'to see', $*waco$ 'alligator', among many others (we do not list these well-established etymologies in Appendix 1 for reasons of space).

¹⁴ It has not been previously suggested that the combination PT $*e...i/u$ has special reflexes in Juruna ($*a...i$) and Mondé ($i...i$). Examples include PT $*ewit$ 'bee, honey', $*ejw$ 'marico bag', $*n\tilde{e}cwuk$ 'horsefly' and, in Juruna only, $*m\tilde{e}p\tilde{i}r$ 'son (female ego)', which are reflected as PJu $*awit\tilde{z}-\tilde{a}$, —, $*n\tilde{a}t\tilde{i}k-\tilde{a}$, $*m\tilde{a}bi-a$; Aruá $\langle ivirej \sim ividei \rangle$, $\langle itji \rangle$, $\langle digá \rangle$ (but $*m\tilde{e}p\tilde{i}r > \langle mambid \rangle$).

PT **u* VS. **i*

In this section, we will argue that it is necessary to reconstruct two distinct vowel phonemes in place of Rodrigues' (2005) Proto-Tupian **i*. According to Rodrigues (2005), Proto-Tupian **i* would have undergone a number of splits in the daughter languages depending on the immediate consonantal environment, yielding *i/i* in Yudjá, *e/i* in Karitiana, *i/ɛ* in Tuparí, *i/i* in Karo, and *i/i* in Puruborá. Unfortunately, Rodrigues (2005) does not specify the consonantal environments which would have triggered the putative fronting of **i* in the daughter languages, nor is he explicit on whether these environments were identical for each constituent branch (Juruna, Arikém, Tuparian, Karo, and Puruborá). In what follows, we show that Rodrigues' (2005) reconstruction collapsed two correspondence sets into one and that two distinct vowels must therefore be reconstructed for Proto-Tupian. We symbolize them as PT **u* and **i*¹⁵, as in the minimal pair PT **ju* 'liquid' vs. PT **ji* 'urine', still retained in Karitiana as *se* 'liquid' and *si* 'urine'. Their reflexes are identical in some branches (PMG **i*, PMu **i*, PJu **i*, Mo *i*); for this reason, in what follows we are concerned only with the remaining branches (that is, Tuparian, Arikém, Karo, and Puruborá). At the end of the section, however, we will see that the distinction between the PT vowels in question is indirectly preserved in the Mundurukú branch as well.

PT **u* is reconstructed for the correspondence set which involves the following reflexes: PTpr **i* (> Ma/Sk/ Ak *i*, Wy/Tu *ɛ*), Kt/Ari *e*, Pu *i*. In Karo, one usually finds *i* in the word-initial position (*i-ci* 'water', *iti* 'deer'), *ə* if the syllable is nasal (*nəp* 'louse', *wakəja* 'agouti'), and *i* elsewhere (*i-ci* 'water', *ma-?ip* 'tree', *tɪt* 'to cook', *itɪ* 'deer', *jaɪ* 'howler monkey'); we are as of now unable to account for the apparently aberrant reflex *pək* 'to burn'. In Karo *ju* 'blood', the vowel *u* continues the PT sequence **əu* and is thus not necessarily irregular. Below we list the PT etyma where evidence from multiple branches converges to the reconstruction of PT **u* as opposed to PT **i* (reflexes in branches which do not distinguish between them are omitted).

- (90) PT **jau* 'howler monkey' > PTpr **jaɪ* || Kr *jaɪ* || (?) Pu *aɜɪ*
- (91) PT **jəu* 'blood' > PTpr **jeɪ* || Ari *næe* || Kr *ju*
- (92) PT **ju* 'liquid' > Kt *se*, Ari *-se* || Kr *i-ci* 'water'¹⁶
- (93) PT **kwnĩṅã(ɾ)* 'scorpion' > PTpr **kɪnĩṅã* || Kt *kennõn*, Ari *kednõð-o*
- (94) PT **k'wɪɾ* 'green' > PTpr **ɪɾ* 'unripe, young' || Kt *ket* 'green, blue', Ari *keð-* 'blue'
- (95) PT **kɯc* 'earth' > PTpr **kɪc* 'earth' || Kt *?ej*, Ari *(?)ej-o* || Pu *?ɪc*
derived: PT **kɯc-pi* 'earth' > Kt *ejə-pi*
- (96) PT **kɯp* 'tree; stick-like' > PTpr **kɪp* || Kt *?ep*, Ari *(?)eβ-o* 'tree; bone' || Kr *ma-?ip* || Pu *?ɪp*
- (97) PT **kɯɾ* 'son' > PTpr **kɪɾ* 'sperm; child; youngster' || Kt *?et* 'son; paternal aunt (*female ego*)', Ari *(?)eð-o* 'son; daughter (*female ego*)'
- (98) PT **ṅgw* 'liquid' > PTpr **ṅgɪ* 'liquid, saliva' || Kt *ṅge* 'blood'
- (99) PT **ṅgwɾ* 'louse' > PTpr **ṅgɪp* || Kt *ṅgep*, Ari *ṅgeβ-o* || Kr *nəp* || Pu *tɪp*
- (100) PT **ṅgwɾɪ* 'salt' > PTpr **ṅgɪ?ɪɾ* || Pu *tɪr[a]*
- (101) PT **pɯk* 'to burn' > PTpr **pɪk-* || Kr *pək*
- (102) PT **tɯɾ* 'to cook' > PTpr **tɪɾ* || Kt *[o]tet* || Kr *tɪt*
- (103) PT **ɯp* 'dirty, black' > PTpr **ɪp* || Kt *ẽ:m*, Ari *ẽm-*
- (104) PT **ɯtɯɯ* 'deer' > PTpr **ɪtɪ:* || (?) Kt/Ari *nde* || Kr *itɪ* || Pu *idɪ*
- (105) PT **ɯtɯ-pə* 'vine' > PTpr **ɪtɪmbo* (only Ma <*õtömbó*>) || Kt *tepi*, Ari *tepu*
- (106) PT **wăkuĩṅã* 'agouti' > PTpr **wăkɪṅã* || Kr *wakəja* || Pu *wakɪṅã*
- (107) PT **wɯ* 'to blow' > PTpr **wɪ* || Kt *he:*
- (108) PT **ɯ* 'water' > PTpr **?ɪ(:)* || Kt/Ari *e* 'rain', *e-se* 'water, river' || Kr *i-ci*
derived: PT **ɯ-a* 'gourd' > PTpr **?ɪ?a*

¹⁵ Note that we do not claim that the phonetic values of these segments were necessarily a back and a central unrounded vowel, respectively. At this time, other interpretations (such as **i/i* vs. **i/ɪ*) cannot be discarded.

¹⁶ If Kr *ci* 'liquid' and Pu *fi* 'chicha; blood, menstruation' turn out to be related, they would constitute an exception. However, it appears possible to derive them from PT **ji* 'urine' (> 'liquid').

The following example can be considered regular if it turns out that Lemos Barbosa (1951) transcription <mixon>_B of the Arikém cognate (see Rondon & Faria, 1948, p. 199) stands for *mũsõ* (for the development PT **w* > Kt/Ari *m* in nasal environments, compare Kt *mĩnõ* 'Brazil nut').

- (109) PT **wuɕjã* 'shell' > PTpr **wĩnã* (only Tu *uɲã*) || Ari *mũsõ*

In the following examples, the PT etymon is preserved in Tuparian, but not in other branches which distinguish between **u* and **i*. Based on the Tuparian evidence, we reconstruct **u*.

- (110) PT **wpeɕ* 'duck', **əɕwɪp*/**jəɕwɪp* 'arrow', **tɬwɪ* 'digging stick', **uβiɕjo* 'wind', **kɪpi*(-*kɬwɪ* ~ -*ɬwɪ*) 'younger sister (female ego)',¹⁷ **nēcɬwɪ* 'horsefly', **ejɬw* 'marico bag' > PTpr **i*peɕ, **ekɪp*/**jekɪp*, **tɪ*ɬ, **i*βijo (only Tu *uɲsiõ*), **kɪpi*, **nēcɪk*, **ejɪ*

There are also two PT etyma which have reflexes in Karitiana, but not in other languages which distinguish between **u* and **i*: PT **mbVɬwɪ* ~ **mbVɕwɪ* 'necklace',¹⁸ **tɪ*ɬwɪ ~ **tɪɕwɪ* 'maternal aunt' > Kt *mboɬet* ~ *mõet*, *teɬet*. Based on the Karitiana evidence, we reconstruct PT **u* (we assume that the latter stem is derived from PT **tɪ* 'mother' and thus reconstruct **i* in the first syllable, translaryngeal assimilation of vowels is not unheard of in Karitiana; alternatively, the Karitiana word could be related to Ari <*utaířã*>_N 'id.').

PT **i* is reconstructed for the correspondence set which involves the following reflexes: PTpr **i* (preserved as *i* in all daughter languages), Kt/Ari *i*, Pu *i*. Below we list the PT etyma where evidence from multiple branches converges to the reconstruction of PT **i* as opposed to PT **u* (reflexes in branches which do not distinguish between them are omitted).

- (111) PT **apɪ* 'ear' > PTpr **api-jep*, **api-* || Kt *opi* 'earring', Ari *opi* 'earring', *opikurumæɬæβ-o* 'earhole'
 (112) PT **aɬi* 'sloth' > PTpr **aɬi-ato* (only Sk *aj-atso*) || Kt *oɬi*, Ari *o(ɬ)i* || Kr *aɬi* || Pu *aɬi*
 (113) PT *(*j*)*āpɪ* 'nose' > PTpr **ɲāpɪ(-ɬa)* || Kt *ɲɔpɪ-ɬop*, Ari *ɲōpi* 'nose', *ɲōpi-mæɬæβ-o* 'nostril', *ɲōpi-mbɬ* 'nasal adornment'
 (114) PT *(*j*)*atɪ* 'pain' (in some languages also 'sour') > PTpr **jati* || Kt *oti*
 (115) PT **jɪ* 'urine' > PTpr **jɪ-ɲgi* (only Wy *ndi-gɬ*) || Kt/Ari *si* || Kr *ci* 'liquid' || Pu <*žídoka*>_{KG} 'urine', *ji* 'chicha; blood, menstruation'¹⁹
 (116) PT **jiɪ* 'flower' > PTpr **ji:ɬ(-ɬa)* || Kt *ew-o-si:t*, Ari *eβ-o-si:ð-o*
 (117) PT **mbɪ*/**pɪ* 'foot' > PTpr **mbi(-to)* || Kt/Ari *pi* || Kr *pi* || Pu *ji-be*
 (118) PT **mbɪɬa*/**pɪɬa* 'liver' > PTpr **pɪɬa* || Kr *pía* || Pu *bía*
 (119) PT **mɪcō* 'curassow' > PTpr **mícō* || Kt *mbisí*, Ari *misũ*
 (120) PT **pətɪc* 'heavy' > PTpr **poti* || Kt *piti* || Kr *piɬti*
 (121) PT **pɪ* 'inner part' > PTpr **-pɪ* || Kt *-pɪ*, as in *ejɛ-pɪ* 'earth'
 (122) PT **pɪɕja* 'heel' > Kt *pɪ:so*, Ari *pɪoso* || Pu *bija[ka]*
 (123) PT **pɪɕjo* 'breath' > PTpr **pijo* || Kt *[ɲō]pisi*
 (124) PT **tɪ* 'mother' > PTpr **tɪ* || Kt/Ari *tɪ*
 (125) PT **wɪ* 'ax' > PTpr **wɪ* || Kt *hi* 'knife (dated)', Ari *hi* || Pu *wi-a*
 (126) PT **wɪca* 'stone' > Kt *i(t)so* 'whetstone', Ari *iso(-o)* || Kr *ijá*
 (127) PT **wɪp* 'cooked' > Kt *hip* 'to roast', (?) Ari *mbuð-o-hip-op-o* 'frying pan' || Kr *wip*

To these one may add the verbs Tu *[e]pik-*, Kt *(a-)mbik* and possibly Pu *[t]api-a* 'to sit', if these are related to PT **apɪk* 'to sit'.

¹⁷ This root has a plausible cognate in Karitiana, *kipeet*, but the vowel of the first syllable is in any case irregular.

¹⁸ Rodrigues (2007, p. 190) lists Tu *oir-pot* as a cognate, which could be a counterexample to our proposal. However, PT **mb* is expected to be preserved as *p* in Tuparí, casting doubt on the validity of the etymology.

¹⁹ Semantically, Kr *ci* 'liquid' and Pu *ji* 'chicha; blood, menstruation' are closer to PT **jw* 'liquid', but the vowel **u* would be expected to yield Karo and Puruborá *i* in this position.

In the following examples the apparent mismatch between the reflexes in Tuparian and Arikém is explained by vowel fusion: PT **ewi* > **æhi* > Kt *e:* (instead of **ai*), Ari *e* (instead of **æi*); PT **i(p)kw* or **i(p)ʔw* > **iʔe* > Kt *e:* (instead of **ie*).

- (128) PT **ewiʔ* 'bee, honey' > PTpr **ewiʔ* || Kt *e:t*, Ari *eð-o* 'bee', Ari *eð-o-se* 'honey' || (?) Kr *[p]ewiʔ* || Pu *iwir*
 (129) PT **kɪp(-kwɪ ~ -ʔwɪ)* 'brother' > PTpr **kɪp* 'younger brother (*male ego*)' || Kt *ke:t* 'younger brother (*male ego*)', Ari *keð-o*
 (130) PT **kupi(-kwɪ ~ -ʔwɪ)* 'younger sister (*female ego*)' > PTpr **kɪpi* || Kt *kipe:t*

In the following examples, the reconstruction of PT **i* as opposed to PT **u* is based on non-converging evidence from only one branch, as no cognates in other diagnostic branches have been identified.

- (131) PT **tɪk* 'resin', **jepi* 'payment', **kupi(-kwɪ ~ -ʔwɪ)* 'younger sister (*female ego*)', **(?)ike(-kwɪ ~ -ʔwɪ)* 'elder sibling', **uβiɟo* 'wind' > PTpr **tɪk* (only Tu *sik*), **jepi* (only Tu *epsi*), **kɪpi*, **ike* 'elder brother (*male ego*)', **iβijo* (only Tu *uɟsió*)
 (132) PT **pɪtɪk* 'to take, to grab', **wati* 'moon' > Kt *pɪtik* 'to take out, to empty', *oti* (Ari *otɪ*)
 (133) PT **wetɪk* 'sweet potato' > Pu *<witiká>*_{KG}, *<widiká>*_{ES}

Finally, one etymology has been found with a mismatch between Tuparian and Karo regarding the reconstruction of **i* or **u*. It is possible that the Karo word is ultimately unrelated to PT **mēpiʔ*, as the vowel correspondence in the first syllable and the nasal reflex of PT **p* appear to be irregular.

- (134) PT **mēpiʔ* 'son (*female ego*)' > PTpr **mēpiʔ* 'child, sororal nephew/niece (*female ego*)' || (?) Kr *mēmət*

We now turn to the Juruna branch, for which Rodrigues (2005) also posited a split of PT **i* into Yu *i*, *i*. However, this alleged split does not have anything to do with the reconstruction of PT **u* and **i* proposed in this section: in our account, both vowels yield PJu **i*, usually preserved in the daughter languages (PT **kiʔw* 'green', **ŋgʊw* 'louse', **nēcʊw* 'horsefly', **mbiʔa/*piʔa* 'liver', **(j)atɪ* 'pain, sour', **ewiʔ* 'bee, honey', **tɪk* 'resin', **pɪtɪk* 'to take, to grab', **mēpiʔ* 'son (*female ego*)', **apɪk* 'to sit', **wɪp* 'cooked' > PJu **[a]kɪʒ-ú*, **kɪpá*, **nātɪk-á*, **bɪʔá*, **fadɪ* 'sour', **awɪʒ-á*, **dɪk-á*, **pidɪk-ú*, (?) **mābi-a* 'daughter', **abɪk-ú*, **[u]wɪp-u* 'to cook'). A complication arises from the fact that PJu **i* has a special reflex in the word-initial position in Yudjá (*e-*) and Xipaya (*i-*): PT **kwɪc* 'earth' > PJu **it-á* > Yu *etá* 'sand, beach'; PT **kwɪc-pi* 'earth' > PJu **ipí-á* > Yu *epíá*, Xi *ipia*; PT **kwɪp* 'tree; stick-like' > PJu **ipá* 'stick' > Yu *epá*, Xi *ipa*. Note that the extinct Manitsawá appears to have preserved a non-front vowel in this case, as in *<upá>* 'Holz' (Steinen, 1886, p. 361). In the following example, Yudjá appears to have raised the vowel in the prevocalic position, feeding glide epenthesis: PT **ʔw* 'water' > PJu **i-á* > **e-á* > **i-á* > Yu *ijá* (cf. Xi *ija*). Finally, in the following two etymologies PT **i* is reflected in unexpected ways in the Juruna languages: PT **pətiɟ* 'heavy', **ti* 'mother' > PJu **padét-ú*, **di-á*. At present, we are unable to account for the development of these words.

We conclude this section with presenting a piece of indirect evidence for the opposition between PT **u* and **i* from the Mundurukú branch. In Proto-Mundurukú, PT **p* is lost before front vowels, including **i* < **i*, as in PT **pe* 'path', **peo* 'pus', **pe* 'tobacco', **pi* 'foot', **picja* 'heel', **pitik* 'to take, to grab', **jepi* 'payment', **w-epik* 'to revenge' > PMu **e*, **ei* 'to swell', **e*, **i*, **(?)iða*, **itɪk*, **ðéi*, **w-eik* (cf. Rodrigues, 2007, p. 173). However, in all available examples **p* is retained before a PT **u*: PT **puw* 'to burn', **kɪp-kwɪ ~ *kɪp-ʔwɪ* 'brother' > PMu **pik*, **kipit*, suggesting that PT **i* and **u* were still distinct at the time when PT **p* was lost before front vowels (i.e., PT **i* had already become front, but PT **u* had not). This argument is unfortunately not as strong as it could have been in light of the existence of cognate sets in which PT **p* was not lost even before reflexes of PT **i* or **i* (PT **jupi-ʔa* 'egg',

**pi*jo ‘breath’, **kupi*(-*ɬuɪ* ~ -*ʔuɪ*) ‘younger sister (*female ego*)’, **pi* ‘inner part’ > PMu **ðopi*ə, **pi*ðo, **kibj*t, **pi*),²⁰ but the fact that there is not a single example of loss of PT **p* preceding a **i* < PT **u* is hardly due to chance.

IMPLICATIONS FOR THE SUBGROUPING OF TUPIAN

Rodrigues and Cabral (2002, 2012) and Rodrigues (2007, p. 170) put forward a hypothesis whereby the Tupian family is considered to be split, in a binary manner, into two large branches: ‘Eastern’ (comprising Sateré-Mawé, Awetí, Tupí-Guaraní, Mundurukú, and Juruna) and ‘Western’ (comprising Mondé, Tuparian, Arikém, Ramarama, and Puruborá). These two proposals, however, have remained insufficiently demonstrated in the sense that they have not yet been supported with bunches of identified shared innovations.

Figure 1 summarizes the distribution of the innovations identified in this paper. Only phonologically significant innovations shared by more than one low-level group are shown, namely: (i) the merger of PT **i* and **j* (Puruborá, Arikém, Tuparí, Karo, Mondé, Mundurukú), (ii) the merger of PT **ə* and **e* in the default environment (Arikém, Tuparí), (iii) the merger of PT **ə* and **o* after labials (Arikém, Tuparí), (iv) the merger of PT **u* and **i* (Mondé, Mundurukú, Juruna, Sateré-Mawé, Awetí, Tupí-Guaraní), and (v) the merger of PT **ə* and **o* before vowels (Mundurukú, Juruna, Sateré-Mawé, Awetí, Tupí-Guaraní).

The following groups share more than one innovation related to the evolution of PT **ə* and **i*: Arikém and Tuparí (3 innovations), Mundurukú, Juruna, Sateré-Mawé, Awetí, and Tupí-Guaraní (2 innovations), and Mundurukú and Mondé (2 innovations). Of these, the former two sets are strong candidates for valid clades: both include non-trivial,

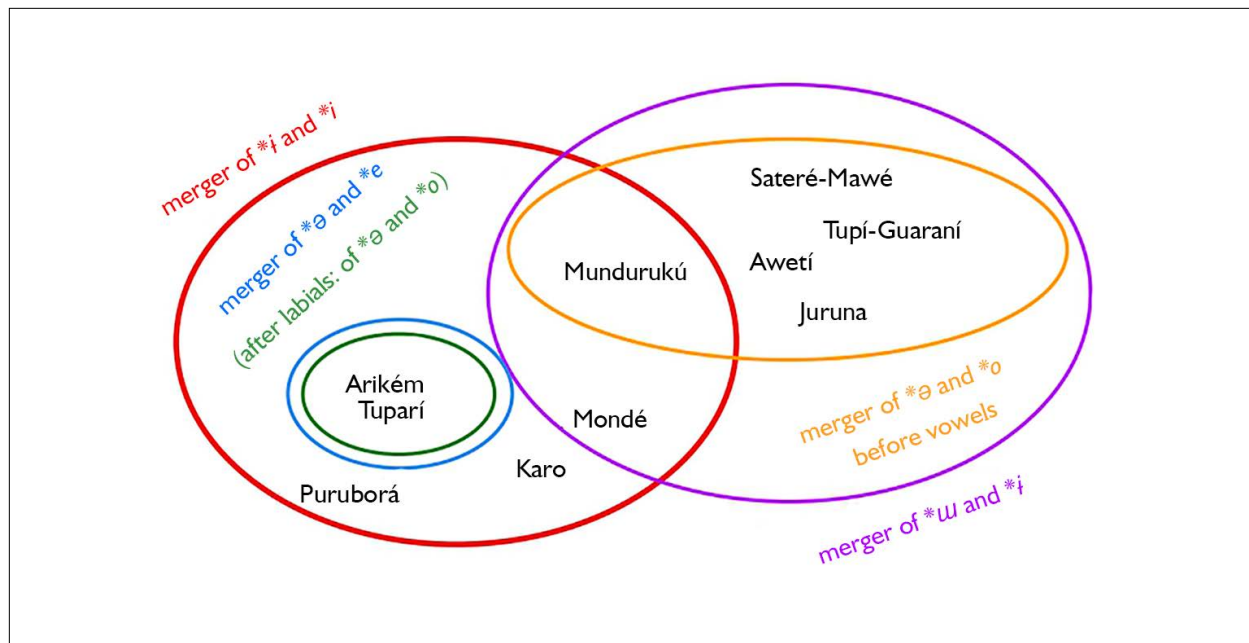


Figure 1. Distribution of innovations affecting PT **ə* and **i*.

²⁰ PT **mbi*ʔa/**pi*ʔa ‘liver’ > PMu **pi*ə is not necessarily an exception, as in this case one might suspect that the PT absolute form with **mb*- was generalized in PMu.

positionally conditioned innovations (merger of **ə* and **o* following labials in Tuparí and Arikém, preceding vowels in Mundurukú, Juruna, Sateré-Mawé, Awetí, and Tupí-Guaraní). In contrast, the set comprising Mondé and Mundurukú is in all likelihood spurious (or paraphyletic): in addition to being incompatible with the proposal which links Mundurukú to Juruna and Mawé-Guaraní, there is indirect evidence which suggests that the fronting of PT **u* in Mundurukú counterfed the loss of **p* before front vowels, an innovation specific to that branch. Therefore, the triple merger of PT **i*, **ɨ*, and **u* as **i* has probably occurred independently in the phonological history of Mondé and Mundurukú.

That way, evidence from the development of the PT vowels supports the identification of two mid-level clades within Tupian. The node comprising Tuparí and Arikém is defined by the sound change **ə* > **e* (default) / **o* (after labials); we suggest the label Tuparikém for this subgrouping hypothesis.²¹ The vowel inventory of Proto-Tuparikém (**i e ə o*) is preserved without changes in Proto-Tuparian, whereas in Proto-Arikém these vowels yielded /*i e æ ɒ ʉ*/ (> Karitiana /*i e a o i*/) by means of a vowel shift identified by Storto and Baldi (1994). The second clade includes Mundurukú, Juruna, and Mawé-Guaraní (that way, our findings partially corroborate Rodrigues' (2005) hypothesis regarding the validity of his Eastern branch) and has the merger of PT **ə* and **o* before vowels as its defining innovation. It may have proceeded in two stages: first, PT **ə* and **o* may have changed into **o* and **u* in a chain shift (this is precisely the state reconstructed by Rodrigues, 2005 for Proto-Tupian); in turn, the vowel **o* (from PT **ə*) may have been raised to **u* in prevocalic contexts (thus merging with **u* from PT **o*). After that, Proto-Eastern Tupian **o*, **u* yielded PMG **o*, **u*; PMu **i*, **o*; PJu **a* (**u* next to labials in stem-final syllables), **u*. As the Eastern Tupian languages reach their greatest diversity between the Lower Madeira and the Lower Iriri, the Proto-Eastern Tupian *Urheimat* has to be sought in that region.

CONCLUSION

This paper has presented a reconstruction of the Proto-Tupi (PT) inventory of oral vowels alternative to that advanced by Rodrigues (2005), this being clearly the accepted view on the PT vocalism since its adoption in reference works on the family such as Rodrigues (1999) and Rodrigues and Cabral (2012). Our proposal is summarized in Table 6.

Table 6. PT vowels and their reflexes (proposal). ^A = before PT **ɨ* or **u* in the next syllable; ^B = before a vowel; ^C = next to a labial in a stem-final syllable; ^D = after a labial; ^E = after a coronal.

PT	PMG	PMu	PJu	PTpr	Kt/Ari	Kr	Pu	Mo
<i>*i</i>	<i>*i</i>	<i>*i</i>	<i>*i</i>	<i>*i</i>	<i>i</i>	<i>i</i>	<i>i</i>	<i>i</i>
<i>*ɨ</i>	<i>*ɨ</i>	<i>*i</i>	<i>*ɨ</i>	<i>*i</i>	<i>i</i>	<i>i</i>	<i>i</i>	<i>i</i>
<i>*u</i>	<i>*ɨ</i>	<i>*i</i>	<i>*ɨ</i>	<i>*ɨ</i>	<i>e</i>	<i>ɨ</i>	<i>ɨ</i>	<i>i</i>
<i>*e</i>	<i>*e</i>	<i>*e</i>	<i>*e</i> , <i>*a</i> ^A	<i>*e</i>	<i>a/æ</i>	<i>e</i>	<i>e</i>	<i>e</i> , <i>i</i> ^A
<i>*ə</i>	<i>*o</i> , <i>*u</i> ^B	<i>*ɨ</i> , <i>*o</i> ^B	<i>*a</i> , <i>*u</i> ^{BC}	<i>*e</i> , <i>*o</i> ^D	<i>a/æ</i> , <i>i/ʉ</i> ^D	<i>o</i> , <i>ɨ</i> , <i>i</i> , <i>ə</i> , <i>ẽ</i> , <i>a</i> , <i>u</i>	<i>ə</i>	<i>a</i> , (?) <i>e</i> ^E
<i>*o</i>	<i>*u</i>	<i>*o</i>	<i>*u</i>	<i>*o</i>	<i>i/ʉ</i>	<i>o</i>	<i>o</i>	<i>o</i>
<i>*a</i>	<i>*a</i>	<i>*a</i>	<i>*a</i>	<i>*a</i>	<i>o/ɒ</i>	<i>a</i>	<i>a</i>	<i>a</i>

²¹ It is interesting to note that the defining innovation of this branch did not affect Kepkiriwat, an extinct language of Rondônia sometimes classified as Tuparian (cf. Hanke et al., 1958, p. 188; Rodrigues, 1999, p. 109; Galucio, 2001, pp. 5–6; Aragon, 2008, pp. 6, 10–11, 2014, pp. 3, 15, 19–20; Rodrigues & Cabral, 2012, p. 497, *inter alia*). The default reflex of PT **ə* in Kepkiriwat appears to be *o* rather than *e*, as in <uóque>_R, <uóc>_B 'house, village', <óp>_B 'leaf', <gó>_B 'cultivated field' (Rondon & Faria, 1948, pp. 181, 187, 191) < PT **ə*k 'house' or maybe the first person form **o-jə*k 'my house', **jə*p 'leaf', **ɣgə* 'cultivated field'. This suggests that Kepkiriwat is not a Tuparian language but rather forms a branch of its own. The issue awaits further investigation.

We have argued that this new proposal is superior to the Rodrigues (2005) reconstruction in that it avoids the postulation of unexplained bifurcations of reflexes and the proposal of exception-ridden splits that, moreover, lack phonetic plausibility. Rodrigues' (2007) proposal of a series of labialized consonants to PT is rejected too, as the segments in question lack reflexes different from those of their plain counterparts and because the positional developments of contextual vowels were shown to be spurious.

ACKNOWLEDGMENTS

We are grateful to two anonymous reviewers for their comments on the presentation and the substance of the paper. These have certainly improved the quality of our submission, and the authors are fully responsible for any remaining errors or shortcomings. We are especially grateful to the editors and technical staff of the Boletim for their swift and high-quality work in preparing the proofs and dealing with our observations on necessary adjustments and revisions.

ABBREVIATIONS

1	First person	Mu	Mundurukú
3	Third person	Mw	Sateré-Mawé
3CRF	Coreferential third person	Pa	Suruí-Paiter
IV	Class IV	PJu	Proto-Juruna
abs.	Absolute	PL	Plural
Ak	Akuntsu	PMG	Proto-Mawetí-Guaraní
Ar	Aruá	PMu	Proto-Mundurukú
Ari	Arikém	PRS	Present
Aw	Awetí	PT	Proto-Tupian
CAUS	Causative	(P)TG	(Proto-)Tupí-Guaraní
Cl	Cinta-larga	PTpr	Proto-Tuparian
excl.	Exclusive	Pu	Puruborá
Gv	Gavião	rel.	Relational
incl.	Inclusive	sg	Singular
INF	Infinitive	Sk	Sakurabiat (Mekéns)
Kp	Kepkiriwat	Sl	Salamãý
Kr	Karo	Tu	Tuparí
Kt	Karitiana	Wy	Wayoró
Ku	Kuruaya	Xi	Xipaya
Ma	Makurap	Yu	Yudjá
Mn	Manitsawá	Zo	Zoró
Mo	Mondé		

REFERENCES

- Alarcon, D. F., Millikan, B., & Torres, M. (2016). Apresentação. In D. F. Alarcon, B. Millikan & M. Torres (Orgs.), *Ocekadí: Hidrelétricas, conflitos socioambientais e resistência na Bacia do Tapajós* (pp. xv–xvii). Programa de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará.

- Alves, P. M. (2004). *O léxico do Tuparí: Proposta de um dicionário bilingue* [Ph.D. dissertation, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita].
- Aragon, C. C. (2008). *Fonologia e aspectos morfológicos e sintáticos da língua Akuntsú* [MA thesis, Universidade de Brasília].
- Aragon, C. C. (2014). *A grammar of Akuntsú, a Tupian language* [Ph.D. dissertation, University of Hawai'i at Mānoa].
- Betts, L. V. (1981). *Dicionário Parintintin-português, português-parintintin*. Sociedade Internacional de Linguística.
- Blevins, J. (2004). *Evolutionary Phonology*. Cambridge University Press.
- Bontkes, W. (1978). *Dicionário preliminar: Suruí-português, português-suruí*. Summer Institute of Linguistics.
- Braga, A. O. (1992). *A fonologia segmental e aspectos morfofonológicos da língua Makurap (Tupí)* [MA thesis, Universidade Estadual de Campinas].
- Braga, A. O. (2005). *Aspects morphosyntaxiques de la langue Makurap/Tupí* [Ph.D. dissertation, Université de Toulouse–Le Mirail].
- Carvalho, F. O. (2019). Revisitando o Proto-Jurúna: A reconstrução da série de oclusivas orais. In E. S. Oliveira, E. A. Vasconcelos & R. D. Sanches (Eds.), *Estudos Linguísticos na Amazônia* (pp. 215–236). Pontes Editores.
- Caspar, F. (n.d.). *German-Tupari dictionary: A unpublished manuscript*. <http://www.etnolinguistica.org/caspar:german-tupari-a>.
- Corrêa da Silva, B. C. (2010). *Mawé/Awetí/Tupí-Guaraní: Relações linguísticas e implicações históricas* [Ph.D. dissertation, Universidade de Brasília].
- Costa, R. N. V. (2002). Fonologia segmental da língua Kuruaya. *Moara*, (17), 85–101.
- Dietrich, W. (2009). Correspondências fonológicas e lexicais entre Karitiána (Arikém, Tupí) e Tupí-Guaraní. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, 1(2), 25–48. <https://doi.org/10.26512/rbla.v1i2.12365>
- Drummond, C. (1952–1953). *Vocabulário na Língua Brasília* (2 Vols.). Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.
- Fargetti, C. M. (2001). *Estudo fonológico e morfossintático da língua Juruna* [Ph.D. dissertation, Universidade Estadual de Campinas].
- Fargetti, C. M., & Rodrigues, C. L. R. (2008). Consoantes do Xipaya e do Juruna: Uma comparação em busca do proto-sistema. *Alfa*, 52(2), 535–63.
- Felzke, L. F., & Moore, D. (2019). Terminologias de parentesco dos grupos da família linguística Mondé. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 14 (1), 15–32. <https://doi.org/10.1590/1981.81222019000100003>
- Figueiredo, M. V. (2010). *A flecha do ciúme: O parentesco e seu avesso segundo os Aweti do Alto Xingu* [Ph.D. dissertation, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Franceschini, D. (1999). *La langue sateré-mawé : Description et analyse morphosyntaxique* [Ph.D. dissertation, Université Paris VII–Denis Diderot].
- Gabas Jr., N. (1989). *Estudo fonológico da língua Karo (Arara de Rondônia)* [MA thesis, Universidade Estadual de Campinas].
- Gabas Jr., N. (1999). *A Grammar of Karo, Tupi (Brazil)* [Ph.D. dissertation, University of California, Santa Barbara].
- Galucio, A. V. (2001). *The morphosyntax of Mekens (Tupí)* [Ph.D. dissertation, University of Chicago].
- Galucio, A. V., & Gabas Jr., N. (2002). Evidências de agrupamento genético Karo-Puruborá, tronco Tupi. *XVII Encontro Nacional da ANPOLL*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Galucio, A. V. (2005). Puruborá: Notas etnográficas e linguísticas recentes. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 1(2), 159–92.

- Galucio, A. V., Meira, S., Birchall, J., Moore, D., Gabas Jr., N., Drude, S., . . . Rodrigues, C. R. (2015). Genealogical relations and lexical distances within the Tupí linguistic family: A lexicostatistical and phylogenetic approach. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, 10(2), 229–274. <https://doi.org/10.1590/1981-81222015000200004>
- Galvão, E. (1953). Cultura e sistema de parentesco das tribos do Alto Xingu. *Boletim do Museu Nacional*, 14, 1–56.
- Gavião, I. K. S. (2019). *Nomes, verbos, adjetivos, posposições e predicções na língua dos Ikólóéhj (Gavião, fam. Mondé, tronco Tupi)* [MA thesis, Universidade de Brasília].
- Gomes, D. M. (2006). *Estudo morfológico e sintático da língua Mundurukú (Tupi)* [Ph.D. dissertation, Universidade de Brasília].
- González, H. A. (2008). Una aproximación a la fonología del tapiete (Tupí-Guaraní). *LIAMES*, 8(1), 7–43. <https://doi.org/10.20396/liames.v8i1.1469>
- Hanke, W., Swadesh, M., & Rodrigues, A. D. (1958). Notas de fonologia Mekens. In J. Comas (Ed.), *Miscellanea Paul Rivet octogenario dicata* (Vol. II, pp. 187–217). Universidad Nacional Autónoma de México.
- Hyman, L. (1973). The feature [grave] in phonological theory. *Journal of Phonetics*, 1, 329–37.
- Kakumasu, J. Y., & Kakumasu, K. (2007 [1988]). *Dicionário por tópicos Kaapor-português*. Associação Internacional de Lingüística–SIL Brasil.
- Karitiana, N. (2016). *Cultura, memória e aspectos da variação linguística da língua do povo Byyyjty Osop Aky na aldeia Kyōwā da terra indígena Karitiana* [Licentiate Degree Monograph, Universidade Federal de Rondônia].
- Khalilova, Z. (2009). *A Grammar of Khwarshi* (LOT Dissertation Series). LOT, Netherlands Graduate School of Linguistics.
- Koch-Grünberg, T. (1932). Wörterlisten “tupý”, maué und purúborá. *Journal de la Société des Américanistes*, 24(1), 31–50.
- Lacerda, M. C. (2014). *Bekā Pamakube (lugar de aprender). Aprendendo com os Zoró: Análise da identidade indígena através da experiencia das escolas nas aldeias do povo indígena Zoró* [Ph.D. dissertation, Universidad de Salamanca].
- Ladefoged, P., & Maddieson, I. (1996). *The sounds of the world's languages*. Blackwell.
- Landin, D. (2005). *Dicionário e léxico Karitiana / português* (2 ed.). Sociedade Internacional de Lingüística.
- Lemos Barbosa, P. A. (1951). *Pequeno vocabulário Tupi-português. Com quatro apêndices: Perfil da língua Tupi; palavras compostas e derivadas; metaplasmos; síntese bibliográfica*. Livraria São José.
- Lima, S. O. (2008). *A estrutura argumental dos verbos na língua Juruna (Yudjá)* [MA thesis, Universidade de São Paulo].
- Meer, T. H. (1982). *Fonologia da língua Suruí* [MA thesis, Universidade Estadual de Campinas].
- Meira, S., & Drude, S. (2015). A summary reconstruction of proto-maweti-guarani segmental phonology. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, 10(2), 275–296. <https://doi.org/10.1590/1981-81222015000200005>
- Mello, A. A. S. (2000). *Estudo histórico da família lingüística Tupi-Guarani: Aspectos fonológicos e lexicais* [Ph.D. dissertation, Universidade Federal de Santa Catarina].
- Mendes Jr., D. G. (2007). *Comparação fonológica do Kuruáya com o Mundurukú* [MA thesis, Universidade de Brasília].
- Monserat, R. M. F. (2005). Notícia sobre a língua Puruborá. In A. D. Rodrigues & A. S. A. C. Cabral (Eds.), *Novos estudos sobre línguas indígenas* (pp. 9–22). Editora UnB.
- Moore, D. (1984). *Syntax of the language of the Gavião Indians of Rondônia, Brazil* [Ph.D. dissertation, City University of New York].
- Moore, D. (2005). Classificação interna da família lingüística Mondé. *Estudos Lingüísticos*, 34, 515–20.
- Moore, D., & Galucio, A. V. (1994). Reconstruction of Proto-Tupari consonants and vowels. In M. Langdon & L. Hinton (Eds.), *Proceedings of the Meeting of the Society for the Study of the Indigenous Languages of the Americas, July 2–4, 1993, and the Hokan-Penutian Workshop, July 3, 1993, both held at the 1993 Linguistic Institute at Ohio State University in Columbus, Ohio* (pp. 119–137). Survey of California and other Indian Languages.

- Nikulin, A., & Carvalho, F. O. (2019). Estudos diacrônicos de línguas indígenas brasileiras: Um panorama. *Macabéa: Revista Eletrônica do Netlli*, 8(2), 255–305.
- Nikulin, A., & Andrade, R. (2020). The rise and fall of approximants in the Tuparian languages. *Journal of Language Relationship*, 18(4), 284–319.
- Nimuendajú, C. (1923–1924). Zur Sprache der Šipáia-Indianer. *Anthropos*, 18–9(4–6), 836–57.
- Nimuendajú, C. (1928). Wortliste der Šipáia-Sprache. *Anthropos*, 23(5–6), 821–50.
- Nimuendajú, C. (1929). Zur Sprache der Šipáia-Indianer. *Anthropos*, 24(5–6), 863–96.
- Nimuendajú, C. (1930). Zur Sprache der Kuruáya-Indianer. *Journal de la Société des Américanistes*, 22(2), 317–45.
- Nimuendajú, C. (1932). Wortlisten aus Amazonien. *Journal de la Société des américanistes*, 24(1), 93–119.
- Nogueira, A. F. S. (2011). *Wayoro êmêto: Fonologia segmental e morfossintaxe verbal* [MA thesis, Universidade de São Paulo].
- Nogueira, A. F. S. (2019). *Predicação na língua Wayoro (Tupí): Propriedades de finitude* [Ph.D. dissertation, Universidade de São Paulo].
- Nogueira, A. F. S., Galucio, A. V., Soares-Pinto, N., & Singerman, A. R. (2019). Termos de parentesco nas línguas Tuparí (família Tupí). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 14(1), 33–64. <https://doi.org/10.1590/1981.81222019000100004>
- Payne, D. L. (1991). A classification of Maipuran (Arawakan) languages based on shared lexical retentions. In D. C. Derbyshire & G. K. Pullum (Eds.), *Handbook of Amazonian languages* (Vol. 3, pp. 355–499). Mouton de Gruyter.
- Picanço, G. L. (2005). *Mundurukú: Phonetics, phonology, synchrony, diachrony* [Ph.D. dissertation, University of British Columbia].
- Picanço, G. L. (2019). *A fonologia diacrônica do Proto-Mundurukú (Tupí)*. Appris.
- Restivo, P. (1893 [1722]). *Lexicon Hispano-Guaranicum*. Wilhem Kohlhammer.
- Ribeiro, M. J. P. (2010). *Dicionário Sateré-Mawé/português* [MA thesis, Universidade Federal de Rondônia, campus de Guajará-Mirim].
- Rocha, I. (2011). *A estrutura argumental da língua Karitiana: Desafios descritivos e teóricos* [MA thesis, Universidade de São Paulo].
- Rocha, I. (2014). Processos de causativização na língua Karitiana. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 9(1), 183–97. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222014000100012>
- Rodrigues, A. D. (1984–1985). Relações internas na família lingüística Tupí–Guaraní. *Revista de Antropologia*, 27(8), 33–53.
- Rodrigues, A. D., & Dietrich, W. (1997). On the linguistic relationship between Mawé and Tupí–Guaraní. *Diachronica*, 14(2), 265–302.
- Rodrigues, A. D. (1999). Tupí. In R. M. W. Dixon & A. Y. Aikhenvald (Eds.), *The Amazonian Languages* (pp. 107–24). Cambridge University Press.
- Rodrigues, A. D. (2002). Correspondências lexicais e fonológicas entre Tupí–Guaraní e Tuparí. In A. S. A. C. Cabral & A. D. Rodrigues (Orgs.), *Línguas indígenas brasileiras: Fonologia, gramática e história. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL* (Vol. 1, pp. 288–297). Editora da Universidade Federal do Pará.
- Rodrigues, A. D. (2005). As vogais orais do Proto-Tupí. In A. D. Rodrigues & A. S. A. C. Cabral (Orgs.), *Novos estudos sobre línguas indígenas* (pp. 35–46). Editora UnB.
- Rodrigues, A. D. (2007). As consoantes do Proto-Tupí. In A. S. A. C. Cabral & A. D. Rodrigues (Orgs.), *Línguas e culturas Tupí* (pp. 167–203). Curt Nimuendajú.
- Rodrigues, A. D. (2008). Linguistic reconstruction of elements of prehistoric Tupí culture. In E. B. Carlin & S. Kerke (Eds.), *Linguistics and Archaeology in the Americas: The Historization of Language and Society* (Brill's Studies in the Indigenous Languages of the American, Vol. 2). Brill.
- Rodrigues, A. D., & Cabral A. S. A. C. (2002). Revendo a classificação interna da família Tupí–Guaraní. In A. D. Rodrigues & A. S. A. C. Cabral (Eds.), *Línguas Indígenas Brasileiras: Fonologia, Gramática e História* (pp. 327–37). UFPA.

- Rodrigues, A. D., & Cabral, A. S. A. C. (2012). Tupían. In L. Campbell & V. Grondona (Eds.), *The Indigenous languages of South America: A comprehensive guide* (Vol. 2, pp. 495–574). Mouton de Gruyter.
- Rodrigues, C. L. R. (1995). *Étude morphosyntaxique de la langue xipaya (Brésil)* [Ph.D. dissertation, Université Paris VII–Denis Diderot].
- Rondon, C. M. S., & Faria, J. B. (1948). *Glossário Geral das tribos silvícolas de Mato-Grosso e outras da Amazônia e do Norte do Brasil* (Tom. I). Imprensa Nacional.
- Sabino, W. K. (2016). *Awetýza tiʔíngatú: Construindo uma gramática da língua Awetý, com contribuições para o conhecimento do seu desenvolvimento histórico* [Ph.D. dissertation, Universidade de Brasília].
- Santos, C. A. B. (2013). *Aspectos da fonologia do Mundurukú do Madeira (AM)* [MA thesis, Universidade de Brasília].
- Schleicher, C. O. (1998). *Comparative and internal reconstruction of the Tupi–Guarani language family* [Ph.D. dissertation, University of Wisconsin–Madison].
- Sekelj, T. (1948). *Wordlist Aruá-Makurap-Zaboti-Arikapú-Tupari*. Unpublished manuscript. <http://www.etnolinguistica.org/sekelj:1>
- Silva, E. B. (2009). *Estruturas fonéticas e fonológicas de vogais e consoantes da língua Kuruaya* [MA thesis, Universidade Federal do Pará].
- Singerman, A. R. (2018). *The morphosyntax of Tuparí, a Tupían language of the Brazilian Amazon* [Ph.D. dissertation, University of Chicago].
- Snethlage, E. (1932). Chipaya- und Curuaya-Wörter. *Anthropos*, 27, 65–93.
- Snethlage, E. H. (1934). *Wörterverzeichnis der Borôbyrá-Sprache*. Unpublished manuscript. <http://www.etnolinguistica.org/emil:4>
- Steinen, K. (1886). *Durch Central-Brasilien: Expedition zur Erforschung des Schingú im Jahre 1884*. F. A. Brockhaus.
- Storto, L. (1999). *Aspects of a Karitiana grammar* [Ph.D. dissertation, Massachusetts Institute of Technology].
- Storto, L., & Baldi, P. (1994). The Proto-Arikém vowel shift. *Paper presented at the 68th Annual Meeting of the Linguistic Society of America*.
- Vago, R. (1976). More evidence for the feature [grave]. *Linguistic Inquiry*, 7(4), 671–4.
- Voort, H. V. (2007). Proto-Jabutí: Um primeiro passo na reconstrução da língua ancestral dos Arikapú e Djeoromitxi. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 2(2), 133–68. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222007000200007>
- Wetzels, W. L., & Nevins, A. (2018). Prenasalized and postoralized consonants: The diverse functions of enhancement. *Language*, 94(4), 834–66. <http://dx.doi.org/10.1353/lan.2018.0055>
- Zoró, T. K., & Camargos, Q. F. (2019). Estruturas interrogativas polares e informacionais na língua Pangyĵĕj (Zoró, família Mondé, tronco Tupi). *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, 11(2), 111–33. <https://doi.org/10.26512/rbla.v11i02.28508>

AUTHORS' CONTRIBUTIONS

A. Nikulin contributed to conceptualization, data curation, formal analysis, investigation, methodology, and project administration; and F. Carvalho to conceptualization, data curation, formal analysis, investigation, and methodology.

Appendix 1. Etymologies.

(Continue)

This appendix includes all etymologies that contain the relevant vowels in at least two branches of the family, as well as several other etymologies that were mentioned in the body of the text. In what follows, cognates which cannot be regularly derived from the reconstructed etyma are marked with (!), and the irregular reflexes of specific segments are underlined> (except in cases of irregular deletion of segments).

(1) PT **apə* 'interrogative word'

PMG **apo* > Mw *apo* 'yes/no question particle' (Ribeiro, 2010, p. 49; reconstruction ours) || PMu **abi* 'who' > Mu *ábə* ~ *abə*, Ku *abi* (Picanço, 2005, p. 209) || (?) PJu **apá* (!) 'what' > Yu *apá*, Xi *apa* (Fargetti & Rodrigues, 2008, p. 561; reconstruction ours) || PTpr **apo* 'who; what (subject)' > Wy *apo-k^wa:t*, Tu *apó* 'who', Sk *apo* (Guaratina dialect) (Nogueira, 2019, p. 132; Alves, 2004, p. 150; Galucio, 2001, p. 167)

(2) PT **api* 'ear'

PMG **api[ta]* 'earhole' > Aw *?apita-kwar* 'earhole', PTG **apitsa* 'earhole', **[j]apitsa[ka]* 'to think' (Sabino, 2016, p. 97; Mello, 2000, p. 165; reconstruction ours) || PTpr **api-jep*, **api-* > Ma *api-cep*, Wy *api-ter*, Tu *apsi[rɪp]-ʔa* (cf. *apsi-kur* 'earring', *apsi-ʔe* 'to listen'), Sk/Ak *api-ter* (Braga, 1992, p. 31; Alves, 2004, pp. 150, 151; Galucio et al., 2015, p. 254; reconstruction ours) || Kt *opi* 'earring', Ari *opi* 'earring' (Storto, 1999, p. 14; Nimuendajú, 1932, p. 111, <api_{Nopi-kuru-mæʔæβ-o 'earhole' (Rondon & Faria, 1948, p. 194; Nimuendajú, 1932, p. 109, <opicúru maaú_B>, <apikuru-maábə_N>)}

(3) PT **apik* 'to sit'

PMG **apik* > Mw/Aw *apik*, PTG **apik* (Corrêa da Silva, 2010, p. 410) || PMu **(?)ábik* > Mu *ábik*, Ku *ábik* (Picanço, 2019, p. 142) || PJu **abik-ú* > Yu *abikú*, Xi *biku* (!) (Fargetti & Rodrigues, 2008, p. 563; reconstruction ours) || (?) PTpr **[e]pik-* > Tu *epsik-* (Alves, 2004, p. 168; reconstruction ours) || (?) Kt *mbik* ~ *a-mbik* (!) (Storto, 1999, p. 41; Landin, 2005, p. 53) || (?) Pu *[t]api-a* (Galucio, 2005, p. 186)

(4) PT **aʔi* 'sloth'

PMG **aʔi* > PTG **aʔi* (Corrêa da Silva, 2010, p. 406) || PMu **aj* ~ **ai* > Mu *aj*, Ku *aj* (Picanço, 2019, p. 136) || PTpr **aʔi-ato* > Sk *aj-atso* (Galucio et al., 2015, p. 271; reconstruction ours) || Kt *oʔi*, Ari *o(?)i* (Landin, 2005, p. 20; Nimuendajú, 1932, p. 112, <aí_N>) || Kr *aʔi* (Gabas Jr., 1999, p. 19) || Pu *aʔi* (Galucio, 2005, p. 172)

(5) PT **ðəp* 'bitter'

PMG **ðəp* > Mw *noP*, Aw *loP*, PTG **roP* (Nikulin & Carvalho, 2019, p. 292, endnote 11) || PMu **tʃip* > Mu *tʃəp*, Ku *tʃip* (Picanço, 2019, p. 138) || PTpr **tep* > Ma <tep>, Tu *tép-ʔa* 'bitter', *tép-ʔur* 'sour' (Sekelj, 1948; Alves, 2004, p. 258; reconstruction ours) || Kt *ta:p* (Landin, 2005, p. 29) || (?) Pa *[pe]tʃáp*, Ar <petab>, Gv *[pe]tʃip* (Sekelj, 1948; Gavião, 2019, p. 125; anonymous reviewer, personal communication, 2022)

(6) PT **ejw* 'marico bag'

PTpr **eji* > Ma *éci*, Wy *endw*, Tu *éu*, Sk *eti*, Ak *etí* (Nikulin & Andrade, 2020, p. 295) || Ar <itji> (Sekelj, 1948)²²

(7) PT **etə-* 'sociative causative'

PMG **ero-* (!) > Mw *ero-*,²³ Aw *(e)zo-*, PTG **ero-* (Franceschini, 1999, pp. 231–237; Sabino, 2016, p. 67; Corrêa da Silva, 2010, p. 412; reconstruction ours) || (?) PMu **[ɔ]ji-* (!) > Mu *dəðə-* (Gomes, 2006, p. 82) || PTpr **ete-* > Ma *ete-*, Wy *ete-*, Tu *eté-* (3 *s-ite-*), Sk *etse-* (Braga, 2005, p. 186; Nogueira, 2019, p. 51ff.; Alves, 2004, p. 57; Singerman, 2018, pp. 125–130; Galucio, 2001, p. 98; reconstruction ours) || Kt *atot* 'to take away' (Storto, 1999, p. 106) || Kr *ta-* (!) (Gabas Jr., 1999, pp. 65–67)

²² An anonymous reviewer suggests that this form could be a Tuparian loan. Note, however, that the correspondences are regular and non-trivial, a fact which is consistent with its being an inherited form.

²³ With the verb *to* 'to go.sg', this prefix unexpectedly takes the form *ere-* (Franceschini, 1999, p. 234). In addition, its final vowel is raised to *u* before a *w* (*war* 'to go.pl' → *eru-war*) and undergoes regressive translaryngeal harmony, thus behaving identically to the vowel of the prefix *to-* '3CRF'.

Appendix 1

(Continue)

- (8) PT **ewit* 'bee, honey'
 PMG **ewit* > Mw *ewit*, Aw *ekit*, PTG **eir* (Corrêa da Silva, 2010, p. 404; reconstruction ours) || PMu **eit* > Mu *eit*, Ku *eít-i* (Picanço, 2019, p. 140) || PJu **awĩgá* > Yú *awĩgá* 'honey', Xi *wia* (!) (Fargetti & Rodrigues, 2008, p. 560; reconstruction ours) || PTpr **ewit* > Wy *ẽngwĩt*, Tü *ewit*, Sk *ekwĩt*, Ak *ekwĩt* (Nikulin & Andrade, 2020, p. 300) || Kt *e:t*, Ari *eð-d* 'bee' (Storto, 1999, p. 62; Nimuendajú, 1932, p. 111, <ẽrã>_N), Ari *eðose* 'honey' (Storto, 1999, p. 62; Rondon & Faria, 1948, p. 195; Nimuendajú, 1932, p. 111, <ẽrocẽ>_B, <ẽrã-sẽ>_N) || (?) Kr *[p]ewit* (Gabas Jr., 1999, p. 16) || Pu *iwit* (Rodrigues, 2005, p. 41)²⁴ || Ar *ivirei* ~ *ividei* 'bee, honey', Gv/Zo *ĩit* 'bee', Sl *ĩbit-áp* 'bee' (Sekelj, 1948; Galucio et al., 2015, p. 263)
- (9) PT **ək* (absolute)/**jək* (relational) 'house'
 PMG **ok/*cok* > Mw *sok* 'nest', Aw *ok*, PTG **ok/*-rok* (Meira & Drude, 2015, p. 293) || PMu **ík-ʔa/*ðík-ʔa* > Mu *ək-ʔá/dək-ʔá* (Picanço, 2005, pp. 60, 118; reconstruction ours) || PJu **ak-á* > Yú *aká*, Xi *aka* (Fargetti & Rodrigues, 2008, p. 560; reconstruction ours) || PTpr **ek/*jek* > Ma *ek/cek*, Tü *ek/hek*, Wy *ek/ndek*, Sk *ek/tjek*, Ak *ek/tek* (Nikulin & Andrade, 2020, pp. 295–296) || Ari *æk-d* (Rondon & Faria, 1948, p. 195; Nimuendajú, 1932, p. 111, <ácu>_B, <ákã>_N)²⁵ || Pu *ʔək-a* (Galucio, 2005, p. 172; Monserrat, 2005, p. 19) || Ar <eg> 'house, village' (Sekelj, 1948)²⁶
 derived: PT **ək-at*
 PMG **ok-at* > PTG **ok-at* (Mello, 2000, p. 184; PMG reconstruction ours) || Kt *ak-ot* 'together', Ari *ækvð-d* 'plaza' (Landin, 2005, p. 6; Nimuendajú, 1932, p. 111, <uiakádð>_N)
 derived: PT **ək-ẽt* (absolute)/**jək-ẽt* (relational) 'plaza'/'door' (cf. **ẽr* 'mouth')
 PMG **ok-ẽt* 'door' > Mw *oken-ĩpi*, Aw *ot-ẽt*, PTG **ok-ẽt* (Meira & Drude, 2015, p. 292) || PMu **ík-ẽn/*ðík-ẽn* > Ku *ifjẽn*, 3rd *t-ifjẽn* 'door' (Snethlage, 1932, p. 71, as <teschan>_s or <ischene>_L; reconstruction ours) || PTpr **ek-ẽt* > Tü *ek-ẽt* 'plaza' (Alves, 2004, p. 164; reconstruction ours) || Kt *ak-ãn* 'village' (Storto, 1999, p. 112)
- (10) **əkũp* (absolute)/**jəkũp* (relational) 'arrow'
 PMG **uʔip/*cuʔip* > Aw *uʔwip*, PTG **uʔip/*-ruʔip* (Sabino, 2016, p. 226; Mello, 2000, p. 203; reconstruction ours) || PMu **op/*ðop* > Mu *op/dop*, Ku *ɔp/lɔp* (Picanço, 2019, p. 139) || PTpr **ekip/*jekip* > Ma *ekip/tjekip*, Tü *ekũp* (Nikulin & Andrade, 2020, pp. 296–297) || (?) Pa *jáb*, Ar <ndjap>, Gv *ɖʒáp/ádʒáp* ~ *ídʒáp*,²⁷ Zo *ɖʒap* (Bontkes, 1978, p. 19; Sekelj, 1948; Moore, 1984, p. 150; Zoró & Camargos, 2019, p. 122)
- (11) PT **(ʔ)ike(-kũt ~ -ʔũt)* 'elder sibling'
 PMG **(ʔ)ikeʔit* 'elder brother (*male ego*)' > Mw *ʔikeʔet* (!), Aw *ʔitiʔit* (!), PTG **ʔikeʔit* (Meira & Drude, 2015, p. 294) || PTpr **ike* 'elder brother (*male ego*)' > Wy *ike*, Tü *-ike* ~ *-cke*, Sk/Ak *ike* (Nogueira et al., 2019, p. 42)
- (12) PT **jaʔək* 'army ant'
 PMG **caʔok* > PTG **taʔok*²⁸ (reconstruction ours) || PMu **ðaʔik* > Mu *daʔək* (Alarcon et al., 2016, p. xvi; reconstruction ours) || PTpr **jakek* > (?) Wy *akek* (!), Tü *hakék[e]*, Sk *takek* (Nikulin & Andrade, 2020, p. 294)
- (13) PT **(j)ãpi* 'nose'
 PMG **ʔãpi* > Mw *ʔãpi*²⁹ (Ribeiro, 2010, p. 48; reconstruction ours) || (?) PMu **abi* > Mu *abi* 'tip' (Gomes, 2006, p. 225; reconstruction ours) || (?) Xi *[j]amĩ-kua* (Galucio et al., 2015, p. 254) || PTpr **nãpi(-ʔa)* > Ma *nãpi*, Wy *ãpi-a*, Tü *ãpsĩ*, Sk *ãpi-tsa*, Ak *ãpi-ta* (Nikulin & Andrade, 2020, p. 297) || Kt *ndʒopi-ʔop*, Ari *nõpi* (Storto, 1999, p. 20; Rondon & Faria, 1948, p. 193; Nimuendajú, 1932, p. 109,

²⁴ We were unable to locate this form in any primary source on Puruborá. However, it corresponds well to the data of other Tupian languages and thus we provisionally leave it here, given that Rodrigues (2005) may have had access to unpublished Puruborá data.

²⁵ Rodrigues (2005, p. 40) also includes Kt *s-ak* 'cave' and Kr *ek* 'inside' into this cognate set. We were unable to locate such forms in the available sources on these languages.

²⁶ An anonymous reviewer suggests that this form could be a Makurap loan.

²⁷ An anonymous reviewer notes that the basic Gavião (2019) form for 'arrow' is *idzáp* or *ijáp*, and that *adzáp* ~ *ajáp* derives from a process of reanalysis of the initial *i* as an affix and its change to *a*.

²⁸ Reconstruction based on Old Tupí *taʔók-a* (Lemos Barbosa, 1951, p. 148), Ka'apor *toʔok* (Kakumasu & Kakumasu, 2007 [1988], p. 30).

²⁹ Corrêa da Silva (2010, p. 402) lists Aw *ʔãpĩc*, PTG **apĩc* as cognates, but their palatal coda does not match the absence of a coda in Sateré-Mawé.

Appendix 1

(Continue)

- ⟨nhampí⟩_B, ⟨u-nyäpí⟩_N; Ari *nõpi-mæʔæβ-o* 'nostril', *nõpi-mbu* 'nasal adornment' (Nimuendajú, 1932, p. 109, 111, ⟨u-inyampi-maábã⟩_N, ⟨nyäpi-bú⟩_N) || (?) Pa *ámĩ[ã:]*, Ar *amĩĩ*, Gv *ámĩĩ*, Zo *ámĩĩ*, Sl *aβĩ[ã]* (Bontkes, 1978, p. 2; Galucio et al., 2015, p. 254)
- (14) PT **(j)ati* 'pain' (in some languages also 'sour')
 PMG **cati* > Mw *sati*, Aw *ati*, PTG **tatsi/*-ratsi* (Meira & Drude, 2015, p. 294) || PJu **jadĩ* 'sour' > Yu *i-fadĩ*, Xi *fadĩ* (Fargetti & Rodrigues, 2008, p. 560; reconstruction ours) || PTpr **jati* > Ma *cáti*, Wy *ati*, Tü *asĩ*, Sk *atsi*, Ak *aťĩ* (Nikulin & Andrade, 2020, p. 297) || Kt *oti* (Storto, 1999, p. 206) || Pa *[j]ati-ga*, Ar *⟨atiká⟩* 'ill', Gv *-atĩ* (Bontkes, 1978, p. 19; Sekelj, 1948; Moore, 1984, p. 112)
- (15) PT **jau* 'howler monkey'
 PTpr **jai* > Wy *ndaũ*, Tü *haú*, Sk *ta:ʔi*, Ak *tai-kóp* (Nikulin & Andrade, 2020, p. 294) || Kr *jai* (Galucio et al., 2015, p. 267) || (?) Pu *aʒi* (!) (Galucio, 2005, p. 181)
- (16) PT **jepi* 'payment'
 PMG **cepi* > Aw *tepi*, PTG **tepi/*-repi* (Corrêa da Silva, 2010, p. 407; reconstruction ours) || PMu **ðéi* > Mu *deĩ* (Picanço, 2005, p. 239; reconstruction ours) || (?) Yu *bí[á]* (!) 'to be expensive, to pay' (Fargetti, 2001, p. 186) || PTpr **jepi* > Tü *epsi* (Singerman, 2018, p. 86; reconstruction ours)
- (17) PT **jəβa* 'forehead'
 PMG **coβa* 'face' > Aw *towa*, PTG **toβa/*-roβa* (Sabino, 2016, p. 97; Mello, 2000, p. 183; reconstruction ours) || PTpr **jəβa* 'forehead' > Ma *cépa*, Tü *épa* 'eye', Wy *eβa*, Sk/Ak *eba-* (in compounds) (Nikulin & Andrade, 2020, pp. 292, 297)
- (18) PT **jəp* 'leaf'
 PMG **-cop* > Mw *[i]hop*, Aw *op*, PTG 3rd **ts-op* (Meira & Drude, 2015, p. 293) || PMu **ðip* > Mu *dəp*, Ku *lip* (Picanço, 2019, p. 139) || PJu **súpá* > Yu *úpá*, Xi *supa* (Fargetti & Rodrigues, 2008, p. 561; reconstruction ours) || PTpr **jep* > Ma *cep*, Wy *ndep*, Tü *hep*, Sk *tep*, Ak *tep* (Nikulin & Andrade, 2020, p. 295) || Kt *sap*, Ari *-sæβ-o* (Storto, 1999, p. 62; Rondon & Faria, 1948, p. 200; Nimuendajú, 1932, p. 113, ⟨goxáua⟩_B, ⟨ëbã-sábã⟩_N) || Kr *naʔ-jop* (Gabas Jr., 1999, pp. 26, 211) || Pu *təp* 'leaf, hair' (Galucio, 2005, p. 167) || Ar/Gv *tsep*, Zo *sep*, Sl *bá-sep* (Galucio et al., 2015, p. 252)
- (19) PT **jəw* 'blood'
 PMG **cui* > Mw *su:*, Aw *tuwĩ[k]*, PTG **tuwĩ/*-ruwĩ* (Meira & Drude, 2015, p. 292) || PMu **ðoj* > Mu *doj*, Ku *loj* (Picanço, 2019, p. 142) || PTpr **jei* > Ma *céi*, Wy *au*, Tü *éu*, Sk *ai*, Ak *eʔi* (Nikulin & Andrade, 2020, p. 297) || Ari *ɲæe* (Rondon & Faria, 1948, p. 194; Nimuendajú, 1932, p. 109, ⟨nhaé⟩_B, ⟨nyaë⟩_N) || Kr *ju* (Gabas Jr., 1999, p. 30)
- (20) PT **ji* 'urine'
 PMG **ci* > Mw *si*, Aw *tĩ*, PTG **tĩ* (Corrêa da Silva, 2010, p. 403; reconstruction ours) || PTpr **ji-ngĩ* > Wy *ndi-gũ* (Nogueira, 2019, p. 18; reconstruction ours) || Kt/Ari *si* (Landin, 2005, p. 24; Nimuendajú, 1932, p. 109, ⟨u-sĩ⟩_N) || Kr *ci* 'liquid' (Gabas Jr., 1999, p. 92) || (?) Pu *⟨židoka⟩_{KG}* (Koch-Grünberg, 1932, p. 34) || (?) Ar *⟨ndjikapá⟩* (Sekelj, 1948)
- (21) PT **jĩt* 'flower'
 (?) PMG **[po]cí:t* > Mw *pohi:t*, Aw *[a]poti:t*, PTG **poti:t* (Meira & Drude, 2015, p. 293) || PMu **ðit* > Mu *dit*, Ku *lit* (Picanço, 2019, p. 139) || PTpr **ji:t(-ʔa)* > Ma *kĩp-cĩr-et*, Wy *ndi:r-a* (cf. *kũp-ndi:t* 'forest'), Tü *hĩr-ʔa*, (cf. (?) *hi:t* 'side dish'), Sk *tĩr-a*, Ak *tĩrá* (Nikulin & Andrade, 2020, p. 295) || Kt *ew-o-si:t*, Ari *eβ-o-si:ð-o* (Landin, 2005, p. 9; Rondon & Faria, 1948, p. 200; Nimuendajú, 1932, p. 113, ⟨euóxíra⟩_B, ⟨ëbã-ʔasiíra⟩_N) || Gv *ʔĩt*, (?) Ar *⟨iptjiu⟩* (Moore, 1984, p. 204; Sekelj, 1948)
- (22) PT **jopʔa* 'face'
 PMu **ðópa* > Mu *dopá*, Ku *lopa* (Picanço, 2005, p. 61; Nimuendajú, 1930, p. 319; reconstruction ours) || Kt *si:po* 'eye', *sipo* 'seed'³⁰ (Storto, 1999, p. 15)

³⁰ Arikém has a very similar root, which differs from the Karitiana one in having a labial coda: *p-supopβ-o* ⟨axupáua⟩_B / ⟨u-asupáua⟩_N 'eye', *s-upopβ-o* ⟨ixipáua⟩_B 'seed' (Rondon & Faria, 1948, pp. 193, 200; Nimuendajú, 1932, p. 109). It is plausibly cognate with Proto-Tuparian **jopap* 'grain' > Proto-Core Tuparian **opap* 'grain', **eβaopap* 'eye' (Nikulin & Andrade, 2020, pp. 292, 297). It is likely that Proto-Arikém inherited both roots from Proto-Tupian (say, Proto-Arikém **supo* 'eye', **supop* 'seed'), which were later contaminated in both Arikém languages due to their phonetic and semantic similarity: Karitiana retained only **supo*, and Arikém only **supop*.

Appendix 1

(Continue)

(23) PT **jw* 'liquid'

PMG **ci* > Mw *h-i* 'river' (fossilized 3rd person), PTG **ti/*-ri* 'water (*in natura*)' (Corrêa da Silva, 2010, p. 154) || PMu **ði* > Mu *di*, Ku *li* (Picango, 2019, p. 140) || Kt *se*, Ari *-se* (Landin, 2005, p. 27; Rondon & Faria, 1948, pp. 193–195, 198; Nimuendajú, 1932, p. 110–111, as in *ku-se* <*cucê*_B> 'saliva', *æsp-se* <*axóxê*_B> 'tear', *nôm-se* <*noncê, nōancê*_B> 'milk', *e-se* <*exê, ecê*_B>, <*esê*_N> 'water, river', *eð-d-se* <*êrocê*_B>, <*êrã-sê*_N> 'honey') || Kr *i-ci* 'water' (Gabas Jr., 1999, p. 168) || Pu *fi* 'chicha' (Koch-Grünberg, 1932, p. 44; Snethlage, 1934; Monserrat, 2005, pp. 17, 19 (also 'blood, menstruation')); <*ži*'_{KG}>, <*schi*'_{ES}> || Ar <*endjatji*> 'tear', <*namdji*> 'milk', Gv *tji* 'liquid, sweat' (Sekelj, 1948; Moore, 1984, p. 204)

(24) PT **kə* 'to go, to walk'

(?) PMG **[e]ko* 'to be, to live' > Mw/Aw *eko*, PTG **eko* (Meira & Drude, 2015, p. 292) || PMu **[ki]ki* > Mu *dʒe-kəkə*, Ku <*adikiki*> (Picango, 2019, p. 137; Nimuendajú, 1930, p. 338) || Kr *kə* (Gabas Jr., 1999, p. 60) || Pa *ka*; Gv *kaà*, Zo *ka* (Bontkes, 1978, p. 8; Moore, 1984, p. 31; Zoró & Camargos, 2019, p. 122)

(25) PT **kəc* 'to plant'

PMG **koc* > Mw/Aw *koc*, PTG **ibi-koc* 'to dig' (Franceschini, 1999, p. 66; Sabino, 2016, p. 134; Mello, 2000, p. 206; reconstruction ours) || Pju **kat-ú* 'to bury, to plant' > Yu/Xi *katú* (Fargetti & Rodrigues, 2008, p. 561; reconstruction ours) || Pa *káj*, Gv *kaja* (Meer, 1982, p. 27; Gavião, 2019, p. 93)

(26) PT **kək* 'to hold'

PMG **kok* > PTG **kok* 'to support' (Corrêa da Silva, 2010, p. 408) || PMu **kik* > Mu *kək* (Picango, 2005, p. 61; reconstruction ours) || Kt *kak* (Landin, 2005, p. 13) || Kr *kik* (Gabas Jr., 1999, p. 86)

(27) PT **kíp(-kwɪt ~ -ʔwɪt)* 'brother'

PMG **kibiɪt* 'brother (*female ego*)' > Mw/Aw *kiwiɪt*, PTG **kibiɪt* (Corrêa da Silva, 2010, p. 405; reconstruction ours) || PMu **kipit* > Mu *kipit* 'younger brother (*female ego*)', Ku *kopit* (Picango, 2005, p. 213, 2019, p. 139) || PTpr **kíp* 'younger brother (*male ego*)' > Wy/Tu/Sk *kíp* (Nogueira et al., 2019, p. 42) || Kt *ke:t* 'younger brother (*male ego*)', Ari *keð-o* (Landin, 2005, p. 13; Nimuendajú, 1932, p. 110, <*u-kêrã*_N>)

(28) PT **kɪpi(-kwɪt ~ -ʔwɪt)* 'younger sister (*female ego*)'

PMG **kipiɪt* > PTG **kipiɪt* (Corrêa da Silva, 2010, p. 407; reconstruction ours) || PMu **kibit* > Mu *kibit* (Picango, 2019, p. 139) || PTpr **kipi* > Wy *kupi*, Tu *kupsí-ʔi*, Sk/Ak *kipi* (Nogueira et al., 2019; Alves, 2004, p. 207) || Kt *kipe:t* (!) (Landin, 2005, p. 15)

(29) PT **kɯnĩŋã(ɾ)* 'scorpion'

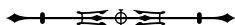
PTpr **kũnĩŋã* > Wy *ku(ɯ)nĩŋã*, Tu *kwĩnĩká*, Sk *kinĩŋã* (Nikulin & Andrade, 2020, p. 308; reconstruction amended from **kũnĩŋga*) || Kt *kennõn*, Ari *kednõð-o* (!) (Landin, 2005, p. 13; Nimuendajú, 1932, p. 113, <*kēdnãrã*_N>)

(30) PT **k'et* 'to sleep'

PMG **ket* > Mw *ket*, Aw *teɾ*, PTG **k'et* (Meira & Drude, 2015, p. 294) || PMu **fet* > Mu/Ku *fet* (Picango, 2019, p. 138) || PTpr **ʔet-* > Ma/Wy *et-*, Tu *ʔet-*, Sk/Ak *et-* (Braga, 2005, p. 176; Nogueira, 2019, p. 50; Alves, 2004, p. 275; Galucio, 2001, p. 23; Aragon, 2014, p. 104; reconstruction ours) || Kt *kat*, Ari *kæt* (Storto, 1999, p. 14; Rondon & Faria, 1948, p. 197; Nimuendajú, 1932, pp. 115–116, <*cataúá*_B>, <*kad*, <*katyú*_N>) || Kr *ket* (Gabas Jr., 1999, p. 39) || Pu *ket-a* (Monserrat, 2005, p. 20; Galucio et al., 2015, p. 256) || Pa *ker*, Ar/Gv/Zo *kere*, Sl *keet* (Bontkes, 1978, p. 9; Moore, 1984, p. 60; Galucio et al., 2015, p. 256)

(31) PT **k'wɪt* 'green'

PMG **k'it* > Mw *k'it-ʔi*, Aw *k'it* 'green, blue', PTG **k'it* (Corrêa da Silva, 2010, p. 411; reconstruction ours) || PMu **kit* > Mu *kit* (Picango, 2005, p. 213; reconstruction ours) || Pju **[a]k'ibz-ú* > Yu *ak'ibzú ~ ak'ébzú*, Xi *ak'iu* (Fargetti & Rodrigues, 2008, pp. 553, 563; reconstruction ours) || PTpr **it* 'unripe, young' > Ma *it*, Wy/Tu *ɯɾ*, Ak *it* (Braga, 1992, p. 33; Alves, 2004, p. 271; Nogueira, 2019, p. 155; reconstruction ours) || Kt *ket* 'green, blue', Ari *keð-* 'blue' (Storto, 1999, pp. 14, 100, fn. 27; Landin, 2005, p. 13; Rondon & Faria, 1948, p. 196; Nimuendajú, 1932, p. 114, <*taqueri*_B>, <*i-kerã*_N>)



Appendix 1

(Continue)

- (37) PT
- *mbi*
- (absolute)
- *pi*
- (relational) 'foot'

PMG **mbi/pi* > Mw/Aw *mi/pi*, PTG **mbi/pi* (Meira & Drude, 2015, p. 293)³⁴ || PMu **i* > Mu *í*, Ku *i* (Picanço, 2005, p. 103; Nimuendajú, 1930, p. 318; reconstruction ours) || PTpr **mbi(-to)* > Ma *mbi*, Wy *mbi / -bi*, Tu *si-tó*, Sk *pi-tso*, Ak *pi* (Nikulin & Andrade, 2020, p. 305) || Kt/Ari *pi* (Landin, 2005, p. 24; Rondon & Faria, 1948, p. 194; Nimuendajú, 1932, p. 109, <pi>_B, <u-pi>_N) || Kr *pi* (Gabas Jr., 1999, pp. 39, 97) || Pu *fi-be* (Galucio, 2005, p. 166) || Pa *pi(:)-pe*, Ar/Gv/Zo *bi/pí*, Sl *pi-pe*, *bi-?a* (Bontkes, 1978, p. 16; Galucio et al., 2015, p. 255)

- (38) PT
- *mbi?a*
- (absolute)
- *pi?a*
- (relational) 'liver'

PMG **mi?a/pi?a* > Mw *mi?a/pi?a*, PTG **mbi?a/pi?a* (Ribeiro, 2010, p. 75; Corrêa da Silva, 2010, p. 402; reconstruction ours) || PMu **piā* > Mu *psā*, Ku *biā* (Picanço, 2019, p. 139) || PJu **bi?á* > Yu *bi?á*, Xi *bia* (Fargetti & Rodrigues, 2008, p. 561; reconstruction ours) || PTpr **pi?a* > Ma *pía*, Wy *pia*, Tu *si?á*, Sk *pitsa*, Ak *bíta* (Nikulin & Andrade, 2020, p. 309) || Kr *pía* (Gabas Jr., 1999, p. 54) || Pu *bia* (Galucio, 2005, p. 168)

- (39) PT
- *mbV?uɪt*
- ~
- *mbVkuɪt*
- 'necklace'

PMG **mbo?it* > PTG **mbo?it*³⁵ (reconstruction ours) || Kt *mbo?et* ~ *mōet* (Dietrich, 2009, p. 29; Landin, 2005, p. 16)

- (40) PT
- *mēpit*
- 'son (female ego)'

PMG **mēpit* > Mw *mēpit*, Aw *mēpit*, PTG **mēmbit* (Meira & Drude, 2015, p. 295) || (?) PJu **mābi-a* (!) 'daughter' > Yu *mābia*, Xi *mābia* (Fargetti & Rodrigues, 2008, p. 561; reconstruction ours) || PTpr **mēpit* 'child, sororal nephew/niece (female ego)' > Ma/Wy *mēpit*, Tu *mēsít*, Sk *mēpit*, Ak *mēpit* (Nikulin & Andrade, 2020, p. 305) || (?) Kr *māmæt* (!) (Gabas Jr., 1989, p. 10) || Pa *mápit* 'son (female or male ego)', Ar <mambid>, Gv *māpit* (!) (Felzke & Moore, 2019; Sekelj, 1948)

- (41) PT
- *mēr*
- 'husband'

PMG **mēr* > Aw *mēr*, PTG **mēr* (Corrêa da Silva, 2010, p. 408; reconstruction ours) || PJu **men-á* > Yu *mená*, Xi *mēna* (Fargetti & Rodrigues, 2008, p. 562; reconstruction ours) || PTpr **mēr* > Wy/Tu/Sk/Ak *mēr* (Nikulin & Andrade, 2020, p. 305) || Kt *mān*, Ari *māen/māēō-o* (Storto, 1999, p. 26; Rondon & Faria, 1948, p. 195; Nimuendajú, 1932, p. 110, <iman>_B, <u-madō>_N) || Kr *mēn* (Gabas Jr., 1999, p. 126) || Pu *mēr* (Galucio, 2005, p. 170; Monserrat, 2005, p. 14) || Ar <umen>, Gv *mēt* (Sekelj, 1948; Felzke & Moore, 2019, p. 32)

- (42) PT
- *mā-*
- 'causative'

PMG **mā-* > Mw/Aw *mo-*, PTG **mā-* (Corrêa da Silva, 2010, p. 412; reconstruction ours) || PMu **ma-* > Mu *mā-*, Ku *ma-* (Picanço, 2019, p. 143) || PJu **mā-* > Yu/Xi *ma-* (Fargetti, 2001, p. 186; Nimuendajú, 1923, p. 847; reconstruction ours) || PTpr **mā-*³⁶ > Ma *mā-*, Wy *ō-/mā-*, Tu *ō-/m-*, Sk/Ak *ō-/mā-* (Braga, 2005, pp. 163–165; Nogueira, 2011, p. 145ff.; Alves, 2004, p. 57; Singerman, 2018, pp. 121–125; Galucio, 2001, pp. 96–8; Aragon, 2014, pp. 197–198; reconstruction ours) || Kt *m-*, Ari *mū-* (Rocha, 2014; Nimuendajú, 1932, as in <i-mu-paḡn-un>_N 'I made him/it dirty', <u-mu-paḡn-un>_N 'I made myself dirty', <es-un-i-mu-kupā>_N 'I put (lit. made descend) him/it on the ground') || Kr *ma-* (Gabas Jr., 1999, pp. 63–65) || Gv *mā-* (Moore, 1984, p. 190; Gavião, 2019, pp. 83–84)

- (43) PT
- *māk*
- 'to stick, to glue'

PMG **māk* > Mw *mōk*, PTG **mōk* (Corrêa da Silva, 2010, p. 407; reconstruction ours) || PMu **māḡ* 'to lean' > Mu *māḡ*, Ku *māḡ* (Picanço, 2019, p. 138)

³⁴ Meira and Drude (2015, p. 293) mention only Sateré-Mawé *pi* and PTG **pi* (and reconstruct PMG **pi*). These allomorphs are found when a possessor of this now is specified. The unpossessed form PMG **mbi* is reconstructed based on Mw/Aw *mi*, PTG **mbi* (Ribeiro, 2010, p. 75; Sabino, 2016, p. 111).

³⁵ Root preserved in Old Tupí (Lemos Barbosa, 1951, p. 87), Parintintin (Betts, 1981), Ka'apor (Kakumasu & Kakumasu, 2007 [1988], p. 53), and other languages.

³⁶ In all Tuparian languages except Makurap, this prefix has the allomorph *ō-* which occurs before consonant-initial stems. The loss of PTpr **m* is not known to be a regular sound change; it can nevertheless be identified as an innovation shared by the Core Tuparian languages (Wayoró, Tuparí, Sakurabiat, Akuntsú).

Appendix 1

(Continue)

(44) PT **mĩcõ* 'curassow'

PMG **mĩcũ* > Mw *mĩñũ*, Aw *mĩtũk*, PTG **mĩtũ* (Meira & Drude, 2015, p. 292) || PMu **wĩtõ* (!) > Mu *witõ*, Ku *wito* (Picanço, 2019, p. 140) || PTpr **mĩcõ* > Ma *mĩtõ* (Nikulin & Andrade, 2020, p. 305) || Kt *mbisĩ*, Ari *mĩsũ* (Landin, 2005, p. 16; Rondon & Faria, 1948, p. 198; Nimuendajú, 1932, p. 112, <mixum>_B, <misyũ, mityũ>_N)

(45) PT **něcuk* 'horsefly'

(?) Mw *nasik* (!) (Ribeiro, 2010, p. 76) || PJu **nătĩk-á* > Yu *natíká* (!), Xi *natika* (Fargetti, 2001, p. 295; Nimuendajú, 1928, p. 847; reconstruction ours) || PTpr **něcuk* > Ma *nětík*, Tu *něuk* (Nikulin & Andrade, 2020, p. 306) || Pa *nig* 'gnat', Ar <*digá*> 'gnat, fly', Gv *dik* 'gnat', Zo *dig-akĩj* 'gnat', Sl *dik* (*kíp*) 'gnat' (Bontkes, 1978, p. 13; Sekelj, 1948; Galucio et al., 2015, p. 267)

(46) PT **ngə* 'cultivated field'³⁷

PMG **ngə* > Mw *no/ko*, Aw *ko*, PTG **ko* (Meira & Drude, 2015, p. 293)³⁸ || PMu **kĩ* 'women's field' > Mu *ká*, Ku *kĩ* (Picanço, 2019, p. 142) || PJu **kú-á* > Yu *kúá*, Xi *kua* (Fargetti & Rodrigues, 2008, p. 563; reconstruction ours) || PTpr **ngə* > Ma/Wy *ngə* (Nikulin & Andrade, 2020, p. 308) || Kt *nga*, Ar *ngæ* (Landin, 2005, p. 9; Rondon & Faria, 1948, p. 200; Nimuendajú, 1932, p. 111, <gá>_B, <ngā>_N) || Pu <*tá*>_{KG} (Koch-Grünberg, 1932, p. 36) || Pa *na*, Ar <*ngá*>, Gv/Zo *ga* (Bontkes, 1978, p. 4; Sekelj, 1948; Moore, 1984, p. 18; Lacerda, 2014, p. 320)

(47) PT **ngəat* 'sun'

PMG **nguat* > Aw *kwat*, PTG **kʷat*, **kʷar[atsi]* (Sabino, 2016, p. 49; Rodrigues, 2007, p. 192; Mello, 2000, p. 176; reconstruction ours) || (?) PMu **koat[ol]* 'summer' > Mu *koató*, Ku *koato* (Picanço, 2019, p. 143)³⁹ || PJu **kuaz[adĩ]* > Yu *kuadĩ* (!), Xi *kuazadĩ*, Mn <*hayadí*> (Fargetti & Rodrigues, 2008, p. 563; Steinen, 1886, p. 361; reconstruction ours) || PTpr **ngəat* 'sun, sky' > Ma *ngəat*, Wy *ngiat*, Tu *kiát* 'up' (Nogueira, 2011, p. 198; Nikulin & Andrade, 2020, p. 308) || Pa *ñád*, Ar/Gv/Zo/Sl *gát* (Bontkes, 1978, p. 4; Galucio et al., 2015, p. 252)

cf. PT **at* 'day'

PMG **a:t* > Mw *a:t* 'sun', PTG **ar* (Ribeiro, 2010, p. 51; Mello, 2000, p. 155; reconstruction ours) || PTpr **a:t* > Tu *a:t* 'sky' (Alves, 2004, p. 157; reconstruction ours) || Kt *o:t*, Ari *ot* 'midday', e-*oð-o* 'rain season' (Karitiana, 2016, p. 32; Nimuendajú, 1932, p. 110, <ë-*q̄r̄q̄*>_B, <*ad*>_N) || Kr át 'day' (Gabas Jr., 1999, pp. 58, 60) || (?) Gv *ará-tígi* 'in ancient times' (Moore, 1984, p. 197).

(48) PT **nguw* 'liquid'

PTpr **ngi* 'liquid, saliva' > Wy *ngũ*, Tu *ku*, Sk/Ak *kĩ* (Nikulin & Andrade, 2020, p. 308) || Kt *ngə* 'blood' (Landin, 2005, p. 9)

(49) PT **nguw* 'louse'

PMG **ngip* > Mw *ngip*, Aw *ṇa-kíp*, PTG **kíp* (Meira & Drude, 2015, p. 293) || PMu **kíp* > Mu *kíp*, Ku *kíp* (Picanço, 2019, p. 141) || PJu **kíp-á* > Yu *kíp-á*, Xi *kíp-a* (Fargetti & Rodrigues, 2008, p. 562; reconstruction ours) || PTpr **ngip* > Ma *ngip*, Wy *ā-ngup*, Tu *kup*, Sk/Ak *kíp* (Nikulin & Andrade, 2020, p. 308) || Kt *ngep*, Ari *ngəβ-o* (Storto, 1999, p. 14; Niemundajú, 1932, p. 113, <gēēbā>_N) || Kr *nāp* (Galucio et al., 2015, p. 252) || Pu *típ* (Galucio, 2005, p. 165) || Pa *ñib*, Sl *gip*, (?) Ar *git* ~ <*ngid*>, Gv/Zo *git* (Galucio et al., 2015, p. 252; Sekelj, 1948)

(50) PT **nguwat* 'salt'

PMG **wu-kīt* (cf. **wu* 'thorn') > Mw *ukīt*, Aw *tukīt*, PTG **jukīt* (Meira & Drude, 2015, p. 294) || PTpr **ngi?īt* > Ma *ngiīt*, Wy *ngũ:t* ~ *ku:t*, Tu *kuṛūt*, Sk *kĩ:t*, (?) Ak *kĩ:c* (Nikulin & Andrade, 2020, p. 308; Moore & Galucio, 1994, p. 134) || Pu *tir[a]* 'salt made of *aricuri* palm' (Monserrat, 2005, p. 18) || Ar <*git*> (Sekelj, 1948)

³⁷ Rodrigues (2005, p. 40) lists Kr *na-cej* as a member of this cognate set; however, *na-* is not a root but rather a prefix in Karo.

³⁸ Meira and Drude (2015, p. 293) attest Sateré-Mawé *ko* and reconstruct PMG **ko*. While the relational stem *ko* is indeed used in Sateré-Mawé, there is also its absolute counterpart *ngo* (Franceschini, 1999, p. 29; Ribeiro, 2010, p. 56), which prompts the reconstruction of PMG **ngo*.

³⁹ PMu **katĩ* 'sun' (Mu *káfi* 'sun/moon', Ku *kadzĩ*) (Picanço, 2019, p. 142) is sometimes seen as a cognate of PTG **kʷat* ~ **kʷaratsi* and Yu *kuadĩ*, Xi *kuazadĩ* (Rodrigues, 2007, p. 192), but it might be better accountable for as an Arawakan borrowing (cf. Proto-Arawakan **kečĩ* 'sun', as reconstructed in Payne (1991, p. 420).

Appendix 1

(Continue)

- (51) PT **paβæk* 'to be visible'
PMu **pápik* > Mu *papák* (Picanço, 2005, p. 17; reconstruction ours) || PTpr **[e]paβok* > Tu *epapók* 'to return' (Alves, 2004, p. 167; reconstruction ours)
- (52) PT **pepʔə* 'wing, flight feather'
PMG **pepo* > Mw/Aw *pepo*, PTG **pepo* (Corrêa da Silva, 2010, p. 403; reconstruction ours) || PJu **pebu-a* > Yu *pewa*, Xi *séba* (Fargetti & Rodrigues, 2008, p. 560; reconstruction ours) || PTpr **pepʔo* > Wy *peo*, Tu *pépʔo*, Sk *pebo*, Ak *pébo* (Moore & Galucio, 1994, pp. 133, 135; Alves, 2004, p. 236; Aragon, 2008, pp. 67, 79; Galucio et al., 2015, p. 253) || Kt *papi* 'arrow feather, fin', Ari *pæpə* 'wing' (Landin, 2005, p. 23; Rondon & Faria, 1948, p. 198; Nimuendajú, 1932, p. 112, <ipapú>_B, <i-papú>_N)
- (53) PT **pətic* 'heavy'
PMG **potic* > Mw *potic*, Aw *potic*, PTG **potsic* (Meira & Drude, 2015, p. 293) || PMu **pítʃi* > Mu *pojʃi*,⁴⁰ Ku *pidʒi* (Picanço, 2005, p. 267; Snethlage, 1932, p. 80, as <ipidy>_L; reconstruction ours) || PJu **padét-ú* > Yu *i-padétú*, Xi *padeTu* (Fargetti & Rodrigues, 2008, p. 562; reconstruction ours) || PTpr **poti* > Ma/Wy *poti*, Tu *posí*, Sk *potsi* (Moore & Galucio, 1994, p. 133; Alves, 2004, p. 241; reconstruction ours) || Kt *piti* (Landin, 2005, p. 27) || Kr *piʔti* (Gabas Jr., 1999, p. 15) || Pa *pati-ga*, Ar <patí ~ pati-f> 'heavy, thick', Gv *patil* (Bontkes, 1978, p. 15; Sekelj, 1948; Moore, 1984, p. 146)
- (54) PT **pi* 'inner part'
PMG **pi* > Mw *pi-pe* 'inside', [ati] *pi* 'sky', *ɲaʔa-pi* 'forest', Aw *pi-wo* 'inside', PTG **pi* (abs. **mbi*)⁴¹, **pi-pe* 'inside' (Ribeiro, 2010, pp. 51, 56, 78, 88; Sabino, 2016, p. 122; Mello, 2000, p. 192; reconstruction ours) || PMu **pi* 'mouth' > Mu/Ku *pi* (Picanço, 2019, p. 136) || PTpr **-pi* > Ma *-pi* (as in *borá-pi* 'mouth'), Wy *-pi* 'inside', Tu *-(p)si*, Sk/Ak *-pi* (Nogueira, 2019, p. 171; Alves, 2004, p. 246; Nikulin & Andrade, 2020, pp. 292, 299) || Kt *-pi*, as in *ej-pi* 'earth' (Landin, 2005, p. 8) || Pa *pi* 'face', Ar <ambí> 'face', <gatpi> 'sky', Gv [á] *bi* 'face', *gar-pi* 'sky', Zo *gat-pi* 'sky' (Bontkes, 1978, p. 16; Moore, 1984, p. 149; Gavião, 2019, p. 73; Lacerda, 2014, p. 320)
- (55) PT **picja* 'heel'
PMG **píca* > Mw *pia* (!), Aw *pi-[a]pita*, PTG **pita* (abs. **mbita*) (Meira & Drude, 2015, p. 290, fn. 24; reconstruction ours) || PMu **(?)iða* > Mu [wə] *jdá*, Ku *ila* (Picanço, 2019, p. 137) || Kt *pi:so*, Ari *piɔso* (!) (Landin, 2005, p. 24; Rondon & Faria, 1948, p. 193; Nimuendajú, 1932, p. 109, <pioçó>_B, <-pi-asá>_N) || Pu *bija[ka]* (Galucio, 2005, p. 178)
- (56) PT **picjo* 'breath'
PMG **piçu* > Mw *pihu*, PTG **pitu* (Corrêa da Silva, 2010, p. 410; reconstruction ours) || PMu **piðo* > Mu *pído* (Picanço, 2005, p. 262; reconstruction ours), **ka(?)-bíðo* 'wind' > Mu *kə-bíðo*, Ku *ka-bilo[llo]* (Picanço, 2019, p. 143) || PTpr **pijo* > Wy *pi:to* (!), Tu *sio*, Mk *pito* 'pulmão', Ak *pitó* 'pulmão' (Nogueira, 2019, p. 152; Caspar, n.d.; Hanke et al., 1958, p. 209; Aragon, 2008, p. 27; reconstruction ours) || Kt [nó] *pisi* (Landin, 2005, p. 19)
- (57) PT **pitik* 'to take, to grab'
PMG **pitik* > Mw/Aw *pitik*, PTG **pitsik* (Corrêa da Silva, 2010, p. 409; reconstruction ours) || PMu **itʃik* > Mu *ijʃik* 'to hold' (Gomes, 2006, p. 113; reconstruction ours) || PJu **pidík-ú* > Yu *pidikú*, Xi *padiku* (!) (Fargetti & Rodrigues, 2008, p. 562; Nimuendajú, 1929, p. 866; reconstruction ours) || Kt *pitik* 'to take out, to empty' (Rocha, 2011, p. 215)
- (58) PT **puuk* 'to burn'
PMu **pik* > Mu/Ku *pik* (Picanço, 2019, p. 101) || PTpr **pik-* > (?) Ma *pik-* 'to extinguish', Wy *puuk-* 'to cook' (Nogueira, 2019, p. 21; reconstruction ours) || Kr *pæk* (Gabas Jr., 1999, p. 86)
- (59) PT **tə* 'to go (singular)'
PMG **to* > Mw *to*, Aw *to*, PTG **tso* (Meira & Drude, 2015, p. 293) || PMu **tʃi* > Mu *tʃə*, Ku *tʃi* (Picanço, 2019, p. 139) || PJu **tʃa* > Yu *tʃa*, Xi *ta* (Fargetti & Rodrigues, 2008, p. 561; reconstruction ours) || (?) Kr *ti* (Gabas Jr., 1999, pp. 64, 136)

⁴⁰ The rounded vowel found in Mundurukú is irregular (**paʃi* would be expected). The Kuruaya form <ipidy>_L, attested by Antonio Lopes da Costa (Snethlage, 1932, p. 80), shows an unrounded vowel in the first syllable of the root; guided by the PMG cognate with **o*, we phonologize this Kuruaya form as /i-pidi/ *i-pidʒi*.

⁴¹ Root preserved in Old Tupí (Lemos Barbosa, 1951, p. 132), Parintintin (Betts, 1981), and other languages.

Appendix 1

(Continue)

(60) PT **tə*- 'third person coreferential'

PMG **to*- > Mw *to*-, (?) Aw *to*- 'reciprocal' (Franceschini, 1999, p. 24; Sabino, 2016, p. 131; reconstruction ours) || (?) Xi *d(u)*- (Rodrigues, 1995, p. 12) || PTpr **te*- > Wy/Tu *te*-, Sk *tse*-, Ak *te*- (!) (Nogueira, 2019, p. 34; Alves, 2004, p. 257; Galucio, 2001, p. 74; Aragon, 2014, p. 219ff.; reconstruction ours) || Kt *ta*-, Ari *tæ*- (Storto, 1999, p. 125; Rondon & Faria, 1948, p. 196; Nimuendajú, 1932, pp. 114–116, <*ta*->_{B/N}) || Kr *to*- (Gabas Jr., 1999, p. 81)

(61) PT **tə*- 'pronominal formative (pl.)'

(a) PT **oðe-tə* 'we (excl.)'

PMG **urV-to* (!) > Mw *uru-to* (!) (Franceschini, 1999, p. 63; Ribeiro, 2010, p. 91) || PMu **otfe-ji* > Mu *otfe-dzá*, Ku *otfe-di* (Picanço, 2019, p. 143)

(b) PT **oc-tə* 'we (incl.)'

PMG **uc-to* 'I' > Mw *uc-to*, Aw *ito* (!) (female speech) (Franceschini, 1999, p. 63; Ribeiro, 2010, p. 90; Sabino, 2016, p. 82) || PMu **[w]ij-ji* > Mu *wəj-dzá*, Ku *wei-di* (Picanço, 2019, p. 143) || Kt *ij-tfa*, Ari *uj-tæ* (Storto, 1999, pp. 22, 40, 206; Nimuendajú, 1932, p. 114, <*uita*>_N) || Kr *iʔ-tə* (Gabas Jr., 1999, p. 39, 81)

(c) PT **ec-tə* 'you (pl.)'

PMu **ej-ji* > Mu *ejdzá*, Ku *eidzi* (!) (Gomes, 2006, p. 24; Mendes Jr., 2007, p. 31; reconstruction ours) || Kt *aj-tfa*, Ari *æj-tæ* (Storto, 1999, p. 22, 163; Nimuendajú, 1932, p. 114, <*aita*>_N)

(d) cf. also Mw *ac-to* 'we (incl.)' (Franceschini, 1999, p. 63; Ribeiro, 2010, p. 48); PTpr **ki-te* 'we (incl.)' > Ma *ki-tě[nā]*, Sk *ki-tse*, Ak *ki-tjé* (Braga, 2005, p. 88; Galucio, 2001, p. 38; Aragon, 2008, p. 53, 2014, p. 179); Ma *e[kij-tě[nā]* 'you (pl.)' (Braga, 2005, p. 88)

(62) PT **tək* 'to pound, to grind'⁴²

PMG **tok* > Mw *tok*, Aw *[a]tok*, PTG **tsok* (Ribeiro, 2010, p. 88; Sabino, 2016, p. 69; Mello, 2000, p. 199; Rodrigues & Dietrich, 1997, p. 274; reconstruction ours) || PMu **tjik* > Mu *tjək* 'to break' (Picanço, 2005, p. 36; reconstruction ours) || Pju **(pá) dák-u* > Yu *pá-dák-u*, Xi *(pa-)dak-u* (Lima, 2008, p. 22; Nimuendajú, 1929, p. 878; reconstruction ours) || Kt *tak* (Rocha, 2011, p. 23) || (?) Pa *-tagá* 'to smash' (as in *to-dagá* 'to pound'), Gv *tágá* 'to beat' (Meer, 1982, p. 37; Gavião, 2019, p. 81)

(63) PT **tək* 'larva'

PMG **tok* > PTG **tsok* (Mello, 2000, p. 200; PMG reconstruction ours) || Pju **[a]dáká* > Yu *adáká* (Fargetti, 2001, p. 56; reconstruction ours) || PTpr **tek* > Tu *tek* (Alves, 2004, p. 257; reconstruction ours) || Kt *[ken]tak* (Landin, 2005, p. 13) || Pa *[ka]dé:g* 'coconut larva', (?) *[mā:m]nég* 'caterpillar sp.', (?) *nég* 'boil', Ar <*mandeg*> 'caterpillar', Gv *mā-dék* 'lizard' (Meer, 1982, p. 37; Bontkes, 1978, pp. 8, 11, 13; Sekelj, 1948; Moore, 1984, p. 186)

(64) PT **tī* 'mother'

PMG **ndi/*tī* > Mw/Aw *ni/tī*,⁴³ PTG **tsi* (Meira & Drude, 2015, p. 294) || PMu **tji* > Mu *fi*, Ku *dji* (Picanço, 2019, p. 140) || Pju **di-á* > Yu *dzá*, Xi *diā* (Fargetti & Rodrigues, 2008, p. 562; reconstruction ours) || PTpr **tī* > Ma/Wy *tī*, Tu *si*, Sk *tsi*, Ak *tī* (Nogueira et al., 2019, p. 39; reconstruction ours) || Kt/Ari *tī* (Storto, 1999, p. 17; Rondon & Faria, 1948, p. 195; Nimuendajú, 1932, p. 110, <*otí*>_B, <1 u-ti, 3 i-ti>_N) || Pa/Ar/Gv/Zo *tī* 'mother; maternal aunt', Sl *tī* 'mother' (Bontkes, 1978, p. 17; Felzke & Moore, 2019)

derived: PT **tī-ʔur* ~ **tī-kuur* 'maternal aunt'

PMG **tīʔir* > PTG **tsiʔir* (Corrêa da Silva, 2010, p. 407; PMG reconstruction ours) || Kt *teʔet* (Landin, 2005, p. 30)

(65) PT **tik* 'resin'

PMG **-tik* > Mw *[i]tik-he*-, Aw *[tipa]tik*, PTG **[ʔi]tsik* (Ribeiro, 2010, p. 99; Figueiredo, 2010, p. 226; Corrêa da Silva, 2010, 404; reconstruction ours) || Pju **díká* 'wax' > Yu *[ka]díká* 'resin', Xi *dika* 'wax', *[ari]dika* 'resin' (Fargetti & Rodrigues, 2008, p. 562; Carvalho, 2019; reconstruction ours) || PTpr **tik* > Tu *sik*, Sk *tsik* 'sap' (Alves, 2004, p. 247; Galucio, 2001, p. 91; reconstruction ours) || Ar <*tigi*> (Sekelj, 1948)

⁴² Rodrigues (2007, p. 182, 2008, p. 6) includes Tuparí *tek* into this cognate set. However, other sources attest the Tuparí verb for 'to pound, to grind' as *ter-* (Alves, 2004, p. 258), which goes back to PTpr **nder-* (Nikulin & Andrade, 2020, p. 306).

⁴³ The form *nī* (not given by Meira and Drude (2015)) is used both in Sateré-Mawé and in Awetí as the absolute equivalent of the relational stem *tī*. It is attested in Franceschini (1999, p. 29), Ribeiro (2010, p. 76) and Sabino (2016, p. 113).

Appendix 1

(Continue)

(66) PT **tuur* 'to cook'

PMG **tīr* 'to roast' > Aw [te]tīr, PTG **[te]tsir*, **mi-tsir* 'roasted' (Sabino, 2016, p. 183; Mello, 2000, p. 162; Corrêa da Silva, 2010, p. 408; reconstruction ours) || PTpr **tīr* > Ma tīr 'to roast', Tu *sur-* (Braga, 2005, p. 201; Nikulin & Andrade, 2020, p. 291, fn. 14) || Kt [o]tet (Rocha, 2011, p. 214) || Kr tīt (Gabas Jr., 1999, p. 105) || Pa tī(:)r 'hot, to cook', Ar/Gv/Zo tīrī 'to burn, to roast', Sl tī:t 'to burn' (Bontkes, 1978, pp. 8, 17; Moore, 2005, p. 520; Sekelj, 1948)

(67) PT **tuur* 'digging stick'

PMG **tīr* > Mw tīr-pi, Aw tīt, PTG **tsir* (Corrêa da Silva, 2010, p. 406; reconstruction ours) || PTpr **tīr* > Ma tīr 'spade', Wy *tur* 'machete', Tu *sur* (Braga, 2005, p. 201; Nogueira, 2019, p. 56; Rodrigues, 2002, p. 290; reconstruction ours)

(68) PT **uβicjo* 'wind'

PMG **iβicū* > Mw iwitu, Aw iwīI (!), PTG **iβitu* (Ribeiro, 2010, p. 98; Sabino, 2016, p. 102; Meira & Drude, 2015, p. 295; reconstruction ours) || PTpr **iβijo* > Tu *uβsió* (Nikulin & Andrade, 2020, p. 292)

(69) PT **ūp* 'dirty, black'

PMG **-ip* > Mw wār-[t]īp 'night', (?) Aw [tatik]īp 'dark' (Ribeiro, 2010, p. 93; Sabino, 2016, p. 24; reconstruction ours) || PTpr **īp* > Tu *ūp* (Alves, 2004, p. 271; reconstruction ours) || Kt ē:m, Ari ēm- (Storto, 1999, p. 15; Nimuendajú, 1932, p. 114, <i-ēmā>_N); Ari pæ-ēm(-) 'Black person' (Rondon & Faria, 1948, p. 196; Nimuendajú, 1932, p. 110, <tapa-ēme>_B, <i-paēmā>_N)

(70) PT **upek* 'duck'

PMG **ipek* > Aw ipek, PTG **ipek* (Corrêa da Silva, 2010, p. 156; reconstruction ours) || PTpr **ipek* > Wy *upek*, Tu (?) *upék*, Sk *ipek*, Ak *ipék* (Moore & Galucio, 1994, p. 133; Alves, 2004, p. 277; Hanke et al., 1958, p. 200; Aragon, 2014, p. 78) || (?) Pa i:péja, Ar <ipei>, Zo *ipeja* (Bontkes, 1978, p. 7; Sekelj, 1948; Lacerda, 2014, p. 321)

(71) PT **utuuu* 'deer'

PMG **iti:* > Mw *iti:*, (?) Aw *ti[wapaɪ]* (Meira & Drude, 2015, p. 292) || PMu **íťí* > Ku *íđí* (Costa, 2002, p. 99; reconstruction ours) || PTpr **iti:* > Ma *iti:*, Wy *iti:*, Sk *itsi:*, Ak *iti* (Galucio et al., 2015, p. 266; Aragon, 2014, p. 148; reconstruction ours) || (?) Kt/Ari *nde* (!) (Landin, 2005, p. 18; Rondon & Faria, 1948, p. 198; Nimuendajú, 1932, p. 112, <dé, de>_B, <ndē>_N) || Kr *ití* (Gabas Jr., 1999, p. 10) || Pu *idi* (Galucio, 2005, p. 175; Monserrat, 2005, pp. 15–16) || Pa *íťí[áb]* ~ *íťi:[áb]*, Ar *itíi* ~ *itíí*, Gv *iitii*, Zo *itii* (Bontkes, 1978, p. 8; Galucio et al., 2015, p. 266)

(72) PT **wākūjã* 'agouti'

PTpr **wākīñã* > Ma *mākīñã*, Wy *η*wākīñã*, Sk *mākīñã/pakīñã* (dialectal variants), Ak *pakāñã* (Nikulin & Andrade, 2020, p. 295) || Kr *wakāja* (Gabas Jr., 1999, p. 13) || Pu *wakīñã* (Galucio, 2005, p. 182; Monserrat, 2005, p. 16) || Pa *wakí(:)*, Ar *βakīí*, Gv *βaakīí*, Zo *βakīí*, Sl *βakii* (Bontkes, 1978, p. 18; Galucio et al., 2015, p. 262)

(73) PT **watī* 'moon'

PMG **wa:ti* > Mw *wa:ti*, Aw *tati*, PTG **jatsi* (Meira & Drude, 2015, p. 294) || PMu **waťí* > Mu *wafí*,⁴⁴ Ku *wadźí* (Santos, 2013, p. 71; Nimuendajú, 1932, p. 107; Costa, 2002, p. 99; reconstruction ours) || Kt *oti*, Ari *oti* (Storto, 1999, p. 14; Rondon & Faria, 1948, p. 194; Nimuendajú, 1932, p. 109, <oti>_B, <atí>_N) || Pa *gāti-kád* (male speech) (!), Ar *gāti*, *gát-ti* (!), Gv/Zo *gāti* (!) (Bontkes, 1978, p. 4; Galucio et al., 2015, p. 258)

(74) PT **wetik* 'sweet potato'

PMG **wećik* (!) > Aw *tezik*, PTG **jetik* (Corrêa da Silva, 2010, p. 405; reconstruction ours) || PMu **wéťik* > Mu *wefík*-, Ku *wedźik* (Picanço, 2019, p. 136) || Pu <*witiká*>_{KG}, <*widiká*>_{ES} (Koch-Grünberg, 1932, p. 44; Snethlage, 1934) || Pa *waťí(:)η-a* (!), Ar *βitīñ-ṛa*, Gv *βitíg-ã*, Zo *βetīñ-áa fíp* (!), Sl *tīñ-ṛa* (Bontkes, 1978, p. 18; Galucio et al., 2015, p. 272)

⁴⁴ This form is documented only in the Madeira dialect of Mundurukú. In the Tapajós dialect, this term has been replaced with *káfi* 'sun/moon' (Picanço, 2005, p. 27). Interestingly, the form <*wasuptá*>_N 'star', attested for the Madeira dialect in Nimuendajú (1932, p. 107), has been likewise replaced with *kasoptá* (Picanço, 2005, p. 128).

Appendix 1

(Conclusion)

(75) PT **wi* 'ax'

PMG **wi* > Mw *wi-ʔiʔ* 'handle', Aw *ki*, PTG **ʔi* (Ribeiro, 2010, p. 95; Meira & Drude, 2015, p. 292) || PTpr **wi* > Ma *βi*, Tu *wi(:)*, Sk/Ak *kʷi* (Nikulin & Andrade, 2020, p. 299) || Kt *hi* 'knife (dated)', Ari *hi* (Landin, 2005, p. 11; Rondon & Faria, 1948, p. 195; Nimuendajú, 1932, p. 111, <hi>_B, <hi->_N) || Pu *wi-a* (Galucio, 2005, p. 181; Monserrat, 2005, p. 19)

(76) PT **wica* 'stone'

PMG **wica* > Aw *kita*, PTG **ita* (Corrêa da Silva, 2010, p. 404; reconstruction ours) || PMu **wita* 'grater' > Mu *witá* (Picanço, 2005, p. 43, fn. 6; reconstruction ours); PMu **wita-ʔa* 'stone' > Mu *witá-ʔa*, Ku *wita-ʔa* (Picanço, 2019, p. 141) || Kt *i(t)so* 'whetstone', Ari *iso(-o)* (Landin, 2005, p. 12; Rondon & Faria, 1948, p. 194; Nimuendajú, 1932, p. 110, <iʔo>_B, <isoá, isaá>_N) || Kr *ijá* (Gabas Jr., 1999, p. 182) || (?) Pa *ifáa*, Ar *tʃaʔa*, Gv *ifjáa*, Zo *ifjáa*, Sl *jáʔa ~ isáʔa* (!) (Bontkes, 1978, p. 4; Galucio et al., 2015, p. 259)

(77) PT **wip* 'cooked'

PMG **wip* 'cooked' > Mw *wip*, Aw *[o]kip*, PTG **tsip* (Meira & Drude, 2015, p. 292) || PMu **wip* > Mu *wip* (Gomes, 2006, p. 259, fn. 13; reconstruction ours) || Pju **[u]wipu* > (?) Yú *uh-u* (!) 'be roasted', Xi *uwih-u* (Fargetti & Rodrigues, 2008, p. 561; Nimuendajú, 1929, p. 869; reconstruction ours) || Kt *hip* 'to roast', (?) Ari *mbuð-o-hip-op-o* 'frying pan' (Rocha 2011, p. 33; Nimuendajú, 1932, p. 111, <burohípapa>_N) || Kr *wip* (Gabas Jr., 1999, p. 17) || (?) Gv *βîl-p* (Moore, 1984, p. 261)

(78) PT **wuu* 'to blow'

PTpr **wi* > Ma *βi*, Tu *u* 'play a blowing instrument' (Nikulin & Andrade, 2020, p. 299) || Kt *he:* (Rocha, 2011, p. 33)

(79) PT **wucjã* 'shell'

PMG **wicã* > Aw *kitã*, PTG **itã* (Corrêa da Silva, 2010, p. 404; reconstruction ours) || PTpr **wijnã* > Tu *unã* (Rodrigues, 2002, p. 290; reconstruction ours) || Ari *mũsõ* (Rondon & Faria, 1948, p. 199, <mixon>_B)

(80) PT **ʔək* 'tuber'

PMG **ʔək* > Aw *ʔok*, PTG **ʔok* (Meira & Drude, 2015, p. 293) || PMu **ʔik* 'belly' > Mu *ʔək*, Ku *ʔik* (Picanço, 2019, p. 136) || PTpr **ek* > Tu *ek* (Alves, 2004, p. 164; reconstruction ours)

derived: PT **mānĩ-ʔək* 'manioc'

PMG **mānĩʔək* > Aw *maniʔok*, PTG **māndiʔok* (Meira & Drude, 2015, p. 293) || PMu **másik* > Mu *məsák*, Ku *másik* (Picanço, 2019, p. 140) || Pju **maniaká* 'manioc' > Yú *maniáká ~ majáká*, Xi *maniaka ~ majaka* (Steinen, 1886, p. 363; Nimuendajú, 1928, p. 833, 1932, p. 585; Fargetti & Rodrigues, 2008, p. 562; reconstruction ours)

(81) PT **ʔu* 'water'

PMG **ʔi* > Mw *i[ʔi]*, Aw *ʔi*, PTG **ʔi* (Meira & Drude, 2015, p. 295) || PMu *(*ʔ*)*i-ði* > Mu *idj-bí*, Ku *idji* (!) (Picanço, 2019, p. 135) || Pju **i-á* > Yú *ijá*, Xi *ija* (Fargetti & Rodrigues, 2008, p. 560; reconstruction ours) || PTpr **ʔi* > Ma *i:*, Wy *u-gu*, Tu *ʔu* 'drink, chicha', Sk *i-kí*, Ak *i-kí* (Braga, 2005, p. 201; Nogueira, 2019, p. 8; Alves, 2004, p. 276; Galucio, 2001, pp. 42, 70, 77; Aragon, 2014, p. 78; reconstruction ours) || Kt/Ari *e* 'rain' (Landin, 2005, p. 7; Rondon & Faria, 1948, p. 194; Nimuendajú, 1932, p. 110, <hé>_B, <é>_N); Kt/Ari *e-se* 'water, river' (Storto, 1999, p. 138; Rondon & Faria, 1948, p. 194; Nimuendajú, 1932, p. 110, <exê, ecê>_B, <esê>_N) || Kr *i-ci* (Gabas Jr., 1999, p. 10) || (?) Pu *ifja* 'creek', *i[wic]* 'big river' (Monserrat, 2005, p. 17) || Pa *i:*, Ar *ii*, Gv *ii-pâàp* 'water' (*ii* 'river, chicha'), Zo *ii* (Bontkes, 1978, p. 21; Galucio et al., 2015, p. 258; Moore, 1984, pp. 167, 245; Lacerda, 2014, p. 320)

derived: PT **ʔu-ʔa* 'gourd'

PMG **ʔa* > Aw *ʔa*, PTG **ʔa* (Corrêa da Silva, 2010, p. 405) || PTpr **ʔiʔa* > Ma *ia[pe]*, Wy *ʔuβa* 'traditional recipient for storing', Tu *úʔa* 'recipient for storing chicha' (Braga, 2005, p. 201; Nogueira, 2019, p. 11, 39; Alves, 2004, p. 272; reconstruction ours) || (?) Gv *ifá-àp* 'calabash' (Rodrigues, 2007, p. 187)⁴⁵

⁴⁵ We were unable to locate this form in any primary source on Gavião (2019). However, it corresponds well to the data of other Tupian languages and thus we provisionally leave it here, given that Rodrigues (2007) may have had access to unpublished Gavião (2019) data. An anonymous reviewer remarks, however, that the Gavião (2019) form in question is composed of *i* 'chicha' and *-áàp* 'convex or concave object' and, thus, might not be cognate with the remaining forms.



Appendix 2. PT consonants.

PT	PMG	PMu	PJu	PTpr	Kt/Ari	Kr	Pu	Mo
*p	*p	*p/*b ^A /*ɔ ^B	*p/*b ^A	*p	p	p	b/b ~ f ^C	p
*[mb] *m ^E	*[mb] *m ^E	*p *m ^E	*p *m ^E	*[mb] *m ^E	[mb] m ^E	m	m	b, Pa m m ^E
*β	*β	?	?	*β	?	?	?	?
*w	*w	*w/*ɔ ^A	*w	*w	h/ɔ ^D /m ^E	w	w	β, Pa w
*t	*t, *t ^C	*tʃ/*j ^A /tʃ ^C	*tʃ/*d ^A	*t	t, Kt tʃ ^F	t	d/n ^E	t
*[nd] *n ^E	*[nd]/*ð ^A *n ^E	*tʃ ?	*tʃ *n ^E	*[nd] *n ^E	*[nd] *n ^E	*[nd] *n ^E	?	d, Pa n ?
*ð	*ð	*tʃ	*ɟ	*t	t	?	?	(?) t
*r	*r	*r	*r	*r	r	r	r	l, Pa r
*tʃ	*tʃ	*f	(?) *f	?	(?) s	?	?	?
*c	*c	*t	*t	*c	s	j	?	∅
*j	*c, *c ^G	*ð	*s ~ f	*j/*[ŋ] ^E	s/n ^E	j ~ c	j ~ t ~ f	dz ~ ts/j ^E /tʃ ^C
*k	*k	*k	*k	*k	k	k		k
*kʲ	*k	*k, *f ^H	*k	*ʔ ~ *∅	k	k	k	k
*k̥	*ʔ	*ʔ ~ *∅	∅	*k	?	?	?	∅
*[ŋg] *ŋ ^E	*[ŋg] *ŋ ^E	*k	*k *n ^E	*[ŋg]	[ŋg] n	n	t ?	g, Pa ŋ n
*ʔ	*ʔ	*ʔ ~ *∅	∅	*ʔ	ʔ	*ʔ ~ *∅	*ʔ ~ *∅	∅

^A = between vowels; ^B = before or flanked by front vowels; ^C = before *j; ^D = in non-final syllables or between front vowels; ^E = before nasal nuclei; ^F = after j; ^G = after *i or *c (PT *cj > PMG *c̣); ^H = before PT front or central vowels.

PT	PMG	PMu	PJu	PTpr	Kt	Kr	Pu	Mo
*p	*p	*p/*m ^A	*p/*m ^A	*p	p/m ^A	p/m ^A	p	p, Pa b
*t	*t	*t/*n ^A	*ɟ/*n ^A	*t	t/n ^A	t/n ^A	t	t, Pa d
*c	*c	*j/*ɔ ^B	*t/*j ^A	*c/*ɔ ^B	j/n ^A /ɔ ^B	j/ɔ ^B	c	j
*k	*k	*k/*ŋ ^A	*k/*ɔ ^A	*k	k/ŋ ^A	k/ŋ ^A	k	k, Pa g

^A = after nasal nuclei; ^B = after *j.

Revisiting postverbal standard negation in the Jê languages Revisitando a negação padrão pós-verbal nas línguas Jê

Johan van der Auwera^I  | Olga Krasnoukhova^{II} 

^IUniversity of Antwerp. Antuérpia, Bélgica

^{II}Leiden University. Leiden, Netherlands

Abstract: In the Jê languages standard negators tend to take a post-verbal position. This paper asks why this should be the case and therefore discusses earlier accounts relating Jê standard negators to either negative verbs or privative postpositions. We argue that these accounts do not have to exclude each other. In particular, we propose that an existential negator can be reanalyzed as a privative one. We also argue that if the origin of the standard negator is a verb with the meaning 'finish', we may be dealing with a scenario that is similar to the 'Negative Existential Cycle'. In both, the existential negator denies the existence of a state of affairs and then turns into a standard negator. But whereas in the Negative Existential Cycle the non-existence of a state of affairs is modelled on the non-existence of an object, in the 'new' scenario the non-existence of a state of affairs derives from the fact that a process or event has come to an end.

Keywords: Standard negation. Postverbal negation. Jê languages. Existential negation. Privative negation. Prohibitive negation.

Resumo: Nas línguas Jê, os negadores padrão tendem a ocorrer na posição pós-verbal. Este artigo pergunta por que isso deve ser o caso e, portanto, discute análises anteriores, relacionando os negadores padrão Jê a verbos negativos ou a posposições privativas. Argumenta-se que essas duas possibilidades não são necessariamente mutuamente exclusivas. Em particular, sugerimos que um negador existencial pode vir a ser reanalisado como um negador privativo. Também argumentamos que, caso a origem do negador padrão seja um verbo com o significado de 'terminar', pode se tratar de um cenário semelhante ao chamado 'Ciclo Negativo Existencial'. Em ambos esses cenários, o negador existencial serve para negar a existência de um estado de coisas, posteriormente transformando-se em um negador padrão. Mas, enquanto no Ciclo Negativo Existencial a expressão da inexistência de um estado de coisas tem por modelo a expressão da inexistência de um objeto, no 'novo' cenário, a inexistência de um estado de coisas é derivada do fato de um processo ou evento ter chegado ao fim.

Palavras-chave: Negação padrão. Negação pós-verbal. Línguas Jê. Negação existencial. Negação privada. Negação proibitiva.

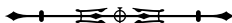
Auwera, J., & Krasnoukhova, O. (2022). Revisiting postverbal standard negation in the Jê languages. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 17(2), e20210062. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0062

Autor para correspondência: Johan van der Auwera. University of Antwerp. Prinsstraat 13, Antwerp 2000, Bélgica (johan.vanderauwera@uantwerpen.be).

Recebido em 06/07/2021

Aprovado em 02/12/2021

Responsabilidade editorial: Adam Singerman



INTRODUCTION

In this paper we revisit postverbal standard negation in the Jê languages. There are two earlier studies, viz. Miranda (2015) and Beauchamp et al. (2017). This study differs from Miranda (2015) in two ways. We focus on standard negation and on its origin. Miranda (2015) deals with more types of negators and concentrates on the synchrony. We share our restriction to standard negation with Beauchamp et al. (2017), but we look at more languages. We differ from both studies also in that we bring in data from the wider Macro-Jê family and that we tie up our analysis more closely with insights or issues from the general typology of negation. And though we gratefully rely on both studies, on some matters we disagree and propose alternative hypotheses.

In the Jê languages standard negation is overwhelmingly postverbal, as illustrated in (1) and (2).

- (1) Apinajé (Goyaz) (Oliveira, 2005, p. 251)

Pa kot paj ix-pi-kunok kêt=ně.

1.NOM IRR 1.NOM.IRR 1-ANTIC.NF-lose.NF NEG

'I won't get lost.'

- (2) Xavánte (Central) (Estevam, 2011, p. 271)

Wa-tsi-wadza-ri mono õ di dza.

1.PL.ABS-MI-mix-NF IT NEG EX PROSP

'We are not going to mingle.'

The negators are *(h)kêt=ně* and *õ* and they occur after the verbs *-pi-kunok* and *-tsi-wadza-ri*. The South American languages have been claimed to overrepresent postverbal negation, as compared to the rest of the world (Muysken et al., 2014, pp. 306-307; see also Dryer, 2013; Vossen, 2016, pp. 318-321; Krasnoukhova et al., under revision). So in this respect the Jê languages are not exceptional. In the case of the Jê languages the literature gives us plausible hypotheses as to why their standard negators are postverbal. They have been claimed to derive from either a verb or a privative postposition. The verbs that result in standard negators generally go to the right periphery of the clause (in line with the general head-final character of the Jê languages, Rodrigues, 1999, p. 187) and they take another verb in a non-finite (nominalized) form as its intransitive subject. We arguably see this in (1): *(h)kêt=ně* derives from a verb or, at least, a predicate; there is another verb, *-pi-kunok*, which appears in a non-finite form. When *(h)kêt=ně* functions as a standard negator, it ends up to the right of this verb. If the source or the synchronic status of the negator is a privative postposition, the latter too may take a verb in a non-finite form, which, of course, precedes the negator. This is arguably the case in (2), with *õ* as a privative postposition to the verb *-tsi-wadza-ri* 'mingle'. So much is plausible. But much remains undecided too. First, for some languages it is unclear whether the source and/or status of the standard negator is a verb or a postposition. Second, the nature of the verb that would become or count as a standard negator is unclear. Third, languages may move their negators from the position their ancestors used to be in or resort to additional exponents of negation. Fourth - and not the least of our concerns - the Jê data should be looked at from the perspective of the general typology of negation. It is these issues that this paper will focus on.

The next section briefly raises the question of whether the postverbal Jê negators are not just postverbal but also clause-final. In the section that follows it we discuss standard negators that have been claimed to relate to

existential or privative negators. Then we turn to standard negators that (may) derive from verbs meaning ‘finish’. The penultimate section is devoted to negators that are not postverbal. The last section is the conclusion.

As said earlier, we focus on standard negation. However, we bring in existential, privative and prohibitive negation to the extent that these uses can shed light on the origin of the standard negator. For the same purpose we occasionally bring in negators of the wider Macro-Jê family. It is obvious that a comprehensive account requires a look at all negative forms, in the manner of Miranda (2015), and in the whole Macro-Jê family. Similarly, we do not discuss the properties of the non-finite verbs that typically occur in standard negation, and we don't say much about the alignment patterns of either the ancestral or the present-day negative constructions (see esp. Castro Alves, 2010; Beauchamp et al., 2017; Gildea & Castro Alves, 2010, 2020).

In the literature, the Jê and Macro-Jê languages are named, spelled and classified in different ways. We follow the glossonyms, spelling and classification proposed by Andrey Nikulin (personal communication, 2020) (*cf.* also Nikulin & Salanova, 2019). Figure 1 shows the Jê languages that are central to this paper. For three languages we add alternative glossonyms. ‘Akuwẽ’ corresponds to the traditional label ‘Central’, and ‘Goyaz’ and ‘Paraná’ are close to what traditionally refers to ‘Northern’ and ‘Southern’, respectively.

We adjusted the orthography of the examples with the help of Andrey Nikulin so as to match the spelling conventions in use by the speech communities. We modified the glossing of the sources when our analysis differs in a relevant way or when, again on the advice of Andrey Nikulin, it could be improved or homogenized.

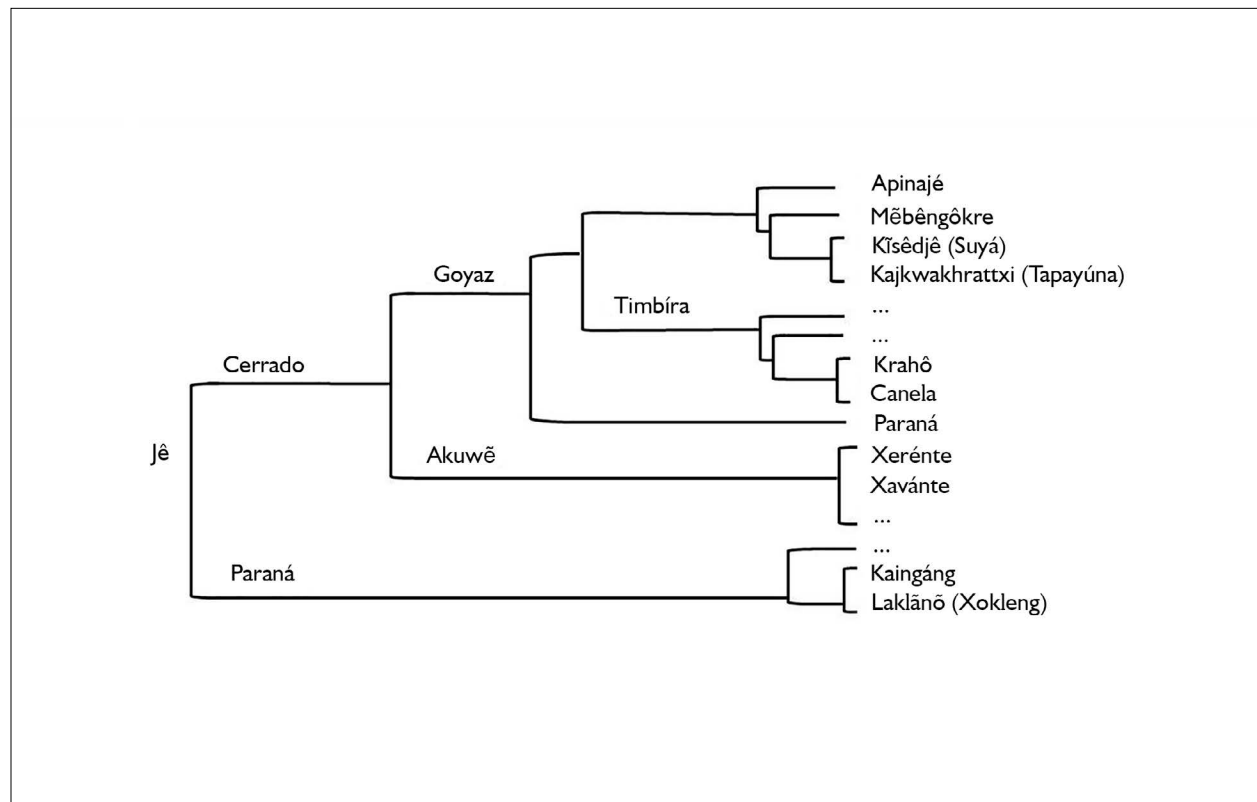


Figure 1. The Jê languages.

STANDARD NEGATION IN THE JÊ LANGUAGES: POSTVERBAL OR CLAUSE-FINAL?

The standard negation systems of the Jê languages are similar in that they are overwhelmingly postverbal. But similarity comes in degrees. Thus, first of all, the Jê languages clearly have different sets of standard negators. This is already illustrated with *(h)kêt=ně* in (1) and *õ* in (2). Table 1 is a listing of the negators that we focus on.

Table 1. Standard negators in the Jê languages.

Branch	Language	NEG	Source
Goyaz	Apinajé	<i>(h)kêt / (h)kêt=ně</i>	Oliveira (2005, p. 248)
	Mëbêngôkre	<i>kêt</i>	Costa (2015, <i>passim</i>)
	Kisêdjê	<i>khêt / khêrê</i>	L. Santos (1997, pp. 52, 94-96)
	Kajkwakhrattxi	<i>kêt / kêrê</i>	Camargo (2015, pp. 80, 142)
	Canela	<i>nare</i>	Gildea and Castro Alves (2010, pp. 176-180)
	Krahô	<i>nare</i>	Miranda (2015, pp. 250-251)
	Panará	<i>pjoo</i>	Dourado (2001, pp. 76, 117); Bardagil-Mas (2018, p. 55, <i>forthc.</i>)
	Panará	<i>inkjoo</i>	Bardagil-Mas (2018, p. 165, <i>forthc.</i>)
	Panará	<i>rõ</i>	Dourado (2001, p. 121); Bardagil-Mas (2018, p. 56, <i>forthc.</i>)
Akuwẽ	Xerênte	<i>kõ</i>	Sousa Filho (2007)
	Xavánte	<i>õ</i>	Estevam (2011)
Paraná	Kaingáng	<i>tũ</i>	M. S. Silva (2011, p. 142)
	Laklãnõ	<i>tũg</i>	Gakran (2015, pp. 205-207)

Second, for some languages the negator may not only be postverbal but clause-final. Of course, Jê languages have their verbs in the right periphery of the clause, a negator that is strictly speaking only postverbal and not clause-final will often end up in clause-final position anyway. But for at least four languages there are explicit claims that the negator has to go at the end of the clause. It has been said for Krahô *nare* by Miranda (2015, pp. 250-251) and for Apinajé by Oliveira (2005, p. 248) and we have no reason to doubt these claims. It has also been claimed for Kaingáng. The claim comes from M. S. Silva (2011, p. 203), it concerns the negator *tũ* (*tõ* in (3)) and it is certainly true that most of the examples have it in clause-final position. But M. S. Silva (2011, p. 121) also claims that the clause-final slot is typical for aspect particles, and in the one example that has both a negator and an aspect particle, it is the aspect particle that comes last.

(3) Icatu Kaingáng (D'Angelis, 2008, p. 44, see also M. S. Silva, 2011, p. 142)

Ti wẽ le ue tõ nĩ.

3.SG.M NOM sun see NEG ASP

'He didn't see the sun.'

So Kaingáng *tũ* is postverbal, but not necessarily clause-final. For Panará, finally, the claim that the *inkjoo* negator has to go at the end of the clause is trustworthy. (4) illustrates this.

- (4) Panará (Bardagil-Mas, 2018, p. 165)

Mãra hě ti=Ø=pĩri nãnkjo inkjoo, ti=Ø=pĩri kjiyti.
 3SG ERG 3SG.ERG=3SG.ABS=kill peccary NEG 3SG.ERG=3SG.ABS=kill tapir
 'He didn't kill a peccary, he killed a tapir.'

In the following two sections we discuss the various postverbal negators.

STANDARD NEGATORS AS/FROM EXISTENTIAL OR PRIVATIVE NEGATORS

AKUWĒ *kõ

In Xavante the standard negator is **õ** (J. Santos, 2008, p. 87), illustrated in (2), repeated below. It derives from Proto-Akuwẽ *kõ (Nikulin, 2020, p. 130).

- (2) Xavante (Estevam, 2011, p. 271)

Wa-tsi-wadza-ri mono õ di dza.
 1.PL.ABS-MI-mix-NF it NEG EX PROSP
 'We are not going to mingle.'

Estevam (2011, pp. 270-271, 277) treats **õ** as one of two allomorphs, with **õ** for the 'indicative' – the standard negator – as in (2), and **tõ** for the 'subjunctive', used as the prohibitive in (5).

- (5) Xavante (Estevam, 2011, p. 274)

Upi tõi!
 3.ABS.touch PROH
 'Don't touch him.'

The allomorphy with a **t-** form could tempt one to see **õ** and **tõ** as related to the form **tũ** in the Paraná languages Laklãnõ or Kaingáng, to be discussed in the section on Paraná *tũ^K. While this relation cannot be excluded, the parallel is not convincing. First, there is nothing in the Paraná languages corresponding to indicative – subjunctive allomorphy. Second, the syntax of standard negation is different. The Xavante standard negator **õ** has to be followed by a **di** element, considered by Estevam (2011) and Beauchamp et al. (2017) to be an 'expletive' element.

In Xerente the etymological counterpart to Xavante **õ** is **kõ**. Xerente **kõ** also has to be followed by a **di** element, to the extent even that the grammarian Sousa Filho (2007, p. 140) writes **kõdi** as one word and glosses the whole thing as NEG.

- (6) Xerente (Sousa Filho, 2007, p. 285)

Ta-hã mãku Ø-tê wrĩ kõdi.
 3.SG.NOM-EMPH duck 3-ERG kill.SG.NF NEG
 'He doesn't kill a duck.'

Notwithstanding the similarity between Xavánte (2) and Xerénte (6), grammarians do not agree about the status of *di*. Let us start with Sousa Filho (2007) analysis. Sousa Filho (2007) distinguishes three non-negative uses of *di*. In one use it is called a ‘predicative morpheme’ and it is usually glossed as *PRED* (Sousa Filho, 2007).

(7) Xerénte (Sousa Filho, 2007, pp. 216, 215, 219)

(a) **Kâ-mba kuba-di.**

river-INES canoe-PRED

‘There is a canoe in the river.’

(b) **Da-sa srurê-di.**

GEN-food little-PRED

‘There is little food.’

(c) **Wa ã-pkê-psê-di.**

1.SG.NOM 1.SG-heart-good-PRED

‘I am good.’

What unites these uses, we propose, is that the existence of something, like a canoe, a small quantity or somebody’s good heart, is presented as a predicate of something else, like the river, the food or the speaker. The term ‘predicative’ is justified, but so is the term ‘existential’. ‘Existential’ may even be better, for we think that ‘existential’ as applied to *di* implies ‘predicative’, but not the other way round.

In a second, non-negative use, *di* is claimed to form participles.

(8) Xerénte (Sousa Filho, 2007, p. 164)

Wa waihku-di.

1SG.NOM know-PTCP

‘I have knowledge.’

It would not be a productive process, and Sousa Filho (2007, p. 164) leaves it open as to whether this use is different from the first use, now called ‘predicative-stativizing’.

A third use is illustrated in (9).

(9) Xerénte (Sousa Filho, 2007, p. 226)

Supra-di re sika-krê ã-kamõ.

Supra-? PST.DIST hen-egg 1.SG-give

‘Supra gave me eggs.’

Sousa Filho (2007, p. 226) does not analyze this use, hence the question mark in the glosses. One wonders whether it could be a kind of topic (or focus) structure – at least, originally – with ‘Supra’ as topic (or focus), suggesting something like ‘It is Supra that gave me eggs’, in which English too uses a stative copula.

Xerênte *di* thus has a variety of related but slightly different uses, viz. of a predicative, stativizing and existential nature. Its negative uses fit here too: Sousa Filho (2007, p. 140) calls it 'predicative', while Miranda (2015, p. 265) and Cotrim (2016, pp. 119-120) use 'stative', and we don't see any objection to calling this use 'existential'.

This analysis is mirrored by most analyses of Xavánte, but not by all. Thus McLeod and Mitchell (1977, pp. 72-76), followed by Pickering (2010, p. 58), call *di/ti* a stativity marker and they make the claim that it can be used to predicate existence, especially in the negative.

(10) Xavánte (McLeod & Mitchell, 2003, pp. 69-70)

(a)	Pi'õ	ti.	(b)	Pi'õ	õ	di.
	women	EX		women	NEG	EX
	'There are women.'			'There are no women.'		

J. Santos (2008, p. 87) calls *di* a marker of stativity and existence, and Oliveira (2007) calls it 'stative'. In Lachnitt (1987, p. 22) *di* is glossed as *ser, estar, ter, haver* 'be, have' and in Hall et al. (2004, p. 31) as 'a word that indicates a state or a position'. Quintino (2020), finally, considers *di* to be a stative copula.

A divergent hypothesis is offered by Estevam (2011), followed by Beauchamp et al. (2017). For Estevam (2011) *di* is either an expletive or an impersonal subject pronoun. It is expletive in negative structures, and impersonal with stative verbs. The latter is illustrated in (11).

(11) Xavánte (Estevam, 2011, p. 222)

ĩ-wa'a	di.
1.SG.ABS-bore.NF	IMPERS
'It bores me.'	

Estevam (2011) agrees, though, about the existential origin of *di*, with an explicit reference to McLeod and Mitchell (2003) (Estevam, 2011, pp. 73, 220, 278, 440, 488). She cites an example like (10), making the point that this pattern is typical for the Culuene dialect studied by McLeod and Mitchell (2003), but no longer found in the São Marcos dialect that she studied. She does not make it explicit what the São Marcos dialect uses instead, but there are examples with the verbs *höimana* 'live, exist, stay' (Estevam, 2011, p. 269) and *robaba* 'be absent, be empty' (Estevam, 2011, pp. 104, 462). Quintino (2020) mentions the word *õneharé*¹. Estevam (2011, p. 411) further argues that even in the São Marcos dialect, there are *di* uses that can still be taken to mark existence.

(12) Xavánte (Estevam, 2011, p. 441)

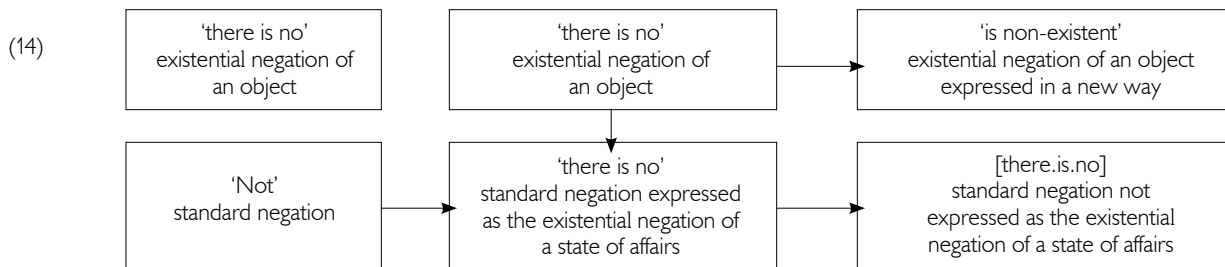
Duréihã	da-dzépu'u	õ	di	...
in.the.old.days	3.GEN-be.sick.NF	NEG	EX	
'In the old days there was no disease ...'				

¹ Estevam (2011) has an example with *õneharé*, but it is glossed as *directement* 'immediately' (Estevam, 2011, p. 232).

We find the hypothesis that *di* is a pronoun implausible. First, we are not aware of any cross-linguistic parallel for a development of an existential verb into a pronoun. Second, this change would result in a postverbal position for a pronoun, a position that is otherwise impossible in this language (Oliveira, 2007, p. 192)².

Claiming a link between standard and existential negation urges one to bring in the notion of the 'Negative Existential Cycle' ('NEC'). There are a few different approaches in the literature (see Croft, 1991; Veselinova, 2013, 2014; Veselinova & Hamari, 2021; van der Auwera et al., 2021). The basic idea is that first a dedicated expression for the negation of the existence of an object is also used for standard negation, viz. by expressing the negation of the existence of a state of affairs, and that these two uses later split (and thus prepare the ground for this kind of change to happen again). (13) and (14) illustrate this with pseudo-English. 'There is/are no' is used for denying the existence of an object - (13a) and (13b) shows that in pseudo-English 'The hunter is not chasing the bear' is expressed as a denial of the existence of a state of affairs of the hunter chasing the bear. This may be preceded by a stage in which pseudo-English was just like English and expressed 'The hunter is not chasing the bear' as, to wit, 'The hunter is not chasing the bear'. It is this version of the NEC that is schematized in (14) and we see that 'there is no' takes over from 'not' for the expression of standard negation. What happens then is that pseudo-English makes another exponent for the existential negation of an object, e.g. 'is non-existent' – (13c). In addition, pseudo-English may drop the semantic existential component in the expression of standard negation relative to a state of affairs – (13d). In the latter case the form may still reflect the existential original – we represent the new standard negator deriving from an earlier existential negator as '[there.is.no]'.

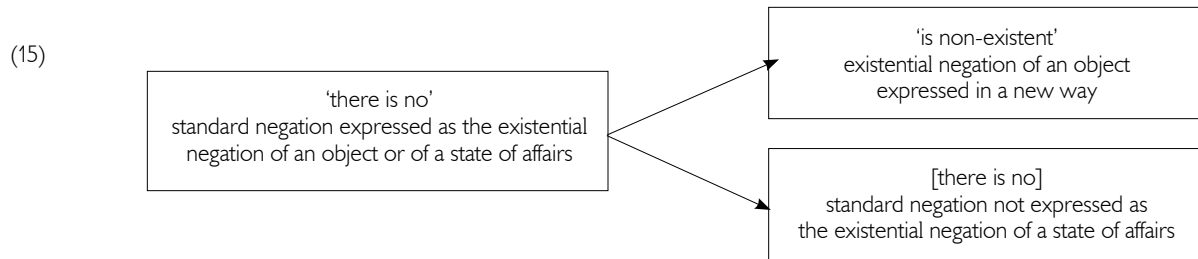
- (13) Pseudo-English
- (a) There are no black swans.
 - (b) There is no chasing by the hunter of the bear.
'The hunter is not chasing the bear.'
 - (c) Black swans are non-existent.
 - (d) The hunter [there is not] chasing the bear.



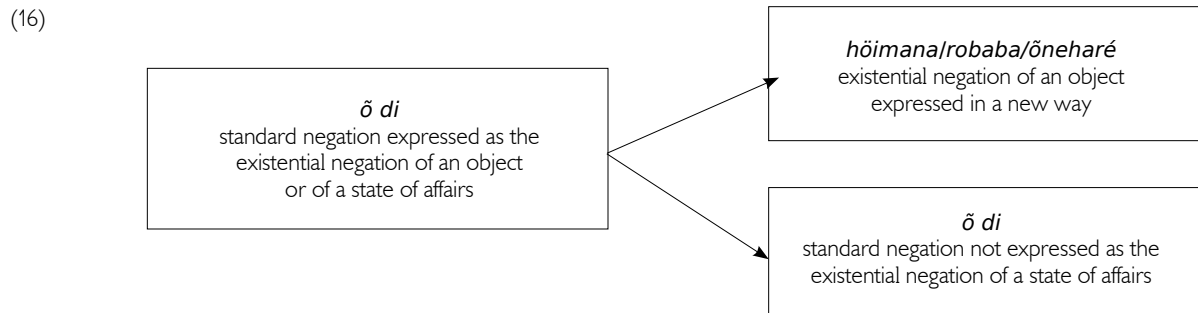
The schema makes it clear that the third stage is similar to the first stage in having two different negators. But the negators are formally different from the ones in the first stage, with this special feature that the new standard negator derives from the old existential one.

² The claim that the existential predicate became a pronoun is connected with a claim about the status of the lexical verb. In the pattern with the expletive or impersonal subject, the verb is claimed to be finite and 'aorist', though it was non-finite at the stage when *di* was an existential verb (Estevam, 2011, pp. 312-313). This brings us to the wider issue of the interpretation of the 'long' vs 'short' verb forms in the Jê languages. As to Xavante, all we dare to say is that since we don't find the claim about the change from an existential predicate to a pronoun convincing, we cannot take this as support for the claim that the non-finite lexical verb became finite.

(15) shows the variant in which pseudo-English had no exponent of standard negation other than a negative existential – or for which we don't know that it had one.



In Xerénte and the Culúene dialect of Xavánte standard negation is construed as the non-existence of a state of affairs. In the São Marcos dialect of Xavánte, however, the marker is hardly used for negative existence, and the latter is expressed with something else. In this dialect *õ di* still has stative, predicative uses, but no longer the subtype used for existence. (16) is a sketch of the NEC for the São Marcos dialect of Xavánte.



Interestingly, both Estevam (2011) and Quintino (2020) mention examples in which *õ* takes care of standard negation without *di*.

- (17) Xavánte (Quintino, 2020)
- | | | |
|----------------------|----------------|-----|
| Õhã | ĩ-tsõtõ | õ. |
| 3.SG | 3.ABS-sleep.NF | NEG |
| 'He does not sleep.' | | |

It makes sense to see bare *õ* as a further development of the standard negator *õ di*: the *di* part could be dropped because *õ di* would not express negative existence anymore, nor would *di* express existence. On the other hand, in Estevam (2011) the majority of the *di*-less *õ* negators (11 out of 13) occur in subordinate clauses. We know from the literature on negation (van der Auwera, 2010, pp. 83-84; van der Auwera & Krasnoukhova, 2019, p. 24) that older negators may survive longer in subordinate clauses. So from this perspective they might be seen as preserving an older *di*-less negator.

(18) Xavante (Estevam, 2011, p. 444)

Wa-tsihutu ã ré hã, robduri ma ãwitsi dzadzahöi hã.
 1.PL.ABS-reach.NF NEG SUB EMPH truck PRF 3.ABS.bring clothes EMPH
 'Before we arrived, the truck had brought clothes.'

Estevam (2011) does not herself allude to the NEC, and neither does she in the co-authorship of Beauchamp et al. (2017). In fact the latter provide an alternative account. They combine the observation that *di* still has positive stative uses, as in (11), with the observation that *ã* can be found with a privative meaning ('without').

(19) Xavante (Beauchamp et al., 2017; Estevam, 2011, p. 305)

marĩ-dai-'ã re
 thing-use-PRIV DIM
 'Useless things.'

Examples like (19) are mentioned by Lachnitt (1988, p. 73) and Quintino (2020) as well. They are all lexemes, not phrases, and we can think of this *ã* use as a derivational element. More importantly, could this seemingly privative use mean that *ã di* originally meant 'be without'? We do know that there is such a thing as a Privative Cycle, similar to the NEC, with a language developing a standard negator from a privative marker (Michael, 2014b) and that the Cycles are very similar (van der Auwera & Krasnoukhova, 2020, p. 109).

But we are doubtful. First, it is not because (19) can be paraphrased with 'without' giving 'things without use', that one can conclude that *ã* is a privative morpheme. 'Not use things', 'non-existent-use things' would do as well, and in fact the gloss in Beauchamp et al. (2017), following Estevam (2011, p. 305), is simply 'NEG'. Of course, the notions of privative and existential negation are closely related: when somebody/something is without somebody/something, then the latter somebody/something does not exist with respect to the first one. So it is no surprise that in Veselinova (2013) 95 language-sample the existential and privative negators are identical in ten languages. In those cases, one could think of the negators as a kind of labile operator, for the entity that does not exist is also the entity that the states of affairs is deprived of ('is without').

- (20) (a) I broke the vase. ↔ The vase broke.
 (b) The meadow was without cows. ↔ There were no cows.

So we do not exclude that the Xavante *ã* was a labile existential-privative operator. Second, 'be without' forms a positive predication, which ascribes a negative property, and it is also a stative predicate. So one would expect the positive stative predicate 'be without' to be expressed the same way as, for example, 'be thirsty'. In Xavante 'be thirsty' is indeed taken as stative predicate – and, as one might expect, not as an adjective, for the language does not have adjectives – and this is expressed impersonally.

(21) Xavante (Estevam, 2011, p. 178)

ĩr-ma 'rubu di.
 1.SG-DAT make.thirsty IMPERS
 'I am thirsty.' (lit. 'it makes thirsty to me', 'there is making thirsty to me')

So 'be without' would have to be construed impersonally, too. Thus (2) should not be paraphrased as 'we are going to be without mingling' but rather as 'it is without us going to mingle' or 'there is without us going to mingle'. But these paraphrases amount to the existential 'there is no us going to mingle'. So we conclude that at the relevant stage a would-be privative construal boils down to negative existence.

Intriguingly, Estevam (2011) does have a use for the 'privative' gloss, as in (22).

- (22) Xavánte (Estevam, 2011, p. 104)
- | | | | | | | |
|----|-------|------|--------------|--------|-------|------|
| Te | dza | duré | rob-dzépata | dza'ra | ö | ãna. |
| 3 | PROSP | also | ANTIP-suffer | PL | water | PRIV |
- 'They will suffer more without water.'

The first thing to note is that the use in (22) is not predicative but copredicative. It forms a secondary predication, subordinate to a main predicate. In (22) the main predication says that they will suffer more and the secondary one says that this will happen without water. All the examples in Estevam (2011) are copredicative. We could also note that the privative marker is not *ö*, but *ãna*. This is interesting, but it does not damage the privative analysis of *ö*. The latter could simply be the old privative, kept in lexemes and in the standard negator, and which was replaced in the copredicative use.

It is also interesting that *ãna* is reported with something like a standard negation use. (23) is one of the two examples provided by Estevam (2011, p. 463)³.

- (23) Xavánte (Estevam, 2011, p. 463)
- | | | | | | |
|------------|-----|----------------|---------------|------------|------|
| Dati'ö, | e | aa-nhihudu | aa-te | wamri | ãna? |
| mother.VOC | INT | 2.HON-grandson | 2.HON.ERG-AUX | 3.ABS.name | PRIV |
- 'Mother, you are not going to give a name to your grandson?'
(lit. 'Mother, without your giving a name to your grandson?')

Both examples are elliptical questions. The speaker in (23) may just have heard that his/her mother is going to be present at some ceremony. Something like this is the contextually understood main predication, which is accompanied by the secondary predication.

- (24) Mother, you are going to be present at the ceremony without giving a name to our grandson?

What (23) shows, we propose, is that when the main predication is clear from the context, as when it has just been mentioned, the secondary predication can have the effect of a main predication. The process resembles insubordination, *i.e.*, the conventionalized main predication use of a subordinate predicate. This is a cross-linguistically widely distributed phenomenon (Evans & Watanabe, 2016), illustrated in (25) and (26) with Chilean Spanish and English.

³ This construction is reported only for Xavánte.

- (25) Chilean Spanish (Gras & Sansiñena, 2017, p. 22)

Que eris fe-a y tont-a!
 that be.PRS.2SG ugly-F.SG and silly-F.SG
 'You are so ugly and silly!' (lit. 'That you are ugly and silly!')

- (26) English

If only he had told me.
 'I wish that he had told me.'

But there is also a difference with insubordination. The 'that' structures like that of (25) occur in a limited set of contexts (like astonishment) and the 'if only' structures like in (26) occur with apodoses that allude to an unpleasant consequence. This constancy allows for conventionalization. With the main predication use of a secondary predication like in (23), however, there are no typical contexts and hence the chances for conventionalization are slim.

To conclude about Xavánte, even an example of a seemingly standard negation use of a privative negator as in (23) has not changed our opinion on the origin of the present-day Xavánte standard negator *õ*. It is unlikely to have arisen from an earlier privative use in the context of the promotion of a secondary predication to the status of a primary predication.

Let us, finally, briefly return to Xerénte. The Xerénte standard negator is *kõdi*, and we offer the same analysis as for Xavánte. What furthermore pleads for the NEC is that *di* still has an existential use, illustrated in (7). There seem to be two privative markers. One is *knã*, which, a reviewer points out, must be cognate to Xavánte *ãna*, illustrated in (23), with both Xavánte *ãna* and Xerénte *knã* as regular reflexes of **kãñã*⁴.

- (27) Xerénte (Sousa Filho, 2007, p. 189)

Da-sa-ze nĩpkra-hi knã măt kmãsi.
 GEN-eat.INTR-NMLZ hand-bone PRIV 3.PST.PFV.R eat.PL
 'He ate without a fork.'

The second one is *tõ*, documented by Miranda (2015, p. 267). It seems to be a derivational use, just like in Xavánte (18). We return to this element in the section on Paraná **tũ*^K.

- (28) Xerénte (Miranda, 2015, p. 267)

kwa=tõ
 tooth-PRIV
 'Toothless.'

To conclude about Xavánte and Xerénte, it is likely that the Xavánte *õ di* and Xerénte *kõdi* negators have an existential origin, *i.e.*, that they arose with a NEC. This conclusion, however, is not quite final yet. The analysis in the

⁴ The prohibitive uses the same form, which must be a coincidence, assuming that the prohibitive comes from a univerbation of *kõ* and the imperative marker *-nã* (Sousa Filho, 2007, p. 160).

next section will give us a reason to return to at least Xerénte and bring in a privative hypothesis nevertheless, not as a replacement of the existential hypothesis, but as an addition.

A final remark: *õ* and *kõ* must be very old. Nikulin (2020, p. 130) reconstructs them to a Proto-Jê NEG form, because of the possible Karajá cognate *-kõ* (Ribeiro, 2012, p. 63).

GOYAZ **kêt*

What Nikulin (2020, p. 515) reconstructs for Goyaz as **kêt* occurs in a few forms and a few languages – see Table 1. One form is *kêt* – or with a clause-final echo vowel *khêrê/kêrê* in Kĩsêdjê and Kajkwakhrattxi. Apinajé has *hkêt* as well as *(h)kêt=ně*, and they function in different ways. Dynamic verbs referring to non-habitual actions take *(h)kêt=ně*, and dynamic verbs referring to habits, stative verbs, nominal predicates and existentials take *(h)kêt* (Oliveira, 2005, p. 390). In (29) we see its use with a non-habitual action.

(29) Apinajé (Oliveira, 2005, p. 251)

Na	pa	a-to	ix-pi-mti-r	kêt=ně.
R	1.NOM	2-INSTR	1-ANTIC.NF-dream-NF	NEG=FCT

'I didn't dream about you.'

The *=ně* part is a factive clitic (Oliveira, 2005, p. 390), which also occurs on its own.

(30) Apinajé (Oliveira, 2005, p. 156)

Na	pa	ix-punuj	rũnh	ně.
R	1.NOM	1-ugly	INTS	FCT

'I am very ugly.'

Another complex form is Kajkwakhrattxi *kêrê-re*, with an originally emphatic *-re* element, glossed as 'diminutive' by Camargo (2015).

(31) Kajkwakhrattxi (Camargo, 2015, p. 80)

(a) I-khrã j-akot-re.
1.SG-head REL-round-DIM
'My head is very round.'

(b) Nayara ra kīj kêrê-re
Nayara DEF joyful NEG-DIM
'Nayara is not joyful.'

As we can see in Apinajé (29), Oliveira (2005, p. 251) takes the lexical verb that combines with the *(h)kêt* negator to be non-finite. So do Beauchamp et al. (2017) and Gildea and Castro Alves (2010, p. 187) and they all furthermore take *(h)kêt* to come from a negative existential (Oliveira, 2005, p. 390; Gildea & Castro Alves, 2010;

Beauchamp et al., 2017). Miranda (2015, p. 215), however, tentatively proposes ‘not do’ as the original meaning. We will come back to the latter idea later. (32) and (33) illustrate existential uses.

- (32) Apinajé (Oliveira, 2005, p. 250)
Kormã gô kagro hkêt.
 yet water hot NEG
 ‘There is no hot water yet.’

- (33) Mëbêngôkre (Salanova, 2007, p. 58)
Tep kêt.
 fish NEG
 ‘There is no fish.’

In Apinajé existential *(h)kêt* alternates with *hamrakati*.

- (34) Apinajé (Oliveira, 2005, p. 250)
Pixô=rã rârâr-e na jari hamrakati.
 plant=flower yellow-DIM R here NEG.EX
 ‘There are no yellow flowers around here.’

This is not a problem for thinking that standard *(h)kêt* derives from an existential. The NEC hypothesis allows a language that has construed standard negation with a negative existential to make a new existential negator.

In Mëbêngôkre *kêt* also has a privative use – illustrated in (35), *cf.* also Trevisan & Pezzotti (1991, p. 43), whose lemma for *kêt* has ‘not, without, be nothing, be extinct’. It is reported as one of at least two privative markers in Krahô, the other one being *=nõ*⁵, but in this language *kêt* is used for neither standard nor existential negation.

- (35) Mëbêngôkre (Beauchamp et al., 2017)
Ø-no kêt
 3-eye NEG
 ‘Blind.’
- (36) Krahô (Miranda, 2015, p. 260)
i-për=kêt
 3-speech=NEG
 ‘Dumb.’

⁵ For “Canela-Krahô”, Popjes and Popjes (1986, pp. 161-162) also report a compositional structure in which the standard negator *nare* scopes over an instrumental postposition, giving ‘not with’.

So like for Xavánte *õ*, the **kêt* negator has both existential and privative uses. But different from Xavánte scholarship, the linguists who have pronounced themselves on the origin of the standard negation use only adopted an existential analysis, not a Beauchamp et al. (2017). privative analysis. But there could be another factor advocating a privative approach.

This other factor is a process through which an extra-clausal left periphery topic (or focus) gets integrated into the clause and becomes its subject – described in the context of the ‘nominative-absolutive alignment’ hypothesis put forward by Castro Alves (2010), followed by Gildea and Castro Alves (2010, 2020). It is a process hypothesized for a variety of grammatical operators, not just negators. Extra-clausal left-periphery topic structures are considered a property of all the Goyaz languages. When the topic is a pronoun, it usually takes nominative marking and when it is a noun, it is unmarked. The front position constituent is coreferential with another constituent in the clause, whatever case marking this coreferential constituent has there. In (37) we first get the nominative pronoun *ga*, which is coreferential with *a-je*, which is ergative. The reason why the pronoun *a-je* is ergative is that subordinate clauses, including the non-finite constructions that go with the negator, have ergative-absolutive alignment. This topic then becomes integrated into the clause, it becomes its subject, and since there is also the coreferential subject argument of the erstwhile subordinate clause, we can speak of ‘subject doubling’ (cf. Salanova, 2007, pp. 34-35)⁶.

(37) Mëbêngôkre (Gildea & Castro Alves, 2020, p. 94)

Ga	a-je	Ø-ma-ri	kêt.
2.NOM	2-ERG	3.ABS-know-NF	NEG

‘You don’t know it.’

In some structures in some languages, the integration is very strong. It can exert influence into the subordinate clause by forbidding it to contain an ergative constituent and forcing coreferentiality with the absolutive argument – hence the label ‘nominative-absolutive alignment’. We see this in (38). When the clause-initial constituent is a noun, there cannot be a coreferential ergative pronoun.

(38) Kĩsêdjê (Gildea & Castro Alves, 2010, pp. 186, 2020, p. 97)

Ro-txi	ra	*...ERG	mĩ-txi	pĩ-rĩ	khêrê.
anaconda-AUG	DEF		alligator-AUG	kill.SG-NF	NEG

‘The anaconda didn’t kill the alligator.’

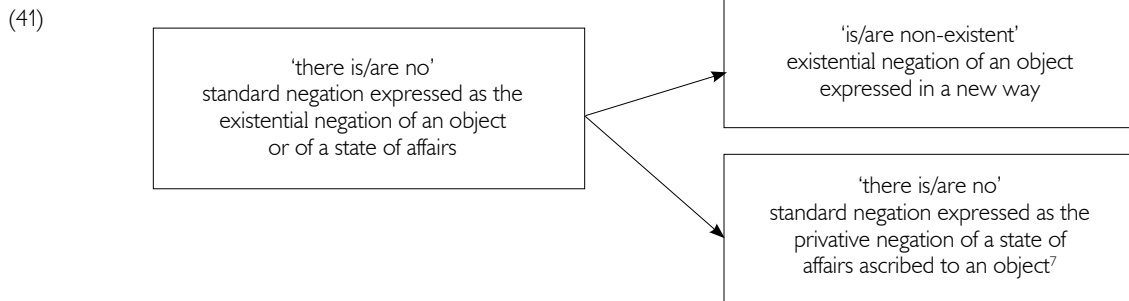
If this analysis is correct, then, we propose, the negator changes its status. Earlier it was an intransitive non-existence verb with the non-finite verb form as its subject. Now, it has the nominative clause-initial constituent as its subject and it becomes quasi-transitive, with the non-finite verbal constituent as its object. It could be seen as a ‘not do’ auxiliary, picking up the suggestion by Miranda (2015, p. 215). However, it is more plausible to take it as a privative auxiliary,

⁶ One reviewer points out that at least in Mëbêngôkre there are structures in which (what we take to be) the subject of the erstwhile subordinate clause is preceded by both (what we take to be) the new subject, as well as a left-periphery topic. Does this cast doubt on the proposed analysis? We see it as evidence that the topic-to-subject process can be cyclical.

given the fact that *kê*t has privative uses and given that the step from ‘not exist’ to ‘be without’ is smaller than the one between ‘not exist’ and ‘not do’ – see the discussion around (20). Schematically:

- (39) as for the topic/focus constituent α , a state of affairs in which α is involved does not exist
 ↓
 α is without a state of affairs in which α is involved
- (40) topic/focus [non-finite form with absolutive alignment] existential negator
 ↓
 subject [non-finite form with absolutive alignment] privative negator

We thus end up embracing both the existential and privative hypotheses on the origin of **kê*t. We claim that **kê*t is originally and in some constructions still an existential negator, and that the introduction of a topic-derived subject turns the existential into a privative. (41) adds the path from the negative existential to the privative onto the general schema in (15). Note that ‘there is/are no’ keeps the form of the existential negation – at least initially – but that its meaning is privative.



The reanalysis of the topic as a subject like the reanalysis of the negator is a gradual process. We have seen that in Kĩsêdjê the ban on the ergative inside the subordinate structure and the reanalysis of the negator only works with nouns (see (38)). It does not work with pronouns. The latter do not normally (*cf.* Gildea & Castro Alves, 2010, pp. 188-189) allow the topic construction, and there is no reason to deny that standard negator in (42) is anything other than an existential negator.

- (42) Kĩsêdjê (Gildea & Castro Alves, 2020, p. 98)
- | | | | |
|----------|--------------|--------------------|---------------|
| *... NOM | kô-re | i-kakhê-n | khêrê. |
| | 3-ERG | 1SG.ABS-scratch-NF | NEG |
- ‘He didn’t scratch me.’

In Apinajê, however, the integration applies to pronouns too (Gildea & Castro Alves, 2010, pp. 180-181).

⁷ ‘Object’ is not ‘object’ as compared to ‘subject’, but ‘object’ as compared to ‘state of affairs’.

We will see in the section on Timbira **inõare* that Canela has gone through the process of ‘privativization’ of the existential negator, too, but with a different negator. Canela, like the **kêt* languages, is a Goyaz language. Could this process be unique to Goyaz? Gildea and Castro Alves (2020, p. 90) remark that what we call ‘clefing’ is indeed found throughout Goyaz, but that does not mean that it cannot occur elsewhere. In fact, we have already suggested that we may see clefing in Xerênte (9), where it could be argued to have the stativizer *di*. It is also useful to review the Xerênte example (6), repeated below.

- (6) Xerênte (Sousa Filho, 2007, p. 285)
- | | | | | |
|----------|------|-------|------------|-------|
| Tahã | māku | Ø-tê | w-ĩ | kōdi. |
| 3.SG.NOM | duck | 3-ERG | kill.SG-NF | NEG |
- ‘He doesn’t kill a duck.’

There are two exponents for the third person actor, a nominative and an ergative one. To the extent that the nominative one is integrated in the clause, a privative reanalysis of the existential negator seems possible.

A final word on the proto history of **kêt*. Nikulin (2020, p. 441) reconstructs **kêt* to Proto-Jê and there are reflexes in Paraná. It does not seem to occur in the wider Macro-Jê family. If the *kêt* forms originally expressed negative existence, then there are two possibilities for deriving this meaning from something else (but cp. Oliveira, 2005, p. 298). One possibility is that the original *kêt* word is a univerbation of a negator and an existence marker. One wonders whether *kêt* could derive from the ancestors of Xerênte *kō* and *di*. The alternative etymology would derive *kêt* from a word with a negative meaning. Curiously, Nikulin (2020, p. 515) lists a Canela form *-hkêt* with the meaning ‘stop’ as ultimately deriving from a Proto-Jê negator⁸. Could the modern ‘stop’ meaning be a remnant of an ancient ‘stop’ meaning? In any case, the next section will show that the Jê languages do manifest trajectories with negators deriving from something close to a ‘stop’ verb.

FROM ‘STOP, FINISH’ TO ‘NOT’

There are indications in the Jê languages that standard negators can come from verbs meaning ‘finish’. This relates to an interesting issue in the typological literature. Givón (1973, p. 917, 1978, p. 89, 1984, p. 232) claims that negative verbs can lead directly to what we now call ‘standard negators’ (cf. also Heine, 1993, p. 34). The idea is intuitive, but, as pointed out in van der Auwera (2010, p. 75), there is little data to show this. Ten years further, there is still little evidence. Heine and Kuteva (2002, pp. 283-284) do document a change from ‘stop’ into negation, but only for prohibitives. This is true for Kuteva et al. (2019, pp. 412-414) too: they list 10 languages in which ‘stop’ became a negator and in each case the negator is prohibitive. (43) is an example from a Kru language.

- (43) Wobé (Marchese, 1986, p. 192; Kuteva et al., 2019, p. 413)
- | | | | |
|-----|------|------|---------|
| (a) | ɔ | bó | blè-à. |
| | 3.SG | stop | sing-NF |
- ‘He stopped singing.’

⁸ Nikulin (2020, p. 515) also lists closely related Pykobjê with a form *(-')quit* with a meaning ‘keep silent’.

- (b) ě bó à blāā.
 2 NEG 1.PL hit.NF
 'Don't hit us!'

Kuteva et al. (2019) – and earlier Heine and Kuteva (2002) – do list a variety of grammaticalization paths for ‘finish’ verbs, the most prominent one leading to completive markers (Kuteva et al., 2019, pp. 174-177). We find these in Jê as well (see e.g. Castro Alves, 2010, p. 450), but what makes Jê interesting is that they show a path from ‘finish’ to a non-prohibitive negator. This seems to be different from the path from ‘stop’ to prohibitive negation. After all, the verb ‘finish’ does not have the same meaning as ‘stop’, though they will be interchangeable in some contexts. ‘Finish’ is basically telic ‘stop’, at least in English, and we assume that this distinction has cross-linguistic relevance. So, when one finishes singing a song, one stops when the song comes to its end. Interestingly, the influential observation, originally in Givón (1973, p. 918), and resounding in his later work and in that of Heine (1993), lists a number of verbs with negative semantics that can turn into a negator, but ‘finish’ is never included.

Another reason for why a scenario of a development of a standard negator from a verb meaning ‘finish’ is interesting is that it should be looked at from the perspective of the NEC paper by Veselinova (2013, p. 137). We read there that in one third of her 95 language sample, negative existentials come from verbs with a negative content: another third involves the univerbation of markers for negation and existence – the remaining third stands for cases for which the diachrony is opaque. This would mean that a verb with a negative content can feed into the NEC, and this has been made explicit by van Gelderen (2021, pp. 544-545). But the data are scarce here too: van Gelderen (2021, p. 545) discuss only one case, viz. the Chinese verb *mei*, which is taken to have changed its meaning from ‘die, sink’ to ‘not exist’ to ‘not’. So new data are welcome, even though the Jê data are themselves also scarce. But at least, we seem to see a trajectory from ‘finish’ to standard negation there, as already adumbrated at the end of the discussion of the **ket* negator.

PARANÁ **tũ*^K

An indication that a standard negator can develop from a verb meaning ‘finish’ comes from Jolkesky (2010, pp. 215, 244), who reconstructs **tũ(-g)* for Proto-Paraná Jê, both for a standard negator and for a lexical verb meaning ‘complete, not have anymore, finish (something)’. Jolkesky (2010), however, does not connect the two etymologies. Nikulin (2020, p. 430) discusses only the etymology of the negative morpheme, he reconstructs it to Proto-Jê **tũ*^K with ‘negation’ as the meaning, he does not discuss the ‘finish’ verb, but he thought that it was obvious that the ‘finish’ and negative meanings are related (A. Nikulin, personal communication). Neither Jolkesky (2010) nor Nikulin (2020) express any view on whether the **tũ(-g)* form could express existential negation. When we look at the present Paraná forms deriving from the Proto-Paraná Jê **tũ(-g)*, nobody has suggested a link either between verbs of ‘finishing’ and standard negation or between ‘finishing’ and existential negation. Nevertheless, the identity is clear in at least present-day Kaingáng, as described by Wiesemann (2011, p. 89). As to a link between existential and standard negation, Miranda (2015, p. 272) lists *tũ* for both Kaingáng standard and existential negation, but this is maybe only based on a dictionary lemma including ‘inexistente’ in the lemma for *tũ* (Wiesemann, 2011, p. 89). M. S. Silva (2011, pp. 156-157, 173) has examples. The meaning *sem* ‘without’ is in the Wiesemann (1972, 2011)

lemma too, so perhaps there is a standard – privative polyfunctionality as well (*cf.* also Gonçalves, 2007, p. 192). This polyfunctionality is definitely also found in Laklãnõ (Gakran, 2015, pp. 204, 206), as illustrated in (44)⁹.

(44) Laklãnõ (Gakran, 2015, pp. 206, 204)

(a) **Katxol te vũ ěnh pla-g tũ tẽ.**
 dog SPEC SBJ 1 bite-NF¹⁰ NEG IPFV
 'The dog didn't bite me.'

(b) **Kujel tũ nũ jã.**
 hunger PRIV 1.NOM AUX.1
 'I am without hunger.'

These (potential) polyfunctionalities show the affinity of standard negation to both existential and privative negation, but they don't tell us anything about the diachrony.

As mentioned in the introduction to this section, the general typology prepares us to see an especially close link between a 'stop' verb and prohibitive negation. There is no evidence for **tũ** 'finish' to have a special affinity with the prohibitive. Thus Laklãnõ uses a **tũ** form for both standard and prohibitive negation (Gakran, 2015, pp. 203-208), and Kaingáng uses the **tũ** form only for standard negation. Compare (44a) with (45) for Laklãnõ and (3) with (46) for Icatu Kaingáng.

(45) Laklãnõ (Gakran, 2015, p. 207)

Ló kala tũ-g.
 IMP enter NEG-CAUS
 'Do not come in.'

(46) Icatu Kaingáng (M. S. Silva, 2011, p. 65)

Goio kronia tũ.
 WATER drink NEG
 'Don't drink water.'

It is to be noted that Gakran analyzes the *-g* element (phonologically /-ŋ/) as a causative suffix. The velar nasal is absent in (44), but the distinction is not simply between standard and prohibitive negation. According to Gakran (2015, p. 207) in standard negation *tũ-g* is used for perfectives and *tũ* for imperfectives. We have nothing to contribute on this issue (*cp.* also note 150 in Nikulin, 2020, pp. 293-294).

It is clear, however, that *tũ* is an old form. The form that Nikulin (2020, pp. 430, 454) gives for Proto-Jê is also the origin of the *tũ* negator found in various functions in the Goyaz languages Xavánte, Xerénte and possibly¹¹ Panará.

⁹ There is also the extinct language Ingain, for which Nikulin (2020, p. 430) lists *tũ* with a privative meaning.

¹⁰ Nikulin (2020, pp. 294-299) analyzes this as a finite form.

¹¹ Nikulin (2020, p. 454) adds Panará with a question mark. In Xavánte and Xerénte the standard negator are *õ* and *kõ*, respectively. Nikulin (2020) does not rule out that these share the same protoform as the *tũ* negators.

For Panará, Nikulin (2020, p. 454) also claims that the reflection of the protoform would be *rõ*, and this is used for the privative (Dourado, 2001, p. 118). There are also cognates in the wider Macro-Jê family, both in the Trans-São Francisco and Jabutian groups (Nikulin, 2020, pp. 118, 387).

To conclude: **tũ* is widespread and old. An origin in a ‘finish’ verb is not excluded, but the evidence is not very strong. There is no evidence in favor of a Negative Existential or Privative Circle either. In fact, as the next section will show, if **tũ* originated from a ‘finish’ verb, it is likely that neither hypothesis is correct, *i.e.*, that it followed a somewhat different path.

PANARÁ *pjo*

Dourado (2001, p. 119) states that the Panará standard negator *pjo* is related to an intransitive verb *pjo/pjoo* ‘finish’.

(47) Panará (Dourado, 2001, pp. 117, 120)

(a) Luzia jy=too pjo mũũ tă.

Luzia R.INTR=go NEG Brasília ALL

‘Luzia didn’t travel to Brasília.’

(b) Söse jy=pjoo.

line R.INTR=finish

‘The line ended.’

That Dourado’s (2001) phrase ‘related to’ means ‘derives from’ is plausible from the fact this verb also occurs with the ‘finish’ sense bleached into negation. This would then represent an intermediate stage in the development of a ‘finish’ verb to standard negation.

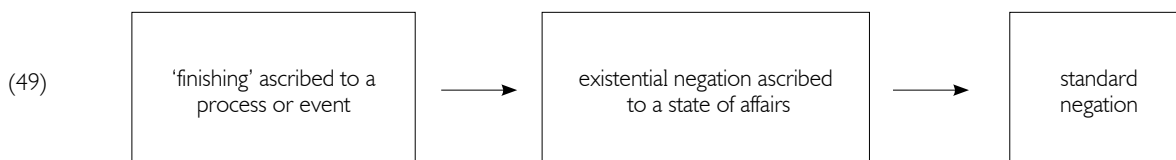
(48) Panará (Dourado, 2001, p. 120)

Măra hě ti=py=so=kre jy=pjoo.

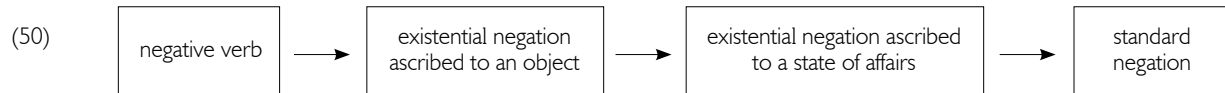
3.SG.M ERG 3.SG.ERG=DIR=thing=plant R.INTR=NEG

‘He will not plant again.’

If Dourado (2001) is right and the meaning of the *pjo* verb in (48) has bleached, one can say that it expresses non-existence: when a process or event is finished, it does not exist anymore. The discontinuation sense is still present in (48) but perhaps the verb can also be used to refer to the non-existence of a state of affairs, independently of whether a process or event is finished or has not even started. If that is possible, then the verb has widened its sense: from non-existence due to finishing to non-existence *tout court*. This scenario is schematized in (49).



This notion of existential negation is, of course, a key ingredient in the NEC, but it plays a different role there. In the NEC a negative existence sense applies to both objects and states of affairs. The NEC has a stage in which existence is denied to a state of affairs in the same way as it is denied to an object. There is no such stage in (49). What we see therefore in Panará is a scenario that is similar to the NEC, but it is crucially different. This scenario is also different from what van Gelderen (2021, p. 545) sketched in (50).



In (50) we see a negative verb feeding into the NEC. It is not to be denied that this is possible. But what we see in Panará is different: in Panará the verb skips the second stage of (50) and for objects the existential negator is different, viz. *inkjoo*, shown in (51).

- (51) Panará (Dourado, 2001, p. 117)
- | | | |
|---------------|--------------|----------------|
| Inkjoo | pakwa | kjôkjô. |
| NEG.EX | banana | ripe |
- 'There is no ripe banana.'

Panará does not use *pjo* as a privative negator either. Here *rõ* is used. We will come back to *rõ* at the end of the next section. *Pjo* is also not used for prohibitive negation, as becomes obvious from (52).

- (52) Panará (Dourado, 2001, p. 119)
- | | | |
|-----------|--------------|------------|
| ka | kukrê | să. |
| IRR | eat | NEG |
- 'Don't eat!'

To conclude, the Panará *pjo* is only used for standard negation. We hypothesize that it comes directly from the 'finish' verb and that it neither passed via an existential negation ascribed to an object nor via a privative negation. In synchrony, *pjo* is not used for existential or privative negation either. Given the typological literature one might have expected it to serve as a prohibitive negator but that it is also not the case. The reason might be that in the examples known from the literature, the 'stop' verb is a transitive one, with an actor subject, which in a prohibitive context, becomes the addressee that the prohibitive appeals to for action. For Panará, however, Dourado (2001, p. 119) makes it explicit that the source verb is intransitive, so one that involved something finishing, rather than somebody finishing something. This intransitive verb is therefore not immediately suitable for an appeal to an action. And we therefore do not find evidence for a close link between the Panará *pjo* and prohibitive negation.

TIMBIRA **inõare*

In awareness of the grammaticalization literature deriving standard negation from negative verbs, Castro Alves (2010, pp. 468-469) claims that the Timbira standard negator *nare* (from **inõare*, A. Nikulin, personal communication, 2020)

is a grammaticalized form of ‘finish’¹². A standard negation example is shown in (53). (54) illustrates a full verb use in closely related Mëbêngôkre (cf. also Costa, 2015, pp. 189-192).

- (53) Krahô (Miranda, 2015, p. 249)
- | | | | | | |
|-----------|---------------|-----------|---------------|---------------|--------------|
| Me | h-ümre | te | cukryt | cura-n | nare. |
| PL | 3-M | ERG | tapir | kill.SG-NF | NEG |
- ‘Men didn’t kill the tapir.’

- (54) Mëbêngôkre (Castro Alves, 2010, p. 469)
- | | | | | |
|-----------|-------------|---------------|----------|------------------|
| Ga | arým | a-kõ-m | o | Ø-inõ-re. |
| 2.NOM | already | 2-drink-NF | INSTR | 3-end-DIM |
- ‘You have already finished drinking.’

Next to the *nare* form illustrated in (53), there is also the short form *na* (Castro Alves, 2004, p. 129). This kind of variability fits a grammaticalization hypothesis.

Like for Panará we should ask how the Timbira ‘finish’ verb acquired a standard negation sense. Castro Alves (2010, p. 468), followed by Gildea and Castro Alves (2020, pp. 87-88), explicitly says that the change involved an intermediate existential negation sense. This claim does not say what kind of existential negator it is. Like for Panará *pjo* we are not aware of any evidence that *nare* became an existential operator for objects. Of course, we don’t know about the earlier stages, but at least in present-day Krahô we find a negative verb *jamrëare* as an existential negator (55).

- (55) Krahô (Miranda, 2015, p. 255)
- | | | | |
|-----------|------------|---------------|------------------|
| Cô | kam | ro-hti | jamrëare. |
| water | LOC | anaconda-INTS | NEG.EX |
- ‘There are no anacondas in the river.’

There is also no present-day evidence for privative or prohibitive uses. As mentioned already, privative negation is served by either *kêt*, illustrated in (36), or *nõ*, and the latter also appears with a prohibitive function.

- (56) Krahô (Miranda, 2015, pp. 260, 254)
- (a) **Ø-wa=nõ**
 3-tooth=NEG
 ‘Toothless.’
- (b) **Ita py-r nõ.**
 DEM take.SG-NF NEG
 ‘Don’t take this.’

¹² Castro Alves (2010, p. 469) refers to Heine (1993, p. 35). The latter has one example, but the verb there does not mean ‘finish’, but ‘stop’.

Nare thus patterns very much like **pjo**. Both demonstrably come from ‘finish’ verbs, they are currently only used in standard negation, not existential, privative or prohibitive negation. We may assume, in agreement with Gildea and Castro Alves (2020, p. 87), that the ‘finish’ verb that is the source is intransitive.

Yet there are two complications. First, **nare**, in (57) showing up in a short from **na**, has developed nominative-absolutive alignment.

(57) Canela (Gildea & Castro Alves, 2010, p. 178)

Wa ha i-pyr na.
1.NOM IRR 3.ABS-grab.NF NEG
‘I will not grab it.’

The starting point is again, we propose, like for **kêt**, the integration of a topic/focus constituent integrating into the clause and then turning the existential into a privative, from ‘as far as you are concerned, there is no grabbing it’ to ‘you are without grabbing it’. We also see that the ‘privativization’ applies to pronouns, like it does for Apinajé, but not for Kĩsêdjê (see section on Goyaz ***kêt**). So to this extent at least Canela does have a privative use of **nare** and in this respect **nare** is like **kêt**. There is no such evidence for **pjo**. Panará alignment is altogether different, with a generalized ergative-absolutive system.

A second complication concerns the Panará negator **rõ**. According to Gildea and Castro Alves (2010, p. 87) it is a cognate of **nare**. Their source, Dourado (2001), does not actually say this, and Nikulin (2020, p. 454) suggests that **rõ** might derive from ***tõ**. In any case, its current patterning is not, in any strong way, related to that of **nare** or **tõ**. **Rõ** differs from **tõ** in that **tõ** is Panará phenomenon and **rõ** is not. **Rõ** also differs from **nare** in that **rõ** has a wider spread. In Panará, **rõ** is a standard negator as well as a privative one.

(58) Panará (Dourado, 2001, pp. 118, 122)

(a) Mõsy jy=kjõti rõ.
maize.ABS R.INTR=sprout NEG
‘The maize didn’t sprout.’

(b) Măra hě ti=py-ri inkô saswâ-ri nõ amă.
3SG.M ERG 3.SG.ERG=take-PFV water pour-PFV¹³ NEG INES
‘She carried water without spilling.’

We conclude that the question of the origin of **rõ** and its relation to **nare** remains open.

OTHER NEGATIVE REFLEXES OF ‘FINISH’ VERBS

Timbira has a **jamre** ‘finish’ verb (Castro Alves, 2010, p. 450)¹⁴. It seems that this is a component in the regular negative existential verb **hamrẽare**, illustrated in (55). This would mean that two different ‘finish’ verbs have impacted in that language.

¹³ Bardagil-Mas (2018, pp. 34-39) doubts that **-ri** is an aspect marker.

¹⁴ One referee points out that Apinajé has **hāmri** ‘ready, finished’.

It is strange to see the second one only for negative existence of objects. We also see this in Apinajé *amrakati*, similarly an existential negator for objects (illustrated in (34)). Here the *amr-* component combines with *-kati*, which surfaces as negator in Mëbêngôkre (Costa, 2015, p. 120). This does not make it less mysterious, for an analysis of *amrakati* as ‘finish.NEG’ does not make much sense. Kĩsêdjê uses *hwêttxi* as a prohibitive marker (L. Santos, 1997, p. 148). Could it contain a form related to the verb *hwa* ‘kill, finish’ (Nikulin, 2020, p. 477), which is also a completive marker (L. Santos, 1997, p. 91), followed by what is possibly an intensifier *-txi* (L. Santos, 1997, p. 67)? Finally, Kaingáng has a standard negator *pijé ~ pe ~ pi* (Wiesemann, 1972, p. 107). We will discuss Kaingáng *pijé ~ pe ~ pi* in the next section, because it is preverbal rather than postverbal.

We also find the connection between ‘finish’ and a negator in the wider Macro-Jê family, with the Krenak standard negator *nuk*, which is related to *nôg* ‘to end’ in Maxakalí (Nikulin, 2020, p. 154; Nikulin & Coelho da Silva, 2020, p. 16)¹⁵ and which may ultimately have the same Proto-Macro-Jê origin **tũ₁k* as Proto-Jê **tũ^k* (Nikulin, 2020, pp. 118, 387). For the Arikapú prohibitive, van der Voort (2007, p. 140) gives *-pi*. It is intriguing that *-pi* might support that in this branch at least a special link between ‘finish’ and negation specifically relates to prohibitive negation (see the discussion around example (43)), a link that is not evidenced in the Jê languages.

NON-POSTVERBAL STANDARD NEGATORS

Even though the Jê standard negators are mostly postverbal, there are some exceptions. The first two take us to Kaingáng. First, the dialect of the village Icatu (São Paulo) allows a preverbal pattern, which uses what looks like an allomorph of the postverbal negator *tõ*.

(59) Icatu Kaingáng (M. S. Silva, 2011, pp. 162, 152)

(a) **Ti-wă rere wé tõ.**

3SG.M-NOM sun see NEG

‘He didn’t see the sun.’

(b) **Kotit thu koia lengró.**

child NEG eat beans

‘The child does not eat beans.’

M. S. Silva (2011, *passim*) makes clear the Icatu speakers are in close contact with speakers of the Arawak language Terena and with Portuguese; the latter has become their first language (M. S. Silva, 2011, pp. 13, 35). Both Terena and Portuguese have a preverbal standard negator (see Michael, 2014a, pp. 211-212 for Terena), and we hypothesize that the preverbal position in (59b) is due to language contact. But perhaps this is not the only reason, for Kaingáng has a second negator, *pijé ~ pe ~ pi* (Wiesemann, 1972, p. 107) (*p’ia ~ pie ~ pij* in Valfloresiana, 1918, p. 558), which is also preverbal. There is no sign of *p’ia ~ pie ~ pij* in the Icatu dialect, as described by M. S. Silva (2011). Perhaps language contact pushed *thu* into a slot that was already available for negation and replaced its earlier occupant. In Wiesemann (1972, p. 107) and Wiesemann (2011, p. 74) this is an emphatic negator. However, judging from examples in Gonçalves (2007), like in (60), the emphatic effect may have bleached.

¹⁵ In the extinct related language Malalí, M. A. Silva and Nikulin (2021) found a negator *nôk*.

(60) Kaingáng (Gonçalves, 2007, p. 159)

Ti ter ja nĩn hãra inh pi vé-g mũ.
 3 die ASP ASP but 1 NEG see-FIN ASP
 'He died, but I didn't see it.'

We do not know why *pijé ~ pe ~ pi* is preverbal.

The third exception takes us to the Timbira languages. Canela and Krahô have *nare* at the right periphery of the clause, and there can be a second exponent *nee* either in post-subject or clause-initial position.

(61) Canela (Castro Alves, 2004, p. 129)

Ahkrajre nee rop cahy-r prãm nare.
 boy NEG dog hit-NF want NEG
 'The boy doesn't want to hit the dog.'

Castro Alves (2004, pp. 129, 130) takes *nee* to be an intensifying particle, but it is not clear that the *nee ... nare* pattern is (still) emphatic. The grammar does not report any non-negative use of *nee*. Interestingly, Popjes and Popjes (1986, p. 162) give *nee* a scalar ('not even') reading. Given its shape and unusual position, we hypothesize that it comes from Portuguese *nem* 'not also, not even'. It would also explain why the language lacks a non-negative use of *nee*. This conjecture is further supported by the fact that Miranda (2015, p. 259) reports a connective *nee ... nee* use. We know from the typological literature that languages often express 'not ... too' ('neither') and 'not even' with the same negator (e.g. van der Auwera, 2021) and Portuguese *nem* is a case in point.

(62) Krahô (Miranda, 2015, p. 259)

Nee Piikẽn nee Jõhi jũm te me h-ũ-j-ahê-r
 neither Piikẽn nor Jõhi someone ERG PL 3-ANTIP.NF-TH-hunt-NF

 pĩn amji j-axà-r nare.
 ABL REFL TH-insert.PL-NF NEG
 'Neither Piik'ẽn nor Jõhi, nobody returned from hunting.'

The fact that doubling with a single *nee*, as in (61), lacks any emphatic or scalar nuance further suggests that this element of meaning has bleached, and that we are dealing with a Jespersen Cycle. Interestingly, in the Timbira language Pykobjê the double *nee ... nare* exponence is also found, and at least in the past¹⁶ it is obligatory (Sá Amado, 2004, p. 123). She also considers a Jespersen Cycle hypothesis. It is important to point out that a typical Jespersen Cycle goes from the left to the right, but in this case the direction is different. It manifests what has been called 'Jespersen in reverse' (van der Auwera & Vossen, 2016, p. 208; Vossen, 2016), which makes perfect sense if the process starts off with a postverbal negator. A. Nikulin (personal communication, 2020) points out that the very fact that *nee* occurs in

¹⁶ In the non-past there is another preverbal marker *wyr* (Sá Amado, 2004, pp. 126-128).

at least three Timbira languages suggests that it could be old and thus endogenous, and that the connective use in (62) would rather be an extension prompted by contact with Portuguese. This is certainly possible, yet Sá Amado (2004, p. 125) goes out of her way to say that we don't know whether the Pykobjê strategy is old or recent.

Finally, it has been suggested that Panará has a circumverbal pattern with *tõ* in preverbal position and *pjo* or, less commonly, *rõ* in postverbal position (Dourado, 2001, p. 120). (63) are Dourado (2001) examples, but the glossing of *tõ* is ours.

(63) Panará (Dourado, 2001, pp. 120, 121)

(a) **Ra=tõ=pôô** **pjo** **môtô** **amã.**

3PL.ABS=EMPH=arrive NEG boat INES

'Nobody arrived by boat.'

(b) **Akâ** **hẽ** **ti=tõ=swâ-ri** **rõ** **tepi.**

Akâ ERG 3SG.ABS=EMPH=do-PFV NEG fish.ABS

'Akâ didn't catch any fish.'

Dourado (2001, p. 120) hedgingly states that the doubling may indicate strong negation. More recent work by Bardagil-Mas (forthc.) confirms that the pattern with *tõ* is emphatic, but he also shows that *tõ* is not dedicated to negative emphasis. (64) is an affirmative clause. We have therefore glossed *tõ* as an emphasizer both in negative and affirmative clauses.

(64) Panará (Bardagil-Mas, forthc.)

Rê=tõ=Ø=py **kâjasâ.**

1SG.ERG=EMPH=3SG.ABS=take machete

'I did take a machete.'

Should *tõ* become restricted to negation, it will count as a step in a Jespersen Cycle in reverse.

CONCLUSION

This paper dealt with standard negation in the Jê languages. We started from the observation that standard negators tend to occupy a postverbal position and that there are two accounts that attempt to explain the origin of these negators. Some derive them from existential negators, others from privative negators. We explored both accounts and argued that the negative existential account is to be preferred, but also that the accounts need not exclude each other. In particular, we argued that the reanalysis of an extra-clausal topic with an existential negation into a subject may turn the existential negator into a privative negator, which can later function as a standard negator. We also claimed that there is a third scenario. It is similar to the negative existential scenario, but it differs in that the negative existence of a state of affairs is not aligned with the non-existence of an object. The non-existence finds its origin in a construction that expresses that an event or process is finished. This path is similar to the path known from the literature that starts from a construction that expresses that an event or process stops. But it is different: the 'stop' scenario is documented as yielding prohibitive

negation, whereas what we see in Jê languages yields standard negation. We also discussed a few cases of preverbal or circumverbal standard negation, and here we may see the effect of language contact.

ABBREVIATIONS

1	first person	F	feminine	NMLZ	nominalizer
2	second person	FCT	factive	PFV	perfective
3	third person	FIN	finite	PL	plural
ABL	ablative	GEN	generic	PRED	predicative
ABS	absolutive	HON	honorific	PRF	perfect
ALL	allative	IMP	imperative	PRIV	privative
ANTIC	anticipative	IMPERS	impersonal	PROH	prohibitive
ANTIP	antipassive	INES	inessive	PROSP	prospective
ASP	aspect	INSTR	instrumental	PRS	present
AUG	augmentative	INT	interrogative	PST	past
AUX	auxiliary	INTR	intransitive	PTCP	participle
CAUS	causative	INTS	intensifier	R	realis
DAT	dative	IPFV	imperfective	REFL	reflexive
DEF	definite	IRR	irrealis	REL	relational
DEM	demonstrative	IT	iterative	SBJ	subject
DIM	diminutive	LOC	locative	SG	singular
DIR	directional	M	masculine	SPEC	specific
DIST	distant	MI	middle	SUB	subordinator
EMPH	emphatic	NEG	negator	TH	thematic consonant
ERG	ergative	NF	non-finite	VOC	vocative
EX	existential	NOM	nominative		

ACKNOWLEDGEMENTS

This study was made possible by the Research Foundation Flanders, whose financial support is gratefully acknowledged: grant No G024117N awarded to Johan van der Auwera. Olga Krasnoukhova would like to acknowledge funding from the European Union's Horizon 2020 research and innovation program under the Marie Skłodowska-Curie grant agreement No 895548, made use of when finalizing the present paper. We are most grateful to Andrés Salanova (Ottawa), Andrey Nikulin (Brasília), and three anonymous reviewers for all very helpful comments.

REFERENCES

- Bardagil-Mas, B. (2018). *Case and agreement in Panará* [Doctoral dissertation, University of Groningen].
- Bardagil-Mas, B. (forthc.). Negation in Panará. In M. Miestamo & L. Veselinova (Eds.), *Negation in the languages of the world: Typologically and functionally based descriptions*. Language Science Press.
- Beauchamp, J., Estevam, A. M., & Salanova, A. (2017). *Negation in Jê languages*. Paper presented at a workshop on the Negative Existential Cycle.

- Camargo, N. S. (2015). *Tapayuna (Jê): Aspectos morfossintáticos, históricos e sociolinguísticos* [Doctoral dissertation, Universidade Estadual de Campinas].
- Castro Alves, F. (2004). *O Timbira falado pelos Canele Apãniekrá: Uma contribuição aos estudos da morfossintaxe de uma língua Jê* [Doctoral dissertation, Universidade Estadual de Campinas].
- Castro Alves, F. (2010). Evolution of alignment in Timbira. *International Journal of American Linguistics*, 76(4), 439-475. <https://doi.org/10.1086/658054>
- Costa, L. S. (2015). *Uma descrição gramatical da língua Xikrín do Cateté (família Jê, tronco Macro-Jê)* [Doctoral dissertation, Universidade de Brasília].
- Cotrim, R. G. P. M. (2016). *Uma descrição da morfologia e de aspectos morfossintáticos da língua Akwê-Xerente (Jê Central)* [Doctoral dissertation, Universidade de Brasília].
- Croft, W. (1991). The evolution of negation. *Journal of Linguistics*, 27(1), 1-27. <https://doi.org/10.1017/S0022226700012391>
- D'Angelis, W. (2008). Algumas notas comparativas sobre o dialeto Kaingang paulista. In S. V. Telles & A. Santos de Paula (Eds.), *Topicalizando Macro-Jê* (pp. 29-48). Nectar.
- Dourado, L. G. (2001). *Aspectos morfossintáticos da língua Panará (Jê)* [Doctoral dissertation, Universidade Estadual de Campinas].
- Dryer, M. (2013). Order of negative morpheme and verb. In M. Dryer & M. Haspelmath (Eds.), *The world atlas of language structures online*. Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology. <http://wals.info/chapter/143>
- Estevam, A. M. (2011). *Morphosyntaxe du xavante, langue jê du Mato Grosso (Brésil)* [Doctoral dissertation, Université de Paris 7].
- Evans, N., & Watanabe, H. (2016). *Insubordination*. Benjamins.
- Gakran, N. (2015). *Elementos fundamentais da gramática Laklanô* [Doctoral dissertation, Universidade Estadual de Campinas, Campinas].
- Gildea, S., & Castro Alves, F. (2010). Nominative-absolutive: Counter-universal split ergativity in Jê and Cariban. In S. Gildea & F. Queixalós (Eds.), *Ergativity in Amazonia* (pp. 159-199). Benjamins.
- Gildea, S., & Castro Alves, F. (2020). Reconstructing the source of nominative-absolutive alignment in two Amazonian language families. In J. Barðdal, S. Gildea & E. R. Luján (Eds.), *Reconstructing syntax* (pp. 47-107). Brill. https://doi.org/10.1163/9789004392007_003
- Givón, T. (1973). The Time-Axis Phenomenon. *Language*, 49(4), 890-925. <https://doi.org/10.2307/412067>
- Givón, T. (1978). Negation in language. In P. Cole (Ed.), *Syntax and semantics 9* (pp. 69-112). Academic Press.
- Givón, T. (1984). *Syntax: A functional-typological introduction* (Vol. 1). Benjamins.
- Gonçalves, S. A. (2007). *Aspecto no Kaingang* [MA thesis, Universidade Estadual de Campinas].
- Gras, P., & Sansiñena, M. S. (2017). Exclamatives in the functional typology of insubordination: Evidence from complement insubordinate constructions in Spanish. *Journal of Pragmatics*, 115, 21-36. <https://doi.org/10.1016/j.pragma.2017.04.005>
- Hall, J., McLeod, R. A., & Mitchell, V. (2004). *Pequeno dicionário: Xavante-Português, Português-Xavante*. Sociedade Internacional de Linguística.
- Heine, B. (1993). *Auxiliaries: Cognitive forces and grammaticalization*. Oxford University Press.
- Heine, B., & Kuteva, T. (2002). *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge University Press.
- Jolkesky, M. P. V. (2010). *Reconstrução fonológica e lexical do Proto-Jê Meridional* [MA thesis, Universidade Estadual de Campinas].
- Krasnoukhova, O., van der Auwera, J., & Norder, S. (under revision). Standard negation: The curious case of South America.

- Kuteva, T., Heine, B., Hong, B., Long, H., Narrog, H., & Rhee, S. (2019). *World lexicon of grammaticalization* (2 ed.). Cambridge University Press.
- Lachnitt, G. (1987). *Romnhitsi'ubumro: a'uwê mreme = waradzu mreme: Dicionário xavante-português*. Missão Salesiana de Mato Grosso.
- Lachnitt, G. (1988). *Damreme'uwa'imramidzé: Estudos sistemáticos e comparativos de gramática Xavante*. Missão Salesiana de Mato Grosso.
- Marchese, L. (1986). *Tense/aspect and the development of auxiliaries in Kru languages*. Summer Institute of Linguistics and University of Texas.
- McLeod, R., & Mitchell, V. (1977). *Aspectos da Língua Xavante*. Summer Institute of Linguistics.
- McLeod, R. & Mitchell, V. (2003). *Aspectos da Língua Xavante*. 4th ed. Sociedade Internacional de Linguística.
- Michael, L. (2014a). Negation in Nanti. In L. Michael & T. Granadillo (Eds.), *Negation in Arawak languages* (pp. 184-215). Brill.
- Michael, L. (2014b). A typological and comparative perspective on negation in Arawak languages. In L. Michael & T. Granadillo (Eds.), *Negation in Arawak languages* (pp. 241-300). Brill.
- Miranda, M. (2015). Negação em Krahô (família Jê) em uma perspectiva comparativa. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, 7, 245-274.
- Muysken, P., Hammarström, H., Birchall, J., Danielsen, S., Eriksen, L., Galucio, A.V., . . . O'Connor, L. (2014). In L. O'Connor & P. Muysken (Eds.), *The native languages of South America. Origins, development, typology* (pp. 299-322). Cambridge University Press.
- Nikulin, A. (2020). *Proto-Macro-Jê. Um estudo reconstutivo* [Doctoral dissertation, Universidade de Brasília].
- Nikulin, A., & Salanova, A. P. (2019). Northern Jê verb morphology and the reconstruction of finiteness alternations. *International Journal of American Linguistics*, 85(4), 533-567. <https://doi.org/10.1086/704565>
- Nikulin, A., & Coelho da Silva, M. A. (2020). As línguas Maxakalí e Krenák dentro do tronco Macro-Jê. *Cadernos de Etnolingüística*, 8(1), 1-64.
- Oliveira, C. C. (2005). *The language of the Apinajé people of Central Brazil* [Doctoral dissertation, University of Oregon].
- Oliveira, R. C. (2007). *Morfologia e Sintaxe da língua Xavante* [Doctoral dissertation, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Pickering, W. A. (2010). *A fonologia xavante: Uma revisitação* [Doctoral dissertation, Universidade Estadual de Campinas].
- Popjes, J., & Popjes, J. (1986). Canela-Krahô. In D. C. Derbyshire & G. K. Pullum (Eds.), *Handbook of Amazonian Languages* (Vol. 1, pp. 128-199). Mouton de Gruyter.
- Quintino, W. (2020). Sobre a negação em Xavante. *Paper presented at a workshop on negation in the Amerindian language*, Campinas.
- Ribeiro, E. R. (2012). *A grammar of Karajá* [Doctoral dissertation, University of Chicago].
- Rodrigues, A. D. (1999). Macro-Jê. In R. M. W. Dixon & A. Aikhenvald (Eds.), *The Amazonian Languages* (pp. 165-206). Cambridge University Press.
- Sá Amado, R. (2004). *Aspectos morfofonológicos do Gavião-Pykobjê* [Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo].
- Salanova, A. P. (2007). *Nominalizations and aspect* [Doctoral dissertation, Massachusetts Institute of Technology].
- Santos, J. P. (2008). *Marcas pessoais, concordância de número e alinhamento em Xavante* [MA thesis, Universidade de Brasília].
- Santos, L. C. (1997). *Descrição de aspectos morfossintáticos da língua Suyá/Kisêdjê, família Jê* [Doctoral dissertation, Universidade Federal de Santa Catarina].
- Silva, M. S. R. (2011). *A língua Kaingang da aldeia paulista Icatu: Uma descrição funcional* [Doctoral dissertation, Universidade Estadual Paulista, Júlio de Mesquita Filho].

- Silva, M. A. C., & Nikulin, A. (2021). Uma aproximação à fonologia e morfologia do Malalí. *Cadernos de Etnolingüística*, 9(1), 1-59.
- Sousa Filho, S. M. (2007). *Aspectos morfosintáticos da Língua Akwẽ-Xerente (Jê)* [Doctoral dissertation, Universidade Federal de Goiás].
- Trevisan, R., & Pezzotti, M. (1991). *Dicionário Kayapó-Português e Português-Kayapó*. Belém.
- Valfloriana, M. B. (1918). Ensaio de grammatica Kainjgang. *Revista do Museu Paulista*, 10, 529-563.
- Van der Auwera, J. (2010). On the diachrony of negation. In L. R. Horn (ed.), *The expression of negation* (pp. 73-109). De Gruyter Mouton.
- Van der Auwera, J., & Vossen, F. (2016). Jespersen cycles in the Mayan, Quechuan and Maipurean languages. In van Gelderen, E. (ed.) *Cyclical change continued*. Amsterdam: Benjamins, 189-218.
- Van der Auwera, J., & Krasnoukhova, O. (2019). Zaparoan negation revisited. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, 11(2), 19-39. <https://doi.org/10.26512/rbla.v11i02.27300>
- Van der Auwera, J., & Krasnoukhova, O. (2020). The typology of negation. In V. Déprez & M. T. Espinal (eds.), *The Oxford handbook of negation* (pp. 91-116). Oxford University Press.
- Van der Auwera, J. (2021). Quirky negative concord: Croatian, Spanish and French *ni*'s. *Jezikoslovje*, 22(2), 195-225. <https://doi.org/10.29162/jez.2021.5>
- Van der Auwera, J., Krasnoukhova, O. & Vossen, F. (2021). Intertwining the negative cycles. In L. Veselinova & A. Hamari (eds.), *The negative existential cycle from a historical-comparative perspective* (pp. 557-596). Language Science Press.
- Van der Voort, H. (2007). Proto-Jabutí: Um primeiro passo na reconstrução da língua ancestral dos Arikapú e Djeoromitxí. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 2(2), 133-168. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222007000200007>
- Van Gelderen, E. (2021). The negative existential and other cycles: Jespersen, Givón, and the Copula Cycle. In A. Hamari & L. Veselinova (Eds.), *The negative existential cycle from a historical-comparative perspective* (pp. 535-556). Language Science Press.
- Veselinova, L. (2013). Negative existentials: A cross-linguistic study. *Italian Journal of Linguistics*, 25, 107-145.
- Veselinova, L. (2014). The negative existential cycle revisited. *Linguistics*, 52, 1327-89.
- Veselinova, L., & Hamari, A. (2021). (Eds.). *The Negative Existential Cycle from a historical-comparative perspective*. Language Science Press.
- Vossen, F. (2016). *On the typology of the Jespersen cycles* [Doctoral dissertation, University of Antwerp].
- Wiesemann, U. (1972). *Die phonologische und grammatische Struktur der Kaingang-Sprache*. Mouton de Gruyter.
- Wiesemann, U. (2011). *Dicionário Kaingang-Português/Português- Kaingang* (2 ed.). Editora Esperança.

AUTHOR'S CONTRIBUTION

The authors declared active participation during all stages of manuscript elaboration.

A ‘civilização material’ nos museus regionais do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: confluências entre a criação do Museu do Diamante e a imaginação museal de Juscelino Kubitschek
The ‘material civilization’ in the National Historical and Artistic Heritage Service regional museums: confluences between the creation of the Diamond Museum and Juscelino Kubitschek’s museological imagination

Clovis Carvalho Britto 

Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, Brasil

Resumo: Este artigo analisa a institucionalização dos museus regionais brasileiros e os seus impactos na imaginação museal de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976). O intuito é observar as ressonâncias dos museus regionais criados pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e as singularidades desse projeto no contexto museológico brasileiro. Desse modo, por meio de análise documental e revisão bibliográfica, reconstrói momentos decisivos da concepção dos museus regionais, a partir do conceito de civilização material, e da criação do Museu do Diamante, em Diamantina, Minas Gerais. As análises demonstraram os agenciamentos entre as trajetórias de Juscelino Kubitschek e Rodrigo Melo Franco de Andrade ao forjarem uma determinada memória sobre Diamantina e mobilizarem uma imaginação museal em consonância com a projetada pelo SPHAN no âmbito dos museus regionais.

Palavras-chave: Museus regionais. Civilização material. Museu do Diamante. Imagem museal. Juscelino Kubitschek.

Abstract: This paper analyzes the institutionalization of Brazilian regional museums and its impacts on Juscelino Kubitschek’s (1902-1976) museological imagination. The aim is to observe the resonances of regional museums created by the National Historical and Artistic Heritage Service (SPHAN) and the singularities of these projects in the Brazilian museological context. Through document analysis and bibliographic review, the study reconstructs decisive moments in the conception of regional museums based on the concept of material civilization and the creation of the Diamond Museum in Diamantina, Minas Gerais. The analysis demonstrates the assemblages among the trajectories of Juscelino Kubitschek and Rodrigo Melo Franco de Andrade when they forged a specific memory about Diamantina and mobilized a reimagined museum aligned with the one projected by SPHAN within the scope of regional museums.

Keywords: Regional museums. Material civilization. Diamond Museum. Museum imagination. Juscelino Kubitschek.

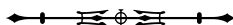
Britto, C. C. A ‘civilização material’ nos museus regionais do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: confluências entre a criação do Museu do Diamante e a imaginação museal de Juscelino Kubitschek. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 17(2), e20210085. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0085

Autor para correspondência: Clovis Carvalho Britto. Universidade de Brasília. Faculdade de Ciência da Informação. *Campus Darcy Ribeiro*. Brasília, DF, Brasil. CEP 70910-900 (clovisbritto@unb.br).

Recebido em 10/08/2021

Aprovado em 19/01/2022

Responsabilidade editorial: Marília Xavier Cury



INTRODUÇÃO

Há manifesto interesse público e conveniência nacional em que as atividades culturais extra-escolares exercidas pela União não fiquem circunscritas às grandes cidades do litoral ou apenas às capitais. Os meios escassos de que dispõem, para a ilustração e a educação de suas populações, os núcleos urbanos do interior do Brasil tornam muito mais necessária e importante aí a ação dos poderes públicos federais com aquele objetivo. A obra educativa dos museus e bibliotecas públicas, inteligentemente localizadas no território nacional, será tanto mais proveitosa quanto a ação desses estabelecimentos tem maior extensão que o ensino intra-escolar (Kubitschek, 1947, p. 1).

Este artigo examina aspectos da institucionalização dos museus regionais brasileiros e os seus impactos na imaginação museal de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976). Aqui, o intuito é observar as ressonâncias dos museus regionais criados pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)¹ como um dos repertórios centrais na proposta museal de Kubitschek no período em que foi deputado federal, entre 1946 e 1950. O argumento é de que o projeto de criação do Museu do Diamante, na cidade de Diamantina, em Minas Gerais, sintetizaria a 'imaginação museal' em torno dos museus regionais, visualizada como "capacidade singular e efetiva de determinados sujeitos articularem no espaço (tridimensional) a narrativa poética das coisas" (Chagas, 2003, p. 64).

A partir das reflexões de Mario Chagas (2005), é possível compreender a imaginação museal como uma operação seletiva de intenções e de gestualidades para a produção de determinadas matrizes discursivas ou tendências de pensamento que podem gerar experimentações nos espaços museais. No que o autor definiu como 'narrativa poética das coisas', ou uma

narrativa construída a partir da mobilização de imagens, formas e objetos, os museus são compreendidos enquanto espaços de produção, arquivamento e circulação de memórias erigidas por meio da interação com as coisas, em uma codificação compartilhada:

Um museu, seja ele qual for, só pode ser produzido e reconhecido como tal quando está inserido numa codificação social compartilhada, quando faz parte de uma experiência comum. Sobre tudo nas sociedades complexas e contemporâneas essa experiência que denomino de participação museal é um dado concreto. Na raiz dessa experiência está aquilo que se denomina de imaginação museal. É com base nessa imaginação que os museus são produzidos, reconhecidos, lidos, inventados e reinventados. A minha sugestão é que a imaginação museal seja compreendida como a capacidade humana de trabalhar com a linguagem dos objetos, das imagens, das formas e das coisas. A imaginação museal é aquilo que propicia a experiência de organização no espaço – seja ele um território ou um desterritório – de uma narrativa que lança mão de imagens, formas e objetos, transformando-os em suportes de discursos, de memórias, de valores, de esquecimentos, de poderes etc., transformando-os em dispositivos mediadores de tempo e pessoas diferentes (Chagas, 2005, p. 57).

A profusão e dispersão dos textos de Juscelino Kubitschek relativos à temática dos museus, as suas iniciativas institucionais e as singularidades de suas propostas estimularam a pesquisa que integra um projeto mais amplo visando o mapeamento de fontes relacionadas à sua atuação no campo dos museus e patrimônios. Este artigo, por meio de análise documental e revisão bibliográfica, evidencia como a criação do Museu do Diamante reforçou o projeto de interiorização dos museus e o discurso sobre o papel 'civilizador' dos museus regionais, orientados pelos chamados ciclos econômicos.

¹ Conforme destacou Letícia Julião (2009), durante a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o SPHAN organizou os seguintes museus fora do Distrito Federal: Museu das Missões (Rio Grande do Sul); Museu Victor Meirelles (Santa Catarina); Museu das Bandeiras (Goiás); Museu da Abolição (Pernambuco); e Museus da Inconfidência, do Ouro, do Diamante, Regional de São João Del Rei, Regional de Caeté, além das Casa dos Inficionados e Casa dos Ottoni (Minas Gerais). Também é importante destacar que em 1946 o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi transformado em Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), nomenclatura vigente até 1970 quando foi alterada para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Esse argumento está explícito no trecho em epígrafe a este artigo, extraído da justificativa do Projeto de Lei n.º 138-E, apresentado por Juscelino Kubitschek na Câmara dos Deputados em 1947, cujo dossiê foi disponibilizado pela equipe do Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados. O projeto propõe a criação do Museu do Diamante e da Biblioteca Antônio Torres, em Diamantina, cidade natal de Kubitschek, e se respalda no argumento da interiorização dos museus e bibliotecas como caminho para a “ilustração e a educação de suas populações nos núcleos urbanos do interior do Brasil. . . . Para a formação moral, cívica e cultural dos nossos patrícios do interior” (Kubitschek, 1947, p. 1). Na verdade, é importante visualizar a ambiguidade da proposta que evidencia as singularidades regionais, ao incentivar a criação de museus e bibliotecas no interior do país, reforçando, ao mesmo tempo, o papel ‘civilizador’ dessas instituições. No caso específico do Museu do Diamante, demonstra as confluências entre a imaginação museal de Kubitschek e a dos intelectuais do SPHAN na década de 1940 e 1950.

A justificativa da criação do Museu do Diamante apresentada no projeto de lei elaborado por Juscelino Kubitschek se respalda no discurso de Afonso Arinos de Melo Franco (2005), ao articular o ‘desenvolvimento da civilização material’ ao ciclo econômico do diamante. Por sua vez, também dialoga com o discurso do SPHAN quando se ancorou nos mesmos argumentos para criar os chamados museus regionais. Não é por acaso que Kubitschek, conforme os documentos no dossiê do Projeto de Lei n.º 138-E, também conferiu aos museus uma ação ‘civilizatória’, ao difundir ‘ilustração e a educação às populações dos núcleos urbanos do interior do Brasil’, função potencializada em coleções remanescentes dos ciclos econômicos:

Não será preciso encarecer a importância da mineração do diamante na história econômica, social e mesmo política do nosso país para justificar a criação do Museu do Diamante. . . . Entretanto, pode acrescentar-se que a instituição e a organização inteligente de museus técnicos especializados e regionais cada dia se recomenda mais às nações civilizadas, entre as suas iniciativas de finalidade cultural (Kubitschek, 1947, p. 2).

Foi a partir da ambiguidade² em torno da imagem dos museus regionais como contraparte dos museus nacionais e, ao mesmo tempo, como instauradores de um critério de divisão, marcado por fronteiras espaciais e cronológicas definidas em decorrência dos ciclos econômicos (o pau-brasil, o açúcar, o tabaco, a pecuária, a mineração de ouro e de diamante, o café e o ciclo industrial), que o SPHAN promoveu a interiorização da política museológica nos anos 1930 a 1950. Conforme destacou Pierre Bourdieu (1998), o conceito de região está relacionado às lutas pelo monopólio de impor uma definição legítima das divisões do mundo social. Ao sublinhar a etimologia do termo ‘região’, destaca-o como princípio da divisão: do latim *regio* deriva de *rex*, autoridade que circunscrevia as fronteiras. Portanto, é possível reconhecer os museus regionais como um modo de classificação resultante da relação de forças materiais e simbólicas no campo do patrimônio no Brasil.

Partindo dessa hipótese, o artigo analisa a criação do Museu do Diamante e a sua inserção na rede dos museus regionais do SPHAN, concebidos como instâncias de salvaguarda e extroversão dos vestígios da ‘civilização material’ no Brasil. Do mesmo modo, evidencia como essa articulação impactou os agenciamentos de Juscelino Kubitschek na mobilização de estratégias que configuraram uma imaginação museal em consonância com a projetada pelo SPHAN nas cidades mineiras.

² De acordo com Letícia Julião (2009), os museus criados pelo SPHAN em Minas Gerais conferiram coerência e legitimidade à escrita do passado nacional. A pesquisadora destaca que, por essas razões, seria pouco apropriado reconhecer esses museus como regionais, visto que integraram um projeto que extrapolou os limites locais ou regionais. Em outra chave de leitura, ao longo deste texto, o conceito de museu regional foi mobilizado em diálogo com o discurso institucional do SPHAN, embora se reconheçam as ambiguidades em torno dessa nomenclatura.

OS MUSEUS REGIONAIS E OS VESTÍGIOS DA 'CIVILIZAÇÃO MATERIAL' NO BRASIL

O discurso da interiorização dos museus no Brasil pode ser evidenciado em algumas das primeiras ações do SPHAN, na década de 1930, sob a pauta da valorização do patrimônio cultural móvel. De acordo com Lygia Martins Costa (2002), a organização dos museus monográficos fora dos grandes centros urbanos contribuiu para a criação de um programa original, ao reconhecer nas coleções peças até então desvalorizadas, com destaque para a criação dos museus da Inconfidência (1938), em Ouro Preto, Minas Gerais, das Missões (1940), em São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul, e do Ouro (1945), em Sabará, Minas Gerais. A autora utilizou o termo 'museus monográficos' para se referir aos museus que tematizaram a 'civilização do ouro' e a 'civilização jesuítico-indígena' e também a expressão 'museus regionais' evidenciando que, apesar das marcas regionais, os museus criados em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul adquiriram um significado nacional. Esse significado dialoga com a noção de 'civilização' decorrente dos "ciclos socioeconômicos e políticas que o país em sua pluralidade cultural viveu" (L. Costa, 2002, pp. 27-28).

Nesse aspecto, Lygia Martins Costa (2002) apresenta o significado de museu regional ao compreendê-lo como intérprete de uma região, ao preservar e explorar culturalmente o acervo que o constituiu, expressando diferentes realidades locais. Do mesmo modo, sugere a relação telúrica das comunidades com as coleções: "ao verem reunidas e articuladas esses remanescentes familiares, passam a compreender o processo de sua própria civilização, com tópicos que desde o berço ouviam contar" (L. Costa, 2002, p. 29). Em suas análises,

esses museus traduziriam a fisionomia dos distintos ciclos econômicos e sociais, com apresentação em profundidade de um tema monográfico que importaria substancialmente à região.

Nas análises de Mario Chagas (2017), o museu regional não era originalmente uma categoria nativa do SPHAN. O pesquisador destaca que, desde meados do século XIX, esse termo era utilizado fora do país para expressar a preservação, por meio dos museus regionais, museus temáticos de cunho local e museus a céu aberto, de aspectos regionais ameaçados de desaparecimento³.

Essa constatação é significativa quando se observa que a seção de museus, prevista no anteprojeto de Mario de Andrade para a criação do SPHAN, em 1936, contemplava apenas quatro museus nacionais no Rio de Janeiro (Arqueologia e Etnografia, História, Belas-Artes e Artes Aplicadas e Técnicas Industriais). Já o Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, definiu no artigo 24 que a União manteria, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, "tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido de favorecer a instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares" (Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937).

Letícia Julião (2009) informa que as iniciativas museológicas surgiram como um programa marginal no âmbito da política preservacionista do SPHAN, mas que foram beneficiadas pelos conhecimentos produzidos na gestão do patrimônio. Segundo a pesquisadora, isso pode ser observado no discurso da 'civilização mineira' enquanto chave interpretativa e legitimadora da política do patrimônio nos anos 1930 e 1940:

³ Mario Chagas (2017) sublinha a inserção, no relatório resultante do Seminário Regional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), realizado no Rio de Janeiro, em 1958, de uma definição de museu regional, além de orientações sobre questões técnicas em torno do seu programa e implicações para o Conselho Internacional de Museus (ICOM) e para a América Latina.

O discurso consagrado pelo SPHAN de identificação da sociedade mineradora com a origem da própria nacionalidade deve muito ao pensamento de Afonso Arinos de Melo Franco. Em particular ao seu conceito de civilização brasileira que, pode-se dizer, constituiu-se em uma chave interpretativa do discurso patrimonial legitimado nos anos 1930 e 1940. Além da interlocução permanente que mantinha com Rodrigo M. F. de Andrade, Arinos ministrou um curso para o grupo de funcionários do SPHAN em 1941, cujas palestras foram publicadas em 1944 com o título “Desenvolvimento da civilização material no Brasil”. Nessa e em outras obras, o autor faz coincidir a ideia de ‘civilizações’ com aquela de ciclos econômicos, inscrevendo, assim, a marcha civilizacional em trajeto marcado pelos ápices de riquezas geradas no país e seus consequentes rastros materiais. Considerada a cultura realizada, a civilização é definida, pelo autor, como o aproveitamento que o homem faz do mundo para satisfazer suas necessidades, o que implicaria técnica e distintos graus de qualidade de vida. Nessa escala evolutiva, defendia, as culturas que interessam, de fato, são aquelas que transmitem à posteridade sua concepção e interpretação do mundo (Julião, 2009, p. 149).

Conforme destacado, Afonso Arinos de Melo Franco ministrou cinco palestras sobre a ‘civilização material’ no Brasil, entre outubro e novembro de 1941, para os servidores do SPHAN. As palestras foram publicadas em 1944 na obra “Desenvolvimento da civilização material no Brasil” (Franco, 2005), cujo argumento impactou a compreensão e a gestão das políticas do patrimônio no Brasil. Afonso Arinos era primo de Rodrigo Melo Franco de Andrade e membro do Conselho Consultivo do SPHAN, sendo um dos intelectuais mais atuantes na ‘Academia SPHAN’ (Velo, 2018). De acordo com Fonseca (2005), uma das principais contribuições do conceito de ‘civilização material’ foi a possibilidade de visualizar os bens e conjuntos urbanos a partir da relação com o processo histórico de ocupação das diferentes regiões do país.

Afonso Arinos interpretou os processos sócio-históricos nacionais tendo como foco a leitura dos vestígios e das transformações da herança material, entre os séculos XVI e XIX (Franco, 2005). Sua proposta consistiu, em grande medida, na aplicação dos argumentos apresentados em “Síntese de história

econômica do Brasil”, obra em que partiu dos ciclos econômicos para delinear uma história nacional, do ciclo do pau-brasil até a industrialização (Franco, 1958). José Murilo de Carvalho (2005) reconhece que, nas palestras formuladas para os funcionários do SPHAN, depois reunidas em livro, Arinos “amplia o leque de manifestações da civilização, atendendo às necessidades do treinamento dos técnicos do órgão” (Carvalho, 2005, p. 14). Este argumento é resumido no prefácio de Rodrigo Melo Franco de Andrade (2005), quando sublinhou que o curso de Arinos consistia em um modo de orientar os estudos e trabalhos dos técnicos do SPHAN, ampliando os conhecimentos sobre o aspecto material do processo histórico nacional. Nesse aspecto, reconhece a investigação das ocorrências da ordem material na formação brasileira como fundamental para a elaboração de uma história da arte no Brasil.

A opção por efetuar uma interpretação sobre a formação da nacionalidade a partir do conceito de ‘civilização material’, nos moldes delineados por Afonso Arinos de Melo Franco (2005), consistiu na sistematização dos critérios técnicos já utilizados pelos integrantes do Conselho Consultivo do SPHAN na seleção daquilo que deveria (e, por conseguinte, do que não deveria) configurar o chamado patrimônio histórico e artístico nacional. O curso tornou-se, assim, um modo de orientar o olhar dos técnicos do SPHAN em seus enquadramentos da cultura material digna de ser salvaguardada como vestígio da ‘civilização’. Essa interpretação reforçava as práticas do SPHAN na valorização dos ciclos do ouro e do diamante em Minas Gerais, o que definiu como “o centro principal da civilização brasileira no século XVIII” (Franco, 2005, p. 99). Do mesmo modo, a obra de Afonso Arinos evidencia os critérios etnocêntricos e evolucionistas que respaldaram a prevalência dos bens da herança portuguesa nos tombamentos realizados pelo órgão, reconhecidos como o ápice da ‘civilização material’ no país:

O desenvolvimento da nossa civilização material é de base portuguesa, entendida no seu complexo luso-afro-asiático. A contribuição negra e índia, muito notável na elaboração do nosso psiquismo nacional, é pouco importante na civilização material, não somente por ter sido absorvida no choque com um meio muito mais evoluído, mas também porque as condições de sujeição em que viviam as raças negra e vermelha não permitiam a expansão plena das suas respectivas formas de cultura. Por isto mesmo, os elementos negros e índios, presentes na nossa civilização material, salvo um ou outro mais notáveis, são de difícil identificação (Franco, 2005, p. 37).

A leitura de Afonso Arinos sintetiza aquilo que o SPHAN reconhecia como digno de ser classificado como patrimônio histórico e artístico da nação. Seus argumentos subsidiaram muitos dos pareceres do Conselho Consultivo do SPHAN e dos artigos que integraram a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, periódico criado em 1937 e que contribuiu para a consolidação do seu discurso institucional. O curso de Arinos, os pareceres do Conselho Consultivo e os textos publicados na Revista do Patrimônio são documentos significativos para a compreensão de uma “formação discursiva específica, cuja dinâmica simbólica é dada pela permanente tematização do significado de categorias de histórico, de passado, de estético, de nacional, de exemplar, tendo como eixo articulador a ideia de patrimônio” (M. Santos, 1996, p. 77).

As pesquisas de Analucia Thompson et al. (2012) evidenciam a prevalência do conceito de ‘civilização material’ nos textos e nas ações institucionais difundidas nos primeiros anos da Revista do Patrimônio. Argumentam que, para Afonso Arinos, a noção de civilização consistia no controle da natureza pela técnica, o que resulta no entendimento de múltiplas civilizações. Todavia, os pesquisadores reconhecem que, impactado pela leitura evolucionista, Arinos defendia a herança portuguesa como a base do desenvolvimento da ‘civilização material’ brasileira. Isso explicaria a preferência pela patrimonialização dos bens de expressão europeia e a demarcação dos objetos originários do período colonial: “o tempo do patrimônio é o tempo das fundações histórico-culturais do país, o

tempo da colônia, origem e destino de nossa singularidade nacional” (Thompson et al., 2012, p. 190). No mesmo aspecto, Luciano Teixeira (2011) reconhece que Afonso Arinos narrou a epopeia de uma ‘civilização’ nos trópicos, ao trazer a materialidade como foco interpretativo e construir uma moldura para delinear os fatos considerados memoráveis da história e do patrimônio nacional.

Em leitura similar, Robson Orzari Ribeiro (2013) reconhece os impactos do curso de Afonso Arinos e do conceito de ‘civilização material’ nas seleções, nos inventários e nos tombamentos realizados pelo SPHAN. Nesse aspecto, sublinha a associação entre o ‘desenvolvimento civilizacional’ brasileiro e os ciclos econômicos: “o Brasil litorâneo e canavieiro – com as ocupações jesuíticas no Sul e no Nordeste; o Brasil aurífero e ‘barroco’ – com a figura do bandeirante no Centro-Oeste e Sudeste; o Brasil da corte e da cafeicultura – no Sudeste” (Ribeiro, 2013, p. 60). A partir dessa interpretação, é possível constatar que grande parte do mapeamento da cultura material efetuado por Arinos coincide com os tombamentos realizados pelo SPHAN, em uma classificação que resultou na prevalência da cultura portuguesa na colonização do país, na preservação dos resquícios dessa cultura material e na valorização do ciclo da mineração, em Minas Gerais. Por isso, considerava a relevância do século XVIII na formação do Brasil: “fixou a população no interior; estabeleceu ligações internas entre as mais distantes capitais, deu ao Brasil, afinal, a sua configuração física. Durante ele, o país começa a se apresentar na sua diversidade material” (Franco, 2005, p. 119).

Não é sem motivos que, para os intelectuais do SPHAN, Minas Gerais era visualizada como uma ‘civilização’ e o patrimônio, um modo de conceber a nação ‘civilizada’. De acordo com Mariza Veloso (2018), isso contribuiu para que os integrantes da ‘Academia SPHAN’ construíssem um discurso em que Minas e o século XVIII se transformaram em metonímia da nação, tendo como consequência a atenção privilegiada dada ao barroco mineiro. Os argumentos de Afonso Arinos sobre a ideia de ‘civilização brasileira’, apresentados nos

capítulos sobre o ciclo do ouro e do diamante em sua “Síntese de história econômica do Brasil” (Franco, 1958), eram similares aos dos intelectuais do SPHAN sobre os bens culturais a serem salvaguardados:

Sob o ponto de vista da civilização brasileira a contribuição das minas é insuperável e inesquecível. . . . As minas desenvolveram até um grau nunca antes atingido, a cultura intelectual brasileira. Do centro das Gerais saíram grandes intelectuais que projetaram a glória brasileira em Portugal em outros países europeus. Formou-se uma alta aristocracia mental de juristas, prosadores, críticos, historiadores e poetas. Começaram a penetrar no Brasil as grandes ideias revolucionárias do século XVIII, e antes deste ter fim, a tragédia da Inconfidência Mineira mostra o caminho que tais ideias tinham percorrido. O centro da cultura lusa passa a ser a região da minas. . . . E dentro deste ambiente, rico de forças culturais, a arte brasileira produz a sua mais poderosa figura, genial mulato Antônio Francisco Lisboa, o ‘Aleijadinho’, nascido em 1730, que foi um legítimo expoente da civilização do ouro. . . . Essas sumárias indicações mostram a importância nacional e internacional que assumiu, no meu país, o ciclo econômico da mineração (Franco, 1958, pp. 70-71).

Essas reflexões demonstram os motivos dos primeiros tombamentos realizados pelo SPHAN, em 1938, contemplarem os conjuntos arquitetônicos e urbanísticos de seis cidades mineiras: Ouro Preto (processo n.º 0070-T-38), Mariana (processo n.º 069-T-38), São João del-Rey (processo n.º 068-T-38), Tiradentes (processo n.º 066-T-38), Serro (processo n.º 65-T-38) e Diamantina (processo n.º 64-T-38). Tal argumento também pode ser observado em afirmações de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1987), quando analisou os monumentos de arte e bens de interesse histórico em Minas Gerais: “as construções integrantes das cidades originárias dos grandes centros de mineração do ouro e dos diamantes – Ouro Preto, Mariana, São João del-Rei, Tiradentes, Sabará, Serro e Diamantina –, . . . formam o núcleo mais denso do acervo nacional” (Andrade, 1987, p. 60).

Por exemplo, essa argumentação pode ser visualizada nos documentos que integram o processo de tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de Diamantina, localizado no Arquivo Central do IPHAN - Seção Rio

de Janeiro. Diversos escritórios da municipalidade foram encaminhados a Rodrigo Melo Franco de Andrade nas décadas de 1930 e 1940 apresentando dúvidas sobre os efeitos da patrimonialização. Na resposta que o diretor do SPHAN encaminhou ao prefeito João Brandão Costa, em 17 de setembro de 1941, é possível observar como a preservação da ‘civilização material’ em seu conjunto sustentou o tombamento da cidade mineira:

O que constitui monumento, pelo seu excepcional valor histórico e artístico, não é nenhum dos edifícios considerado, em si mesmo, isoladamente, [mas] a sua coexistência, a sua conservação em conjunto, formando um todo que, por isso mesmo, assume feição urbanística e arquitetônica de valor inestimável, tanto do ponto de vista puramente histórico, como do histórico-artístico. É esse conjunto que importa preservar, no seu todo, pois empresta às cidades, que ainda apresentem essa documentação viva de sua formação e desenvolvimento originários, a sua fisionomia peculiar. É, portanto, esse conjunto (bem material, que é de toda a cidade sem pertencer particularmente a quem quer que seja) o objeto do tombamento, o monumento incorporado ao patrimônio histórico e artístico nacional (Andrade, 1941, p. 1).

No âmbito dos museus, Rodrigo Melo Franco de Andrade (1987) ressaltou a necessidade de o SPHAN criar instituições fora do Rio de Janeiro em virtude do incremento do comércio de antiguidades no país, tornando “de conveniência manifesta um esforço para serem retidos, nas áreas prejudicadas, os espécimes mais expressivos que restassem do acervo regional, por meio de sua compra para o patrimônio da União” (Andrade, 1987, p. 159).

É neste contexto que os museus regionais se tornaram metonímia do discurso de ‘civilização material’ difundido pelo SPHAN, ao permitirem a mobilização de sua diversidade. Tornaram-se formas potentes de tradução desse pensamento – embora coadjuvantes às ações de preservação do patrimônio de ‘pedra e cal’ – ao articularem bens móveis representativos de determinados ciclos econômico e região, bens imóveis remanescentes do mesmo contexto (os museus foram instalados em exemplares arquitetônicos considerados sínteses dessa ‘civilização’)

e conjuntos urbanos reconhecidos como patrimônios nacionais pelos mesmos motivos. Essa leitura é importante ao reconhecer as distinções dos museus nacionais vinculados ao SPHAN, centrados no Império e sediados no então Distrito Federal, a exemplo dos herdados (Museu Nacional e Museu Histórico Nacional), e dos que criou a partir de núcleos preliminares: "o Museu Nacional de Belas Artes formou-se a partir do acervo da antiga Academia Imperial de Belas-Artes, e o Museu Imperial teve sua origem associada ao antigo Museu Histórico de Petrópolis, herdando inclusive seu patrimônio" (Julião, 2009, p. 148).

Do mesmo modo, o papel dos museus regionais do SPHAN na preservação dos vestígios da 'civilização material' pode ser visualizado nas justificativas de criação do Museu das Missões, no Rio Grande do Sul (Decreto-Lei n.º 2.077, de 8 de março de 1940). A valorização do 'acervo regional', o combate à dispersão dos bens em decorrência do comércio de antiguidades e o discurso sobre a adequada ocupação dos remanescentes arquitetônicos consistiram nos motivos que transformaram o Museu das Missões em um laboratório para a criação dos museus regionais⁴.

O SPHAN deslocou a política museológica não apenas geograficamente, mas configurou novas coleções e discursos museográficos inovadores, ao promover a musealização de vestígios de uma cultura tida como civilização. Essa leitura pode ser evidenciada, por exemplo, na ideia de 'civilização mineira' e na instituição de uma rede de museus em Minas Gerais:

Criados entre os anos 1930 e 1950, os museus da Inconfidência, do Ouro, do Diamante e Regional de São João Del Rei significativamente distribuíam-se pelas quatro antigas comarcas da Capitania das Minas – Vila Rica, Sabará, Serro do Frio e Rio das Mortes – o que permitia assegurar uma atuação museal a toda extensão geográfico-administrativa da empresa colonial

na sociedade mineradora. Organizados nos principais núcleos urbanos coloniais de Minas, antigas cabeças de comarcas, à exceção de Diamantina, os museus lograram musealizar vestígios de uma cultura concebida como civilização. Eram instituições que resultavam e, ao mesmo tempo, concorriam para a produção de um discurso baseado na premissa de que, na conformação do fenômeno urbano e nos seus desdobramentos culturais, encerrava-se o grande legado das Minas para o país. Celebravam, portanto, uma civilização vista como germinal da brasilidade, e cujo documento mais visível de sua existência eram exatamente as estruturas urbanas sobreviventes dos séculos XVIII e XIX. . . . Que outro meio senão os museus para melhor mostrar uma cultura realizada pelo engenho, técnica e gênio de uma sociedade? . . . Comungando o mesmo propósito de reverenciar a suposta civilização mineira, os museus da Inconfidência, do Ouro, do Diamante e Regional de São João Del Rei circunscrevem uma zona de cruzamento museal, fixada pela semelhança de suas práticas de colecionamento e de suas interpretações do passado mineiro e brasileiro. A despeito das diferenças de porte, da abrangência e do volume específicos de seus acervos ou de terem sido criados em contextos políticos distintos, esses museus não apenas são de natureza semelhante como também conservam fortes ligações de reciprocidade (Julião, 2009, p. 149-151).

Os museus reafirmavam a suposta civilização mineira, reforçando a tese da centralidade de Minas Gerais no desenvolvimento da 'civilização material' brasileira. Essas instituições consistiram em locais de preservação e de promoção dos vestígios dessa 'civilização' e, nesse aspecto, foram estrategicamente criadas nas cidades reconhecidas como patrimônio nacional: Museu da Inconfidência (Decreto-Lei n.º 965, de 20 de dezembro de 1938), em Ouro Preto; Museu do Ouro (Decreto-Lei n.º 7.483, de 23 de abril de 1945), em Sabará; Museu Regional de São João del-Rei, em São João del-Rei; Museu Regional Casa dos Ottoni, no Serro; e Museu do Diamante (Lei n.º 2.200, de 12 de abril de 1954), em Diamantina.

Além de evitar a dispersão de objetos e coleções representativos dessa 'civilização material', contribuindo para a preservação e manutenção desses bens móveis em suas

⁴ O texto "Museus regionais no Brasil: uma experiência" consiste em um rascunho de Rodrigo Melo Franco de Andrade, encontrado em seu arquivo pessoal (Andrade, 1987). Embora o autor não apresente o conceito de museus regionais, a escolha por explicitar os motivos da criação do Museu das Missões, em 1940, reconhece essa iniciativa como a primeira experiência do gênero no âmbito do SPHAN.

regiões de origem, a ideia era de que os museus regionais propiciassem a valorização da 'arquitetura tradicional brasileira' manifesta nos imóveis escolhidos para essa finalidade. Rodrigo Melo Franco de Andrade (1987) sugeriu os museus como formas de ocupação de imóveis tombados e restaurados pelo SPHAN em diversas cidades brasileiras, a fim de "utilizarem obras de arquitetura antiga, restauradas às expensas do poder público federal e incorporadas ao domínio da União, para fins compatíveis com o interesse histórico ou plástico de semelhantes edificações" (Andrade, 1987, p. 160). Nestes casos, é interessante perceber a eleição de prédios cuja história se vinculava à temática dos museus e ao modo como os museus regionais tornaram-se fruto de um investimento pautado em "uma história selecionada numa materialidade que a autenticava, por meio de objetos tanto arquitetônicos quanto móveis" (Chuva, 2009, p. 184).

O Museu da Inconfidência foi concebido como um museu nacional, certamente em virtude da centralidade de Ouro Preto, do barroco mineiro e da Conjuração Mineira na formação discursiva da 'Academia SPHAN' (Velo, 2018). No discurso de inauguração do Museu da Inconfidência, em 11 de agosto de 1944, Rodrigo Melo Franco de Andrade (1987) reconheceu que ele assinalava "o início de uma orientação nova e de relevante significação, adotada pelo governo da União a respeito dos museus nacionais. Deixando de limitar-se a organizar e desenvolver essas instituições federais apenas na capital da República" (Andrade, 1987, p. 165). Essa leitura constituiu exceção no âmbito dos museus criados fora do Distrito Federal nos primeiros anos do SPHAN, visto que as demais instituições foram reconhecidas como regionais, em virtude da diversidade geográfica que abarcava os diferentes ciclos econômicos e da possibilidade das experimentações colecionistas e museográficas pautadas nessa divisão temática.

Lygia Martins Costa (2002) explicita a simbiose entre a temática que sustentou a criação dos primeiros museus regionais e a relação com os ciclos econômicos, além das especificidades entre os museus cuja temática evidenciava o mesmo ciclo. Nessa interpretação, é possível identificar

nos primeiros museus do SPHAN o protagonismo do ciclo da cana-de-açúcar (Museu da Abolição, no Recife); do ciclo do charque/couro (Museu das Missões, em São Miguel das Missões), do ciclo do café (Casa da Hera, em Vassouras), bem como a predominância do ciclo da mineração (Museu do Ouro, em Sabará; Museu do Diamante, em Diamantina; Museu Regional de São João del-Rei, em São João del-Rei; Museu Regional Casa dos Ottoni, no Serro; Museu das Bandeiras, em Goiás). Portanto, essa leitura demonstra como sintetizaram e preservaram os remanescentes da 'civilização material' no Brasil. Reforçando essa argumentação, Letícia Julião (2009) analisa como os museus regionais em Minas Gerais salvaguardaram os exemplares da 'civilização mineira':

Ao se encarregarem da preservação da herança cultural de partes da história das Minas – a extração do ouro, do diamante, o movimento da Inconfidência, a sociedade nos séculos XVIII e XIX – eles funcionam como elementos que se complementam e que concorrem simultaneamente para fixar e potencializar uma mesma imagem do passado. Referenciam todos a mesma matriz histórica, cujo enredo, evocado por meio do repertório fixo de objetos, traduz uma imagem idealizada da sociedade mineradora, na qual predominam a herança da cultura barroca e católica e de um universo estético erudito e materialmente requintado. . . . É notável o predomínio de objetos de arte sacra e de mobiliário, categorias que disputam a primazia sobre as demais. Destacam-se também os utensílios e objetos domésticos – aqui compreendidos os serviços de cozinha e de mesa e equipamentos de trabalho, que avultam, particularmente, no Museu do Diamante. Algumas categorias se distinguem por museu: objetos de iluminação, livros e textos impressos, acessórios de decoração, insígnias, transporte e seus apetrechos e fragmentos construtivos sobressaem no Museu da Inconfidência; objetos pecuniários e armas no Museu do Diamante; objetos de culto e de cerimoniais e fragmentos construtivos no Museu Regional de São João del-Rei. É possível afirmar que os acervos dos quatro museus formam um conjunto que estampa vestígios da civilização mineira, tal como postulava o ideário do SPHAN (Julião, 2009, p. 151).

Os museus regionais contribuíram para reforçar o discurso da salvaguarda e promoção da 'civilização material' mineira, a partir da seleção da cultura material considerada exemplar, que dialogava com o discurso difundido pelo SPHAN em sua política de preservação dos conjuntos

arquitetônicos e urbanísticos. Por meio da mobilização de bens móveis e integrados, foi possível experimentar outras imaginações museais (Chagas, 2003), elegendo os vestígios para a comprovação e tradução da 'civilização' originária dos ciclos do ouro e do diamante⁵. Nesse aspecto, é relevante pensar as classificações que resultaram na eleição dos conjuntos urbanos remanescentes do período colonial em Minas Gerais como síntese do nacional.

Do mesmo modo, torna-se fundamental perceber os critérios da seleção de edifícios (para tombamento, aquisição, restauração e acolhimento de museus), ressaltando o diálogo entre a finalidade anterior do imóvel e o eixo temático do museu e, portanto, visualizar os imóveis como um dos principais acervos musealizados. Por fim, esses elementos sobrepostos indiciam o papel dos museus na emergência de um discurso sobre o patrimônio sustentado na cultura material, especialmente os museus regionais cuja configuração monográfica, a partir dos ciclos econômicos, potencializaram o discurso de 'civilização material' nacional forjado pelo SPHAN.

A CRIAÇÃO DO MUSEU DO DIAMANTE E A IMAGINAÇÃO MUSEAL DE JUSCELINO KUBITSCHKE

No período em que o SPHAN foi dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937-1968), duas foram as principais justificativas apresentadas para a criação dos museus regionais: a necessidade de evitar que o 'acervo

regional' continuasse disperso, em virtude do comércio de antiguidades, e de dar uma destinação para os imóveis tombados de propriedade da União (Andrade, 1987). Os museus regionais, nesse aspecto, extrapolariam a salvaguarda dos bens móveis e integrados, tornando-se uma forma de preservar os imóveis considerados significativos pela narrativa do SPHAN e também de gerar dinamicidade aos conjuntos históricos e arquitetônicos tombados como patrimônio nacional.

Nessa perspectiva, os museus regionais tornaram-se fruto de um projeto de preservação dos vestígios da 'civilização material' brasileira, tendo como referência os diferentes ciclos econômicos, conforme os argumentos apresentados anteriormente. Afonso Arinos de Melo Franco (1936) utilizou a expressão 'resquílios' para compreender a formação do conceito de 'civilização' brasileira. Inicialmente focado nos aspectos psicológicos, a atuação do historiador como membro do Conselho Consultivo do SPHAN contribuiu para uma espécie de transposição do termo para a cultura material, o que confluía com as práticas e com o discurso institucional do órgão preservacionista.

Nesse contexto, se o Museu das Missões constituiu a experiência inaugural de museu regional no âmbito do SPHAN, marcado pela tentativa de preservação dos vestígios da 'civilização jesuítica' no Sul do país, ele se tornou uma exceção, em virtude da necessidade de se construir um prédio para a criação do museu. Embora inspirados na concepção da 'coleção de vestígios' e na

⁵ É importante sublinhar que as análises enfocam os museus e as intenções que guiaram a formação de suas coleções em seus primeiros anos de criação. Isso é importante porque alguns desses museus deixaram de apresentar ou problematizar em suas coleções e museografias os ciclos econômicos que originalmente motivaram a formação de seus territórios, como ocorre com os museus do Ouro e do Diamante. Apesar de, ao longo do tempo, o processo de extração do ouro e do diamante e os contextos dos referidos ciclos perderem o protagonismo nas narrativas museológicas, é necessário compreender que essas temáticas motivaram sua constituição. No Museu do Ouro, além de ter sido criado na antiga Casa de Intendência e Fundação e de grande parte do acervo ter sido produzida em virtude dessa riqueza, documentos atestam que seu acervo era composto por três grandes conjuntos: parte dedicada à reconstituição, por meio de maquetes, dos processos de mineração usados no século XVIII; a coleção de barras de ouro e de joias e ourivesaria do século XVIII; e arte popular, com imagens e objetos recolhidos nas principais regiões auríferas (Julião, 2008). No caso do Museu do Diamante, isso pode ser evidenciado em sua lei de criação que explicita como seus objetivos "recolher, classificar, conservar e expor elementos característicos das jazidas, formações e espécimes de diamante ocorrentes no Brasil, bem como objetos de valor histórico relacionados com a indústria daquela mineração" (Lei n.º 2.200, de 12 de abril de 1954). Do mesmo modo, apesar de o museu não apresentar coleções de diamantes, apresenta "uma gama de objetos relacionados ao trabalho no garimpo. Tema quase sempre banido de nossos museus em geral que é o trabalho" (Oliveira, 2015, p. 69).

preservação dos bens móveis originários da experiência nas Missões, os demais museus regionais criados pelo SPHAN foram criados em prédios adaptados para essa finalidade. Essa constatação é interessante na medida em que os museus também foram concebidos como forma de preservação dos imóveis tombados, ao garantirem uma destinação que sustentaria uma 'coerência' entre continente e conteúdo. Em outras palavras, a justificativa dos tombamentos dos imóveis era mobilizada no intuito de musealizar os edifícios, também entendidos enquanto vestígios da 'civilização material', ou seja, como uma das principais peças do acervo.

Exemplar dessa argumentação é o fato de muitos dos museus regionais serem abrigados em imóveis definidos previamente, como pode ser visualizado no decreto de criação do Museu do Ouro (Decreto-Lei n.º 7.483, de 23 de abril de 1945), quando estabeleceu que o mesmo deveria ser implantado na antiga Casa de Intendência do Ouro, em Sabará. Nesse caso, muitos dos objetos que integraram sua coleção foram adquiridos inspirados na finalidade originária do prédio e, por essa razão, houve prevalência de mobiliário que evidenciasse a configuração da antiga Casa de Intendência do Ouro (Dinnouti, 2009; Almeida, 2018).

Outra experiência impactada por uma leitura similar consistiu no Museu Regional de São João del-Rei, processo resultante de um longo conflito pela preservação do imóvel, a antiga Casa do Comendador João Antônio da Silva Mourão. Não foi por acaso que, após impedir a demolição do imóvel, promover seu tombamento e sua restauração, os técnicos do SPHAN projetaram inicialmente que o museu deveria obedecer às peculiaridades da planta, correspondendo de modo efetivo aos usos originais, ou seja, amparado na apresentação de ambientes familiares, projeto abandonado posteriormente (Flores, 2007).

Lygia Martins Costa (2002) sintetizou essa prática institucional ao afirmar que os museus do SPHAN "seguiram no intuito de se defender um monumento tombado, restaurado e sem utilização determinada ou apropriada e, concomitantemente, bens culturais móveis desprotegidos" (L. Costa, 2002, p. 301). Leitura similar pode ser visualizada em ofício que Rodrigo Melo Franco de Andrade enviou para Sylvio de Vasconcellos, em 29 de março de 1954:

Os próprios edifícios nacionais de valores históricos e artísticos que se acham entregues a esta repartição. . . . são destinados permanentemente à visitação pública, para propagar o conhecimento e a apreciação da arquitetura tradicional brasileira. A DPHAN tem envidado todos os esforços ao seu alcance para instalar nesses imóveis serviços culturais como bibliotecas, arquivos e museus, e os vai sucessivamente abrindo à curiosidade e aos interesses populares (Tavares, 2016, p. 53).

A implantação dos museus regionais pelo SPHAN conciliou a salvaguarda dos imóveis e bens móveis, por meio de uma destinação à visitação pública, visando difundir os conhecimentos daquilo que a instituição reconhecia como a 'arquitetura tradicional brasileira' ou, conforme apresentado, os vestígios da 'civilização material' no Brasil. Na verdade, os museus regionais podem ser concebidos como instrumentos pedagógicos utilizados para a difusão e legitimação do discurso preservacionista forjado pelo SPHAN, transformando-se em tentativa de apaziguar ou solucionar alguns dos conflitos em torno do tombamento dos conjuntos urbanos.

As análises de Letícia Julião (2008) sobre os museus do SPHAN em Minas Gerais corroboram essa ideia. A pesquisadora sublinha que é "curioso observar que a organização desses museus ocorreu como desdobramento de negociações ou mesmo de embates do PHAN⁶ com

⁶ A pesquisadora Julião (2008) utiliza em sua tese a sigla PHAN concebendo-a como matriz das demais: "Entre 1937 e 1946 chamava-se Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPAN); em 1946, passou a denominar-se Diretoria (DPHAN); em 1970, transforma-se em Instituto (IPHAN); em 1979, foi criada a Fundação Pró-Memória, para executar a política do IPHAN; ao longo da década de 1980, muda várias vezes de nome, e hoje é Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em razão das sucessivas mudanças de denominações, optou-se por usar em todo o texto a sigla PHAN – matriz de todas as demais" (Julião, 2008, p. 11).

proprietários, em defesa da preservação de imóveis ameaçados” (Julião, 2008, p. 216). Após elencar as trajetórias do Museu Regional de São João del-Rei, do Ouro e do Diamante, concluiu que “prédios ameaçados de serem demolidos têm sua preservação assegurada ao serem incorporados ao patrimônio da União, o que se dá concomitantemente ao processo de organização dos museus que passam a sediar” (Julião, 2008, p. 217).

Esse debate pode ser visualizado no caso de Diamantina, após o tombamento de parte do seu conjunto arquitetônico e urbanístico pelo SPHAN, em 17 de fevereiro de 1938. No processo de tombamento (n.º 64-T-68 – Arquivo Central do IPHAN), é possível identificar ofícios de diferentes prefeitos de Diamantina endereçados a Rodrigo Melo Franco de Andrade com o intuito de elucidar dúvidas e relatar conflitos decorrentes desta proteção. As principais dúvidas consistiam na possibilidade de serem feitas construções ‘modernas’ e sobre os procedimentos de salvaguarda dos bens, além da solicitação da revisão do perímetro tombado.

Muitos moradores e moradoras de Diamantina não compreendiam o tombamento dos imóveis e a atuação do SPHAN. O exemplo da Casa do Padre Rolim, antiga residência de um dos integrantes da Conjuração Mineira, é emblemático: o proprietário do imóvel se desentendeu com o representante do SPHAN na cidade, em virtude de algumas alterações propostas, fato que resultou na desapropriação e aquisição pela União, em 1943 (Julião, 2008).

Em um primeiro momento, a casa seria destinada à instalação da delegacia regional do PHAN e a uma biblioteca pública, mas acabou por sediar o Museu, originalmente concebido para ocupar uma casa à Rua da Quitanda. A ideia do museu, ao que tudo indica, antecede a incorporação da casa do Padre Rolim à gestão do Patrimônio. Em 1941, o PHAN procedera a um levantamento de objetos pertencentes a colecionadores de Diamantina, de interesse da instituição, dando início ao lento processo de aquisição do acervo museológico (Julião, 2008, pp. 217-218).

Certamente as tensões em torno do tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de Diamantina

contribuíram para a propositura da criação do Museu do Diamante e da Biblioteca Antônio Torres, meios de promover uma destinação aos dois imóveis da União localizados na cidade e, ao mesmo tempo, de efetuar uma espécie de contrapartida aos seus moradores e moradoras, em decorrência das limitações ao direito de propriedade impostas pelo tombamento. Essas são as justificativas do Projeto de Lei n.º 138-E, de 1947, apresentado à Câmara dos Deputados por Juscelino Kubitschek:

Já foram criados museus federais em São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul, assim como em Ouro Preto e em Sabará, estabelecimentos esses que têm prestado valiosos serviços para o fim a que se destinam e, devem, pois, ser multiplicados, sobretudo atendendo-se a despesa modesta. . . . O museu que se visa instituir aproveitará o acervo já notável de obras de arte tradicional reunidas pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional num edifício colonial dos mais genuínos e característicos, subsistentes entre nós, há pouco inteiramente restaurado pela referida repartição. . . . a cidade de Diamantina tem, desde alguns anos, o conjunto arquitetônico de sua área urbana tombado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e, por efeito desse tombamento, a respectiva população sofre restrições no exercício de seu direito de propriedade sobre os edifícios integrados naquele conjunto. O objetivo da medida adotada pelo referido órgão do Ministério da Educação em relação à cidade é preservar o aspecto histórico das construções e dos logradouros subsistentes do legendário Arraial do Tijuco, que constituem efetivamente, pela sua unânime arquitetônica e pelos seus traços peculiares, um monumento nacional de valor inestimável. . . . Mas, se há de fato interesse nacional relevante em que tal conjunto seja preservado, ainda que com prejuízo da liberdade da população no tocante aos respectivos bens, será de justiça estrita que a União favoreça a mesma população com a prestação de serviços culturais de ordem a compensar o mais possível as restrições aos seus direitos individuais impostas em benefício da coletividade brasileira (Kubitschek, 1947, pp. 1-2).

As justificativas apresentadas por Juscelino Kubitschek no projeto de lei recordaram a criação pelo SPHAN do Museu das Missões, do Museu da Inconfidência e do Museu do Ouro, demonstrando a necessidade de se ampliar para outras regiões a difusão de museus e bibliotecas. A citação dos museus contribuiu para legitimar a implementação da preservação dos vestígios da ‘civilização material’ do ciclo do diamante, conforme demonstrado na proposta de Afonso

Arinos de Melo Franco (2005), e, consequentemente, inspiraria a criação de museus referentes a outros ciclos econômicos. No projeto de lei, a Comissão de Educação e Cultura foi representada pelo deputado Jorge Amado, que explicitou essa argumentação em seu parecer:

O projeto do deputado Juscelino Kubitschek é dos mais louváveis pois colocará numa vasta e importante região do interior do Brasil uma biblioteca e um museu especializado que vão concorrer, sem dúvida, para que se amplie o gosto e o interesse pelos estudos históricos, econômicos e artísticos ligados à indústria da mineração de diamantes. Só devemos lastimar que não haja da parte do governo um plano organizado e em execução que levante museus e bibliotecas por todo o país, especialmente os museus especializados e as bibliotecas comunitárias. Onde, por exemplo, o nosso Museu do Café ou o nosso Museu de Africanologia? Existe na Bahia, referente aos estudos de africanologia, o Museu Nina Rodrigues que se deve ao interesse de médicos e estudiosos, mas a verdade é que o grande museu que o assunto comporta não existe e um fabuloso material de estudo está sendo perdido. Onde o Museu do Cacaú, o Museu da Borracha? (Amado, 1947, p. 1).

É provável que os interesses afetivos de Kubitschek em criar em sua cidade natal dois espaços culturais federais mobilizaram a iniciativa, aliados aos interesses do SPHAN e da municipalidade de Diamantina. Isso se evidencia quando inseriu na justificativa as restrições enfrentadas pela população em virtude do tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico, a restauração do imóvel – local que abrigaria o futuro museu – e as coleções de arte reunidas pela instituição. Portanto, as informações no projeto de lei sugerem uma articulação prévia com a direção do SPHAN, no intuito de solucionar os impasses em decorrência da gestão do patrimônio em Diamantina. Definiram, ainda, que o Museu do Diamante seria instalado no imóvel colonial conhecido como Casa de Balcão Muxarabiê, e que a Biblioteca Antônio Torres e a sede da regional do SPHAN seriam instaladas na Casa do Padre José da Silva e Oliveira Rolim, imóveis desapropriados e restaurados pela União.

O fato é que os trâmites do projeto de lei de Kubitschek somente foram concluídos com a promulgação da Lei n.º 2.200, de 12 de abril de 1954, assinada pelo presidente Getúlio Vargas. Apesar de a lei informar onde deveriam ser instalados o Museu do Diamante e a Biblioteca Antônio Torres, na prática, ocorreu uma inversão e a Casa do Padre Rolim tornou-se a sede do museu. De acordo com Oliveira (2015), a escolha da Casa de Balcão Muxarabiê provavelmente se deveu ao fato de algumas das coleções que subsidiaram o museu estarem ali abrigadas⁷, sendo transferidas para a Casa do Padre Rolim em julho de 1954:

Essa mudança de sede do Museu do Diamante ocorrida em 1954 possivelmente pode ser entendida numa linha de defesa do SPHAN na época de fortalecimento da memória de personagens de nobres do período colonial, ou seja, habitava-se a memória do passado como ocupação, nesse caso tornando a casa do mais rico funcionário da coroa no Tijuco que foi a família do inconfidente padre Rolim (Oliveira, 2015, p. 99).

É provável que a mudança da sede do museu esteja relacionada à estreita relação do Padre José da Silva e Oliveira Rolim com a Conjuração Mineira, um dos temas centrais escolhidos pelos intelectuais do SPHAN como mito fundador da nação. O imóvel foi confiscado pela Coroa Portuguesa e colocado em leilão, em virtude do envolvimento do padre com a Conjuração, consistindo em vestígio que dialogaria, inclusive, com a narrativa do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto. Em 1943, por exemplo, a participação de Juscelino Kubitschek foi fundamental para que o imóvel fosse adquirido pelo SPHAN: “Rodrigo Melo Franco de Andrade acaba equacionando a questão fazendo uso de suas relações pessoais e políticas, telefonando a Juscelino e a Capanema, e solicitando interferência no caso” (Gonçalves, 2010, p. 156).

Juscelino Kubitschek contribuiu para que a Casa do Padre Rolim fosse incorporada à União e, posteriormente, transformada em Museu do Diamante. O museu foi

⁷ Segundo Oliveira (2015), quatro coleções particulares integraram a proposta inicial do Museu do Diamante: o Antiquário Cabana de Pai Tomás (aquisição), o acervo da Mitra Arquidiocesana (empréstimo), o Museu Vicente Torres (doação) e a Coleção Fabrino Baião (aquisição).

inaugurado em 1954 e, um ano depois, Kubitschek seria eleito presidente da República. Em correspondência a Rodrigo Melo Franco de Andrade, datada de 23 de fevereiro de 1956, o monsenhor José Pedro Costa, então diretor do museu, traduziu algumas das narrativas que sintetizaram sua criação:

A história de Minas está ligada ao ciclo do ouro e das pedras preciosas. Se pelo ouro explicamos o florescimento da própria civilização ocidental, pela sua fase de industrialização, pela paixão das pedras preciosas compreendemos a formação da capitania, cujo território foi desvirginado pelos aventureiros. Quanto a diamante propriamente dito, sabemos sobre que influência social teve ele nas Minas Gerais, formando um tipo próprio de civilização e criando, inclusive, figuras de curiosa substância humana, como Chica da Silva. Era realmente indispensável um Museu do Diamante, para acolher marcos e vestígios de um dos mais fascinantes capítulos da história mineira. . . . Poucas cidades podem orgulhar-se de possuir um povo tão amante do seu passado. E por isso mesmo pode dar ao país um presidente que tão bem representou as virtudes características dos mineiros (Oliveira, 2015, pp. 114-115).

Os relatos do diretor do museu evidenciam a importância do ciclo do diamante para a construção de um 'tipo próprio de civilização' e do Museu do Diamante como abrigo para os vestígios dessa 'civilização' material. Do mesmo modo, sugerem que Juscelino Kubitschek seria representante dessa cultura construída em torno das pedras preciosas. Isso é interessante ao se observar que, devido às relações afetivas com a terra natal e às diferentes posições políticas ocupadas ao longo do tombamento do imóvel, da criação e implementação do museu (prefeito de Belo Horizonte, deputado federal, governador de Minas Gerais e presidente da República), Kubitschek foi constantemente acionado pelos agentes do campo do patrimônio nas causas relacionadas à sua cidade natal⁸. Segundo Luiz Gonzaga dos Santos (1963), apesar das

restrições impostas pelo tombamento que "tiravam um pouco o seu progresso", Diamantina também obteve benefícios: "em compensação acabou a dor de cabeça dos católicos para efetuarem os consertos de que tanto necessitavam as nossas igrejas, algumas ainda do tempo do Tijuco" (L. Santos, 1963, p. 78). Nesse contexto de transformações, concluiu como fundamental a atuação de Kubitschek: "a política estava forte e trazendo grandes vantagens para Diamantina, pois começava a elevar-se nosso conterrâneo e grande amigo de sua terra natal, o então deputado Juscelino Kubitschek de Oliveira", destacando que a cidade "começou a progredir assustadoramente e obtinha tudo com facilidade" (L. Santos, 1963, p. 78).

Em vários momentos, o então deputado Juscelino Kubitschek destacou que seu interesse pela preservação de Diamantina não constituía um ato de bairrismo. Na justificativa do projeto de lei de criação do Museu do Diamante, por exemplo, ele sublinhou que a escolha da cidade "não foi inspirada por sentimento de bairrismo, nem mesmo representa um preito de veneração. . . . Se impôs pela própria existência de acervos preciosos de obras de arte e de interesse histórico" (Kubitschek, 1947, p. 2).

O fato é que a patrimonialização de Diamantina e a criação do Museu do Diamante propiciaram a configuração de uma imaginação museal singular na trajetória de Juscelino Kubitschek (Chagas, 2003). Essa conclusão se dá em virtude da percepção de que o Museu do Diamante confluía com as experimentações realizadas pelo SPHAN no âmbito dos museus regionais, em um diálogo explícito com a imaginação museal de Rodrigo Melo Franco de Andrade (L. Costa, 2002). A criação de um museu regional em Diamantina tornou-se um objetivo comum aos dois intelectuais, a ponto de Kubitschek, como deputado federal, propor o projeto que chancelava a configuração

⁸ Em diversos momentos, os moradores e moradoras de Diamantina recorreram a Juscelino Kubitschek para intervir sobre as questões do patrimônio em sua cidade natal. Assim como nos processos de tombamento da Casa do Padre Rolim e de criação do Museu do Diamante e da Biblioteca Antônio Torres, Kubitschek foi acionado, por exemplo, pela moradora Maria Conceição Costa, para que intermediasse com o SPHAN a restauração de sua residência, em 1956 (M. Costa, 1956), e por representantes de instituições como a Arquidiocese de Diamantina, para apoiar o destombamento de um trecho do conjunto arquitetônico e urbanístico, em 1959 (Vasconcellos, 1959).

de museus calcada na 'civilização material' e nos ciclos econômicos, respaldado na proposta feita pelo SPHAN.

Perceber o Museu do Diamante como uma exceção na imaginação museal de Juscelino Kubitschek é relevante quando se contrasta com iniciativas museais e patrimoniais anteriores, no período em que foi prefeito de Belo Horizonte (1940-1946). Em 1943, durante a sua gestão na prefeitura, Kubitschek criou o Museu Histórico de Belo Horizonte (atual Museu Histórico Abílio Barreto), concebendo-o em conjunto com o historiador Abílio Barreto. Para tanto, mantiveram estreito diálogo com Rodrigo Melo Franco de Andrade e os técnicos do SPHAN, embora apresentassem uma perspectiva diferente.

No caso do Museu Histórico de Belo Horizonte, apesar do SPHAN ter restaurado o prédio da antiga Fazenda do Leitão (fazenda remanescente do Arraial do Curral del Rey, povoação mineradora do século XVIII) e orientado a sua concepção museológica, houve uma discordância no que diz respeito à narrativa apresentada. Kubitschek (1976) reconheceu que a restauração e a sua transformação em museu consistiram em uma forma de evitar sua demolição. Para tanto, solicitou a Rodrigo Melo Franco de Andrade a restauração e o tombamento do imóvel, que ocorreu em 1951⁹:

Quando os engenheiros me falaram da necessidade de se demolir a Fazenda Velha, fiquei preocupado. Na mesma hora telefonei a Rodrigo Melo Franco de Andrade, responsável pela Diretoria do Patrimônio Histórico Nacional, solicitando-lhe que viesse a Belo Horizonte. Uma semana mais tarde expliquei-lhe o problema, manifestando minha apreensão de que, no futuro, outro prefeito pudesse sacrificar a Fazenda Velha. Rodrigo Melo tranquilizou-me. "Não se preocupe. Vou providenciar imediatamente o

tombamento do imóvel". Enquanto se processava no Rio o tombamento, procurei restaurar a fazenda. Não só restaurá-la, mas proporcionar-lhe a perspectiva a que fazia jus, em face de sua importância histórica. Desapropriei a área circundante, de forma a deixá-la isolada, no centro de um parque. Quanto à Fazenda Velha, em si, mandei restaurá-la, devolvendo-lhe a característica novecentista, com o assoalho em diversos níveis, os moirões à mostra nas paredes e o forro de telha vã em algumas de suas peças. Em seguida, assinei um decreto, convertendo-a em museu (Kubitschek, 1976, p. 53).

Embora pareça similar à experiência do Museu do Diamante, ao observar o tombamento e a restauração de um imóvel em uma fazenda remanescente do ciclo da mineração e a criação de um museu nas dependências do velho casarão construído em 1883, a experiência do Museu Histórico de Belo Horizonte apontou para uma outra concepção de patrimônio que incluía fatos recentes da nova capital mineira e, portanto, inseria na narrativa museológica objetos que destoariam da temporalidade acionada pela fazenda e pelo imóvel. Desse modo, a imaginação museal acionada no Museu Histórico de Belo Horizonte extrapolava a preservação de elementos exclusivos do período colonial, ao valorizar a cultura material¹⁰ relacionada à construção de Belo Horizonte: "Juscelino Kubitschek, ao absorver a metodologia estado-novista de preservação, também criava seus próprios critérios na valorização da memória da cidade. . . . conciliou a memória belo-horizontina com o ideário de progresso e modernidade" (Cedro, 2007, pp. 140-141).

É necessário destacar que Juscelino Kubitschek foi constantemente mobilizado para promover agenciamentos no campo dos museus e patrimônios,

⁹ O sobrado construído na Fazenda Velha do Córrego do Leitão foi tombado pelo SPHAN em 29 de março de 1951, conforme atesta ofício de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Neste documento, existe a seguinte anotação manuscrita de Carlos Drummond de Andrade, chefe da Seção de História: "Inscrito sob o n.º 282, a fls. 48, do Livro do Tombo Histórico, nesta data. Em 29. III. 1951. C. Drummond. Chefe da S. H." (Andrade, 1951, p. 1).

¹⁰ Aqui, refiro-me à cultura material que integra a coleção do Museu Histórico de Belo Horizonte e à inserção das memórias do tempo presente na exposição museológica juntamente com objetos remanescentes do Arraial de Curral Del Rey. Desde as primeiras tentativas de implantação do museu, matérias de jornal destacaram a intenção de apresentar um discurso linear que contemplasse a trajetória do território que deu lugar à nova capital, do arraial até a contemporaneidade, além de informações de todo o Estado: "Conterá tudo que possa interessar ao visitante. Coisas do Curral Del Rey, da Cidade de Minas, de Bello Horizonte, Coisas de todo o Estado" (Um museu..., 1937, p. 1).

especialmente em sua cidade natal, integrando a rede de sociabilidade do SPHAN durante o Estado Novo, nos termos apresentados por Raul Amaro Lanari (2010). O pesquisador atesta esse argumento ao analisar os documentos sobre a publicação da obra "Arraial do Tijuco: cidade Diamantina", do diamantinense Aires da Mata Machado (1945), escolhida como décimo segundo volume da série Publicações do SPHAN. Ao explicitar uma das correspondências que Aires Machado enviou a Rodrigo Melo Franco de Andrade, destacou que "Juscelino Kubitschek ficou interessadíssimo por uma nova edição, para ampliar, ainda mais, a propaganda da sua. . . cidade natal. Espontaneamente, ofereceu-se para ajudar na consecução desse objetivo" (Lanari, 2010, p. 89).

No caso de Diamantina, observa-se que a imaginação museal difundida pelo Museu do Diamante, que confluía com a dos demais museus regionais criados pelo SPHAN, se configurou em um contexto de realização de projetos modernistas na cidade, exigindo a conciliação e a atualização dos critérios para a valorização do conjunto arquitetônico e urbanístico. Segundo Cristiane Souza Gonçalves (2010), "talvez como contrapeso a todos esses dilemas – de estar em face dos pressupostos da preservação, e em pleno contexto político 'desenvolvimentista' – o SPHAN aprovaria alguns projetos modernos para o contexto tombado de Diamantina" (Gonçalves, 2010, p. 158). Nessa leitura, a cidade se tornou palco para experimentações modernistas e para a visualização das contradições no campo do patrimônio, a exemplo dos projetos de Oscar Niemeyer:

A atuação de Oscar Niemeyer em Diamantina está intimamente conectada à figura de Juscelino Kubitschek. . . . Em Diamantina JK solicitou a Niemeyer que desenvolvesse os seguintes projetos: uma sede social para a Praça de Esportes já existente; um hotel – denominado Hotel Tijuco, em referência ao antigo arraial – para que se fomentasse, assim como em Ouro Preto, o turismo na região; uma escola pública primária que levaria o nome de sua mãe, a ex-professora Júlia Kubitschek. Além dessas obras, Niemeyer teria projetado, em 1951, a Estação do Aeroporto, nunca construído (Gonçalves, 2010, p. 168).

A criação do Museu do Diamante e a realização de obras modernistas, muitas delas na área tombada pelo SPHAN, consistiram em projetos de intervenção no campo do patrimônio que explicitam tensões e conciliações no âmbito da imaginação museal de Juscelino Kubitschek e de sua concepção preservacionista, nas interfaces entre os repertórios forjados entre a 'arquitetura tradicional' e a 'arquitetura moderna'. No caso do Museu do Diamante, embora os documentos demonstrem que Juscelino teve participação determinante em sua criação, é possível inferir que ele não teve a mesma atuação nos debates sobre o modo como a instituição apresentaria sua narrativa, especialmente se for considerado o intervalo de sete anos entre a sua propositura e a efetiva criação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Museu do Diamante integrou um amplo projeto do SPHAN no intuito de evitar a dispersão dos objetos e propiciar uma destinação para os imóveis tombados no âmbito das cidades cujos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos foram considerados significativos para o projeto de salvaguarda da 'civilização material' no Brasil.

As articulações em torno da concepção e da organização dos chamados museus regionais evidenciam uma imaginação museal singular e, ao mesmo tempo, as escolhas políticas referentes às classificações, seleções e disposições das narrativas concernentes ao patrimônio nacional. As ambiguidades apresentadas a partir da relação entre nacional e regional foram o mote para a visualização dos museus enquanto um espaço de poder em que se consolidavam e difundiam determinados projetos de nação, como um dos lugares privilegiados na disputa por projetos de futuro.

Nesse aspecto, é relevante destacar os cruzamentos entre as trajetórias de Juscelino Kubitschek e Rodrigo Melo Franco de Andrade que, apesar de terem concepções distintas sobre a narrativa dos museus, estiveram profundamente associados à criação do Museu do Diamante e à preservação de uma determinada memória sobre Diamantina. Do mesmo modo, demonstra a

necessidade de uma análise mais aprofundada dessas relações com o intuito de perceber “as contradições que permeavam a conduta pioneira do órgão federal de preservação, e os paradoxos de um projeto que surgiu e que se constituía atrelado à própria experiência política então vigente” (Gonçalves, 2010, p. 189).

As reflexões recuperam itinerários no campo dos museus e do patrimônio no Brasil, na primeira metade do século XX, que evidenciam aspectos da imaginação museal de Juscelino Kubitschek de Oliveira em confluência com o projeto do SPHAN em suas primeiras décadas de atuação. Esse exercício investigativo possibilitou compreender diferentes dramaturgias da memória, reconhecendo “como determinados intelectuais oriundos de áreas de conhecimento distintas da Museologia pensam e operacionalizam o que pensam (quando a operacionalização acontece) no campo dos museus e da Museologia” (Chagas, 2015, p. 24). Para tanto, resta evidenciar a necessidade de realização de análises aprofundadas sobre os aspectos que permearam a criação de outros museus regionais, a sua relação com a rede de museus do SPHAN e o modo como propiciaram a extroversão de um projeto de nação calçado em vestígios de uma ‘civilização material’ oriunda de distintos ciclos econômicos.

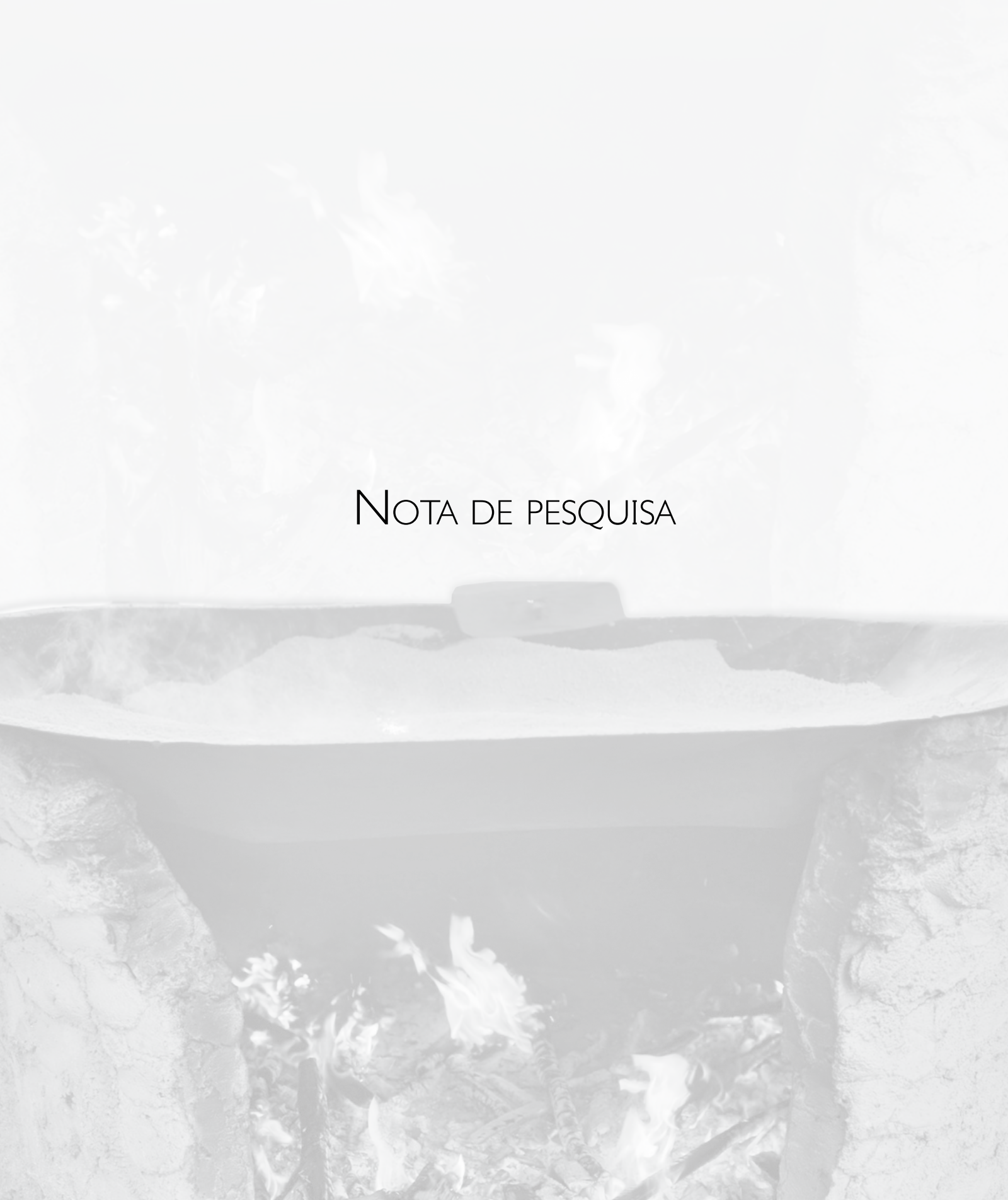
AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa foi financiada por meio de bolsa de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

REFERÊNCIAS

- Almeida, I. M. O. (2018). *Museu do Ouro: “um museu pobre quase franciscano”* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília].
- Amado, J. (1947, julho 21). *Parecer da Comissão de Educação e Cultura*. Projeto de Lei n.º 138-E. Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados, Brasília.
- Andrade, R. M. F. (1941, setembro 17). *Carta a João Brandão Costa*. Processo de tombamento n.º. 64-T-68. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.
- Andrade, R. M. F. (1951, março 29). *Ofício enviado à Seção de História do SPHAN*. Série Inventário, I.MG-0009.01. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.
- Andrade, R. M. F. (1987). *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Ministério da Cultura/Fundação Pró-Memória.
- Andrade, R. M. F. (2005). Prefácio. In A. A. M. Franco (Org.). *O desenvolvimento da civilização material no Brasil* (3 ed.) (pp. 19-20). TopBooks; Academia Brasileira de Letras.
- Bourdieu, P. (1998). *O poder simbólico* (2. ed.). Bertrand Brasil.
- Carvalho, J. M. (2005). Prefácio. In A. A. M. Franco (Org.). *O desenvolvimento da civilização material no Brasil* (3 ed.) (pp. 9-16). TopBooks; Academia Brasileira de Letras.
- Cedro, M. (2007). A administração JK em Belo Horizonte e o diálogo com as artes plásticas e a memória: Um laboratório para sua ação nos anos 1950 e 1960. *ArtCultura*, 9(14), 127-142.
- Chagas, M. (2003). *Imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro* [Tese de doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro].
- Chagas, M. (2005). Pesquisa museológica. *MAST Colloquia*, 7, 51-64.
- Chagas, M. (2015). *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade* (2. ed.). Argos.
- Chagas, M. (2017). Museus e patrimônios: por uma poética e uma política decolonial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 35, 121-137. http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf
- Chuva, M. R. R. (2009). *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 e 1940)*. Editora UFRJ.
- Costa, L. M. (2002). *De museologia, arte e políticas de patrimônio*. IPHAN.
- Costa, M. C. (1956, outubro 18). *Carta a Juscelino Kubitschek de Oliveira*. Petição 3.º Distrito DPHAN. Centro de Documentação e Informação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Belo Horizonte.
- Decreto-Lei n.º 25. (1937, novembro 30). Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf
- Decreto-Lei n.º 965. (1938, dezembro 20). Cria o Museu da Inconfidência, na cidade de Ouro Preto, e dá outras providências. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-965-20-dezembro-1938-347898-publicacaooriginal-1-pe.html>

- Decreto-Lei n.º 2.077. (1940, março 8). Cria, em São Miguel, município de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul, o Museu das Missões. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2077-8-marco-1940-412119-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Decreto-Lei n.º 7.483. (1945, abril 23). Cria o Museu do Ouro. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7483-23-abril-1945-452162-publicacaooriginal-1-pe.html#>
- Dinnouti, T. H. (2009). *Museu do Ouro: a formação de um patrimônio como mediador da identidade nacional* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais].
- Flores, R. J. C. (2007). *São João del-Rei: tensões e conflitos na articulação entre o passado e o progresso* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo].
- Fonseca, M. C. L. (2005). *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil* (2 ed.). IPHAN.
- Franco, A. A. M. (1936). *Conceito de civilização brasileira*. Companhia Editora Nacional.
- Franco, A. A. M. (1958). *Síntese de história econômica do Brasil*. Editora da Universidade da Bahia; Livraria Progresso Editora.
- Franco, A. A. M. (2005). *O desenvolvimento da civilização material no Brasil* (3. ed.). TopBooks; Academia Brasileira de Letras.
- Gonçalves, C. S. (2010). *Experimentações em Diamantina: um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado 1938-1967* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo].
- Julião, L. (2008). *Enredos museais e intrigas da nacionalidade: museus e identidade nacional no Brasil* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais].
- Julião, L. (2009). O SPHAN e a cultura museológica no Brasil. *Estudos Históricos*, 22(43), 141-161. <https://doi.org/10.1590/S0103-21862009000100008>
- Kubitschek, J. (1947, maio 2). *Justificação*. Projeto de Lei n. 138-E. Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados, Brasília.
- Kubitschek, J. (1976). *A escalada política*. Bloch.
- Lanari, R. A. O. (2010). *O patrimônio por escrito: a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo (1937-1945)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais].
- Lei n.º 2.200. (1954, abril 12). Cria, em Diamantina, Estado de Minas Gerais, o Museu do Diamante e a Biblioteca Antônio Torres, e dá outras providências. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2200-12-abril-1954-361621-publicacaooriginal-1-pl.html>
- Machado, A. M. (1945). *Arraial do Tijuco: cidade Diamantina* (Publicações do SPHAN, n. 12). Ministério da Educação e Saúde.
- Oliveira, L. (2015). *Antiquários, coleções particulares e religiosa na origem da instituição do Museu do Diamante, Diamantina, MG* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha].
- Projeto de Lei n. 138-E. (1947, maio 2). Cria, em Diamantina, estado de Minas Gerais, o Museu do Diamante e a Biblioteca Antônio Torres. Câmara dos Deputados.
- Ribeiro, R. O. (2013). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: textos de História da Arte engajados na política de preservação no Brasil* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas].
- Santos, L. G. (1963). *Memórias de um carpinteiro*. Editora Bernardo Álvares.
- Santos, M. V. M. (1996). Nasce a Academia SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 24, 77-95.
- Tavares, D. P. (2016). *“É esse conjunto que importa preservar, no seu todo”: negociação e conflito na implantação de uma política de preservação patrimonial em Minas Gerais (1937-1967)* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais].
- Teixeira, L. S. (2011). O patrimônio como produção de presença na escrita histórica de Afonso Arinos. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo.
- Thompson, A., Leal, C. F. B., Sorgine, J., & Teixeira, L. S. (2012). História e civilização material na Revista do Patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, (34), 167-197.
- Um museu na Prefeitura para guardar as relíquias da capital mineira. (1937, novembro 26). [Jornal não identificado], p. 1.
- Vasconcellos, S. (1959, março 31). *Ofício a Rodrigo Melo Franco de Andrade*. Processo de tombamento n.º. 64-T-68. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.
- Veloso, M. (2018). *O tecido do tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia SPHAN – a relação entre modernismo e barroco*. Editora da UnB.

A grayscale photograph of a traditional stone oven. The oven is built from rough-hewn stones and has a wide, arched opening. Inside the oven, a fire is burning brightly, with flames and smoke visible. The background is a plain, light-colored wall.

NOTA DE PESQUISA

Registros rupestres na região central do estado de São Paulo: o Abrigo do Alvo, Analândia, São Paulo, Brasil

Rock art in the central region of the state of São Paulo: the Alvo Rockshelter, Analândia, São Paulo, Brazil

Marília Perazzo Valadares Amaral^I  | Daniela Cisneiros^{II}  | Astolfo Gomes de Mello Araujo^I 

^IUniversidade de São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, São Paulo, Brasil

^{II}Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco, Brasil

Resumo: O Abrigo do Alvo, localizado no município de Analândia, São Paulo, apresenta registros rupestres, em sua maior parte compostos por gravuras, sobre substrato rochoso arenítico da Formação Botucatu. O abrigo foi originalmente registrado nos anos 1980 e, em 2012, novas intervenções foram realizadas no sítio, incluindo escavações e datações que inserem a ocupação mais antiga por volta de 7.500 anos cal AP. Neste artigo, apresenta-se uma análise detalhada dos registros rupestres localizados no Abrigo do Alvo, compostos majoritariamente por tridígitos, apresentando também linhas horizontais, linhas entrecruzadas, asteriscos, cúpulas e figuras circulares. É abordado também o panorama geral do estado de conservação dos grafismos rupestres.

Palavras-chave: Registros rupestres. Abrigo do Alvo. São Paulo.

Abstract: The Alvo rockshelter, located in the municipality of Analândia, São Paulo, presents rock art mostly composed of engravings on a sandstone substrate of the Botucatu Formation. The shelter was originally registered in the 1980s and in 2012 new interventions were carried out at the site, including excavations and datings that put the oldest age of human occupation around 7,500 years cal AP. This study presents a detailed analysis of the rock art located in the Alvo rockshelter, which is composed mostly of tridigits, also presenting horizontal lines, crossed lines, asterisks, cupules, and circular figures. A general overview of the state of conservation of the rock art is also addressed.

Keywords: Rock art. Alvo rockshelter. São Paulo.

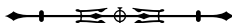
Amaral, M. P. V., Cisneiros, D., & Araujo, A. G. M. (2022). Registros rupestres na região central do estado de São Paulo: o Abrigo do Alvo, Analândia, São Paulo, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 17(2), e20210001. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0001

Autora para correspondência: Marília Perazzo Valadares Amaral. Universidade de São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia. Av. Prof. Almeida Prado, 1466, s/n – Cidade Universitária. São Paulo, SP, Brasil. CEP 05508-070 (mariliaperazzo@hotmail.com).

Recebido em 21/01/2021

Aprovado em 09/12/2021

Responsabilidade editorial: Fernando Ozório de Almeida



INTRODUÇÃO

Os sítios com registros rupestres aparecem em toda extensão geográfica brasileira, tendo sua maior expressão nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. A intensidade das pesquisas e o investimento em projetos que tenham como fio condutor a identificação dos registros gráficos podem ser um dos fatores por trás da grande quantidade de sítios com pinturas e gravuras rupestres em determinadas áreas do território brasileiro.

O estado de São Paulo, *a priori*, não se apresenta como uma área potencial de sítios com registros rupestres. A base de dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) registra, atualmente, para o estado 1.198 sítios arqueológicos, entre sítios históricos e pré-históricos, entre os quais apenas 16 sítios¹ possuem registros rupestres. Alberto (2014) apresentou, em sua dissertação de mestrado, uma compilação exaustiva dos dados sobre São Paulo, com base nos estudos de Collet (1982, 1986, 1994), Caldarelli (1983), Kunzli (1991), Prous (1992), Zanettini Arqueologia (2005, 2007), Zanettini Arqueologia e IPHAN (2010), Azevedo (2006) e S. Araujo (2006).

Alberto (2014) também estabeleceu um novo panorama para o estado de São Paulo, agora composto por 25 sítios com registros rupestres, dos quais apenas dez foram prospectados no decorrer de sua pesquisa, sendo os demais citados por meio de bibliografia e documentação referencial.

O levantamento preliminar realizado, até o momento, aponta para áreas de grande potencial arqueológico no que concerne aos sítios de registros rupestres já identificados. Em face a esse cenário, estão sendo realizadas pesquisas² com o objetivo de caracterizar

e documentar os sítios com registros rupestres no estado de São Paulo.

Até recentemente, o único abrigo com registros rupestres estudado e escavado intensivamente por uma equipe de arqueólogos profissionais foi o Abrigo Sarandi, no município de Guareí, São Paulo, sob a coordenação de Solange Caldarelli, no início da década de 1980 (Caldarelli, 1983). Todos os demais casos de escavação em sítios e abrigos no território paulista se relacionavam a intervenções realizadas por grupos de espeleólogos ou arqueólogos amadores que, questões metodológicas à parte, geralmente não dispunham de recursos para datação.

A partir de 2011, a equipe do LEVOC-MAE/USP começou a reverter esse quadro, investindo em prospecções e escavações arqueológicas em abrigos em território paulista. Nesse cenário, um dos sítios escolhidos foi o Abrigo do Alvo, localizado no município de Analândia, São Paulo (Figura 1).

ASPECTOS GERAIS

O Abrigo do Alvo está localizado no município de Analândia, estado de São Paulo, em uma cota altimétrica de 950 m, sob as coordenadas UTM 23K E 229263/ N 7559312, inserido na bacia do rio Corumbataí, afluente do rio Piracicaba, que, por sua vez, é um dos principais tributários do rio Tietê. A geologia local é composta por depósitos juro-cretácicos da Bacia do Paraná, mais especificamente arenitos da Formação Botucatu e basaltos da Formação Serra Geral (Perrotta et al., 2005). Geomorfologicamente, o local está situado na base da escarpa que define o limite da Depressão Periférica Paulista e o Planalto Ocidental Paulista (Ross & Moroz, 1996).

¹ Sítios cadastrados e seus respectivos códigos: Abrigo de Itapeva, Itapeva - SP01050; Toca da Paineira, Bragança Paulista - SP01059; Toca do Faria, São Manuel - SP01278; Serrito II, São Manuel - SP01401; Narandiba, Narandiba - SP00758; Abrigo da Bocaina, Analândia - SP00435; Abrigo do Alvo, Analândia - SP00438; Abrigo da Santa, Analândia - SP00439; Abrigo do Roncador, Analândia - SP00437; Abrigo do Catingueiro, Serra Azul - SP00409; Santo Antônio, Serra Azul - SP00413; Abrigo das Furnas, Cajuru - SP00165; Abrigo Santo Urbano, Corumbataí - SP00169; Casa de Pedra, Itararé - SP00293; Oficina Lítica Itambé, Altinópolis - SP00111; Boa Esperança II, Boa Esperança do Sul - SP01105.

² Pesquisas realizadas no âmbito do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisas em Evolução, Cultura e Meio Ambiente (LEVOC), do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP).

Dado o caráter pioneiro de suas pesquisas, foram possíveis a descoberta de vários sítios abrigados e algumas intervenções arqueológicas entre as décadas de 1980 e 1990.

Apesar do caráter amador dos trabalhos, é certo que Collet se preocupava não só com a preservação do patrimônio espeleológico e arqueológico, mas também com a publicação de seus trabalhos. Não obstante o caráter restrito e a pequena circulação das publicações, deve-se a Collet uma série de informações que puderam ser conferidas e trabalhadas com mais profundidade por outros pesquisadores. Tal é o caso do Abrigo Sarandi (Caldarelli, 1983), dos sambaquis fluviais do Médio Ribeira (Figuti et al., 2013) ou do Abrigo Maximiano, em Iporanga, trabalhado pelo LEVOC-MAE/USP, ainda em estudo.

O caso do Abrigo do Alvo é emblemático porque Collet se dedicou a uma atividade tão necessária quanto arriscada, a saber, a tentativa de consolidação de gravuras por meio da aplicação de uma resina termoplástica sintética - *Rhodopas* 012D.

Visando preservar o sítio e garantir a longevidade dos grafismos rupestres, Collet solicitou ao Exército que deixasse de usar o maciço rochoso próximo ao abrigo como alvo de exercícios militares de artilharia, o que, aliás, deu nome ao sítio arqueológico. A solicitação foi fundamentada no fato de a área utilizada para os exercícios militares estar localizada a menos de 150 m do Abrigo do Alvo, e em seu prolongamento, motivo pelo qual os explosivos utilizados nas atividades militares caíam, muitas vezes, na área do sítio, podendo fragilizar o suporte e destruir as gravuras rupestres. O requerimento efetuado pelo espeleólogo foi deferido e o Abrigo do Alvo, preservado (Collet, 1986).

AS INTERVENÇÕES REALIZADAS PELO LEVOC-MAE/USP

Na escavação realizada em 2012, no Abrigo do Alvo, foi observado que ele estava bastante preservado. Nessa campanha, foi possível constatar que as intervenções anteriores parecem ter sido de pequena monta. O piso

do abrigo se mostrava sem evidências de escavações feitas por curiosos ou caçadores de tesouro. Entrevistas com os proprietários (comunicação pessoal, 15 jul. 2012) da fazenda revelaram que as únicas atividades realizadas no sítio foram os trabalhos de Collet e sua equipe.

Pôde-se também constatar, em relação às observações sobre o ambiente, que a vegetação se encontra preservada, tendo atingido maior porte desde a visita de Collet. Não foi observada ocorrência de insolação direta sobre o paredão com gravuras rupestres durante a permanência da equipe do LEVOC-MAE/USP.

Em termos de intervenções de subsuperfície, foram inicialmente realizadas tradagens manuais para testar a profundidade do sítio, porém percebeu-se que eventuais blocos desprendidos do teto poderiam ser confundidos com o fundo do abrigo. Assim, optou-se por abrir duas quadrículas de 1 m², denominadas E10 e G12.

A quadrícula E10 foi escolhida por sua proximidade ao suporte rochoso, o que eventualmente poderia significar a possibilidade de datar fragmentos desprendidos do painel e caídos sobre o solo, permitindo, assim, que fosse estabelecida uma idade mínima para a execução das gravuras.

Já a quadrícula G12 foi escolhida por estar em área plana e bem iluminada. Os dados obtidos pelas quadrículas E10 e G12 sugeriram que a maior espessura de sedimentos ocorreria em direção à boca do abrigo. Para testar essa hipótese, abriu-se uma terceira quadrícula, denominada J12, no limite da linha abrigada. Com efeito, essa quadrícula mostrou-se bem mais profunda, com 60 cm de sedimento. Com o término da escavação de G12, que chegou ao piso arenítico, abriu-se mais duas quadrículas em linha denominadas H12 e I12, ligando, portanto, G12 a J12. Com isso, obteve-se uma trincheira que cortou o abrigo de sua porção central até a linha de goteira (Figura 2).

Na quadrícula E10, a menos profunda, foram observadas algumas gravuras lineares sobre a rocha do embasamento, a menos de 10 cm de profundidade. Decidiu-se, então, abrir mais uma quadrícula próxima ao

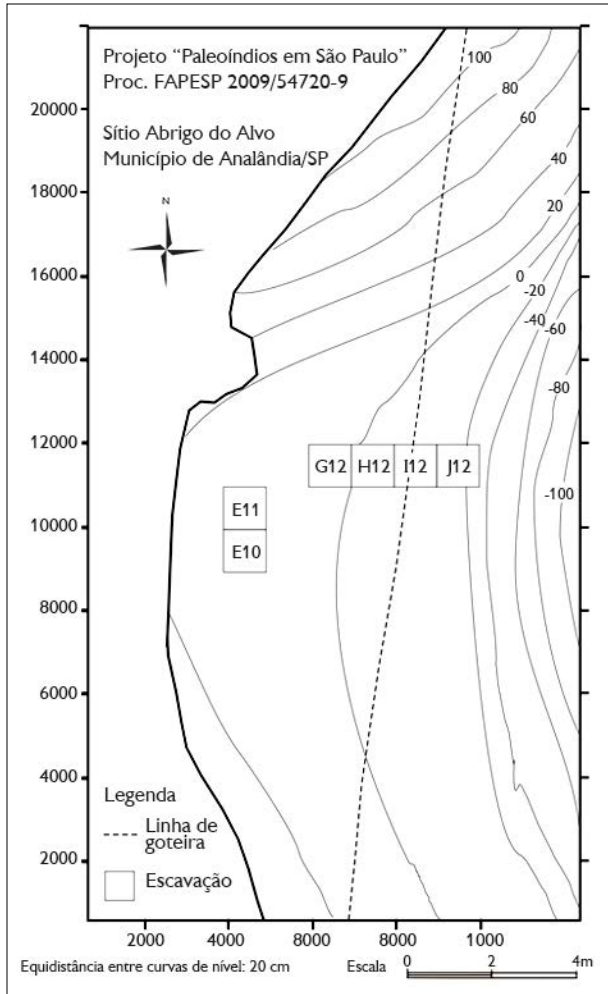


Figura 2. Planta do Abrigo do Alvo. Mapa: Astolfo Araujo (2018).

paredão, denominada E11, contígua a E10, com o objetivo de checar se existiriam mais evidências de gravuras no piso do abrigo. Porém, nessa escavação não se verificou evidência de gravuras. A Figura 3 apresenta um perfil do abrigo com as profundidades alcançadas.

Durante as escavações, foram coletadas amostras de sedimentos para análises geoquímicas e de microartefatos, além de restos faunísticos. Os vestígios líticos lascados, compostos por lascas utilizadas sem a presença de artefatos formais, foram estudados por Correa (2017). Duas amostras de carvão foram datadas, uma proveniente da quadrícula E11 e outra da J12 (Tabela 1).

Tais idades colocam a ocupação mais antiga do abrigo por volta de 7500 anos cal AP, segundo a amostra 309, coletada na parte mais profunda da quadrícula J12, próxima à base rochosa.

É importante ressaltar que não foi possível efetuar correlações diretas entre as datações obtidas para o sítio e os registros rupestres, visto que, no decorrer das escavações, não foram identificados vestígios arqueológicos que permitissem tais associações.

MÉTODO

Para a análise das gravuras rupestres, o Abrigo do Alvo foi dividido em dois setores, denominados de Abrigos Norte e Sul. O Abrigo Norte, de dimensões de 19,5 m de comprimento por 10 m de largura e aproximadamente 10 m de altura, está voltado para nordeste, com orientação noroeste-sudeste. Foram identificadas nesse abrigo predominantemente gravuras rupestres, observando-se apenas uma figura pintada (Figura 4A). O Abrigo Sul, de menor dimensão, com 9 m de comprimento por 9 m de largura e aproximadamente 8 m de altura, está voltado para leste, com orientação norte-sul. Neste abrigo, observou-se a presença de um conjunto de pinturas rupestres caracterizado por linhas paralelas verticais (Figura 4B).

Os estudos acerca das pinturas e gravuras rupestres podem ser realizados com base em posturas teórico-metodológicas distintas, as quais buscam respostas diferentes às mensagens que as referidas composições gráficas executadas por sociedades pré-históricas proporcionam. Na literatura arqueológica, observam-se diversos ‘pensamentos rupestres’ que representam diferentes visões e entendimentos existentes sobre a conceituação e a interpretação dos registros rupestres pré-históricos ao longo dos anos.

Diferentes conceitos e abordagens podem ser observados no âmbito das discussões teóricas sobre a temática em questão, tais como arte (paleo-arte; pré-arte), totemismo, magia simpática (Altuna, 1994); estruturalismo e dicotomia sexual (Leroi-Gourhan, 1965); xamanismo e

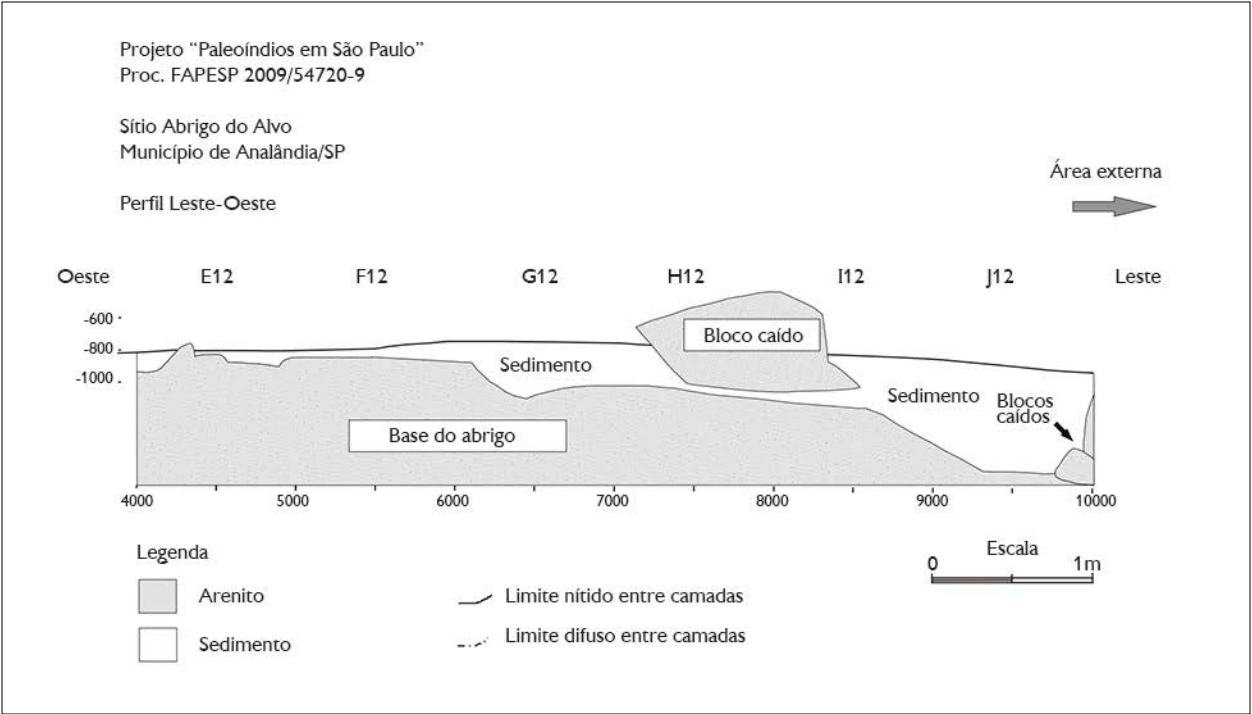


Figura 3. Perfil do Abrigo do Alvo com as profundidades alcançadas. Mapa: Astolfo Araujo (2018).

Tabela 1. Abrigo do Alvo. Resultados das datações radiocarbônicas. Legenda: * = calibração realizada pelo programa CalPal (Weninger et al., 2012).

Código Beta	Amostra	Localização	Idade radiocarbônica convencional	Idade calibrada (2 sigma)*
318509	Abrigo do Alvo 300	Quadrícula E11, nível 4, facies 2	1140 ± 30 AP	Cal AP 1045 ± 52
318508	Abrigo do Alvo 309	Quadrícula J12, nível 8, facies 7	6530 ± 40 AP	Cal AP 7447 ± 33

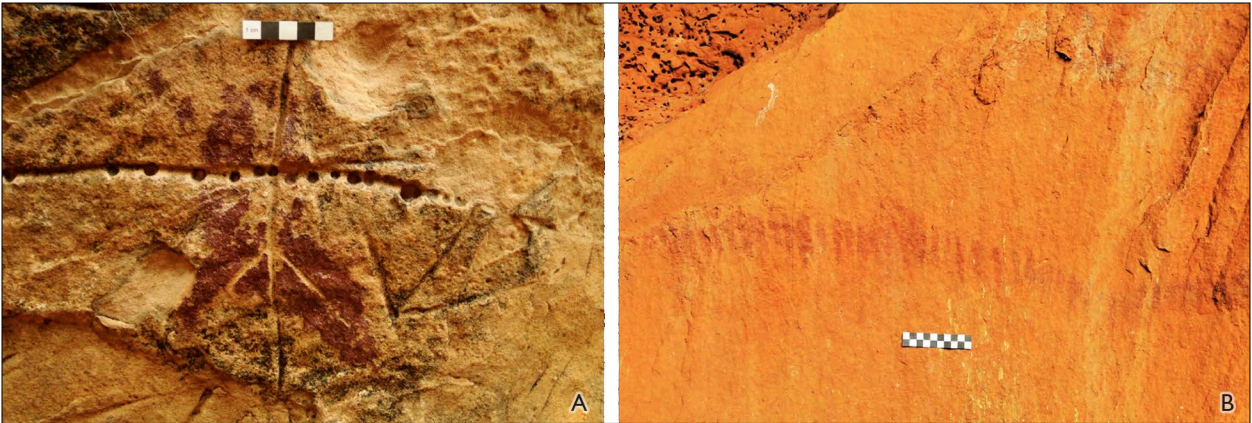


Figura 4. A) Pintura rupestre sobreposta por gravuras; B) pinturas rupestres caracterizadas por linhas paralelas verticais. Abrigo do Alvo, Analândia, São Paulo. Fotos: LEVOC-MAE/USP (2020).

estado alterado da consciência (Lewis-Williams, 2005) e sistemas de comunicação social (Leroi-Gourhan, 1984; Pessis, 2013). Tais posturas teórico-metodológicas foram e continuam sendo utilizadas como base para explicar e levantar hipóteses acerca do debate sobre os registros rupestres pré-históricos (Sanchidrián, 2009).

As pinturas e gravuras rupestres pré-históricas podem ser compreendidas também como vestígios arqueológicos executados sobre suportes rochosos que cumprem, nas sociedades de tradição oral, funções de conteúdo cultural (Pessis, 2013). Compreendidas assim, tornam-se fontes de dados para o estudo da técnica e da estrutura simbólica de sociedades pré-históricas, constituindo-se, em sua essência, em sistemas de comunicação social (Leroi-Gourhan, 1984).

Segundo Pessis et al. (2018), os registros rupestres fornecem informações sobre a cultura material dos povos-autores, possuindo, assim, um duplo valor arqueológico: o primeiro é constituído pela dimensão material, o significante gráfico, que fornece informações sobre as técnicas utilizadas para atingir um produto gráfico; o segundo é constituído pela dimensão imaterial da cultura, expressa não só pelo desenho em si, mas pelo seu conteúdo, tal como a cena e o tema retratado, que estão imbuídos de múltiplos significados contidos no universo simbólico dos grupos-autores.

O caráter hermético dos grafismos rupestres impede o pesquisador de interpretar os códigos, possibilitando apenas o reconhecimento dos mesmos, seja pelos elementos reconhecidos no mundo sensível do observador, seja pela recorrência em que figuras representadas aparecem nos suportes rochosos de determinadas regiões. A busca pelo significado dos códigos traz em si dificuldades, pois o que pode parecer para um observador uma cena de caça, para outro, a mesma cena pode ter um conteúdo ritual. Assim, para diminuir o grau de ambiguidades, busca-se aqui analisar o significante das figuras.

Deste modo, a caracterização gráfica das gravuras rupestres identificadas no Abrigo do Alvo foi realizada à luz das seguintes categorias:

- **Temática:** relaciona-se aos elementos essenciais de reconhecimento da imagem representada e seus elementos constitutivos (Amaral, 2014);

- **Morfologia:** relaciona-se ao estudo das formas externas e internas de uma determinada figura, podendo ser resumida, para este trabalho, no estudo da forma e do tamanho do grafismo no suporte rochoso do Abrigo do Alvo;

- **Composição do espaço gráfico:** relaciona-se à maneira como os grafismos rupestres estão dispostos no espaço gráfico representado, podendo aparecer de forma isolada ou agrupada. Os grafismos isolados aparecem representados por um elemento ocupando um determinado espaço gráfico; os grafismos agrupados são aqueles representados por dois ou mais elementos ocupando o mesmo espaço gráfico;

- **Técnica:** aborda a maneira como foi confeccionado o grafismo, levando em consideração os traços (técnica de execução e espessura do traço; profundidade dos sulcos).

ANÁLISE DO CONJUNTO RUPESTRE DO SÍTIO ABRIGO DO ALVO

O caráter de reconhecimento das figuras está diretamente relacionado à temática escolhida para o desenvolvimento dos grafismos, que pode se basear no reconhecimento dos elementos que compõem as estruturas gráficas.

Dessa forma, buscou-se analisar os grafismos pelo seu grau de reconhecimento, dividindo-os em duas classes: grafismos reconhecíveis e não reconhecíveis.

Os grafismos reconhecíveis caracterizam-se por elementos morfológicos que podem ser associados ao mundo sensível do observador, a exemplo das figuras humanas, de animais, marcas de mãos, entre outras (Amaral, 2014). Os grafismos não reconhecíveis, por sua vez, caracterizam-se pela presença de figuras cujos elementos morfológicos não permitem reconhecimento pelo observador, remetendo a figuras cujo significado não está diretamente estabelecido, a exemplo dos conjuntos de pontos, tridígitos, figuras circulares, carimbos, conjuntos de linhas sinuosas ou retas, entre outros (Oliveira et al., 2019).

Esta classe de figuras possui denominações diferentes na literatura arqueológica, podendo ser encontrados termos como figuras abstratas, simbólicas ou geométricas (Sanchidrián, 2009; Leroi-Gourhan, 1984).

Na classificação de grafismos não reconhecíveis, estabelecida por Leroi-Gourhan (1984) e Pessis (1984), há uma subclasse denominada grafismos puros. Essa subclasse caracteriza-se por ter composições gráficas que aparecem de forma recorrente nos sítios de uma determinada área arqueológica.

Os grafismos puros, segundo Pessis (1984, 2002), podem fazer parte de uma composição na qual estão também presentes grafismos reconhecíveis ou podem ser os únicos elementos compondo um conjunto gráfico: 1) grafismos puros e grafismos reconhecíveis no mesmo espaço gráfico – a análise dos grafismos puros não pode ser desvinculada da análise dos grafismos reconhecíveis, pois o conjunto apresenta distribuição susceptível de ser interpretada (Oliveira et al., 2019). Nesse contexto, é possível que os grafismos puros tenham uma função ligada à dinâmica dos grafismos reconhecíveis, adquirindo a condição de uma figura reconhecida no contexto gráfico analisado; 2) conjuntos homogêneos de grafismos puros – neste contexto, o primeiro problema a considerar é o processo de segregação dos grafismos contidos no painel para estabelecer a unidade gráfica. Deste modo, deve-se considerar como unidade gráfica o conjunto de traços relacionados de forma contígua e o uso do espaço contornado e delimitado que compõe as figuras não reconhecíveis (Pessis, 2002).

Segundo Pessis (2002), os grafismos puros, quando analisados previamente em um contexto associado a figuras

com possibilidade de reconhecimento, obtêm o *status* de unidade gráfica identificada e reconhecida em outros painéis de levantamento da área em análise, estejam eles compostos por figuras reconhecidas ou apenas por uma distribuição de traços e espaços não reconhecíveis.

O conjunto gráfico observado no sítio Abrigo do Alvo é caracterizado exclusivamente por grafismos puros, sem correlação com grafismos reconhecíveis.

Com relação à morfologia, verifica-se, nas gravuras do abrigo, uma diversificação, tendo como principais elementos morfológicos: conjunto de cúpules alinhados, conjunto de linhas paralelas verticais e horizontais, figuras circulares, asteriscos e tridígitos, esse último em maior quantidade (Quadro 1). Não foram identificados pigmentos no interior dos sulcos das gravuras.

As figuras lineares apresentam-se de forma contínua e reta. Em alguns casos, aparecem paralelas entre si, no entanto, não foram identificadas linhas sinuosas ou em zigue-zague.

O distanciamento entre as linhas paralelas não segue padrões, podendo-se observar linhas com maior ou menor proximidade, as quais são entrecortadas por tridígitos. O deslocamento do suporte atingiu diretamente as áreas onde estão posicionadas as linhas contínuas, o que dificulta sobremaneira uma análise mais aprofundada das mesmas.

As gravuras rupestres apresentam-se com tamanho modal de 20 cm, aparecendo também figuras miniaturizadas, caracterizadas por tridígitos com dimensões de 2,5 cm de altura por 4 cm de comprimento (Figura 5); além de figuras maiores, com formas circulares, com dimensões de 20 cm de comprimento por 19 cm de largura e linhas paralelas com 1,60 m de comprimento (Figura 6).

Quadro 1. Tipos gráficos dominantes do Abrigo do Alvo. Fonte: Marília Perazzo Valadares do Amaral (2021).

Conjunto de linhas	Figura circular	Tridígito	Asterisco	Cúpules
				



Figura 5. Composição gráfica composta por tridígitos miniaturizados. Abrigo do Alvo, Analândia, São Paulo. Foto: LEVOC-MAE/USP (2020).



Figura 6. Composição gráfica composta, em sua dominância, por conjuntos lineares verticais e horizontais e tridígitos. Abrigo do Alvo, Analândia, São Paulo. Foto: LEVOC-MAE/USP (2020).

No que concerne à composição do espaço gráfico representado, foi verificada a presença de conjuntos gráficos compostos por figuras agrupadas e isoladas. Considerou-se como agrupados os espaços gráficos ocupados por dois ou mais grafismos. Quando no espaço gráfico há presença de apenas um grafismo, entende-se que este é formado por um grafismo isolado (Amaral, 2014).

No Abrigo do Alvo, pode-se observar uma densidade de gravuras que formam composições muito próximas umas das outras, resultando em grandes conjuntos dentro do espaço gráfico. Deste modo, há, de forma dominante, grafismos posicionados de forma agrupada.

Para caracterização da categoria técnica, foram utilizadas duas variáveis: uma ligada à técnica de elaboração do traço; e outra voltada para a verificação da espessura e da morfologia dos traços e sulcos.

A técnica de execução dominante dos grafismos é a raspagem, que consiste em um processo que permite o aprofundamento da fenda gravada pelo polimento. Em menor quantidade, observa-se a técnica do picoteamento. Não foi identificado, no conjunto gráfico apresentado, tratamento prévio do suporte para as gravuras rupestres.

Quanto à espessura e à morfologia do traço, observa-se preferência por um traçado em V, com sulcos

rasos e estreitos, de traços contínuos. No entanto, há presença também de figuras, em menor quantidade, com sulcos em U, largos e profundos, também com traços contínuos. Os sulcos de maior profundidade atingem 0,5 cm.

É importante ressaltar que diversos grafismos desapareceram em virtude das ações intempéricas e antrópicas atuantes sobre o suporte rochoso. Um exemplo são as pinturas rupestres mencionadas nos artigos de Collet (1986, 1994), das quais hoje só resta um exemplar em estado de conservação preocupante. Segundo Cisneiros (2019), o tempo de permanência das pinturas e gravuras rupestres sobre o suporte rochoso depende do agenciamento de diferentes elementos estruturadores da rocha, tais como: composição, permeabilidade, porosidade, assim como das condições do ambiente onde o sítio está inserido.

Para o procedimento de reconhecimento do estado de conservação do sítio Abrigo do Alvo, foi elaborado um protocolo com descritores pré-estabelecidos, a fim de identificar e registrar os indicadores de alteração observáveis macroscopicamente nos sítios. Esse procedimento possibilitou avaliação geral do ambiente, do suporte rochoso e dos grafismos rupestres.

Consideraram-se indicadores de alteração os aspectos externos do suporte, entre eles: pátinas, crostas, depósitos superficiais (sais, microrganismos, excrementos, manchas, ninho de insetos); as perdas, rupturas ou fissuras do suporte (escamação, fratura, desagregação, deslocamento); as intervenções antrópicas (grafite, pichações, incisões, queimadas intencionais) (Cisneiros, 2019).

Os afloramentos rochosos da Formação Botucatu têm sido modelados ao longo do tempo. A ação erosiva dos agentes geológicos, associada a fatores climáticos e topográficos nesses ambientes, vem transformando os abrigos utilizados como refúgio de grupos pré-históricos.

Os painéis gravados no córtex rochoso do Abrigo do Alvo estão expostos às mudanças de temperatura diárias, que afetam diretamente esse suporte e, em consequência, as gravuras. Nesse sítio, porém, as gravuras encontram-se protegidas do sol e da chuva.

O suporte rochoso local é o já mencionado arenito da Formação Botucatu, de origem eólica, que apresenta grãos de quartzo arredondados e bem selecionados, de granulometria variando entre fina a grossa. O abrigo se formou pelo deslocamento de camadas que formavam uma grande estratificação cruzada, típica de ambiente de dunas.

Os agentes de origem natural são diversos, entre os quais podemos destacar os que abarcam problemáticas intrínsecas (originadas por agentes da própria composição do suporte) e extrínsecas (originadas por agentes externos), além dos agentes de origem antrópica. Todos esses estão estreitamente imbricados em uma espécie de simbiose e atuam diretamente sobre o suporte rochoso e, em consequência, nos grafismos rupestres (Ruiz & Sanz, 2018; Cisneiros, 2019).

Os agentes naturais físico-químicos estão diretamente vinculados à origem, à localização e ao tipo de suporte sobre o qual se encontram os grafismos rupestres. A gênese, litologia e morfologia do abrigo influenciam em sua resistência aos agentes externos.

O suporte rochoso do Abrigo do Alvo apresenta evidências de perda de massa rochosa, resultado tanto

de energias mecânicas quanto de processos químicos que atuam e atuaram ao longo do tempo sobre o afloramento, ocasionando rachaduras, deslocamentos e fraturas ao longo da estrutura rochosa (Figura 7). Por vezes, estas ações resultam em perdas do córtex onde estavam localizadas gravuras rupestres, porém, como mencionado, esses fragmentos não foram evidenciados no solo arqueológico.

Entre os agentes biológicos que atuam sobre o sítio, pode-se distinguir microrganismos e animais. Esses agentes atuam em conjunto também com fatores químicos e físicos.

A observação macroscópica do abrigo sugere a presença de microrganismos formados por líquens e fungos. Outro fator biótico observado sobre o córtex rochoso do sítio Abrigo do Alvo foi a atuação da microfauna (insetos, moluscos e aracnídeos) na realização de colônias, ninhos e casas (Figura 8). Estes fatores bióticos, de certo, estão pouco categorizados quanto às suas ações sobre o suporte rochoso; sabe-se que as formas e os produtos variam de acordo com a natureza das comunidades que colonizam a rocha (Casanovas & Alonso, 1984), porém, em relação ao suporte rochoso e em especial às gravuras rupestres, as ações desses microrganismos possuem pouca energia para alterações estruturais significativas.

Os agentes de degradação antrópicos podem ser divididos em diretos e indiretos. Os diretos são aqueles cuja intencionalidade é a ação direta vândala sobre o painel rupestre e sobre o sítio, tais como pichações, grafitação, saqueio de fragmentos de rochas pintadas ou gravadas e apagamento de pinturas (Cisneiros, 2019). Essas ações diretas sobre o painel provocam o encobrimento dos grafismos ou a perda total ou parcial do painel pictórico, causando, muitas vezes, danos irreversíveis (Beltrão et al., 2002).

Em relação às ações antrópicas no sítio Abrigo do Alvo, foram observadas ações de impacto direto, tais como pichações e gravuras hodiernas. No que tange esses impactos diretos, vale ressaltar que, no artigo de



Figura 7. Áreas de deslocamento do suporte rochoso atingindo as gravuras rupestres. Abrigo do Alvo, Analândia, São Paulo. Foto: LEVOC-MAE/USP (2020).



Figura 8. Presença de microfauna sobrepondo as gravuras rupestres. Abrigo do Alvo, Analândia, São Paulo. Foto: LEVOC-MAE/USP (2020).

Collet (1986), não há menção acerca de pichações ou degradações antrópicas no sítio no período em que pesquisava. No entanto, segundo Collet (1994), a situação se modificou, sendo descritas depredações humanas, tais como vandalismo, incêndios, desflorestamento e uso inadequado do abrigo.

É importante ressaltar também que os trabalhos efetuados por Collet (1986, 1994), nas décadas de 1980 e 1990, e sua preocupação com o estado de conservação do Abrigo do Alvo, permitiram um parâmetro de comparação relacionado ao grau de degradação identificado sobre o suporte rochoso. Observando-se as descrições efetuadas pelo pesquisador há 30 anos, comparadas com o atual estado de conservação do sítio, verificam-se poucas mudanças acentuadas de ordem natural.

Como dito anteriormente, em uma tentativa de consolidação de gravuras no sítio, Collet e sua equipe aplicaram sobre o painel principal de gravuras resina termoplástica sintética à base de Acetato de Vinila - *Rhodopas* 012D, a qual possui 7% de solução plastificante (Collet, 1986). Esse produto incolor, segundo Collet (1986), penetrou cerca de 3 a 4 mm nas amostras estudadas pelo Laboratório de Pesquisa da Rhodia Brasileira. Collet estava convencido que esse processo

de desagregação da rocha nas áreas onde aplicou o *Rhodopas* não havia evoluído, tendo o produto solidificado as partes soltas, ligando-as à rocha (Collet, 1986). Porém, essa resina formou uma fina película plástica sobre os grafismos, dificultando sobremaneira a visualização das gravuras rupestres, bem como o registro imagético, em determinados setores do sítio.

Segundo Lima (2012), a consolidação efetuada pela resina foi satisfatória na superfície da rocha, no entanto, nas áreas mais profundas, não houve penetração, ocasionando deslocamentos (Alberto, 2014). A pesquisadora afirma que não observou alteração significativa na condição geral do painel com gravuras rupestres, à exceção de uma acentuada alteração cromática em praticamente toda a área tratada com a resina (*Rhodopas*). A superfície rochosa onde foi aplicada a resina apresentou escurecimento e houve a formação de uma película de alto brilho sobre a área que sofreu acentuado escurecimento, interferindo sobremaneira na coloração original do suporte rochoso.

É importante ressaltar que o córtex rochoso do sítio está bastante desgastado, tendo em vista a característica friável do arenito, já abordada por Collet (1986), desde a década de 1980, podendo ocasionar o desaparecimento irremediável do patrimônio cultural rupestre na região.

CONCLUSÕES

O objetivo principal do presente artigo foi caracterizar os registros rupestres do Abrigo do Alvo. Este sítio apresenta grande importância arqueológica para o estado de São Paulo, visto que foi um dos poucos abrigos com registros rupestres escavados e com datações radiocarbônicas que, embora não possam ser diretamente relacionadas às gravuras rupestres, localizam um sítio em um contexto cronológico de uso e ocupação.

Os registros rupestres identificados no Abrigo do Alvo são compostos, de forma dominante, por gravuras rupestres caracterizadas por grafismos puros. A busca pelos códigos e a sua caracterização exigem identificação anterior e pesquisas posteriores sistemáticas, de forma a possibilitar ao pesquisador o levantamento de hipóteses acerca da identificação de grupos sociais.

É importante salientar que os registros rupestres são componentes da cultura material de um determinado grupo social, cuja caracterização gráfica dos sítios pode permitir a identificação de diferenças e similitudes gráficas em determinadas áreas do estado, podendo-se chegar a caracterizar padrões estilísticos.

As pesquisas no estado de São Paulo, no âmbito das análises dos registros rupestres, são ainda incipientes. O Abrigo do Alvo foi um dos primeiros sítios a ser estudado de forma a analisar os grafismos puros, privilegiando os parâmetros temático, morfológico e técnico.

Do ponto de vista temático, observaram-se os grafismos puros, os quais representam um conjunto particular no universo gráfico dos grupos pré-históricos identificados, até o momento, no estado de São Paulo.

Do ponto de vista morfológico, foram identificados de forma dominante: A) tridígitos – esses grafismos são caracterizados por três linhas contíguas, que se unem em um mesmo ponto, formando uma figura com características triangulares, ao modo de setas. Esse tipo gráfico é dominante no Abrigo do Alvo, sendo recorrente nos sítios identificados até o momento no estado de São Paulo; B) figuras lineares – esses grafismos aparecem, de forma dominante, em geral

com traços contínuos e representados paralelamente na horizontal. A morfologia dessas figuras observadas no Abrigo do Alvo não se assemelha, *a priori*, às observadas nos outros sítios do estado de São Paulo; C) linhas entrecruzadas – as linhas entrecruzadas em um mesmo ponto figuram ao modo de asteriscos. Esse conjunto possui um espaço gráfico bem delimitado, o que o difere dos outros tipos que aparecem em toda extensão do painel; D) figuras circulares – são minoritárias no conjunto gráfico analisado.

Do ponto de vista técnico, observaram-se dois parâmetros: A) técnica de elaboração das gravuras, tendo sido evidenciada a raspagem como técnica de execução dominante; B) espessura do traço, onde observou-se preferência por traçado estreito e contínuo, havendo, entretanto, presença de figuras, em menor quantidade, com traçado contínuo, porém mais grosso.

No que concerne ao estado de conservação dos registros rupestres do sítio Abrigo do Alvo, observou-se que estes têm chegado aos dias atuais com alto grau de desgaste, favorecido, principalmente, pela natureza do suporte rochoso e pela ambiência onde o sítio está inserido. A análise do estado de degradação do suporte rochoso permitiu estabelecer um protocolo para diagnóstico a ser implantado nos demais sítios da região.

Torna-se imprescindível o avanço no cadastro e na documentação imagética desses sítios, assim como o diagnóstico em relação aos agentes e aos fatores de degradação, a fim de mitigar os efeitos das alterações naturais e antrópicas, além de estabelecer diretrizes para sua conservação.

Para o avanço nas correlações das gravuras rupestres na região e no estabelecimento do perfil gráfico da área, faz-se necessária intensificação nas atividades de prospecções arqueológicas para cadastro, registro e posteriores análises dos demais sítios com gravuras e pinturas rupestres no estado de São Paulo.

É importante ressaltar que este é o primeiro aporte analítico, do ponto de vista da análise gráfica, dos sítios com registros rupestres no estado de São Paulo. As pesquisas

relacionadas a essa temática estão em estágio inicial. Há necessidade de integrar a análise dos registros rupestres e os protocolos de diagnóstico para conservação dos sítios que estão sendo cadastrados e estudados no âmbito do projeto “Ocupação humana do Sudeste da América do Sul ao longo do Holoceno: uma abordagem interdisciplinar, multiescalar e diacrônica”.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Rogério Dell'Antonio e demais integrantes do Espeleo Grupo de Rio Claro (EGRIC), pelas informações sobre a localização exata do abrigo. A Mary Parker e Marcio Maia, proprietários, por franquearem nosso acesso. Esta pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (processos nº 2013/13.794-5, 2016/23.584-6 e 2019/18.664-9) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) (bolsas de produtividade nº 300339/2008-9, 302024/2019-0 e 311673/2019-8).

REFERÊNCIAS

- Alberto, L. A. (2014). *Registros rupestres de São Paulo: Conhecer para preservar* [Dissertação de mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo].
- Altuna, J. (1994). La relación fauna consumida-fauna representada en el Paleolítico superior cantábrico. *Complutum*, 5, 301-311.
- Amaral, M. P. V. (2014). *As Pinturas rupestres da Tradição Agreste em Pernambuco e na Paraíba – Brasil* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco].
- Araujo, A. G. M. (2001). A Arqueologia da região de Rio Claro: uma síntese. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, (11), 125-140. <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2001.109414>
- Araujo, S. A. C. (2006). *Arqueologia de Itapeva, SP: contribuição e formação de políticas públicas para gestão patrimonial* [Dissertação de mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo].
- Azevedo, P. (2006). Pré-história da Pedra Chata: Itapeva. *Folha do Sul*.
- Beltrão, M., Locks, M., & Amorim, J. (2002). Projeto central: preservação dos sítios arqueológicos com arte rupestre. *Fundamentos*, 2, 243-253.
- Caldarelli, S. B. (1983). *Lições da Pedra: aspectos da ocupação pré-histórica no Vale Médio do Rio Tietê* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo].
- Casanovas, A., & Alonso, A. (1984, dezembro 8-11). *Problemática entorno a la conservación del arte rupestre en abrigos*. Congresso de Historia de Albacete I: Arqueología y prehistoria, Albacete.
- Cisneiros, D. (2019). Diagnóstico do estado de conservação dos sítios com grafismos rupestres no Parque Nacional Vale do Catimbau – Pernambuco. *Clio Arqueológica*, 34(3), 139-170. <https://doi.org/10.20891/clio.V34N3p139-170>
- Collet, G. C. (1982). *Grupo Espeleológico Bagrus: atividades 1981*. São Paulo.
- Collet, G. C. (1986, janeiro). *Descrição de um processo destinado a estabilizar e consolidar a superfície de um arenito friável sobre o qual estão gravados petroglifos pré-históricos* [Trabalho apresentado]. 1st World Symposium on Rupestrian Art - UNESCO, La Habana, Cuba.
- Collet, G. C. (1994, novembro-dezembro). *Proteção rupestre*. Informativo Sociedade Brasileira de Espeleologia.
- Correa, L. C. (2017). *As Indústrias líticas do Holoceno no Interior Paulista: estudo de caso dos Sítios Abrigo do Alvo e Bastos* [Dissertação de mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo].
- Correa, L. C., & Souza, T. (2017). Informative potential of two rockshelter sites in São Paulo state: Abrigo do Alvo and Abrigo de Itapeva. *Journal of Lithic Studies*, 4(3), 7-25. <http://dx.doi.org/10.2218/jls.v4i3.1626>
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. (2017). *Cadastro Ambiental Rural - Nota Técnica 1/2017: Inteligência Territorial e Cadastro Ambiental Rural - Versão 2.2*. <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/cadastro-ambiental-rural>
- Figuti, L., Plens, C. R., & Deblasis, P. (2013). Small sambaquis and big chronologies: Shellmound building and hunter-gatherers in Neotropical highlands. *Radiocarbon*, 55(2-3), 1215-1221.
- Kunzli, R. (1991). *Análise das gravuras do Sítio Arqueológico Narandiba* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo].
- Leroi-Gourhan, A. (1965). *Préhistoire de l'Art Occidental*. Éditions d'Art Lucien Mazenod.
- Leroi-Gourhan, A. (1984). *Arte y grafismos em la Europa Pré-Histórica*. Ediciones Istmo.
- Lewis-Williams, D. (2005). *La mente em la caverna: la consciência e los origines del arte*. Ediciones Akal.
- Lima, S. C. (2012). *Conservação rupestre no Abrigo do Alvo, Analândia, SP* [Manuscrito].

- Oliveira, A. L. S., Cisneiros, D., & Perazzo, M. (2019). Grafismos puros nos sítios arqueológicos do Parque Nacional do Catimbau-PE. *Revista Noctua: Arqueologia e Patrimônio*, 1(4), 81-110. <https://doi.org/10.26892/noctua.v1i4p81-112>
- Perrotta, M. M., Salvador, E. D., Lopes, R. C., D'Agostino, L. Z., Peruffo, N., Gomes, S. D., . . . Lacerda Filho, J. V. (2005). *Mapa Geológico do Estado de São Paulo, escala 1:750.000*. Programa Geologia do Brasil, CPRM, São Paulo.
- Pessis, A. M. (1984). Métodos de interpretação da Arte Rupestre: Análises preliminares por níveis. *CLIO Arqueológica*, (1), 99-108.
- Pessis, A. M. (2002). Do estudo das gravuras rupestres no Nordeste do Brasil. *CLIO Arqueológica*, 1(15), 29-44.
- Pessis, A. M. (2013). *Imagens da Pré-História* (7. ed.). Parque Nacional Serra da Capivara.
- Pessis, A. M., Cisneiros, D., & Mutzenberg, D. (2018). Identidades gráficas nos registros rupestres no Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil. *Revista Fundamentos*, 15(2), 33-54.
- Prous, A. (1992). *Arqueologia brasileira*. Editora da Universidade de Brasília.
- Ross, J. L. S., & Moroz, I. C. (1996). Mapa geomorfológico do estado de São Paulo. *Revista do Departamento de Geografia*, 10, 41-58. <https://doi.org/10.7154/RDG.1996.0010.0004>
- Ruiz, I. M. R., & Sanz, I. D. (2018, maio). *Los problemas de conservación del arte rupestre levantino: un Estado de la Cuestión*. International Conference on Best Practices in World Heritage: Integral Actions Menorca, Spain.
- Sanchidrián, J. L. (2009). *Manual de arte pré-histórico*. Ariel Prehistoria.
- Weninger, B., Jöris, O., & Danzeglocke, U. (2012). Calpal-2007. *Cologne Radiocarbon Calibration, Palaeoclimate Research Package*.
- Zanettini Arqueologia & IPHAN. (2010). *Termo de Cooperação Técnico para o Levantamento de Sítios Arqueológicos no Estado de São Paulo*.
- Zanettini Arqueologia. (2007). *Programa de Prospecções Arqueológicas Mineração Morro do Guaripocaba LTDA*.
- Zanettini Arqueologia. (2005). *Relatório de Vistoria Técnica Não interventiva. Lavra de Granito Ornamental. Serrote do Guaripocaba. Município de Bragança Paulista, São Paulo*.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

M. P. V. Amaral contribuiu com conceituação, análise formal, investigação, metodologia e escrita (rascunho original, revisão e edição); D. Cisneiros com conceituação, análise formal, metodologia e escrita (rascunho original, revisão e edição); e A. G. M. Araujo com conceituação, análise formal, investigação, metodologia e escrita (rascunho original).



DEBATE

A autoria coletiva e a autoetnografia: experiências em antropologia com as parentas Karipuna do Amapá

Collective authorship and autoethnography: experiences in anthropology with Karipuna of Amapá relatives

Ana Manoela Primo dos Santos Soares 

Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil

Resumo: Este artigo foi escrito por uma jovem do povo Karipuna do Amapá, porém o que há nele não é unicamente de minha autoria, pois o texto é composto por conhecimentos coletivos, partilhados por todas aquelas e aqueles que, assim como eu, são Karipuna. É desenvolvida, ao longo do artigo, uma série de reflexões, a primeira delas sobre as experiências que tenho com as 'mulheres antigas' de meu povo durante os momentos em que realizo com elas pesquisas na área de antropologia. A partir de tais experiências, são moldadas outras reflexões sobre autoria coletiva, escrita 'autoetnográfica' e a importância de nós, indígenas, falarmos e escrevermos em nossos próprios termos, havendo, por fim, uma última reflexão sobre como os atos de aprendizado e de escrita com as parentas podem ser compreendidos como um *maiuhi*, uma palavra em kheul (a língua falada por meu povo) que, quando traduzida para o português, significa 'mutirão' ou 'ajudado' e que explica a relevância dos trabalhos coletivos para os povos indígenas de Oiapoque.

Palavras-chave: Karipuna do Amapá. Povos indígenas de Oiapoque. Indígenas mulheres. Autoria coletiva. Autoetnografia. Maiuhi.

Abstract: This article is written by a young woman from the Karipuna of Amapá people. However, what is in it is not solely my own since the text comprises collective knowledge shared by all those who, like me, are Karipuna. The article discloses a series of reflections, the first of which is about the experiences I have with the 'ancient women' of my people during anthropological field research conducted with them. These experiences shaped other reflections regarding collective authorship, 'autoethnographic' writing, and the importance of indigenous people speaking and writing in our own terms. Finally, one last reflection concerns how the acts of learning and writing with relatives can be understood as a *maiuhi*, a word in Kheul (the language spoken by my people), which when translated into Portuguese, means *mutirão* (joint effort) or *ajudado* (assistance) and that explains the relevance of collective work for the indigenous people of Oiapoque.

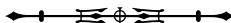
Keywords: Karipuna of Amapá. Indigenous people of Oiapoque. Indigenous women. Collective authorship. Autoethnography. Maiuhi.

Primo dos Santos Soares, A. M. P. S. (2022). A autoria coletiva e a autoetnografia: experiências em antropologia com as parentas Karipuna do Amapá. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 17(2), e20210026. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0026
Autora para correspondência: Ana Manoela Primo dos Santos Soares. Universidade Federal do Pará. Rua Augusto Corrêa, 01 - Guamá. Belém, PA, Brasil. CEP 66075-110 (anamanoelakaripuna@gmail.com).

Recebido em 25/02/2021

Aprovado em 29/10/2021

Responsabilidade editorial: Márcio Couto Henrique



INTRODUÇÃO

Este artigo é escrito por uma indígena mulher¹ do povo Karipuna do Amapá, porém o que há nele não é unicamente de minha autoria. Não compreendo este texto, assim como outros escritos que realizei ou realizo com meu povo de origem, como produções que possuem autoria individual, pois o que compartilho neles são conhecimentos ensinados a mim e a outras parentas e outros parentes², desde a infância, como saberes coletivos, partilhados por todas/os aquelas/es, que, assim como eu, são Karipuna. Estes conhecimentos são dados a nós por nossas/os mais velhas/os, que chamamos antigas/os, as/os quais, por sua vez, também os aprenderam com outras/os antigas/os de sua infância e juventude.

Este artigo nasce em meio a um processo em que ouço com atenção as histórias que as mulheres antigas contam para nós, aquilo que elas deixam para o futuro de outras gerações de nosso povo com relação aos conhecimentos e aos rituais, ou seja, sobre nossos modos de entender e explicar o mundo, que nomeamos de 'nosso-sistema'³. Aprender com as oralidades e memórias das antigas é um processo que envolve relações de resistências, afetos e cuidados. O cuidado de uma geração de mulheres para com a outra forma os corpos destas, corpos que são territórios (corpos-territórios) e que estão em mutirão (*maíuhi*).

As antigas são as nossas ancestrais, as nossas idosas. Elas são importantes detentoras dos conhecimentos

Karipuna, como conhecimentos correspondentes às histórias, à língua (kheuol), aos rituais, à pajelança, às artes, às relações com o território, com os bichos, as plantas, objetos e com as outras parentas e parentes; aprofundarei a discussão sobre alguns desses conhecimentos ao longo das seções que compõem este artigo.

Aprendo com a escrita da parenta Francineia Fontes (Fontes, 2020, p. 181), que é indígena do povo Baniwa e antropóloga, a qual expressa, em sua pesquisa, que "falar com as mulheres é aprofundar as nossas próprias histórias étnicas, as histórias das educações indígenas e descobrir nossas raízes". Através da realização da escrita, Fontes (2020, p. 184) diz "que traz as vozes e os pensamentos das bisavós e avós para o papel, mulheres que possuem linguagens próprias e que são repassadas de geração a geração". De mãos dadas com Fontes (2020), aprendo com a fala da parenta Braulina Aurora, também Baniwa e antropóloga, afirmando que nós, indígenas mulheres, "protagonizamos a escrita a partir de nossos corpos e territórios, caminhando e aprendendo umas com as outras nas produções de conhecimentos"⁴.

Refletindo com as mulheres antigas com quem teço a escrita, trago observação do antropólogo Kopytoff (2012, p. 233), que, em artigo sobre a África Subsaariana, diz compreender as pessoas mais velhas de um grupo de parentesco como aquelas que representam as/os ancestrais já falecidas/os, ou seja, como as/os

¹ Utilizo o termo 'indígena mulher' ao invés de 'mulher indígena', pois, em diálogos e convivências com parentas que também são discentes na Universidade Federal do Pará (UFPA), percebi, em seus discursos, o consenso de que a palavra indígena deveria vir antes da palavra mulher. Antes de sermos mulheres, somos indígenas, somos Karipuna, Guajajara, Baré, Tembé e tantos outros povos que estão na UFPA, em graduações e pós-graduações, através da presença das indígenas mulheres. Além disso, já presenciei uma parenta relatar: "nós nascemos indígenas, já ser mulher é algo que é construído posteriormente". Ou seja, na concepção dessa parenta, nascemos com a identidade de um povo e, mais tarde, vamos constituindo o nosso ser mulher. De acordo com o que dizem as parentas e de acordo com o que escreve a antropóloga Camille Castelo Branco (não indígena), o povo ao qual uma indígena mulher pertence é um marcador mais específico em suas trajetórias e narrativas do que os marcadores de gênero (Gouveia Castelo Branco, 2018, p. 13).

² 'Parente' é um termo que as pessoas de origem indígena, no Brasil, utilizam para se referirem a outras pessoas também indígenas, sejam estas de seu povo ou de algum outro povo originário. O termo 'parenta' é o feminino de parente. Baniwa (2006, p. 30) diz: "O termo parente não significa que todos os indígenas sejam iguais e nem semelhantes. Significa apenas que compartilhamos de alguns interesses comuns, como os direitos coletivos, a história de colonização e a luta pela autonomia sociocultural de nossos povos diante da sociedade global".

³ "Nosso-sistema é um conceito criado e utilizado pelas parentas e parentes de meu povo de origem, ele abrange e explica os conjuntos de práticas, conhecimentos e crenças do povo Karipuna do Amapá" (Primo dos Santos Soares, 2022, p. 22).

⁴ Fala de Braulina Aurora Baniwa em mesa no evento Perspectivas feministas na Amazônia Indígena, realizado pelo Centro de Estudos Ameríndios (CESTA), núcleo da Universidade de São Paulo (USP), em 15 de junho de 2020.

mediadoras/es entre as/os parentas/es falecidas/os e as gerações mais novas. A realidade que Kopytoff (2012) traz é distinta das realidades Karipuna sobre as quais ouço ou as quais presencio em territórios de aldeia e urbanos, mas vejo sentido em suas palavras, pois são nossas mais velhas, mas também os homens mais velhos, quem ativam os conhecimentos e memórias aprendidos com as/os antigas/os já falecidas/os para com as gerações mais recentes, mas que também ativam as histórias e memórias de suas infâncias e juventudes. Completando estas considerações, trago Gow (1997, pp. 43-45), que, ao pesquisar com as/os parentas/es Piro, diz que, para este povo, o princípio de tudo está nas “histórias das/os antigas/os” que as/os mais velhas/os passam para suas/seus netas/os através da oralidade. Gow (1997) coloca que as/os antigas/os são as fontes dessas histórias, pois conviveram mais próximo às/aos mais velhas/os de outras gerações. É através das/os antigas/os que se conhece a gente de antigamente, que dão forma a essas outras pessoas e tempos através da fala.

Com relação a Gow (1997, pp. 43-45) e às vozes das parentas, percebo que pesquisar com as mulheres antigas é fortalecer os conhecimentos de nosso povo, pois, nas aldeias, são as/os mais velhas/os que têm os conhecimentos que mantêm o povo enquanto coletivo, além de serem aquelas/es que tencionam o que deve ser passado às novas gerações. As formas de transmissão e preservação dos conhecimentos contados e praticados pelas/os mais velhas/os moldam nossas memórias indígenas e coletivas. O parente Raimundo Pereira do Rosário (Rosário et al., 2019, p. 191), indígena do povo Tembé-Tenetehara, em artigo, diz que “. . . o ensino indígena é feito por meio da oralidade, no cotidiano da aldeia”. Em complemento, a parenta Rita de Cássia, também do povo Tembé (Tembé et al., 2019, p. 238), escreve que para o indígena todos os territórios da aldeia

são territórios de aprendizagem. Enquanto as parentas Claudia Lod (Lod Moraes, 2018), do povo Galibi Kalinã, Fontes (2020) e Aurora (2019) (Baniwa) evocam a aprendizagem indígenas através das ‘vivências’. Aqui penso tanto as oralidades quanto as vivências com as mulheres.

O documento final da “Marcha das Mulheres Indígenas...” (2019)⁵ diz que nós precisamos dialogar com a potência das indígenas mulheres, retomando nossos valores e memórias matriarcais, honrando as memórias que vieram antes de nós. Ao proferir falas ou produzir escritos sobre as pesquisas que realizo, é comum que as pessoas identifiquem meu povo como matrilinear ou matriarcal, quando, na realidade, ele traz tanto os valores matrilineares quanto patrilineares. O que ocorre é que faço um recorte com relação aos valores, conhecimentos, memórias e vivências matrilineares (como minhas parentas Karipuna falam) ou matriarcais (como as parentas nos movimentos em nível nacional colocam).

Desenvolvo, ao longo das seções seguintes, uma série de reflexões, a primeira delas sobre as experiências que tenho com as parentas de meu povo de origem durante os momentos em que realizo com elas pesquisas na área de antropologia, compartilhando, nessa seção, como tem sido pesquisar com elas ao longo dos anos, assim como em que contexto tais estudos tiveram início e como eles estão no momento. A partir de tais experiências, moldo uma outra reflexão, que é sobre ‘autoria coletiva’. Considerando-se que, com relação aos nossos modos de vida, aquilo que é individual e coletivo, em muitos momentos, torna-se algo indistinguível, então por que teria de ser diferente também no desenvolvimento dos textos acadêmicos? Os nossos conhecimentos e práticas, seja quando estamos na aldeia seja na cidade, se dão de maneira coletiva, no comer junto, no contar histórias, ao realizar um grafismo (*marca/mak*), ao ir para roça, ao fazer a farinha. As tarefas coletivas, em *kheuol*, a

⁵ A I Marcha das Mulheres Indígenas foi um evento que reuniu mulheres de 130 povos em Brasília, entre os dias 10 e 14 de agosto de 2019.

língua que falamos junto com o povo Galibi Marworno, são chamadas *maiuhi*, palavra que também pode ser traduzida para o português como 'mutirão'; para os parentes Palikur, que convivem conosco em Oiapoque e falam o parikwaki, ela é *mayuka*.

Na seção seguinte, aprofundo a questão da autoria coletiva e a articulo com o método de escrita 'autoetnográfico', realizado nas pesquisas com as parentas, assim como trato disso a partir de uma reflexão sobre como para nós, indígenas, é importante que a fala e a escrita sejam realizadas em nossos próprios termos. Nas considerações finais, trato do *maiuhi* das mulheres, pois esse ato de aprendizado e de escrita com as parentas é compreendido por mim como um *maiuhi*.

A tecitura que une todas estas seções são as experiências de se escrever com as antigas, de se colocar no papel as vozes das mulheres que contam as histórias para nós, trazendo à tona os conhecimentos recebidos oralmente e que formam nossas memórias coletivas para com as histórias de nosso povo.

EXPERIÊNCIAS EM ANTROPOLOGIA COM AS PARENTAS KARIPUNA DO AMAPÁ

Como mulher Karipuna, tenho minha ancestralidade relacionada ao território da aldeia Santa Isabel, que se localiza na Terra Indígena (TI) Uaçá, no município de Oiapoque, no norte do estado do Amapá (a 600 km de distância da capital do estado, Macapá), em uma região de fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. Embora tenha minhas raízes maternas e indígenas fincadas neste território, não nasci, nem cresci na aldeia, mas sim na cidade de Belém, no estado do Pará. Isso aconteceu em meio a um processo em que minha mãe e minhas tias maternas vieram para a capital paraense, por incentivo de meu avô, Manoel Primo dos Santos, que foi fundador e cacique de Santa Isabel, para concluírem o ensino básico e tentarem ingressar no ensino superior. Em uma época em que nenhum/a Karipuna havia estado em uma sala de aula de uma universidade, foram as mulheres de meu

povo, minhas parentas mais próximas, que realizaram isto pela primeira vez. Na década de 1980, uma de minhas tias, Vitória Karipuna, ingressou no curso de Odontologia e, logo após, minha mãe, Suzana Karipuna, ingressou no curso de Ciências Sociais, ambas pela UFPA.

Minha mãe e tias concluíram os estudos fora da aldeia porque a escola do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) existente em Santa Isabel contava apenas com uma única professora, Dona Veronica Leal, uma docente não indígena que tinha de ministrar aula para uma turma com alunas e alunos de diferentes faixas etárias e povos. Após concluírem os estudos fora da aldeia e passarem algum tempo trabalhando em Belém, as parentas fizeram o caminho de volta para o Oiapoque, junto às filhas e aos filhos, minhas primas e meus primos, que também haviam passado algumas partes da infância e juventude entre a aldeia e a capital paraense. Quando estávamos na aldeia, éramos criados por nossa avó materna, Dona Delfina, também fundadora de Santa Isabel, junto ao marido. Nossa avó foi uma senhora de origem Karipuna por parte de mãe e Palikur do clã Wakavunhene (clã do esteio, formiga preta ou formiguinha) por parte de pai. Porém, minha mãe decidiu permanecer na cidade por causa de um emprego que havia conseguido na Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e, posteriormente, no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e, por consequência, fiquei com ela. Visitávamos as parentas e parentes em Oiapoque apenas em períodos de férias.

Durante toda minha vida, as principais referências que tinha para com meu povo eram as mulheres de minha família: mãe, tias e avó materna. O que sabia de meu povo vinha através de seus conhecimentos, dos diálogos, das memórias e vivências que tínhamos juntas. Isso acontecia porque a família de meu pai era não indígena e eu tinha mais convivência com a família de minha mãe, que, em sua grande maioria, entre os parentes próximos, era composta por mulheres. Portanto, era natural que meu corpo Karipuna, desde a infância, fosse formado apenas pelo lado materno e pelas *fam-iela* (mulheres).

Lembro que, quando era criança, na cidade de Belém, minha mãe e tias sempre falavam em Oiapoque, Uaçá, rio Curipi e aldeia, evidenciando que eram aqueles os lugares onde estavam as raízes de nossa identidade Karipuna. Enquanto minha avó Delfina, mesmo quando na cidade (pois, na velhice, ela saiu da aldeia), fosse em Belém ou na parte urbana de Oiapoque, falava apenas em kheuol e não falava o português porque não o soubesse – o compreendia muito bem –, mas porque ela queria manter a língua ativa em nossas memórias, para que, assim, a língua do não indígena não fosse a predominante entre nós. Minha avó falando o kheuol é a memória mais viva e afetiva que tenho dela, pois faleceu (realizou seu último *turé* rumo ao mundo dos *karuãna*)⁶ quando eu tinha cinco anos de idade; minha mãe não continuou a me ensinar a língua por acreditar que aprender apenas o português me bastaria, o que é algo que me remete a escrita de Lod Moraes (2018, p. 8), que expressa que:

Os parentes Galibi Kalinã que migraram da Guiana Francesa para o Oiapoque, durante a década de 1950, deixaram de transmitir a suas filhas e filhos sua língua de origem, que ela denomina como patoá holandês, hoje em dia, ainda de acordo com sua escrita, os mais velhos estariam a lamentar terem privado as gerações mais novas da aprendizagem de sua língua, visto que há na região de Oiapoque projetos voltados para a valorização e revitalização das línguas maternas dos povos da região.

Outra memória antiga que tenho, durante minha infância na cidade, é que observava que minhas parentas trabalhavam com temas relacionados aos povos indígenas e me perguntavam se, quando crescesse, também seguiria os mesmos caminhos que elas, que é o que está acontecendo no momento. Da infância, tenho memórias de acompanhar minha mãe até o serviço de minha tia Estela, em uma época em que trabalhou na loja ArteÍndia, pertencente à FUNAI, mesma loja e instituição em que minha mãe havia

sido funcionária antes de meu nascimento, sendo este seu primeiro emprego em Belém. Quando estava com elas na loja, tinha contato com cestarias, máscaras, plumárias, maracás, colares, pulseiras, anéis e outros adornos de povos de todos os biomas do Brasil. Minha mãe conta que a passagem delas pela FUNAI foi um período em que tiveram muito contato com o que a antropologia nomeia como 'cultura material', mas que seus contatos com as artes indígenas têm origem na aldeia, quando a mãe as ensinava a fazer cuias e grafismos (*marcas/mak*). Minha mãe não tem como me ensinar a fazer cuias em Belém, tal como minha avó as ensinava, porém demonstrava para mim as marcas de nosso povo: *Kuahi* (espécie de peixe), *Matuni* (caramujo), *Warukamã* (Estrela Dalva), *Kasab* (beiju) e *Aramari* (Cobra Grande), através de desenhos que realizava em papel e que guardamos como recordações. Foram os contatos com a 'cultura material' desde a aldeia com a mãe que a levaram a estudar ciências sociais.

Por inspiração do curso que minha mãe havia realizado e pelos trabalhos que realiza e que dialogam com a antropologia, escolhi cursar graduação em Ciências Sociais. Mas, para além disso, também queria compreender como as/os antropólogas/os pesquisavam com os povos originários? Quais destes são nossos parceiros e quais não o são? O que também me remete a uma curiosidade de Suzana Karipuna (comunicação pessoal, jul. 2020), que rememora sua infância e juventude, narrando que “sempre via muitos antropólogos na aldeia e que isso despertou sua curiosidade, sobre o que eles estudavam, por isso desejou se tornar uma antropóloga”.

Após estar no curso, no ano de 2016, comecei a estudar com as parentas. Estudar com as 'indígenas mulheres' foi uma sugestão de minha mãe, que percebia que este não era um tema tão discutido em nosso povo quando relacionado à antropologia, embora, naquela época, fosse um tema bastante discutido nos contextos dos

⁶ Em meu povo, quando a pessoa falece, sua alma passa a habitar o mundo dos *karuãna*, tal como aparece no poema de José Maria Leal Paes (Paes, 1986) sobre a morte do cacique Manoel Primo, em que expressa que a alma do cacique foi para o mundo dos *karuãna*, em cânticos de guerreiro, durante um *turé* da lua cheia.

movimentos indígenas, através da Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão (AMIM)⁷, uma associação que reúne as mulheres dos quatro povos de Oiapoque: Karipuna, Galibi Kalinã, Galibi Marworno e Palikur.

Após pesquisar sobre a bibliografia concernente às mulheres de Oiapoque (durante o ano de 2016), percebi que ela era constituída apenas por um artigo da antropóloga Assis (2012) e por um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Licenciatura Intercultural Indígena (CLII), da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), intitulado “As índias vão à luta: a trajetória da Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão e sua contribuição para o movimento indígena do Baixo Oiapoque”, pesquisa realizada pela parenta Ariana dos Santos Karipuna (A. Santos, 2016), que, mais tarde, foi publicado como artigo (A. Santos & Machado, 2019). Hoje em dia, a bibliografia de Oiapoque para com as mulheres conta com outras referências, a exemplo do TCC também em Licenciatura Intercultural Indígena (UNIFAP) de Lod Moraes (2018), intitulado “*Amiakô woli medela neí amiakô nimüdai elomem*: a transição de menina para mulher e a menstruação como rito de passagem entre os Galibi Kali’na”, e o projeto de mestrado em Letras, também pela UNIFAP, da parenta Bruna Almeida Karipuna, intitulado “*Ixtua Dji Fam-Iela* - narrativas orais de mulheres Karipuna: uma análise sobre o lugar de fala da mulher indígena do baixo Oiapoque”, que está em processo de conclusão. Acrescento que concluí meu TCC, intitulado “Mulheres Karipuna do Amapá: trajetórias de vida das *Fam-Iela*: uma perspectiva autoetnográfica” (Primo dos Santos Soares, 2018), no mesmo período em que Lod Moraes

(2018) concluiu sua pesquisa. Parte do TCC resultou no artigo “Sangue menstrual na sociedade Karipuna do Amapá” (Primo dos Santos Soares, 2019) e, no momento, estou a finalizar um projeto de mestrado intitulado “Ser indígena e antropóloga – tecendo pesquisas com as antigas – Aldeia Santa Isabel – povo Karipuna do Amapá”. Estou, ainda, publicando artigos em anais de evento sobre os resultados das pesquisas de TCC e mestrado e sobre a biografia de Suzana Karipuna (Primo dos Santos Soares & Primo dos Santos, 2020). Além destas pesquisas, no audiovisual, os indígenas Davi Marworno (povo Galibi Marworno) e Takumã Kuikuro (povo Kuikuro) produziram o curta metragem “Xandoca” (Marworno & Kuikuro, 2019), “que trata sobre Dona Xandoca, antiga do povo Karipuna, falecida em março de 2018. Dona Xandoca foi liderança, conselheira e parteira na aldeia Santa Isabel, sendo a segunda esposa de meu avô” (Primo dos Santos Soares, 2022, p. 75).

Junto a essas bibliografias concernentes às mulheres e os povos indígenas de Oiapoque, também houve, durante os anos de 2016 e 2018, o projeto “A mãe do corpo: aprendizagem, conhecimento e afinidade entre populações indígenas”, coordenado pela antropóloga Antonella Tassinari. De acordo com a pesquisadora, este projeto “tinha por objetivo analisar os conhecimentos, técnicas e cuidados relacionados à mãe do corpo entre os Karipuna e Galibi Marworno” (Tassinari, 2021a). A mãe do corpo é o útero. Tassinari coloca que o projeto “. . . tratava da dinâmica de compreensão sobre fertilidade, desenvolvimento do feto, vida intra-uterina, infância, pessoa, corporalidade, circulação de conhecimentos,

⁷ De acordo com A. Santos e Machado (2019, pp. 68-77), “a criação da AMIM foi fruto da articulação das mulheres indígenas do Oiapoque que buscavam se organizar para valorizar e dar autonomia ao trabalho feminino indígena e assim garantirem melhores condições de retorno financeiro para ajudar no sustento de suas famílias. Embora a Associação tenha sido criada em 2006, a articulação das mulheres nesse sentido começou bem antes, por volta da década de 1980, quando algumas indígenas procuraram a irmã Rebecca Spires para conversar sobre a possibilidade de haver ajuda do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) na oferta de cursos na área de corte e costura, e pintura de tecidos. . . . A partir desses encontros contínuos, as mulheres propuseram a criação da AMIM, que, com a ajuda de irmã Rebecca, foi institucionalizada e legalmente regulamentada. E eis que, depois de construir todas as articulações, as mulheres fizeram a primeira assembleia geral de mulheres indígenas na cidade de Oiapoque, no salão paroquial, com a presença de 29 mulheres dos quatro povos. Nos dias 5, 6 e 7 de maio de 2006, fundaram a Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão. Durante esses três dias, aprovaram o estatuto, nomearam os membros da diretoria e conselho fiscal. No mesmo ano, a associação foi registrada legalmente, a qual buscava inicialmente, como propósito maior, legitimar e organizar o trabalho executado por essas mulheres”.

afinidades com os seres sobrenaturais e experiências oníricas” (Tassinari, 2021a). Recentemente, o projeto resultou em artigo sobre os conhecimentos das mulheres Karipuna e Galibi-Marworno sobre as gestações, partos e puerpério (Tassinari, 2021a), sendo estas as pesquisas sobre as indígenas mulheres em Oiapoque.

Sucupira (2020, pp. 14-15) escreve que “. . . a maioria das produções de pós-graduação em todo o Brasil que versam sobre mulheres entre indígenas situados no norte amazônico brasileiro é tecida por mulheres, isto é, são pesquisadoras mulheres que convidam a pensar sobre esses temas”, afirmando que “. . . o diálogo com autores e autoras indígenas começa a parecer ainda timidamente nos últimos dois anos” (Sucupira, 2020, p. 15). Em Oiapoque, são majoritariamente as mulheres que tomam o protagonismo para com as pesquisas com mulheres e, em sua grande maioria, essas mulheres são indígenas (Karipuna e Galibi Kalinã). Essas pesquisas datam de 2012 em diante e vêm se fortalecendo desde então.

Em uma viagem para as aldeias Santa Isabel e Espírito Santo⁸, também no ano de 2016, comuniquei as/aos parentas/es que gostaria de estudar algo que tivesse relação com as mulheres Karipuna. Sobre isso, as parentas mais novas e os parentes homens sempre me diziam que eu tinha que ir com as antigas, conversar com elas, a fim de construir os estudos baseada no que elas me contassem. Nessas conversas, “elas sempre me orientavam a falar com outras antigas, pois talvez tivessem mais conhecimentos e soubessem de mais histórias do que elas” (Primo dos Santos Soares, 2022, p. 76).

A partir destas orientações, de parentas/es, comeci a perceber o quanto era importante ouvir as mais velhas, as memórias destas antigas Karipuna (o que é curioso, pois, em Belém, sempre estive cercada pelas mais velhas, pelo

que diziam e praticavam). As/os parentas/es também me contavam sobre o medo de perder uma/um antiga/o, pois, quando perdemos alguém mais velha/velho, significa que muitos dos nossos conhecimentos morrem junto com a pessoa. Sobre isso, as/os parentas/es nas aldeias diziam que nem todos os conhecimentos conseguem ser repassados por meio da oralidade e das práticas para as novas gerações, pois são muitos os saberes que uma/um antiga/o possuem. Portanto, se eu era uma jovem que gostaria de pesquisar com as mulheres e de conhecer sobre meu povo, mais junto com ele, era com as antigas que eu deveria estar.

Com relação a este mesmo tema, da perda de mais velhas/os, também, sempre ouvia as/os parentas/es de meu povo e de outros povos dizerem que “. . . nossos mais velhos e mais velhas são nossas bibliotecas vivas. . .” (Fontes, 2020, p. 180). A parenta Francineia Fontes Baniwa (Fontes, 2020, p. 180), em artigo no qual relata suas experiências de pesquisa na pós-graduação com as mulheres de seu povo, argumenta que “. . . é rico ser indígena, pois o mundo do indígena é uma biblioteca viva e seus dicionários para explicação são suas avós, avôs, pai. . .” Já Marcio Meira, antropólogo e historiador, disse, em entrevista, em abril de 2020, que “um ancião indígena que morre é uma perda para toda a humanidade” (Ribeiro, 2020); frase semelhante à do escritor Amadou Hampaté Bâ, que diz que a “. . . morte de um ancião é como se ardesse uma biblioteca. . .” (B. Santos, 2019, p. 90). Enquanto a antropóloga Tassinari (2021b), em blog sobre as memórias das viagens em que esteve conosco, o povo Karipuna, em Oiapoque, diz que “as memórias sobrevivem a você, quando passam a ser as memórias de outras pessoas”⁹. As memórias das antigas e antigos Karipuna sobrevivem quando se tornam também as memórias das/dos *jonfi/jonjã* (jovens) e dos *tx-imun* (crianças).

⁸ A aldeia Espírito Santo também se localiza na TI Uaçá. Ela fica em frente à aldeia Santa Isabel e o que as separa é apenas o rio Curipi, um dos afluentes do rio Uaçá. A viagem de canoa voadeira entre ambas dura cerca de dez minutos. Durante a graduação, também realizei pesquisas com as indígenas mulheres de Espírito Santo.

⁹ Esta é a epígrafe do blog de Antonella Tassinari sobre o Oiapoque. A frase não é de sua autoria, mas de alguém que ela nomeia como P. Urbano (ver Tassinari, 2021b).

Ao longo da transição da graduação para a pós-graduação, certos assuntos passaram a ser evocados pelas *fam-iela* e com mais frequência do que outros. Se no TCC havia realizado uma síntese etnográfica sobre como percebia as vivências das parentas e seus cuidados nas aldeias, além de trazer algumas vivências minhas na cidade, a partir do momento em que concluí o curso, percebi que as/os parentas/es começaram a expressar que eu me dedicasse a escrever mais sobre a aldeia Santa Isabel e sobre as memórias de Côco e Delfina, os fundadores desta aldeia e que, como mencionado, são meus avós maternos, mas sem solicitarem que eu deixasse de escrever com as parentas. Portanto, direcionei a pesquisa para escrever sobre o que elas/es me pediam, a partir das antigas que estavam mais próximas a mim. Portanto, passei a escrever sobre as trajetórias e vivências de um grupo de antigas com quem sempre convivi, minha mãe e tias, já que tais parentas são algumas das mulheres mais velhas a vivenciarem o processo de formação de Santa Isabel, além de serem as filhas de seus fundadores. Através de oralidades, memórias e conhecimentos, manifestados por meio de conversas e convivências com elas por anos, desde minha infância até a vida adulta, vou tecendo textos e colocando sobre a forma escrita as trajetórias dessas mulheres, a história da aldeia e as narrativas de nosso povo. Como dizem Soares-Pinto et al. (2020, p. 174), com coautoria de uma parenta Guarani Nhandewa, as “Mulheres indígenas (re)tomam a palavra, trazendo até os espaços da academia as histórias de suas mães, tias e avós, costurando a memória viva e a palavra escrita”.

Se trago a memória viva e a palavra escrita das antigas também é porque estas mesmas memórias e palavras me formaram e ainda me formam como mulher Karipuna. Lod Moraes (2018, p. 17), em seu texto, faz considerações sobre as mulheres Galibi Kalinã, que, a partir de minha leitura de mundo, também podem ser pensadas com relação às Karipuna, como quando expressa que a continuidade de seu povo está nas mãos das mulheres, que são quem mantêm os ensinamentos, as regras e os costumes, repassando-os às/aos filhas/os desde pequenas/os, nos cuidados cotidianos, pois são elas as responsáveis pelas futuras gerações de lideranças, pajés e guerreiras.

Minha mãe, Suzana, me explicou, ao rememorar a própria mãe, que é mãe da criança quem possui maior contribuição durante os primeiros anos de vida para a formação da pessoa Karipuna; não que o pai e outras/os parentas/es também não formem o corpo e ensinem a criança, mas, segundo ela, as maiores contribuições entre nosso povo são oriundas da mãe. No caso de Suzana, a mãe, além de lhe ensinar as artes e as linguagens com relação às cuias e aos inúmeros grafismos (*marcas/mak*), também foi quem lhe ensinou a língua, os trabalhos na roça, quem lhe deu conhecimentos sobre as plantas e os *karuãna*, quem lhe levava aos *turé*¹⁰ e aos pajés (*piai*). Com a mãe, Suzana também observou os conhecimentos sobre o partejar e sobre a costura, ao fazer roupas para as filhas, os filhos e o marido usarem no cotidiano ou quando fazia trajes de *verés*¹¹ para si e para as filhas, vestimenta feminina Karipuna usada em festas e que hoje em dia não é mais utilizada (S. Karipuna, comunicação pessoal, jan. 2017).

¹⁰ De acordo com o livro “O turé dos povos indígenas do Oiapoque”, “o turé é uma festa que acontece durante o período da lua cheia, nele se agradece às pessoas invisíveis que vivem no Outro Mundo, chamadas *karuãna*, pelas curas que elas realizam por meio das práticas xamânicas dos pajés” (Andrade, 2009, p. 11).

¹¹ Compunham o *verés* um conjunto com uma blusa larga de mangas compridas, cheia de pregas, que era vestida junto com uma saia, igualmente larga, chamada *sayá*. O tecido usado para fazer este traje era chita estampada, sendo comum, no cotidiano da aldeia, que as mulheres usassem apenas as saias, com a parte do corpo da cintura para cima nua. Segundo Suzana, há uma destas saias, oriunda dos Galibi Marworno, na Reserva Técnica de Etnográfica Curt Nimuendajú, do MPEG. Ainda de acordo com as palavras de Suzana, não se usava qualquer colar com esse traje. Os colares deveriam ser nas cores vermelho, branco e azul-escuro, sendo compridos, de miçangas, que enchiam o pescoço e que possuíam detalhes arredondados, chamados de ‘cabeças’. Esses colares são usados até hoje. O *verés* deixou de ser vestido por volta da década de 1960. Não há um consenso sobre como esta palavra (*verés*) é escrita, portanto, a escrevo aqui tal como a ouço (S. Karipuna, comunicação pessoal, jan. 2017 citada em Primo dos Santos Soares, 2022, p. 113).

Minhas relações com minha mãe passam pelo que ela aprendia com minha avó, com as tias e as irmãs, e que agora compartilha comigo em nosso cotidiano. Nossas relações passam pela história de Santa Isabel, pela cidade, pelas relações de parentesco com as mulheres e com os *karuãna*, pelas pajelanças, pelos momentos em que contamos os sonhos e pelas relações com as artes de nosso povo. Evoco, neste parágrafo, as relações de parentesco com os *karuãna*, pois Suzana é gêmea, e nas histórias de nosso povo os gêmeos são uma espécie de *karuãna* chamada *hoho*. As pessoas que são *hoho* (gêmeas) podem desenvolver o dom da pajelança. Minha mãe desenvolveu este dom para o sonhar e pelas manhãs, desde minha infância, me conta sobre seus sonhos de pajé, alguns dos quais viraram escrita, outros desenhos, outros não podem ser contados aos não indígenas.

Krenak (2020, pp. 37-38 citado em Primo dos Santos Soares, 2022, p. 123) “compreende a contação dos sonhos entre os parentes como uma atividade íntima e de veiculação de afetos, em que os sonhos afetam não só os parentes, mas também todo o mundo sensível”; enquanto Kopenawa e Albert (2015, p. 76) dizem que “. . . o sonho é uma escola e que é durante ele que se aprende as coisas de verdade”. De acordo com Krenak (2020) e Kopenawa e Albert (2015) (citados em Primo dos Santos Soares, 2022, p. 123),

aprendi com Suzana que os sonhos devem ser contados a aquelas e aqueles com quem desenvolvemos relações de parentesco e afeto, pelo horário da manhã ao acordar, e que o ato de contar ou ocultar o conteúdo dos sonhos afeta ao mundo visível (mundos humanos) e ao mundo invisível (mundo dos *karuãna*).

Minhas experiências e as experiências das parentas, e com elas, são o que constitui o corpo deste artigo, por isso o penso como sendo de autoria coletiva e autoetnográfica. A justificativa do porquê compreendo este estudo de tal maneira é algo que continuarei a desenvolver na próxima

seção. Mas adianto que o que escrevo é com base em conhecimentos coletivos de muitas parentas de várias gerações e que este texto não foi realizado de maneira solitária e, de forma alguma, é de autoria individual; ele é de autoria coletiva, de várias vozes, memórias e ações de parentas de um mesmo povo e que ecoam entre diferentes gerações.

A IMPORTÂNCIA DE FALARMOS EM NOSSOS PRÓPRIOS TERMOS: ESCRITA COLETIVA E AUTOETNOGRAFIA

A pensadora chicana¹² Anzaldúa (2000, p. 229) diz, em ensaio intitulado “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo”, que as mulheres não brancas que escrevem são invisíveis e que, ao escrevermos, falamos em línguas, tal como é mencionado no título de seu texto, só que “. . . os brancos não querem conhecer estas línguas e não se preocupam em aprendê-las”.

No caso de nós, indígenas, são as línguas de nossos povos originários, nas palavras de Anzaldúa (2000), são as línguas que refletem as nossas culturas e os nossos espíritos, pois há conhecimentos e acontecimentos que só fazem sentido se forem ditos em nossa língua materna e em nossos próprios termos, são intraduzíveis, inexistentes em outras línguas ou as outras línguas não dão conta de explicá-las por completo. Há aspectos das cosmologias dos povos indígenas que são intraduzíveis para a língua portuguesa, porque a lógica do pensamento de um povo indígena é distinta da lógica de pensamento dos povos não indígenas (Primo dos Santos Soares, 2022, pp. 48-49).

Sobre isso, a indígena antropóloga Linda Terena diz que nós, povos originários, “temos nossos conceitos, nossas palavras, nossos argumentos e nossa narrativa para nos apresentar ao mundo” (Amante, 2020).

Quando nós, povos originários, pesquisamos com nossos povos de origem, nossos parentes, trazemos para os territórios das universidades nossas memórias e epistemologias ancestrais. Mas, acerca disso, reflito a partir de Kilomba (2019, pp. 30-51), que questiona sobre a academia:

¹² Chicana/o é uma identidade correspondente a quem nasceu nos Estados Unidos, mas é filha/o de pais latino-americanos.

“Quem (dentro dela) pode falar? Quem pode produzir conhecimento? O conhecimento de quem é reconhecido?”. Para esta autora, as universidades não são espaços apenas do conhecimento, mas também de reprodução das violências, chamando atenção para a questão de que aqueles que pesquisam com seus povos ou grupos de origem são geralmente classificados como pessoas que estão a produzir um trabalho “interessante, mas pouco científico; demasiado subjetivo; pouco objetivo; muito emocional”. Para ela, tratam-se de máscaras que tentam silenciar nossas pesquisas e que nos posicionam nas margens, como portadoras de conhecimentos desviantes. Xacriabá (2018, p. 19), indígena do povo Xacriabá e antropóloga, escreve em sua dissertação que:

. . . nossos desafios como indígenas nas universidades são demarcar os territórios acadêmicos. Mas que nelas, muitos de nós não somos considerados como produtores e autores de conhecimentos. Além de que nas universidades somos constantemente questionadas sobre nossa capacidade de ocupar lugares na academia.

Ainda de acordo com Kilomba (2019, p. 53), as estruturas de validação do conhecimento são controladas por acadêmicas/os brancas/os. Posições de autoridade e comando na academia são negadas a indígenas e negras/os. Aquilo que não se enquadra na ordem eurocêntrica de conhecimento é considerado como algo que não constitui ciência. Kilomba completa o pensamento dizendo que o que encontramos na academia não é uma verdade objetiva científica, mas sim o resultado de relações desiguais de poder e ‘raça’, “. . . que ditam o que é considerado verdadeiro e no que se deve acreditar”. Além disso, todos falamos e escrevemos “. . . de um tempo e lugar específicos, de uma história e realidades específicas, não havendo discursos neutros e objetivos” (Kilomba, 2019, p. 53). No caso, o lugar específico de onde escrevo é o de minha realidade com as parentas e de indígena mulher Karipuna que transita entre a cidade e a aldeia ou, como dizem nossas lideranças indígenas mulheres da Articulação Nacional Mulheres Indígenas Guerreiras da

Ancestralidade (ANMIGA), “entre o chão da aldeia e do mundo” (“Manifesto das primeiras brasileiras...”, 2021).

Pugliese (2020, p. 425), em artigo sobre o resgate de obras filosóficas escritas por mulheres, diz: “. . . assim, resgatar a história individual é também o início do processo de construção da memória coletiva. Afinal, como insistiu Rimbaud: o eu é um outro – ou uma outra”. As memórias individuais, advindas de mim, minha mãe e minhas tias, compõem uma memória coletiva sobre a formação da aldeia Santa Isabel. O método para pesquisarmos juntas é semelhante ao que Aurora (2019, p. 110) realiza com suas parentas. Em artigo, e sobre suas pesquisas, ela diz que, como “. . . uma mulher Baniwa, seu trabalho foi realizado em conjunto com outras mulheres de seu povo, quando estas compartilhavam conhecimento e memória e que este foi o desenho metodológico realizado em sua pesquisa”. Minha mãe afirma que ela dá as histórias Karipuna para mim, mas prefiro os termos ‘partilhar’ ou ‘compartilhar’. Nós, indígenas mulheres, em nossos diálogos e vivências, compartilhamos nossos conhecimentos, memórias e afetos; e, assim como as antigas partilham comigo, um dia eu partilharei com outras mais novas. Portanto, compreender a autoria de nossos textos como individual é ir pelo caminho contrário daquilo que as antigas ensinam e do modo como agem para com as/os mais novas/os; é ir contra a lógica de meu povo.

Para continuar a tratar das pesquisas com as parentas, passo agora a abordar a escrita autoetnográfica, que conheci durante a graduação. Versiani (2013, pp. 57-71), pesquisadora da autoetnografia, diz que este é um conceito que ainda está em construção, podendo-se dizer que é composto pela autobiografia em diálogo com a antropologia, evocado através das memórias e das subjetividades. A autoetnografia, discutida por ela, é dialógica no sentido de que, nesta teoria da escrita, há um sujeito que conversa com os outros, ou seja, na escrita autoetnográfica existem outras subjetividades além da de quem redige o texto; na escrita do eu, há várias vozes que perpassam a pesquisa e que a tornam coletiva. Há um encontro de subjetividades e uma ligação entre o

subjetivo e o coletivo. Nela, não se fala sobre o outro, ou pelo outro, mas com o outro.

Kopenawa e Albert (2015, pp. 512-549) também compreendem a autoetnografia como algo que é baseado em relatos autobiográficos, escritos em primeira pessoa, um texto em que é possível a existência de uma multiplicidade de vozes, que compõem um mosaico narrativo. Em “A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami”, além das lembranças e reflexões pessoais, o que Kopenawa e Albert (2015, p. 539) trazem são as histórias e os valores de seu povo de origem, os Yanomami. Como ambos escrevem, “o ‘eu’ narrador é indissociável de um nós da tradição e da memória do grupo. Portanto, o que ouvimos é um ‘eu’ coletivo tornado autoetnografado”. Eles afirmam que a obra “. . . é tecida de lembranças pessoais tanto quanto de narrativas históricas, sonhos, mitos, visões e profecias xamânicas dos Yanomami” (Kopenawa & Albert, 2015, p. 539). Porém, Kopenawa e Albert (2015, pp. 69-76) também expressam que as palavras dos Yanomami são muito antigas e que não é necessário que os ‘desenhos de escrita’ (escrita) sejam colocados em ‘peles de imagem’ (papel), pois, segundo eles, as palavras estão gravadas dentro dos próprios Yanomami, em sua memória longa e forte, saindo de sua boca e permanecendo sempre próximas de si. Quando colocadas em ‘peles de imagem’, as palavras passam a ser conhecidas distante da floresta. Para o xamã Yanomami, desta forma, talvez, as várias gerações dos não indígenas passem a compreender seu povo.

Para Gama (2020), esta é uma teoria da escrita produzida a partir de “conhecimentos apreendidos através de nosso corpo, que se move e encontra diferentes ambientes, pessoas, objetos e experimenta diversas emoções”, pensando a autoetnografia como algo que “. . . envolve as ciências humanas, as artes e as emoções; como um gênero autobiográfico de escrita e de pesquisa que traz ao mesmo tempo o pessoal, a cultura e a vulnerabilidade”. Em um texto autoetnográfico, quem escreve e sobre quem se escreve são aspectos que se confundem, pois a pessoa que pesquisa e o pesquisado são os mesmos

elementos, não se apagando a voz daqueles que realizam o conhecimento (Gama, 2020, pp. 189-191).

Para Ramos (2007, p. 11), a autoetnografia realizada por indígenas é algo que nos faz passar da posição “. . . de sujeitos de pesquisa para a de pesquisadores. . .”, contexto que “. . . força as/os antropólogas/os que pesquisam com os povos originários a refletirem sobre a ética e a política que desenvolvem nas pesquisas”. Ramos (2007 citado em Primo dos Santos Soares, 2022, p. 63) também se refere ao fato de que a etnografia “implica um compromisso, em termos de parceria e diálogo, das/os antropólogas/os para com os povos indígenas, enquanto a autoetnografia possui o papel de ser a agencialidade plena destes povos na construção antropológica e nas autorias”. Para Ramos (2007, pp. 15-19), o conhecimento dos povos indígenas compreende uma outra lógica, que é incrivelmente complexa. A antropologia realizada com e pelos próprios sujeitos indígenas é “. . . um instrumento de defesa da diferença. . .”, uma antropologia que foge dos estereótipos e da mera “curiosidade vulgar”. Ao falar de suas observações com os jovens do povo Yanomami, afirma que, quando estes passaram a construir suas autoetnografias, “. . . tomaram para si a tarefa de obter de seus pais e avós o conhecimento erudito sobre o universo Yanomami”. Para Ramos (2007), a realização das autoetnografias é um processo de apropriação do saber etnográfico pelos sujeitos indígenas.

Refletindo sobre o que foi colocado nos parágrafos anteriores, o que busco fazer, em diálogo com as parentas, é trazer as nossas epistemologias na forma escrita, nas quais estão contidos nossos conhecimentos, histórias e os termos de nossa língua, que é o kheuol. Xacriabá, ao escrever sobre a epistemologia de seu povo, diz que este é epistemologia nativa alimentada na ciência do território (Xacriabá, 2018, p. 20). A epistemologia Karipuna é o ‘nosso-sistema’, um conceito já mencionado e que abrange o conjunto de práticas, rituais e conhecimentos presentes entre famílias que compõem o povo Karipuna (Tassinari, 2003).

Sobre a autoetnografia, compreendo que é uma teoria da escrita que se adequou à pesquisa, pois os escritos

que trazemos são redigidos em primeira pessoa e neles estão nossas biografias, vivências, diálogos e coletividades. As nossas coletividades, por sua vez, através do 'nós' ou do 'eu coletivo', correspondem ao mosaico de vozes mencionado por Kopenawa (Kopenawa & Albert, 2015); o que há nos textos são nossas lembranças pessoais e histórias individuais e/ou coletivas, que se relacionam à história de nosso povo como um todo. Aqui, os corpos são corpos-territórios e corpos em *maiuhi*. Os corpos-territórios trazem os conhecimentos através das oralidades e das memórias, colocando as emoções e os afetos através das subjetividades. As subjetividades aqui presentes são as de indígenas mulheres Karipuna, antigas, além da minha própria subjetividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DAR AS MÃOS

O *maiuhi* é um conceito existente entre os povos indígenas de Oiapoque – para nós, Karipuna, e para os Galibi Marworno, que falamos o kheuol, ele é *maiuhi*; para os Palikur, que falam o parikwaki, ele é *mayuka*. Em português, pode ser traduzido como mutirão, tal como o mutirão que aparece no nome da AMIM, ou pode ser compreendido como dar as mãos, em sinal de ajuda, por isso, em língua portuguesa, para nós, ajuda também é um sinônimo de mutirão.

De acordo A. Santos e Machado (2019, pp. 78-79), o *maiuhi* é o trabalho coletivo realizado nas roças ou os trabalhos realizados na aldeia que demandam a ajuda de várias pessoas. Ele é uma forma de reciprocidade, sendo que não participar de um *maiuhi*, ou seja, “não dar as mãos” no mutirão, é o mesmo que não dar as mãos em

uma atividade que é tradicional dos povos indígenas de Oiapoque, é não ajudar na atividade. Ainda de acordo com estes pesquisadores, a palavra *mutirão*, presente no nome da associação, quer dizer que as mulheres dos povos de Oiapoque estão “se dando as mãos” ao se organizarem a partir de objetivos comuns, que as faz unir forças para que as necessidades de todas as mulheres indígenas da região sejam enfrentadas em conjunto e atendidas (A. Santos & Machado, 2019, p. 80)¹³.

O *maiuhi*, como apresentado, é associado ao território e os corpos das indígenas são entendidos como corpos-territórios e corpos em *mutirão*, além de nós compreendermos o território como parenta/parente, especialmente como mulher (filha, tia, avó) e como mãe, como um lugar que nos nutre, tal como uma mãe que nutre suas/seus filhas/os. Mas também o compreendemos como útero, como cura e como alimento. Se o território é compreendido como mulher e como mãe, as mulheres também são compreendidas como território, como raízes ancestrais e guardiãs das memórias. Luene Karipuna (2021), ativista e estudante do curso de Licenciatura Intercultural Indígena (UNIFAP), diz que, “se o território é nosso corpo e espírito, nós temos que devolver a força para esse território e a força é dada através do cuidado” (Mídia Índia, 2021). A parenta declara, por fim, que o cuidado que o território tem com os seres humanos, ao nos oferecer os alimentos e as plantas, é o mesmo cuidado que uma mãe tem ao amamentar suas filhas e filhos (Mídia Índia, 2021).

Além disso, as mulheres também são compreendidas como as mães das aldeias, pois são elas que trazem

¹³ Nas palavras de A. Santos e Machado (2019, pp. 78-80), “o nome da associação faz referência a uma prática comum de trabalho coletivo na região indígena do Oiapoque, o *mutirão*. Essa atividade é utilizada principalmente para construir as roças nas proximidades das aldeias. Trata-se de uma forma de organização de trabalho comunitário utilizada por todos os povos indígenas da região. Tal trabalho pode ser utilizado para construção de casas, limpeza dos espaços comuns da aldeia, construção de roças e demais tarefas que necessitem de auxílio comunitário para a execução. No caso das roças, trabalho mais recorrente das famílias indígenas que demanda *mutirão*, essa atividade é organizada pela família proprietária da roça, que faz o convite para as demais famílias do grupo local, e essas se responsabilizam em ‘dar as mãos’ para quem fez o convite. . . . O fato social de ‘dar a mão’ para construir algo do interesse comum representa uma forma de reciprocidade. De acordo com a lógica dos indígenas da região do Oiapoque, uma pessoa que não se interessa em contribuir, em ajudar uma família que o convide para o *maiuhi* ou *mayuka*, esse não será merecedor de ajuda quando também necessitar das mãos dos outros (Capiberibe, 2009, p. 214). Não participar do *mutirão* também implica a possibilidade de não construir redes de sociabilidade com as outras pessoas. Implica não se interessar pelas coisas da comunidade, não se envolver com as questões sociais de seu povo. Portanto, ficará excluído da sociedade, não será bem-visto no grupo. . .”.

ao mundo as várias gerações de mulheres e homens, através das gestações. Há também em nosso-sistema a compreensão de que todos os territórios têm seus donos ou suas mães (*karuãna*) e que devemos pedir licença à mãe do lugar quando vamos entrar na mata ou em um igarapé, por exemplo.

Nós, povos originários, cuidamos e protegemos essa mãe, que é o território. É uma relação de reciprocidade e do que se entende como sustentabilidade da vida humana e da vida do planeta (Fleuri, 2017). Krenak (2019, pp. 16-17), na obra “Ideias para adiar o fim do mundo”, diz que os não indígenas foram se alienando da terra a partir do pensamento de que a terra é uma coisa e que a humanidade é outra, trazendo a discussão de que nós, os povos indígenas, não pertencemos a esta humanidade que se vê separada do território. Como o próprio nome da I da Marcha das Mulheres Indígenas diz e como a fala de Luene Karipuna já expressou, nós, povos originários, não somos algo distinto da terra, “ela é nosso próprio corpo e nosso espírito” (“Marcha das Mulheres Indígenas...”, 2019).

Tal como no *maiuhi* nas aldeias ou no nome da associação, também compreendo as pesquisas que realizo com as parentas como um dar as mãos de mulheres de gerações distintas, para a escrita de uma pesquisa que trata sobre nós, sobre nossas antigas, nossa aldeia e nosso povo de origem. Portanto, venho realizando um território de conhecimentos e de afetos com essas parentas através de um *maiuhi*, em que damos as mãos para limpar e organizar o território através dos diálogos, das vivências, das trocas de conhecimentos e dos cuidados. Logo, se escrevemos com bases nisso, reafirmo que compreendo como autoria coletiva, pois um *maiuhi* não se faz sozinha.

O *maiuhi* na roça une pessoas de diferentes gêneros e idades. No plantio da mandioca, os homens casados (*om/uom*) cavam os buracos onde serão postas as manivas e cortam as mandiocas depois de colhidas; as mulheres solteiras (*jonfi*) semeiam os buracos, colocando as manivas nos lugares cavados pelos homens, mas elas também colhem; enquanto as mulheres casadas (*fam-ielá*) jogam a

terra por cima das manivas, as plantando, elas também as colhem; os homens solteiros (*jonjã*) cortam e carregam os feixes de mandioca colhida. Este é um *maiuhi* tradicional, mas o conceito, com o passar dos anos, foi se ampliando para tarefas coletivas e de ajuda mútua. Minha mãe rememora mutirões em família, em que acompanhava o pai, a mãe, as irmãs e irmãos, mas também rememora momentos em coletivo em que fazia a farinha somente com as mulheres, no caso, as mães e as tias. Por ser magra, seu corpo não era considerado forte para ir para a roça, por isso, muitas vezes, ficava em casa, fazendo a comida, enquanto as/os parentas/es iam em *maiuhi*.

Quando digo que os corpos das mulheres Karipuna são corpos-territórios e corpos em mutirão, faço isso com relação ao território, para expressar nossa relação de conexão com os territórios e com a terra. Compreendendo que o termo ‘corpos-territórios’ é bastante presente nos movimentos indígenas de mulheres em nível nacional, regional e local. Já quando escrevo ‘corpos em mutirão’, explico que os corpos das indígenas mulheres são voltados para as coletividades. Não só os delas, pois *maiuhi* não é um conceito somente das mulheres, mas, como explicado, traço um recorte pelas mulheres e parentas mais próximas.

Escrever ou tecer conhecimentos com as mulheres em *maiuhi*, em tarefa coletiva, é trazer nossos pensamentos e memórias. É uma escrita coletiva que parte de nossas próprias construções como *fam-ielá* e como pessoas que realizam conhecimentos que partem de nossos corpos e territórios e que têm por base o que vem dos povos originários de Oiapoque, expressando a relevância de ouvirmos as indígenas mulheres, mas também de as lermos.

Algo que também desenvolvi neste texto, através deste *maiuhi*, é como as mulheres constroem parentesco entre si, como constroem corpos, pessoas e coletivos. Como vão me constituindo, me tecendo, como mulher Karipuna, a partir das convivências com elas. Evoco bastante a figura da mãe, pois é ela quem gesta, gera, cuida, alimenta e fortalece os corpos das *tx ifam* nos primeiros anos de vida, são elas que plantam sementes

de conhecimentos nas crianças e nos jovens, para que cresçam e se tornem árvores e florestas. Compreendo que as antigas constroem os corpos das mulheres das gerações seguintes. Acompanho minha mãe desde a mãe do corpo, ela me nutre e me cria com as histórias de nosso povo e dos povos vizinhos, em Oiapoque, mas me nutre também com um protagonismo indígena feminino.

REFERÊNCIAS

- Amante, V. (2020, dezembro 10). Julieta Paredes debate a força das mulheres indígenas e o feminismo comunitário. *Catarinas: Jornalismo com Perspectiva de Gênero*. <https://catarinas.info/julieta-paredes-debate-a-forca-das-mulheres-indigenas-e-o-feminismo-comunitario/>
- Andrade, U. M. (Org.). (2009). *O Turé dos povos indígenas do Oiapoque*. Museu do Índio/Fundação Nacional do Índio/IEPÉ.
- Anzaldúa, G. (2000). Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Estudos Feministas*, 8(1), 229-236.
- Assis, E. C. (2012). Descobrimos as mulheres indígenas no Uaçá – Oiapoque: uma antropóloga e seu diário de campo. *Genêro na Amazônia*, (1), 163-180.
- Aurora, B. (2019). A colonização sobre as mulheres indígenas: reflexão sobre cuidados com o corpo. *Interethnic@: Revista de Estudos em Relações Interétnicas*, 22(1), 109-115. <https://doi.org/10.26512/interethnica.v22i1.20530>
- Baniwa, G. S. L. (2006). *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Ministério da Educação. http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/indio_brasileiro.pdf
- Capiberibe, A. M. G. (2009). *Nas duas margens do rio: alteridade e transformações entre os Palikur na fronteira Brasil/Guiana Francesa* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Fleuri, R. M. (2017). Aprender com os povos indígenas. *Revista de Educação Pública*, 26(62/1), 277-294.
- Fontes, F. B. (2020). Minha escrevivência, experiências vividas e diálogo com as mulheres indígenas do Rio Negro – Amazonas/Brasil. *Cadernos de Campo (São Paulo – 1991)*, 29(1), 179-186. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29i1p179-186>
- Gama, F. (2020). A autoetnografia a como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla. *Anuário Antropológico*, 45(2), 188–208. <https://doi.org/10.4000/aa.5872>
- Gouveia Castelo Branco Barata, C. (2018). *Mulheres da montanha: corporeidade, dor e resistência entre indígenas* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará].
- Gow, P. (1997). O parentesco como consciência humana: o caso Piro. *Mana*, 3(2), 39-65. <https://doi.org/10.1590/S0104-93131997000200002>
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano* (J. Oliveira, Trad.). Cobogó.
- Kopenawa, D., & Albert, B. (2015). *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. Companhia das Letras.
- Kopytoff, I. (2012). Ancestrais enquanto pessoas mais velhas do grupo de parentesco na África. *Cadernos de Campo (São Paulo – 1991)*, 21(21), 233-250. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v21i2p233-250>
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.
- Krenak, A. (2020). *A vida não é útil*. Companhia das Letras.
- Lod Moraes, C. R. (2018). *Amiakô woli medela neí amiakô nimüdaí elomem: a transição de menina para mulher e a menstruação como rito de passagem entre os Galibi Kali'na* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Amapá].
- Marcha das mulheres indígenas: “Território: Nosso Corpo, Nosso Espírito”. (2019, agosto 21).
- Manifesto das primeiras brasileiras: as originárias da Terra – a mãe do Brasil é indígena. (2021, março 8). <https://anmiga.org/manifesto/>
- Marworno, D., & Kuikuro, T. (2019). *Xandoca* [Filme]. MT/Brasil.
- Mídia Índia. (2021, Julho 05). *Março das originárias da terra: a mãe do Brasil é indígena*. <https://youtu.be/nhEL3oMe3sY>
- Paes, J. M. L. (1986, maio 7). *Do Karipurá ao Curipi: a viagem do mestre Côco ao último turé*. https://www.academia.edu/47960367/Do_Karipur%C3%A1_ao_Curipi
- Primo dos Santos Soares, A. M. (2018). *Mulheres Karipuna do Amapá: trajetórias de vida das fam-iela: uma perspectiva Autoetnográfica* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Pará].
- Primo dos Santos Soares, A. M. (2019). Sangue menstrual na sociedade Karipuna do Amapá. *Amazônica: Revista de Antropologia*, 11(2). <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v11i2.7548>
- Primo dos Santos Soares, A. M. (2022). *Ser indígena e antropóloga: tecendo pesquisas com as antigas – Aldeia Santa Isabel – Povo Karipuna do Amapá* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará].

- Primo dos Santos Soares, A. M., & Primo dos Santos, S. (2020, outubro-novembro 30-6). A Cobra e o Maracá encantam: Memórias e vivências de Suzana – Mulher Karipuna do Amapá. *Anais da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Associação Brasileira de Antropologia, Rio de Janeiro.
- Pugliese, N. (2020). Sobre o resgate de obras filosóficas escritas por mulheres e algumas implicações pedagógicas. *Revista PHILIA*, 2(2), 418–444. <https://doi.org/10.22456/2596-0911.104438>
- Ramos, A. R. (2007). Do engajamento ao desprendimento. *Campos: Revista de Antropologia*, 8(1), 11-32. <http://dx.doi.org/10.5380/cam.v8i1.9559>
- Ribeiro, F. M. (2020, abril 12). Coronavírus: “Um ancião indígena que morre é uma perda para toda a humanidade”. *Amazônia Real*. <https://amazoniareal.com.br/coronavirus-um-anciao-indigena-que-morre-e-uma-perda-para-toda-a-humanidade-diz-marcio-meira/>
- Rosário, R. P., Alves, D. A., & Acácio, M. S. J. (2019). Ensino da arte indígena Tembê Tenetehar: Cestaria e grafismo. In J. C. P. M. Alencar, C. E. Silva & E. J. B. Solano (Orgs.), *A produção do conhecimento em contextos indígenas: Diálogos interculturais para o ensino em linguagens e artes* (pp. 179-192). EDUEPA.
- Santos, A. (2016). *As índias vão à luta: A trajetória da Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão e sua contribuição para o movimento indígena do Baixo Oiapoque* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Amapá].
- Santos, A., & Machado, T. L. (2019). As mulheres no Movimento Indígena de Oiapoque: Uma reflexão a partir da Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão. *Espaço Ameríndio*, 13(1), 67. <https://doi.org/10.22456/1982-6524.80987>
- Santos, B. S. (2019). *O fim do império cognitivo: A afirmação das epistemologias do sul*. Autêntica Editora.
- Soares-Pinto, N., Affonso, A. M. R., & Benítes, S. (2020). Mulheres indígenas e suas coexistências - uma apresentação. *Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)*, 29(1), 173-178. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29i1p173-178>
- Sucupira, G. (2020, dezembro 1-11). Do Uaçá ao Iaco: uma travessia pelas pesquisas sobre mulheres e gênero entre os povos indígenas do norte amazônico brasileiro. *Anais do 44º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, São Paulo.
- Tassinari, A. (2021a). A “mãe do corpo”: conhecimentos das mulheres Karipuna e Galibi-Marworno sobre gestação, parto e puerpério. *Horizontes Antropológicos*, 60(1), 95-126. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000200004>
- Tassinari, A. (2021b, janeiro 2). Blog Memórias do Oiapoque. <https://memoriasoiapoque.wordpress.com/>
- Tassinari, A. M. I. (2003). *No bom da festa: o processo de construção cultural das famílias Karipuna do Amapá*. Edusp.
- Tembé, R. C. S., Alves, D. A., & Acácio, M. S. J. (2019). Indumentárias e adornos tradicionais Tembê: Uma proposta didática. In J. C. P. M. Alencar, C. E. Silva & Solano, E. J. B. (Orgs.), *A produção do conhecimento em contextos indígenas: diálogos interculturais para o ensino em linguagens e artes* (pp. 227-240). EDUEPA.
- Versiani, D. B. (2013). Autoetnografia: Uma alternativa conceitual. *Letras de Hoje*, 37(4).
- Xacriabá, C. N. C. (2018). *O Barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: Reativação da memória por uma educação territorializada* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília].

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. CIÊNCIAS HUMANAS

POLÍTICA EDITORIAL

Foco e escopo

O *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* tem como missão publicar trabalhos originais em arqueologia, história, antropologia, linguística indígena e disciplinas correlatas, bem como promover a diversidade no que se refere à equidade de gêneros e grupos étnicos e à representatividade geográfica.

Políticas de seção

A revista aceita colaborações em português, espanhol, inglês e francês para as seguintes seções:

Artigos Científicos – textos analíticos originais, resultantes de pesquisas com contribuição efetiva para o avanço do conhecimento. De 15 até 30 laudas.

Artigos de Revisão – textos analíticos ou ensaísticos originais, com revisão bibliográfica ou teórica de determinado assunto ou tema. De 15 até 30 laudas.

Notas de Pesquisa – relato preliminar mais curto que um artigo, sobre observações de campo, dificuldades e progressos de pesquisa em andamento, enfatizando hipóteses, comentando fontes, resultados parciais, métodos e técnicas utilizados. Até 15 laudas.

Memória – seção que se destina à divulgação de acervos ou seus componentes que tenham relevância para a pesquisa científica; de documentos transcritos parcial ou integralmente, acompanhados de texto introdutório; e de ensaios biográficos, incluindo obituário ou memórias pessoais. Até 20 laudas.

Debate – ensaios críticos sobre temas da atualidade. Até 15 laudas.

Resenhas Bibliográficas – texto descritivo e/ou crítico de obras publicadas na forma impressa ou eletrônica. Até cinco laudas.

Teses e Dissertações – descrição sucinta, sem bibliografia, de dissertações de mestrado, teses de doutorado e livedocência. Uma lauda.

O *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* publica resumos de teses e dissertações, mas não publica capítulos de teses ou de dissertações. Entendida a necessidade e o interesse acadêmico na divulgação de resultados oriundos da formação em nível de pós-graduação, recomenda-se, para esses casos, a produção de artigo científico com texto distinto do original, dando ênfase ao que se destaca na pesquisa da tese ou dissertação e com uso de citação direta, onde adequado. Essa orientação contempla monografias em geral, bem como trabalhos de conclusão de curso de graduação.

A revista não aceita resumos expandidos, textos na forma de relatório e nem trabalhos previamente publicados em qualquer meio de acesso público.

Processo de avaliação pelos pares

A revista possui um Conselho Científico. Os trabalhos submetidos são primeiramente avaliados pelo Editor Científico ou por um dos Editores Associados. O Editor reserva-se o direito de sugerir alterações nos trabalhos recebidos ou devolvê-los, caso não estejam de acordo com os critérios exigidos para publicação.

Uma vez aceitos, os artigos seguem para avaliação dos pares (*peer-review*). Os artigos são analisados por dois especialistas, no mínimo, que não integram a Comissão Editorial e emitem pareceres independentes. Caso haja discordância entre os pareceres, o trabalho é submetido a outro(s) especialista(s). Caso mudanças ou correções sejam recomendadas, o trabalho é devolvido ao(s) autor(es), que terão um prazo

de 30 dias para elaborar nova versão. Em atenção aos princípios de equidade étnica, de gênero e de representatividade geográfica, a revista tem o compromisso de potencializar a diversidade de opiniões especialistas, resguardados, obviamente, os princípios de expertise e formação exigidos.

Após receber os pareceres anônimos, o Editor decide quanto à aceitação do artigo para publicação. Se aceito, o(s) autor(es) é/são convidado(s) a revisar o artigo com base nos pareceres e nas observações do Editor. O(s) autor(es) deve(m) explicar como a revisão foi realizada, dar justificativa em caso de não acatar sugestão dos pareceres, devendo obrigatoriamente usar a ferramenta “Controle de alterações” do *Word* para realizar as alterações no texto. O artigo revisado deve ser enviado através da plataforma *online*, por meio do *link* de revisão disponível em “PAINEL AUTOR” na plataforma *ScholarOne*, clicando em “CRIAR UMA REVISÃO”.

Após a aprovação, os trabalhos são publicados por ordem de chegada. O Editor Científico também pode determinar o momento mais oportuno.

Um autor só poderá submeter nova contribuição passado período de 12 meses a contar da data da submissão anterior.

Ao final do documento, um fluxograma demonstra as etapas do processamento editorial na revista.

Política de *preprint*

Seguindo orientações dadas pela *SciELOPreprints*, que busca acelerar a comunicação científica, o periódico, ao receber submissões de artigos cuja temática requer veiculação imediata do conteúdo, sugere aos autores que depositem os textos na *SciELO Preprints* enquanto ocorre o processo de avaliação (SciELO, 2021)¹.

Recomendações éticas

O periódico segue as diretrizes do *Committee on Publication Ethics* (COPE), bem como o uso do “Guia de boas práticas para o fortalecimento da ética na publicação científica”. (2018), e segue as recomendações do Comitê Internacional de Editores de Revistas Médicas (*International Committee of Medical Journal Editors* - ICMJE) para garantir a integridade dos resultados publicados pela revista.

O plágio é visto como um crime editorial, sendo uma conduta inaceitável para o periódico. Como forma de evitar esta falta de ética, o *BMPEG. Ciências Humanas* utiliza o *software* antiplágio *iThenticate*, do *Crossref*.

Declaração de direitos autorais

Todo o conteúdo do periódico, está licenciado sob uma *Licença Creative Commons* do tipo atribuição BY. A revista segue as recomendações do Movimento do Acesso Aberto (*Open Access*), disponibilizando todo o conteúdo da revista de modo *online* e gratuito.

A publicação implica cessão integral dos direitos autorais do trabalho à revista. A declaração para a cessão de direitos autorais é enviada pela secretaria por *e-mail* ao autor de correspondência, após a aceitação do artigo para publicação. O documento deve ser assinado por todos os autores.

Pesquisas com seres humanos

Pesquisas que envolvam seres humanos devem atender à Resolução CNS n° 466/2012 <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Em submissões resultantes de pesquisas com grupos humanos, é atribuição do(s) autor(es) enviarem,

¹ SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE (SciELO). SciELO Preprints em operação. **SciELO em Perspectiva**, São Paulo, 7 abr. 2020. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2020/04/07/scielo-preprints-em-operacao/#.YKfdGfIKjIU>. Acesso em: 21 maio 2021.

no ato da submissão do manuscrito, o termo de consentimento livre e esclarecido, documento pertinente ao cadastramento do estudo no Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos. Recomenda-se ainda que os autores mencionem no manuscrito a aprovação a aprovação da pesquisa por Comitê de Ética reconhecido pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, do Conselho Nacional de Saúde (CONEP-CNS).

Indexadores

Anthropological Index Online;

Anthropological Literature;

Directory of Open Access Journals (DOAJ);

Citas Latinoamericanas em Ciencias Sociales y Humanidades (CLASE);

International Bibliography of the Social Sciences (IBSS);

Latindex;

Redalyc;

Scientific Electronic Library Online (SciELO);

SCOPUS ELSEVIER.

Apresentação de artigos

O *Boletim* recebe contribuições somente em formato digital. Os arquivos digitais dos artigos devem ser submetidos *online* na plataforma *ScholarOne* via o site da revista <http://http://editora.museu-goeldi.br/humanas> ou diretamente via o *link* <https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo>, fornecendo obrigatoriamente as informações solicitadas pela plataforma. Antes de enviar seu trabalho, o autor precisa verificar se foram cumpridas as normas da revista. Disso depende o início do processo editorial.

Cadastramento

O(s) autor(es) deve(m) realizar o cadastro (*Login/Senha*), criando uma conta pessoal na plataforma *online*, na seção “CRIAR UMA CONTA”, e preencher corretamente o perfil. O cadastramento/criação de uma conta precisa ser feito somente uma vez. Após isso, a conta deve ser usada para todas as submissões de trabalhos, revisões e pareceres.

Ao submeter o artigo, é necessário que todos os autores realizem cadastro na base de identificação acadêmica internacional *Connecting Research and Researchers* (ORCID). O cadastro é necessário para autores e coautores. A publicação científica atribui o *Digital Object Identifier* (DOI) nos trabalhos publicados, bem como adota a publicação contínua de artigos aprovados pela revista.

Encaminhamento

Para submeter um novo trabalho, o autor precisa fazer o *login* na plataforma *online* e clicar em “AUTOR”. Após realizar este passo, o autor deve buscar a janela “PAINEL AUTOR” e iniciar o processo de submissão através do *link* “INICIAR NOVA SUBMISSÃO”, no qual deverá realizar os sete passos:

• Etapa 1: Tipo, título e resumo

- Escolher o tipo de trabalho (artigo, resenha etc.).
- Preencher o título do trabalho.
- Fornecer o resumo.

- **Etapa 2: Carregamento de arquivos**

- Fazer o *upload* do(s) arquivo(s).

(Pelo menos um dos arquivos deve representar o documento principal).

- **Etapa 3: Atributos**

- Acrescentar palavras-chave (3 até 6).

- **Etapa 4: Autores e instituições**

- Especificar se o submissor é o próprio autor ou se é um terceiro.
- Especificar autor de correspondência.
- Fornecer a contribuição do CRediT.

- **Etapa 5: Avaliadores**

- Especificar revisores da sua preferência e/ou aqueles que gostaria de evitar. É discricão da revista acatar ou não os avaliadores recomendados.

- **Etapa 6: Detalhes e comentários**

- Especificar quem financiou a pesquisa.
- Declarar que o trabalho foi submetido exclusivamente para o *Boletim* e ainda não foi publicado.
- Declarar que o trabalho está conforme as normas éticas da disciplina.
- Afirmar que os arquivos submetidos estão completamente anônimos, para possibilitar avaliação por pares.
- Declarar se há conflito de interesse. No caso de haver, especificar.

- **Etapa 7: Avaliar e submeter**

- Verificar se todas as informações e arquivos estão completas, visualizar a prova em PDF e concluir a submissão, clicando em "SUBMETER".

Os trabalhos, depois de formatados, são encaminhados por *e-mail*, em PDF, para aprovação final dos autores, que devem responder com a maior brevidade possível. Nessa etapa, não são aceitas modificações no conteúdo do trabalho ou que impliquem alteração na paginação. Caso o autor não responda ao prazo, a versão formatada é considerada aprovada.

Diretrizes para autores

Todas as submissões devem ser enviadas por meio da plataforma de submissão *online* **ScholarOne**.

Os originais devem ser enviados:

1. Em Word, com fonte Times New Roman, tamanho 12, entrelinha 1,5, em laudas sequencialmente numeradas. Os trabalhos de linguística indígena devem utilizar fonte compatível com o padrão Unicode, como Arial, Calibri, Cambria, DéjàVu, Tahoma e outras que incluam todos os símbolos fonéticos do Alfabeto Fonético Internacional - AFI (International Phonetic Alphabet – IPA). Times New Roman é preferível, mas inclui IPA em Unicode somente a partir das últimas edições de Windows. **Nunca** improvisar símbolos do IPA usando letras comuns com tachamento (imitando *i*, *u* etc.).
2. Da primeira página, devem constar:

- a. título (no idioma do texto e em inglês);
 - b. resumo;
 - c. *abstract*;
 - d. palavras-chave e *keywords*.
3. Os originais não podem incluir o(s) nome(s) do(s) autor(es) e nem agradecimentos.
 4. Deve-se destacar termos ou expressões por meio de aspas simples.
 5. Apenas termos científicos latinizados e palavras em língua estrangeira devem constar em itálico.
 6. Os artigos deverão seguir as recomendações da *APA 7th Edition - Citation Guide* (acesso gratuito em <https://apastyle.apa.org/blog/coronavirus-response>) para uso e apresentação de citações e de referências.
 7. Tabelas devem ser digitadas em *Word*, sequencialmente numeradas, com legendas claras.
 8. Todas as figuras (ilustrações, gráficos, imagens, diagramas etc.) devem ser apresentadas em páginas separadas e numeradas, com as respectivas legendas, e submetidas na plataforma *online* em arquivos à parte. Devem ter resolução mínima de 300 DPI e tamanho mínimo de 1.500 pixels, em formato JPEG ou TIFF, obedecendo, se possível, as proporções do formato de página do *Boletim*, nos limites de 16,5 cm de largura e 20 cm de altura (para uso em duas colunas) ou 8 cm de largura e 20 cm de altura (para uso em uma coluna). As informações de texto presentes nas figuras, caso possuam, devem estar em fonte Arial, com tamanho entre 7 e 10 pts.
 9. Figuras feitas em programas vetoriais podem ser enviadas, preferencialmente, em formato aberto, na extensão .cdr (X5 ou inferior), .eps ou .ai (CS5 ou inferior).
 10. O texto do artigo deve, obrigatoriamente, fazer referência a todas as tabelas, gráficos e ilustrações.
 11. Seções e subseções no texto não podem ser numeradas.
 12. Somente numeração de páginas e notas de rodapé devem ser automáticas. Textos contendo numeração automatizada de seções, parágrafos, figuras, exemplos, ou outros processos automatizados, como referenciação e compilação de lista de referências, não serão aceitos.
 13. Observar cuidadosamente as regras de nomenclatura científica, assim como abreviaturas e convenções adotadas em disciplinas especializadas.
 14. Notas de rodapé devem ser numeradas em algarismos arábicos e utilizadas apenas quando imprescindíveis, nunca como referências.
 15. Citações e referências a autores no decorrer do texto devem subordinar-se à seguinte forma: sobrenome do autor (não em caixa alta), ano, página(s). Exemplos: (Goeldi, 1897, p.10); Goeldi (1897, p.10).
 16. Todas as obras citadas ao longo do texto devem estar corretamente referenciadas ao final do artigo, e todas as referências no final do artigo devem ser citadas no texto.

Estrutura básica dos trabalhos

1. **Título** – No idioma do texto e em inglês (quando este não for o idioma do texto). Deve ser escrito em caixa baixa, em negrito, centralizado na página.
2. **Resumo e Abstract** – Texto em um único parágrafo, verbo na voz ativa e terceira pessoa do singular, ressaltando os objetivos, método, resultados e conclusões do trabalho, com no mínimo 100 palavras e, no máximo, 200, no idioma do texto (Resumo) e em inglês (Abstract). A versão para o inglês deverá ser feita ou corrigida por um falante nativo (preferivelmente um colega da área), o que é de responsabilidade do(s) autor(es).
3. **Palavras-chave e Keywords** – Três a seis palavras que identifiquemos tem as do trabalho, para fins de indexação em bases de dados.

4. **Texto** – Deve ser composto de seções NÃO numeradas e, sempre que possível, com introdução, marco teórico, desenvolvimento, conclusão e referências. Evitar parágrafos e frases muito longos. Optar pela voz passiva, evitando o uso da primeira pessoa do singular e do plural ao longo do texto. Siglas devem inicialmente ser escritas por extenso. Exemplo: “A Universidade Federal do Pará (UFPA) prepara novo vestibular”. Citações com menos de 40 palavras devem estar dentro do parágrafo e entre aspas duplas (“); citações com 40 ou mais palavras devem ser destacadas do texto, com recuo de 1,3 cm da margem esquerda, com fonte menor e, conforme o exemplo a seguir:

Com efeito, a habitação em cidades é essencialmente anti natural, associa-se a manifestações do espírito e da vontade, na medida em que se opõem à natureza. Para muitas nações conquistadoras, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram. Max Weber mostra admiravelmente como a fundação de cidades representou para o Oriente Próximo e particularmente para o mundo helenístico e para a Roma imperial, o meio específico de criação de órgãos locais de poder, acrescentando que o mesmo fenômeno se encontra na China, onde ainda durante o século passado, a subjugação das tribos Miaotse pode ser identificada à urbanização das suas terras (Buarque de Holanda, 1978, p.61).

5. **Agradecimentos** – Devem ser sucintos: créditos de financiamento; vinculação a programas de pós-graduação e/ou projetos de pesquisa; agradecimentos pessoais e institucionais. Nomes de pessoas e instituições devem ser escritos por extenso, explicando o motivo do agradecimento. Note que a primeira versão submetida é para avaliação anônima e deve estar sem agradecimentos.
6. **Referências** – Devem ser listadas ao final do trabalho, em ordem alfabética, de acordo com o sobrenome do primeiro autor. No caso de mais de uma referência de um mesmo autor, usar ordem cronológica, do trabalho mais antigo ao mais recente. Todas as referências devem seguir as recomendações da *APA 7th Edition - Citation Guide*.

Normas e padrões bibliográficos

A utilização correta das normas referentes à elaboração de referências e o uso adequado das novas regras de ortografia da Língua Portuguesa nos artigos e demais documentos encaminhados à revista são de responsabilidade dos autores. A seguinte lista mostra vários exemplos de referências nas suas categorias diferentes:

Livro

Veríssimo, J. (1906). *A educação nacional* (2 ed.). Livraria Francisco Alves.

Citação no texto: Veríssimo (1906) ou (Veríssimo, 1906)

Vidal, W. N., & Vidal, M. R. R. (1986). *Botânica-organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos* (3ed.). UFV.

Citação no texto: Vidal e Vidal (1986) ou (Vidal & Vidal, 1986)

Wieczorek, A., Rosendahl, W., & Schlothauer, A. (Orgs.). (2012). *Der Kult um Kopf und Schädel*. Verlag Regionalkultur.

Citação no texto: Wieczorek et al. (2012) ou (Wieczorek et al., 2012)

Capítulo de livro

Grünewald, R. A. (2004). Etnogênese e 'regime de índio' na Serra do Umã. In J. P. Oliveira (Org.), *A viagem da volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena* (pp. 139-174). Contra Capa Livraria.

Citação no texto: Grünewald (2017) ou (Grünewald, 2017)

Carneiro da Cunha, M. (1992). Política indigenista no século XIX. In M. Carneiro da Cunha (Org.), *História dos índios no Brasil* (pp. 133-154). Companhia das Letras.

Citação no texto: Carneiro da Cunha (1992) ou (Carneiro da Cunha, 1992)

Série/Coleção

Goeldi, E. (1900). *Escavações arqueológicas em 1895: executadas pelo Museu Paraense no litoral da Guiana Brasileira entre Oiapoque e Amazonas* (Memórias do Museu Goeldi, n.1). Museu Paraense de História Natural e Ethnografia.

Citação no texto: Goeldi (1900) ou (Goeldi, 1900)

Artigo de periódico

Gurgel, C. (1997). Reforma do Estado e segurança pública. *Política e Administração*, 3(2), 15-21.

Citação no texto: Gurgel (1997) ou (Gurgel, 1997)

Jantz, R. L., & Owsley, D. W. (2001). Variation among early North America crania. *American Journal of Physical Anthropology*, 114(2), 146-155. [https://doi.org/10.1002/1096-8644\(200102\)114:2<146::AID-AJPA1014>3.0.CO;2-E](https://doi.org/10.1002/1096-8644(200102)114:2<146::AID-AJPA1014>3.0.CO;2-E)

Citação no texto: Jantz e Owsley (2001) ou (Jantz & Owsley, 2001)

Posth, C., Nakatsuka, N., Lazaridis, I., Skoglund, P., Mallick, S., Lamnidis, T. C., . . . Reich, D. (2018). Reconstructing the deep population history of Central and South America. *Cell*, 175(5), 1-13. <https://doi.org/10.1016/j.cell.2018.10.027>

Citação no texto: Posth et al. (2018) ou (Posth et al., 2018)

Velthem, L. H. V. (2012). O objeto etnográfico é irreduzível? Pistas sobre novos sentidos e análises. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 7(1), 51-66. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222012000100005>

Citação no texto: Velthem (2012) ou (Velthem, 2012)

Tersis, N., & Carter-Thomas, S. (2005). Investigating syntax and pragmatics: word order and transitivity in Tunumiisut. *International Journal of American Linguistics* 71(4), 473-500.

Citação no texto: Tersis e Carter-Thomas (2005) ou (Tersis & Carter-Thomas, 2005)

Artigo e/ou matéria de jornal

Naves, P. (1999, junho 28). Lagos andinos dão banho de beleza. *Folha de S. Paulo*, Turismo, Caderno 8, p. 13.

Citação no texto: Naves (1999) ou (Naves, 1999)

Artigo e/ou matéria de jornal em meio eletrônico

Justiça suspende obra de captação de água para a Grande São Paulo. (2017, maio 5). *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1881436-justica-suspende-duas-obras-de-captacao-de-agua-para-grande-sp.shtml>

Citação no texto: "Justiça suspende" (2017) ou ("Justiça suspende" 2017)

Silva, I. G. (1998, setembro 19). Pena de morte para o nascituro. *O Estado de S. Paulo*. <http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo225.shtml>

Citação no texto: Silva (1998) ou (Silva, 1998)

Trabalho apresentado em evento

Brayner, A. R. A., & Medeiros, C. (1994, dezembro). Incorporação do tempo em SGBD orientado ao bjetos. In *Anais do Simpósio Brasileiro de Banco de Dados*, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Citação no texto: Brayner e Medeiros (1994) ou (Brayner & Medeiros, 1994)

Trabalho apresentado em evento em meio eletrônico

Silva, R. N., & Oliveira, O. (janeiro, 1996). Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação. In *Anais Eletrônicos do Congresso de Iniciação Científica da UFPe*, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. <https://www.ufpe.br/propesq/anais/educ/ce04.htm>

Citação no texto: Silva e Oliveira (1996) ou (Silva & Oliveira, 1996)

Mensagens de Internet: lista de discussão eletrônica e outras comunidades *online*

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. (2018, julho 16). Boletim de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi discute patrimônio indígena [Facebook]. <https://www.facebook.com/boletimgoeldiCH/>

Citação no texto: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas (2018) ou (Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 2018)

Blog SciElo em Perspectiva Humanas. (2018, junho 13). Cultura ancestral para entender a Amazônia de ontem e de hoje [Blog]. <http://humanas.blog.scielo.org/blog/2018/06/13/cultura-ancestral-para-entender-a-amazonia-de-ontem-e-de-hoje/>

Citação no texto: Blog SciElo em Perspectiva Humanas (2018) ou (Blog SciElo em Perspectiva Humanas, 2018)

Documento jurídico

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (18 ed.). (1998). São Paulo: Saraiva.

Citação no texto: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1998) ou (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988,1998)

Decreto n. 3.298. (1999, dezembro 20). Regulamenta a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Citação no texto: Decreto n. 3.298 (1999)

Documento jurídico em meio eletrônico

Resolução n.17, de junho de 1991. Coleção de Leis da República Federativa do Brasil. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/ressen/1991/resolucao-17-14-junho-1991-480998-publicacaooriginal-1-pl.html>

Citação no texto: Resolução n. 17, de junho de 1991

Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1997/medidaprovisoria-1569-9-11-dezembro-1997-377059-publicacaooriginal-1-pe.html>

Citação no texto: Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997

Trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e monografias)

Benchimol, A. (2015). *Resgate e ressignificação da pesquisa no Museu Paraense Emílio Goeldi: presença e permanência de cientistas estrangeiros (1894-1914) na produção científica de autores atuais (1991-2010)* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].

Citação no texto: Benchimol (2015) ou (Benchimol, 2015)

Moore, D. (1984). *Syntax of the language of the Gavião Indians of Rondônia, Brazil* [Tese de doutorado, University of New York].

Citação no texto: Moore (1984) ou (Moore, 1984)

Documento de arquivo

Campos, E. (1964, janeiro 11). *Carta à Bienal de São Paulo*. Arquivo Histórico Wanda Svevo. Fundação Bienal de São Paulo, São Paulo.

Citação no texto: Campos (1964) ou (Campos, 1964)

Salles, V. (1974, março 28). *Carta a Lúcio Flávio Pinto*. Material histórico-cultural - Vicente Salles. Correspondência expedida - Comunicação. Coleção Vicente Salles. Biblioteca do Museu da Universidade Federal do Pará, Belém.

Citação no texto: Salles (1974) ou (Salles, 1974)

Meios audiovisuais

Herzog, W. (Produtor & Diretor). (1970). *Os anões também começaram pequenos* [Filme]. Werner Herzog Filmproduktion.

Citação no texto: Herzog (1970) ou (Herzog, 1970)

Divulgação

Os artigos são divulgados integralmente no formato PDF no sítio da revista, no *Digital Publishing Platform* (ISSUU), no DOAJ e no SciELO, além de redes sociais como o Facebook.

Endereço para correspondência:

Museu Paraense Emílio Goeldi

Editor do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas

Av. Perimetral, 1901 - Terra Firme

CEP 66077-830

Belém - PA - Brasil

Telefone: 55-91-3075-6186

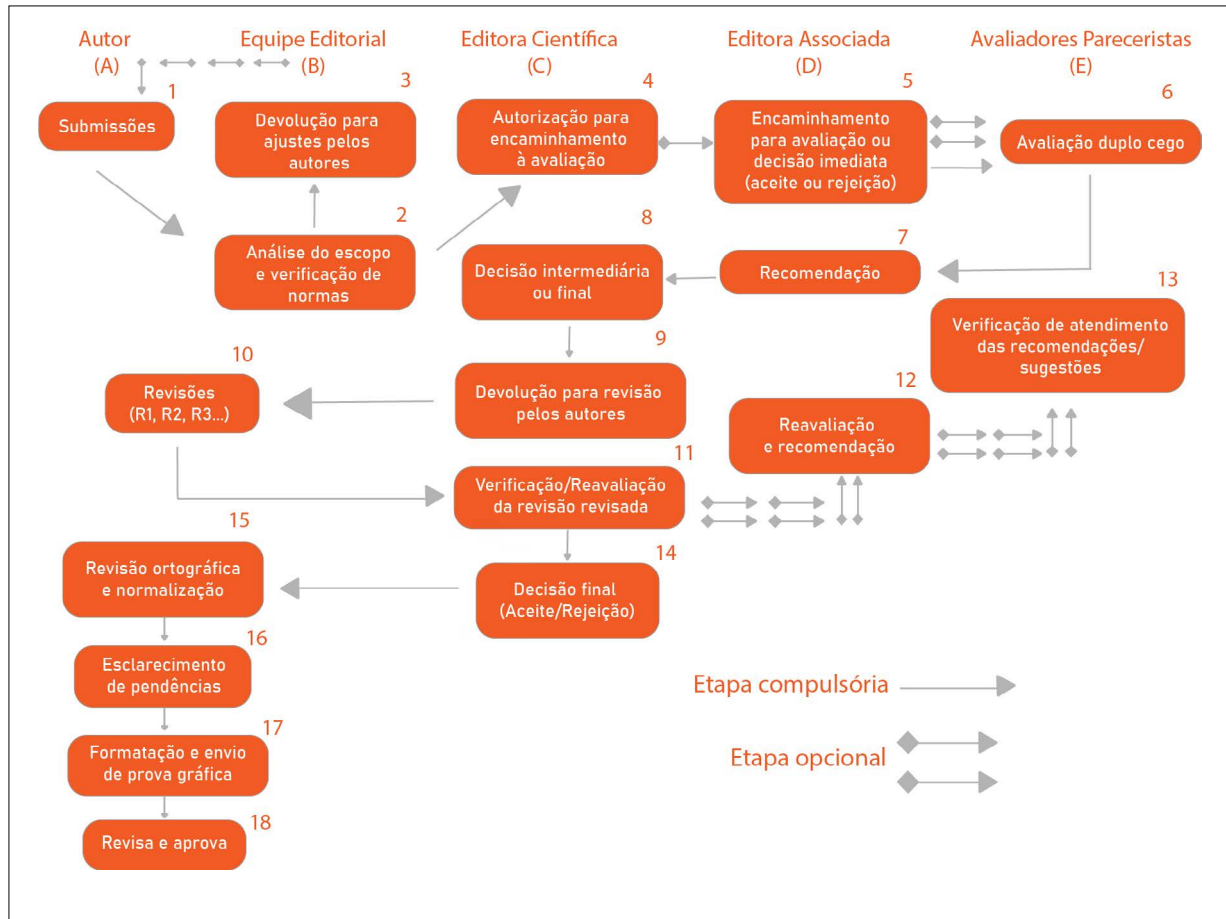
E-mail: boletim.humanas@museu-goeldi.br

Patrocínio da revista

Museu Paraense Emílio Goeldi

Ministério da Ciência Tecnologia e Inovações.

Fluxograma do processamento editorial no *BMPEG. Ciências Humanas*



Fonte: Beltrão e Silva (2020, p. 13)².

² BELTRÃO, Jimena Felipe; SILVA, Taíse da Cruz. **Guia de processamento editorial em periódico científico: a experiência do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humana no uso da plataforma ScholarOne.** Belém, 2020. 25p. Disponível em: <http://editora.museu-goeldi.br/humanas/>. Acesso em: 11 jun. 2021.

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. CIÊNCIAS HUMANAS

EDITORIAL POLICY

Focus and scope

The *Bulletin of the Museu Paraense Emílio Goeldi Human Sciences* has the mission to publish original work in archeology, history, anthropology, indigenous linguistics, and correlated subjects, as well as promote diversity regarding equity of genders, ethical groups, and geographical representativity.

Section Policies

The journal accepts contributions in Portuguese, Spanish, English and French for the following categories:

Research Articles – original scientific articles reporting on research, that effectively contribute to the advancement of knowledge. Between 15 and 30 pages.

Review Articles – analytical texts or essays that contain a bibliographical or theoretical review of a certain subject or topic. Between 15 and 30 pages.

Short Communications – short preliminary reports on field observations, challenges faced and progress made in ongoing research emphasizing hypotheses, mentioning sources, partial results, materials and methods. Maximum length: 15 pages.

Memory – this category includes texts about collections or items in collections considered relevant for scientific research; fully or partly transcribed documents with an introductory text; biographical essays, including obituaries or individual memories. Maximum length: 20 pages.

Debate – critical essays on current issues. Maximum length: 15 pages.

Book Reviews – descriptive and/or critical reviews of printed or electronic publications. Maximum length: five pages.

Theses and Dissertations – a brief description (without bibliography) of master's theses and doctoral or other postgraduate dissertations. One page.

The *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* (Human Sciences) publishes abstracts of theses and dissertations, but does not publish chapters of these works. We recognize that need and academic interest in disseminating results stemming from graduate-level work exist, and in these cases recommend drafting a scientific article containing unique text which differs from the original, emphasizing notable points in the research and utilizing direct citations where appropriate. This guidance contemplates monographs in general, as well as undergraduate program completion work.

The journal does not accept extended abstracts, texts in the form of reports, nor work previously published in any public access mean.

Peer evaluation process

The journal has a Scientific Council. Manuscripts are first examined by the Editor or by one of the Associate Editors. The Editor has the right to recommend alterations to the submitted manuscripts or to return them when they fail to comply with the journal's editorial policy.

Upon acceptance, manuscripts are submitted to peer-review and are reviewed by at least two specialists who are not members of the Editorial Board. In the event of discrepancy between the reviews, the manuscript is submitted to other referee(s). In case changes or corrections are recommended, the manuscript is returned to the author(s), who have thirty days to submit a new version. In keeping

with the principles of equity of ethnicity, gender, and geographical representation, the journal is committed to potentializing the diversity of expert opinions, obviously safeguarding the required principles of expertise and education.

After receiving the anonymous peer reviews, the Editor decides whether the article is accepted for publication. If accepted, the author is requested to revise the article on the basis of the reviews and the Editor's observations. The author must also explain how the revision was done and provide justification in case the advice of the reviewer(s) was not followed. It is obligatory to use the "Track Changes" function in Word, when applying changes. The revised article should be submitted via the online platform, via the revision link at "AUTHOR RESOURCES", by clicking on "CREATE REVISION".

An author may only submit a new contribution after twelve months, counting from the previous submission date.

Preprint policy

Following the guidance provided by SciELO *Preprints*, which seeks to accelerate scientific communication, upon receiving submissions of articles on themes that require immediate dissemination of the content, the journal suggests to the authors to deposit the texts at SciELO *Preprints* while the evaluation process occurs (SciELO, 2021).

Ethical recommendations

The journal follows the guidelines of the *Committee on Publication Ethics* (COPE), uses the "Guia de boas práticas para o fortalecimento da ética na publicação científica" (2018), and follows the recommendations of the *International Committee of Medical Journal Editors* (ICMJE) to guarantee the integrity of the results published by the journal.

Plagiarism is seen as an editorial crime, being unacceptable conduct to the journal. As a way to prevent this harmful practice, the *BMPEG Human Sciences* uses the anti-plagiarism software *iThenticate*, from *Crossref*.

Copyright statement

The entire content of the journal is licensed under a *Creative Commons License* of the BY attribution type. The journal follows the recommendations of the *Open Access Movement*, making its entire content available *online* and free of charge.

Publication of a manuscript entails transfer of copyright to the journal. A declaration of Assignment of Copyrights of the published work, signed by all authors, must be submitted together with the revised manuscript sent by Secretariat.

Human research

The entire content of the journal is licensed under a *Creative Commons License* of the BY attribution type. The journal follows the recommendations of the *Open Access Movement*, making its entire content available *online* and free of charge.

Publication of a manuscript entails transfer of copyright to the journal. A declaration of Assignment of Copyrights of the published work, signed by all authors, must be submitted together with the revised manuscript sent by Secretariat.

Indexers

Anthropological Index Online;

Anthropological Literature;

Directory of Open Access Journals (DOAJ);

Citas Latinoamericanas em Ciencias Sociais y Humanidades (CLASE);

International Bibliography of the Social Sciences (IBSS);

Latindex;
Redalyc;
Scientific Electronic Library Online (SciELO);
SCOPUS ELSEVIER.

Article proposals

The Boletim only accepts original contributions in digital format. Digital manuscripts should be submitted via the online platform, which is accessible through the website of the Boletim <<http://http://editora.museu-goeldi.br/humanas>> or directly via ScholarOne the link <<https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo>>, providing additional information requested during the various steps of the submission process. Before submitting your work, please make sure you have followed all the instructions detailed in this document; this is crucial in order to begin the editorial process.

Registration

Authors must register in order to create a password-protected personal account on the online platform in the section "CREATE NA ACCOUNT" or "NEW USER" and correctly fill in the profile. Registration and the creation of an account need be done only once. Thereafter, the account should be used for current and future submissions to the Boletim. At submission, all authors must inform ORCID IDs. Registering with ORCID at <http://orcid.org/> is a requirement to all including co-authors. The scientific publication attributes the Digital Object Identifier (DOI) to the published works, as well as adopts the system of continuous publication of articles accepted.

Submission

In order to submit a new contribution, authors must log into their account on the online platform and click on "AUTHOR CENTER". After completing this step, proceed to the "AUTHOR RESOURCES" window and start the submission process via the link "CLICK HERE TO SUBMIT A NEW MANUSCRIPT", following seven steps:

- **Step 1: Type, Title, & Abstract**

- Choose type of manuscript (article, review, etc.).
- Title of manuscript.
- Provide the abstract.

- **Step 2: File Upload**

- Upload the files.
- (At least one of the files should represent the Main Document)

- **Step 3: Attributes**

- Add key words (3 to 6).

- **Step 4: Authors & Institutions**

- Declare whether the manuscript is submitted by the author, or by another person.

- **Step 5: Reviewers**

- Optionally name potential reviewers that are preferred, or non-preferred. It is the journal's discretion to accept the names suggested.
- Specify Corresponding Author.
- Provide CRediT Contribution.

- **Step 6: Details & Comments**

- Specify who funded the research that resulted in the submission.
- Declare that the work was submitted exclusively to the Boletim and has not been published elsewhere.
- Declare that the work is in accordance with ethical norms.
- Confirm that the submitted files are entirely anonymous, so as to enable anonymous peer review.
- Declare whether there is any conflict of interest. If there is, please specify.

- **Step 7: Review & Submit**

- Verify that all information and files are complete, view the PDF proof, and finalize the submission by clicking on "SUBMIT".

After having been formatted by the editorial staff, the articles will be sent in PDF format to the authors via the *ScholarOne* e-mail system for final approval, and must be returned as soon as possible. Requested changes in the text have to be marked and commented as clearly as possible in the PDF document. At this stage, changes concerning content or changes resulting in an increase or decrease in the number of pages will not be accepted.

Author guidelines

Preparing the manuscript for submission

All manuscripts have to be submitted via the online platform *ScholarOne*. Original manuscripts must be prepared observing the following requirements:

1. 'Word for Windows format, Times New Roman font, size 12, line spacing 1.5, and pages must be numbered. Articles on linguistics must use a font that is compatible with the Unicode standard, such as Arial, Calibri, Cambria, Déjà Vu, Tahoma and others that include the IPA extended set of phonetic symbols. Times New Roman is preferred, but it includes the full IPA in Unicode only in more recent editions of Windows. One should **never** improvise IPA characters such as *ï*, *ü*, etc. by applying strike-through of common characters.
2. "The cover page must contain the following information:
 - a. 'Title (in the original language and in English);
 - b. 'Abstract;
 - c. 'Resumo (a Portuguese abstract in case the original is English);
 - d. Keywords and their equivalent *palavras-chave* in Portuguese.
3. The manuscript must include neither the name(s) of the author(s) nor acknowledgements.
4. To highlight terms or phrases, please use single quotation marks.
5. Only foreign language words and phrases and Latinized scientific terms should be in italic type.
6. The articles should follow the recommendations of the APA 7th Edition - Citation Guide for the presentation and use of bibliographical information: citation in documents and references.

7. Tables should be in Word format, numbered in sequence, with clear captions.
8. All figures (illustrations, graphs, images, diagrams, etc.) must be submitted to the online platform in separate files with their respective legends in the designated field. Minimum resolution is 300 dpi, minimum size 1,500 pixels; JPEG or TIFF files only. If possible, please use the Boletim's page formatting proportions (16.5 cm wide x 20 cm high, for two columns, or 8 cm wide x 20 cm high, for one column). Text contained in figures must be legible and in Arial 7–10 point font.
9. Images created in vectoral programs should be provided in open format, with either a .cdr (X5 or inferior), .eps or .ai (CS5 or inferior) extension.
10. All tables, graphs and images must obligatorily be mentioned in the body of the text.
11. Sections and subsections in the text must not be numbered.
12. Only page numbering and the numbering of footnotes should be automatic. Texts containing automatically numbered sections, paragraphs, figures, examples or any other automatized processes cannot be accepted.
13. Texts must fully comply with scientific naming rules, abbreviations and other conventions current in the specific fields of discipline.
14. Footnotes should be used only when strictly necessary, never for reference to published work, and should be indicated in Arabic numbers.
15. Reference to works cited throughout the text should conform to the following convention: author's last name (not in upper case), year, page(s). Examples: (Goeldi, 1897, p. 10); Goeldi (1897, p. 10).
16. All references used throughout the text must be listed at the end of the article, and all works listed should be mentioned in the text.

Basic text structure

1. **Title** – The title must appear both in the original language of the text and in English (or Portuguese, in case English is the original language). The title must be in lower case in bold type, centralized on the page.
2. **Abstract** – This section should be a single paragraph and highlight the goals, methods and results of the research, with a minimum length of 100 words and a maximum length of 200 words. The abstract should be presented both in the original language of the text and in English (or Portuguese, in case the original language is English). The translated abstract must either be composed or corrected by a native speaker, which is the responsibility of the authors.
3. **Keywords** – Three to six words that identify the topics addressed in the article, for the purpose of indexation in databases.
4. **Body of the text** – The text should be subdivided into sections that are NOT numbered. Articles should preferably contain the following components/sections: introduction, theoretical background, main text, conclusion, references. Lengthy paragraphs and/or sentences should be avoided. Acronyms should be preceded by the word or phrase to which it refers to when appearing for the first time. Example: "The Universidade Federal do Pará (UFPA) is preparing a new admission exam". Quotations of less than 40 words should be included in the body of the text between double quotation marks (""). Quotations of 40 or more words are separated from the text and indented in block, with no quotation marks, the font size being smaller than the font used in the text.

The road down into the Guaporé Valley was in quite good condition, for it had not yet begun to rain heavily, and we made good time to the ranch known as Estrela do Guaporé. There, I talked briefly with the administrator, a man named Alvaro, and then with Kim, who was recuperating from malaria. Kim was very pale and weak, and our talk was brief and constrained. I found out later that he had actually gone to Brasília and told the FUNAI that Sílbene was urging the Indians to kill cattle. In fact, Sílbene had told the Indians to defend their gardens, which were on demarcated land, from invading cattle (Price, 1989, p. 119).

5. **Acknowledgements** – Should be brief and can mention: support and funding; connections to graduate programs and/or research projects; acknowledgement to individuals and institutions. The names of individuals and institutions should be written in full, together with a motivation for the acknowledgement. Note that the first submitted version of the article should be without acknowledgements, because of the anonymous peer-review process.
6. **References** – Should be listed at the end of the text in alphabetical order according to the last name of the first author. In the event of two or more references to a same author, please use chronological order. References should comply with APA 7th Edition - Citation Guide.

Bibliographic rules and standards

It is the author's responsibility to comply with reference formatting norms and the most current usage rules for the Portuguese language in articles and other documents submitted to the journal. The following list contains various examples of the different types of references:

Book

Veríssimo, J. (1906). *A educação nacional* (2nd ed.). Livraria Francisco Alves.

Quote in the text: Veríssimo (1906) or (Veríssimo, 1906)

Vidal, W.N., & Vidal, M. R. R. (1986). *Botânica - organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos* (3th ed.). UFV.

Quote in the text: Vidal and Vidal (1986) or (Vidal & Vidal, 1986)

Wieczorek, A., Rosendahl, W., & Schlothauer, A. (Orgs.). (2012). *Der Kult um Kopf und Schädel*. Verlag Regionalkultur.

Quote in the text: Wieczorek et al. (2012) or (Wieczorek et al., 2012)

Book chapter

Zaccara, M. (2017). Mulheres artistas em Pernambuco: uma introdução. In M. Zaccara (Org.), *De sinhá prendada a artista visual: os caminhos da mulher artista em Pernambuco* (pp. 16-48). Madalena Zaccara.

Quote in the text: Zaccara (2017) or (Zaccara, 2017)

Carneiro da Cunha, M. (1992). Política indigenista no século XIX. In M. Carneiro da Cunha (Org.), *História dos índios no Brasil* (pp. 133-154). Companhia das Letras.

Quote in the text: Carneiro da Cunha (1992) or (Carneiro da Cunha, 1992)

Series/Collection

Goeldi, E. (1900). *Escavações arqueológicas em 1895: executadas pelo Museu Paraense no litoral da Guiana Brasileira entre Oiapoque e Amazonas* (Memórias do Museu Goeldi, n. 1). Museu Paraense de História Natural e Ethnografia.

Quote in the text: Goeldi (1900) or (Goeldi, 1900)

Scientific journal article

Gurgel, C. (1997). Reforma do Estado e segurança pública. *Política e Administração*, 3(2), 15-21.

Quote in the text: Gurgel (1997) or (Gurgel, 1997)

Jantz, R. L., & Owsley, D. W. (2001). Variation among early North America crania. *American Journal of Physical Anthropology* 114(2), 146-155. [https://doi.org/10.1002/1096-8644\(200102\)114:2<146::AID-AJPA1014>3.0.CO;2-E](https://doi.org/10.1002/1096-8644(200102)114:2<146::AID-AJPA1014>3.0.CO;2-E)

Quote in the text: Jantz and Owsley (2001) or (Jantz & Owsley, 2001)

Posth, C., Nakatsuka, N., Lazaridis, I., Skoglund, P., Mallick, S., Lamnidis, T. C.,... Reich, D. (2018). Reconstructing the deep population history of Central and South America. *Cell*, 175(5), 1-13. <https://doi.org/10.1016/j.cell.2018.10.027>

Quote in the text: Posth et al. (2018) or (Posth et al., 2018)

Velthem, L. H. V. (2012). O objeto etnográfico é irreduzível? Pistas sobre novos sentidos e análises. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 7(1), 51-66. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222012000100005>

Quote in the text: Velthem (2012) or (Velthem, 2012)

Tersis, N., & Carter-Thomas, S. (2005). Investigating syntax and pragmatics: Word order and transitivity in Tunumiisut. *International Journal of American Linguistics*, 71(4), 473-500.

Quote in the text: Tersis and Carter-Thomas (2005) or (Tersis & Carter-Thomas, 2005)

Newspaper article

Naves, P. (1999, June 28). Lagos andinos dão banho de beleza. *Folha de S. Paulo*, Turismo, Caderno 8, p. 13.

Quote in the text: Naves (1999) or (Naves, 1999)

Article and/or newspaper article in electronic media

Justiça suspende obra de captação de água para a Grande São Paulo. (2017, May 5). *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1881436-justica-suspende-duas-obras-de-captacao-de-agua-para-grande-sp.shtml>

Quote in the text: "Justiça suspende" (2017) or ("Justiça suspende" 2017)

Silva, I. G. (1998, September 19). Pena de morte para o nascituro. *O Estado de S. Paulo*. <http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo225.shtml>

Quote in the text: Silva (1998) or (Silva, 1998)

Work presented in event

Brayner, A. R. A., & Medeiros, C. (1994, December). Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In *Anais do Simpósio Brasileiro de Banco de Dados*, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Quote in the text: Brayner and Medeiros (1994) or (Brayner & Medeiros, 1994)

Work presented in event in electronic media

Silva, R. N., & Oliveira, O. (January, 1996). Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação. In *Anais Eletrônicos*

do Congresso de Iniciação Científica da UFPe, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. <https://www.ufpe.br/propesq/anais/educ/ce04.htm>

Quote in the text: Silva and Oliveira (1996) or (Silva & Oliveira, 1996)

Internet messages: electronic mailing list and other online communities

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. (2018, July 16). Boletim de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi discute patrimônio indígena [Facebook]. <https://www.facebook.com/boletimgoeldiCH/>

Quote in the text: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas (2018) or (Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 2018)

Blog SciELO em Perspectiva Humanas. (2018, June 13). Cultura ancestral para entender a Amazônia de ontem e de hoje [Blog]. <http://humanas.blog.scielo.org/blog/2018/06/13/cultura-ancestral-para-entender-a-amazonia-de-ontemedede-hoje/>

Quote in the text: Blog SciELO em Perspectiva Humanas (2018) or (Blog SciELO em Perspectiva Humanas, 2018)

Legal document

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (18th ed.). (1998). Saraiva.

Quote in the text: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1998) or (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 1998)

Decreto n. 3.298. (1999, December 20). Regulamenta a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Quote in the text: Decreto n. 3.298 (1999)

Legal document in electronic media

Resolução n. 17, de junho de 1991. Coleção de Leis da República Federativa do Brasil. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/ressen/1991/resolucao-17-14-junho-1991-480998-publicacaooriginal-1-pl.html>

Quote in the text: Resolução n. 17, de junho de 1991

Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1997/medidaprovisoria-1569-9-11-dezembro-1997-377059-publicacaooriginal-1-pe.html>

Quote in the text: Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997

Academic works (theses, dissertations and monographs)

Benchimol, A. (2015). *Resgate e ressignificação da pesquisa no Museu Paraense Emílio Goeldi: presença e permanência de cientistas estrangeiros (1894-1914) na produção científica de autores atuais (1991-2010)* [Doctoral dissertation, Universidade Federal do Rio de Janeiro].

Quote in the text: Benchimol (2015) or (Benchimol, 2015)

Moore, D. (1984). *Syntax of the language of the Gavião Indians of Rondônia, Brazil* [Doctoral dissertation, University of New York].

Quote in the text: Moore (1984) or (Moore, 1984)

Archive document

Campos, E. (1964, January 11). *Carta à Bienal de São Paulo*. Arquivo Histórico Wanda Svevo. Fundação Bienal de São Paulo, São Paulo.

Quote in the text: Campos (1964) or (Campos, 1964)

Salles, V. (1974, March 28). *Carta a Lúcio Flávio Pinto*. Material histórico-cultural - Vicente Salles. Correspondência expedida - Comunicação. Coleção Vicente Salles. Biblioteca do Museu da Universidade Federal do Pará, Belém.

Quote in the text: Salles (1974) or (Salles, 1974)

Audiovisual media

Herzog, W. (Produtor & Diretor). (1970). *Os anões também começaram pequenos* [Film]. Werner Herzog Filmproduktion.

Quote in the text: Herzog (1970) or (Herzog, 1970)

Publication

The articles are published in full in PDF format on the journal website, the *Digital Publishing Platform* (ISSUU), the DOAJ, SciELO, and on social networks such as Facebook.

Postal address

Museu Paraense Emílio Goeldi

Editor do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas

Av. Perimetral, 1901 - Terra Firme

CEP 66077-830

Belém - PA - Brazil

Phone: 55-91-3075-6186

E-mail: boletim.humanas@museu-goeldi.br

Sponsorship

Museu Paraense Emílio Goeldi

Ministério da Ciência Tecnologia e Inovações.

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. CIÊNCIAS HUMANAS

POLÍTICA EDITORIAL

Enfoque y alcance

El *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* tiene como misión publicar trabajos originales de arqueología, historia, antropología, lingüística indígena y disciplinas relacionadas, así como promover la diversidad respecto a la equidad de género y grupos étnicos y a la representatividad geográfica.

Políticas de sección

El *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* admite contribuciones para las siguientes secciones:

Artículos Científicos: deben ser textos analíticos originales, con una extensión máxima de 30 páginas, resultantes de estudios e investigaciones que representen contribuciones significativas para el avance del conocimiento.

Artículos de Revisión: textos analíticos o ensayos originales, con una extensión máxima de 30 páginas, que contengan revisión bibliográfica o teórica de un determinado tema.

Notas de Investigación: texto más corto que un artículo, con extensión máxima de 15 páginas, que trate sobre observaciones de campo, avances de investigaciones en curso o en fase inicial, enfatizando hipótesis, comentando fuentes, técnicas y métodos utilizados y resultados parciales.

Memoria: sección destinada a la difusión de acervos que sean relevantes para la investigación científica; de documentos transcritos parcial o integralmente, acompañados de un texto introductorio; y de ensayos biográficos, que incluye notas de fallecimiento o memorias personales. Deben tener una extensión máxima de 15 páginas.

Debate: ensayos críticos sobre temas de la actualidad. Hasta 15 páginas.

Reseñas Bibliográficas: texto descriptivo o crítico de obras publicadas en forma impresa o electrónica. Extensión máxima de cinco páginas.

Tesis de Maestría y Doctorado: descripción sucinta, de máximo una página, de tesis de maestría, doctorado y habilitación docente, sin bibliografía. El *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* publica resúmenes de tesis, pero no publica capítulos de tesis de maestría ni doctorado. Entendida la necesidad o interés académico en la difusión de resultados oriundos de la formación en nivel de posgrado, en estos casos se recomienda la producción de un artículo científico con un texto diferente al original, con énfasis en lo que se destaca en la investigación de la tesis y con uso de citas directas cuando fuera pertinente. Estas instrucciones contemplan monografías en general, así como también trabajos de final de carrera de grado.

La revista no acepta resúmenes extendidos, textos en forma de informe, ni trabajos previamente publicados en ningún medio de acceso público.

Proceso de evaluación de pares

La revista posee un Consejo Científico. Los trabajos presentados primero son analizados por el Editor o por uno de los Editores Asociados. El Editor se reserva el derecho de sugerir modificaciones a los trabajos recibidos o devolverlos caso no estén de acuerdo con los criterios exigidos para su publicación.

Una vez aprobados, los artículos pasan por una evaluación de pares (peer-review). Los artículos son analizados por dos especialistas como mínimo, que no integran la Comisión Editorial y emiten opiniones de forma independiente. En el caso de haber discrepancia

entre las opiniones, el trabajo será enviado a otro(s) especialista(s). En el caso de que se recomiende hacer cambios o correcciones, el trabajo se devolverá al(los) autor(es), que tendrá(n) un plazo de 30 días para elaborar una nueva versión. En conformidad con los principios de equidad étnica, de género y de representatividad geográfica, la revista tiene el compromiso de potencializar la diversidad de opiniones especializadas, cumpliendo, naturalmente, los principios de especialización y formación exigidos.

Después de ser aprobados, los trabajos se publican por orden de llegada. El Editor Científico también puede determinar el momento más oportuno.

Un autor podrá presentar una nueva contribución solamente luego de transcurrido el período de 12 meses a partir de la fecha de envío anterior.

Política de *preprint*

La revista, siguiendo las instrucciones dadas por SciELO *Preprints*, que busca acelerar la comunicación científica al recibir envíos de archivos cuya temática requiere difusión inmediata del contenido, sugiere a los autores que envíen los textos a SciELO *Preprints* mientras se realiza el proceso de evaluación (SciELO, 2021).

Recomendaciones éticas

La revista sigue las directrices del *Committee on Publication Ethics* (COPE), así como el uso de la "Guía de buenas prácticas para el fortalecimiento de la ética en la publicación científica" (2018), y sigue las recomendaciones del Comité Internacional de Editores de Revistas Médicas (*International Committee of Medical Journal Editors*- ICMJE) para garantizar la integridad de los resultados publicados por la revista. El plagio es visto como un delito editorial y es una conducta inadmisibles para esta revista especializada. Como forma de evitar esta mala práctica, el *BMPEG. Ciências Humanas* utiliza el *software* antiplagio *iThenticate*, de *Crossref*.

Declaración de derechos de autor

Todo el contenido de la revista está licenciado bajo una *Licencia Creative Commons* del tipo atribución BY. La revista sigue las recomendaciones del Movimiento del Acceso Abierto (*Open Access*) y pone a disposición todo el contenido de forma digital y gratuita. La publicación implica la cesión total de los derechos de autor del trabajo a la revista. La declaración para la cesión de derechos de autor será enviada por la Secretaría por correo electrónico al autor de correspondencia, luego de que el archivo sea aceptado para su publicación. El documento debe ser firmado por todos los autores.

Investigaciones con seres humanos

En casos de estudios que involucren seres humanos en Brasil, es importante que estos cumplan la Resolución CNS n°. 466/2012 (<https://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>). Los autores deben mencionar en el artículo la aprobación del proyecto por parte del Comité de Ética reconocido por la Comisión Nacional de Ética en Investigación, del Consejo Nacional de Salud (CONEP-CNS). Es función de la autoría la presentación de la exigencia del consentimiento informado, documento pertinente al registro del estudio en el Comité de Ética en Investigación con seres humanos.

Indexadores

EAnthropological Index Online;

Anthropological Literature;

Directory of Open Access Journals (DOAJ);

Citas Latinoamericanas em Ciencias Sociales y Humanidades (CLASE);

International Bibliography of the Social Sciences (IBSS);

Latindex;

Redalyc;

Scientific Electronic Library Online (SciELO);

SCOPUS ELSEVIER.

Presentación de artículos

Todos los trabajos deben ser enviados a través de la plataforma de envío ScholarOne via o sitio web de la revista <http://http://editora.museu-goeldi.br/humanas> o directamente via o link <https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo>. Los originales deben ser enviados de acuerdo con los siguientes parámetros:

1. En Word, con tipografía Times New Roman, tamaño 12, interlineado 1,5, en hojas enumeradas secuencialmente. En los trabajos de lingüística indígena, debe utilizarse tipografía compatible con el estándar Unicode, como Arial, Calibri, Cambria, Déjà Vu, Tahoma y otras que incluyan todos los símbolos fonéticos del IPA. Times New Roman es la tipografía preferible, pero incluye el IPA solo a partir de las últimas ediciones de Windows. Nunca se deben improvisar símbolos del IPA usando letras comunes tachadas (imitando *ï*, *ü*, etc.).
2. En la primera página, debe constar:
 - a. título (en el idioma del texto y en inglés),
 - b. resumen,
 - c. *abstract*;
 - d. palabras clave y *keywords*.
3. Los originales no pueden incluir nombre(s) del(los) autor(es) ni agradecimientos.
4. Para destacar términos o expresiones deben utilizarse comillas simples.
5. Solamente términos científicos latinizados y palabras en idioma extranjero deben estar en cursiva.
6. Los artículos deben seguir las recomendaciones de la APA 6th Edition - Citation Guide para uso y presentación de los elementos bibliográficos: citas en documentos y referencias bibliográficas.
7. Las tablas deben formularse en Word, con numeración consecutiva y leyendas claras.
8. Todas las figuras (ilustraciones, gráficos, imágenes, diagramas, etc.) deben ser presentadas en páginas separadas y enumeradas, con sus respectivas leyendas, y subidas a la plataforma digital en archivos aparte. Deben tener una resolución mínima de 300 dpi y tamaño mínimo de 1.500 píxeles, en formato JPEG o TIFF. Cuando sea posible, deben obedecer las proporciones del formato de página del Boletim, dentro de los límites de 16,5 cm de ancho y 20 cm de alto (para uso en dos columnas), u 8 cm de ancho y 20 cm de alto (para uso en una columna). En caso de haber información de texto presente en las figuras, esta debe estar en tipografía Arial, tamaño entre 7 y 10 pts.
9. Las figuras elaboradas en programas vectoriales pueden ser enviadas en formato abierto, preferentemente, con extensión .cdr (X5 o inferior), .eps o .ai (CS5 o inferior).
10. El texto del archivo debe hacer referencia, obligatoriamente, a todas las tablas, gráficos e ilustraciones.
11. Las secciones y subsecciones del texto no pueden ser enumeradas.
12. Solo la numeración de páginas y notas al pie debe ser automática. No se aceptarán textos que contengan numeración automática de secciones, párrafos, figuras, ejemplos u otros procesos automatizados, como referenciación y compilación de lista de referencias.

13. Observar cuidadosamente las reglas de nomenclatura científica, así como las abreviaturas y convenciones adoptadas en disciplinas especializadas.
14. Las notas al pie deben tener numeración arábica y utilizarse solo cuando sean imprescindibles, nunca como referencias.
15. Las citas y referencias a autores en el transcurso del texto deben respetar la siguiente forma: apellido del autor (solo con mayúscula inicial), año: página(s). Ejemplos: (Goeldi, 1897, 10); Goeldi (1897, 10).
16. Todas las obras citadas a lo largo del texto deben estar correctamente referenciadas al final del artículo, y todas las referencias al final del artículo deben estar citadas en el texto.

Después de dar formato a los trabajos, estos deben enviarse a través del sistema de correo electrónico de *ScholarOne*, en PDF para la revisión final de los autores, quienes deben devolverlos a la mayor brevedad posible. Los pedidos de modificaciones o ajustes en el texto deben ser realizados mediante comentarios en el PDF. En esta etapa no se aceptarán modificaciones del contenido del trabajo o que impliquen alteraciones en la numeración de páginas. Si el autor no responde al plazo, la versión formateada será considerada aprobada. Los artículos son divulgados en su totalidad en formato PDF en el sitio web, en Issuu, en DOAJ y en SciELO.

Registro

Autor(es) deben registrarse (*login/senha*), creando una conta personal en la plataforma *online* <https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo> en "CREAR UNA CUENTA". Es necesario que cada autor haga registro en el banco de identificación académica internacional *Connecting Research and Researchers* (ORCID). La revista científica atribuye el *Digital Object Identifier* (DOI) para los artículos publicados, bem como adopta el sistema de publicação contínua de artigos aprobados.

Directrices para autores

Para enviar un trabajo nuevo, el autor tiene que iniciar sesión en la plataforma y hacer clic en "AUTOR". Luego de este paso, el autor debe buscar la ventana "PAINEL DE AUTOR" e iniciar el proceso de envío a través del enlace "INICIAR NUEVO ENVÍO", en el que deberá seguir los siete pasos:

• Paso 1: Tipo, título y abstract

- Elegir el tipo de trabajo (artículo, reseña, etc.).
- Completar el título del trabajo.
- Proporcionar el resumen.

• Paso 2: Carga de archivo

- Cargar el(los) archivo(s).
- (Por lo menos uno de los archivos debe representar el documento principal).

• Paso 3: Atributos

- Agregar palabras clave (3 a 6).

• Paso 4: Autores y instituciones

- Especificar si la persona que está realizando el envío es el propio autor o un tercero.

- Especificar autor de correspondencia.
- Proporcionar contribución de CRediT.

• Paso 5: Revisores

- Especificar revisores de preferencia o aquellos que se quieran evitar.

• Paso 6: Detalles y comentarios

- Especificar quién financió la investigación.
- Declarar que el trabajo fue enviado exclusivamente al Boletim y aún no ha sido publicado.
- Declarar que el trabajo está de acuerdo con las normas éticas de la disciplina.
- Afirmar que los archivos enviados son completamente anónimos para posibilitar la revisión por pares.
- Declarar si hay conflicto de interés. Caso afirmativo, especificar.

• Paso 7: Revisar y enviar

- Verificar que toda la información y archivos estén completos, consultar la versión en PDF y concluir el envío haciendo clic en "ENVIAR".

Estructura básica de los trabajos

1. **Título:** debe estar en el idioma original y en inglés, escrito en minúscula (solo con mayúscula inicial y cuando corresponda), negrita, centrado, y debe aparecer de la misma manera en la portada y en la segunda página.
2. **Resumen y Abstract:** debe ser escrito en el idioma del texto (resumen) y en inglés (abstract), en un solo párrafo, resaltando los objetivos, métodos, resultados y conclusiones del trabajo. Debe tener una extensión de mínimo 100 y máximo 200 palabras. La versión en inglés es responsabilidad del(los) autor(es).
3. **Palabras clave y keywords:** de tres a seis palabras que identifiquen los temas del trabajo, para fines de indexación en bases de datos (es conveniente consultar los descriptores específicos de la respectiva área de conocimiento).
4. **Texto:** debe contener las siguientes partes: introducción, marco teórico, desarrollo, conclusión y referencias bibliográficas. Se debe evitar párrafos y frases demasiado extensas. Las siglas deben ser primeramente explicadas, p. ej.: Universidad Federal de Pará (UFPA). Las citas de hasta tres líneas deben estar dentro del párrafo y entre comillas inglesas (""). Las citas con más de 40 palabras deben estar en párrafo separado, que debe ser destacado dentro del texto general, usando sangría mayor, en bloque, con fuente menor y sin comillas. De acuerdo al ejemplo que sigue:

Com efeito, a habitação em cidades é essencialmente antinatural, associa-se a manifestações do espírito e da vontade, na medida em que se opõem à natureza. Para muitas nações conquistadoras, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram. Max Weber mostra admiravelmente como a fundação de cidades representou para o Oriente Próximo e particularmente para o mundo helenístico e para a Roma imperial, o meio específico de criação de órgãos locais de poder, acrescentando que o mesmo fenómeno se encontra na China, onde ainda durante o século passado, a subjugação das tribos Miaotse pode ser identificada à urbanização das suas terras (Buarque de Holanda, 1978, p. 61).

5. **Agradecimientos:** deben ser breves y pueden indicar créditos de financiación, vínculos del artículo con programas de posgrado o proyectos de investigación, así como agradecimientos personales e institucionales. Se deben escribir los nombres completos de personas e instituciones y explicar el motivo del agradecimiento.

6. **Referencias:** deben ir al final del trabajo, en orden alfabético, de acuerdo con el apellido del primer autor. Cuando haya más de una referencia de un mismo autor, deben ser ordenadas cronológicamente, del trabajo más reciente al más antiguo, de acuerdo con las recomendaciones de la APA 7th Edition - Citation Guide, y observando los siguientes modelos:

Libro

Veríssimo, J. (1906). *A educação nacional* (2 ed.). Livraria Francisco Alves.

Cita en el texto: Veríssimo (1906) o (Veríssimo, 1906)

Vidal, W.N., & Vidal, M. R. R. (1986). *Botânica - organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos* (3 ed.). UFV.

Cita en el texto: Vidal y Vidal (1986) o (Vidal & Vidal, 1986)

Wieczorek, A., Rosendahl, W., & Schlothauer, A. (Orgs.). (2012). *Der Kult um Kopf und Schädel*. Verlag Regionalkultur.

Cita en el texto: Wieczorek et al. (2012) o (Wieczorek et al., 2012)

Capítulo de libro

Grünewald, R. A. (2004). Etnogênese e 'regime de índio' na Serra do Umã. In J. P. Oliveira (Org.), *A viagem da volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena* (pp. 139-174). Contra Capa Livraria.

Cita en el texto: Grünewald (2017) ou (Grünewald, 2017)

Carneiro da Cunha, M. (1992). Política indigenista no século XIX. In M. Carneiro da Cunha (Org.), *História dos índios no Brasil* (pp. 133-154). Companhia das Letras.

Cita en el texto: Carneiro da Cunha (1992) o (Carneiro da Cunha, 1992)

Serie/Colección

Goeldi, E. (1900). *Escavações arqueológicas em 1895: executadas pelo Museu Paraense no litoral da Guiana Brasileira entre Oiapoque e Amazonas* (Memórias do Museu Goeldi, n. 1). Museu Paraense de História Natural e Ethonografia.

Cita en el texto: Goeldi (1900) o (Goeldi, 1900)

Artículo de revista especializada

Gurgel, C. (1997). Reforma do Estado e segurança pública. *Política e Administração*, 3(2), 15-21.

Cita en el texto: Gurgel (1997) o (Gurgel, 1997)

Jantz, R. L., & Owsley, D. W. (2001). Variation among early North America crania. *American Journal of Physical Anthropology*, 114(2), 146-155. [https://doi.org/10.1002/1096-8644\(200102\)114:2<146::AID-AJPA1014>3.0.CO;2-E](https://doi.org/10.1002/1096-8644(200102)114:2<146::AID-AJPA1014>3.0.CO;2-E)

Cita en el texto: Jantz y Owsley (2001) o (Jantz & Owsley, 2001)

Posth, C., Nakatsuka, N., Lazaridis, I., Skoglund, P., Mallick, S., Lamnidis, T. C., . . . Reich, D. (2018). Reconstructing the deep population history of Central and South America. *Cell*, 175(5), 1-13. <https://doi.org/10.1016/j.cell.2018.10.027>

Cita en el texto: Posth et al. (2018) o (Posth et al., 2018)

Velthem, L. H. V. (2012). O objeto etnográfico é irreduzível? Pistas sobre novos sentidos e análises. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 7(1), 51-66. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222012000100005>

Cita en el texto: Velthem (2012) o (Velthem, 2012)

Tersis, N., & Carter-Thomas, S. (2005). Investigating syntax and pragmatics: word order and transitivity in Tunumiisut. *International Journal of American Linguistics*, 71(4), 473-500.

Cita en el texto: Tersis y Carter-Thomas (2005) o (Tersis & Carter-Thomas, 2005)

Artículo de periódico

Naves, P. (1999, junio 28). Lagos andinos dão banho de beleza. *Folha de S. Paulo*, Turismo, Caderno 8, p. 13.

Cita en el texto: Naves (1999) o (Naves, 1999)

Artículo de periódico en medio electrónico

Justiça suspende obra de captação de água para a Grande São Paulo. (2017, mayo 5). *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1881436-justica-suspende-duas-obras-de-captacao-de-agua-para-grande-sp.shtml>

Cita en el texto: "Justiça suspende" (2017) or ("Justiça suspende" 2017)

Silva, I. G. (1998, septiembre 19). Pena de morte para o nascituro. *O Estado de S. Paulo*. <http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo225.shtml>

Cita en texto: Silva (1998) o (Silva, 1998)

Trabajo presentado en evento

Brayner, A. R. A., & Medeiros, C. (1994, diciembre). Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In *Anais do Simpósio Brasileiro de Banco de Dados*, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Cita en el texto: Brayner y Medeiros (1994) o (Brayner & Medeiros, 1994)

Trabajo presentado en evento en medio electrónico

Silva, R. N., & Oliveira, O. (enero, 1996). Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação. In *Anais Eletrônicos do Congresso de Iniciação Científica da UFPE*, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. <https://www.ufpe.br/propesq/anais/educ/ce04.htm>

Cita en el texto: Silva y Oliveira (1996) o (Silva & Oliveira, 1996)

Mensajes de internet: lista de discusión electrónica u otras comunidades en línea

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. (2018, julio 16). Boletim de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi discute patrimônio indígena [Facebook]. <https://www.facebook.com/boletimgoeldiCH/>

Cita en el texto: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas (2018) o (Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 2018)

Blog SciElo em Perspectiva Humanas. (2018, junio 13). Cultura ancestral para entender a Amazônia de ontem e de hoje [Blog].
<http://humanas.blog.scielo.org/blog/2018/06/13/cultura-ancestral-para-entender-a-amazonia-de-ontem-e-de-hoje/>
Cita en el texto: Blog SciElo em Perspectiva Humanas (2018) o (Blog SciElo em Perspectiva Humanas, 2018)

Documento jurídico

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (18 ed.). (1998). Saraiva.

Cita en el texto: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1998) o (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 1998)

Decreto n. 3.298. (1999, diciembre 20). Regulamenta a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Cita en el texto: Decreto n. 3.298 (1999)

Documento jurídico en medio electrónico

Resolução n. 17, de julho de 1991. Coleção de Leis da República Federativa do Brasil. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/ressen/1991/resolucao-17-14-junho-1991-480998-publicacaooriginal-1-pl.html>

Cita en el texto: Resolução n. 17, de julho de 1991

Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1997/medidaprovisoria-1569-9-11-dezembro1997-377059-publicacaooriginal-1-pe.html>

Cita en el texto: Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997

Trabajos académicos (tesis de maestría y doctorado y monografías)

Benchimol, A. (2015). *Resgate e ressignificação da pesquisa no Museu Paraense Emílio Goeldi: presença e permanência de cientistas estrangeiros (1894-1914) na produção científica de autores atuais (1991-2010)* [Tesis de doctorado, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro].

Cita en el texto: Benchimol (2015) o (Benchimol, 2015)

Moore, D. (1984). *Syntax of the language of the Gavião Indians of Rondônia, Brazil* [Tesis de doctorado, University of New York, Nova York].

Cita en el texto: Moore (1984) o (Moore, 1984)

Documento de archivo

Campos, E. (1964, enero 11). *Carta à Bienal de São Paulo*. Arquivo Histórico Wanda Svevo. Fundação Bienal de São Paulo, São Paulo.

Cita en el texto: Campos (1964) o (Campos, 1964)

Salles, V. (1974, marzo 28). *Carta a Lúcio Flávio Pinto*. Material histórico-cultural - Vicente Salles. Correspondência expedida - Comunicação. Coleção Vicente Salles. Biblioteca do Museu da Universidade Federal do Pará, Belém.

Cita en el texto: Salles (1974) o (Salles, 1974)

Medios audiovisuales

Herzog, W. (Produtor & Diretor). (1970). *Os anões também começaram pequenos* [Película]. Werner Herzog Filmproduktion.

Cita en el texto: Herzog (1970) o (Herzog, 1970)

Difusión

Los artículos son difundidos en su totalidad en formato PDF en el sitio web de la revista, en *Digital Publishing Platform* (ISSUU), en DOAJ y en SciELO, así como también en redes sociales como Facebook.

Dirección

Museu Paraense Emílio Goeldi

Editor do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas

Av. Perimetral, 1901 - Terra Firme

CEP 66077-830

Belém - PA - Brasil

Teléfono: 55-91-3075-6186

E-mail: boletim.humanas@museu-goeldi.br

Financiación

Museu Paraense Emílio Goeldi

Ministério da Ciência Tecnologia e Inovações.

